MICHAEL BAIGENT · RICHARD LEIGH
HENRY LINCOLN

O SANTO GRAAL E A LINHAGEM SAGRADA

EDITORA NOVA FRONTEIRA

MICHAEL BAIGENT - RICHARD LEIGH - HENRY LINCOLN

O SANTO GRAAL E A LINHAGEM SAGRADA

Tradução *Nadir Ferrari*
1982

SUMÁRIO

Introdução, 1

1. O mistério, 5
I. Cidade de mistério, 7
II. Os cátaros e a grande heresia, 21
III. Os monges combatentes, 35
IV. Os Documentos secretos, 63

2. A sociedade secreta, 75
V. A ordem atrás da cena, 77
VI. OS grão-mestres e a corrente subterrânea, 97
VII. A conspiração através dos séculos, 127
VIII. A sociedade secreta hoje, 161
IX. OS monarcas de cabelos longos, 189

X. A tribo exilada, 221
3. A linhagem sanguínea, 229
XI. O cálice sagrado, 231
XII. O rei-sacerdote que nunca reinou, 261
XIII. O segredo que a Igreja proibiu, *301*
XIV. A dinastia do cálice, 323
XV. Conclusão e perspectivas, 337
Apêndice: Os supostos grão-mestres do Monastério do Sinai, 353
Notas, 375
Bibliografia, 399

INTRODUÇÃO

Em 1969, quando estava de férias em Cévennes, comprei o livro de bolso *Le Trésor maudit,* de Gérard de Sede. Era uma história de mistério, uma mistura leve e interessante de fatos históricos, mistérios genuínos e conjecturas. Depois das férias ele teria sido esquecido, como todas as leituras desse tipo, se eu não tivesse tropeçado em uma omissão evidente e curiosa em suas páginas.

O "tesouro amaldiçoado" do título havia sido aparentemente encontrado nos idos de 1890 por um padre de vilarejo que decifrara alguns documentos enigmáticos desenterrados em sua igreja. Os supostos textos de dois desses documentos foram reproduzidos, mas não as mensagens secretas que estariam codificadas dentro dele. A inferência era que as mensagens decifradas haviam sido novamente perdidas. Entretanto, conforme descobri, um estudo superficial dos documentos reproduzidos no livro revelava pelo menos uma mensagem oculta. O autor certamente a percebera. Ao trabalhar em seu livro, dera aos documentos mais do que uma atenção passageira. Era claro que ele encontrara o que eu havia encontrado. Além disso, a mensagem era um excitante fragmento de

prova, do tipo que ajuda a vender um livro popular. Por que o senhor de Sède não a publicara?
A peculiaridade da história e a possibilidade de outras descobertas voltaram à minha mente de tempos em tempos nos meses seguintes. Sentia-me atraído por esse quebra-cabeça mais intrigante do que os usuais e curioso pelo silêncio de De Sède.
Na medida em que ia descobrindo novos e intrigantes lampejos de significados no texto dos documentos, comecei a querer dedicar mais do que momentos de folga ao mistério de Rennes-le-Château. No final do outono de 1970, apresentei a história como um possível documentário para Paul Johnstone, então produtor executivo da série Crônica, sobre história e arqueologia, da BBC.
Paul achou o projeto viável. Fui então enviado à França para falar com De Sède e explorar as perspectivas de um filme. Encontrei De Sède em Paris na semana do Natal de 1970. Naquela primeira reunião, fiz a pergunta que me intrigara por mais de um ano: "Por que você não publicou a mensagem oculta nos pergaminhos?" Sua resposta me surpreendeu. "Qual mensagem?”
Parecia-me inconcebível que ele desconhecesse aquela mensagem elementar. Por que estaria duelando comigo? Subitamente eu me vi, relutante, a revelar o que havia encontrado. Continuamos um elíptico jogo de esgrima verbal durante alguns minutos. Então se tornou claro que ambos conhecíamos a mensagem. Repeti minha pergunta: "Por que você não a publicou?" Desta vez a resposta de De Sède foi calculada: "Porque nós pensamos que alguém como você se interessaria em descobrir por si mesmo.”
Essa resposta, tão enigmática quanto os misteriosos documentos do padre, era o primeiro indício claro de que o mistério de Rennes-le-Chatêau deveria ser muito mais do que uma simples fábula de tesouro perdido.
Comecei a preparar, juntamente com meu diretor, Andrew Maxwell-Hyslop, um filme Crônica na primavera de 1971. O projeto era realizar um bloco de vinte minutos para um programa. Mas, na

medida em que íamos trabalhando, De Sède nos alimentava com outros fragmentos de informação. Primeiro surgiu o texto integral de uma importante mensagem cifrada, que falava dos pintores Poussin e Teniers. Era fascinante. O código era incrivelmente complexo. Fomos informados de que ele havia sido decifrado por especialistas do departamento de códigos do exército francês, através de computadores. Estudando as circunvoluções do código, convenci-me de que a explicação obtida era no mínimo suspeita. Investiguei junto a especialistas em códigos do serviço de inteligência da Grã-Bretanha e eles concordaram comigo: "O código não configura um problema válido para um computador." Ou seja, era indecifrável. Mas alguém, em algum lugar, devia ter a chave.

Então De Sède entregou sua segunda bomba. Urna tumba semelhante àquela do famoso quadro *Les Bergers d'Arcadie,* de Poussin, havia sido encontrada. Ele enviaria detalhes "assim que os obtivesse". Alguns dias mais tarde chegaram fotografias. Ficou claro que nosso filme sobre um pequeno mistério local começava a assumir proporções inesperadas. Paul decidiu abandoná-lo e nos engajou em um longa-metragem. Agora haveria mais tempo para pesquisar e mais tempo de cena para explorar a história. A transmissão foi adiada para a primavera do ano seguinte.

O *Tesouro Perdido de Jerusalém* saiu em fevereiro de 1972 e provocou uma reação muito forte. Eu sabia que havia encontrado um assunto interessante para o grande público. Uma pesquisa posterior não significaria, portanto, auto-indulgência. Em algum momento teria que haver um segundo filme. Em 1974 eu já possuía grande quantidade de material. Paul contratou Roy Davies para produzir meu segundo filme Crônica, chamado O *Padre, o Pintor* e *o Demônio.* Mais uma vez, a reação do público mostrou quão fortemente a história havia impressionado a imaginação popular. Mas então ela havia se tornado muito complexa, e muito extensa em suas ramificações. A pesquisa detalhada estava rapidamente excedendo a capacidade de uma única pessoa. Havia muitos caminhos diferentes

a percorrer. Quanto mais eu prosseguia em uma linha de investigação, mais consciente me tornava da quantidade de material que estava sendo negligenciado. Nesse ponto crucial, o destino, que de início havia colocado a história casualmente em minhas mãos, agora assegurou que o trabalho não estagnaria.

Em 1975, tive a grande sorte de encontrar Richard Leigh, durante um curso de verão em que ambos dávamos aulas de literatura. Richard é um romancista e escritor de contos, com pós-graduação em literatura comparada e um conhecimento profundo em história, filosofia, psicologia e esoterismo. Havia trabalhado durante vários anos como professor universitário nos Estados Unidos, Canadá e Grã-Bretanha.

Durante os intervalos de nossas aulas, passamos muitas horas discutindo assuntos de interesse mútuo. Eu mencionei os templários, que desempenhavam um papel importante no pano de fundo do mistério de Rennes-le-Château. Para minha satisfação, vi que essa sombria ordem medieval de monges combatentes já havia despertado o interesse de Richard, que desenvolvera pesquisas consideráveis sobre sua história. Subitamente, meses de trabalho que eu via se prolongarem à minha frente se tornaram desnecessários. Richard podia responder à maioria de minhas dúvidas. E ficara tão intrigado quanto eu com as anomalias evidentes que eu havia encontrado. O mais importante é que meu projeto de pesquisa também o fascinava. Percebendo o significado do projeto, ele se ofereceu para ajudar-me nos aspectos que envolviam os templários. E trouxe Michael Baigent, um psicólogo que recém-abandonara uma bem-sucedida carreira em foto-jornalismo para se dedicar ao estudo dos templários, visando ao projeto de um filme.

Se eu tivesse procurado, não teria encontrado dois parceiros mais bem qualificados e mais compatíveis para formar um time. Após anos de trabalho solitário, o ímpeto trazido ao projeto por dois cérebros novos foi muito estimulante. O primeiro resultado palpável de nossa colaboração foi o terceiro filme Crônica sobre Rennes-le-Château, *A Sombra dos Templários,* produzido por Roy Davies em 1979.

O trabalho realizado para aquele filme finalmente nos colocou face a face com as fundações sobre as quais todo o mistério de Rennes-le--Château havia sido construído. Mas, no filme, o que estávamos começando a discernir só podia ser insinuado. Sob a superfície havia algo mais chocante, mais importante e mais imediatamente relevante do que podíamos imaginar quando começamos nosso trabalho sobre o pequeno e intrigante mistério que um padre francês provavelmente encontrara em um vilarejo montanhoso.

Em 1972, eu terminara meu primeiro filme com as seguintes palavras: "Algo extraordinário está esperando ser encontrado... e o será, em um futuro não muito distante."

Este livro explica o que é este "algo" - e quão extraordinária foi sua descoberta.

H.L.

1
O MISTÉRIO

I
CIDADE DE MISTÉRIO

No princípio de nossa pesquisa não sabíamos exatamente o que estávamos procurando ou, naquele contexto, o que estávamos vendo. Não tínhamos teorias ou hipóteses. Começamos sem a intenção de provar coisa alguma. Pelo contrário, estávamos simplesmente tentando encontrar uma explicação para um pequeno e curioso enigma do século XIX. As conclusões a que posteriormente chegamos não foram previamente postuladas. Fomos conduzidos a elas, etapa por etapa, como se as evidências que havíamos acumulado possuíssem vida própria, como se elas nos estivessem dirigindo de acordo com seus próprios desígnios.

No início acreditamos que se tratasse de um mistério local intrigante, sem dúvida, mas de significado essencialmente confinado a uma

cidadezinha do interior da França. Um mistério de interesse puramente acadêmico, embora envolvesse fatos históricos fascinantes. Pensávamos que nossa investigação pudesse iluminar certos aspectos da história do Ocidente, mas de forma alguma imaginávamos que ela implicaria reescrevê-la. Imaginávamos ainda menos que qualquer descoberta que fizéssemos pudesse ter relevância para o mundo contemporâneo - e de forma explosiva.

Nossa busca, porque era realmente uma busca, começou com um enredo mais ou menos banal, à primeira vista não muito diferente de inúmeras outras histórias de tesouros ou mistérios não desvendados, que abundam na história e no folclore de quase todas as regiões rurais. Uma versão dela havia sido publicada na França, onde atraíra um interesse considerável, mas - até onde pudemos saber - nenhuma conseqüência maior lhe fora atribuída. Mais tarde soubemos que essa versão continha uma série de erros. Para começar, entretanto, devemos recontar a fábula tal qual ela foi publicada nos anos 60, com as informações de que dispúnhamos então.

Rennes-le-Château e Berenger Saunière

Uma minúscula cidadezinha francesa, Rennes-le-Château, recebeu no dia primeiro de julho de 1885 um novo pároco: Berenger Saunière, um homem de 33 anos, robusto, atraente, energético e brilhante. No seminário, parecia estar destinado a uma carreira eclesiástica promissora. Certamente, almejava algo mais importante que uma cidadezinha remota no topo de uma colina ao leste dos Pirineus, mas em algum momento ele deve ter caído no desagrado de seus superiores. Se fez alguma coisa para merecer isso não sabemos, mas o fato é que perdeu todas as chances de promoção. Talvez para se livrarem dele, o enviaram a Rennes-le-Château.

Naquele tempo Rennes-le-Château abrigava apenas duzentas pessoas. Era um pequeno povoado pendurado no topo da serra a

40km de Carcassonne. O lugar teria significado o exílio para um outro homem, uma condenação perpétua a viver em um fim-de-mundo, longe das amenidades urbanas da época, longe de qualquer estímulo para uma mentalidade vigorosa e questionadora. A ambição de Saunière sem dúvida sofreu um golpe. Entretanto, houve compensações. Saunière era originário da região, pois nascera e crescera perto dali, na cidade de Montagels. Apesar de tudo, Rennes-le-Château deve ter-lhe proporcionado o conforto da familiaridade, do sentimento de estar em casa.

O salário de Saunière, entre 1885 e 1891, foi, em francos, o equivalente a seis libras esterlinas por ano - longe de significar opulência, mas muito mais do que se esperaria para um pároco rural na França do final do século XIX. Somado às gratuidades oferecidas pelos habitantes da paróquia, tais rendimentos seriam suficientes para viver bem, sem extravagâncias. Saunière levou uma vida agradável e plácida durante seis anos, caçando e pescando nas montanhas e rios de sua infância. Leu vorazmente, aperfeiçoou seu latim, aprendeu grego e embarcou no estudo do hebraico. Uma camponesa de dezoito anos chamada Marie Denarnaud, sua servente e governanta, foi para ele companhia e confidente durante toda a vida. Ele visitava com freqüência seu amigo Henry Boudet, pároco da vizinha cidade de Rennes-le-Bains, sob a tutela do qual mergulhou na turbulenta história da região, uma história cujos resíduos se apresentavam constantemente ao seu redor.

A poucos quilômetros a sudoeste de Rennes-le-Château surgia outro pico, chamado Bézu, coberto pelas ruínas de uma fortaleza medieval, antiga morada de templários. Sobre um terceiro pico, a cerca de 2km de Rennes-le-Château, se erguiam as ruínas do castelo de Blanchefort, lar ancestral de Bertrand de Blanchefort, quarto grão-mestre dos templários, que presidiu a famosa ordem em meados do século XII. Rennes-le-Château se situava numa antiga rota de peregrinação que ia do nordeste da Europa até Santiago de Compostela, na Espanha. A região era mergulhada em lendas

evocativas, em ecos de um passado dramático, freqüentemente embebido em sangue.
Saunière vinha querendo havia já algum tempo restaurar a igreja local. O edifício, consagrado a Madalena em 1059, repousava sobre fundações de uma estrutura visigótica ainda mais velha, datada do século VI. Não se admira então que estivesse em péssimo estado de conservação.
Encorajado por seu amigo Boudet, Saunière iniciou em 1891 uma restauração modesta, utilizando uma pequena soma emprestada dos fundos municipais. Durante os trabalhos, removeu o altar-mor, uma pedra que repousava sobre duas antigas colunas visigóticas. Uma dessas colunas revelou-se oca. Dentro dela havia quatro pergaminhos guardados em tubos de madeira selados. Dois desses pergaminhos continham genealogias, uma datada de 1244 e outra de 1644. Os dois documentos restantes haviam sido compostos, aparentemente, nos idos de 1780, por Antoine Bigou, um dos predecessores de Saunière em Rennes-le-Château. Bigou havia sido também capelão pessoal da família nobre Blanchefort, que no início da Revolução Francesa ainda era uma das mais importantes donas de terras da região.
Os dois pergaminhos do tempo de Bigou eram textos virtuosos em latim, extraídos do Novo Testamento. Pelo menos, aparentavam isso. Em um deles, no entanto, as palavras se seguiam de forma incoerente, sem espaço entre elas. Várias letras supérfluas haviam sido inscritas. No segundo pergaminho as linhas eram truncadas de forma indiscriminada e irregular, algumas no meio de uma palavra, enquanto certas letras estavam evidentemente levantadas acima das outras. Na realidade, os pergaminhos continham uma seqüência de códigos e cifras, alguns deles fantasticamente complexos e imprevisíveis. Sem a chave certa, eram indecifráveis. A seguinte decodificação surgiu em trabalhos franceses dedicados a Rennes-le-Château, e em dois de nossos filmes sobre o assunto, realizados para a BBC.

BERGERE PAS DE TENTATION QUE POUSSIN TENIERS GARDENT LA CLEF PAX DCLXXXI PAR LA CROIX ET CE CHEVAL DE DIEU J'ACHEVE CE DAEMON DE GARDIEN A MIDI POMMES BLEUES.*

* Pastor, nenhuma tentação. Que Poussin, Teniers possuem a chave. Paz DCLXXXI (681). Pela cruz e seu cavalo de Deus, eu completo (ou destruo) este demônio do guardião ao meio-dia. Maçãs azuis.
Se algumas dessas cifras eram desencorajadoras em sua complexidade, outras eram patentemente, mesmo flagrantemente, óbvias. No segundo pergaminho, por exemplo, as letras levantadas, quando tomadas em seqüência, formavam uma mensagem coerente.

A DAGOBERT ROI ET A SION EST CE TRESOR ET IL EST LA MORT.*

* A Dagobert rei e a Sion pertencem este tesouro e ele está aqui morto.

Embora esta mensagem deva ter sido compreensível para Saunière, é de se duvidar que ele possa ter decifrado os códigos mais intricados. Entretanto, ele percebeu que havia tropeçado em algo importante. Com o consentimento do prefeito da cidade, levou sua descoberta até seu superior, o bispo de Carcassonne. Não se sabe o quanto o bispo entendeu, mas Saunière foi imediatamente enviado a Paris - despesas pagas pelo bispo -, instruído a se apresentar a algumas autoridades eclesiásticas com os pergaminhos. Entre elas estavam o abade Biel, diretor-geral do Seminário Saint Sulpice, e seu sobrinho Emile Hoffet, que naquele tempo estava aspirando à vida religiosa. Embora ainda estivesse nos seus vinte anos, ele já havia estabelecido uma reputação intelectual impressionante, especialmente em lingüística, criptografia e paleografia. A despeito

de sua vocação pastoral, ele era sabidamente envolvido com o pensamento esotérico e mantinha relações cordiais com os vários grupos orientados para o oculto, além de seitas e sociedades secretas que proliferavam na capital francesa. Estes contatos introduziram Saunière em um círculo cultural ilustre, que incluía figuras literárias como Stéphane Mallarmé e Maurice Maeterlinck, bem como o compositor Claude Debussy. Ele também conheceu Emma Calvé que recentemente havia retornado de apresentações triunfantes em Londres e Windsor. Emma Calvé era como uma diva, a Maria Callas da época. Ao mesmo tempo, era uma grande pitonisa da sub-cultura esotérica parisiense, mantendo relações amorosas com vários ocultistas influentes.

Após apresentar-se a Bieil e Hoffet, Saunière passou três semanas em Paris. O resultado de suas reuniões com os eclesiásticos é um mistério. O que se sabe é que o padre provinciano foi pronta e calorosamente recebido no distinto círculo de Hoffet. Afirma-se mesmo que ele se tornou amante de Emma Calvé, que, segundo um conhecido seu, ficou "obcecada" pelo padre. De qualquer modo, não há dúvida de que eles gozaram de uma estreita e longa amizade. Nos anos que se seguiram, ela o visitou freqüentemente nas vizinhanças de Rennes-le-Château, onde, até recentemente, podiam-se encontrar corações românticos gravados com suas iniciais nas rochas das montanhas.

Durante a permanência em Paris, Saunière passou também algum tempo no Louvre, o que pode explicar o fato de, antes de sua partida, haver adquirido reproduções de três pinturas. Uma delas teria sido um retrato, pintado por um artista não identificado, do papa Celestino V, que reinou brevemente no final do século XIII. Outra teria sido o trabalho de David Teniers, não se sabe se o pai ou o filho. O terceiro seria um quadro - talvez o mais famoso - de Nicolas Poussin, *Les Bergers d'Arcadie* ["Os pastores da Arcádia"].

Ao voltar a Rennes-le-Château, Saunière completou a restauração da igreja. Teria exumado então um bloco de pedra, curiosamente

esculpido, datado do século VII ou VIII, que estaria cobrindo uma câmara funerária na qual esqueletos teriam sido encontrados. Saunière embarcou também em projetos mais singulares. No jardim da igreja, por exemplo, havia o sepulcro de Marie, marquesa de Hautpoul de Blanchefort, desenhado e construído pelo abade Antoine Bigou, predecessor de Saunière, um século antes, aparentemente autor de dois dos misteriosos pergaminhos. A inscrição na pedra sepulcral - que incluía vários erros deliberados de soletração e de espaço - era um anagrama perfeito para a mensagem contida nos pergaminhos referindo-se a Poussin e Teniers. Quando as letras eram rearranjadas, formavam a asserção críptica que já reproduzimos. Os erros pareciam ter sido planejados precisamente com este fim.

Sem saber que as inscrições na tumba da marquesa já haviam sido copiadas, Saunière as obliterou, e essa profanação não foi o único comportamento curioso que ele exibiu. Acompanhado de sua fiel governanta, começou a fazer longas caminhadas pelo campo, coletando pedras sem nenhum valor ou interesse aparentes. Também embarcou numa troca volumosa de cartas com correspondentes desconhecidos em toda a França, bem como na Alemanha, Suíça, Itália, Áustria e Espanha. Começou a colecionar pilhas de selos sem valor e efetuou transações suspeitas com vários bancos. Um deles até enviou um representante, que viajou de Paris a Rennes-le-Château com o único objetivo de tratar de negócios com Saunière.

Só com despesas de correio Saunière estava gastando mais do que seu salário poderia cobrir. E em 1896 ele começou a gastar verdadeiramente, numa escala surpreendente e sem precedentes. Ao final de sua vida, em 1917, suas despesas haviam atingido o equivalente a vários milhões de dólares.

Uma parte dessa inexplicada riqueza foi empregada em excelentes obras públicas - a construção de uma rodovia moderna até a cidade, por exemplo, e a introdução de facilidades para água corrente.

Outras despesas foram mais quixotescas. Uma torre foi levantada, a Torre Magdala, com vista para a montanha. Uma opulenta casa de campo foi construída, chamada Villa Bethania, que Saunière pessoalmente nunca ocupou. E a igreja não só foi decorada de novo, como o foi de um modo muito bizarro. No pórtico, acima da entrada, a seguinte inscrição foi gravada:

TERRIBILIS EST LOCUS ISTE. *

* Este local é terrível.

No interior, logo na entrada, foi erigida uma estátua horrenda, uma representação do demônio Asmodeus - detentor de segredos, guardião de tesouros escondidos e, segundo antiga lenda judaica, construtor do Templo de Salomão. Nas paredes da igreja, placas ostensivamente pintadas representavam as estações da Via Sacra. Cada uma delas era caracterizada por alguma estranha inconsistência, algum detalhe inexplicável, algum desvio, flagrante ou sutil, da narrativa oficial das Escrituras. Na estação VIII, por exemplo, havia uma criança envolta em uma capa escocesa. Na estação XIV, que retrata o corpo de Jesus sendo levado à tumba, aparecia um fundo de céu noturno, escuro, dominado por uma lua cheia. Como se Saunière estivesse tentando dizer algo. Mas o quê? Que o enterro de Jesus ocorreu após o início da noite, várias horas depois do que diz a Bíblia? Ou que o corpo estaria sendo levado para fora da tumba e não para dentro dela?
Enquanto realizava esses adornos curiosos, Saunière continuou a gastar de maneira extravagante, colecionando porcelana rara, tecidos preciosos e mármores antigos, criando um jardim e um zoológico e reunindo uma biblioteca magnífica. Pouco antes de sua morte ele estava, supostamente, planejando a construção de uma torre como a de Babel, forrada de livros, de onde pretendia pregar. Seus paroquianos tampouco foram negligenciados. Saunière lhes

presenteava com banquetes suntuosos e outras generosidades, mantendo assim o estilo de vida de um potentado. Em seu remoto e ao mesmo tempo próximo e inacessível ninho de águia, recebia inúmeros hóspedes ilustres. Um deles, é claro, era Emma Calvé. Outro era o ministro da Cultura do governo francês. Talvez o mais augusto visitante do desconhecido padre provinciano tenha sido o arquiduque Johann Von Habsburgo, um primo de Franz Josef, imperador da Áustria. Extratos bancários revelaram depois que Saunière e o arquiduque haviam aberto contas no mesmo dia, e que este último havia transferido para a conta do primeiro uma soma substancial.

As autoridades eclesiásticas fizeram, no início, olhos de mercador sobre o assunto. Contudo, quando o superior de Saunière morreu, em Carcassonne, o novo bispo tentou chamar o padre à ordem. Saunière respondeu com uma desobediência inesperada e insolente. Recusou-se a explicar sua riqueza e a aceitar a transferência que o bispo ordenava. Na falta de uma acusação mais substancial, o bispo o acusou de vender missas ilicitamente, e um tribunal local o suspendeu. Saunière apelou para o Vaticano, que o exonerou e depois o reinvestiu.

No dia 17 de janeiro de 1917, Saunière, então com 65 anos, sofreu um derrame cerebral. A data de 17 de janeiro talvez seja suspeita, pois também aparecia na tumba da marquesa de Hautpoul de Blanchefort, a tumba que Saunière havia erradicado. E 17 de janeiro é também a festa de Saint Sulpice, que reapareceria através de toda a nossa história. Foi no seminário de Saint Sulpice que ele confiou seus pergaminhos ao abade Bieil e a Emile Hoffet. O que torna o derrame de Saunière em 17 de janeiro mais suspeito é o fato de, cinco dias antes, em 12 de janeiro, seus paroquianos terem declarado que ele parecia estar gozando de uma saúde invejável para um homem de sua idade. Entretanto, em 12 de janeiro, segundo um recibo que está conosco, Marie Denarnaud encomendou um caixão para seu mestre.

Quando Saunière estava em seu leito de morte, o padre de uma paróquia vizinha foi chamado para ouvir sua última confissão e administrar a extrema-unção. O padre chegou e confinou-se no quarto do doente. De acordo com testemunhas oculares, ele saiu logo depois, visivelmente chocado. Nas palavras de algumas testemunhas, "nunca mais sorriu". Nas palavras de outras, caiu em uma depressão profunda que durou vários meses. Se são afirmações exageradas não sabemos, mas o padre, presumivelmente com base na confissão de Saunière, recusou-se a administrar-lhe o último sacramento.

Em 22 de janeiro Saunière morreu sem o perdão da confissão. Na manhã seguinte seu corpo foi colocado verticalmente numa poltrona no terraço da Torre Magdala, envolto em uma indumentária enfeitadas de pingentes com franjas escarlate. Certas pessoas compadecidas e não identificadas desfilaram, uma a uma, muitas delas arrancando franjas dos pingentes como lembrança do morto. Nunca houve qualquer explicação para tal cerimônia. Confrontados com ela, residentes atuais de Rennes-le-Château ficam tão aturdidos como qualquer outra pessoa.

A leitura do testamento de Saunière foi esperada com grande ansiedade. Para surpresa geral, contudo, ela revelou que não tinha nenhum tostão. Algum tempo antes de sua morte, aparentemente, transferira sua fortuna para Marie Denarnaud, que compartilhara de sua vida e de seus segredos por 32 anos. Ou talvez a maior parte daquela fortuna tenha estado em seu nome desde o início.

Depois da morte de seu mestre, Marie continuou a viver confortavelmente em Villa Bethania até 1946. Depois da Segunda Guerra Mundial, entretanto, o governo francês recém-instalado estabeleceu uma nova moeda. Como meio de apreender sonegadores de impostos, colaboradores e especuladores do tempo da guerra, os cidadãos franceses eram obrigados a declarar seus rendimentos quando trocavam francos velhos por novos. Confrontada com a perspectiva de ser obrigada a dar explicações,

Marie escolheu a pobreza. Foi vista no jardim da mansão, queimando maços de notas de francos velhos.
Durante os sete anos seguintes, Marie viveu de forma austera, mantendo-se com o dinheiro obtido da venda de Villa Bethania. Prometeu confiar ao comprador, Noel Corbu, antes de morrer, um segredo que o faria não só rico mas também poderoso. Em 29 de janeiro de 1953, entretanto, Marie, como seu mestre antes dela, sofreu um súbito e inesperado derrame cerebral que a deixou prostrada em seu leito, incapaz de falar. Para grande frustração do senhor Corbu, ela morreu logo depois, carregando consigo o segredo.

Os Possíveis Tesouros

Em linhas gerais, esta é a história na forma em que foi publicada na França nos anos 60. Foi a forma sob a qual a descobrimos. E foi para as perguntas levantadas por ela que dirigimos nossa pesquisa, do mesmo modo que outros pesquisadores o fizeram.
A primeira pergunta é bastante óbvia. Qual era a fonte do dinheiro de Saunière? De onde poderia vir tão súbita e enorme fortuna? Haveria uma explicação banal? Ou envolveria alguma coisa mais excitante? Esta segunda possibilidade deixava entrever um aspecto fascinante do mistério, e nós não podíamos resistir ao impulso de brincar de detetives.
Começamos por considerar as explicações fornecidas por outros pesquisadores. Segundo vários deles, Saunière tinha encontrado, na realidade, alguma espécie de tesouro. Uma conclusão plausível, pois a história da cidade e de seus arredores incluía muitas possíveis fontes de ouro e de jóias escondidos.
Nos tempos pré-históricos, por exemplo, a área ao redor de Rennes-le-Château era considerada sítio sagrado pelas tribos celtas que

viviam por perto. A cidade em si, antes chamada Rhédae, deriva seu nome de uma dessas tribos. Nos tempos modernos, uma comunidade grande e promissora ocupara a área, importante por suas minas e fontes termais terapêuticas. Os romanos também consideravam sagrado o local. Mais tarde, pesquisadores ali encontraram traços de templos pagãos.

Durante o século VI, o pequeno vilarejo pendurado no topo da montanha possuía presumivelmente 30 mil habitantes. Ele parece ter sido, em determinada época, a capital nortista do império dos visigodos, o povo teutônico que varreu a Europa de centro a oeste, saqueou Roma, derrubou o Império Romano e estabeleceu seu próprio domínio cavalgando sobre os Pirineus.

A cidade permaneceu como sede de uma importante região, ou condado, o Condado de Razès, por mais quinhentos anos. No início do século XIII, uma armada de cavaleiros do norte desceu pelo Languedoc para exterminar as heresias cátaras e albigenses e requisitar para si os ricos espólios da região. Durante as atrocidades da chamada Cruzada Albigense, Rennes-le-Château foi tomada e transferida de mão em mão, como um domínio. Após pouco mais de um século, por volta de 1360, a população local foi dizimada por uma peste; logo depois, Rennes-le-Château foi destruída por bandos catalães.

As lendas de tesouros fantásticos são entremeadas por essas vicissitudes históricas. Os hereges cátaros, por exemplo, eram considerados possuidores de alguma coisa de valor fabuloso e mesmo sagrado que, segundo várias lendas, era o cálice sagrado. Estas lendas, segundo relatos, teriam impelido Richard Wagner a peregrinar até Rennes-leChâteau antes de compor sua última ópera, *Parsifal;* durante a ocupação de 1940-1945, época em que Wagner foi muito popular, as tropas alemãs teriam realizado inúmeras escavações infrutíferas nas vizinhanças. Havia também o tesouro desaparecido dos templários, cujo grão-mestre, Bertrand de Blanchefort, teria organizado misteriosas escavações nas

vizinhanças. Segundo todos os relatos, essas escavações eram de natureza marcadamente clandestina, realizadas por contingentes de mineiros alemães trazidos especialmente para este fim. Algum tipo de tesouro de templários, guardado ao redor de Rennes-le-Château, explicaria a referência a Sion no pergaminho descoberto por Saunière.

Outros tesouros existiram. Entre os séculos V e VIII, grande parte da França foi governada pela dinastia merovíngia, que incluía o rei Dagobert II. Rennes-le-Château, no tempo de Dagobert, era um baluarte visigodo, e o próprio Dagobert foi casado com uma princesa visigoda. A cidade poderia ter constituído algum tipo de tesouro. Há documentos que falam da grande riqueza acumulada por Dagobert e guardada nos arredores de Rennes-le-Château, visando conquistas militares. A descoberta de algum desses depósitos por Saunière explicaria a referência a Dagobert nos códigos.

Os cátaros. Os templários. Dagobert II. E ainda um tesouro, produto de saques acumulados pelos visigodos durante seus avanços tempestuosos pela Europa. Tal tesouro poderia incluir mais que o resultado de saques convencionais - possivelmente, artigos de relevância, tanto simbólica quanto literal, para a tradição religiosa ocidental. Em resumo, o legendário tesouro do Templo de Jerusalém poderia estar aí incluído - o qual, ainda mais que os templários, explicaria a referência a Sinai.

Em 66 d.C., a Palestina ergueu-se em revolta contra o jugo romano. Quatro anos depois, em 70 d. C., Jerusalém foi arrasada pelas legiões do imperador, sob o comando de seu filho Titus. O Templo foi saqueado, e o conteúdo do lugar "mais sagrado dos sacros" foi levado para Roma. Conforme descrição no arco triunfal de Titus, este conteúdo incluía o imenso candelabro de sete braços, tão sagrado ao judaísmo, e possivelmente a Arca da Aliança.

Mais de três séculos depois, em 410 d.C., Roma foi por sua vez saqueada. Invasores visigodos, liderados por Alaric, o Grande, pilha ram toda a riqueza da Cidade Eterna. Segundo o historiador

Procopius, Alaric escapou com "os tesouros de Salomão, rei dos hebreus, maravilhas aos olhos, pois eram em sua maioria enfeitados de esmeraldas e haviam sido roubados de Jerusalém pelos romanos".

Um tesouro poderia então ser a fonte da inexplicável fortuna de Saunière. O padre poderia ter descoberto um dos vários tesouros, ou um único que mudara de mãos repetidamente através dos séculos, passando talvez do Templo de Jerusalém aos romanos, depois aos visigodos e finalmente aos cátaros e/ou aos templários. Estaria explicado o fato de o tesouro pertencer a Dagobert II e a Sion.

Até aí nossa história parecia ser essencialmente uma história de tesouros. Como tal - mesmo envolvendo o Templo de Jerusalém - seria de relevância limitada. Pessoas estão constantemente descobrindo tesouros de um tipo ou de outro. São, com freqüência, descobertas excitantes, dramáticas e misteriosas, e muitas delas lançam importantes luzes sobre o passado. Poucas, no entanto, exercem alguma influência direta, de ordem política ou não, sobre o presente - a menos, é claro, que o tesouro em questão inclua um segredo de algum tipo, possivelmente explosivo.

Nós não eliminamos a possibilidade de Saunière haver descoberto um tesouro. Ao mesmo tempo, parecia claro que, além de qualquer outra coisa, ele descobrira também um segredo histórico de imensa importância no seu tempo, e talvez no nosso. Dinheiro, ouro ou jóias não explicariam, por si mesmos, muitas facetas de sua história. Não levariam à sua introdução no círculo de Hoffet, por exemplo, à sua associação com Debussy ou à sua relação com Emma Calvé. Não explicariam o imenso interesse da Igreja no assunto, a impunidade com a qual Saunière desafiara o bispo ou sua subseqüente exoneração pelo Vaticano, que pareceu mostrar uma preocupação urgente com o caso. Não explicariam a recusa de um padre em ministrar a extrema-unção a um moribundo, ou a visita de um arquiduque de Habsburgo a uma longínqua cidadezinha dos

Pirineus, especialmente numa ocasião, em 1916, em que seu país estava em guerra com a França. Dinheiro, ouro ou jóias tampouco explicariam a poderosa aura de mistificação que envolveu todo o caso, desde os códigos sofisticados até a queima, por Marie Denarnaud, de sua herança em dinheiro. E a própria Marie prometera divulgar um "segredo que conferia não só fortuna, mas poder" .

Na medida em que as informações se acumulavam, ficávamos cada vez mais convencidos de que a história de Saunière envolvia, além de riqueza, um segredo polêmico. Em outras palavras, pareceu-nos que o mistério não estava confinado a um remoto e isolado vilarejo e a um padre do século XIX. Algo irradiava de Rennes-le-Château e produzia ondas, talvez mesmo uma enchente, no mundo exterior. Teria a fortuna de Saunière vindo não de algo com valor intrinsecamente financeiro, mas do conhecimento de alguma coisa? Se este era o caso, poderia tal conhecimento ter-se traduzido em bens materiais? Poderia ter sido utilizado em chantagem, por exemplo? Seria a fortuna de Saunière oriunda do pagamento pelo seu silêncio?

Nós soubemos que ele recebera dinheiro de Johann Von Habsburgo. Ao mesmo tempo, o segredo do padre, qualquer que fosse, parecia ser de natureza mais religiosa que política. Além disso, suas relações com o arquiduque austríaco, segundo todos os relatos, era marcadamente cordial. Por outro lado, no final de sua carreira o Vaticano ameaçava-o com luvas de veludo e parecia bastante temeroso dele. Estaria Saunière chantageando o Vaticano? Tal chantagem seria tarefa presunçosa e arriscada para um homem, qualquer que fossem suas precauções. E se ele estivesse sendo ajudado e apoiado por outros, cuja importância os tornasse invioláveis, tais como os Habsburgo? E se o arquiduque Johann fosse apenas um intermediário, e o dinheiro fornecido por ele a Saunière proviesse, na realidade, dos cofres de Roma?

A Intriga

O primeiro de nossos três filmes sobre Saunière e o mistério de Rennes-le-Château - O *tesouro perdido de Jerusalém* - foi exibido em fevereiro de 1972. Não usava argumentos polêmicos. Simplesmente, narrava a história básica, tal como foi contada nas páginas anteriores. Não houve qualquer especulação sobre a existência de um segredo explosivo ou de chantagem em altas esferas. Vale mencionar que o filme não citava o nome de Emile Hoffet, o jovem seminarista parisiense a quem Saunière confidenciou seus pergaminhos.

Como talvez fosse de se esperar, após a exibição do filme recebemos um dilúvio de cartas, elogiosas ou excêntricas. Algumas ofereciam intrigantes sugestões. Uma delas, que o autor não desejava ver publicada, parecia merecer especial atenção. O missivista era um padre anglicano aposentado que parecia ser um curioso e provocador *non sequitur.* Escreveu com certeza e autoridade categóricas, com asserções claras e objetivas, sem titubeios, e com aparente descaso por acreditarmos ou não no que dizia. O tesouro, declarou sem escândalo, não envolvia ouro ou pedras preciosas. Era, ao contrário, uma "prova irrefutável" de que a crucificação havia sido uma fraude e que Jesus vivera até 45 d.C.

Isso soou, evidentemente, absurdo. O que seria, mesmo para um ateu convicto, uma prova irrefutável da sobrevivência de Cristo à crucificação? Éramos incapazes de imaginar algo crível que pudesse constituir não somente prova, mas, além disso, fosse irrefutável. Ao mesmo tempo, a abrupta extravagância da afirmação pedia esclarecimentos.

Como o autor da carta havia fornecido endereço para retorno, na primeira oportunidade fomos vê-lo para tentar uma entrevista.

Ele foi muito mais reticente no contato pessoal. Aparentou arrependimento por nos haver escrito. Recusou-se a desenvolver sua referência à "prova irrefutável" e só ofereceu um fragmento adicional

de informação. A prova, ou sua existência, havia sido revelada a ele por outro clérigo anglicano, Alfred Leslie Lilley.
Lilley, que morreu em 1940, havia publicado muito e não era desconhecido. Durante a maior parte de sua vida, mantivera contatos com o Movimento Modernista Católico, baseado principalmente em Saint Sulpice, em Paris, e conhecia Emile Hoffet. A trilha tornou-se circular, mas a conexão entre Lilley e Hoffet nos impedia de rejeitar sumariamente as afirmações do nosso missivista.
Evidências similares de um segredo monumental haviam surgido durante nossa pesquisa sobre a vida de Nicolas Poussin, o grande pintor do século XVII, cujo nome reaparecia ao longo da história de Saunière. Em 1656, Poussin, que vivia em Roma, teria recebido uma visita do abade Louis Fouquet, irmão de Nicolas Fouquet, superintendente de finanças de Luís XIV da França. De Roma, o abade despachara uma carta a seu irmão, descrevendo sua visita a Poussin. Parte desta carta merece menção.

Nós discutimos certas coisas que devo sem óbice ser capaz de explicar-lhe em detalhes - coisas que lhe darão, através do Senhor Poussin, vantagens que mesmo reis teriam dificuldades em obter e que, segundo ele, é possível que ninguém mais venha a redescobrir nos próximos séculos. São coisas tão difíceis de descobrir que nada sobre a Terra, hoje, pode significar melhor ou igual fortuna.

Nenhum historiador ou biógrafo de Poussin ou Fouquet explica esta carta, que se refere claramente a um assunto misterioso de imensa importância. Logo depois de recebê-la, Nicolas Fouquet foi detido e encarcerado por toda a vida. Segundo alguns relatos, foi mantido incomunicável - alguns historiadores o vêem como o provável Homem da Máscara de Ferro. Toda sua correspondência foi confiscada por Luís XIV, que a inspecionou pessoalmente. Nos anos que se seguiram o rei procurou obstinadamente obter o original de

Les Bergers d'Arcadie, de Poussin. Quando finalmente conseguiu, guardou o quadro em seus apartamentos privados, em Versalhes.

Embora de grande qualidade artística, o quadro é aparentemente ingênuo. Três pastores e uma pastora, em primeiro plano, estão reunidos em volta de uma grande e antiga tumba, contemplando a inscrição na pedra envelhecida: ET IN ARCADIA EGO. No fundo vislumbra-se uma paisagem montanhosa, irregular, do tipo geralmente associado com Poussin. Segundo Anthony Blunt e outros especialistas em Poussin, essa paisagem é totalmente mística, produto da imaginação do pintor. Entretanto, no início dos anos 70, uma tumba real foi localizada, idêntica àquela do quadro - idêntica em cenário, dimensões, proporções, forma, vegetação e até mesmo nas camadas circulares de rocha em que um dos pastores de Poussin repousa o pé. A tumba real se localiza na periferia de uma cidade chamada Arques, a aproximadamente 10km de Rennes-le-Château e a 5km do castelo de Blanchefort. A paisagem vista da frente do sepulcro é idêntica à do quadro. E um dos picos no fundo do quadro é, evidentemente, Rennes-le-Château.

Não há indicação da idade da tumba. Ela pode ter sido erigida recentemente, é claro, mas como fizeram seus construtores para encontrar um cenário tão parecido com aquele do quadro? De fato, ela deveria estar lá já no tempo de Poussin, *e Les Bergers d'Arcadie* deve ser um retrato fiel do sítio real. Segundo camponeses das vizinhanças, a tumba sempre esteve lá, até onde eles, seus pais e avós podem se lembrar. Fala-se de uma menção específica a ela, contida numa *mémoire* datada de 1709. Segundo registros na cidade de Arques, a terra em que se ergue a tumba pertenceu a um americano chamado Louis Lawrence, de Boston, Massachussetts, até sua morte, nos anos 50. Lawrence abriu o sepulcro nos anos 20 e encontrou-o vazio. Sua esposa e sua sogra foram sepultadas ali.

Se algum dia houve uma inscrição na tumba real, ela desapareceu há muito tempo. Quanto à inscrição na tumba do quadro de Poussin, esta parecia convencionalmente elegíaca, com a Morte anunciando

sua presença sombria também na Arcádia, paraíso pastoral idílico do mito clássico. Todavia, a inscrição é curiosa porque nela falta um verbo. Quando traduzida literalmente, lê-se: E EM ARCÁDIA EU...
Por que faltaria o verbo? Talvez por uma razão filosófica, para evitar qualquer noção de tempo, qualquer indicação de passado, presente ou futuro, induzindo assim à idéia de algo eterno? Ou talvez por uma razão de ordem mais prática.
Os códigos nos pergaminhos encontrados por Saunière repousavam fortemente em anagramas, na transposição e rearranjo de letras. Seria ET IN ARCADIA EGO também um anagrama? Poderia o verbo ter sido omitido de modo que a inscrição pudesse consistir unicamente de letras precisas? Um de nossos telespectadores, ao nos escrever, sugeriu que este poderia ser o caso, e rearranjou as letras em uma afirmação coerente em latim. O resultado foi:

I TEGO ARCANA DEI. *

* Vá embora! Eu guardo os segredos de Deus.

Ficamos contentes e intrigados com este engenhoso exercício. Não percebemos então quão extraordinariamente apropriada era a advertência resultante.

II
OS CÁTAROS E A GRANDE HERESIA

Começamos nossa investigação num ponto que já nos era razoavelmente familiar: a heresia cátara, ou albigense, e a Cruzada provocada por ela no século XIII. Já sabíamos que os cátaros figuravam de alguma maneira no mistério que circundava Saunière e Rennes-le-Château. Hereges medievais haviam sido numerosos na cidade e seus arredores, e sofreram brutalmente durante a Cruzada Albigense. De fato, toda a história da região é imersa em sangue

cátaro, e os resíduos desse sangue persistem, com muita amargura, até os dias de hoje. Muitos camponeses atuais da região, sem os inquisidores para irromper sobre eles, proclamam abertamente sua simpatia pelos cátaros. Existiram até mesmo uma igreja cátara e um papa cátaro que, até sua morte, em 1978, viveu na cidade de Arques.
Nós sabíamos que Saunière havia mergulhado na história e folclore de sua terra natal. Assim, ele não poderia ter evitado contato com o pensamento e as tradições cátaros. Não poderia desconhecer que Rennes-le-Château tinha sido uma cidade importante nos séculos XII e XIII, algo assim como um baluarte cátaro.
Saunière deve ter-se familiarizado com as inúmeras lendas ligadas aos cátaros. Deve ter ouvido os rumores que ligavam essas lendas ao fabuloso objeto, o cálice sagrado. E se Richard Wagner, em busca de alguma coisa relacionada com o cálice, realmente visitou Rennes-le Château, Saunière não pode ter ignorado o fato.
Além disso, em 1890, um homem chamado Jules Doinel tornou-se bibliotecário em Carcassonne e fundou uma igreja neocátara. O próprio Doinel escreveu muito sobre o pensamento cátaro e, por volta de 1896, se tornara um membro eminente de uma organização cultural local, a Sociedade de Artes e Ciências de Carcassonne, da qual foi eleito secretário em 1898. Esta sociedade incluía vários conhecidos de Saunière, entre eles seu melhor amigo, o abade Henri Boudet. Assim, é muito provável que Doinel e Saunière tenham se conhecido.
Outra razão existe, e mais provocante, para relacionar os cátaros com o mistério de Rennes-le-Château. Em um dos pergaminhos encontrados por Saunière, o texto é respingado com uma porção de letras pequenas - exatamente oito -, deliberadamente diferentes de todas as outras. Três dessas letras estão no topo e cinco no pé da página. Lidas em seqüência, formam duas palavras - REX MUNDI -, um termo indiscutivelmente cátaro, logo reconhecível como tal por qualquer pessoa familiarizada com o pensamento dessa seita.

Parecia razoável, portanto, iniciar nossa investigação pelos cátaros. Assim, começamos a estudar em detalhes suas crenças e tradições, sua história e seu meio. Nossa pesquisa abriu novas dimensões do mistério e gerou perguntas assustadoras.

A Cruzada Albigense

Em 1209, um exército de cerca de 30 mil homens, incluindo cavaleiros e infantes, desceu do norte da Europa para o Languedoc, as montanhas a nordeste dos Pirineus, onde fica hoje o sul da França. Na guerra que se seguiu, todo o território foi pilhado, as colheitas destruídas, as cidades e vilarejos arrasados. A população tomou a espada. Este extermínio ocorreu numa extensão tão vasta que pode bem ter constituído o primeiro caso de genocídio na história da Europa moderna. Só na cidade de Beziers, por exemplo, pelo menos 15 mil homens, mulheres e crianças foram mortos, muitos no próprio santuário da igreja. Quando um oficial perguntou ao representante do papa como ele conseguiria distinguir hereges e crentes verdadeiros, a resposta foi: "Mate-os todos. Deus reconhecerá os seus." Esta citação, amplamente narrada, pode ser apócrifa. Mesmo assim, caracteriza o fanatismo, o zelo e o prazer sanguinário com que as atrocidades foram perpetradas. O próprio representante papal, ao escrever a Inocêncio III em Roma, anunciou orgulhosamente que "nem idade, nem sexo, nem posição foram poupados".

Após Béziers, o exército invasor varreu todo o Languedoc. Caíram Narbonne, Carcassonne e Toulouse. Os vitoriosos deixaram uma trilha de sangue, morte e carnificina por onde passaram.

Essa guerra, que durou cerca de quarenta anos, é hoje conhecida como Cruzada Albigense: Foi uma Cruzada no sentido exato do termo, enviada pelo próprio papa. Seus participantes usavam uma cruz em suas túnicas, como os cruzados da Palestina. E as recompensas eram as mesmas: absolvição de todos os

pecados, remissão de penas, um lugar seguro no céu e, naturalmente, os produtos dos saques. Nessa Cruzada, além disso, não era necessário nem mesmo atravessar o mar e, de acordo com a lei feudal, era-se obrigado a lutar por no máximo quarenta dias. Assumia-se, é claro, que não havia interesse em saquear.

Quando a cruzada terminou, o Languedoc havia sofrido uma grande transformação, mergulhando na barbárie que caracterizava o resto da Europa. Por quê? Para que toda essa destruição, brutalidade e devastação?

No início do século XIII, a área hoje conhecida como Languedoc não fazia oficialmente parte da França. Era um principado independente, cuja cultura e instituições políticas possuíam menos afinidades com o norte do que com os reinos de Léon, Aragon e Castela, na Espanha. O principado era governado por várias famílias nobres, cujos chefes eram os condes de Toulouse e sua poderosa casa de Trencavel. Floresceu nos confins desse principado uma cultura que, na época, era a mais avançada e sofisticada da cristandade, com a possível exceção de Bizâncio.

O Languedoc e Bizâncio possuíam muitas coisas em comum. O ensino, por exemplo, era altamente considerado, o que não acontecia no norte da Europa. A filosofia e outras atividades intelectuais floresciam, poesia e amor cortês eram aplaudidos; o grego, o árabe e o hebraico eram entusiasticamente estudados; e em Lunel e Narbonne cresciam escolas devotadas à Cabala, antiga tradição esotérica do judaísmo. Mesmo a nobreza era letrada e literata, numa época em que a maioria dos nobres do norte não sabia sequer assinar o nome.

No Languedoc, como em Bizâncio, praticava-se uma tolerância religiosa civilizada, em contraste com o zelo fanático que caracterizava outras partes da Europa. Linhas de pensamento islâmico e judaico, por exemplo, eram importadas da Espanha, através de centros mercantis como Marselha ou através dos Pirineus. Ao mesmo tempo, a Igreja Romana não gozava de alta

estima; a notória corrupção dos clérigos romanos no Languedoc afastava a população. Em algumas igrejas, por exemplo, passavam-se trinta anos sem celebrar-se uma missa. Muitos padres, ignorando seus paroquianos, dirigiam negócios ou terras. Um arcebispo de Narbonne nunca visitou sua diocese.

Qualquer que tenha sido a corrupção da Igreja, o Languedoc havia atingido um ápice de cultura sem igual na Europa antes do Renascimento. Como em Bizâncio, havia elementos de complacência, de decadência e de fraqueza trágica que tornaram a região despreparada para enfrentar as invasões que sobrevieram depois. A nobreza do norte europeu e a Igreja Romana sabiam dessa vulnerabilidade e estavam ávidos por explorá-la. Por muitos anos eles tinham invejado a riqueza e o luxo do Languedoc. E a Igreja tinha razões para interessar-se. Sua autoridade na região estava enfraquecida. Além disso, no Languedoc, enquanto a cultura florescia, algo mais florescia também: a maior heresia da cristandade medieval.

Nas palavras da Igreja, o Languedoc estava "infectado" pela heresia albigense, "a lepra louca do sul". Embora os adeptos dessa heresia fossem essencialmente pacíficos, eles constituíam uma ameaça grave à autoridade romana, a mais grave que Roma experimentaria até três séculos depois, quando os ensinamentos de Martinho Lutero iniciaram a Reforma. Por volta de 1200, havia uma perspectiva real de que o catolicismo romano, como forma dominante de cristianismo, fosse substituído, no Languedoc, pela heresia. Ela estava se irradiando para outras partes da Europa, especialmente os centros urbanos da Alemanha, Flandres e Champagne, o que era ainda mais ameaçador aos olhos da Igreja.

Os hereges eram conhecidos por vários nomes. Em 1165 eles haviam sido condenados por um conselho eclesiástico no Languedoc, na cidade de Albi. Por esta razão, ou talvez porque Albi continuasse a ser um de seus centros, eles eram chamados com freqüência de albigenses; em outras ocasiões eram cátaros; na Itália,

patarines. Não raro, eram também estigmatizados com nomes de heresias anteriores, como arianos, marcionistas e maniqueístas.
Albigense e cátaro eram nomes genéricos. Não se referiam a uma única igreja coerente, como aquela de Roma, com teologia e doutrina fixas, codificadas, definitivas. Os hereges em questão pertenciam a uma multidão de seitas diversas, muitas sob a direção de um líder independente, cujo nome seus seguidores assumiam. Essas seitas se atinham a certos princípios comuns, mas divergiam radicalmente nos detalhes. Muitas de nossas informações provêm de fontes eclesiásticas, tais como documentos da Inquisição. Criar um quadro a partir de tais fontes é como tentar compreender a Resistência Francesa a partir de relatórios da Gestapo. Assim, é virtualmente impossível apresentar um resumo coerente e definitivo do que realmente constituiu o pensamento cátaro.
Em geral, os cátaros acreditavam numa doutrina de reencarnação e no reconhecimento de um princípio feminino de religião. De fato, os pregadores e professores das congregações cátaras, conhecidos como *parfaits* ["perfeitos"], eram de ambos os sexos. Ao mesmo tempo, rejeitavam a Igreja Católica e negavam a validade das hierarquias clericais, ou de intercessores oficiais e ordenados entre Deus e o Homem. No centro desta posição, reside um princípio importante: o repúdio à fé, pelo menos na forma em que a Igreja a prega. No lugar da fé aceita em segunda mão, os cátaros insistiam no conhecimento direto e pessoal, numa experiência religiosa ou mística apreendida em primeira mão. Esta experiência chamava-se *gnosis,* termo grego para "conhecimento", e os cátaros a privilegiavam sobre todos os credos e dogmas. A ênfase no contato pessoal direto com Deus tornava supérfluos padres, bispos e outras autoridades eclesiásticas.
Os cátaros eram também dualistas. Todo o pensamento cristão podia, certamente, ser visto como dualista, pois insistia no conflito entre dois princípios oponentes: bem e mal, espírito e carne, alto e baixo. Mas os cátaros levavam a dicotomia muito além do que o

catolicismo ortodoxo estava preparado para aceitar. Para os cátaros, homens eram as espadas com que os espíritos lutavam, sem que ninguém visse suas mãos. Toda a Criação estava imersa numa guerra perpétua entre dois princípios irreconciliáveis, luz e escuridão, espírito e matéria, bom e mau. O catolicismo posicionava um Deus supremo cujo adversário, o demônio, era definitivamente inferior. Os cátaros proclamavam a existência não de um Deus, mas de dois, com posições mais ou menos comparáveis. Um deles - "deus um" - era um ser, ou princípio, de puro espírito, limpo das manchas da carne. Era o deus do amor, considerado incompatível com o poder. Ora, a Criação material era uma manifestação de poder. Assim, a Criação material - o mundo - era intrinsecamente mau. Toda matéria era intrinsecamente má. O Universo, em síntese, era a obra de um deus usurpador, o deus do mal - ou, como os cátaros o chamavam, REX MUNDI, "deus do mundo".

O catolicismo repousava no que podia ser chamado um dualismo ético. O mal, embora saído talvez do demônio, manifesta-se primariamente através do homem e de suas ações. Em contraste, os cátaros viam a realidade totalmente impregnada de uma forma de dualismo cosmológico. Esta era, para eles, uma premissa básica, mas a resposta variava de seita para seita. Segundo alguns cátaros, o propósito da vida do homem na Terra era o de transcender a matéria, renunciar para sempre a qualquer coisa relacionada com o princípio do poder e, dessa forma, atingir a união com o princípio do amor. Segundo outros, o propósito do homem era reclamar e recuperar a matéria, espiritualizá-la, transformá-la. É importante notar a ausência de um dogma, doutrina ou teologia fixos. Como na maioria dos desvios da ortodoxia estabelecida, havia apenas algumas atitudes definidas de forma flexível, e as obrigações morais pertinentes a essas atitudes eram sujeitas à interpretação individual.

Aos olhos da Igreja Romana, os cátaros cometiam sérias heresias ao considerar a Criação, em nome da qual Jesus supostamente havia morrido, como intrinsecamente má, e ao considerar que Deus, cuja

palavra havia criado o mundo no início, era um usurpador. Sua mais grave heresia era, contudo, a atitude em relação ao próprio Jesus. Se a matéria era intrinsecamente má, Jesus não poderia ter partilhado dela, encarnado, e ainda ser o filho de Deus. Para alguns cátaros, ele era totalmente incorpóreo, um fantasma, uma entidade de puro espírito que, é claro, não poderia ter sido crucificado. A maioria dos cátaros, no entanto, parece tê-lo considerado um profeta como outros, um ser mortal que, em nome do princípio do amor, morreu na cruz. Em suma, não havia nada de místico, de sobrenatural, de divino, envolvendo a crucificação. Muitos pareciam duvidar que ela tivesse mesmo ocorrido.

De qualquer modo, todos os cátaros repudiavam veementemente a significância tanto da crucificação quanto da cruz, ou por considerarem essas doutrinas irrelevantes, ou porque Roma as exaltava tão fervorosamente, ou porque as circunstâncias brutais da morte do profeta não merecessem adoração. E a cruz - pelo menos em associação com o calvário e a crucificação - era considerada um emblema de Rex Mundi, senhor do mundo material, a própria antítese do verdadeiro princípio redentor. Jesus, se era mortal, tinha sido um profeta do amor. E AMOR, quando invertido ou pervertido, ou ainda deturpado em poder, tornava-se ROMA, cuja opulência e luxo figuravam para os cátaros como a manifestação palpável, na Terra, da soberania de Rex Mundi. Como conseqüência, eles não só recusavam a adoração da cruz como também negavam os sacramentos, inclusive o batismo e a comunhão.

A despeito dessas posições teológicas sutis, complexas, abstratas e, para uma mentalidade moderna, irrelevantes, a maioria dos cátaros não era fanática. Atualmente, é moda no meio intelectual considerar os cátaros uma congregação de sábios, místicos iluminados ou iniciados em conhecimentos misteriosos, e detentores de segredos cósmicos. Na realidade, a maioria deles era composta de homens e mulheres mais ou menos comuns, que encontraram em seu credo um refúgio contra a severidade do catolicismo ortodoxo e um

repouso para os dízimos, penas, obséquias, exigências e outras imposições sem fim da Igreja Romana.
Por mais intricada que fosse sua teologia, os cátaros, na prática, eram um povo eminentemente realista. Por exemplo, condenavam a procriação - uma vez que a propagação da carne não estava a serviço do princípio do amor, mas de Rex Mundi - mas não eram ingênuos a ponto de advogar a abolição da sexualidade. Havia, é verdade, um sacramento cátaro, ou algo equivalente, chamado *Consolamentum,* que compelia à castidade. Com exceção dos *parfaits,* contudo, que eram normalmente homens e mulheres sem família, o *Consolamentum* não era administrado até que se estivesse à beira da morte, e não é muito difícil ser casto quando se está morrendo. A congregação, de modo geral, tolerava a sexualidade, se não a sancionava explicitamente. Como se pode condenar a procriação enquanto se desculpa a sexualidade? Algumas evidências sugerem que os cátaros utilizavam controle de natalidade e aborto. Nós conhecemos a posição atual de Roma sobre estes assuntos. Não é difícil imaginar com que energia e zelo vingativo esta posição se manifestava na Idade Média.
Em geral, os cátaros pareciam levar uma vida de extrema devoção e simplicidade. Como deploravam igrejas, usualmente conduziam seus rituais e serviços ao ar livre ou em algum edifício disponível - um celeiro, uma casa, o salão municipal. Também praticavam o que hoje chamamos meditação. Eram estritamente vegetarianos, embora se permitissem comer peixe. Quando viajavam pelo interior, os *parfaits* iam sempre aos pares, o que dava crédito aos rumores de sodomia lançados pelos seus inimigos.

O Cerco de Montségur

Este foi, então, o credo que se espalhou no Languedoc e províncias adjacentes numa escala que ameaçou deslocar o catolicismo. Por

inúmeras e compreensíveis razões, muitos nobres achavam o credo atraente. Alguns incentivavam a tolerância geral, outros eram mesmo anticlericais. Alguns estavam desiludidos com a corrupção da Igreja, outros haviam perdido a paciência com o sistema do dízimo, através do qual os proventos de suas terras desapareciam nos cofres de Roma. Muitos nobres então, em idade avançada, se tornavam *parfaits.* Estima-se que 30% de todos os *parfaits* vinham da nobreza do Languedoc.

Em 1145, meio século antes da Cruzada Albigense, São Bernardo em pessoa viajou ao Languedoc para pregar contra os hereges. Ao chegar, ficou mais horrorizado com a corrupção de sua própria Igreja. No que concerne aos hereges, Bernardo ficou bem impressionado: "Nenhum sermão é mais cristão que o deles", declarou, "e sua moral é pura."

Por volta de 1200, desnecessário dizer, o temor de Roma havia crescido. Ela conhecia a inveja com que os barões do norte da Europa olhavam para as ricas terras e cidades do sul. Esta inveja seria aproveitada, e os senhores nortistas constituiriam as tropas de choque da Igreja. Só era preciso alguma provocação, alguma desculpa, para acender a opinião popular.

Tal desculpa não demorou a surgir. Em 14 de janeiro de 1208, um dos embaixadores do papa no Languedoc, Pierre de Castelnau, foi assassinado. O crime parece ter sido cometido por rebeldes anticlericais sem nenhuma filiação cátara. Mesmo assim, de posse do pretexto de que necessitava, Roma não hesitou em culpar os cátaros. O papa Inocêncio III ordenou imediatamente uma Cruzada. Perseguições a hereges houve de modo intermitente durante todo o século anterior, mas agora a Igreja mobilizava suas forças em grande escala. A heresia deveria ser extirpada de uma vez por todas.

Um exército enorme foi reunido sob o comando do abade de Citeaux. As operações militares foram confiadas a Simon de Montfort, pai do homem que mais tarde desempenharia um papel crucial na história da Inglaterra. Sob a liderança de Simon, os cruzados do

papa partiram com o objetivo de reduzir a ruínas a mais alta cultura européia da Idade Média. Nessa santa tarefa, foram ajudados por um novo e útil aliado, o fanático espanhol Dominic Guzman. Impelido por um ódio raivoso contra a heresia, Guzman criou em 1216 a ordem monástica depois chamada dominicana. E em 1233 os dominicanos produziram uma instituição ainda mais infame: a Santa Inquisição. Os cátaros não seriam suas únicas vítimas. Antes da Cruzada Albigense, muitos nobres do Languedoc - especialmente as influentes casas de Trencavel e Toulouse - haviam sido extremamente amigáveis com a grande população judia local. Essa proteção e apoio seriam agora compulsoriamente retirados.

Simon de Montfort foi morto em 1218, sitiando Toulouse, mas a depredação do Languedoc continuou, com breves tréguas, por mais um quarto de século. Por volta de 1243, contudo, toda resistência organizada, se é que houve alguma, havia cessado. Todas as cidades e bastiões cátaros tinham caído sob as invasões nortistas, com exceção de alguns pontos fortes, remotos e isolados. Entre eles, o mais importante foi Montségur, suspenso como um arco celestial sobre os vales circundantes.

Montségur foi sitiada durante dez meses, suportando assaltos repetidos e mantendo uma resistência tenaz. Em março de 1244, a fortaleza finalmente capitulou. O *catharism* cessou de existir, pelo menos ostensivamente, no sul da França. Mas idéias nunca são eliminadas definitivamente. Por exemplo, Emmanuel Le Roy Ladurie narra em *Montaillou,* com base em documentos da época, as atividades dos cátaros sobreviventes quase um século depois da queda de Montségur. Pequenos grupos de hereges continuaram a sobreviver nas montanhas, vivendo em cavernas, aferrando-se ao seu credo e continuando uma guerrilha amarga contra os perseguidores. É de conhecimento geral que a fé cátara persistiu em muitos lugares do Languedoc, inclusive nos arredores de Rennes-le-Château. E muitos escritores têm buscado raízes de heresias européias posteriores até encontrar ramos do pensamento cátaro -

por exemplo, entre os valdenses, os hussitas, os adamitas ou irmãos do livre espírito, os anabatistas e os estranhos camitas, muitos dos quais encontraram refúgio em Londres no início do século XVIII.

O Tesouro Cátaro

O misticismo criado em torno dos cátaros cresceu durante a Cruzada Albigense e persiste até hoje. Isso se deve, em parte, ao clima de romance que circunda qualquer causa trágica e perdida - aquela do príncipe Bonnie Charlie, por exemplo - com um lustro mágico, uma nostalgia fantástica, uma aura de lenda. Embora as lendas tenham sido exageradas e romanceadas, descobrimos que alguns enigmas associados com os cátaros eram reais. Um deles residia em sua origem, questão que nos parecia acadêmica, mas que mais tarde se revelaria importante. A maioria dos historiadores recentes tem argumentado que os cátaros eram uma derivação dos bogomil, uma seita ativa na Bulgária , durante os séculos X e XI, cujos missionários teriam migrado para o oeste. Sem dúvida, os hereges do Languedoc incluíam vários bogomil. E, realmente, um pregador bogomil foi proeminente nas questões políticas e religiosas da época. Entretanto, nossa pesquisa revelou evidências substanciais de que os cátaros representaram o florescimento de alguma coisa já secularmente enraizada em solo francês. Eles parecem haver surgido, quase diretamente, de heresias instaladas na França desde o advento da era cristã. Existem outros mistérios ainda mais intrigantes associados aos cátaros. Jean de Joinville, por exemplo, ao escrever sobre sua amizade com Luís IX durante o século XIII, diz: "O rei [Luís IX] contou-me uma vez que vários homens albigenses haviam pedido ao conde de Montfort para ir e olhar o corpo de Nosso Senhor, que se havia tornado carne e sangue nas mãos de seu sacerdote." De acordo com este relato, Montfort foi tomado de surpresa por esse convite e declarou, ofendido, que sua comitiva poderia ir, se quisesse, mas que ele se manteria fiel à doutrina da Santa Igreja.

Não há maior elaboração ou explicação desse incidente, comentado *en passant* por Joinville. O que podemos concluir desse convite enigmático? O que estavam os cátaros fazendo? Que tipo de ritual estaria envolvido? Se não era uma missa, que os cátaros repudiavam, o que poderia ser "o corpo de Nosso Senhor (...) tornado carne e sangue"? Certamente tratava-se de uma declaração literal demais, portanto perturbadora.

Outro mistério envolve o legendário tesouro cátaro. Sabe-se que os cátaros eram extremamente ricos. Seu credo os proibia de portar armas. Embora muitos ignorassem tal proibição, o fato é que mercenários eram empregados em grande quantidade, a um custo considerável. As fontes da riqueza cátara - a fidelidade de poderosos proprietários de terras, por exemplo - eram óbvias e explicáveis. Todavia, durante a Cruzada Albigense surgiram rumores a respeito de um fantástico tesouro místico, muito mais importante que riqueza material. Presume-se que esse tesouro, qualquer que tenha sido, era guardado em Montségur. Quando a fortaleza caiu, nada foi encontrado. Entretanto, ocorreram incidentes extremamente singulares, relacionados com o cerco e a capitulação de Montségur.

Durante o cerco, os atacantes, em número superior a 10 mil, tentaram circundar a montanha e impedir toda saída ou entrada, esperando assim matar os sitiados de fome. Contudo, apesar de sua força numérica, eles não possuíam homens em quantidade suficiente para tornar o bloqueio completamente seguro. Além disso, muitas tropas eram locais e simpatizantes dos cátaros, e inúmeras outras eram simplesmente não confiáveis. Em conseqüência, não era difícil passar desapercebido através das linhas dos atacantes. Havia muitos vazios, através dos quais homens saíam e entravam, e suprimentos atingiam seu destino na fortaleza.

Os cátaros aproveitaram esses vazios. Em janeiro, quase três meses antes da queda da fortaleza, dois *parfaits* escaparam. Segundo relatos confiáveis, eles carregaram consigo a riqueza material dos cátaros muito ouro, prata e moedas, que levaram a uma

caverna fortificada nas montanhas e de lá a um castelo aliado. Depois o tesouro desapareceu e nunca mais se ouviu falar nele.
Em 1º. de março, Montségur finalmente capitulou. Seus defensores eram então menos de quatrocentos - 150 a 180 *parfaits,* o restante cavaleiros, valetes e suas famílias. Os termos de rendição propostos eram surpreendentemente tolerantes. Os combatentes receberiam perdão total de todos os crimes precedentes. Receberiam permissão para partir com suas armas, bagagem e alguns presentes, inclusive dinheiro que porventura tivessem recebido de seus empregadores. Aos *parfaits* também foi concedida uma generosidade inesperada: seriam liberados e submetidos a penas leves, com a condição de abjurar suas crenças heréticas.
Os defensores solicitaram uma trégua de duas semanas, com cessação completa das hostilidades, a fim de considerar os termos propostos. Numa demonstração de generosidade não característica, os atacantes concordaram. Em compensação, os defensores voluntariamente ofereceram reféns, estabelecendo-se que eles seriam executados se alguém tentasse escapar da fortaleza.
Seriam os *parfaits* tão comprometidos com suas crenças a ponto de escolher voluntariamente o martírio em lugar da conversão? Ou haveria algo que eles não podiam - ou não se atreviam - confessar à Inquisição? Qualquer que seja a resposta, nenhum dos *parfaits,* até onde se sabe, aceitou os termos dos atacantes. Todos escolheram o martírio. Além disso, pelo menos vinte dos outros ocupantes da fortaleza, seis mulheres e cerca de quinze combatentes voluntariamente receberam o *Consolamentum* e tornaram-se *parfaits,* aceitando assim a morte certa.
A trégua expirou em 15 de março. Na madrugada do dia seguinte, mais de duzentos *parfaits* foram rudemente arrastados montanha abaixo. Nenhum deles cometeu perjúrio. Como não houvesse tempo para que se levantassem estacas individuais, eles foram trancados em uma grande cerca no pé da montanha e queimados *en masse.* Os remanescentes da milícia, confinados no castelo, eram forçados a

assistir, sendo prevenidos de que se algum deles procurasse escapar seria morto, assim como os reféns. Apesar do risco, contudo, a milícia concordou em esconder quatro *parfaits.* E na noite de 16 de março esses quatro homens, acompanhados de um guia, procederam à ousada fuga - de novo com o conhecimento e a cumplicidade da milícia. Desceram a escarpada face oeste da montanha, baixados em cordas de uma centena de metros cada uma. Que estariam esses homens fazendo? Qual seria o propósito de sua perigosa escapada, que implicava tamanho risco tanto para a milícia quanto para os reféns? No dia seguinte eles poderiam ter saído da fortaleza, livres para recomeçar suas vidas. Por alguma razão desconhecida, no entanto, embarcaram em uma perigosa fuga noturna que poderia facilmente tê-los levado à morte.

Segundo a tradição, esses quatro homens carregavam consigo o legendário tesouro cátaro. Mas um tesouro já havia sido contrabandeado de Montségur três meses antes. E, de qualquer forma, quanto tesouro - ouro, prata ou moeda - poderiam três ou quatro homens carregar nas costas, pendurados em cordas, montanha abaixo? Se os quatro fugitivos estavam realmente carregando alguma coisa, seria algo diferente de riqueza material.

Que poderiam estar carregando? Acessórios da crença cátara, talvez, livros, manuscritos, ensinamentos secretos, relíquias, objetos religiosos de alguma espécie; talvez algo que, por uma ou outra razão, não podia cair em mãos hostis. Isto poderia explicar uma fuga que implicasse tal risco para todos. Se alguma coisa tão preciosa tivesse que ser mantida fora do alcance de mãos hostis, por que não havia sido contrabandeada três meses antes, junto com o tesouro material? Por que foi retida na fortaleza até o último e perigoso momento?

A data precisa da trégua nos permitiu deduzir uma resposta possível a estas perguntas. Ela foi pedida pelos defensores da fortaleza, que ofereceram reféns a fim de obtê-la. Por alguma razão, os defensores

parecem ter considerado isso necessário - ainda que, dessa forma, só conseguissem retardar o inevitável desenlace por duas semanas. Concluímos que tal demora talvez fosse necessária para ganhar tempo. Não um tempo qualquer, mas aquele tempo específico. Ele coincidiu com o equinócio - e o equinócio pode bem ter significado uma condição ritual para os cátaros. Também coincidiu com a Páscoa. Sabe-se que um certo festival acontecia em 14 de março, véspera da expiração do prazo. Existe pouca dúvida de que a trégua foi solicitada de modo a que o festival pudesse acontecer, e de que este não poderia ser realizado em uma data escolhida ao acaso. Qualquer que tenha sido o festival, ele certamente causou forte impressão nos mercenários contratados; alguns deles se converteram à crença cátara, desafiando assim a morte inevitável. Poderia este fato conter a chave, pelo menos parcial, para se descobrir o que era a coisa contrabandeada de Montségur duas noites mais tarde? Essa coisa teria sido necessária para o festival do dia 14? Seria ela instrumental na persuasão de pelo menos vinte dos defensores, os quais se tornaram *parfaits* no último momento? Poderia ter assegurado a cumplicidade subseqüente da milícia, mesmo com risco de vidas? Se a resposta a todas estas questões é sim, isto explicaria por que ela foi removida no dia 16 e não antes - em janeiro, por exemplo, quando o tesouro monetário foi transportado para lugar seguro.

O Mistério dos Cátaros

Na medida em que ponderávamos sobre estas conclusões, lembrávamo-nos constantemente das lendas que ligavam os cátaros ao cálice sagrado. Não estávamos preparados para encará-las como algo mais do que mitos. Na verdade, não estávamos preparados nem mesmo para afirmar que o cálice houvesse existido. Ainda que o fizéssemos, não podíamos imaginar que um copo ou cálice, houvesse ele contido ou não o sangue de Jesus, fosse tão precioso

para os cátaros, para quem Jesus, afinal, era incidental. Entretanto, as lendas continuaram a nos assombrar e confundir.
Por mais evasiva que fosse, alguma ligação parecia existir entre os cátaros e o culto ao cálice, na forma como ele evoluiu durante os séculos XII e XIII. Vários escritores têm argumentado que os romances sobre o cálice - os de Chrétien de Troyes e de Wolfram Von Eschenbach, por exemplo - constituem uma interpolação do pensamento cátaro, disfarçado em simbolismos que foram elaborados no próprio coração da cristandade ortodoxa. Pode haver algum exagero nesta asserção, mas há também alguma verdade. Durante a Cruzada Albigense, os eclesiásticos investiram contra os romances sobre o cálice, declarando-os perniciosos, até heréticos. E em alguns desses romances existem passagens isoladas que, além de altamente não ortodoxas, são sem dúvida dualistas - ou seja, cátaras.
Ainda mais, Wolfram Von Eschenbach declara em um de seus romances que o castelo do cálice se situava nos Pirineus, uma afirmação que Richard Wagner pode ter tomado literalmente. Segundo Wolfram, o nome do castelo era Munsalvaesche - aparentemente, uma versão alemã de Montsalvat, termo cátaro. E em um dos poemas de Wolfram, o senhor do castelo do cálice se chamava Perilla. Ora, o lorde de Montségur era Raimon de Pereille, e seu nome aparece em documentos da época como Perilla, em latim.
Se tais coincidências persistiam em nos assombrar, elas devem também ter assombrado Saunière, que estava, afinal, mergulhado nas lendas e no folclore da região. Como qualquer outro nativo dali, Saunière devia perceber constantemente a proximidade de Montségur, cujo destino trágico ainda dominava a consciência local. Para ele, a própria proximidade da fortaleza pode ter tido algumas implicações de ordem prática.
Alguma coisa havia sido contrabandeada de Montségur logo após o término da trégua. Segundo a tradição, os quatro homens que escaparam da cidadela sitiada carregavam consigo o tesouro cátaro.

Mas o tesouro monetário havia sido carregado três meses antes. Poderia o tesouro cátaro, e o tesouro que Saunière descobriu, consistir fundamentalmente de um segredo? Poderia esse segredo estar relacionado, de alguma maneira inimaginável, a algo que ficou conhecido como o cálice sagrado? Para nós, parecia inconcebível que os romances sobre o cálice pudessem ser tomados literalmente.

Se alguma coisa foi contrabandeada de Montségur, ela foi levada a algum lugar. Segundo a tradição, foi levada para as cavernas fortificadas de Ornolac, em Ariège, onde um bando de cátaros foi exterminado logo em seguida. Mas nada além de esqueletos foi encontrado em Ornolac. Por outro lado, Rennes-le-Château fica somente a meio dia, a cavalo, de Montségur. O que quer que seja que tenha sido contrabandeado de Montségur pode bem ter sido levado a Rennes-le-Château ou, mais provavelmente, a algumas cavernas que esburacam as montanhas ao redor. Se a descoberta de Saunière fosse o segredo de Montségur, muita coisa seria explicada.

No caso dos cátaros, assim como no de Saunière, a palavra tesouro parece esconder algum tipo de conhecimento ou informação. A devoção tenaz dos cátaros e sua antipatia militante por Roma nos levaram a imaginar que tal conhecimento ou informação, se existisse, seria relacionado de alguma forma com o cristianismo - sua doutrina e teologia, sua história e origens. Em resumo: seria possível que os cátaros, ou pelo menos alguns deles, soubessem de algo que tivesse produzido o fervor selvagem com que Roma desejou seu extermínio? O padre que nos escreveu referira-se a uma prova irrefutável. Conheciam os cátaros essa prova?

Naquele momento só podíamos especular de forma mais ou menos errante. As informações sobre os cátaros eram em geral tão escassas que impediam até mesmo a formação de uma hipótese de trabalho. Por outro lado, nossa pesquisa sobre os cátaros invadia repetidamente outro assunto, ainda mais enigmático e envolto em lendas: os templários. Estendendo a eles nossa pesquisa,

começamos a gerar documentação concreta. E o mistério começou a assumir proporções bem maiores do que imagináramos.

III
OS MONGES COMBATENTES

A pesquisa sobre os templários revelou-se tarefa ousada. O volume de material escrito sobre o assunto era intimidante, e no início não estávamos certos de que se tratasse de material confiável. Se os cátaros tinham engendrado um redemoinho de lendas românticas e espúrias, os templários tinham engendrado muito mais.
Estes personagens, que desempenharam um papel tão crucial nas Cruzadas, nos eram familiares: os violentos monges guerreiros, cavaleiros místicos envoltos em mantos brancos com suas grandes cruzes vermelhas. Eles representavam os arquétipos dos cruzados, tropas tempestuosas da Terra Santa, que lutaram e morreram heroicamente, aos milhares, por Cristo. Todavia, ainda hoje muitos escritores os consideram como uma instituição mais misteriosa, uma ordem essencialmente secreta, concentrada em intrigas obscuras, maquinações clandestinas, conspirações e desígnios sombrios. E restava um fato perturbador, inexplicável. Ao final de sua carreira de duzentos anos, esses campeões de Cristo vestidos de branco foram acusados de negar e repudiar o próprio Cristo, de tripudiar e cuspir na cruz.
Em *Ivanhoé,* de Scott, os templários são mostrados como baderneiros, orgulhosos e arrogantes, déspotas ambiciosos e hipócritas que abusavam desavergonhadamente de seu poder, manipuladores ardilosos que orquestravam assuntos de homens e reinos. Outros escritores do século XIX os descrevem como satânicos, vis, adoradores do demônio, praticantes de toda sorte de rituais obscenos, abomináveis, heréticos. Historiadores mais recentes tendem a vê-los como vítimas indefesas, bodes expiatórios das manobras políticas da Igreja e do Estado. Outros escritores

existem, especialmente na tradição da maçonaria, que encaram os templários como iniciados místicos, guardiães de uma sabedoria secreta que transcende o próprio cristianismo.
Qualquer que seja a parcialidade ou orientação de tais escritores, ninguém duvida do zelo heróico dos templários ou de sua contribuição para a história. Também não resta dúvida de que essa ordem permanece como uma das instituições mais glamourosas e enigmáticas dos anais da cultura ocidental. Nenhuma narrativa das Cruzadas, ou mesmo da Europa dos séculos XII e XIII, deixa de mencionar os templários. Em seu ápice, eles formaram a organização mais poderosa e influente de toda a cristandade, sendo o papado a única e possível exceção.
Entretanto, permanecem algumas perguntas. Quem e o que eram os templários? Eram aquilo que aparentavam ser, ou eram algo mais? Eram simples soldados sobre os quais uma aura de legenda e de mistificação foi depois colocada? Por que isto teria acontecido? Alternativamente, haveria um mistério genuíno relacionado com eles? Haveria algum fundamento no posterior embelezamento do mito?
Nós consideramos primeiro as narrativas já aceitas sobre os templários, aquelas fornecidas por historiadores respeitados e responsáveis. Essas narrativas, em praticamente todos os pontos, levantavam mais perguntas que respostas. Submetidas a exame, desmontaram; mais do que isso, sugeriram a existência de um certo mascaramento. Não pudemos fugir da suspeita de que alguma coisa fora deliberadamente escondida; uma máscara havia sido confeccionada, sendo depois meramente repetida pelos historiadores.

Templários: A Narrativa Ortodoxa

A primeira informação histórica sobre os templários, amplamente conhecida, foi feita por um historiador frâncico, Guillaume de Tyre,

que escreveu entre 1175 e 1185. Foi a época do ápice das Cruzadas , quando exércitos ocidentais já haviam conquistado a Terra Santa e estabelecido o reino de Jerusalém - ou, como era chamado pelos próprios templários, Ultramar, a Terra Além do Mar. Quando Guillaume de Tyre começou a escrever, a ocupação da Palestina já durava sete anos, e a existência dos templários mais de cinqüenta. Guillaume escreveu sobre acontecimentos que antecediam o seu próprio tempo. Tratou de eventos que não testemunhou ou experimentou pessoalmente, mas que aprendeu de segunda ou terceira mão e, sobretudo, em bases de autoridade incerta. Não houve cronistas em Ultramar entre 1127 e 1144. Não existem registros escritos desses anos cruciais.

Não sabemos muito sobre as fontes de Guillaume, o que lança dúvidas sobre algumas de suas afirmações. Ele pode tê-las obtido de vozes do povo, a partir de uma tradição oral não muito confiável. Ou pode ter consultado os próprios templários, passando adiante o que ouviu deles. Se este foi o caso, significa que ele narrou somente o que os templários queriam que narrasse.

Guillaume nos fornece algumas informações básicas. Nelas se baseiam todas as narrativas posteriores sobre os templários, todas as explicações para a fundação da ordem e as atividades que desenvolveu. Por força da imprecisão de Guillaume e da época em que ele escreveu, assim como da escassez de fontes documentadas em seu trabalho, ele constitui uma base precária para que se construa um quadro definitivo. Suas crônicas, certamente, são úteis. Mas é um erro - no qual muitos historiadores incorreram – considerá-las indiscutíveis e totalmente corretas. Até mesmo as datas de Guillaume, como Sir Steven Runciman enfatiza, "são confusas e às vezes equivocadas".

Segundo Guillaume, a Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão foi fundada em 1118 por um tal Hugues de Payen, um nobre da região de Champagne, vassalo do conde de Champagne. Um dia, sem ter sido solicitado, Hugues apresentou-se

com oito companheiros no palácio de Baudouin I, rei de Jerusalém, cujo irmão mais velho, Godfroi de Bouillon, havia capturado a Cidade Santa dezenove anos antes. Baudouin parece tê-los recebido cordialmente, e o mesmo fez o patriarca de Jerusalém, líder religioso do novo reino e emissário especial do papa.

O objetivo declarado dos templários, continua Guillaume de Tyre, era, "tanto quanto permitissem suas forças, manter as estradas e rodovias seguras (...), tomando um cuidado especial com a proteção dos peregrinos". Era um objetivo aparentemente tão meritório, que o rei colocou uma ala inteira do palácio à disposição dos cavaleiros, que, a despeito de seu declarado voto de pobreza, se instalaram nessa luxuosa residência. Segundo a tradição, seu quartel foi construído sobre as fundações do Templo de Salomão. Daí o nome da ordem.

Durante nove anos, conta ainda Guillaume de Tyre, os nove cavaleiros não admitiram novos candidatos à ordem. Deviam viver em estado de pobreza; tamanha pobreza que, nos selos oficiais, dois cavaleiros apareciam cavalgando um só cavalo, implicando não só irmandade mas penúria, que impede montarias separadas. Este estilo de sela, existente - se diz - desde o princípio da ordem, é freqüentemente encarado como o utensílio mais famoso e distintivo dos templários. Contudo, ele data de um século depois, quando os templários não eram nada pobres - se é que, na verdade, um dia o foram.

Escrevendo meio século depois, Guillaume diz que os templários se estabeleceram em 1118 e mudaram-se para o palácio do rei, supostamente para proteger os peregrinos nas estradas e rodovias da Terra Santa. Entretanto, naquela época havia um historiador oficial, empregado pelo rei. Seu nome era Fulk de Chartres, e ele não escreveu cinqüenta anos depois da pretensa fundação da ordem, mas durante os anos em questão. Curiosamente, Fulk de Chartres não menciona Hugues de Payen, ou seus companheiros, ou qualquer coisa relacionada, mesmo remotamente, aos templários. Na

realidade, houve um intrigante silêncio sobre as atividades dos templários durante os primeiros anos de sua existência. Não existe registro - nem mesmo mais tarde - de peregrinos sendo protegidos por eles. E não podemos deixar de admirar que tão poucos homens pudessem pretender dar cabo de tão gigantesca tarefa. Nove homens para proteger os peregrinos de todos os cantos da Terra Santa? Somente nove? Todos os peregrinos? Se este era o objetivo, eles deveriam ser simpáticos a novos recrutas. Entretanto, segundo Guillaume de Tyre, não admitiram novos candidatos à ordem por nove anos. A despeito disso, em uma década a fama dos templários parece ter-se espalhado na Europa. Autoridades eclesiásticas falavam deles com louvor e aplaudiam seu trabalho cristão. Por volta de 1128, um panfleto elogiando suas virtudes e qualidades foi produzido por ninguém menos que São Bernardo, abade de Clairvaux e principal porta-voz da cristandade. O panfleto de Bernardo, *Elogio à nova cavalaria,* declara os templários epítome e apoteose dos valores cristãos.

Nove anos depois, em 1127, a maioria dos nove cavaleiros retornou à Europa e recebeu uma acolhida triunfal, orquestrada em grande parte pelo próprio São Bernardo. Em janeiro de 1128 um conselho foi criado em Troyes - corte do conde de Champagne, Hugues de Payen -, também sob inspiração de São Bernardo. Nesse conselho os templários foram oficialmente reconhecidos e incorporados como uma ordem religiosa militar. Hugues de Payen recebeu o título de grão mestre. Ele e seus subordinados seriam monges guerreiros, soldados místicos, combinando a disciplina austera do claustro e um zelo marcial próximo do fanatismo; uma milícia de Cristo, como foram chamados na época. E, de novo, foi São Bernardo quem ajudou a estabelecer, com um prefácio entusiástico, a regra de conduta à qual os cavaleiros deveriam aderir. Uma regra baseada naquela da Ordem Monástica Cisterciense, na qual o próprio Bernardo era a influência dominante.

Os templários faziam voto de pobreza, castidade e obediência. Eram obrigados a cortar o cabelo, mas proibidos de cortar a barba, distinguindo-se assim numa época em que a maioria dos homens se barbeava. Sua dieta, hábito e outros aspectos da vida diária eram regulados estritamente segundo ambas as rotinas, a da ordem monástica e a da ordem militar. Todos eram obrigados a usar hábito ou sobretudo e toga brancos, freqüentemente envolvidos no manto branco que os tornou famosos. A lei da ordem estipulava: "Somente aos Cavaleiros de Cristo é permitido usar hábitos brancos, ou mantos brancos." E elaborava o significado simbólico desse aparato: "Forneceremos a todos os cavaleiros declarados, tanto no inverno como no verão, roupas brancas, de modo que aqueles que deixaram atrás de si uma vida escura possam saber que serão recomendados ao Criador por uma vida pura e branca."

Adicionalmente, a regra estabelecia uma hierarquia e um aparato flexíveis. E o comportamento no campo de batalha era rigorosamente controlado. Eram impelidos a lutar até a morte. Só lhes era permitido bater em retirada se enfrentassem um grupo que os excedesse em mais que o triplo. Capturados, não podiam pedir clemência ou resgate.

Em 11396 uma encíclica seria enviada pelo papa Inocêncio II, antigo monge cisterciense de Clairvaux e protegido de São Bernardo. Segundo essa encíclica, os templários deviam obediência a ninguém mais, além do próprio papa. Em outras palavras, eles se tornavam independentes de todos os reis, príncipes e prelados, e de toda interferência de autoridades políticas ou religiosas. Tornaram-se, de fato, uma lei, um império internacional autônomo.

Durante as duas décadas que se seguiram ao Conselho de Troyes, a ordem se expandiu com uma rapidez extraordinária e numa escala sem precedentes. Quando Hugues de Payen visitou a Inglaterra em fins de 1128, foi recebido com "grande adoração" pelo rei Henrique I. Os filhos jovens de famílias nobres de toda a Europa se apressaram a entrar para as fileiras da ordem, e vastas doações - em dinheiro,

mercadorias e terras - foram feitas em todos os cantos da cristandade. Hugues de Payen doou suas propriedades, e todos os novos recrutas passaram a ser obrigados a fazer o mesmo. Ao serem admitidos na ordem, os homens eram compelidos a transferir todas as suas posses.

Dadas essas diretrizes, não é de se admirar que os bens dos templários se multiplicassem. Doze meses após o Conselho de Troyes, a ordem mantinha terras na França, Inglaterra, Escócia, Flandres, Espanha e Portugal. Em mais uma década, eles tomaram também territórios na Itália, Áustria, Alemanha, Hungria e Terra Santa, além de se dirigirem para o leste. Embora os cavaleiros, pessoalmente, estivessem ligados ao seu voto de pobreza, isto não impedia a ordem de abarcar riquezas, e numa escala sem precedentes. Qualquer presente era bem-vindo. Ao mesmo tempo, a ordem não podia dispor de nada, nem mesmo para resgatar seus líderes. O Templo recebia em abundância e tinha como política rigorosa nunca dar. Assim, quando Hugues de Payen retornou à Palestina em 1130, com um séquito de trezentos homens - bastante considerável para a época - deixou atrás dele, sob a custódia de outros adeptos, vastos pedaços do território europeu.

Em 1146 os templários adotaram a famosa cruz vermelha, *pattée,* cujos braços se alargam e encurvam nas extremidades. Com este símbolo decorando seus mantos, os cavaleiros acompanharam o rei Luís VII, da França, na Segunda Cruzada, estabelecendo a reputação de zelo marcial, bravura quase insana e uma orgulhosa arrogância. Eram muito disciplinados; o mais disciplinado grupo armado do mundo, na época. O próprio rei francês escreveu que, sozinhos, os templários impediram que a Segunda Cruzada - mal planejada e mal dirigida - degenerasse em completa catástrofe.

Nos cem anos seguintes, os templários se tornaram um poder com influência internacional. Engajaram-se constantemente em diplomacia de alto nível entre nobres e monarcas através do mundo ocidental e da Terra Santa. Na Inglaterra, por exemplo, o mestre do

Templo era regularmente chamado para o Parlamento do rei, sendo considerado o líder das ordens religiosas, com precedência sobre todos os prelados e abades do território. Como mantinham ligações estreitas tanto com Henrique II quanto com Thomas de Becket, os templários contribuíram para a reconciliação entre o soberano e seu arcebispo. Sucessivos reis ingleses, incluindo o rei João, freqüentemente residiam na preceptoria do Templo, em Londres, e o mestre da Ordem permanecia ao lado do monarca na assinatura da Carta Magna.

O terreno de operações da ordem não era confinado à cristandade. Ligações estreitas estabeleceram-se também com o mundo muçulmano - tão freqüentemente combatido nos campos de batalha -, e os templários angariaram mais respeito dos líderes sarracenos do que quaisquer outros europeus. Houve também conexões secretas com os Hashishins, ou Assassinos, a famosa seita de adeptos militantes e freqüentemente fanáticos, que eram o equivalente muçulmano dos templários. Os Hashishins pagavam tributo aos templários e, dizia-se, eram empregados por eles.

Os templários agiam como árbitros oficiais de disputas em quase todos os níveis políticos. Até os reis se submetiam à sua autoridade. Henrique III, da Inglaterra, ousou desafiá-los em 1252, ameaçando confiscar alguns de seus domínios. "Vocês templários (...) têm tanta liberdade e tantas concessões que suas enormes posses fazem com que esnobem com orgulho e insolência. Aquilo que foi imprudentemente dado deve, portanto, ser prudentemente retomado; e aquilo que foi desconsideradamente oferecido deve ser consideradamente recuperado." O mestre da ordem replicou: "Que dizeis vós, oh rei! Longe esteja vossa boca de pronunciar tão desagradáveis e tolas palavras. Enquanto exercerdes justiça, reinareis. Mas se vós la infringeis, cessareis de reinar." Uma mentalidade moderna dificilmente pode conceber a enormidade e a audácia desta afirmação. O mestre estava implicitamente reclamando para a sua ordem e para si um poder que nem mesmo o

papa ousaria reclamar explicitamente: o poder de coroar e depor monarcas.

Os interesses dos templários se estendiam além de guerras, diplomacia e intrigas políticas: eles criaram e estabeleceram a moderna instituição bancária. Através de empréstimos de vastas somas a monarcas necessitados, tornaram-se os banqueiros de todos os tronos da Europa - e de certos potentados muçulmanos também. Com sua rede de preceptorias em toda a Europa e no Oriente Próximo, organizaram, mediante modestas taxas de juros, a transferência segura e eficiente de dinheiro para mercadores, uma classe que se tornou cada vez mais dependente desse serviço. O dinheiro depositado em uma cidade, por exemplo, podia ser solicitado e retirado em outra, por meio de notas promissórias escritas em códigos intricados. Os templários se tornaram, assim, os primeiros operadores de câmbio da época, e as preceptorias de Paris se tornaram o centro de finanças da Europa. É até mesmo provável que o cheque, na forma como nós o conhecemos e usamos hoje, tenha sido inventado pela ordem.

Os templários não negociavam apenas dinheiro, mas pensamento também. Através de seu contato com as culturas muçulmana e judaica, começaram a atuar como introdutores de novas idéias, novas dimensões do conhecimento, novas ciências. Gozavam de um verdadeiro monopólio da melhor e mais avançada tecnologia de sua época o melhor que podia ser produzido por ferreiros, artesãos do couro, pedreiros, arquitetos e engenheiros militares. Contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa, da cartografia, da construção de estradas e da navegação. Possuíam seus próprios portos marítimos, marinas e frotas - sua frota comercial e militar foi uma das primeiras a utilizar o compasso magnético. Sendo soldados, a necessidade de tratar ferimentos e doenças tornou os templários adeptos do uso de drogas. A ordem mantinha seu próprio hospital, com seus próprios médicos e cirurgiões que utilizavam extratos de mofos, o que sugere um conhecimento de propriedades antibióticas.

Os princípios de higiene e limpeza eram conhecidos por eles. Com um entendimento avançado para a época, consideravam a epilepsia uma doença controlável e não uma possessão demoníaca.
Inspirado em seus próprios sucessos, o Templo tornou-se, na Europa, cada vez mais rico e poderoso. Como seria de se esperar, tornou-se também mais arrogante, brutal e corrupto. "Beber como um templário" tomou-se o clichê da época. E certas fontes dizem que a ordem fazia questão de recrutar cavaleiros excomungados.
Enquanto os templários atingiam prosperidade e notoriedade na Europa, a situação na Terra Santa deteriorava-se seriamente. Em 1185, morreu o rei Baudouin IV, de Jerusalém. Na confusão dinástica que se seguiu, Gerard de Ridefort, grão-mestre do Templo, traiu uma promessa feita ao monarca morto e, por isso, deixou a comunidade européia da Palestina à beira de uma guerra civil. Esta não foi a única ação questionável de Ridefort. Sua atitude em relação aos sarracenos precipitou a ruptura de uma velha trégua e provocou um novo ciclo de hostilidades. Em julho de 1187, Ridefort levou seus cavaleiros, com o restante da armada cristã, a uma rude, mal concebida e, segundo transpirou, desastrosa batalha em Hattin. As forças cristãs foram virtualmente aniquiladas, e dois meses depois a própria Jerusalém tomada quase um século antes - retornou às mãos dos sarracenos.
No século seguinte a situação tornou-se cada vez mais desesperadora. Por volta de 1291, quase todo o Ultramar tinha caído, e a Terra Santa estava sob controle muçulmano quase total. Somente Acre permaneceu, sendo perdida em maio desse ano. Ao defender a cidade condenada, os templários se mostraram os mais heróicos. O próprio grão-mestre, apesar de severamente ferido, continuou a lutar até a morte. Como havia um espaço limitado nas galeras, mulheres e crianças foram evacuadas, enquanto todos os cavaleiros, mesmo os feridos, escolheram permanecer. Quando o último bastião em Acre caiu, o fez com intensidade apocalíptica, as paredes desmoronando e enterrando atacantes e defensores.

Os templários estabeleceram seus quartéis-generais em Chipre.. Com a perda da Terra Santa, no entanto, eles perderam sua *raison d'être.* Como já não havia nenhuma terra infiel a conquistar, a ordem começou a dirigir sua atenção para a Europa, esperando encontrar lá uma razão para existir.

Um século antes, os templários haviam presidido a fundação de uma outra ordem religiosa e militar, os Cavaleiros Teutônicos. Esta foi ativa em pequeno número no Oriente Próximo, mas, em meados do século XIII, havia desviado sua atenção para as fronteiras da cristandade situadas a nordeste. Lá, criaram para si um principado independente - o Ordenstaat, ou Ordensland, que abrangia quase totalmente o leste dos Balcãs. Nesse principado - que se estendeu da Prússia até o golfo da Finlândia - os cavaleiros teutônicos gozavam de uma soberania incontestada, longe do alcance do controle eclesiástico e secular.

Desde o começo da Ordenstaat, os templários tinham invejado a independência e a imunidade dessa ordem irmã. Após a queda da Terra Santa, pensavam cada vez mais em um Estado só deles, no qual pudessem exercitar a mesma autoridade e autonomia desfrutadas pelos Cavaleiros Teutônicos. Contudo, diferentemente dos teutônicos, os templários não se interessavam pela rude e selvagem Europa do leste. Acostumados a luxo e opulência, sonhavam em fundar seu estado em solo mais acessível e interessante: o Languedoc.

Desde o início o Templo havia mantido relações calorosas com os cátaros, especialmente no Languedoc. Muitos proprietários - cátaros ou seus simpatizantes - haviam doado grandes áreas à ordem. Segundo um escritor recente, pelo menos um dos co-fundadores do Templo era cátaro. Isto parece improvável, mas é indiscutível que Bertrand de Blanchefort, quarto grão-mestre da ordem, veio de uma família cátara. Quarenta anos após a morte de Bertrand, seus descendentes lutaram lado a lado com outros senhores cátaros contra os invasores nortistas de Simon de Montfort.

Durante a Cruzada Albigense, os templários permaneceram ostensivamente neutros, confinados ao papel de testemunhas. Ao mesmo tempo, o grão-mestre na época tornou clara a posição da ordem quando declarou que havia, de fato, somente uma verdadeira Cruzada, contra os sarracenos. Além disso, um exame cuidadoso das narrativas contemporâneas revela que os templários acolheram muitos refugiados cátaros. Em alguma ocasião eles parecem ter recorrido às armas em nome desses refugiados. E uma investigação sobre o papel da ordem no início da Cruzada Albigense revela um afluxo maior de cátaros às tropas do Templo, onde nem mesmo os cruzados de Simon de Montfort ousariam desafiá-los. De fato, o desempenho dos templários no período mostra que uma proporção significativa de dignitários nos altos postos da ordem eram de famílias cátaras. No Languedoc, os oficiais do Templo eram mais freqüentemente cátaros que católicos. Ainda mais, os nobres cátaros que se ligavam ao Templo parecem não ter viajado tanto pelo mundo como seus confrades católicos. Ao contrário, parecem ter permanecido a maior parte do tempo no Languedoc, criando assim uma base estável e duradoura na região.

Em virtude de seu contato com as culturas islâmica e judaica, os templários tinham já absorvido muitas idéias estranhas ao cristianismo ortodoxo. Os mestres do Templo, por exemplo, freqüentemente empregavam secretários árabes, e muitos templários eram fluentes na língua árabe, que aprenderam em cativeiro. Uma relação estreita era também mantida com comunidades judias, por interesses financeiros e erudição. Os templários se expunham a muitas coisas que Roma normalmente não aceitava. Recebendo recrutas cátaros, foram expostos ao dualismo agnóstico, se é que já não o conheciam.

Por volta de 1306, Filipe IV, da França - Filipe, o Belo -, estava ansioso para livrar seu território dos templários, arrogantes e impulsivos, eficientemente treinados, um contingente militar muito mais forte e mais bem organizado do que qualquer outro que o

próprio rei poderia reunir. Eles estavam solidamente estabelecidos em toda a França, e naquela época até mesmo sua fidelidade ao papa era apenas formal. Filipe não exercia nenhum controle sobre a ordem. E lhe devia dinheiro. Tinha sido humilhado por ela, quando, fugindo de uma rebelião em Paris, fora obrigado a buscar refúgio na preceptoria do Templo. Ele desejava a riqueza imensa do Templo que, durante sua estadia no local, tornou-se flagrante. Havendo solicitado sua inclusão na ordem como postulante, o rei sofreu a indignidade de ser desdenhosamente rejeitado. Estes fatos - juntamente, é claro, com a perspectiva alarmante de um Estado templário independente em suas vizinhanças - foram suficientes para induzir Filipe a agir. Heresia era um pretexto conveniente.

Primeiro, Filipe precisava conseguir a cooperação do papa, a quem, pelo menos em teoria, os templários deviam fidelidade e obediência. Entre 1303 e 1305, o rei francês e seus ministros engendraram o rapto e a morte de um papa (Bonifácio VIII) e muito provavelmente a morte por envenenamento de outro (Benedito XI). Então, em 1305, Filipe conseguiu assegurar a eleição de seu próprio candidato, o arcebispo de Bordeaux, para o trono papal vago. O novo pontífice tomou o nome de Clemente V. Comprometido com a influência de Filipe, ele não podia recusar as solicitações deste. E essas solicitações incluíam a supressão dos templários.

Filipe planejou seus movimentos cuidadosamente. Uma lista de acusações foi compilada, em parte por espiões infiltrados na ordem, em parte por confissão voluntária de um suposto templário renegado. Armado dessas acusações, Filipe podia finalmente agir. Quando atacou, o fez de modo súbito, rápido e letal. Numa operação de segurança digna das SS ou da Gestapo, o rei enviou ordens secretas e seladas aos seus senescais em todo o país. Elas deveriam ser abertas em todos os lugares simultaneamente e implementadas imediatamente. Na madrugada de 13 de outubro de 1307, todos os templários na França deveriam ser capturados e presos pelos homens do rei, as preceptorias colocadas sob guarda

real e seus bens confiscados. O objetivo de surpreender foi atingido, mas seu principal interesse - a imensa fortuna da ordem - lhe escapou. Ela jamais foi encontrada. O que aconteceu com o fabuloso tesouro dos templários permaneceu um mistério.

Na realidade, talvez o ataque surpresa de Filipe à ordem não tenha sido tão inesperado como ele, ou os historiadores subseqüentes, acreditaram. Evidências consideráveis sugerem que os templários receberam algum tipo de aviso. Logo após as prisões, por exemplo, o grão-mestre Jacques de Molay requisitou muitos livros e regulamentos vigentes e mandou queimá-los. Um cavaleiro que deixou a ordem nessa época ouviu do tesoureiro que ele era sábio, pois a catástrofe era iminente. Uma nota oficial circulou em todas as preceptorias, enfatizando que não podia ser liberada nenhuma informação sobre costumes e rituais da ordem.

De qualquer modo, tenham os templários sido prevenidos ou tenham percebido o que os ventos traziam, o certo é que precauções foram tomadas. Em primeiro lugar, os cavaleiros capturados parecem ter se submetido passivamente, como se tivessem recebido instruções para agir assim. Não existe nenhum registro de resistência ativa, por parte da ordem, aos senescais do rei. Em segundo lugar, existem evidências persuasivas de algum tipo de fuga organizada por um grupo particular de cavaleiros - virtualmente, todos os que tinham alguma conexão com o tesoureiro da ordem. Não é de se surpreender, portanto, que o tesouro do Templo, com quase todos os documentos e registros, tenha desaparecido. Rumores persistentes, mas não confirmados, falam do tesouro sendo contrabandeado da preceptoria de Paris, à noite, pouco antes das prisões. Segundo esses rumores, ele foi transportado até a costa - presumivelmente para a base naval da ordem, em La Rochelle - e carregado em dezoito galeras, das quais nunca mais se ouviu falar. Se isso é verdade ou não, o fato é que a frota dos templários parece ter escapado das garras do rei, pois não existe qualquer registro de

captura desses navios. Pelo contrário, eles parecem ter sumido, junto com o que estavam carregando.

Na França, os templários capturados foram julgados e muitos submetidos a tortura. Confissões estranhas foram extraídas, e acusações ainda mais estranhas foram feitas. Os templários, supostamente, adoravam um demônio chamado Baphomet. Em suas cerimônias secretas, supostamente se prostravam em frente a uma cabeça barbada que falava com eles e os investia de poderes ocultos. Nunca mais foram vistas testemunhas dessas cerimônias não autorizadas. Outras acusações eram ainda mais vagas: infanticídio, ensinar mulheres a abortar, dar beijos obscenos na iniciação de postulantes, homossexualidade. De todas as acusações levantadas contra esses monges soldados, que haviam lutado e oferecido suas vidas por Cristo, uma se sobressai como a mais bizarra e aparentemente improvável: foram acusados de negar ritualmente a Cristo, de repudiar, tripudiar e cuspir na cruz.

Na França, pelo menos; a sorte dos templários capturados foi efetivamente selada. Filipe os atacou de forma selvagem e cruel. Muitos foram presos e torturados ou queimados. Ao mesmo tempo, o rei continuou a irritar o papa, pedindo medidas ainda mais rigorosas contra a ordem. Depois de resistir durante algum tempo, em 1312 o papa cedeu, e os templários foram oficialmente dissolvidos, sem que um veredito conclusivo de culpa ou inocência jamais tenha sido pronunciado. Nos domínios de Filipe, julgamentos, inquéritos e investigações continuaram por mais dois anos. Finalmente, em março de 1314, Jacques de Molay, o grão-mestre, e Geoffroi de Charnay, preceptor da Normandia, foram assados até a morte em fogo lento. Os templários desapareceram ostensivamente do palco da história, mas a ordem não deixou de existir. Isto seria de se esperar, dado o número de cavaleiros que escaparam, permanecerem à margem, ou foram inocentados.

Filipe tentou influenciar seus colegas monarcas, esperando assim assegurar que nenhum templário, em nenhum lugar da cristandade,

pudesse escapar. De fato; o zelo do rei a esse respeito é quase suspeito. É compreensível que ele quisesse livrar seus domínios da presença dos templários. Mas é bem menos evidente seu desejo de exterminá-los em outros lugares. Ele próprio não era um modelo de virtude, e é difícil de imaginar um monarca que planejou a morte de dois papas sendo perturbado genuinamente por transgressões à fé. Filipe simplesmente temia uma vingança, caso a ordem permanecesse intacta fora da França? Ou haveria alguma coisa mais?

Em todo caso, sua tentativa de eliminar os templários fora da França não foi bem-sucedida. O próprio genro de Filipe, por exemplo, Eduardo II, da Inglaterra, acorreu no início em defesa da ordem. Finalmente, pressionado pelo papa e pelo rei francês, atendeu às suas demandas, mas apenas parcial e lentamente. Embora a maioria dos templários pareça ter escapado, vários foram detidos. A maioria destes recebeu sentenças leves, em certos casos não mais que alguns anos de pena em abadias e monastérios, onde viveram em condições geralmente confortáveis. Suas terras foram finalmente cedidas ao hospital dos Cavaleiros de São João, mas eles mesmos escaparam à cruel perseguição sofrida por seus confrades na França.

Em outros locais a eliminação dos templários foi ainda mais difícil. A Escócia, por exemplo, estava em guerra com a Inglaterra, e o caos daí resultante deixava poucas oportunidades para implementar sutilezas legais. A dissolução da ordem, determinada pela encíclica papal, nunca foi proclamada na Escócia, onde a ordem nunca foi tecnicamente dissolvida. Muitos templários ingleses e, ao que parece, franceses, encontraram refúgio ali, e um contingente considerável parece ter lutado ao lado de Robert Bruce na batalha de Bannockbum, em 1314. Segundo a lenda - e existem evidências que a apóiam - a ordem se manteve como um corpo coerente na Escócia por mais quatro séculos. Na luta de 1688-91, Jaime II da Inglaterra foi deposto por William de Orange. Na Escócia, aliados do monarca

Stuart sitiado ergueram-se em revolta e, na batalha de Killiecrankie, em 1689, John Claverhouse, visconde de Dundee, foi morto no campo de batalha. Diz-se que quando seu corpo foi resgatado, ele estava usando a Grande Cruz da Ordem do Templo - não um modelo recente, mas um datado de antes de 1307.

No principado de Lorraine, que na época fazia parte da Alemanha e não da França, os templários eram apoiados pelo duque local. Alguns poucos foram julgados e exonerados. A maioria, parece, obedeceu a seu preceptor, que os aconselhou a cortar a barba, usar hábitos seculares e integrar-se na comunidade.

Na Alemanha os templários desafiaram abertamente os juízes, ameaçando recorrer às armas. Intimidados, os juízes os declararam inocentes; e quando a ordem foi oficialmente dissolvida, muitos templários alemães encontraram refúgio no Hospital de São João e na Ordem Teutônica. Na Espanha também, os templários resistiram aos seus perseguidores e encontraram refúgio em outras ordens.

Em Portugal, a ordem foi purificada por uma investigação e simplesmente modificou seu nome, com os templários se tornando Cavaleiros de Cristo. Com esse título eles funcionaram bem em pleno século XVI, dedicando-se à atividade marítima. Vasco da Gama era um Cavaleiro de Cristo, e o Infante Henrique, o Navegador, era grão-mestre da ordem. Navios dos Cavaleiros de Cristo navegavam sob a familiar cruz vermelha. E foi sob esta mesma cruz que as três caravelas de Cristóvão Colombo cruzaram o Atlântico em direção ao Novo Mundo. O próprio Colombo era casado com a filha de um ex-Cavaleiro de Cristo, tendo tido acesso aos mapas e diários de seu sogro.

Assim, de várias e diferentes maneiras os templários sobreviveram ao ataque de 13 de outubro de 1307. E em 1522 a progênie dos templários prussianos, os Cavaleiros Teutônicos, se secularizou, repudiou sua lealdade a Roma e lançou seu apoio a um novo rebelde chamado Martinho Lutero. Dois séculos depois de sua dissolução, os

templários se vingavam, embora de forma indireta, da Igreja que os havia traído.

Templários: Os Mistérios

De forma bastante resumida, esta é a história dos templários que escritores têm reconhecido e apresentado, e que nós encontramos em nossa pesquisa. Descobrimos, no entanto, que existe uma outra dimensão da história da ordem, consideravelmente mais difusa, mais provocativa e mais especulativa. Ainda durante sua existência, um mito envolvia os cavaleiros. Alguns diziam que eles eram mágicos e feiticeiros, adeptos de segredos e alquimistas. Muitos de seus contemporâneos os repudiavam, acreditando que tivessem poderes sujos. Já em 1208, no início da Cruzada Albigense, o papa Inocêncio III repreendeu os templários por comportamento não cristão, referindo-se explicitamente a necromancia. Por outro lado, havia pessoas que os elogiavam com um entusiasmo extravagante. No final do século XII, Wolfram Von Eschenbach, o maior dos *Minnesänger,* ou "romanceiros", fez uma visita especial a Ultramar, a fim de testemunhar a ordem em ação. E quando, entre 1195 e 1220, Wolfram compôs seu romance épico *Parzival,* ele exaltou o Templo. No seu poema, são templários os cavaleiros que guardam o cálice sagrado, o castelo do cálice e a família do cálice.
O mito que envolvia o Templo sobreviveu à queda deste. O último ato registrado na história da ordem foi a queima do último grão-mestre, Jacques de Molay, em março de 1314. Diz-se que, enquanto a fumaça do fogo lento sufocava a vida de seu corpo, Jacques de Molay lançou, das chamas, uma imprecação. De acordo com a tradição, ele chamou seus perseguidores - o papa Clemente e o rei Filipe - para juntarem-se a ele e apresentarem-se perante a corte de Deus no mesmo ano. O papa Clemente morreu no mês seguinte, supostamente de uma crise de disenteria. No final do ano, Filipe morreu também, de causas que permanecem obscuras até hoje.

Certamente, não há necessidade de explicações sobrenaturais. Os templários possuíam grande experiência na utilização de venenos. E, sem dúvida, havia pessoas cavaleiros refugiados viajando incógnitos, simpatizantes da ordem ou parentes de confrades perseguidos - para executar a vingança apropriada. Entretanto, a aparente concretização da praga do grão-mestre deu crédito à crença nos poderes ocultos da ordem. E a praga não terminou aí. De acordo com a lenda, ela lançou infortúnios sobre a linhagem da família real durante muito tempo, projetando-se para o futuro. Os ecos do poder místico dos templários reverberaram através dos séculos.

No século XVIII, várias fraternidades secretas e semi-secretas admiravam os templários como precursores e iniciados místicos. Muitos maçons da época consideraram os templários seus próprios antecessores. Certos rituais, ou normas, proclamavam uma linha de descendência direta da ordem, bem como a custódia autorizada de seus segredos. Algumas dessas proclamações são patentemente absurdas.

Outras - que repousam, por exemplo, na possível sobrevivência da ordem na Escócia - podem muito bem ter um fundo de validade, ainda que seus adornos sejam espúrios.

Em 1789, as lendas formadas ao redor dos templários tinham adquirido proporções míticas, e sua realidade histórica foi obscurecida por uma aura de ofuscação e romance. Eles eram tidos como adeptos do oculto, alquimistas iluminados, magos e sábios, mestres construtores e grandes iniciados - verdadeiros super-homens imbuídos de um incrível e misterioso arsenal de poder e conhecimento. Eram tidos também como heróis e mártires, anunciadores do espírito anticlerical da época; e muitos maçons, ao conspirarem contra Luís XVI, sentiam se ajudando a implementar a praga lançada por Jacques de Molay sobre a linhagem francesa. Diz-se que, quando a cabeça do rei caiu sob a guilhotina, um homem desconhecido subiu ao cadafalso. Ele teria mergulhado sua mão no

sangue do monarca, respingado sobre a multidão ao redor e gritado: "Jacques de Molay, estais vingado."

A aura ao redor dos templários não diminuiu após a Revolução. Pelo menos três organizações contemporâneas se denominaram templários, afirmando possuir uma genealogia desde 1314 e mapas cuja autenticidade nunca foi estabelecida. Certas lojas maçônicas adotaram o grau templário, bem como rituais e denominações supostamente originários da ordem original. No final do século XIX, uma sinistra Ordem dos Novos Templários se estabeleceu na Alemanha e na Áustria, empregando a suástica como um de seus emblemas. Figuras como H. O. Blavatsky, fundadora da teosofia, e Rudolf Steiner, fundador da antroposofia, falavam de uma "tradição de sabedoria" esotérica que retrocedia através dos rosacruzes até os cátaros e os templários - que seriam repositórios de segredos ainda mais antigos. Nos Estados Unidos, adolescentes são admitidos na Sociedade Molay, sem que eles, ou seus mentores, tenham grandes noções sobre a origem do nome. Na Inglaterra, assim como em outros lugares no Ocidente, Rotary Clubes recônditos se dignificam com o nome templário e incluem figuras públicas eminentes. Lá no reino celeste que sonhou conquistar com sua espada, Hugues de Payen deve agora olhar com certa perplexidade para os cavaleiros de hoje - calvos, barrigudos, de óculos - que ele engendrou. Deve também estar impressionado com a durabilidade e a vitalidade do seu legado.

Na França, tal legado é particularmente poderoso. Os templários são uma verdadeira indústria. As livrarias de Paris estão cheias de histórias e narrativas sobre a ordem, algumas válidas, outras mergulhando entusiasticamente na fantasia. Durante o último quarto de século, aproximadamente, várias afirmações extravagantes têm sido feitas em nome dos templários, algumas das quais podem ter fundamento. Certos escritores atribuem a eles a construção, pelo menos em grande parte, das catedrais góticas - ou um ímpeto de algum tipo que explodiu em energia e gênio arquitetural. Outros

argumentam que a ordem já estabelecia contatos comerciais com as Américas em 1269, e que muito de sua riqueza derivou de prata mexicana importada. Outros, ainda, dizem que os templários eram possuidores de algum tipo de segredo a respeito das origens do cristianismo, que eram gnósticos, que eram heréticos, que eram afeitos ao islamismo, que buscavam uma unidade criativa de sangues, raças e religiões, uma política sistemática de fusão entre os pensamentos islâmico, cristão e judaico. E perdura, sempre, a noção - que Wolfram manteve, quase oito séculos atrás de que os templários eram guardiães do cálice sagrado, o que quer que fosse este cálice.

As afirmações são freqüentemente ridículas. Ao mesmo tempo, é inegável que existem mistérios e segredos associados aos templários. É evidente que alguns desses segredos pertenciam ao que agora é chamado esoterismo.

O que nos intrigava não eram as afirmações extravagantes nem os resíduos esotéricos. Ficamos fascinados, ao contrário, por alguma coisa mais mundana, mais prosaica: a confusão de contradições, improbabilidades, inconsistências e as aparentes cortinas de fumaça existentes na história aceita por todos. Os templários podem bem ter tido segredos esotéricos. Mas algo sobre eles estava sendo ocultado também, algo enraizado nas correntes religiosas e políticas da época. Foi em torno disso que desenvolvemos a maior parte da nossa investigação.

Começamos pelo fim da história, ou seja, a queda da ordem e as acusações levantadas contra ela. Muitos livros foram escritos, com

explorações e avaliações da possível veracidade dessas acusações; a partir das evidências, nós, como a maioria dos pesquisadores, concluímos que havia nelas alguma base. Por exemplo, inúmeros cavaleiros, quando submetidos ao interrogatório da Inquisição, referiram-se a algo chamado Baphomet. Muitos, e em muitos lugares diferentes, para que Baphomet possa ter sido invenção de um só

indivíduo ou de uma única preceptoria. Ao mesmo tempo, não há nenhuma indicação de quem ou o que Baphomet possa ter sido, o que ele representava, por que ele deveria ter qualquer significância. Parece que Baphomet era considerado com reverência, talvez idolatria. Em algumas situações seu nome era associado às esculturas demoníacas, como gárgulas, encontradas em várias preceptorias. Em outras ocasiões, Baphomet parecia estar associado com a aparição de uma cabeça barbada. A despeito de afirmações de certos escritores mais antigos, parece evidente que Baphomet não era a tradução do nome Muhammad. Por outro lado, podia ser a tradução do árabe *abufihamet,* pronunciado em espanhol mouro como *bufihimat.* Isto significa "pai da compreensão" ou "pai da sabedoria", e em árabe "pai" também pode significar "fonte". Se esta era mesmo a origem de Baphomet, ele se referiria presumivelmente a algum princípio sobrenatural ou divino. Não se sabe o que poderia diferenciar Baphomet de outros princípios desse tipo. Se Baphomet era simplesmente Deus, ou Alá, por que os templários se preocupariam em rebatizá-lo? E se Baphomet não era Deus nem Alá, quem ou o que seria ele?

De qualquer modo, encontramos evidências indiscutíveis que sustentam a acusação de cerimônias secretas envolvendo algum tipo de cabeça, um dos temas dominantes nos registros da Inquisição. Contudo, seu significado, como o de Baphomet, permanece obscuro. Talvez pertença à alquimia. No processo de alquimia havia uma fase chamada *caput mortuum* ou "cabeça morta", o *nigredo,* ou "preteamento", que aconteceria antes da precipitação da pedra filosofal. Segundo outras narrativas, todavia, a cabeça era a de Hugues de Payen, o fundador da ordem e seu primeiro grão-mestre. O fato de o brasão de Hugues consistir de três cabeças negras num campo de ouro é bastante sugestivo.

A cabeça pode muito bem estar relacionada com o famoso sudário de Turim, que parece ter permanecido com os templários entre 1204 e 1307; dobrado, ele poderia parecer com uma cabeça.

Realmente, na preceptoria de Templecombe, em Somerset, Inglaterra, foi encontrada a reprodução de uma cabeça que se assemelha extraordinariamente àquela do sudário de Turim. Ao mesmo tempo, especulações recentes têm ligado a cabeça, pelo menos tentativamente, à cabeça cortada de João Batista; e alguns escritores têm sugerido que os templários se tinham "infectado" com a heresia Johannite, que denunciava Jesus como um falso profeta e aclamava João como o verdadeiro Messias. Durante suas atividades no Oriente Próximo, os templários sem dúvida estabeleceram contato com as seitas Johannite, e a possibilidade de tendências Johannite na ordem não é desprezível. Mas não podemos dizer que estas tendências tenham sido absorvidas pela ordem como um todo, ou que elas tenham sido objeto de uma política oficial.
Durante os interrogatórios que se seguiram às prisões em 1307, uma cabeça figurou em duas outras conexões. Segundo os registros da Inquisição, um relicário na forma de uma cabeça de mulher foi encontrado entre os bens confiscados na preceptoria de Paris. Presa no topo, continha relíquias peculiares, sendo descrita da seguinte maneira:

Uma cabeça grande banhada de prata, muito bonita, e constituindo a imagem de uma mulher. Dentro dela havia dois ossos de cabeça, embrulhados em linho branco, com outra toalha vermelha ao redor. Um rótulo estava colado, no qual a legenda CAPUT LVIIIm estava escrita. Os ossos eram os de uma mulher pequena.

Uma relíquia curiosa, especialmente para uma instituição rigidamente monástica e militar, como a dos templários. Entretanto, confrontado com essa cabeça feminina, um cavaleiro sob interrogatório declarou que ela não tinha relação com a cabeça masculina barbada usada nos rituais da ordem. CAPUT LVIIIm - "Cabeça 58m" - permanece um enigma intrigante. Vale a pena observar que "m" pode bem não ser um "m", mas o símbolo astrológico da Virgem.

A cabeça figura em outra história misteriosa, tradicionalmente relacionada com os templários. Vale a pena citá-la em uma de suas variantes:
Uma grande dama de Maraclea era amada por um templário, um senhor de Sidon; mas ela morreu jovem, e na noite de seu enterro esse amante imoral arrastou-se até a tumba, desenterrou seu corpo e o violou. Então uma voz do além conclamou-o a retornar em nove meses, pois encontraria um filho. Ele obedeceu e, na data marcada, abriu de novo a tumba e encontrou uma cabeça nos ossos da perna do esqueleto (crânio e ossos em cruz). A mesma voz lhe disse: "Guarda bem isto, pois é doador de todas as boas coisas". Então, ele a carregou consigo. Ela tornou-se seu gênio protetor, e ele podia vencer seus inimigos simplesmente mostrando-lhes a cabeça mágica. No devido tempo, ela tornou-se possessão da ordem.

Esta narrativa horrível pode ser seguida retroativamente até um certo Walter Map, que escreveu no final do século XII. Nem ele nem outro escritor, que reconta a mesma fábula quase um século depois, especificam que o necrófilo violador era um templário. Entretanto, por volta de 1307, a história tornou-se intimamente associada à ordem. Foi mencionada repetidamente nos registros da Inquisição, e pelo menos dois cavaleiros confessaram, sob interrogatório, sua familiaridade com ela. Em narrativas subseqüentes, semelhantes à citada acima, o próprio violador se identifica como templário. Ele permanece como tal nas versões preservadas pela maçonaria, que adotou o crânio e os ossos cruzados, e os emprega freqüentemente como emblema em túmulos.
Em parte, a fábula pode ser vista quase como uma versão grotesca da Imaculada Conceição. Em parte, ela poderia ser uma narrativa simbólica, enganosa, de algum ritual de iniciação, um ritual envolvendo morte e ressurreição figurativas. Um cronista menciona o nome da mulher na história - Yse, que parece derivar de Ísis. Certamente, a fábula evoca ecos dos mistérios associados com Ísis,

bem como aqueles de Tammuz, ou Adonis, cuja cabeça foi lançada ao mar, e de Orfeu, cuja cabeça foi lançada no rio da Via Láctea. As propriedades mágicas evocam também a cabeça de Bran, o Ferido, na mitologia celta e no *Mabinogion.* E o caldeirão místico de Bran tem sido identificado por inúmeros escritores como associado ao cálice sagrado.
Qualquer que tenha sido o significado atribuído ao culto da cabeça, a Inquisição certamente acreditou que ele era importante. Em uma lista de acusações feitas em 12 de agosto de 1308, existem as seguintes:

Informa-se que em cada província eles possuíam ídolos, isto é, cabeças...
Informa-se que eles adoravam esses ídolos...
Informa-se que eles diziam que a cabeça poderia salvá-los...
Informa-se que (ela poderia) fazer fortunas...
Informa-se que ela fazia florescer as árvores...
Informa-se que ela fazia a terra germinar. . .
Informa-se que eles rodeavam ou tocavam cada cabeça dos ídolos mencionados com pequenas cordas, as quais usavam em volta de si próprios, próximo à camisa ou à pele.

A corda mencionada no último item é reminiscente dos cátaros, que supostamente usavam algum tipo de corda sagrada. O mais extraordinário da lista é a capacidade sugerida de gerar riqueza, fazer florescerem as árvores e trazer fertilidade à terra. Estas propriedades coincidem singularmente com aquelas descritas nos romances sobre o cálice sagrado.
De todas as acusações levantadas contra os templários, as mais sérias eram as de blasfêmia e heresia: negar, tripudiar e cuspir sobre a cruz. Não se sabe precisamente o que esse suposto ritual tencionava significar; em outras palavras, não se sabe o que os templários estavam realmente repudiando. Repudiavam Cristo, ou

simplesmente a crucificação? O que exatamente adoravam no lugar do que repudiavam? Ninguém respondeu satisfatoriamente a estas perguntas, mas parece que algum tipo de repúdio ocorria, e este era um princípio' da ordem. Por exemplo, um cavaleiro testemunhou que durante sua admissão na ordem lhe disseram: "Você acredita erradamente, porque ele [Cristo] é na verdade um falso profeta. Acredite somente em Deus que está no céu, e não nele." Outro templário declarou ter ouvido: "Não acredite que o homem Jesus, crucificado pelos judeus em Ultramar, é Deus e que ele pode salvá-lo". Um terceiro cavaleiro afirmou, de forma similar, ter sido instruído a não acreditar em Cristo, um falso profeta, mas somente num "Deus Superior"; então lhe mostraram um crucifixo e disseram: "Não tenha muita fé nisto. É novo demais".

Tais narrativas são freqüentes, além de suficientemente consistentes para dar crédito às acusações. São também relativamente brandas. Se a Inquisição desejasse fabricar evidências, ela poderia ter pensado em algo mais dramático, mais incriminante, mais fulminante. Assim, parece que a atitude dos templários em relação a Jesus realmente ia de encontro à ortodoxia católica, ainda que a natureza exata dessa atitude permaneça desconhecida. Em todo caso, existem evidências de que o ritual atribuído aos templários - pular e cuspir sobre a cruz - estava no ar pelo menos meio século antes de 1307. Seu contexto é confuso, mas é mencionado em conexão com a Sexta Cruzada, que ocorreu em 1249.

Templários: O Lado Obscuro

Se o fim dos templários esteve cheio de enigmas desconcertantes, a fundação e a história inicial da ordem nos pareceram ainda mais. Já estávamos perturbados por inúmeras inconsistências e improbabilidades. Nove cavaleiros, nove pobres cavaleiros, apareceram como do nada e, entre todos os outros cruzados formigando a Terra Santa, tiveram os quartéis do rei abertos a eles!

Nove pobres cavaleiros, sem admitir nenhum novo recruta em suas fileiras, pretendiam defender sozinhos os caminhos da Palestina. E não existem registros de que tenham realmente exercido essa atividade, nem mesmo da parte de Fulk de Chartres, o cronista oficial do rei, que certamente deve tê-los conhecido! Como - perguntamos - poderiam suas atividades, seu movimento, ter escapado à observação de Fulk? Parece incrível, mas o cronista nada diz. Ninguém diz nada, de fato, até que aparece Guillaume de Tyre, um bom meio século depois. O que se pode concluir? Que os cavaleiros não estavam engajados no valioso serviço público a eles atribuído? Em vez disso, estavam, por exemplo, envolvidos em alguma atividade mais clandestina, desconhecida até do cronista oficial? Ou estava o próprio cronista amordaçado? Esta última parece ser a explicação mais provável, pois dois nobres dos mais ilustres juntaram-se a eles, nobres cuja presença não poderia passar desapercebida.

De acordo com Guillaume de Tyre, a Ordem do Templo foi estabelecida em 1118, compreendia nove cavaleiros e não admitiu novos recrutas durante nove anos. Entretanto, os registros dizem claramente que o conde de Anjou - pai de Geoffrey Plantagenet - juntou-se à ordem em 1120, apenas dois anos após sua suposta fundação. E em 1124 o conde de Champagne, um dos mais ricos senhores da Europa, fez o mesmo. Se Guillaume de Tyre estava certo, não deveriam ter existido novos membros até 1127; mas por volta de 1126 os templários haviam de fato admitido quatro novos membros. Teria Guillaume se enganado, então, ao dizer que nenhum membro novo foi admitido por nove anos? Ou ele estaria correto naquela informação, mas errado na data que atribui à fundação da ordem? Se o conde de Anjou se tornou um templário em 1120, e se a ordem não admitiu novos membros por nove anos após sua fundação, esta fundação não dataria de 1118, mas pelo menos de 1111 ou 1112.

De fato, existem evidências muito persuasivas a favor desta conclusão. Em 1114, o conde de Champagne estava se preparando para uma jornada à Terra Santa. Pouco antes de sua partida, recebeu uma carta do bispo de Chartres. Em uma parte da carta o bispo escreveu: "Nós ouvimos dizer que (...) antes de partir para Jerusalém você fez um voto para juntar-se à milícia de Cristo, que você deseja unir-se a esse exército evangélico." Milícia de Cristo era o nome pelo qual os templários eram conhecidos, e o nome pelo qual São Bernardo se refere a eles. Dentro do contexto da carta do bispo, a menção não deve, definitivamente, referir-se a nenhuma outra instituição. Ela não pode significar, por exemplo, que o conde de Champagne simplesmente decidiu tornar-se um cruzado, pois o bispo continua a falar de um voto de castidade como conseqüência de sua decisão. Tal voto não seria exigido de um cruzado qualquer. A partir da carta do bispo, fica claro que os templários já existiam, ou pelo menos tinham sido planejados, em 1114, quatro anos antes da data geralmente aceita; e que, já em 1114, o conde de Champagne tencionava ingressar em suas fileiras, o que finalmente veio a fazer uma década depois. Um historiador que percebeu essa carta tirou a curiosa conclusão de que o bispo não podia ter desejado dizer o que disse. Não poderia ter desejado referir-se aos templários, argumenta o historiador em questão, pois a ordem dos templários só foi fundada quatro anos depois, em 1118. Ou talvez o bispo não soubesse em que ano de Nosso Senhor ele estava ao escrever a carta? O bispo morreu em 1115. Como, em 1114, poderia ele referir-se erroneamente a alguma coisa que ainda não existia? Só há uma resposta possível, e óbvia, a esta pergunta: não é o bispo que está errado, mas Guillaume de Tyre, bem como todos os historiadores subseqüentes, que insistem em considerar Guillaume uma autoridade incontestável.

Uma data anterior para a fundação da Ordem do Templo, em si mesma, não é necessariamente suspeita. Mas existem outras circunstâncias - e coincidências singulares - que decididamente o

são. Pelo menos três dos nove cavaleiros fundadores, incluindo Hugues de Payen, parecem ter vindo de regiões vizinhas, ter tido laços familiares, terem se conhecido previamente e terem sido vassalos do mesmo senhor. Este senhor era o conde de Champagne, a quem o bispo de Chartres dirigiu sua carta em 1114 e que se tornou templário em 1124, jurando obediência ao seu próprio vassalo! Em 1115, o conde de Champagne doou as terras nas quais São Bernardo, patrono dos templários, construiu a famosa abadia de Clairvaux; e um dos nove cavaleiros fundadores, André de Montbard, era tio de São Bernardo.

A corte do conde de Champagne, uma escola influente de estudos cabalísticos e esotéricos em Troyes, florescia desde 1070. No Conselho de Troyes, em 1128, os templários foram oficialmente incorporados. Troyes permaneceu como o centro estratégico da ordem durante os dois séculos seguintes; e ainda hoje existe um bosque adjacente à cidade chamado *Forêt du Temple.* Em Troyes, corte do conde de Champagne, surgiu um dos primeiros romances sobre o cálice - possivelmente o primeiro -, escrito por Chrétien de Troyes.

No meio desse acúmulo de dados, pudemos começar a enxergar uma tênue rede de conexões, um padrão que parecia mais que mera coincidência. Se tal padrão de fato existisse, certamente apoiaria nossa suspeita de que os templários estiveram envolvidos em alguma atividade clandestina. Quanto ao tipo de atividade, entretanto, só podíamos especular. Uma das bases para nossa especulação era o local de domicílio dos cavaleiros: a ala do palácio real, o monte do Templo, tão inexplicavelmente entregue a eles. Em 70 d.C. o Templo foi saqueado por legiões romanas lideradas por Titus. Seu tesouro foi roubado e levado para Roma, depois roubado de novo e levado para os Pirineus. E se, no Templo, houvesse algo mais, algo ainda mais importante que o tesouro pilhado? É possível que os padres do Templo, confrontados com o avanço das falanges de centuriões, tenham deixado para os saqueadores o espólio que

estes esperavam encontrar. E se havia alguma coisa mais, ela pode bem ter sido escondida em algum lugar próximo dali. Embaixo do Templo, por exemplo.

Entre os Manuscritos do Mar Morto, encontrados em Qumrãn, existe um, conhecido hoje como o Manuscrito de Cobre. Decifrado na Universidade de Manchester em 1955-56, ele faz referências explícitas a grandes quantidades de lingotes, vasos sagrados, materiais e tesouros de espécie não identificada. Menciona 24 coleções diferentes enterradas embaixo do Templo.

Em meados do século XII, um certo Johann Von Würzburg, peregrino à Terra Santa, escreveu sobre uma visita aos chamados Estábulos de Salomão, situados exatamente sob o Templo e ainda visíveis. Eles eram grande o bastante, contou Johann, para comportar duzentos cavalos; e era ali que os templários guardavam suas montarias. Segundo pelo menos um outro historiador, os templários já usavam esses estábulos em 1124, quando eram supostamente apenas nove. Pareceu-nos, então, que a incipiente ordem, logo após sua concepção, iniciou escavações sob o Templo.

Tais escavações podem bem implicar que os cavaleiros estavam procurando ativamente alguma coisa. Isto pode até mesmo implicar que eles foram deliberadamente enviados à Terra Santa, com o objetivo expresso de encontrar alguma coisa. Se esta suposição é válida, ela explicaria uma série de anomalias, como sua instalação no palácio real e o silêncio do cronista. Se eles foram enviados à Palestina, quem os enviou?

Em 1104 o conde de Champagne reuniu-se em um conclave com nobres de alta linhagem, pelo menos um dos quais estava recém-retornado de Jerusalém. Entre os presentes, havia representantes de algumas famílias - Brienne, Joinville e Chaumont - que, descobrimos mais tarde, entrariam significativamente em nossa história. Também estava presente o soberano André de Montbard, um dos co-fundadores do Templo e tio de São Bernardo.

Logo após o conclave, o conde de Champagne partiu para a Terra Santa e permaneceu lá quatro anos, retornando em 1118. Em 1114, fez uma segunda jornada à Palestina, tencionando unir-se à milícia de Cristo. Depois mudou de idéia, retornando à Europa um ano mais tarde. Ao retornar, ele imediatamente doou um pedaço de terra à Ordem Cisterciense, cujo eminente porta-voz era São Bernardo. Nesse pedaço de terra São Bernardo construiu a abadia de Clairvaux, onde estabeleceu sua própria residência e consolidou a Ordem Cisterciense.

Antes de 1112 os cistercienses estavam perigosamente próximos da bancarrota, mas tiveram uma espetacular mudança de sorte sob a direção de São Bernardo. Meia dúzia de abadias foram construídas nos dois anos seguintes. Por volta de 1153, existiam mais de trezentas, das quais São Bernardo em pessoa fundou. Este crescimento extraordinário coincide com o da Ordem do Templo, que nos mesmos anos estava se expandindo da mesma maneira. E, como já dissemos, um dos co-fundadores da Ordem do Templo foi o tio de São Bernardo, André de Montbard.

Vale a pena revisar essa complicada seqüência de eventos. Em 1104, o conde de Champagne partiu para a Terra Santa após ter-se encontrado com certos nobres, um dos quais mantinha relações com André de Montbard. Em 1112, o sobrinho de André de Montbard, São Bernardo, juntou-se à Ordem Cisterciense. Em 1114, o Conde de Champagne partiu numa segunda jornada à Terra Santa, com a intenção de juntar-se à Ordem do Templo - que foi co-fundada por seu próprio vassalo e por André de Montbard, e que, como atesta a carta do bispo de Chartres, já existia ou estava em processo de ser estabelecida. Em 1115, o conde de Champagne retornou à Europa, tendo permanecido menos de um ano, e doou terras para a abadia de Clairvaux, cujo abade era o sobrinho de André de Montbard. Nos anos que se seguiram tanto os cistercienses quanto os templários - a Ordem de São Bernardo e a de André de Montbard - gozaram de um crescimento fenomenal, tornando-se imensamente ricas.

Na medida em que ponderávamos esta seqüência de eventos, ficávamos cada vez mais convencidos de que havia um padrão indicando e governando tão intricada rede. Ele não parecia ocasional ou incidental. Pelo contrário, havia indicações de que estávamos lidando com os vestígios de algum desígnio complexo e ambicioso, cujos detalhes haviam sido perdidos para a história. Para reconstruir esses detalhes, desenvolvemos uma hipótese experimental, um cenário, por assim dizer, que poderia acomodar os fatos conhecidos.

Supusemos que alguma coisa fora descoberta na Terra Santa, acidentalmente ou não; algo muito importante, que despertou o interesse de alguns nobres mais influentes da Europa. Mais tarde, supusemos que essa descoberta envolvia, direta ou indiretamente, uma grande riqueza material - bem como, talvez, alguma coisa mais, alguma coisa que precisava ser mantida secreta, que só poderia ser divulgada entre um reduzido número de senhores de alta linhagem. Finalmente, supusemos que essa descoberta foi relatada e discutida no conclave de 1104.

Imediatamente após, o conde de Champagne partiu em direção à Terra Santa, para verificar pessoalmente, talvez, o que havia ouvido, ou para implementar alguma linha de ação - a fundação, por exemplo, do que se tornou depois a Ordem do Templo. Em 1114, se não antes, os templários estavam estabelecidos, com o conde de Champagne desempenhando um papel crucial, talvez agindo como guia espiritual e patrocinador. Por volta de 1115, já havia dinheiro circulando de novo na Europa e nos cofres dos cistercienses, os quais, sob a liderança de São Bernardo e a partir de sua nova posição de força, ratificavam e concediam credibilidade à incipiente Ordem do Templo.

Com São Bernardo, os cistercienses obtiveram ascendência espiritual sobre a Europa. Com Hugues de Payen e André de Montbard, os templários obtiveram ascendência militar e administrativa sobre a Terra Santa, e tal ascendência se espalhou rapidamente pela Europa. Por trás do crescimento de ambas as

ordens fulgurava a presença de tio e sobrinho, bem como a riqueza, a influência e o patronato do conde de Champagne. Estes três indivíduos constituem um elo vital. São como marcadores rompendo a superfície da história, indicando as tênues configurações de algum desígnio elaborado e oculto.

Se tal desígnio realmente existiu, ele não pode ser atribuído apenas a estes três homens. Pelo contrário, deve ter envolvido muita cooperação de outras pessoas e uma grande e meticulosa organização. Organização talvez fosse a palavra-chave, pois nossa hipótese, para validar-se, pressupunha um nível de organização comparável ao de uma ordem: uma terceira ordem, secreta, por trás das conhecidas e documentadas ordens Cisterciense e do Templo. Fundamentos para a existência de tal terceira ordem não demorariam a chegar.

Enquanto isso, nos dedicamos à hipotética descoberta na Terra Santa, a base especulativa sobre a qual estabelecemos nosso cenário. O que poderia ter sido encontrado lá? O que estaria na posse dos templários, de São Bernardo e do conde de Champagne? Até o final de sua história, os templários esconderam o local e a natureza de seu segredo. Nem mesmo documentos sobreviveram. Se o tesouro em questão fosse simplesmente financeiro - lingotes, por exemplo - não teria havido necessidade de destruir ou ocultar todos os registros, normas e arquivos. A conclusão é que os templários mantinham sob custódia alguma coisa tão preciosa que nem mesmo a tortura retiraria de seus lábios uma referência a ela. Riqueza, simplesmente, não inspiraria tão absoluta e unânime ocultação. Qualquer que tenha sido sua natureza, ela tinha algo a ver com outros assuntos, tais como a atitude da ordem em relação a Jesus.

Em 13 de outubro de 1307, os templários em toda a França foram capturados pelos senescais de Filipe, o Belo. É uma afirmação que não encerra toda a verdade. Os templários de pelo menos uma preceptoria - a preceptoria de Bézu, adjacente a Rennes-le-Château

- deslizaram através da rede armada pelo rei. Como e por que escaparam? Para responder a esta pergunta, fomos compelidos a investigar as atividades da ordem nas vizinhanças de Bézu. Essas atividades revelaram-se bastante extensas. Realmente, houve meia dúzia de preceptorias e outras propriedades na área, que cobria cerca de 30km.

Em 1153, um nobre da região - simpatizante dos cátaros tornou-se o quarto grão-mestre da Ordem do Templo. Seu nome era Bertrand de Blanchefort, e seu lar ancestral se situava num pico de montanha a poucos quilômetros de Bézu e de Rennes-le-Château. Bertrand de Blanchefort, que presidiu a ordem de 1153 até 1170, foi provavelmente o mais importante de todos os grão-mestres templários. Antes de seu comando, a hierarquia e a estrutura administrativa da ordem eram nebulosas. Foi Bertrand quem transformou a organização dos templários na instituição hierárquica soberbamente eficiente, bem organizada e disciplinada que ela veio a ser. Foi Bertrand quem lançou os templários na alta diplomacia e na política internacional. Foi Bertrand quem criou para eles uma esfera maior de interesses na Europa, e particularmente na França. E, segundo evidências que sobreviveram, o mentor de Bertrand - alguns historiadores o colocam mesmo como o grão-mestre imediatamente precedente - foi André de Montbard.

Poucos anos após a incorporação dos templários, Bertrand não só integrou suas fileiras, como também conferiu a eles terras nas proximidades de Rennes-le-Château e de Bézu. E, em 1156, tendo Bertrand como grão-mestre, a ordem importou para a área, segundo dizem, um contingente de mineiros de língua alemã. Estes trabalhadores teriam sido submetidos a uma disciplina rígida, virtualmente militar. Eram proibidos de confraternizar com a população local e mantidos estritamente segregados da comunidade dos arredores. Até mesmo um corpo judicial especial, *La judicature des Allemands,* foi criado para lidar com aspectos legais e técnicos referentes a eles. Sua pretensa tarefa era trabalhar nas minas de

ouro e nas encostas da montanha em Blanchefort - minas de ouro que haviam sido totalmente exauridas pelos romanos quase mil anos antes.
Durante o século XVII, engenheiros foram comissionados para investigar as perspectivas mineralógicas da área e fornecer relatórios detalhados. No transcorrer de seu relatório, um deles, César d'Arcons, discutiu as ruínas que havia encontrado, restos da atividade dos trabalhadores alemães. Baseado em sua pesquisa, declarou que os trabalhadores alemães não parecem ter sido engajados em trabalhos de mineração. Em que estariam engajados, então? César d'Arcon não estava seguro; talvez fundição de alguma coisa, construção de algo em metal, talvez escavação de algum tipo de cripta subterrânea, criando uma espécie de depósito.
Qualquer que seja a resposta a este enigma, os templários estavam presentes nas vizinhanças de Rennes-le-Château desde pelo menos a metade do século XII. Por volta de 1285 houve uma preceptoria principal a poucos quilômetros de Bézu, em Campagne-sur-Aude. Mas, no final do século XIII, Pierre de Voisins, senhor de Bézu e de Rennes-le Château, convidou para a área um destacamento especial de templários da província de Roussillon. Este destacamento se estabeleceu na cúpula da montanha de Bézu, erigindo um posto de vigia e uma capela. Supostamente, os templários de Roussillon tinham sido convidados a Bézu para cuidar da segurança da região e proteger a rota de peregrinação que atravessava o vale e ia até Santiago de Compostela, na Espanha. É duvidoso que essa patrulha extra tivesse sido necessária. Em primeiro lugar, eles não podem ter sido numerosos - não o suficiente para representar uma diferença significativa. Em segundo lugar, já havia templários na região. Finalmente, Pierre de Voisin tinha suas próprias tropas que, junto com os templários que já estavam lá, poderia garantir a segurança das redondezas. Por que, então, os templários de Roussillon foram a Bézu? Segundo a tradição local,

foram para espionar. E para explorar, ou enterrar, ou guardar um tesouro de algum tipo.
Qualquer que tenha sido sua misteriosa missão, eles obviamente gozavam de imunidade especial. De todos os templários da França, foram os que permaneceram sem ser molestados pelos senescais de Filipe, o Belo, em 13 de outubro de 1307. Naquele dia fatídico, o comandante do contingente de templários em Bézu era o senhor de Goth. E o arcebispo de Bordeaux - peão vacilante do rei Filipe, antes de tomar o nome de papa Clemente V - era Bertrand de Goth. Além do mais, a mãe do novo pontífice era Ida de Blanchefort, da mesma família de Bertrand de Blanchefort. O papa saberia, então, de algum segredo confiado à custódia de sua família, um segredo que permaneceu na família Blanchefort até o século XVIII, quando o abade Antoine Bigou, pároco de Rennes-le-Château e confessor de Marie de Blanchefort, compôs os pergaminhos encontrados por Saunière? Se este era o caso, o papa pode bem ter estendido algum tipo de imunidade ao seu parente que comandava os templários em Bézu.
A história dos templários nas proximidades de Rennes-le-Château era tão carregada de enigmas intrigantes como a história da ordem em geral. Realmente, havia uma série de fatores - o papel de Bertrand de Blanchefort, por exemplo - que pareciam constituir um elo entre os enigmas gerais e os mais localizados.
Ao mesmo tempo, nos confrontávamos com um amontoado desencorajante de coincidências, numerosas demais para serem ocasionais.
Estaríamos nós lidando, de fato, com um padrão calculado? Se sim, a pergunta óbvia era quem o elaborou, pois padrões de tal complexidade não se formam sozinhos. Todas as evidências de que podíamos dispor apontavam para um planejamento meticuloso e uma organização cuidadosa. Tanto que suspeitávamos cada vez mais que deveria haver um grupo específico de indivíduos, talvez dentro de uma ordem de algum tipo, trabalhando assiduamente por

trás da cena. Não tivemos que procurar a confirmação da existência de tal ordem. A confirmação se nos impôs.

IV
OS DOCUMENTOS SECRETOS

A confirmação da existência de uma terceira ordem - uma ordem por trás dos templários e dos cistercienses -, com efeito, se nos impôs. No início, não podíamos tomá-la a sério. Ela parecia surgir de fonte muito pouco confiável, vaga e nebulosa. Só acreditamos quando pudemos autenticar a veracidade da fonte.

Em 1956, uma série de livros, artigos, panfletos e outros documentos relacionados com Bérenger Saunière e o enigma de Rennes-le--Château começaram a surgir na França. Este material tem proliferado e hoje é volumoso. Veio a constituir a base de uma verdadeira indústria. E sua simples quantidade, bem como o esforço e os recursos envolvidos na sua produção e disseminação, atestam implicitamente alguma coisa de imensa, ainda que não explicada, importância.

Como seria de se esperar, o assunto serviu para despertar o apetite de inúmeros pesquisadores, como nós mesmos, cujos trabalhos se somaram ao material disponível. Contudo, o material original parece ter saído de uma única fonte. Alguém tem, certamente, um interesse velado em promover Rennes-le-Château, em chamar a atenção pública para a história, em gerar publicidade e investigações. Qualquer que seja este interesse, ele não parece ser financeiro. Pelo contrário. Parece mais um tipo de propaganda voltada para dar credibilidade a alguma coisa. E quem quer que sejam os indivíduos responsáveis por esta propaganda, eles têm se esforçado para dirigir o foco da atenção para certos assuntos, mantendo-se, ao mesmo tempo, escrupulosamente à sombra.

Desde 1956, grande quantidade de material relevante tem vazado, fragmento por fragmento, de forma deliberada, sistemática e gradual.

A maior parte desses fragmentos pretende ter surgido de alguma fonte privilegiada ou interna e contém informação adicional que suplementa o que era conhecido antes, contribuindo para o quebra-cabeça sem contudo esclarecer sua importância ou significado. Cada novo pedaço de informação serve apenas para intensificar, ao invés de elucidar, o mistério. O resultado tem sido uma proliferação incessante de redes de alusões sedutoras, pistas provocantes, conexões sugestivas e referências cruzadas. Ao confrontar o amontoado de dados hoje disponíveis, o leitor sente que está sendo manipulado, ou sendo genial e habilmente levado de conclusão em conclusão por sucessivas cenouras balançadas na frente do seu nariz. Ligando tudo isto está a existência penetrante de um segredo - um segredo de proporções monumentais e explosivas.

O material divulgado desde 1956 vem tomando formas diferentes. Tem aparecido em livros populares, mesmo *best sellers,* mais ou menos sensacionalistas, mais ou menos ironicamente crípticos. Assim, Gérard de Sède, por exemplo, produziu uma seqüência de trabalhos sobre tópicos aparentemente divergentes, como os cátaros, os templários, a dinastia merovíngia, os rosacruzes, Saunière e Rennes-le-Château. Os trabalhos de De Sède são amiúde deliberadamente evasivos, relutantes, mistificadores. Seu tom insinua constantemente que ele sabe mais do que diz; talvez seja um artifício para ocultar que ele não sabe tanto quanto pretende. Seus livros contêm, é certo, uma boa quantidade de detalhes verificáveis, que forjam uma ligação entre seus respectivos temas. Qualquer que seja nossa idéia sobre De Sède, ele estabelece efetivamente uma imbricação e uma conexão entre os diversos assuntos que aborda.

Por outro lado, não podíamos deixar de suspeitar que o trabalho de De Sède desenvolveu-se principalmente a partir de informações fornecidas por um informante, e De Sède mais ou menos admite isto. Nós descobrimos, quase por acidente, quem era seu informante. Em 1971, quando embarcamos em nosso primeiro filme sobre Rennes-

le-Château para a BBC, escrevemos para o editor de De Sède em Paris, pedindo algum material audiovisual. As fotografias que solicitamos nos foram devidamente enviadas. No verso de cada uma delas estava estampado "Plantard". Na época, o nome não significou muito para nós. Mas o apêndice de um dos livros de De Sède consistia de uma entrevista com um tal Pierre Plantard. Depois, obtivemos evidências de que Pierre Plantard tinha sido envolvido em alguns dos trabalhos de De Sède. Finalmente, Pierre Plantard começou a emergir como uma das figuras dominantes em nossa investigação.

A informação divulgada desde 1956 não tinha originalmente a forma popular e acessível que tomou com De Sède. Parte dela havia aparecido em tomos pesados, desencorajantes, pedantes mesmo, diametralmente opostos à abordagem jornalística de De Sède. Um desses trabalhos foi produzido por René Descadeillas, antigo diretor da Biblioteca Municipal de Carcassonne. O livro de Descadeillas é laboriosamente anti-sensacionalista. Devotado à história de Rennes-le-Château e de seus arredores, contém grande número de minúcias sociais e econômicas - por exemplo, os nascimentos, mortes, casamentos, finanças, impostos e trabalhos públicos entre os anos de 1730 e 1820. No total, ele não poderia ser mais diferente dos livros de mercado de massa de De Sède, aliás seriamente criticados por Descadeillas.

Além dos livros publicados, incluindo alguns de publicação restrita, houve uma série de artigos em jornais e revistas, assim como entrevistas com várias pessoas que afirmavam conhecer uma ou outra faceta do mistério. Mas a informação mais interessante e mais importante não apareceu em forma de livro. A maior parte dela veio à tona de outro modo, em documentos e panfletos não dirigidos à circulação geral. Muitos desses documentos e panfletos foram depositados, em edições limitadas, privadas, na Biblioteca Nacional de Paris. Eles parecem ter sido produzidos modestamente. Alguns são, na realidade, meras páginas datilografadas e fotocopiadas.

Ainda mais do que os trabalhos jornalísticos, este corpo de *ephemera* parece ter saído da mesma fonte. Por meio de notas enigmáticas de pé de página, referindo-se a Saunière, Rennes-le-Château, Poussin, dinastia merovíngia e outros temas, cada peça complementa, alarga e confirma as demais. Na maioria dos casos a *ephemera* é de autoria incerta, aparecendo sob uma variedade de pseudônimos transparentes, até mesmo cândidos Madeleine Blancassal, por exemplo, Nicolas Beaucéan, Jean Delaude e Antoine l'Ermite. Madeleine, certamente, se refere a Maria Madalena, a Madalena, a quem a igreja de Rennes-le-Château é dedicada e a quem Saunière consagrou sua torre, a Torre Magdala. A palavra Blancassal é formada a partir dos nomes de dois pequenos rios que convergem próximo ao vilarejo de Rennes-le-Bains - o Blanque e o Sals. Beaucéan é uma variação de Beauséant, grito oficial e emblema de batalha dos templários. Jean Delaude é Jean de l'Aude ou John de Aude, o departamento em que Rennes-le-Château é situada. E Antoine l'Ermite é Santo Antônio, o Ermitão, cuja estátua decora a igreja de Rennes-le-Château e cujo dia é 17 de janeiro - a data inscrita na tumba de Marie de Blanchefort e a data em que Saunière sofreu o derrame cerebral que o matou.

O trabalho atribuído a Madeleine Blancassal é intitulado *Les Descendents merovingiens et* J'*éniome du Razès wisigoth* ["Os descendentes merovíngios e o enigma do Razès visigodo"], sendo Razès o antigo nome da região de Saunière. De acordo com a página de rosto, este trabalho foi publicado originalmente em alemão e traduzido para o francês por Walter Celse-Nazaire - outro pseudônimo composto dos santos Celse e Nazaire, a quem a igreja de Rennes-le-Bains é consagrada. E, ainda de acordo com a página de rosto, a editora do trabalho era a Grande Loja Alpina, a suprema loja maçônica da Suíça, o equivalente suíço da Grande Loja na Inglaterra ou Grand Orient na França. Permanecem obscuras as razões pelas quais uma loja maçônica moderna deveria mostrar tal interesse no mistério em torno de um padre francês desconhecido e

da história de sua paróquia há mais de um milênio atrás. Um de nossos colegas e um pesquisador independente questionaram membros da Alpina. Eles negaram ter qualquer conhecimento, não só da publicação do trabalho mas também de sua existência. Entretanto, um pesquisador independente afirma ter visto o trabalho nas estantes da biblioteca da Alpina. Depois, nós descobrimos que o selo da Alpina aparecia também em dois outros panfletos.

De todos os documentos publicados em privado e depositados na Biblioteca Nacional, o mais importante é uma compilação de artigos intitulados coletivamente *Dossiers secrets* ["Pastas secretas"]. Esta compilação encontra-se hoje em microficha, catalogada sob o número 4° lm 249. Entretanto, até recentemente ela consistia de um volume fino, não descrito, uma espécie de folheto de capa dura contendo uma mistura desconexa de informações ostensivamente não relacionadas - novas inserções, cartas coladas nos versos de folhas, panfletos, inúmeras árvores genealógicas e a estranha página impressa, aparentemente extraída do corpo de outro trabalho. Periodicamente, algumas das páginas individuais eram removidas; em momentos diferentes, outras páginas eram inseridas. Em certas páginas, adições e correções eram feitas, às vezes, em minúsculas letras manuscritas. Numa data posterior, essas páginas eram substituídas por outras novas, impressas e incorporando as emendas feitas antes.

O amontoado de *Dossiers* contendo as árvores genealógicas é atribuído a Henri Lobineau, cujo nome aparece na página de rosto. Duas informações adicionais no folheto declaram que Henri Lobineau é um pseudônimo - derivado talvez de uma rua, a rua Lobineau, que passa ao lado de Saint Sulpice em Paris - e que as genealogias são na realidade resultado do trabalho de um homem chamado Leo Schidlof, um historiador e antiquário austríaco que supostamente viveu na Suíça e morreu em 1966. Com base nesta informação, procuramos saber tudo sobre Leo Schidlof.

Em 1978, conseguimos localizar a filha de Leo Schidlof, que vivia na Inglaterra. Seu pai, disse ela, era de fato austríaco. Mas não era genealogista, nem historiador ou antiquário; era um especialista em miniaturas, que ele mesmo comercializava. Escrevera dois trabalhos sobre o assunto. Em 1948 se estabelecera em Londres, onde viveu até sua morte, que ocorreu em Viena em 1966 - o ano e local especificados nos *Dossiers secrets.*

Miss Schidlof afirmou veementemente que seu pai nunca tivera qualquer interesse em genealogias, na dinastia merovíngia, ou em misteriosos vaivéns no sul da França. Algumas pessoas, continuou, obviamente pensavam que ele tinha. Durante os anos 60, por exemplo, ele recebeu numerosas cartas e telefonemas de pessoas não identificadas, tanto da Europa quanto dos Estados Unidos, que desejavam encontrá-lo para discutir assuntos que ele não tinha qualquer conhecimento. Quando ele morreu, em 1966, houve outra enxurrada de mensagens, a maioria delas perguntando sobre seus artigos.

Qualquer que tenha sido o assunto no qual o senhor Schidlof se tenha involuntariamente metido, ele parece ter tocado numa corda sensível do governo americano. Em 1946 - uma década antes de, supostamente, os *Dossiers secrets* terem sido compilados - Leo Schidlof solicitou um visto de entrada nos Estados Unidos. A solicitação foi recusada, com base em suspeita de espionagem ou de alguma outra forma de atividade clandestina. Finalmente, o assunto parece ter sido resolvido, o visto foi concedido e Leo Schidlof foi admitido nos Estados Unidos. Tudo pode ter sido uma típica embrulhada burocrática. Mas Miss Schidlof parece suspeitar que havia algo relacionado com preocupações misteriosas, confusamente atribuídas a seu pai.

A história de Miss Schidlof nos deu uma pausa. A recusa de um visto americano pode bem ter sido mais do que coincidência, pois havia, entre os artigos dos *Dossiers secrets,* referências ligando o nome de Leo Schidlof a algum tipo de espionagem internacional. Nesse

intervalo, um novo panfleto apareceu em Paris, segundo o qual Henri Lobineau não era, afinal de contas, Leo Schidlof, mas um aristocrata francês de alta linhagem, o conde Henri de Lénoncourt. Esta informação foi confirmada alguns meses depois por outras fontes. A verdadeira identidade de Lobineau não era o único enigma associado com os *Dossiers secrets.* Havia também uma informação referindo-se à "pasta de couro de Leo Schidlof", que conteria vários artigos secretos relacionados com Rennes-le-Château entre 1600 e 1800. Supostamente, logo após a morte de Schidlof, a pasta passou para as mãos de um mensageiro, um certo Fakhar ul Islam, que tinha como missão confiá-la, em fevereiro de 1967, na Alemanha Oriental, a um "agente delegado de Genebra". Entretanto, Fakhar ul Islam foi expulso da Alemanha Oriental antes de realizar a transação e retornou a Paris para "esperar novas ordens". Em 20 de fevereiro de 1967, seu corpo foi encontrado nos trilhos de trem em Melun, tendo sido jogado do expresso Paris-Genebra. A pasta tinha supostamente desaparecido.

Nós investigamos esta história violenta até onde foi possível, e uma série de artigos em jornais franceses de 21 de fevereiro confirmam a maior parte dela. Um corpo decapitado, identificado como um jovem paquistanês chamado Fakhar ul Islam, foi realmente encontrado nos trilhos em Melun. Por razões que permanecem obscuras, o homem morto tinha sido expatriado da Alemanha Oriental e estava viajando de Paris para Genebra, engajado, parece, em algum tipo de espionagem. Segundo os registros do jornal, as autoridades suspeitavam dele com razão e o assunto foi investigado pela DST, a contra-espionagem francesa.

Por outro lado, os jornais não mencionam Leo Schidlof, ou uma pasta de couro, ou qualquer outra coisa que possa ligar a ocorrência ao mistério de Rennes-le-Château. Como resultado, nos vimos diante de várias perguntas. Por um lado, a morte de Fakhar ul Islam poderia ter relação com Rennes-le-Château; nesse caso, a informação contida nos *Dossiers secrets* poderia ter sido obtida a partir de um

informe interno, inacessível aos jornais. Por outro lado, a informação nos *Dossiers secrets* poderia ser deliberada e espúria mistificação. Depois do fato consumado, qualquer morte não explicada ou suspeita pode ser utilizada, sendo justificada da maneira que mais convier. Mas se este fosse o caso, qual seria a razão desse exercício? Por que alguém iria tentar criar deliberadamente uma atmosfera de intriga sinistra em torno de Rennes-le-Château? Que lucro poderia advir da criação de tal atmosfera? Quem poderia ganhar com isso?

Essas perguntas nos intrigaram ainda mais quando soubemos que, aparentemente, a morte de Fakhar ul Islam não fora uma ocorrência isolada. Menos de um mês depois, outro trabalho impresso em privado foi depositado na Biblioteca Nacional. Chamava-se *Le Serpent rouge* ["A serpente vermelha"] e datava, simbólica e significativamente, de 17 de janeiro. A página de rosto atribuía a autoria a três pessoas: Pierre Feugere, Louis Saint-Maxent e Gaston de Koker.

Le Serpent rouge é um trabalho singular. Contém uma genealogia merovíngia, dois mapas da França na época merovíngia e uma imprecação. Também contém um mapa de Saint Sulpice, em Paris, que aponta as capelas dos vários santos da igreja. Mas o corpo do texto consiste de treze pequenos poemas de impressionante qualidade literária, muitos deles lembrando o trabalho de Rimbaud. Cada poema contém não mais que um parágrafo, e cada um corresponde a um signo do zodíaco - um zodíaco de treze signos, com o décimo terceiro, *Ophiuchus* ou "Guarda Serpente", inserido entre *Scorpio* e *Sagittarius.*

Os treze poemas, narrados na primeira pessoa, são um tipo de peregrinação simbólica, ou alegórica, começando com *Aquarius* e terminando com *Capricorn,* o qual, diz o texto, preside o dia 17 de janeiro. Neste texto, de modo geral críptico, existem referências familiares - à família Blanchefort, às decorações da igreja de Rennes-le-Château, a algumas das inscrições de Saunière lá presentes, a

Poussin e ao quadro *Les Berners d'Arcadie,* do lema na tumba *(Et in Arcadia Ego).* Num determinado ponto, há uma menção à cobra vermelha, "citada nos pergaminhos", desenrolando-se através dos séculos - uma alusão quase explícita a uma corrente de sangue, ou linhagem. E quanto ao signo astrológico de Leo, há um parágrafo enigmático que vale a pena citar inteiramente:

A partir dela, que eu desejo libertar, exala em minha direção a fragrância de um perfume que impregna o sepulcro. Antes, alguns a chamavam: ÍSIS, rainha de todas as fontes benevolentes. VENHAM A MIM TODOS OS QUE SOFREM E SÃO AFLITOS, E EU LHES DAREI REPOUSO. Para outros, ela é MADALENA, do vaso celebrado, repleto de bálsamo curativo. Os iniciados conhecem seu verdadeiro nome: NOTRE DAME DES CROSS.

As implicações deste parágrafo são extremamente interessantes. Ísis é, certamente, a deusa-mãe egípcia, patrona dos mistérios, rainha branca em seus aspectos benéficos, rainha negra nos maléficos. Inúmeros escritores, da mitologia, antropologia, psicologia e teologia, têm traçado o culto da deusa-mãe desde a época pagã até a era cristã. Ela teria sobrevivido sob o cristianismo disfarçada de Virgem Maria, a rainha do paraíso, como a chamava São Bernardo, usando uma designação dada no Velho Testamento à deusa-mãe Astarte, o equivalente fenício de Ísis. De acordo com o texto em *Le Serpent rouge,* a deusa-mãe do cristianismo não seria a Virgem. Seria Madalena, a quem a igreja de Rennes-le-Château é dedicada e a quem Saunière consagrou sua torre. Além disso, o texto parecia implicar que Notre Dame tampouco se aplica à Virgem. O título ressonante - outorgado a todas as grandes catedrais da França - se referiria também a Madalena. Por que deveria Madalena ser reverenciada como Nossa Senhora, e, ainda mais, como a deusa mãe? Maternidade é a última coisa geralmente associada a Madalena. Na tradição cristã popular, ela é uma prostituta que

encontra a redenção, tornando-se noviça de Jesus. E figura de maneira mais destacada no quarto Evangelho, no qual é a primeira pessoa a ver Jesus após a Ressurreição. Em conseqüência, é considerada santa, principalmente na França, para onde, segundo lendas medievais, ela teria trazido o cálice sagrado. Realmente, o "vaso repleto de bálsamo curativo" poderia querer sugerir o cálice. Mas consagrar a Madalena o lugar usualmente reservado à Virgem pareceria, no mínimo, heresia.

Qualquer que fosse o seu ponto de vista, os autores, ou pseudo-autores, de *Le Serpent rouge* tiveram um destino tão sinistro quanto o de Fakhar ul Islam. Em 6 de março de 1967, Louis Saint-Maxent e Gaston de Koker foram encontrados enforcados. No dia seguinte, 7 de março, o mesmo ocorreu com Pierre Feugere.

Seria possível assumir imediatamente que essas mortes tenham sido relacionadas com a composição e divulgação de *Le Serpent rouge.* Entretanto, como no caso de Fakhar ul Islam, não podíamos desprezar uma explicação alternativa. Se alguém quisesse engendrar uma aura de mistério sinistro, seria fácil fazê-lo. Seria apenas necessário vasculhar nos jornais até encontrar uma morte suspeita - ou, como neste caso, - três mortes suspeitas. Após o fato ter ocorrido, seria possível colocar os nomes dos mortos em um panfleto já preparado e depositá-lo na Biblioteca Nacional, com uma data anterior (17 de janeiro) na página de rosto. Seria virtualmente impossível desmascarar tal operação, que produziria certamente o efeito desejado. Que razão teria alguém para perpetrar tal fraude? Por que alguém iria invocar uma aura de violência, assassinatos e intriga? Tal artimanha não deteria investigadores. Ao contrário, ela os atrairia.

Se, por outro lado, estivéssemos lidando com algo diferente de uma fraude, várias perguntas permaneciam no ar. Os três homens enforcados seriam suicidas ou vítimas de assassinato? Nas circunstâncias em que as mortes ocorreram, suicídio não faria sentido. Tampouco assassinato. Seria compreensível que as três

pessoas tivessem sido eliminadas por possuírem informações explosivas? Neste caso, as informações já tinham sido divulgadas, depositadas na Biblioteca Nacional. Poderiam os assassinatos - se é que o foram - ser uma forma de punição, ou de retaliação? Ou talvez um meio de impedir indiscrições posteriores? Nenhuma dessas explicações é satisfatória. Se alguém fica furioso pela divulgação de certas informações, ou se deseja prevenir indiscrições adicionais, este alguém não atrai atenção para o assunto cometendo um trio de assassinatos chocantes e sensacionais, a menos que esteja certo de que eles não iriam provocar uma investigação séria.

Nossas próprias aventuras no transcorrer de nossa investigação foram, felizmente, menos dramáticas, mas igualmente mistificadoras. Encontramos, por exemplo, em nossa pesquisa, repetidas referências a um trabalho de Antoine l'Ermite, intitulado *Un trésor mérovingien à Rennes-le-Château* ["Um tesouro merovíngio em Rennes-le-Château"]. Nós nos determinamos a localizar esse trabalho e rapidamente o encontramos listado no catálogo da Biblioteca Nacional. Obtê-lo, no entanto, revelou-se muito difícil. Todos os dias, durante uma semana, fomos à Biblioteca e preenchemos a ficha necessária. A cada vez a ficha retomava com a anotação *communiqué,* indicando que o trabalho estava sendo usado por alguém. Isto não era, por si só, estranho. Todavia, após quinze dias, começou a parecê-lo - e irritante, também, pois nós não podíamos permanecer em Paris por muito mais tempo. Procuramos um bibliotecário. Ele nos disse que o livro estaria *communiqué* por três meses - uma situação extremamente incomum - e que nós não podíamos reservá-lo antes de seu retorno.

Na Inglaterra, pouco tempo depois, uma amiga nos disse que iria passar férias em Paris. Nós lhe pedimos para tentar obter o confuso trabalho de Antoine l'Ermite e fazer pelo menos algumas anotações sobre seu conteúdo. Ela requisitou o livro na Biblioteca Nacional. Sua ficha nem ao menos foi devolvida. Tentou novamente no dia seguinte, com o mesmo resultado.

Quando voltamos a Paris, uns quatro meses depois, fizemos outra tentativa. Nossa ficha retornou novamente marcada *communiqué.* Começamos a sentir, então, que o jogo estava algo exagerado, e começamos a jogar o nosso próprio jogo. Fomos à sala de catálogos, passando por prateleiras de livros obviamente inacessíveis ao público. Ao encontrarmos um idoso bibliotecário de olhar bondoso, fingimos ser turistas ingleses com um domínio macarrônico do francês. Pedimos sua ajuda, explicando que estávamos à procura de um trabalho mas não conseguíamos obtê-lo, sem dúvida por causa de nosso imperfeito conhecimento dos procedimentos da Biblioteca.

O velho senhor concordou em nos ajudar. Nós lhe demos o número de catálogo e ele desapareceu entre as prateleiras. Quando emergiu, desculpou-se dizendo que não podia fazer nada: o livro havia sido roubado. E mais: um compatriota nosso - uma inglesa - era aparentemente responsável pelo roubo. Depois de um pouco de conversa, ele consentiu em nos dar seu nome. Era a nossa amiga!

Ao retornarmos à Inglaterra, buscamos a assistência do serviço de bibliotecas em Londres, que concordou em pesquisar o estranho assunto. Em nosso nome, a Biblioteca Central escreveu à Biblioteca Nacional de Paris solicitando uma explicação para o que parecia ser obstrução de pesquisa legítima. Nenhuma explicação foi fornecida. Entretanto, logo depois, uma fotocópia do trabalho de Antoine l'Ermite nos foi despachada, junto com instruções enfáticas de que fosse imediatamente enviada de volta. Isto era, em si, extremamente singular, pois bibliotecas geralmente não pedem retorno de fotocópias. Tais cópias, consideradas mero desperdício, são apropriadamente descartadas.

Quando o trabalho estava finalmente em nossas mãos, ele se revelou desapontador, não merecedor das dificuldades que havíamos enfrentado para obtê-lo. Da mesma forma que o trabalho de Madeleine de Blancassal, ele trazia o selo da Grande Loja Suíça Alpina. Mas não dizia nada de novo. Recapitulava, de forma muito sucinta, a história do conde de Razès, de Rennes-le-Château e de

Bérenger Saunière. Em resumo, contava todos os detalhes que já nos eram familiares. Não parecia haver razão para alguém estar usando este trabalho e mantendo-o *communiqué* por tanto tempo. Tampouco parecia haver qualquer razão para ocultá-lo de nós. Ainda mais intrigante era o fato dele não ser original. Com exceção de algumas poucas palavras alteradas aqui e acolá, tratava-se de um texto de linguagem oral, corrigido e copiado, de um capítulo de um livro de bolso - um *best-seller,* disponível em qualquer banca por alguns trocados, sobre tesouros perdidos do mundo. Ou Antoine l'Ermite plagiou descaradamente o livro publicado, ou o livro plagiou Antoine l'Ermite.

Tais ocorrências são típicas da mistificação em torno do material que tem aparecido na França desde 1956, fragmento por fragmento. Outros pesquisadores têm encontrado enigmas similares. Nomes plausíveis têm-se revelado pseudônimos. Endereços, incluindo endereços de editoras e organizações, têm-se revelado inexistentes. Têm aparecido referências a livros que ninguém, até onde sabemos, jamais viu. Documentos têm desaparecido, sido alterados, ou inexplicavelmente mal catalogados na Biblioteca Nacional. Às vezes nos ocorria a tentação de suspeitar de uma brincadeira. Se este fosse o caso, tratar-se-ia de uma brincadeira em escala gigantesca, envolvendo uma impressionante quantidade de recursos - financeiros e outros. E quem estivesse brincando, o fazia muito seriamente.

Nesse meio-tempo novas informações continuavam a surgir, com os temas já familiares se repetindo como *leitmotifs* - Saunière, Rennes-le-Château, Poussin, *Les Bergers d'Arcadie,* templários, Dagobert II e a dinastia merovíngia. Alusões à vinicultura - enxerto de vinhas - figuravam com destaque, presumivelmente em sentido alegórico. Ao mesmo tempo, mais e mais informações eram adicionadas. A identificação de Henri Lobineau como o conde de Lénoncourt é um exemplo. Outro é a insistência, crescente e inexplicada, na importância de Madalena. Além disso, duas outras localidades eram enfatizadas, assumindo uma condição aparentemente equivalente à

de Rennes-le-Château. Uma era Gisors, uma fortaleza na Normandia, estratégica e politicamente vital no auge das Cruzadas; outra era Stenay, antes chamada Satanicum, situada na fronteira de Ardenas, a antiga capital da dinastia merovíngia, próximo de onde Dagobert II foi assassinado em 679.
O material disponível não pode ser reproduzido ou discutido adequadamente nestas páginas. É muito denso, muito confuso, muito desconexo e, em grande parte, muito extenso. Mas a partir dessa quantidade sempre crescente de informações, emergiram certos pontos-chave que constituíram a base de pesquisas posteriores. Apresentados como fatos históricos inquestionáveis, eles podem ser resumidos da seguinte forma:

1. Os templários eram o ramo administrativo e militar de uma ordem secreta que atuou por trás deles. Esta ordem, que funcionou sob uma variedade de nomes diferentes, é mais freqüentemente conhecida como Monastério de Sion (Prieurs de Sion).

2. A Ordem do Monastério de Sion foi liderada, em seqüência, por grão-mestres cujos nomes se encontram entre os mais ilustres da história e da cultura ocidentais.

3. Embora os templários tenham sido destruídos e dissolvidos entre 1307 e 1314, a Ordem do Monastério de Sion permaneceu ilesa, continuando a funcionar por séculos, apesar de periódicas fraturas provocadas por disputas internas entre diferentes facções. Agindo na sombra, ela orquestrou alguns acontecimentos críticos da história ocidental.

4. A Ordem do Monastério de Sion existe e funciona ainda hoje. Não só influencia como desempenha um papel importante em assuntos internacionais, bem como nos assuntos internos de certos países

europeus. É, em parte, responsável pelo corpo de informações disseminadas desde 1956.

5. O objetivo confesso da ordem é a restauração da dinastia e da linhagem merovíngia no trono não só da França, como de outras nações européias.

6. A restauração da dinastia merovíngia é sancionada e justificada, tanto legal quanto moralmente. Embora deposta no século VIII, essa linhagem não se extinguiu, sendo perpetuada em linha direta desde Dagobert II e de seu filho Sigisbert IV. Por intermédio de alianças dinásticas e casamentos, esta linhagem inclui Godfroi de Bouillon, que capturou Jerusalém em 1099, e várias outras famílias nobres e reais, passadas e presentes - Blanchefort, Gisors, Saint-Clair (na Inglaterra, Sinclair), Montesquieu, Montpézat, Poher, Luisignan, Plantard e Habsburgo-Lorraine. Atualmente, a linhagem merovíngia demanda seus direitos hereditários.

Na chamada Ordem do Monastério do Sinai residia uma explicação possível para a referência a Sinai nos pergaminhos encontrados por Bérenger Saunière, e para a curiosa assinatura, P.S., que aparecia em um deles e na tumba de Marie de Blanchefort.
Contudo, como todos, nós também éramos extremamente céticos diante de qualquer teoria de conspiração na história; a maioria dos itens acima nos pareceu irrelevante, improvável e/ou absurda. Mas certas pessoas os estavam promulgando seriamente, a partir de posições de poder. Qualquer que fosse a dose de veracidade contida nessas asserções, elas estavam de algum modo relacionadas com o mistério que cercava Saunière e Rennes-le-Château.
Por isso, embarcamos em um exame sistemático do que começamos a chamar, ironicamente, de Documentos do Monastério. Procuramos submeter a um cuidadoso escrutínio crítico as afirmações que continham e determinar se elas podiam ser confirmadas de alguma

forma. Nós o fizemos com um ceticismo cínico, quase depreciativo, convencidos de que as afirmações não resistiriam nem mesmo a uma rápida inspeção. Não sabíamos, na época, que grandes surpresas nos esperavam.

2
A SOCIEDADE SECRETA

V
A ORDEM ATRÁS DA CENA

Já suspeitávamos da existência de um grupo de pessoas, ou até mesmo de uma ordem coerente, por trás dos templários. Logo, a hipótese de que o Templo fora criado pelo Monastério do Sinai parecia mais plausível que as outras hipóteses contidas nos Documentos do Monastério. Começamos nosso exame a partir daí.

O Monastério do Sinai já havia sido mencionado, de forma breve e enigmática, em um trabalho de Gérard De Sède, datado de 1962. Mas a primeira referência detalhada que encontramos foi numa única página nos *Dossiers secrets.* No topo dessa página há uma citação de René Grousset, uma das mais importantes autoridades do século XX sobre as Cruzadas, cuja monumental *opus* sobre o assunto, publicada durante os anos 30, é considerada um trabalho seminal por historiadores modernos, como Sir Steven Runciman. A citação se refere a Baudouin I, irmão mais jovem de Godfroi de Bouillon, duque de Lorraine e conquistador da Terra Santa. Com a morte de Godfroi, Baudouin aceitou a coroa a ele oferecida, tornando-se o primeiro rei oficial de Jerusalém. Segundo René Grousset, existiu, através de Baudouin I, uma "tradição real". E como ela era "fundada sobre a rocha do Sinai", esta tradição era "igual" às dinastias reinantes na Europa - a dinastia francesa dos Capetos, a dinastia anglo-normanda da Inglaterra (Plantagenet), as dinastias Hohenstauffen e Habsburgo

que governaram a Alemanha e o Sacro Império Romano, mais antigo. Mas Baudouin e seus descendentes foram reis eleitos, e não reis por direito de sangue. Por que, então, falaria Grousset de uma "tradição real" que "existia através" dele? O próprio Grousset não explica. Tampouco explica por que esta tradição, por ser "fundada sobre a rocha do Sinai", seria "igual" às mais importantes da Europa.

A citação de Grosset nos *Dossiers secrets* é seguida de uma alusão ao misterioso Monastério do Sinai - ou Ordem do Sinai, como era aparentemente chamada na época. Segundo o texto, tal ordem foi fundada por Godfroi de Bouillon em 1090, nove anos antes da conquista de Jerusalém - embora existam outros Documentos do Monastério que apontem o ano de 1099 como o da fundação. Segundo o texto, Baudouin, o irmão mais jovem de Godfroi, "devia seu trono" à ordem. E, ainda segundo o texto, o assento oficial, ou "quartel-general", da ordem era uma abadia específica, a abadia de Notre Dame do Monte Sinai, em Jerusalém. Ou talvez na fronteira de Jerusalém, no monte Sinai, a famosa "alta montanha ao sul da cidade".

Ao consultar todos os trabalhos exemplares do século XX sobre as Cruzadas, não encontramos menção a nenhuma Ordem do Sinai. Assim, procuramos estabelecer se tal ordem realmente existiu e se teve o poder de conferir tronos. Fomos obrigados a vasculhar pilhas e pilhas de documentos e mapas antigos. Não procuramos apenas referências explícitas à ordem, mas também qualquer traço de sua possível influência e atividades. Buscamos confirmar se havia ou não uma abadia chamada Notre Dame do Monte Sinai.

Ao sul de Jerusalém desponta a alta montanha do Sinai. Em 1099, quando Jerusalém caiu sob os cruzados de Godfroi de Bouillon, erguiam-se ali as ruínas de uma antiga basílica bizantina, datada supostamente do século IV e chamada "a mãe de todas as Igrejas", um título dos mais sugestivos. Segundo numerosos mapas ainda existentes, além de crônicas e narrativas, uma abadia foi construída no local dessas ruínas, por ordem expressa de Godfroi de Bouillon.

Deve ter sido um edifício imponente, que abrigou uma comunidade reservada. Segundo um cronista que escreveu em 1172, ela era muito fortificada, com suas próprias muralhas, torres e parapeitos, formando uma estrutura chamada Abadia de Notre Dame do Monte Sinai.

Obviamente, alguém tinha de ocupar essas propriedades. Teriam sido ocupadas por uma ordem autônoma, que tinha o nome do próprio local? Seriam os ocupantes da abadia membros da Ordem do Sinai? Isto parecia plausível. Os cavaleiros e monges que ocuparam a Igreja do Santo Sepulcro, também instalada por Godfroi, eram formados em uma ordem oficialmente constituída, a Ordem do Santo Sepulcro. O mesmo princípio poderia aplicar-se aos ocupantes da Abadia do Monte Sinai, e isto parece ter de fato ocorrido. Segundo especialistas do século XIX, a abadia "era habitada por um ramo dos augustinianos, encarregados de servir aos santuários sob a direção de um abade. A comunidade assumia o duplo nome de Santa Maria do Monte Sinai e do Santo Espírito." Outro historiador, que escreveu em 1698, foi ainda mais explícito: "Em Jerusalém, durante as Cruzadas, houve cavaleiros ligados à Abadia de Notre Dame do Sinai que levavam o nome de Cavaleiros da Ordem de Notre Dame do Sinai."

Se isto não fosse confirmação suficiente, nós descobrimos também documentos da época - documentos originais - que portavam o selo e a assinatura de um ou outro monge de Notre Dame do Sinai. Um mapa, por exemplo, é assinado pelo monge Amaldus e data de 19 de julho de 1116. Em outro mapa, datado de 2 de maio de 1125, o nome de Amaldus aparece ao lado do de Hugues de Payen, primeiro grão-mestre do Templo.

Até aí os documentos se revelaram válidos. Podíamos perceber que uma Ordem do Sinai existiu na virada do século XII. Contudo, a data de formação da ordem permanece em aberto. As informações não têm consistência suficiente para que se determine quem nasceu primeiro, se a ordem ou as propriedades em que ela se instalou. Os

cistercienses, por exemplo, tomaram seu nome de um local específico, Cîteaux. Por outro lado, franciscanos e beneditinos - para citar somente dois exemplos - tomaram seu nome de pessoas. O máximo que podíamos afirmar era que uma abadia existiu por volta de 1100 e abrigou uma ordem de mesmo nome, a qual pode ter sido fundada antes. Os Documentos do Monastério implicam isso, e algumas evidências sugerem, embora de forma vaga e indireta, que a ordem existiu antes da abadia. Sabe-se que em 1070 - ou seja, 29 anos antes da Primeira Cruzada - monges vindos da Calábria, no sul da Itália, chegaram às vizinhanças da floresta de Ardenas, parte dos domínios de Godfroi de Bouillon. Segundo Gérard De Sède, este grupo foi liderado por um homem chamado Ursus - um nome que os Documentos do Monastério associam consistentemente à linhagem merovíngia. Ao chegar em Ardenas, os monges calabreses obtiveram o patrocínio de Mathilde de Toscane, duquesa de Lorraine, tia de Godfroi de Bouillon e, na realidade, sua madrasta. Os monges receberam de Mathilde um pedaço de terra em Orval, próximo de Stenay, onde Dagobert II tinha sido assassinado quinhentos anos antes. Uma abadia foi construída para abrigá-los lá, mas eles não permaneceram muito tempo em Orval. Por volta de 1108, desapareceram misteriosamente, sem deixar registro sobre o destino que tomaram. A tradição diz que eles retornaram à Calábria. Orval, por volta de 1131, tornara-se um dos feudos de São Bernardo.

Antes de sua partida de Orval, todavia, os monges calabreses podem ter deixado uma marca indelével na história ocidental. Segundo Gérard De Sède, pelo menos, estava entre eles um homem depois conhecido como Pedro, o Eremita. Isto era muito importante, pois Pedro, o Eremita, é freqüentemente tido como o tutor pessoal de Godfroi de Bouillon. Esta não era a única razão de sua fama. Em 1095, juntamente com o papa Urbano II, Pedro tornou-se conhecido em toda a cristandade por pregar carismaticamente a necessidade de uma Cruzada, uma guerra que reclamasse o sepulcro de Cristo e resgatasse a Terra Santa das mãos dos infiéis muçulmanos. Hoje,

Pedro, o Eremita, é considerado um dos líderes instigadores das Cruzadas.

Com base nas pistas contidas nos Documentos do Monastério, começamos a perguntar se, na sombra, poderia ter havido algum tipo de continuidade entre os monges de Orval, Pedro, o Eremita e a Ordem do Sinai. Nesse caso, os monges em Orval não seriam um grupo ao acaso de devotados religiosos itinerantes. Ao contrário, seus movimentos - sua chegada coletiva em Ardenas e seu misterioso desaparecimento en *masse* - atestam algum tipo de coesão, de organização e talvez uma base permanente em algum lugar. E se Pedro integrava esse grupo de monges, sua pregação por uma Cruzada pode bem ter sido uma política calculada, e não uma manifestação de fanatismo impetuoso. Se ele era o tutor pessoal de Godfroi, além de tudo, ele pode bem ter exercido alguma influência na decisão de seu pupilo de embarcar para a Terra Santa. E quando os monges desapareceram de Orval, eles podem não ter retornado à Calábria, afinal. Podem ter-se estabelecido em Jerusalém, talvez na Abadia de Notre Dame do Sinai. Esta, naturalmente, era só uma hipótese especulativa, sem confirmação documentada. Contudo, novamente encontramos, logo depois, evidências fragmentadas e circunstanciais que a apoiavam. Sabe-se que, ao partir para a Terra Santa, Godfroi de Bouillon foi acompanhado por uma comitiva de figuras anônimas que agiam como conselheiros e administradores - o equivalente, de fato, a uma comitiva moderna. Mas o exército de Godfroi não foi o único exército cristão a partir para a Palestina. Houve pelo menos três outros, cada um comandado por um ilustre e influente potentado ocidental. Se a Cruzada fosse bem-sucedida, se Jerusalém caísse e se um reino franco fosse estabelecido, qualquer um desses quatro potentados seria elegível ao trono. Mas parece que Godfroi sabia de antemão que ele seria selecionado. Foi o único a renunciar aos seus feudos, vender todos os seus bens e deixar claro que a Terra Santa seria seu domínio pelo resto de sua vida.

Em 1099, imediatamente após a captura de Jerusalém, um grupo de figuras anônimas reuniu-se em conclave secreto. A identidade desse grupo tem escapado a todas as investigações históricas - embora Guillaume de Tyre, ao escrever 75 anos depois, tenha narrado que o mais importante deles era "um certo bispo da Calábria". Em todo caso, o propósito de tal reunião era claro: eleger um rei para Jerusalém. A despeito de uma demanda persuasiva por parte de Raymond, conde de Toulouse, os misteriosos e obviamente influentes eleitores logo ofereceram o trono a Godfroi de Bouillon. E este, com uma modéstia não característica, declinou, aceitando em vez disso o título de Defensor do Santo Sepulcro. Em outras palavras, ele era um rei em tudo, menos no nome. E quando morreu, em 1100, seu irmão, Baudouin, não hesitou em também aceitar o nome.

Seria o misterioso conclave que elegeu Godfroi constituído pelos efêmeros monges de Orval - incluindo talvez Pedro, o Eremita, que estava na Terra Santa na época e gozava de considerável autoridade? Poderia esse conclave ter ocupado a Abadia do Monte Sinai? Em resumo, poderiam estes três grupos de indivíduos, ostensivamente distintos uns dos outros - os monges de Orval, o conclave que elegeu Godfroi e os ocupantes de Notre Dame do Sinai -, ser o mesmo e um só grupo? Esta possibilidade não pode ser provada, mas tampouco pode ser descartada. Se for verdadeira, atesta que a Ordem do Sinai possuía poderes que incluíam o direito de conferir tronos.

O Mistério Envolvendo a Fundação dos Templários

O texto nos *Dossiers secrets* prossegue referindo-se à Ordem do Templo. Os fundadores do Templo são especificamente listados como "Hugues de Payen, Bisol de Saint-Omer e Hugues, conde de Champagne, juntamente com certos membros da Ordem do Sinai,

André de Montbard, Archambaud de Saint-Aignan, Nivard de Montdidier, Gondemar e Rossal".

Nós já estávamos familiarizados com Hugues de Payen e André de Montbard, o tio de São Bernardo. Também já conhecíamos Hugues, conde de Champagne, que doou as terras para a abadia de São Bernardo em Clairvaux, tornou-se templário em 1124 (jurando fidelidade a seu próprio vassalo) e recebeu do bispo de Chartres a carta citada no capítulo 3. Embora a conexão do conde de Champagne com os templários seja bem conhecida, nunca o havíamos visto citado como um dos seus fundadores. Nos *Dossiers secrets* ele o é. E André de Montbard, o tio obscuro de São Bernardo, é listado como pertencente à Ordem do Sinai, ou seja, à outra ordem, que antecede a Ordem do Templo e desempenha um papel importante na criação do Templo.

Isto não é tudo. O texto nos *Dossiers secrets* estabelece que em março de 1117, Baudouin I, "que devia seu trono a Sinai", foi "obrigado" a negociar a formação da Ordem do Templo, na localidade de Saint-Léonard de Acre. Nossa própria pesquisa revelou que Saint-Léonard de Acre era, na realidade, um dos feudos da Ordem do Sinai. Mas não estávamos certos sobre a razão pela qual Baudouin teria sido "obrigado" a negociar a constituição do Templo. Em francês, o verbo tem certamente uma conotação de pressão ou coerção. E a implicação nos *Dossiers secrets* era de que essa pressão provinha da Ordem do Sinai, a quem Baudouin "devia seu trono". Se este era o caso, a Ordem do Sinai seria a organização mais influente e poderosa: não só podia conferir tronos mas também, aparentemente, compelir um rei a atender suas demandas.

Se a Ordem do Sinai foi, de fato, responsável pela eleição de Godfroi de Bouillon, então Baudouin, o irmão mais jovem de Godfroi, "deveu o trono" à sua influência. Além do mais, como já havíamos descoberto, existiam evidências inquestionáveis de que a Ordem do Templo existiu, pelo menos em uma forma embrionária, uns bons quatro anos antes da data geralmente aceita para a sua fundação,

1118. Em 1117 Baudouin era um homem doente, cuja morte estava flagrantemente próxima. Assim, é possível que os templários já fossem ativos bem antes de 1118, embora numa capacidade *ex officio* - como, digamos, um braço militar e administrativo da Ordem do Sinai - e residissem em sua abadia fortificada. E é possível que o rei Baudouin, em seu leito de morte, tenha sido compelido - pela doença, pela Ordem do Sinai ou por ambas - a oferecer aos templários uma condição oficial, dando-lhes uma constituição e tornando-os públicos.
Ao pesquisar os templários, tínhamos começado a distinguir uma teia de conexões intricadas, evasivas e provocantes, obscuros vestígios talvez de algum objetivo ambíguo. Com base nessas conexões, formulamos uma hipótese. Não podíamos saber se ela era ou não acurada, mas os vestígios de um objetivo tinham se tornado ainda mais claros. Reunimos os fragmentos da seguinte maneira:

1. No final do século XI, um misterioso grupo de monges oriundos da Calábria aparece nas Ardenas, onde eles são acolhidos e patrocinados pela tia e madrasta de Godfroi de Bouillon, que lhes doa terras em Orval.

2. Um membro desse grupo pode ter sido o tutor de Godfroi e o instigador da Primeira Cruzada.

3. Algum tempo antes de 1108, os monges de Orval partem e desaparecem. Embora não existam registros de seu rumo, este pode ter sido Jerusalém. Pedro, o Eremita, certamente partiu para Jerusalém. Se era um dos monges em Orval, é provável que seus confrades tenham se juntado a ele.

4. Em 1099, Jerusalém cai e o trono é oferecido a Godfroi em um conclave anônimo. O líder desse conclave, como os monges de Orval, é de origem calabresa.

5. Por ordem de Godfroi, uma abadia é construída no monte Sinai, passando a abrigar uma ordem de mesmo nome - uma ordem que pode incluir os indivíduos que lhe ofereceram o trono.

6. Por volta de 1114, os templários já são ativos, talvez como o braço armado da Ordem do Sion. Mas sua constituição só é negociada em 1117, e eles só se tornam de conhecimento público no ano seguinte.

7. Em 1115, São Bernardo - membro da Ordem Cisterciense, então à beira de um colapso econômico - emerge como o eminente porta-voz da cristandade. E os cistercienses, até então arruinados, tornam-se rapidamente uma das mais eminentes, influentes e ricas instituições da Europa.

8. Em 1131, São Bernardo recebe a Abadia de Orval, evacuada alguns anos antes pelos monges da Calábria. Orval torna-se então uma casa cisterciense.
9. Ao mesmo tempo, algumas figuras obscuras parecem mover-se, surgindo e desaparecendo nos eventos, costurando uma tapeçaria de modo a deixá-la totalmente confusa. O conde de Champagne, por exemplo, doa as terras para a abadia de São Bernardo em Clairvaux, estabelece uma corte em Troyes (onde surge depois o romance do cálice) e, em 1114, considera a possibilidade de juntar-se aos templários, cujo primeiro grão-mestre documentado, Hugues de Payen, é seu vassalo.

10. André de Montbard - tio de São Bernardo e suposto membro da Ordem do Sinai - junta-se a Hugues de Payen na fundação dos templários. Logo depois, dois irmãos de André juntam-se a São Bernardo em Clairvaux.

11. São Bernardo torna-se um entusiástico relações públicas, expoente dos templários, e contribui para a sua incorporação oficial e a elaboração de suas normas, que são essencialmente aquelas dos cistercienses, ordem do próprio Bernardo.

12. Entre aproximadamente 1115 e 1140, tanto cistercienses quanto templários começam a prosperar, adquirindo vastas somas em dinheiro e em terras.

Novamente, não podíamos deixar de nos indagar se esta multiplicidade de intricadas conexões era realmente uma coincidência. Estaríamos olhando para várias pessoas essencialmente não relacionadas, eventos e fenômenos que simplesmente aconteceram e, em diferentes momentos, se imbricaram e se cruzaram? Ou haveria alguma coisa que não era acaso ou coincidência? Estaríamos lidando com algum plano concebido e planejado por alguma agência humana? E poderia esta agência ser a Ordem do Sinai?
Poderia a Ordem do Sinai estar por trás de São Bernardo e dos templários? E poderiam ambas as ordens estar agindo de acordo com alguma política cuidadosamente elaborada?

Luís VII e o Monastério do Sinai

Os Documentos do Monastério não dão nenhuma pista sobre as atividades da Ordem do Sinai entre 1118 - a fundação pública dos templários - e 1152. Durante todo esse tempo, parece que a Ordem do Sinai permaneceu na Terra Santa, na abadia próxima a Jerusalém. Diz-se que Luís VII, da França, ao retornar da Segunda Cruzada, trouxe consigo 95 membros da ordem. Nenhuma indicação há sobre como eles poderiam servir ao rei, nem de por que ele deveria oferecer-lhes sua generosidade. No entanto, isso se tornaria claro caso a ordem realmente representasse o poder por trás do

Templo. Luís VII tinha muitas dívidas com o Templo, tanto em dinheiro quanto em apoio militar. De qualquer modo, a Ordem do Sinai, criada meio século antes por Godfroi de Bouillon, em 1152 estabeleceu - ou restabeleceu - bases na França. Segundo o texto, 62 membros da ordem se instalaram no grande Monastério de Saint-Samsom, em Orléans, doado pelo rei Luís. E 26 outros - dois grupos de treze - teriam entrado para o monastério menor do Monte Sinai, situado em Saint-Jean le Blanc, nas redondezas de Orléans.
Ao tentar confirmar estas declarações, nos vimos subitamente em terreno firme. As autorizações de Luís VII para a instalação da Ordem do Sinai em Orléans ainda existem. Cópias têm sido reproduzidas em várias fontes, e os originais podem ser vistos nos arquivos municipais de Orléans. Nos mesmos arquivos se encontra a encíclica do papa Alexandre III, datada de 1178, que confirma oficialmente as possessões da Ordem do Sinai, as quais atestam a riqueza, o poder e a influência da ordem. Incluem casas e grandes extensões de terras na Picardia, na França (incluindo Saint-Samson, em Orléans), na Lombardia, na Sicília, na Espanha e na Calábria, bem como, é claro, vários locais na Terra Santa, incluindo Saint-Jean de Acre. Na realidade, até a Segunda Guerra Mundial, havia mais de vinte concessões nos arquivos de Orléans, citando especificamente a Ordem do Sinai. Todas, com exceção de três, desapareceram durante o bombardeio da cidade em 1940.

O Corte do Olmo em Gisors

Se os Documentos do Monastério forem confiáveis, 1188 foi um ano crucial tanto para Sinai quanto para os templários. Um ano antes, em 1187, Jerusalém foi perdida para os sarracenos, principalmente por causa da impetuosidade e inaptidão de Gérard de Ridefort, grão-mestre do Templo. O texto nos *Dossiers secrets* é consideravelmente mais severo. Não fala em impetuosidade ou inaptidão, mas em "traição", uma palavra realmente dura. Mas não explica em que

consistiu esta traição. Como resultado dela, os iniciados do Sinai teriam retornado *en masse* para a França, presumivelmente, para Orléans. Isso é bastante plausível. Quando Jerusalém caiu sob domínio sarraceno, a abadia no Monte Sinai deve ter caído também. Seria de se esperar que os ocupantes da abadia, desprovidos de sua base na Terra Santa, procurassem refúgio na França, onde uma nova base já existia.

Os eventos de 1187 - a "traição" de Gérard de Ridefort e a perda de Jerusalém - parecem ter precipitado um rompimento entre a Ordem do Sinai e a Ordem do Templo. Não se sabe precisamente por que isto ocorreu, mas, segundo os *Dossiers secrets,* o ano seguinte testemunhou uma virada decisiva nos assuntos de ambas as ordens. Uma separação formal teria ocorrido entre as duas instituições em 1188. A Ordem do Sinai, que havia criado os templários, agora lavava as mãos em relação aos seus celebrados *protégés.* O "pai" deserdava oficialmente o "filho". Esta ruptura teria sido celebrada por um ritual ou uma cerimônia, realizada em Gisors e citada nos *Dossiers secrets* e em outros Documentos do Monastério como "o corte do olmo".

As narrativas são confusas e obscuras, mas a história e a tradição confirmam que alguma coisa estranha ocorreu em Gisors em 1188, envolvendo realmente o corte de um olmo. Nas terras adjacentes à fortaleza havia um bosque chamado Campo Sagrado. Segundo cronistas medievais, o local era considerado sagrado desde os tempos pré-cristãos, tendo abrigado numerosas reuniões entre os reis da França e da Inglaterra durante o século XII. Um velho olmo se erguia no centro do Campo Sagrado. E em 1188, durante uma reunião entre Henrique II, da Inglaterra, e Filipe II, da França, o olmo tornou-se a causa de uma disputa séria e sangrenta, motivada por razões desconhecidas.

Segundo uma narrativa, o olmo fornecia a única sombra no Campo Sagrado. Teria mais de oitocentos anos e seria tão grande que nove homens, dando-se as mãos, quase não podiam abraçar o seu tronco.

Henrique II e sua comitiva supostamente se abrigaram à sombra dessa árvore, deixando o monarca francês, que chegou mais tarde, à mercê do sol fustigante. No terceiro dia de negociações, o ânimo dos franceses tinha se tornado ríspido por causa do calor. Cavaleiros armados trocaram insultos, e uma flecha partiu das fileiras dos mercenários gauleses de Henrique, provocando um ataque terrível por parte dos franceses, muito mais numerosos. Aqueles buscaram refúgio dentro das muralhas de Gisors, enquanto os franceses cortavam a árvore por pura frustração. Arrebatado, encolerizado, Filipe II voltou então a Paris, declarando que não havia partido para Gisors a fim de desempenhar o papel de cortador de madeira.

A história é de uma simplicidade e um charme medievais característicos. Contenta-se com uma narrativa superficial, mas ao mesmo tempo insinua algo muito importante nas entrelinhas, com explicações e motivações deixadas inexploradas. Isto por si só pareceria absurdo - tão absurdo e possivelmente apócrifo como, digamos, as lendas associadas à fundação da Ordem da Liga. Entretanto, a história é confirmada, ainda que sem os detalhes específicos, em outras narrativas.

Segundo um outro cronista, Filipe parece ter avisado a Henrique que iria cortar a árvore. E a resposta de Henrique teria consistido em reforçar o tronco do olmo com bandas de ferro. No dia seguinte os franceses se armaram e formaram uma falange de cinco esquadrões, cada um comandado por um notável do reino, acompanhado de soldados com catapultas e carpinteiros equipados de machados e martelos. Um combate teria ocorrido, do qual Ricardo Coração de Leão, o filho mais velho e herdeiro de Henrique, teria participado, na tentativa de proteger a árvore. Muito sangue teria sido derramado. No fim do dia, os franceses predominaram e a árvore foi cortada.

Esta segunda narrativa implica algo mais do que uma mera escaramuça ou briguinha. Implica uma batalha, envolvendo números substanciais de combatentes e, possivelmente, baixas substanciais.

Entretanto, nenhuma biografia de Ricardo comenta o assunto, e muito menos o explora.
Novamente, contudo, os Documentos do Monastério foram confirmados tanto pela história registrada quanto pela tradição, pelo menos no que concerne a ter existido uma curiosa disputa em Gisors em 1188, envolvendo o corte de um olmo. Nenhuma confirmação externa existe de que isso tenha tido relação com os templários ou a Ordem do Sinai. Por outro lado, as narrativas existentes sobre o assunto são muito vagas, incompreensíveis, contraditórias, para serem aceitas como definitivas. É muito provável que os templários tenham estado presentes no incidente. Ricardo I era freqüentemente acompanhado por cavaleiros da ordem e, além disso, Gisors, trinta anos antes, havia sido confiada ao Templo.
Dadas as evidências existentes, é possível - e provável - que o corte do olmo tenha envolvido algo mais, mantido à margem das narrativas para a posteridade. Dada a estranheza dessas narrativas, não seria surpresa que o evento envolvesse algo mais - algo que tenha passado desapercebido, ou que a história nunca tenha tornado público. Algo tratado pelas narrativas de forma alegórica, confidenciando e simultaneamente ocultando um assunto de muito maior importância.

Ormus

Os Documentos do Monastério afirmam que os templários se tornaram autônomos a partir de 1188. Livraram-se então da autoridade da Ordem do Sinai, deixando de atuar como seu braço militar e administrativo. A partir de então, tornaram-se livres para perseguir seus próprios objetivos, seguir seu próprio curso durante o restante do século e desaparecer sombramente em 1307. Enquanto isso, a Ordem do Sinai teria sofrido uma grande reestruturação administrativa.

Até 1188 a Ordem do Sinai e a Ordem do Templo teriam compartilhado os mesmos grão-mestres. Hugues de Payen e Bernardo de Blanchefort, por exemplo, teriam presidido ambas as instituições simultaneamente. Após o corte do olmo, em 1188, a Ordem do Sinai passaria a selecionar o seu próprio grão-mestre, o qual não teria conexão com o Templo. Este primeiro grão-mestre, segundo os Documentos do Monastério, foi Jean de Gisors.

Em 1188, a Ordem do Sinai teria também modificado o seu nome, adotando um que supostamente permaneceu até hoje, Monastério do Sinai. E, como uma espécie de subtítulo, teria adotado o curioso nome de Ormus. Este subtítulo teria sido usado até 1306, um ano antes da prisão dos templários. O símbolo para Ormus era M, e envolvia uma espécie de anagrama que combina várias palavras-chaves e símbolos. *Ours,* em francês, significa urso; em latim, *Ursus,* um eco, como se tornou depois evidente, de Dagobert II e da dinastia merovíngia. *Orme* e olmo em francês. *Or,* é claro, é ouro. E o M que forma o quadro em volta das outras letras não é somente um M, mas também o sinal astrológico para Virgo, significando, na linguagem iconográfica medieval, Notre Dame.

Nossas pesquisas revelaram não haver referências a uma ordem ou instituição medieval com o nome Ormus. Não podíamos encontrar nenhum embasamento no texto dos *Dossiers secrets,* nem mesmo qualquer evidência em favor de sua existência. Por outro lado, Ormus aparece em dois outros contextos, radicalmente diferentes. Ele figura no pensamento zoroastriano e nos textos agnósticos, onde é identificado com o princípio da luz. E surge novamente nas genealogias reclamadas pela maçonaria do final do século XVIII. Segundo os ensinamentos maçons, Ormus foi o nome de um sábio e místico egípcio, um iniciado gnóstico de Alexandria. Viveu, supostamente, nos primeiros anos da era cristã. Em 46 d.C., ele e seus seguidores teriam se convertido a uma forma de cristianismo por um dos discípulos de Jesus - na maioria das narrativas, São Marcos. A partir de sua conversão, uma nova seita, ou ordem, teria

se formado, reunindo as doutrinas do cristianismo e os ensinamentos de outras escolas misteriosas mais anciãs. Até onde pudemos averiguar, esta história - certamente plausível - não podia ser confirmada. Alexandria abrigava um turbilhão de atividades místicas, era um caldeirão no qual as doutrinas judaica, mitraica, zoroastriana, pitagoriana, hermética e neoplatônica se difundiam e se combinavam com inúmeras outras. Abundavam professores de toda espécie concebível, e não seria surpreendente se um deles adotasse um nome que implicasse o princípio da luz.

De acordo com a tradição maçônica, em 46 d.C. Ormus teria conferido um símbolo específico de identificação à sua recém-constituída Ordem de Iniciados - uma cruz vermelha ou rosa. Depois, esta cruz encontraria eco no brasão dos templários, mas a ênfase no texto dos *Dossiers secrets* e em outros Documentos do Monastério é inequívoca. Eles localizam em Ormus as origens da chamada Rosacruz, ou dos rosacruzes. E em 1188 o Monastério do Sinai teria adotado um segundo subtítulo, em adição a Ormus: Ordem da Rosacruz Veritas.

Parecíamos, neste ponto, estar em território muito questionável. O texto dos Documentos do Monastério começaram a parecer muito suspeitos. Estávamos familiarizados com os rosacruzes modernos da Califórnia e de outras organizações contemporâneas, que se atribuem uma genealogia que retrocede às brumas da Antiguidade e que inclui a maioria dos grandes homens do mundo. Uma Ordem da Rosacruz em 1188 pareceria igualmente espúria.

Frances Yates demonstrou convincentemente que não existem evidências conhecidas de qualquer rosacruz (pelo menos com este nome) antes do início do século XVII - ou, talvez, dos últimos anos do século XVI. O mito existente ao redor da legendária ordem data de aproximadamente 1605, tendo ganho ímpeto pela primeira vez uma década depois, com a publicação de três ensaios. Estes ensaios, que apareceram em 1614, 1615 e 1616, respectivamente, proclamavam a existência de uma irmandade, ou confraria de iniciados místicos,

fundada por Christian Rosenkreuz, que teria nascido em 1378 e morrido, aos 106 anos, em 1484. Christian Rosenkreuz e sua confraria secreta são hoje considerados fictícios, uma farsa organizada com algum propósito até agora não explicado satisfatoriamente, embora tenha repercutido politicamente na época. Além do mais, o autor de um dos três ensaios, o famoso *Casamento químico de Christian Rosenkreuz,* que apareceu em 1616, é hoje conhecido. Ele foi Johann Valentin Andrea, um escritor e teólogo alemão que vivia em Würtemberg, o qual confessou haver composto o ensaio como uma brincadeira, ou talvez uma comédia no sentido que Dante e Balzac dariam à palavra. Existem razões para acreditar que Andrea, ou um de seus associados, compôs também os outros ensaios rosacruzes; e é até esta fonte que o pensamento rosacruz, na forma como evoluiu e como o conhecemos hoje, pode ser traçado.

Contudo, se os Documentos do Monastério fossem confirmados, teríamos que reconsiderar e pensar em termos de alguma coisa diferente de farsa do século XVII. Teríamos que admitir a existência de uma ordem ou sociedade secreta, uma irmandade ou confraria genuinamente clandestina. Ela poderia não ser totalmente, ou primeiramente, mística. Poderia ser amplamente política. Mas teria existido uns bons 425 anos antes de tornar-se pública e uns bons dois séculos antes de seu legendário fundador ter supostamente vivido.

Novamente, não encontramos evidências. substanciais. A rosa tem sido, certamente, um símbolo místico desde tempos imemoriais, tendo gozado de popularidade durante a Idade Média - no conhecido *Romance da Rosa,* de Jean de Meung, por exemplo, e no *Paraíso,* de Dante. E a cruz vermelha era também um motivo simbólico tradicional. Não era somente o brasão dos templários. Tornou-se depois a Cruz de São Jorge e, como tal, foi adotada pela Ordem da Jarreteira, criada cerca de trinta anos depois da queda do Templo. Rosas e cruzes vermelhas abundam como motivos simbólicos, mas

não existem evidências de uma instituição ou uma ordem, muito menos uma sociedade secreta.
Por outro lado, Frances Yates afirma que havia sociedades secretas funcionando muito antes dos rosacruzes do século XVII, e que essas sociedades eram, na realidade, rosacruzes em orientação política e filosófica, se não em nome. Em conversa com uma de nossas pesquisadoras, ela descreveu Leonardo como um rosacruz, usando o termo como uma metáfora para definir seus valores e atitudes.
Isso não era tudo. Em 1629, quando o interesse pelos rosacruzes estava em seu ápice, um homem chamado Robert Denyau, padre de Gisors, compôs uma história exaustiva sobre o lugar e a família Gisors. Em seu manuscrito, Denyau afirma explicitamente que a Rosacruz foi fundada por Jean de Gisors em 1188. Em outras palavras, existe uma confirmação verbal, no século XVII, das afirmações contidas nos Documentos do Monastério. Ora, o manuscrito de Denyau foi composto quatro séculos e meio após o acontecimento que descreve. Mas constitui um importante fragmento de evidência. O fato de ele surgir em Gisors o torna ainda mais importante.
Ficamos com uma possibilidade, mas não uma confirmação. Todavia, os Documentos do Monastério tinham se mostrado, até ali, surpreendentemente acurados em todos os aspectos, de modo que não podíamos desprezá-los sem mais nem menos. Não estávamos dispostos a aceitá-los cegamente, com fé inabalável, mas nos sentimos obrigados a reservar para eles um julgamento.

O Monastério em Orléans

Além dessas afirmações mais grandiosas, os Documentos do Monastério ofereciam informações de outra espécie, minúcias aparentemente tão triviais e sem conseqüência que sua significância nos havia escapado. Ao mesmo tempo, a própria insignificância dessas informações depunha em favor de sua veracidade, pois não

haveria razão para inventar ou manipular detalhes tão ínfimos, cuja autenticidade, em muitos casos, podia aliás ser confirmada.
Por exemplo, Girard, abade do monastério menor em Orléans entre 1239 e 1244, teria cedido um pedaço de terra em Acre aos Cavaleiros Teutônicos. O motivo da menção a esse fato permanece obscuro, mas pode ser estabelecido. O documento real existe, datado de 1239, com a assinatura de Girard.
Informações similares são fornecidas sobre um abade chamado Adam, de um monastério menor em Orléans, em 1281. Segundo os Documentos do Monastério, naquele ano, Adam cedeu um pedaço de terra próximo a Orval aos monges que ocupavam a abadia ali localizada - cistercienses, que se haviam mudado para lá um século e meio antes, sob a égide de São Bernardo. Não pudemos encontrar uma evidência escrita dessa transação, mas ela parece plausível, pois existem documentos atestando inúmeras outras transações de mesma natureza. Mais interessante, de fato, é a recorrência de Orval, que figurara antes em nossa investigação. Além disso, o pedaço de terra em questão parecia especial, pois os Documentos do Monastério nos dizem que Adam incorreu no ódio da irmandade do Sinai por causa da sua doação - tanto que ele teria sido compelido a renunciar à sua posição. O ato de abdicação, segundo os *Dossiers secrets,* foi formalmente testemunhado por Thomas de Sainville, grão-mestre da Ordem de Santo Lázaro. Imediatamente depois, Adam teria ido a Acre, de onde partiu quando a cidade caiu sob os sarracenos. Teria morrido na Sicília em 1291.
Novamente, não pudemos encontrar o documento de abdicação. Mas Thomas de Sainville foi grão-mestre da Ordem de Santo Lázaro em 1281, cujo quartel-general estava próximo a Orléans, onde a abdicação de Adam teria tido lugar. E não há dúvida de que Adam foi para Acre. Duas proclamações e duas cartas foram assinadas por ele lá, a primeira datada de agosto de 1281, a segunda de março de 1289.

Os Templários e a "Cabeça”

Segundo os Documentos do Monastério, o monastério de Sion não era, estritamente falando, uma perpetuação ou uma continuação da Ordem do Templo: pelo contrário, o texto enfatiza que a separação das duas ordens data do corte do olmo em 1188. Mas, aparentemente, algum tipo de relação continuou a existir: "Em 1307, Guillaume de Gisors recebeu a cabeça dourada, Caput LVIII M da Ordem do Templo."
Nossa investigação sobre os templários já nos tinha colocado a par dessa misteriosa cabeça. Ligá-la a Sion, contudo, e à importante família Gisors, novamente nos chocou, parecendo duvidoso, como se os Documentos do Monastério estivessem forçando conexões evocativas e poderosas. Precisamente sobre isso, no entanto, encontramos algumas de nossas mais sólidas e intrigantes confirmações. Segundo os registros oficiais da Inquisição:

O guardião e administrador dos bens do Templo em Paris, após as prisões, foi um homem do rei, chamado Guillaume Pidoye. Ele declarou aos inquisidores em 11 de maio de 1308 que, na época das prisões dos templários, ele, juntamente com seu colega Guillaume de Gisors e um certo Rayner Bourdon, recebeu ordem de apresentar à Inquisição todas as figuras de metal ou madeira que tinham encontrado. Entre os bens do Templo encontraram uma grande cabeça revestida de prata (...) a imagem de uma mulher, que Guillaume, em 11 de maio, apresentou à Inquisição. A cabeça continha uma etiqueta, "CAPUT LVIIIm".

Por um lado, a cabeça continuava a nos confundir. Por outro, era igualmente intrigante o contexto no qual aparecia Guillaume de Gisors, citado nominalmente como sendo um colega de Guillaume Pidoye, um dos homens do rei Filipe. Em outras palavras, ele, como Filipe, seria hostil aos templários e teria participado do ataque a

estes. Segundo os Documentos do Monastério, contudo, Guillaume era grão-mestre do Monastério de Sion na época. Isto significa que Sinai teria endossado a ação de Filipe contra o Templo, talvez até colaborado com ela? Alguns Documentos do Monastério insinuam que sim, que Sinai, de algum modo não especificado, autorizou e presidiu a dissolução de seus protegidos desobedientes. Por outro lado, os Documentos do Monastério também implicam Sion numa espécie de protecionismo paternal em relação a pelo menos alguns templários, durante os últimos dias da ordem. Se isso é verdade, Guillaume de Gisors pode ter sido um agente duplo. Pode ter sido responsável pelo furo nos planos de Filipe, o intermediário através do qual os templários receberam um aviso prévio das maquinações do rei contra eles. Se, após a separação formal em 1188, Sion de fato continuou a exercer algum controle clandestino sobre os assuntos do Templo, Guillaume de Gisors pode ter sido parcialmente responsável pela cuidadosa destruição dos documentos da ordem - e o inexplicado desaparecimento de seu tesouro.

Os Grão-Mestres do Templo

Adicionalmente às informações fragmentadas, discutidas acima, o texto dos *Dossiers secrets* inclui três listas de nomes. A primeira delas, bastante objetiva, é a menos interessante e a menos suscetível de controvérsia ou dúvida, pois é uma mera lista de abades que presidiram as terras do Sion na Palestina entre 1152 e 1281. Nossa pesquisa confirmou a veracidade da lista, que aparece em outras fontes acessíveis e confiáveis. As listas destas diferentes fontes concordam com aquela dos *Dossiers secrets,* com exceção de dois nomes, que não aparecem nas fontes. Neste caso, então, os Documentos do Monastério não somente concordam com uma história verificável, mas são mais completos; pois preenchem certas lacunas.

A segunda lista nos *Dossiers secrets* cita os grão-mestres dos templários entre 1118 e 1190; em outras palavras, desde a fundação pública do Templo até sua separação de Sion e o corte do olmo em Gisors. A primeira vista, esta lista não continha nada de extraordinário ou incomum. Mas, quando a comparamos com outras - citadas por conhecidos historiadores dos templários, por exemplo - algumas discrepâncias óbvias emergiram rapidamente.

De acordo com praticamente todas as listas conhecidas, houve dez grão-mestres entre 1118 e 1190. Segundo os *Dossiers secrets,* houve apenas oito. Segundo a maioria das outras listas, André de Montbard - tio de São Bernardo - não foi somente um co-fundador da ordem, mas também seu grão-mestre entre 1153 e 1156. Segundo os *Dossiers secrets,* André nunca foi grão-mestre, mas funcionou como eminência parda durante toda a sua carreira. Segundo a maioria das listas, Bertrand de Blanchefort aparece como o sexto grão-mestre do Templo, assumindo após André de Montbard, em 1156. Segundo os *Dossiers secrets,* Bertrand não é o sexto, mas o quarto em sucessão, tornando-se grão-mestre em 1153. Existem outras discrepâncias e contradições. Nós não sabíamos o que fazer com elas ou quão seriamente considerá-las. Deveríamos considerar errada a lista dos *Dossiers secrets* por não concordar com aquelas compiladas por historiadores respeitados?

Deve-se enfatizar que não existe uma lista oficial ou definitiva dos grão-mestres do Templo. Nada desse tipo foi guardado para a posteridade. Os registros do Templo foram destruídos ou desapareceram, e a mais antiga compilação conhecida dos grão-mestres data de 1342, trinta anos após a supressão da ordem e 225 anos após sua fundação. Como conseqüência, os historiadores que compilaram listas se basearam em cronistas de sua época - alguém que escreveu em 1170, por exemplo, e que faz uma breve alusão a um ou outro indivíduo como mestre ou grão-mestre do Templo. E evidências adicionais podem ser obtidas pelo exame de documentos do período, nos quais um ou outro templário adicionava um ou outro

título à sua assinatura. Logo, a considerável incerteza e confusão encontradas na seqüência e nas datas dos grão-mestres não é inesperada. Tampouco é surpreendente que a seqüência e a datação variem, às vezes dramaticamente, de escritor para escritor, de narrativa para narrativa.

Apesar disso, existem detalhes cruciais - como os que resumimos - nos quais os Documentos do Monastério se desviam significativamente de todas as outras fontes. Nós não podíamos ignorar esses desvios. Tínhamos que determinar, tanto quanto possível, se a lista nos *Dossiers secrets* era baseada em negligência, em ignorância ou em ambas; ou, ao contrário, se essa era a lista definitiva, baseada em informação interna, inacessível aos historiadores. Se Sinai criou os templários, e se Sinai (ou, pelo menos, seus registros) sobreviveu até o presente, é de se esperar que seus documentos contenham detalhes privados e inacessíveis.

A maior parte das discrepâncias entre a lista nos *Dossiers secrets* e aquelas de outras fontes pode ser facilmente explicada. Não vale a pena explorar aqui cada discrepância e tecer considerações sobre elas. Mas um exemplo serviria para ilustrar como e por que elas poderiam ter ocorrido. Além do grão-mestre, o Templo possuía uma infinidade de mestres locais - um mestre para a Inglaterra, um para a Normandia, um para a Aquitânia, e assim por diante, para todos os territórios contidos em seus domínios. Havia também um mestre europeu e, parece, um mestre marítimo. Em documentos e concessões, esses mestres locais ou regionais assinavam invariavelmente como *Magister Templi* ["Mestre do Templo"]. Na maioria das ocasiões, o grão-mestre - por modéstia, descuido, indiferença ou pura despreocupação também assinava como *Magister Templi.* Em outras palavras, André de Montbard, mestre regional de Jerusalém, teria, numa concessão, designação após seu nome igual à do grão-mestre, Bertrand de Blanchefort. .

Portanto, não é difícil ver como um historiador, trabalhando com um ou dois documentos e não cruzando suas referências, poderia

estabelecer erroneamente o *status* de André na ordem. Em virtude deste tipo de erro, muitas listas de grão-mestres do Templo incluem um homem chamado Everard des Barres. Mas o grão-mestre, pela própria constituição do Templo, tinha que ser eleito por um comitê geral, localizado em Jerusalém, e tinha que residir lá. Nossa pesquisa revelou que Everard des Barres foi um mestre regional, eleito e residente na França, que só pisou na Terra Santa muito tempo depois. Assim, ele podia ser riscado da lista de grão-mestres - como o fora nos *Dossiers secrets.* Especificamente em pontos como este, os Documentos do Monastério mostravam acuidade e precisão meticulosas, o que pressupunha que não podiam ter sido elaborados posteriormente.

Nós passamos mais de um ano considerando e comparando várias listas de grão-mestres do Templo. Consultamos todos os autores que escreveram sobre a ordem em inglês, francês e alemão, e verificamos suas fontes. Examinamos as crônicas da época - como a de Guillaume de Tyre - e outras narrativas contemporâneas. Consultamos todos os documentos que pudemos encontrar e obtivemos informações abrangentes em todos os que eram considerados completos. Comparamos signatários e títulos em numerosas proclamações, editais, contratos e outros documentos do Templo. Como resultado desta pesquisa exaustiva, tornou-se claro que a lista dos *Dossiers secrets* era a mais acurada de todas, não somente quanto à identidade dos grão-mestres, mas também quanto às datas de seus respectivos mandatos. Se existe uma lista definitiva dos grão-mestres do Templo, ela está nos *Dossiers secrets.*

A veracidade desta lista é importante por si mesma. Além disso, suas implicações são muito maiores. Tal lista poderia talvez ter sido compilada por um pesquisador extremamente cuidadoso, mas nesse caso a tarefa teria sido monumental. Parece mais provável que uma lista de tal precisão tenha sido elaborada a partir de informações de dentro, privilegiadas, inacessíveis a historiadores.

Fossem nossas conclusões corretas ou não, nos confrontamos com um fato indiscutível: alguém tinha tido acesso, de algum modo, a uma lista mais acurada que qualquer outra. E uma vez que tal lista - a despeito de suas divergências com outras, mais aceitas - provou tão freqüentemente estar correta, ela emprestou considerável credibilidade aos Documentos do Monastério como um todo. Se os *Dossiers secrets* se revelaram confiáveis quanto a este aspecto crítico, não havia muito sentido em duvidar de outros. .

Tal confiança veio em tempo e foi necessária. Sem ela, teríamos descartado a terceira lista dos *Dossiers secrets:* a dos grão-mestres do Monastério do Sinai. Pois esta lista, mesmo após uma rápida olhada, parecia absurda.

VI
OS GRÃO-MESTRES E A CORRENTE SUBTERRÂNEA

Nos *Dossiers secrets,* as seguintes pessoas são listadas como sucessivos grão-mestres - ou, para usar o termo oficial, Nautonnier, uma antiga palavra francesa que significa navegador ou timoneiro - do Monastério do Sinai:

Jean de Gisors	1188-1220
Marie de Saint-Clair	1220-1266
Guillaume de Gisors	1266-1307
Edouard de Bar	1307-1336
Joanne de Bar	1336-1351
Jean de Saint-Clair	1351-1366
Blanche d'Evreux	1366-1398
Nicolas Flamel	1398-1418
René d' Anjou	1418-1480
Iolande de Bar	1480-1483
Sandro Filipepi	1483-1510

Leonardo da Vinci	1510-1519
Connétable de Bourbon	1519-1527
Ferdinand de Gonzague	1527-1575
Louis de Nevers	1575-1595
Robert Fludd	1595-1637
J. Valentin Andrea	1637-1654
Robert Boyle	1654-1691
Isaac Newton	1691-1727
Charles Radclyffe	1727-1746
Charles de Lorraine	1746-1780
Maximilian de Lorraine	1780-1801
Charles Nodier	1801-1844
Victor Hugo	1844-1885
Claude Debussy	1885-1918
Jean Cocteau	1918-

Quando vimos esta lista pela primeira vez, reagimos com ceticismo. Por um lado ela inclui vários nomes que seriam esperados em tal tipo de lista: indivíduos famosos e associados com o ocultismo e o esoterismo. Por outro, inclui vários nomes ilustres e improváveis, pessoas que, em certos casos, não podíamos imaginar presidindo uma sociedade secreta. Ao mesmo tempo, muitos destes últimos nomes são precisamente do tipo que algumas organizações do século XX têm tentado se apropriar, estabelecendo assim uma espécie de *pedigree* espúrio. Existem, por exemplo, listas publicadas pela AMORC, a Rosacruz moderna localizada na Califórnia, que incluem praticamente todas as figuras importantes da história e da cultura ocidentais cujos valores, mesmo que só tangencialmente, coincidem com os da ordem. Uma imbricação ou convergência de atitudes casuais é deliberadamente construída como algo equivalente a uma filiação iniciada. Assim, diz-se que Dante, Shakespeare, Goethe e inúmeros outros eram rosacruzes,

insinuando que eles foram membros com carteirinha, que pagavam suas taxas regularmente.
Nossa atitude inicial em relação à lista acima foi igualmente cética. Novamente, havia nomes previsíveis, associados ao ocultismo e ao esoterismo. Nicolas Flamel, por exemplo, é talvez o mais famoso e bem documentado dos alquimistas medievais. Robert Fludd, filósofo do século XVII, foi um expoente do pensamento hermético e de outros assuntos misteriosos. Johann Valentin Andrea, contemporâneo alemão de Fludd, compôs, entre outras coisas, alguns dos trabalhos que espalharam o mito do fabuloso Christian Rosenkreuz. E aparecem nomes como Leonardo da Vinci e Sandro Philipepi, mais conhecido como Botticelli. Existem ainda nomes de cientistas renomados, como Robert Boyle e Isaac Newton. Durante os últimos dois séculos os grão-mestres do Monastério do Sinai teriam incluído ainda importantes figuras literárias e culturais como Victor Hugo, Claude Debussy e Jean Cocteau.
A inclusão desses nomes tornava suspeita a lista dos *Dossiers secrets.* Era quase inconcebível que algumas das pessoas citadas tivessem presidido uma sociedade secreta, ainda mais, uma sociedade devotada ao ocultismo e ao esoterismo. Poucos no século XX associariam, por exemplo, Boyle e Newton com esses temas. E embora Hugo, Debussy e Cocteau tenham mergulhado neles, foram muito conhecidos, muito pesquisados e documentados para terem ocupado um cargo de grão-mestre de uma sociedade secreta, sem que esta informação vazasse.
Por outro lado, a lista não contém somente nomes famosos. A maioria dos outros nomes pertence a nobres europeus de alta linhagem, muitos extremamente obscuros, estranhos não só ao leitor em geral, mas também a historiadores profissionais. Guillaume de Gisors, por exemplo, que teria transformado, em 1306, o Monastério do Sinai em uma "maçonaria hermética". E o avô de Guillaume, Jean de Gisors, que teria sido o primeiro grão-mestre independente, assumindo sua posição após o corte do olmo e a separação do

Templo em 1188. Não restam dúvidas de que Jean de Gisors existiu. Nasceu em 1133 e morreu em 1220. É mencionado em documentos e, pelo menos nominalmente, foi senhor da famosa fortaleza na Normandia, onde os reis da Inglaterra e da França tradicionalmente se reuniam e onde ocorreu o corte do olmo em 1188. Jean parece ter sido um rico e poderoso senhor de terras e, até 1193, um vassalo do rei da Inglaterra. Sabe-se também que ele possuía terras na Inglaterra, em Sussex, e a mansão de Titchfield em Hampshire. Segundo os *Dossiers secrets,* ele encontrou Thomas Becket em Gisors em 1169 - embora não haja indicação do objetivo deste encontro. Pudemos confirmar que Becket realmente estava em Gisors em 1169. Assim, é provável que ele tenha tido algum contato com o senhor da fortaleza; mas não encontramos registro de qualquer encontro entre os dois.

Em suma, Jean de Gisors revelou-se praticamente fora de alcance. Ele parece não ter deixado qualquer marca na história, exceto por sua existência e seu título. Não encontramos indicação de qualquer feito que pudesse ter constituído sua fama, ou garantido sua promoção a grão-mestre do Sinai. Se a lista dos supostos grão-mestres do Sinai fosse autêntica, o que teria feito Jean para conseguir seu lugar nela? E se a lista fosse uma fabricação ulterior, por que alguém tão obscuro teria sido incluído?

Para nós, parecia haver uma só explicação, que na realidade não explicava muito. Jean de Gisors, como os outros nomes aristocráticos da lista dos grão-mestres do Sinai, aparecia nas genealogias complicadas que figuravam em outras partes dos Documentos do Monastério. Assim como outros nobres, ele aparentemente pertenceu à mesma densa floresta de árvores genealógicas, descendendo em última instância, supostamente, da dinastia merovíngia. Pareceu-nos evidente, então, que o Monastério do Sinai - pelo menos em grande parte - era um assunto doméstico. A ordem devia estar associada a uma linhagem sanguínea e uma

estirpe. E talvez vários nomes tenham integrado a lista de grão-mestres por estarem relacionados com essa linhagem.
De acordo com a lista, o cargo de grão-mestre do Sinai teria sido exercido alternativamente por dois grupos de pessoas. Um seria formado de figuras de estatura monumental, que - através do esoterismo, das artes ou das ciências - teriam produzido algum impacto na tradição, história e cultura ocidentais. Outro reuniria membros de uma rede específica e interligada de famílias - nobres e, em alguns casos, reais. Esta justaposição curiosa dava, de alguma forma, credibilidade à lista. Se alguém quisesse meramente fabricar um *pedigree,* não haveria razão para incluir, por exemplo, um homem como Charles de Lorraine - um oficial austríaco do século XVIII, cunhado da imperatriz Maria Tereza -, que se mostrou inapto no campo de batalha e foi vencido várias vezes por Frederico, o Grande, da Prússia.
A este respeito, pelo menos, a Ordem do Monastério do Sinai parecia tanto modesta quanto oportuna. Ela não declara ter funcionado sob os auspícios de gênios não qualificados, mestres super-humanos, iniciados iluminados, santos, sábios ou imortais, Ao contrário, reconhece que seus grão-mestres foram humanos falíveis, formando um corte transversal representativo da humanidade: alguns gênios, alguns notáveis, alguns espécimes médios, alguns insignificantes, alguns até tolos.
Não podíamos deixar de perguntar por que uma lista que fosse forjada incluiria tal espectro. Se alguém deseja elaborar uma lista de grão-mestres, por que não colocar nela somente homens ilustres? Se alguém deseja fabricar um *pedigree* que inclua Leonardo, Newton e Victor Hugo, por que não adicionar Dante, Michelangelo, Goethe e Tolstoi, em vez de pessoas obscuras como Edouard de Bar e Maximilian de Lorraine? Por que, além de tudo, havia tantas "luzes menores" na lista?' Por que um escritor relativamente menor, como Charles Nodier, em vez de contemporâneos seus, como Byron ou Púshkin? Por que um excêntrico como Cocteau em vez de homens

de prestígio internacional como André Gide ou Albert Camus? E por que a omissão de indivíduos como Poussin, cuja conexão com o mistério já havia sido estabelecida? Tal questão nos incomodava, induzindo à idéia de que a lista merecia alguma consideração antes de ser descartada como uma fraude.
Assim, embarcamos num longo e detalhado estudo dos supostos grão-mestres - suas biografias, atividades e feitos. Ao conduzir esse estudo, tentamos submeter cada nome da lista a algumas perguntas críticas:

1. Haveria algum contato pessoal, direto ou indireto, entre cada suposto grão-mestre, seu antecessor e seu sucessor imediatos?

2. Haveria alguma afiliação, por sangue ou outra, entre, de um lado, cada suposto grão-mestre e as famílias que apareciam nas genealogias dos Documentos do Monastério e, de outro, alguma das famílias de suposta descendência merovíngia, especialmente a casa ducal de Lorraine?

3. Haveria alguma relação entre cada suposto grão-mestre e Rennes-le-Château, Gisors, Stenay, Saint Sulpice ou algum outro local que aparecera várias vezes no curso de nossa investigação?

4. Se Sinai se definisse como uma maçonaria hermética, cada suposto grão-mestre apresentava uma predisposição para o pensamento hermético ou para um envolvimento com sociedades secretas?

Embora fosse difícil obter informações sobre os supostos grão-mestres de antes de 1400, nossa investigação sobre eles gerou alguns resultados surpreendentes e dotados de alguma consistência. Muitos eram associados, de um modo ou de outro, com um ou mais

dos locais que pareciam relevantes - Rennes-le-Château, Gisors, Stenay ou Saint Sulpice. A maioria dos nomes da lista era formada de aliados, por sangue ou por algum outro modo, da casa Lorraine; até mesmo Robert Fludd, por exemplo, serviu como tutor dos filhos do duque de Lorraine. A partir de Nicolas Flamel, cada nome da lista, sem exceção, esteve envolvido com o pensamento hermético, e freqüentemente associado a sociedades secretas - até mesmo homens que não associaríamos normalmente com tais coisas, como Boyle e Newton. E cada grão-mestre, com somente uma exceção, tinha contato - direto ou através de amigos comuns - com aquele que o precedera e que o sucederia. Até onde pudemos investigar, só houve uma aparente quebra na corrente, que parece ter ocorrido durante a Revolução Francesa, entre Maximilian de Lorraine e Charles Nodier. Mas não se trata de constatação absolutamente conclusiva.

É impraticável discutir em detalhes, no âmbito deste capítulo, cada suposto grão-mestre. Algumas das figuras mais obscuras só assumem significância contra o pano de fundo de uma dada época, e para bem explicar esta significância seriam necessárias longas digressões sobre caminhos esquecidos da história. No caso dos nomes mais famosos, seria impossível fazer-lhes justiça em poucas páginas. Como conseqüência, o material bibliográfico relevante sobre os supostos grão-mestres e as relações entre eles foi colocado em apêndice, no fim deste livro. Este capítulo lidará com os acontecimentos sociais e culturais mais amplos, nos quais a sucessão dos supostos grão-mestres desempenhou um papel coletivo. Foi em tais acontecimentos que nossa pesquisa pareceu reconhecer um traço discernÍvel da mão do Monastério do Sinai.

René d' Anjou

Embora pouco conhecido hoje, René d'Anjou - "o bom rei René", como era conhecido - foi uma das mais importantes figuras da

cultura européia durante os anos que precederam a Renascença. Ele nasceu em 1408 e recebeu, ao longo de sua vida, uma grande quantidade de títulos. Entre os mais importantes estão os de conde de Bar, conde de Provence, conde de Piemonte, conde de Guise, duque de Calabria, duque de Anjou, duque de Lorraine, rei da Hungria, rei de Nápoles e Sicília, rei de Aragon, Valência, Majorca e Sardinia - e, talvez o mais retumbante de todos, rei de Jerusalém. Este último era, certamente, honorário. Apesar disso, ele evocava uma continuidade que retrocedia até Godfroi de Bouillon e era reconhecida por outros potentados europeus. Uma das filhas de René, Marguerite d'Anjou, casou-se em 1445 com Henrique II, da Inglaterra, e desempenhou um papel importante na Guerra das Rosas.

A carreira de René d'Anjou parece ter sido, em sua fase inicial, associada de algum modo com a de Joana d'Arc. Até onde se sabe, Joana nasceu na cidade de Domrémy, no ducado de Bar, o que a tornava súdito de René. Sua primeira aparição na história aconteceu em 1429, quando ela surgiu na fortaleza de Vaucouleurs, a alguns quilômetros de Domrémy, ao longo do Meuse. Ela se apresentou ao comandante da fortaleza anunciando sua "missão divina": salvar a França dos invasores ingleses e assegurar que o príncipe herdeiro, depois chamado Carlos VII, fosse coroado rei. Para realizar esta missão, ela deveria juntar-se ao príncipe em sua corte de Chinon, no Loire, a sudoeste. Mas ela não solicitou passagem para Chinon ao comandante em Vaucouleurs; solicitou uma audiência especial com o duque de Lorraine, sogro e tio-avô de René.

Em deferência à sua solicitação, Joana foi recebida em audiência pelo duque, em sua capital, Nancy. Sabe-se que, quando ela chegou lá, René d'Anjou estava presente. E quando o duque de Lorraine perguntou-lhe o que desejava, ela respondeu explicitamente, com palavras que têm constantemente intrigado os historiadores: "Seu genro, um cavalo e alguns bons homens para me acompanharem pela França."

As especulações sobre a natureza da conexão entre René e Joana proliferaram, tanto na época como mais tarde; segundo algumas fontes, provavelmente inexatas, os dois eram amantes. O fato é que os dois se conheceram, e que René estava presente quando Joana partiu pela primeira vez em sua missão. Além disso, cronistas contemporâneos sustentam que, quando Joana partiu para a corte do príncipe em Chinon, René a acompanhou. E os mesmos cronistas declaram que René estava realmente presente ao seu lado durante o cerco a Orléans. Nos séculos que se seguiram, uma tentativa sistemática parece ter sido feita para suprimir todos os traços do possível papel desempenhado por René na vida de Joana. Os últimos biógrafos de René não falam sobre o seu paradeiro ou suas atividades no período entre 1429 e 1431 - o ápice da carreira de Joana. Usualmente, e tacitamente, assume-se que ele estava vegetando em uma corte ducal em Nancy, mas nenhuma evidência confirma esta possibilidade.

As circunstâncias argumentam que René acompanhou Joana a Chinon. Pois se houve alguma personalidade dominante em Chinon na época, esta foi Iolande d'Anjou. Foi ela quem forneceu ao febril e inseguro príncipe herdeiro incessantes transfusões de autoconfiança. Foi Iolande quem se impôs, inexplicavelmente, a função de patrona e patrocinadora oficial de Joana. Foi Iolande quem superou a resistência da corte à moça visionária e obteve autorização para que ela acompanhasse a armada até Orléans. Foi Iolande quem convenceu o príncipe de que Joana poderia ser realmente a salvadora que dizia ser. Foi Iolande quem induziu o casamento do príncipe com sua própria filha. E Iolande era mãe de René d'Anjou.

Na medida em que estudávamos estes detalhes, ficávamos cada vez mais convencidos, como muitos historiadores modernos, de que algo tinha acontecido por trás da cena; alguma intriga complicada, de alto nível, ou algum objetivo audacioso. Quanto mais examinávamos o assunto, mais a carreira meteórica de Joana d'Arc sugeria um

trabalho encomendado, como se alguém, explorando as lendas populares da Virgem de Lorraine e investindo engenhosamente em psicologia de massas, tivesse arquitetado e orquestrado a missão da moça de Orléans. Isto não pressupõe, naturalmente, a existência de uma sociedade secreta. Mas a torna mais plausível. E se tal sociedade de fato existiu, o homem que a presidia pode bem ter sido René d'Anjou.

René e o Tema da Arcádia

Se René foi associado a Joana d'Arc, a maior parte de sua carreira posterior foi bem menos belicosa. Ao contrário de muitos contemporâneos seus, René era mais um homem de corte que um guerreiro. Nesse aspecto, estava deslocado de sua época, era um homem adiante de seu tempo, antecipando os cultivados príncipes italianos da Renascença. Amante da literatura, escreveu muito e ilustrou seus próprios livros. Compôs poesia e alegorias místicas, bem como compêndios de regras de torneios. Procurou promover o avanço do conhecimento, e durante algum tempo empregou Cristóvão Colombo. Envolveu-se com a tradição esotérica, incluindo em sua corte um astrólogo judeu, cabalista e médico, chamado Jean de Saint Rémy. Segundo várias narrativas, Jean foi o avô de Nostradamus, o famoso profeta do século XVI, que também figuraria em nossa história.
Os interesses de René incluíam a cavalaria e os romances sobre Arthur e o cálice, com o qual parece ter tido uma preocupação particular. Diz-se que tinha um grande orgulho de uma magnífica taça de pórfiro vermelho que, segundo ele, havia sido utilizada no casamento em Canaã. Ele a teria obtido em Marselha - onde Madalena, segundo a tradição, teria desembarcado com o cálice. Outros cronistas falam de uma taça - talvez a mesma - que René guardaria, com uma misteriosa inscrição gravada na borda:

Qui bien beurra
Dieu voira.
Qui beurra
tout d'une haleine
Voira Dieu et la Madeleine*.

* Quem bem beber / Deus verá. / Quem beber de um só gole / Verá Deus e Madalena.

Não seria inexato considerar René d'Anjou como um impulso por trás do fenômeno hoje chamado Renascença. Em virtude de suas numerosas propriedades italianas, ele passou alguns anos na Itália; e através de sua íntima amizade com a família Sforza, que governava Milão, estabeleceu contato com os Medici, de Florença. Existem boas razões para acreditar que foi principalmente a influência de René que moveu Cosimo de Medici a embarcar em uma série de projetos ambiciosos, destinados a transformar a civilização ocidental.
Em 1439, enquanto René residia na Itália, Cosimo de Medici começou a enviar agentes seus por todo o mundo em busca de manuscritos antigos. Então, em 1444, Cosimo fundou a primeira biblioteca pública da Europa, a Biblioteca de San Marco, e começou assim a desafiar o longo monopólio de conhecimento, detido pela Igreja. Por ordem expressa de Cosimo, o *corpus* do pensamento platônico, neoplatônico, pitagórico, gnóstico e hermético foi pela primeira vez traduzido e se tornou rapidamente acessível. Cosimo também instruiu a Universidade de Florença a começar o ensino do grego, pela primeira vez na Europa após setecentos anos. E se encarregou de criar uma academia de estudos pitagóricos e platônicos. A academia de Cosimo gerou, pela península italiana afora, uma multidão de instituições similares, que se tornaram bastiões da tradição esotérica ocidental. A partir deles, a grande

cultura da Renascença começou a florir.
René d'Anjou não só contribuiu em certa medida para a formação de academias, como também parece ter repassado a elas um de seus favoritos temas simbólicos, o de Arcádia. Foi na própria carreira de René que o motivo de Arcádia parece ter surgido na cultura ocidental pós-cristianismo. Em 1449, por exemplo, em sua corte de Tarascon, René representou uma série de *pas d'armes,* curiosos amálgamas híbridos de torneios e máscaras, no qual cavaleiros se inclinavam um contra o outro ao mesmo tempo que interpretavam uma espécie de drama ou peça. Um dos mais famosos *pas d'armes* de René era chamado *"o pas d'armes* da pastora". Interpretado por sua amante na época, a pastora era explicitamente uma figura arcadiana, que incorporava atributos românticos e filosóficos. Ela presidia um torneio no qual cavaleiros assumiam identidades alegóricas, representando valores e idéias conflitantes. O evento era uma fusão singular do romance pastoral arcadiano com o espalhafato da távola redonda e dos mistérios do cálice sagrado.
A Arcádia figura também em outros trabalhos de René. Ela é, com freqüência, identificada com uma fonte ou uma tumba, ambas associadas a uma corrente subterrânea, usualmente relacionada com o rio Alpheus, o rio central da Arcádia geográfica, na Grécia, que corre sob a terra e remonta à superfície na fonte de Arethusa, na Sicília. Desde a mais remota Antiguidade até o Kubla Khan, de Colendge, o rio Alpheus é considerado sagrado. Seu próprio nome deriva da mesma raiz que a palavra grega *alpha,* que significa primeiro, ou fonte.
Para René, uma corrente subterrânea parece ter sido um tema extremamente rico em ressonâncias simbólicas e alegóricas. Entre outras coisas, ele pareceria significar a tradição esotérica subterrânea do pensamento pitagórico, gnóstico, cabalístico e hermético. Mas também poderia significar algo mais que um *corpus* geral de ensinamentos, talvez alguma informação mais factual, uma espécie de segredo transmitido de geração em geração. E poderia

significar uma linhagem sanguínea desapercebida e, portanto, subterrânea.
Nas academias italianas, a imagem de uma corrente subterrânea parece ter sido investida de todos esses níveis de significado, aliás recorrentes. Tanto que as próprias academias têm sido freqüentemente denominadas arcadianas. Em 1502, um trabalho maior foi publicado, um longo poema intitulado *Arcádia,* por Jacopo Sannazar. O círculo italiano de René d'Anjou, alguns anos antes, incluía um Jacques Sannazar, provavelmente pai do poeta. O poema de Sannazar foi traduzido para o francês em 1563, sendo dedicado - e isto é bem interessante - ao cardeal de Lénoncourt, ancestral do conde de Lénoncourt, do século XX, que compilou as genealogias dos Documentos do Monastério.
Durante o século XVI, a Arcádia e a corrente subterrânea tornaram-se uma moda cultural proeminente. Na Inglaterra elas inspiraram o mais importante trabalho de Sir Philip Sidney, *Arcádia.* Na Itália, inspiraram figuras ilustres, como Torquato Tasso, cuja obra-prima, *Jerusalém libertada,* descreve a captura da Cidade Santa por Godfroi de Bouillon. Por volta do século XVII, o motivo Arcádia culminou com Nicolas Poussin *eLes Bergers d'Arcadie.*
Quanto mais explorávamos o assunto, mais claro ficava que alguma coisa - uma tradição de algum tipo, uma hierarquia de valores ou atitudes, talvez um conjunto de informações - era constantemente passado adiante, em confidência, através da corrente subterrânea. Esta imagem parece ter assumido proporções obsessivas nas mentes de certas famílias políticas do período. Todas figuravam, direta ou indiretamente, nas genealogias dos Documentos do Monastério. E as famílias em questão parecem ter transmitido a imagem a seus *protégés* artistas. De René d'Anjou, algo parece ter passado para os Medici, os Sforza, os Este e os Gonzaga. A última destas famílias, segundo os Documentos do Monastério, forneceu dois grão-mestres a Sinai: Ferrante de Gonzaga e Louis de Gonzaga, duque de Nevers. A partir deles, a imagem parece ter feito

seu caminho nos trabalhos dos mais ilustres poetas e pintores da época, incluindo Botticelli e Leonardo da Vinci.

Os Manifestos Rosacruzes

Uma divulgação similar de idéias ocorreu no século XVII, primeiro na Alemanha, depois na Inglaterra. Em 1614, o primeiro dos assim chamados Manifestos Rosacruzes apareceu, seguido de um segundo ensaio um ano depois. Estes manifestos fizeram furor na época, provocando fulminações da Igreja e dos jesuítas e sendo defendidos de forma entusiástica pelas facções liberais da Europa protestante. Entre os mais eloqüentes e influentes líderes do pensamento rosacruz estava Robert Fludd, listado como o sexto grão-mestre do Monastério do Sinai, presidindo a ordem entre 1595 e 1637.
Entre outras coisas, os Manifestos Rosacruzes promulgavam a história do legendário Christian Rosenkreuz. Eles diziam ter surgido de uma confraria secreta, invisível, formada por iniciados da Alemanha e da França. Prometiam uma transformação do mundo e do conhecimento humano de acordo com princípios esotéricos e herméticos, a "corrente subterrânea" que havia fluído de René d'Anjou através da Renascença. Uma nova época de liberdade espiritual era anunciada, uma época na qual o homem iria se liberar de suas algemas anteriores, desencadear verdadeiros segredos da natureza, então adormecidos, e governar seu próprio destino segundo leis harmoniosas, universais e cósmicas. Ao mesmo tempo, os manifestos eram politicamente incendiários, atacando ferozmente a Igreja Católica e o velho Império Romano. Acredita-se hoje, geralmente, que esses manifestos tenham sido escritos por Johann Valentin Andrea, teólogo e esotérico alemão, listado como grão-mestre do Monastério do Sinai depois de Robert Fludd. Se não foram escritos por Andrea, foram certamente escritos por um ou mais de seus seguidores.

Em 1616 um terceiro ensaio rosacruz apareceu: O *casamento químico de Christian Rosenkreuz.* Assim como os dois trabalhos anteriores, este era, na origem, de autoria anônima; mas o próprio Andrea confessou mais tarde tê-lo escrito como uma "brincadeira" ou comédia.

O *casamento químico* é uma alegoria hermética complexa, que influenciou depois trabalhos como o *Fausto,* de Goethe. Como demonstrou Frances Yates, ele contém ecos inequívocos do esotérico inglês John Dee, que também influenciou Robert Fludd. O trabalho de Andrea evoca também ressonâncias dos romances do cálice e dos templários. Christian Rosenkreuz, por exemplo, teria usado uma túnica branca com uma cruz vermelha no ombro. Ao longo da narrativa uma peça - uma alegoria dentro de uma alegoria - é representada. Essa peça envolve uma princesa, de linhagem real não especificada, cujos domínios tinham sido usurpados pelos mouros e que surgiu na praia, lavada pela maré, em um baú de madeira. O restante da peça lida com suas vicissitudes e seu casamento com um príncipe que a ajudará a recuperar sua herança.

Nossa pesquisa revelou ligações diversas, de segundo e terceiro grau, entre Andrea e as famílias cujas genealogias figuram nos Documentos do Monastério. Contudo, nós não descobrimos ligações de primeira mão, ou diretas, com exceção talvez de Frederick, palatino do Reno. Frederick era sobrinho de um importante líder protestante francês, Henri de la Tour d'Auvergne, visconde de Turenne e duque de Bouillon, antigo título de Godfroi de Bouillon. Henri também era associado à família Longueville, que figura de forma proeminente tanto nos Documentos do Monastério quanto em nossa pesquisa. E em 1591 ele se empenhou em adquirir a cidade de Stenay.

Em 1613, Frederick do Palatinado casou-se com Elizabeth Stuart, filha de James I da Inglaterra, neta de Mary, rainha dos escoceses e bisneta de Marie de Guise - e Guise era um ramo da casa Lorraine. Marie de Guise, um século antes, tinha se casado com o duque de

Longueville e, após a morte deste, com James V da Escócia. Isto criou uma aliança dinástica entre as casas Stuart e Lorraine. Em conseqüência, os Stuart começaram a figurar, ainda que perifericamente, nas genealogias dos Documentos do Monastério. E Andrea, assim como os três supostos grão-mestres que se seguiram a ele, demonstrou variados níveis de interesse na casa real escocesa. Durante esse período, a casa Lorraine estava em eclipse. Se Sinai era uma ordem coerente e ativa na época, ela pode ter transferido sua fidelidade - pelo menos parcial e temporariamente - para os Stuart, decididamente mais influentes.
Em todo caso, Frederick do Palatinado, depois de seu casamento com Elizabeth Stuart, estabeleceu uma corte orientada para o esoterismo em sua capital de Heidelberg. Frances Yates escreveu:
Uma cultura estava se formando no Palatinado, que vinha direto da Renascença mas com a incorporação de inclinações mais recentes, uma cultura que pode ser definida pelo adjetivo rosacruz. O príncipe, em torno do qual essas correntes profundas estavam se revolvendo, era Friedrich Elector Palatino, e seus expoentes esperavam por uma expressão político-religiosa de seus objetivos. (...) O movimento Friedrichiano (...) seria uma tentativa de dar uma expressão político-religiosa àquelas correntes, de perceber o ideal da reforma hermética centrada em um príncipe real. (...) Ele (. ..) criou uma cultura, um estado rosacruz, com sua corte centrada em Heidelberg.

Em suma, os anônimos rosacruzes e seus simpatizantes parecem ter revestido Frederick de um senso de missão espiritual e política. E Frederick parece ter prontamente aceito esse papel, juntamente com as esperanças e expectativas que isto implicava. Assim, em 1618, ele aceitou a coroa da Boêmia, oferecida pelos nobres rebeldes do país. Ao fazer isso, provocou o ódio do papa e do Sacro Império Romano e precipitou o caos representado pela Guerra dos Trinta Anos. Em dois anos, ele e Elizabeth foram exilados na Holanda, e Heidelberg foi invadida por tropas católicas. E durante o quarto de

século que se seguiu, a Alemanha tornou-se o principal campo de batalha do mais amargo, sangrento e custoso conflito da história européia antes do século XX, um conflito graças ao qual a Igreja quase conseguiu impor novamente a hegemonia que tinha durante a Idade Média.

Em meio ao turbilhão que se formou em sua volta, Andrea criou uma rede de sociedades mais ou menos secretas, conhecidas como uniões cristãs. De acordo com o plano de Andrea, cada sociedade era encabeçada por um príncipe anônimo, assistido por doze outros, divididos em grupos de três, cada um dos quais especialista em uma dada esfera de estudo. O objetivo original das uniões cristãs era preservar o conhecimento ameaçado, especialmente os avanços científicos mais recentes, muitos dos quais a Igreja considerava heréticos. Ao mesmo tempo, todavia, as uniões cristãs funcionavam também como refúgio para pessoas que fugiam da Inquisição. Esta acompanhava as armadas católicas invasoras e tencionava eliminar todos os vestígios de pensamento rosacruz. Numerosos intelectuais, cientistas, filósofos e esotéricos encontraram abrigo nas instituições de Andrea. Através delas, muitos foram enviados em segurança para a Inglaterra, onde a maçonaria apenas começava a se consolidar. As uniões cristãs de Andrea tiveram talvez uma contribuição importante na organização do sistema de lojas maçônicas.

Entre os europeus deslocados para a Inglaterra estavam vários conhecidos de Andrea: Samuel Hartlib, por exemplo; Adam Komensky, mais conhecido como Comenius, com o qual Andrea mantinha uma correspondência contínua; Theodore Haak, que foi também um amigo pessoal de Elizabeth Stuart e que mantinha correspondência com ela; e o doutor John Wilkins, antigo capelão pessoal de Frederick do Palatinado e depois bispo de Chester.

Uma vez na Inglaterra, esses homens se associaram estreitamente aos círculos maçônicos. Eles eram íntimos de Robert Moray, cuja admissão na loja maçônica em 1641 é uma das mais antigas nos registros; de Elias Ashmole, antiquário e especialista em ordens de

cavaleiros, admitido em 1646; do jovem mas precoce Robert Boyle, que, embora não tenha sido maçom, era membro de outra sociedade secreta. Não existem evidências claras de que esta sociedade secreta era o Monastério do Sinai, mas Boyle, segundo os Documentos do Monastério, sucedeu a Andrea como grão-mestre do Sinai.
Durante o Protetorado de Cromwell, estas mentes dinâmicas, tanto inglesas quanto européias, formaram o que Boyle chamou - num eco deliberado dos manifestos rosacruzes - "colégio invisível". Com a restauração da monarquia, em 1660, o "colégio invisível" tornou-se a Royal Society, com o governante Stuart, Charles II, como seu patrono e patrocinador. Praticamente todos os membros fundadores da Royal Society eram maçons. Poderíamos dizer que a Royal Society, pelo menos em sua concepção, foi uma instituição maçônica, derivada, através das uniões cristãs de Andrea, da "invisível irmandade rosacruz". Mas este não foi o ápice da corrente subterrânea. Ao contrário, ela fluiria de Boyle até Isaac Newton, listado como o grão-mestre seguinte do Sinai, e daí para os complexos tributários da maçonaria do século XVIII.

A Dinastia Stuart

Segundo os Documentos do Monastério, Newton foi sucedido por Charles Radclyffe, como grão-mestre do Sinai. O nome não é tão ressonante para nós como o de Newton ou de Boyle, ou mesmo o de Andrea. Realmente, não sabíamos bem quem era Charles Radclyffe. Na medida em que começamos a pesquisá-lo, contudo, ele emergiu como uma figura de considerável - ainda que subterrânea - importância na história cultural do século XVIII.
Os Radclyffe tinham sido, desde o século XVI, uma influente família do nordeste da Inglaterra. Em 1688, pouco antes de ser deposto, James II os tornou condes de Derwentwater. Charles Radclyffe nasceu em 1693. Sua mãe era filha ilegítima de Charles II com a

amante, Moll Davies. Radclyffe possuía, portanto, do lado materno, sangue real um neto do penúltimo monarca Stuart. Ele era primo do príncipe Bonnie Charlie e de George Lee, conde de Lichfield, outro neto ilegítimo de Charles II. Como seria de se esperar, Radclyffe dedicou grande parte de sua vida à causa dos Stuart.

Em 1715 esta causa ficou nas mãos do velho pretendente, James III, então no exílio e residindo em Bar-le-Duc, sob a proteção especial do duque de Lorraine. Radclyffe e seu irmão mais velho, James, participaram da rebelião escocesa daquele ano. Ambos foram capturados, e James foi executado. Charles, aparentemente ajudado pelo conde de Lichfield, efetuou uma fuga ousada e sem precedentes da prisão de Newgate; depois, encontrou refúgio nos batalhões jacobinos na França. Nos anos que se seguiram, se tornou secretário pessoal do jovem pretendente, príncipe Bonnie Charlie.

Em 1745, este último desembarcou na Escócia e iniciou sua tentativa quixotesca de reinstaurar os Stuart no trono britânico. No mesmo ano, Radycliffe, en *route* para juntar-se a ele, foi capturado em um navio francês ancorado perto de Dogger Bank. Um ano mais tarde, em 1746, o jovem pretendente foi catastroficamente vencido na batalha de Culloden Moor. Poucos meses depois, Charles Radclyffe morreu sob o machado na torre de Londres.

Durante sua permanência na França, os Stuart se envolveram profundamente na disseminação da maçonaria. Eles são geralmente considerados a fonte de uma forma particular de maçonaria, conhecida como ritual escocês, que introduziu graus mais altos do que os oferecidos por outros sistemas na época. Ele prometia iniciação em mistérios maiores e mais profundos, supostamente preservados e disponíveis na Escócia. Estabelecia conexões mais diretas entre a maçonaria e as várias atividades - alquimia, cabala e hermetismo, por exemplo consideradas rosacruzes. E pesquisava não somente a Antiguidade como também as genealogias ilustres da arte.

É provável que a maçonaria do ritual escocês tenha sido originalmente promulgada, se não projetada, por Charles Radclyffe. Em todo caso, Radclyffe, em 1725, teria fundado em Paris a primeira loja maçônica no continente. Durante o mesmo ano, ou talvez no ano seguinte, ele teria sido grão-mestre de todas as lojas na França, e ainda é citado como tal uma década mais tarde, em 1736. A disseminação da maçonaria do século XVIII se deve mais a Radclyffe que a qualquer outro homem.

Isso nem sempre foi claro,,.pois Radclyffe, especialmente após 1738, manteve-se discreto, trabalhando através de intermediários ou porta-vozes, mas de forma bastante significativa. O mais importante e mais famoso desses porta-vozes foi uma figura enigmática, conhecida como cavaleiro Andrew Ramsay.

Ramsay nasceu na Escócia nos idos de 1680. Quando jovem, foi membro da sociedade quase maçônica, quase rosacruz, chamada Philadelphes, que tinha entre seus membros pelo menos dois grandes amigos de Isaac Newton. O próprio Ramsay tratava Newton com aparente reverência, considerando-o uma espécie de iniciado místico de grau elevado, um homem que havia redescoberto e reconstruído verdades eternas, contidas nos antigos mistérios.

Ramsay tinha outras ligações com Newton. Era associado a Jean Desaguliers, um dos maiores amigos de Newton. Em 1707, estudou matemática com Nicolas Fatio de Duillier, o mais Íntimo de todos os companheiros de Newton. Como este, ele demonstrava um interesse simpatizante pelos camitas, uma seita de heréticos com tendências cátaras, que então estava sofrendo perseguições no sul da França e que representava uma espécie de *cause célebre* para Fatio de Duillier.

Por volta de 1710, Ramsay estava em Cambrai e era amigo íntimo do filósofo místico Fénelon, antigo padre de Saint Sulpice, que, mesmo naquele tempo, era um bastião de ortodoxia bastante questionável. Não se sabe exatamente quando Ramsay conheceu Radclyffe, mas por volta de 1720 ele estava afiliado à causa jacobita.

Ele serviu durante algum tempo como tutor do príncipe Bonnie Charlie.
A despeito de suas conexões jacobitas, Ramsay retornou em 1729 à Inglaterra, onde - não escondendo uma evidente falta de qualificações apropriadas - foi prontamente admitido na Royal Society. Tornou-se também membro de uma instituição bem mais obscura, chamada Clube de Cavalheiros de Spalding, que incluía homens como Desaguliers, Alexander Pope e, até sua morte em 1727, o próprio Isaac Newton.
Por volta de 1730, Ramsay estava de volta à França e cada vez mais ativo em nome da maçonaria. Os registros dizem que ele atendia a reuniões da loja juntamente com várias figuras notáveis, incluindo Desaguliers. E recebia um apadrinhamento especial da família Tour d'Auvergne, dos viscondes de Turenne e duques de Bouillon, que, três quartos de século antes, tinham se relacionado com Frederick do Palatinado. No tempo de Ramsay, o duque de Bouillon, primo do príncipe Bonnie Charlie, era uma das figuras mais importantes da maçonaria. Ele concedeu um estado e uma casa urbana a Ramsay, a quem também apontou como tutor de seu filho.
Em 1737, Ramsay lançou sua famosa *Oração,* uma longa dissertação sobre a história da maçonaria, que se tornou depois um documento seminal da "arte". Com ela, Ramsay tornou-se o eminente porta-voz da maçonaria em sua época. Contudo, nossa pesquisa nos convenceu de que a voz real atrás de Ramsay era a de Charles Radclyffe, que presidiu a loja onde Ramsay fez seu discurso e apareceu de novo, em 1743, como chefe de cerimonial no funeral de Ramsay. Mas se Charles era o poder atrás de Ramsay, este deve ter constituído a ligação entre Radclyffe e Newton.
Apesar da morte prematura de Ramsay, em 1746, as sementes que ele plantou na Europa continuaram a produzir frutos. No início de 1750, surgiu um novo embaixador da maçonaria, um alemão chamado Karl Gotlieb Von Hund, que afirmava haver sido iniciado em 1742, um ano antes da morte de Ramsay, quatro depois da de

Radcliffe. Em sua iniciação, ele afirmava ter sido introduzido num novo sistema de maçonaria, revelado a ele por "superiores desconhecidos", intimamente associados com a causa jacobita. Ele até acreditava, no início, que o presidente dessa iniciação era o príncipe Bonnie Charlie. E embora isso tenha se revelado falso, Hund continuou convencido de que o personagem não identificado era intimamente relacionado com o "jovem pretendente". Parece razoável supor que o homem que realmente presidiu foi Charles Radclyffe.

O sistema de maçonaria no qual Hund foi introduzido - uma extensão do ritual escocês - foi depois chamado "observância rigorosa". Seu nome derivava do voto que exigia, um voto de obediência sem réplica, sem questionamento, aos misteriosos superiores desconhecidos. E a base da observância rigorosa era a afirmação de que ela descendia diretamente dos templários, alguns dos quais haviam sobrevivido ao expurgo de 1307-14 e perpetuado sua ordem na Escócia. Nós já conhecíamos esta alegação e, com base em nossas próprias pesquisas, podíamos dar algum crédito a ela. Um contingente de templários teria lutado ao lado de Robert Bruce na batalha de Bannockbum. Como a dissolução dos templários pela encíclica papal nunca foi promulgada na Escócia, a ordem nunca foi oficialmente suprimida lá. Conseguimos até mesmo localizar um cemitério de templários em Argyllshire. A mais antiga das lápides desse cemitério data do século XIII, as mais recentes do século XVIII. As mais antigas contêm algumas gravações e símbolos especiais, idênticos àqueles encontrados em preceptorias de templários na Inglaterra e na França. As mais recentes combinam esses símbolos com motivos específicos da maçonaria, atestando assim algum tipo de fusão. Concluímos então que não seria impossível que a ordem tivesse se perpetuado na remota e inacessível Argyll, mantendo uma existência clandestina, secularizando-se gradualmente e associando-se a organizações maçônicas e ao sistema de clã que ali prevalecia.

Portanto, não parecia muito improvável a genealogia atribuída por Hund à observância rigorosa. Entretanto, para seu embaraço e posterior desgraça, ele não conseguiu explicar melhor seu novo sistema de maçonaria. Como resultado, seus contemporâneos o rejeitaram como charlatão e o acusaram de haver inventado a história de sua iniciação, sua reunião com superiores desconhecidos e seu mandato de disseminar a observância rigorosa. A estas acusações, Hund só podia responder que seus superiores desconhecidos o haviam abandonado inexplicavelmente. Eles haviam prometido contatá-lo novamente e dar-lhe novas instruções, mas nunca o fizeram. Ele afirmou sua integridade até o fim da vida, sustentando que tinha sido abandonado pelos seus patrocinadores originais - que, insistia, tinham realmente existido.

Quanto mais considerávamos as afirmações de Hund, mais plausíveis elas soavam. Ele parecia ter sido uma desafortunada vítima, não tanto de traição deliberada, mas de circunstâncias fora do controle de qualquer um. Segundo sua própria narrativa, Hund tinha sido iniciado em 1742, quando os jacobitas ainda eram uma força política poderosa em assuntos do continente. Em 1746, contudo, Radclyffe tinha morrido, assim como muitos de seus colegas, enquanto outros estavam na prisão ou no exílio - em lugares distantes, como os Estados Unidos, em alguns casos. Se os superiores desconhecidos de Hund não o contataram, a omissão não parece ter sido voluntária. O fato de Hund ter sido abandonado logo após o colapso da causa jacobita pareceria confirmar esta história.

Um outro fragmento de evidência dá credibilidade não somente às alegações de Hund como também aos Documentos do Monastério. Esta evidência é a lista de grão-mestres dos templários, que Hund insistia haver obtido de seus superiores desconhecidos. Nós tínhamos concluído, com base em nossa própria pesquisa, que a lista contida nos *Dossiers secrets* era tão acurada que parecia derivar de informação interna. Com exceção da soletração de um

único sobrenome, a lista que Hund apresentou concordava com aquela. Em suma, Hund havia obtido, de algum modo, uma lista de grão-mestres mais exata que qualquer outra de seu tempo. Além disso, ele a obteve quando muitos documentos, nos quais nos baseamos - concessões, contratos, proclamações - estavam ainda inacessíveis, seqüestrados pelo Vaticano. Isto parecia confirmar que a história de Hund sobre superiores desconhecidos não era uma invenção. Talvez aqueles superiores possuíssem um conhecimento extraordinário sobre a Ordem do Templo - mais do que poderiam ter sem acesso a fontes privilegiadas.

De qualquer modo, apesar das acusações levantadas contra ele, Hund não ficou completamente sem amigos. Após o colapso da causa jacobita ele encontrou um simpatizante, e um companheiro íntimo, em ninguém menos que o imperador do Sacro Império Romano, naquela época François, duque de Lorraine - que, após casar-se com Maria Teresa da Áustria em 1735, ligou as casas de Habsburgo e de Lorraine, inaugurando a dinastia Habsburgo-Lorraine. E, segundo os Documentos do Monastério, foi o irmão de François, Charles de Lorraine, quem sucedeu a Radclyffe como grão-mestre do Sinai.

François foi o primeiro príncipe europeu a tornar-se maçom e a divulgar sua filiação. Ele foi iniciado em 1731 em Hague, um bastião de atividades esotéricas desde que os círculos rosacruzes lá se instalaram durante a Guerra dos Trinta Anos. E o homem que presidiu a iniciação de François foi Jean Desaguliers, íntimo de Newton, Ramsay e Radclyffe. Logo após sua iniciação, François partiu para uma longa estada na Inglaterra, onde se tornou membro de uma instituição aparentemente inócua, o Clube da União.

Nos anos que se seguiram, François de Lorraine foi provavelmente, mais que qualquer outro potentado europeu, responsável pela disseminação da maçonaria. Sua corte em Viena tornou-se, de certo modo, a capital maçônica da Europa, e também o centro de um largo espectro de outros interesses esotéricos. O

próprio François foi um alquimista prático, com um laboratório de alquimia no palácio imperial, o Hofburg. Com a morte do último Medici ele se tornou grão-duque de Toscana e evitou com habilidade os problemas entre a maçonaria e a Inquisição em Florença. Através de François, Charles Radclyffe, que fundou a primeira loja maçônica no continente, deixou um legado durável.

Charles Nodier e seu Círculo

Comparado às importantes figuras culturais e políticas que o precederam, mesmo comparado a um homem como Charles Radclyffe, Charles Nodier parecia uma escolha improvável para grão-mestre. Nós o conhecemos primeiro como uma espécie de curiosidade literária; um literato menor, um ensaísta um pouco tagarela, um novelista de segunda categoria e um escritor de contos da tradição bizarra de um E. T. A. Hoffmann e, mais tarde, Edgar Allan Poe. Entretanto, em sua própria época, Nodier era considerado uma figura cultural maior, e sua influência era enorme. Além disso, para a nossa pesquisa ele se revelou relevante de várias e surpreendentes maneiras.

Por volta de 1824, Nodier já era uma celebridade. Foi nomeado, naquele ano, bibliotecário-mor da Biblioteca Arsenal, o maior depósito francês de manuscritos medievais e, especificamente, de ocultismo. Entre seus vários tesouros, a Arsenal teria contido os trabalhos de alquimia de Nicolas Flamel, o alquimista medieval listado como um dos primeiros grão-mestres do Sinai. A Arsenal continha também a biblioteca do cardeal Richelieu, uma coleção exaustiva de trabalhos sobre magia, cabala e hermetismo. Outros tesouros havia. No irromper da Revolução Francesa, monastérios em toda a França foram invadidos, com os livros e manuscritos sendo enviados a Paris para guarda. Em 1810, Napoleão, como parte de sua ambição de criar uma biblioteca mundial definitiva, confiscou e trouxe para Paris quase todos os arquivos do Vaticano.

Vieram mais de 3 mil caixas de material, algumas das quais - todas as que continham documentos relacionados com os templários, por exemplo - especificamente requisitadas. Embora alguns desses artigos tenham depois regressado a Roma, muitos outros permaneceram na França. E foi esse tipo de material livros e manuscritos ocultistas, trabalhos pilhados de monastérios e do arquivo do Vaticano - que passou pelas mãos de Nodier e de seus colegas, que os manusearam, catalogaram e exploraram.

Entre os colegas de Nodier envolvidos nessa tarefa estavam Eliphas Lévi e Jean Baptiste Pitois, que adotou o pseudônimo de Paul Christian. Os trabalhos desses dois homens fizeram aumentar nos anos seguintes o interesse pelo esoterismo. É até esses dois homens e Charles Nodier, seu mentor, que pode ser traçado esse movimento de "volta do oculto", como foi chamado na França do século XIX. Realmente, a *História e prática de mania,* de Pitois, tornou-se uma bíblia para estudantes de mistério no século XIX. Sua reedição em inglês - completa, com a dedicatória original a Nodier - é hoje um trabalho cobiçado por estudiosos do oculto.

Durante sua permanência na Arsenal, Nodier continuou a escrever e publicar intensamente. Entre seus trabalhos mais importantes está um opúsculo de vários volumes, massivo e maravilhosamente ilustrado, devotado a locais particularmente importantes na França antiga. Nesse monumental compêndio, Nodier dedicou um espaço considerável à época merovíngia, fato ainda mais chocante quando se considera que ninguém demonstrava então o menor interesse pelos merovíngios. Existem também extensos capítulos sobre os templários e um artigo especial sobre Gisors, incluindo uma narrativa detalhada do misterioso corte do olmo em 1188, que, segundo os Documentos do Monastério, marcou a separação entre os templários e o Monastério do Sinai.

Nodier foi mais que bibliotecário e escritor. Foi também um indivíduo gregário, egocêntrico e *flamboyant,* que buscou constantemente ocupar o centro das atenções e não hesitou em exagerar sua própria

importância. Em seus aposentos na Biblioteca Arsenal, inaugurou um salão que o colocou como um dos potentados estetas mais influentes e prestigiados de então. Na época de sua morte, em 1845, ele tinha servido como mentor de toda uma geração, da qual muitos viriam a eclipsá-lo depois. O principal discípulo de Nodier e seu maior amigo, por exemplo, foi o jovem Victor Hugo, grão-mestre seguinte, segundo os Documentos do Monastério. Houve também François-René de Chateaubriand, que realizou uma peregrinação à tumba de Poussin em Roma e lá mandou erigir uma lápide contendo uma reprodução de *Les Bergers d'Arcadie.* Houve ainda Balzac, Delacroix, Dumas pai, Lamartine, Musset, Théophile Gautier, Gérard de Nerval e Alfred de Vigny. Assim como os poetas e pintores da Renascença, estes homens se envolviam freqüentemente com o esoterismo, especialmente o hermetismo. Também incorporavam em seus trabalhos os vários motivos, temas, referências e alusões ao mistério que, para nós, começou com Saunière e Rennes-le-Château. Em 1832, *por* exemplo, foi publicado um livro intitulado *Um dia em Rennes-les-Bains,* que fala longamente de um tesouro legendário associado com Blanchefort e Rennes-le-Château. O autor desses livros obscuros, Auguste de Labouïsse-Rochefort, também produziu outro trabalho, *Os amantes - para Eléonore.* Na página de rosto aparece, sem nenhuma explicação, o mote *Et in Arcadia Ego.*

As atividades literárias e esotéricas de Nodier apareciam claras em nossa investigação. Mas outro aspecto de sua carreira o era ainda mais. Pois Nodier, desde sua infância, esteve profundamente envolvido com sociedades secretas. Já em 1790, por exemplo, com dez anos de idade, ele se envolveu com um grupo chamado os Philadelphes. Por volta de 1793, criou um outro grupo - ou talvez um círculo dentro do primeiro - que incluía um dos futuros conspiradores contra Napoleão. Um documento datado de 1797 atesta a fundação de outro grupo - também chamado os Philadelphes - naquele ano. Na Biblioteca de Besançon existe um ensaio enigmático, composto e recitado para este grupo, por um dos mais íntimos amigos de Nodier.

Ele é intitulado *Le Berger arcadian* au *premiers accents d'une flute champêtre* ["O pastor da Arcádia aos primeiros sons de uma flauta rústica"].
Em Paris, em 1802, Nodier escreveu sobre sua filiação a uma sociedade secreta que descreveu como "bíblica e pitagórica". Então, em 1816, ele publicou anonimamente um de seus mais curiosos e influentes trabalhos, *A história das sociedades secretas* no *Exército de Napoleão,* deliberadamente ambíguo. Ele não esclarece se está escrevendo pura ficção ou puros fatos. No máximo, insinua que o livro é uma espécie de alegoria, ligeiramente disfarçada, de ocorrências históricas reais. De qualquer modo, o livro desenvolve uma filosofia exaustiva sobre as sociedades secretas. E atribui a essas sociedades vários feitos históricos, incluindo a queda de Napoleão. Nodier declara que grande número de sociedades secretas estavam em atividade. Mas uma, continua, tem precedência sobre todas as outras; na realidade, preside todas as outras. Segundo Nodier, essa "suprema" sociedade secreta é chamada os Philadelphes. Ao mesmo tempo, contudo, ele fala do "voto que me liga aos Philadelphes e me proíbe de torná-los conhecidos por seus nomes sociais". Apesar disso, há uma pista de Sinai em uma falação citada por Nodier. Ela é feita supostamente por um dos conspiradores contra Napoleão, em uma assembléia de Philadelphes. O homem em questão fala de seu filho recém-nascido:

Ele é muito jovem para ser engajado pelo voto de Aníbal; mas lembrem-se de que eu lhe dei o nome de Eliacin, e que eu delego a ele a guarda do templo e do altar, caso eu morra antes de ver cair de seu trono o último dos opressores de Jerusalém.

O livro de Nodier explodiu numa época em que o medo de sociedades secretas tinha assumido proporções verdadeiramente patológicas. Tais sociedades eram freqüentemente acusadas de instigar a Revolução Francesa; e o clima na Europa pós-napoleônica

era semelhante, em muitos sentidos, ao da era McCarthy nos Estados Unidos, durante os anos 50. As pessoas viam, ou imaginavam que viam, conspirações por todos os lugares. Multiplicavam-se caças às bruxas.. Qualquer distúrbio público, incidente menor ou ocorrência inconveniente era atribuído a uma atividade subversiva, à ação de organizações clandestinas trabalhando insidiosamente atrás do palco, desagregando instituições estabelecidas, perpetrando toda sorte de sabotagem. Esta mentalidade levava à adoção de medidas de intensa repressão. E a repressão, freqüentemente dirigida contra uma ameaça fictícia, gerava por sua vez oponentes reais, grupos reais de conspiradores subversivos, que se formavam segundo os padrões fictícios. Mesmo como fragmentos da imaginação, as sociedades secretas alimentavam uma paranóia penetrante nos altos escalões do governo; e essa paranóia conseguia mais do que qualquer sociedade secreta poderia ter conseguido. Não há dúvida , de que, se não foram as próprias sociedades, o mito das sociedades secretas desempenhou um papel maior na história européia do século XIX. Um dos principais arquitetos desse mito, e possivelmente de uma realidade atrás dele, foi Charles Nodier.

Debussy e a Rosacruz

As tendências às quais Nodier deu expressão - uma fascinação pelas sociedades secretas e um interesse renovado em esoterismo - continuaram a ganhar influência e aderentes ao longo do século XIX. Ambas as tendências atingiram seu ápice na Paris de fin *de siecle,* o meio ao qual pertencia Claude Debussy, suposto grão-mestre do Sinai quando Bérenger Saunière, em 1891, descobriu os misteriosos pergaminhos em Rennes-le-Château.
Debussy teria conhecido Victor Hugo através do poeta simbolista Paul Verlaine. Posteriormente, musicou vários trabalhos de Hugo. Também ele se tornou um membro integral dos círculos simbolistas

que, na última década do século, dominavam a vida cultural parisiense. Estes círculos eram às vezes ilustres, às vezes estranhos, às vezes ambos. Incluíam o jovem clérigo Émile Hoffet e Emma Calvé; por intermédio de quem Debussy conheceu Saunière. Havia também o enigmático mago da poesia simbolista francesa, Stéphane Mallarmé - cuja obra-prima, *L'Apres-midi d'un faune,* foi musicada por Debussy - e o teatrólogo simbolista Maurice Maeterlinck, cujo drama merovíngio, *Pelléas et Mélisande,* Debussy transformou em uma ópera mundialmente famosa. Havia o *flamboyant* conde Philippe Auguste Villiers de l'Isle-Adam, cuja peça rosacruz, *Axel,* tornou-se uma bíblia do movimento simbolista. Embora sua morte em 1918 o tenha impedido de terminá-la, Debussy começou a compor um libreto para o drama ocultista de Villiers, pensando em transformá-lo também em ópera. Entre seus outros associados estavam os próceres que freqüentavam as famosas *soirées* de terças-feiras de Mallarmé: Oscar Wilde, W.B. Yeats, Stefan George, Paul Valéry, o jovem André Gide e Marcel Proust.

Os círculos de Debussy e de Mallarmé estavam, em si mesmos, mergulhados em esoterismo. Ao mesmo tempo, imbricavam-se com círculos ainda mais esotéricos. Assim, Debussy privava com praticamente todos os mais eminentes nomes da chamada "volta do oculto". Um deles era o marquês Stanislas de Guaita, um íntimo de Emma Calvé e fundador da chamada Ordem Cabalística da Rosacruz. Um segundo era Jules Bois, satanista notório, também íntimo de Emma Calvé e amigo de MacGregor Mathers. Incentivado por Jules Bois, Mathers organizou a mais famosa sociedade britânica ocultista do período, a Ordem da Manhã Dourada.

Outro ocultista conhecido de Debussy era o doutor Gérard Encausse, mais conhecido como Papus, nome com o qual publicou o que ainda é considerado um dos trabalhos definitivos sobre o tarô. Papus foi não somente membro de numerosas ordens e sociedades esotéricas, mas também um confidente do czar e da czarina, Nicolau

e Alexandra da Rússia. E entre os associados mais íntimos de Papus figurava um nome que já havia aparecido em nossa pesquisa, Jules Doinel. Em 1890, Doinel tinha se tornado bibliotecário em Carcassonne e estabelecido no Languedoc uma igreja neocátara, na qual ele e Papus funcionavam como bispos. Doinel, na realidade, proclamou-se bispo gnóstico de Mirepoix, que incluía a paróquia de Montségur, e de Alet, que incluía a paróquia de Rennes-le-Château.

A igreja de Doinel foi supostamente consagrada por um bispo em Paris, na casa de - fato interessante - Lady Caithness, esposa do conde de Caithness, lorde James Sinclair. Em retrospectiva, esta igreja parece ter sido meramente outra seita ou culto inócuo, semelhante a muitos outros do *fin de siecle.* Ao mesmo tempo, todavia, ela causou considerável alarme nos setores oficiais. Um relatório especial foi preparado para o Santo Ofício do Vaticano sobre o "ressurgimento de tendências cátaras". E o papa lançou uma condenação explícita à instituição de Doinel, que denunciou como uma nova manifestação da "antiga heresia albigense".

Doinel, rejeitando a condenação do Vaticano, estava ativo na terra natal de Saunière em meados de 1890, precisamente a época em que o padre de Rennes-le-Château começou a vangloriar-se de sua fortuna. Os dois homens podem ter sido apresentados um ao outro por Debussy. Ou por Emma Calvé. Ou pelo Abade Henri Boudet, de Rennes-le-Bains, melhor amigo de Saunière e colega de Doinel na Sociedade de Artes e Ciências de Carcassonne.

Um dos mais íntimos contatos ocultos de Debussy era Joséphin Péladan, outro amigo de Papus e, previsivelmente, outro íntimo de Emma Calvé. Em 1889, Péladan fez uma viagem à Terra Santa. Ao retornar, declarou ter descoberto a tumba de Jesus, não no local tradicional do Santo Sepulcro, mas sob a Mesquita de Omar, anteriormente parte do território dos templários. Nas palavras de um admirador entusiasmado, a suposta descoberta de Péladan era "tão chocante que, em qualquer outra época, teria sacudido as bases do mundo católico". Nem Péladan nem seus associados, contudo,

adiantaram qualquer indicação de como a tumba de Jesus poderia ser tão definitivamente identificada e verificada como tal, nem por que sua descoberta sacudiria necessariamente o mundo católico - a menos, é claro, que ela contivesse algo importante, controvertido, talvez explosivo. Em todo caso, Péladan não explicitou sua suposta descoberta. Mas, mesmo sendo um católico professo, ele insistia na mortalidade de Jesus.

Em 1890, Péladan fundou uma nova ordem, a Ordem da Rosacruz Católica, do Templo e do Cálice. Ao contrário das outras instituições rosacruzes da época, ela escapou à condenação papal. Enquanto isso, Péladan dirigiu sua atenção cada vez mais para as artes. Declarava que o artista deveria ser "um cavaleiro em armadura, ferozmente engajado na busca simbólica do cálice sagrado". Coerente com esse princípio, Péladan partiu em uma cruzada totalmente estética, que tomou a forma de uma série de exibições anuais amplamente divulgadas, conhecidas como o Salão da Rosa + Cruz, cujo objetivo declarado era "arruinar o realismo, reformar o gosto latino e criar uma escola de arte idealista". Para este fim, certos temas e assuntos eram rejeitados autocrática e sumariamente, como indignos - "não importa quão bem executados, mesmo que perfeitamente". A lista de temas e assuntos rejeitados incluía pinturas históricas "prosaicas", pinturas patrióticas e militares, representações da vida contemporânea, retratos, cenas rústicas e "todas as paisagens, com exceção daquelas compostas à maneira de Poussin".

Péladan não se limitou à pintura. Ao contrário, tentou estender sua estética à música e ao teatro. Formou sua própria companhia de teatro, que representava trabalhos especialmente compostos sobre assuntos tais como Orpheus, Argonautas e a Busca do Fio Dourado, o Mistério da Rosacruz e o Mistério do Cálice. Um dos promotores e patrocinadores dessas produções era Claude Debussy.

Entre outros associados de Péladan e Debussy estava Maurice Barres, que, quando jovem, tinha se envolvido com um circulo

rosacruz juntamente com Victor Hugo. Em 1912, Barres publicou seu mais famoso romance, *La Coline inspirée* ["A colina inspirada"]. Certos comentaristas modernos têm sugerido que esse trabalho é, na realidade, uma alegoria ligeiramente disfarçada de Bérénger Saunière e Rennes-le-Château. Existem, de fato, paralelos que pareceriam muito conspícuos para puras coincidências. Mas Barres não situa sua narrativa em Rennes-le-Château, ou em algum outro lugar no Languedoc. Ao contrário, a "inspirada colina" do título é uma montanha coroada por um vilarejo em Lorraine. E o vilarejo é um antigo centro de peregrinação do Sinai.

Jean Cocteau

Mais que Charles Radcliffe, mais que Charles Nodier, Jean Cocteau nos pareceu um candidato improvável a grão-mestre de uma sociedade secreta influente. No caso de Radcliffe e de Nodier, nossa investigação produziu conexões de interesse considerável. No caso de Cocteau, descobrimos muito poucas.

Certamente, ele cresceu num meio próximo aos corredores do poder: sua família tinha influência política e seu tio era um diplomata importante. Mas Cocteau, pelo menos ostensivamente, abandonou esse mundo, saindo de casa aos quinze anos e mergulhando na frutífera subcultura de Marselha. Por volta de 1908, tornara-se um boêmio nos círculos artísticos. Aos vinte anos se associou a Proust, Gide e Maurice Barres. Foi também grande amigo do neto de Victor Hugo, Jean, com quem fez excursões variadas pelo espiritualismo e o ocultismo. Tornou-se rapidamente um conhecedor do esoterismo; e o pensamento hermético moldou grande parte de seu trabalho e seu senso de estética. Por volta de 1912, se não antes, ele tinha começado a encontrar-se com Debussy, a quem se referia freqüentemente em seus jornais. Em 1926, projetou o cenário para a produção da ópera *Pelléas et Mélisande* porque, segundo um comentarista, ele foi "incapaz de resistir a ligar seu nome para

sempre ao de Claude Debussy".
A vida privada de Cocteau - que incluía crises de dependência de drogas e uma seqüência de casos homossexuais - foi notoriamente errante. Daí sua imagem de indivíduo volátil e irresponsável. Todavia, ele foi, na realidade, sempre consciente de sua *persona* pública; e qualquer que tenham sido suas escapadas, ele não as deixava impedir seu acesso a pessoas de influência e poder. Ele mesmo admitia ter sempre buscado o reconhecimento público, a honra, e até mesmo a admissão na Académie Française. E fazia questão de conceder o suficiente para assegurar a condição almejada. Aproximava-se sempre de figuras eminentes, como Jacques Maritain e André Malraux. Embora nunca se tenha interessado por política, denunciou o governo de Vichy durante a guerra e parece ter contribuído discretamente com a Resistência, tendo sido feito, em 1949, Cavaleiro da Legião de Honra. Em 1958 foi convidado pelo irmão de De Gaulle a redigir um discurso público à França. Este não é o tipo de papel que se atribui geralmente a Cocteau, mas ele parece tê-lo desempenhado com freqüência e se deliciado com ele.
Durante boa parte de sua vida, Cocteau esteve associado - às vezes intimamente, às vezes perifericamente - com círculos católicos monarquistas. Confraternizava freqüentemente com membros da velha aristocracia, inclusive alguns dos amigos e patronos de Proust. Ao mesmo tempo, o catolicismo de Cocteau era altamente suspeito, não ortodoxo, como se fosse mais um compromisso estético que religioso. Nos últimos anos de sua vida, devotou muito de sua energia à redecoração de igrejas - eco curioso, talvez, de Bérenger Saunière. Mesmo então, sua fé era questionável: Eles me tomam por um pintor religioso porque eu decorei uma capela. Sempre a mesma mania de rotular as pessoas.
Como Saunière, Cocteau incorporou alguns detalhes curiosos e sugestivos em suas decorações. Alguns são visíveis na Igreja de Notre Dame da França, próxima da praça Leicester, em Londres. A

igreja data de 1865 e, quando de sua consagração, pode ter tido conexões maçônicas. Em 1940, no ápice dos bombardeios, ela foi seriamente danificada. Entretanto, permaneceu como o centro favorito de orações de muitos membros das Forças Francesas Livres, tendo sido restaurada e redecorada por artistas da França depois da guerra. Cocteau estava entre eles. Em 1960, três anos antes de sua morte, executou um mural sobre a crucificação. Trata-se de uma crucificação singular. Na cena há um sol negro e uma figura sinistra, verde e não identificada, no canto inferior direito. Há também um soldado segurando um escudo com uma ave desenhada, uma ave altamente estilizada, sugerindo uma homenagem egípcia a Horus. Entre as mulheres e os centuriões jogando dados, existem duas figuras paradoxalmente modernas; uma delas é o próprio Cocteau, apresentado como num auto-retrato, de costas para a cruz. O mais chocante é o fato de que o mural contém somente a parte inferior da cruz. O que quer que esteja pendurado nela só é visível até os joelhos, de modo que não se pode ver a face, ou determinar a identidade, de quem está sendo crucificado. Fixada à cruz, imediatamente sob os pés da vítima anônima, há uma rosa gigantesca. O projeto é, em suma, um artifício flagrantemente rosacruz. E é, no mínimo, muito singular para uma igreja católica.

Os Dois João XXIII

Os *Dossiers secrets,* nos quais aparece a lista dos supostos grão-mestres, são datados de 1956. Cocteau só morreu em 1963. Assim, não há indicação de quem o substituiu, ou quem pode estar presidindo hoje o Monastério do Sinai. Mas o próprio Cocteau forneceu um ponto adicional de interesse.

Até o corte do olmo, em 1188, dizem os Documentos do Monastério, Sinai e a Ordem do Templo partilhavam o mesmo grão-mestre. Após aquele ano, Sinai teria escolhido grão-mestres próprios, e o primeiro

deles teria sido Jean de Gisors. Segundo os Documentos, cada grão-mestre, ao assumir seu posto, adotava o nome de Jean (João) ou, uma vez que houve quatro mulheres, Jeanne (Joana). Os grão-mestres teriam constituído, portanto, uma sucessão contínua de Joões e Joanas, de 1188 até o presente. Esta sucessão tinha a clara intenção de indicar uma função papal esotérica e hermética, baseada em João, em contraste, e talvez em oposição, à exotérica, baseada em Pedro.

Uma pergunta importante era, é claro, qual João. João Batista? João Evangelista, o "discípulo amado" do quarto Evangelho? João, o Divino, autor do Livro da Revelação? Deveria ser um destes três, pois Jean de Gisors tinha, supostamente, tomado o título de João II em 1188. Quem teria sido, então, João I?

Qualquer que seja a resposta a esta questão, Jean Cocteau aparecia na lista de grão-mestres como João XXIII. Em 1959, enquanto Cocteau seria ainda grão-mestre, o papa Pio XII morreu e os cardeais reunidos elegeram, como seu novo pontífice, o cardeal Roncalli, de Veneza. Todo novo papa escolhe seu próprio nome. Roncalli causou uma consternação considerável - e justificada - ao escolher o nome de João XXIII. O nome João tinha sido implicitamente estigmatizado desde que fora usado pela última vez no início do século XV - por um antipapa. Além disso, já existira um João XXIII. O antipapa que abdicou em 1415 - e que, curiosamente, tinha sido antes bispo de Alet - era, de fato, João XXIII. Era, portanto, no mínimo inusitado que o cardeal Roncalli escolhesse o mesmo nome.

Em 1976, um livro enigmático foi publicado na Itália e logo traduzido para o francês. Chamava-se *As profecias do papa João XXIII* e continha uma compilação de obscuros poemas proféticos, presumivelmente compostos pelo pontífice que havia morrido treze anos antes, em 1963, mesmo ano que Cocteau. Em sua maior parte, essas profecias são extremamente opacas e desafiam qualquer interpretação coerente. Se elas são realmente composição de João

XXIII não se sabe, mas a introdução da obra afirma que sim. E afirma também que João XXIII era membro secreto da Rosacruz, à qual se havia filiado enquanto atuava como núncio papal na Turquia em 1935.

É desnecessário dizer que esta afirmação não soa confiável. Certamente, não pode ser provada, e não encontramos evidências que a amparassem. Mas, em primeiro lugar, perguntamos: por que ela teria sido feita?

Poderia ser verdadeira, afinal? Poderia haver nela algo de verdade? Em 1188 o Monastério do Sinai teria adotado o subtítulo Rosacruz Veritas. Se o papa João era filiado a uma organização rosacruz, e se esta organização era o Monastério do Sinai, as implicações seriam extremamente intrigantes. Entre outras coisas, sugeririam que o cardeal Roncalli, ao se tornar papa, escolheu o nome de seu grão-mestre. Por alguma razão simbólica, Sinai e o papado estariam sendo presididos, simultaneamente, por João XXIII.

O governo simultâneo de um João (ou Jean) XXIII no Sinai e em Roma pareceria uma extraordinária coincidência. Os Documentos do Monastério não poderiam ter feito uma lista que criasse tal coincidência - uma lista que culminasse com João XXIII ao mesmo tempo que um homem com esse título ocupava o trono de São Pedro. A lista dos supostos grão-mestres do Sinai tinha sido composta e depositada na Biblioteca Nacional de Paris antes de 1956 - três anos antes, no mínimo, de João XXIII tornar-se papa.

Havia outra coincidência chocante. No século XII, um monge irlandês chamado Malachai compilou uma série de profecias do tipo Nostradamus. Nessas profecias - supostamente bem consideradas por muitos católicos romanos importantes, incluindo o papa atual, João Paulo II - Malachai enumera os pontífices que ocuparão o trono de São Pedro nos séculos à frente. Para cada pontífice ele oferece uma espécie de mote descritivo. E para João XXIII o mote, traduzido em francês, é *Pasteur et Nautonnier* ["Pastor e Navegador"]. O título oficial do suposto grão-mestre do Sinai também é Navegador.

Qualquer que seja a verdade sublinhando estas estranhas coincidências, não há dúvidas de que o papa João XXIII, mais que qualquer outro homem, foi responsável pela reorientação da Igreja Católica Romana, trazendo-a, como dizem freqüentemente os comentaristas, para o século XX. A maior parte dessa reorientação foi conseguida pelas reformas do Concílio Vaticano II, inaugurado por João XXIII. O papa João foi também responsável por outras mudanças. Revisou a posição da Igreja sobre a maçonaria, por exemplo, quebrando pelo menos dois séculos de enraizada tradição e afirmando que um católico podia ser maçom. Em junho de 1960, produziu uma carta apostólica muito importante, que se referia especificamente ao assunto "do precioso sangue de Jesus", dando um significado verdadeiramente sem precedentes ao tema. Enfatizava o sofrimento de Jesus como ser humano e sustentava que a redenção da humanidade tinha acontecido com o derramamento desse sangue. No contexto da carta do papa João, a paixão humana de Jesus e o derramamento de seu sangue assumem uma conseqüência maior que a ressurreição ou mesmo que a mecânica da crucificação.

As implicações dessa carta são enormes. Elas alteram, como observou um comentarista, toda a base da crença cristã. Se a redenção do homem foi conseguida pelo derramamento do sangue de Jesus, sua morte e ressurreição se tornam acidentais - se não supérfluas. Através dessa carta, o papa João estabelece de fato que a morte de Jesus na cruz não é mais um dogma necessário à fé romana católica. Não é necessário que Jesus tenha morrido na cruz para que a fé retenha sua validade.

VII
A CONSPIRAÇÃO ATRAVÉS DOS SÉCULOS

Como iríamos sintetizar as evidências que havíamos acumulado? A maior parte delas era impressionante e parecia testemunhar alguma

coisa, algum padrão, algum projeto coerente. A lista dos supostos grão-mestres do Sinai, por mais improvável que tenha parecido originalmente, mostrava agora consistências intrigantes. A maioria das pessoas da lista, por exemplo, era relacionada, por sangue ou por associação pessoal, com as famílias cujas genealogias figuram nos Documentos do Monastério - e, particularmente, com a casa Lorraine. A maioria era envolvida com ordens de um tipo ou de outro, ou com sociedades secretas. Praticamente todas as pessoas da lista, mesmo quando nominalmente católicas, possuíam crenças religiosas não ortodoxas. Praticamente todas viveram imersas no pensamento e na tradição esotéricos. E em quase todos os casos houve algum tipo de contato entre um suposto grão-mestre, seu antecessor e seu sucessor.

Estas consistências, embora impressionantes, nada provavam. Não provavam, por exemplo, que o Monastério do Sinai, cuja existência durante a Idade Média havíamos confirmado, continuara a existir nos séculos seguintes. Provavam ainda menos que os indivíduos citados como grão-mestres realmente ocuparam tal posição, e nos parecia improvável que alguns deles a tivessem realmente ocupado. Em alguns casos, a idade em que supostamente se tornaram grão-mestres depunha contra eles. Edouard de Bar teria sido escolhido grão-mestre aos cinco anos de idade. René d'Anjou aos oito, nas bases ,de algum princípio hereditário. Mas tal princípio não existiu no caso de Robert Fludd ou Charles Nodier, que se tornaram ambos grão-mestres aos 21 anos, ou de Claude Debussy, que o teria sido aos 23. Tais pessoas não teriam tido tempo de "construir sua escada degrau acima", como - se faz na maçonaria. Não teriam nem mesmo solidificado suas posições em suas próprias esferas. Esta anomalia não fazia sentido aparente.

A menos que a posição de grão-mestre do Sinai fosse puramente simbólica, ritual, ocupada por uma cabeça que nem mesmo sabia da condição que lhe era atribuída.

Especulações sobre este ponto se revelaram inúteis, pelo menos

com base nas informações de que dispúnhamos. Voltamos então à história, procurando outras evidências do Monastério do Sinai em fontes diferentes da lista dos supostos grão-mestres. Nos dirigimos especificamente às fortunas da casa Lorraine e de outras famílias mencionadas nos Documentos do Monastério, procuramos verificar outras afirmações feitas naqueles documentos e buscamos evidências adicionais do trabalho de uma sociedade secreta agindo atrás da cena.

Se o Monastério do Sinai fosse uma ordem realmente secreta, seria de se esperar que ela não fosse mencionada especificamente com este nome. Se ela continuou a funcionar através dos séculos, o fez sob vários disfarces e máscaras, frentes e fachadas, do mesmo modo como funcionou durante algum tempo sob o nome de Ormus. Tampouco exibiria uma única, óbvia e específica conduta, posição política ou atitude predominante. Realmente, qualquer postura unificada, ainda que apenas insinuada, teria parecido altamente suspeita. Já que estávamos lidando com uma organização que poderia ter sobrevivido por cerca de nove séculos, podíamos considerá-la flexível e adaptável. Sua simples sobrevivência atestava essas qualidades, sem as quais teria degenerado para transformar-se em uma entidade vazia, tão destituída de qualquer poder real quanto, digamos, o corpo de guarda da rainha da Inglaterra hoje. Em suma, a Ordem do Monastério do Sinai não pode ter permanecido rígida e imutável durante toda a sua história. Pelo contrário, ela teria sido forçada a mudar periodicamente, modificar suas atividades, ajustar seus objetivos ao caleidoscópio dos assuntos internacionais, do mesmo modo que as unidades de cavalaria tiveram que trocar seus cavalos por tanques e carros blindados neste século. O Monastério do Sinai teria constituído um duplo do que parece ser sua rival esotérica, a Igreja Católica Romana. Ou talvez, para citar um exemplo sinistro, da organização conhecida como máfia. É claro que não víamos o Monastério do Sinai como vilã, mas a máfia fornecia um testemunho de como uma sociedade secreta pode

sobreviver, adaptando-se a cada época, e que tipo de poder ela pode exercer.

O Monastério do Sinai na França

Segundo os Documentos do Monastério, Sinai possuiu nove jurisdições entre 1306 e 1480. Em 1481, quando René d'Anjou morreu, este número teria sido aumentado para 27. Os mais importantes deles são listados como sendo os de Bourges, Gisors, Jamac, Mont-Saint-Michel, Montréval, Paris, Le Puy, Solesmes e Stenay. E os *Dossiers secrets* adicionam cripticamente que havia "um arco chamado Beth-Ania (Casa de Ana) situado em Rennes-le-Château". Não se sabe exatamente o que significa esta passagem, exceto que Rennes-le-Château parecia gozar de algum tipo de importância especial. Não pode ser pura coincidência que Saunière, ao construir sua mansão, a tenha batizado de Villa Bethania.
Segundo os *Dossiers secrets,* o comando de Gisors datava de 1306 e estava situado na rua de Vienne. A partir de lá ele supostamente se comunicava, através de uma passagem subterrânea, com o cemitério local e com a capela, também subterrânea, de Saint-Catherine, localizada sob a fortaleza. No século XVI, esta capela, ou talvez uma cripta adjacente a ela, teria se tornado depósito dos arquivos do Monastério do Sinai, que eram guardados em trinta cofres.
No início de 1944, quando Gisors foi ocupada pelos alemães, uma missão militar especial foi enviada de Berlim, com instruções de planejar uma série de escavações sob a fortaleza. A invasão da Normandia pelas forças aliadas impediu tal empresa, mas não muito tempo depois um operário francês chamado Roger Lhomoy efetuou por conta própria algumas escavações. Em 1946, Lhomoy anunciou ao prefeito de Gisors que havia encontrado uma capela subterrânea contendo treze sarcófagos de pedra e trinta cofres de metal. Sua petição para estender as escavações e para tornar pública sua

descoberta foi postergada quase deliberadamente, parece - por pilhas de papel oficial vermelho. Finalmente, em 1962, Lhomoy começou as escavações que havia solicitado em Gisors. Conduzidas sob os auspícios de André Malraux, na época ministro da Cultura, elas não foram oficialmente abertas ao público. Certamente, nenhum cofre ou sarcófago foi encontrado. Na imprensa e em vários livros e artigos, tem sido objeto de debate se a capela subterrânea foi ou não encontrada. Lhomoy insistia em que ele havia encontrado novamente o caminho até a capela, mas que seu conteúdo havia sido removido. Qualquer que seja a versão verdadeira, existe uma menção à capela subterrânea de Saint-Catherine em dois velhos manuscritos, um datado de 1696 e outro de 1375.

Levando-se em conta esses fatos, a história de Lhomoy se torna plausível, assim como a asserção segundo a qual a capela subterrânea seria um depósito dos arquivos do Sinai. Em nossa pesquisa, encontramos provas conclusivas de que o Monastério do Sinai continuou a existir por pelo menos três séculos após as Cruzadas e a dissolução dos templários. Entre o início do século XIV e o início do século XVII, por exemplo, documentos relativos a Orléans e à base do Sinai em Saint-Samson fazem menções esporádicas à ordem. Assim, está registrado que, no início do século XVI, membros do Monastério do Sinai em Orléans - rompendo a "norma" e "recusando viver em comum" incorreram no desagrado do papa e do rei da França. No final do século XVII a ordem foi também acusada de várias ofensas, como não observar as normas, viver "individualmente" em vez de "comunalmente", ser licenciosa, residir fora das muralhas de Saint-Samson, boicotar os serviços divinos e negligenciar a reconstrução das muralhas do edifício, seriamente danificadas em 1562. Em 1619 as autoridades teriam perdido a paciência. Segundo registros, o Monastério do Sinai foi expulso de Saint-Samson naquele ano, e o edifício foi reformado para abrigar os jesuítas.

Não conseguimos encontrar nenhuma referência ao Monastério do

Sinai a partir de 1619 - não com este nome. Mas, pelo menos, pudemos provar sua existência até o século XVII. Ainda assim, a prova mesmo, tal como se apresentou, levantava dúvidas cruciais. Em primeiro lugar, as referências que encontramos não lançam nenhuma luz sobre as reais atividades, objetivos, interesses ou possível influência do Sinai. Em segundo lugar, elas aparentemente testemunhavam alguma coisa mais ou menos trivial, uma confraria curiosamente indefinível de monges ou religiosos devotados, cujo comportamento, embora não ortodoxo e talvez clandestino, era relativamente pouco importante. Não conseguíamos reconciliar os ocupantes aparentemente negligentes de Saint-Samson com os celebrados e lendários rosacruzes, ou um bando de monges extraviados com uma instituição cujos grão-mestres teriam incluído alguns dos nomes mais ilustres da história e cultura ocidentais. Segundo os Documentos do Monastério, Sinai era uma organização de considerável poder e influência, responsável por criar os templários e manipular o curso de assuntos internacionais. As referências que encontramos não sugeriam nada de tal magnitude.
Uma explicação possível, certamente, era que Saint-Samson em Orléans era apenas uma base isolada, e provavelmente de importância menor, das atividades do Sinai. E, realmente, a lista dos comandos importantes do Sinai nos *Dossiers secrets* nem mesmo inclui Orléans. Se o Sinai era mesmo uma força considerável, Orléans só pode ter sido um pequeno fragmento de um molde maior. E se este fosse o caso, teríamos que procurar traços da ordem em outro lugar.

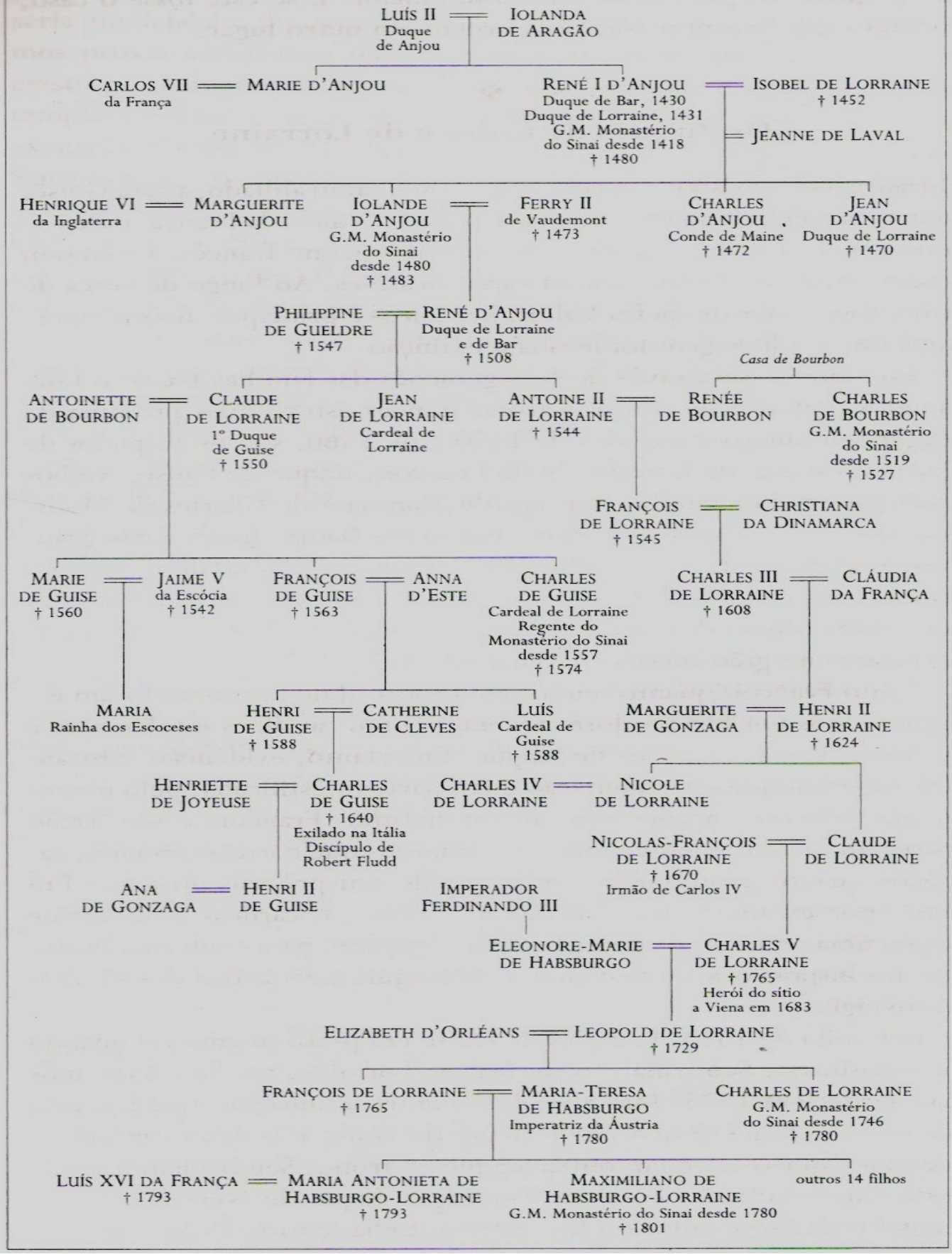
Os Duques de Guise e de Lorraine

Durante o século XVI, a casa Lorraine e seu ramo afiliado, a casa Guise, tentaram conjuntamente derrubar a dinastia Valois da França, para exterminar a linhagem Valois e reivindicar o trono francês. Estiveram muito próximas do sucesso em várias ocasiões. Ao longo

de cerca de trinta anos todos os chefes Valois, herdeiros e príncipes, foram exterminados, e a linhagem foi levada à extinção.
Estendendo-se através de três gerações das famílias Guise e Lorraine, a tentativa de tomar o trono francês esteve mais próxima de atingir seu objetivo nos idos de 1550 e de 1560, sob os auspícios de Charles, cardeal de Lorraine, e de François, duque de Guise. Ambos eram parentes da família Gonzaga de Mantua e de Charles de Montpensier, governador de Bourbon, listado nos *Dossiers secrets* como grão-mestre do Sinai até 1527. Além disso, François, duque de Guise, era casado com Anna d'Este, duquesa de Gisors. Em suas maquinações para obter o trono ele teria recebido ajuda de Ferrante de Gonzaga, supostamente grão-mestre do Sinai de 1527 a 1575.
Tanto François quanto seu irmão, o cardeal de Lorraine, foram estigmatizados por historiadores recentes como católicos intolerantes e fanáticos, brutais e ávidos de sangue. Entretanto, evidências substanciais sugerem que esta reputação é em parte injustificada, pelo menos no que concerne à aderência ao catolicismo. François e seu irmão aparecem, patentemente, como oportunistas que cortejavam tanto católicos quanto protestantes em nome de seu próprio projeto. Em 1562, por exemplo, no Concilio de Trento, o cardeal de Lorraine lançou uma tentativa de descentralizar o papado, para conferir autonomia aos bispos locais e restaurar a hierarquia eclesiástica dos tempos merovíngios.
Por volta de 1563, François de Guise era praticamente rei quando foi assassinado. Seu irmão, o cardeal de Lorraine, morreu doze anos mais tarde, em 1575. Mas a *vendetta* contra a linhagem real francesa não cessou. Em 1584, o novo duque de Guise e o novo cardeal de Lorraine embarcaram em outro ataque ao trono. Seu principal aliado nessa empreitada era Louis de Gonzaga, duque de Nevers - que, segundo os Documentos do Monastério, tinha se tornado grão-mestre do Sinai nove anos antes. A bandeira dos conspiradores era a Cruz de Lorraine, o antigo emblema de René d'

Anjou.
A rixa continuou. No final do século os Valois foram finalmente extintos. Mas a casa Guise, tendo sangrado até a morte nesse processo, não conseguiu apresentar um candidato elegível ao trono que finalmente tinha nas mãos.

1. OS DUQUES DE GUISE E LORRAINE



Simplesmente não se sabe se houve uma sociedade secreta, ou uma ordem, apoiando as casas Guise e Lorraine. Sem dúvida eles foram ajudados por uma rede internacional de emissários, embaixadores, assassinos, agentes provocadores, espiões e agentes, que bem podiam incluir tal instituição clandestina. Segundo Gérard De Sède, um desses agentes era Nostradamus; e outros Documentos do Monastério fazem eco à afirmação do senhor De Sède. Em todo caso, evidências abundantes sugerem que Nostradamus era na verdade um agente secreto trabalhando para François de Guise e Charles, cardeal de Lorraine.

Se Nostradamus era um agente das casas Guise e Lorraine, ele seria responsável não somente por fornecer-lhes informações importantes sobre as atividades e planos de seus adversários, mas também - por suas qualidades de astrólogo da corte francesa - seria conhecedor de toda sorte de segredos íntimos, bem como de caprichos e fraquezas de personalidade. Ao jogar com as vulnerabilidades que conhecia, ele teria manipulado psicologicamente os Valois de modo a colocá-los nas mãos de seus inimigos. E, em virtude de sua familiaridade com os horóscopos, teria aconselhado seus inimigos sobre, por exemplo, um momento aparentemente propício para o assassinato. Muitas das profecias de Nostradamus podem não ter sido profecias, afinal, mas mensagens crípticas, códigos, esquemas, horários, instruções, padrões para ações.

Pelo menos algumas das profecias de Nostradamus não eram profecias, mas referências explícitas ao passado: aos templários, à dinastia merovÍngia, à história da casa Lorraine. E um número surpreendente delas se refere a Razès, justamente o velho condado de Rennes-le-Château. Os inúmeros versos que se referem ao advento do Grande Monarca indicam que essa soberania derivará em última instância do Languedoc.

Nossa pesquisa revelou um fragmento adicional que ligava Nostradamus ainda mais diretamente à nossa investigação.

Segundo Gérard De Sède, e segundo a lenda, Nostradamus passou um tempo considerável em Lorraine antes de embarcar em sua carreira de profeta. Isto teria parecido algum tipo de noviciado, ou período probatório, após o qual ele se tornaria iniciado em algum tipo de segredo poderoso. Mais especificamente, um livro antigo e misterioso lhe teria sido mostrado, no qual ele se baseou durante seu trabalho posterior. Este livro lhe foi apresentado em um local importante, a misteriosa Abadia de Orval, doada pela madrasta de Godfroi de Bouillon, local onde, segundo nossa pesquisa, o Monastério do Sinai pode ter começado. Em todo caso, Orval continuou a ser associada ao nome de Nostradamus por mais dois séculos. Até a época da Revolução Francesa e a de Napoleão, livros de profecias, supostamente de Nostradamus, eram originários de Orval.

O Páreo para o Trono da França

Em meados de 1620, o trono da França era ocupado por Luís XIII. Mas o poder por trás do trono e o verdadeiro arquiteto da política francesa era o primeiro-ministro do rei, cardeal Richelieu, geralmente conhecido como um arqui-Maquiavel, o maquinador supremo de sua época. Ele pode também ter sido algo mais.
Enquanto Richelieu criava uma estabilidade sem precedentes na França, o resto da Europa - e especialmente a Alemanha - inflamava-se nos horrores da Guerra dos Trinta Anos. Esta não era, em sua origem, uma guerra essencialmente religiosa, mas logo se polarizou nesses termos. De um lado estavam as forças ferventemente católicas da Espanha e da Áustria; do outro, os exércitos protestantes da Suécia e dos pequenos principados alemães, incluindo o Palatinato do Reno, cujos chefes, Elector Frederick e sua esposa Elizabeth Stuart, estavam exilados em Hague. Tanto no continente quanto na Inglaterra, Frederick e seus aliados eram apoiados e sustentados por pensadores e escritores

rosacruzes.
Em 1633, o cardeal Richelieu iniciou uma política audaciosa e incrível: levou a França à Guerra dos Trinta Anos - mas não do lado que se poderia esperar. Para Richelieu, várias considerações tiveram precedência sobre suas obrigações religiosas como cardeal. Ele procurou estabelecer a supremacia da França na Europa. Procurou neutralizar a tradicional e perpétua ameaça à segurança da França, representada pela Áustria e a Espanha. E procurou derrubar a hegemonia espanhola de mais de um século, especialmente nas velhas terras merovíngias dos Países Baixos e em partes da Lorraine moderna. Como resultado destes fatores, a Europa foi tomada de assalto pela ação inesperada de um cardeal católico, de um país católico, despachando tropas católicas para lutar do lado dos protestantes - contra outros católicos. Nenhum historiador sugeriu jamais que Richelieu fosse um rosacruz. Mas ele não poderia ter feito nada mais compatível com as atitudes rosacruzes, ou mais passível de ganhar os favores dos rosacruzes.
Enquanto isso, a casa Lorraine voltava a aspirar, embora obliquamente, ao trono da França. Agora o requisitante era Gaston d'Orléans, irmão mais jovem de Luís XIII. Gaston não era da casa Lorraine. Em 1632, contudo, ele se casou com a irmã do duque de Lorraine. Seu herdeiro iria carregar o sangue Lorraine pelo lado materno; e se Gaston ascendesse ao trono de Lorraine, ele iria presidir a França dentro de uma geração. Esta perspectiva era suficiente para mobilizar apoios. Entre as pessoas que acreditavam no direito de Gaston ao trono havia uma que nós havíamos encontrado antes: Charles, duque de Guise. Antigo discípulo do jovem Robert Fudd, Charles se havia casado com Henriette-Catherine de Joyeuse, proprietária de Couiza e Arques, onde se localizava o túmulo idêntico ao do quadro de Poussin.
As tentativas de depor Luís em favor de Gaston fracassaram, mas o tempo parecia estar ao lado deste último. Pelo menos ao lado de seus herdeiros, pois Luís XIII e sua esposa, Ana da Áustria, não

tiveram filhos. Circulavam rumores de que o rei era homossexual ou sexualmente incapaz; e realmente, segundo alguns relatórios de sua autópsia posterior, ele era infértil. Mas, em 1638, após 23 anos de casamento estéril, Ana da Áustria subitamente gerou um filho. Na época, poucas pessoas acreditaram na legitimidade do menino, e ainda existem dúvidas sobre o assunto. Segundo escritores contemporâneos e posteriores, o verdadeiro pai da criança era o cardeal Richelieu, ou talvez um "reprodutor" empregado por Richelieu, possivelmente seu protegido e sucessor, o cardeal Mazarin. Afirma-se mesmo que, após a morte de Luís XIII, Mazarin e Ana se casaram em segredo.

Em todo caso, o nascimento de um herdeiro de Luís XIII representou um entrave às ambições de Gaston d'Orléans e da casa Lorraine. Quando Luís e Richelieu morreram, ambos em 1642, foi feita a primeira de uma série de tentativas de afastar Mazarin e manter o jovem Luís XIV longe do trono. Elas começaram como rebeliões populares e culminaram numa guerra civil, que se arrastou durante dez anos e entrou para a história com o nome de Fronda. Além de Gaston d'Orléans, seus instigadores principais incluíam vários nomes, famílias e títulos já familiares para nós. Havia Fréderick-Maurice da Tour d' Auvergne, duque de Bouillon. Havia o visconde de Turenne. Havia o duque de Longueville, neto de Louis de Gonzaga, duque de Nevers e suposto grão-mestre do Sinai meio século antes. E, sintomaticamente, o quartel-general e capital *dos frondeurs* era a antiga cidade de Stenay, nas Ardenas.

A Companhia do Santo Sacramento

Segundo os Documentos, o Monastério do Sinai, durante os meados do século XVII, "dedicou-se a depor Mazarin", no que parece ter sido claramente malsucedido. A Fronda fracassou, Luís XIV subiu ao trono da França e Mazarin, embora brevemente removido, foi logo nomeado primeiro-ministro, cargo que exerceu até sua morte em

1660. Mas se Sinai realmente se dedicara a fazer oposição a Mazarin, isto nos dava um vetor para sua identificação, meios para localizá-la e identificá-la. Dadas as famílias envolvidas na Fronda - famílias cujas genealogias também figuravam nos Documentos do Monastério - parecia razoável associar Sinai com os instigadores daquele redemoinho.

Os Documentos do Monastério afirmavam que Sinai se havia oposto ativamente a Mazarin. Também afirmavam que algumas famílias e títulos - Lorraine, por exemplo, Gonzaga, Nevers, Guise, Longueville e Bouillon - tinham não só íntimas conexões com a ordem como também lhe forneciam alguns grão-mestres. E a história confirmou que esses nomes e títulos emergiram na linha de frente da resistência ao cardeal. Parecia então que havíamos localizado o Monastério do Sinai e identificado pelo menos alguns de seus membros. Se estávamos certos, Sinai - durante o período em questão, pelo menos - era simplesmente um outro nome para um movimento e uma conspiração que historiadores reconhecem e identificam já há bastante tempo.

Mas se os *frondeurs* constituíram uma ilha de oposição a Mazarin, eles não foram os únicos. Houve outros movimentos superpostos, que funcionaram não só durante a Fronda, mas por muito tempo depois. Os próprios Documentos do Monastério se referem repetida e insistentemente à Companhia do Santo Sacramento, sugerindo claramente que a companhia era de fato Sinai, ou uma fachada dele, operando sob outro nome. E a companhia - em sua estrutura, organização, atividades e modos de operação - correspondia ao quadro que havíamos começado a formar de Sinai. A Companhia do Santo Sacramento era uma sociedade secreta eficiente e altamente organizada. Não há como considerá-la fictícia. Pelo contrário, sua existência tem sido reconhecida tanto por historiadores da época quanto posteriores. Exaustivamente documentada, inúmeros livros e artigos têm sido dedicados a ela. Seu nome é bastante familiar na França, e ainda hoje ela continua gozando de uma certa aura de

misticismo. Algumas de suas publicações têm sido divulgadas.

A companhia teria sido fundada entre 1627 e 1629, por um nobre associado a Gaston d'Orléans. As pessoas que guiaram e deram forma às suas políticas permaneceram escrupulosamente anônimas, e ainda o são. Os únicos nomes associados definitivamente a ela são os de intermediários ou de membros de posição inferior em sua hierarquia - os homens da frente, digamos, que agiam sob instruções vindas de cima. Um deles era o irmão da duquesa de Longueville. Outro era Charles Fouchet, irmão do superintendente de finanças de Luís XIV. E havia o tio do filósofo Fénelon que, meio século mais tarde, exerceria profunda influência na maçonaria através do Cavalheiro Ramsay. Entre os mais eminentes associados da companhia estavam a figura misteriosa hoje conhecida como São Vicente de Paula e Nicolas Pavillon, bispo de Alet, a cidade a poucos quilômetros de Rennes-le-Château, além de Jean-Jacques Olier, fundador do Seminário Saint Sulpice. Hoje se sabe que Saint Sulpice foi o centro de operações da companhia.

Em suas atividades e organização, a companhia lembrava a Ordem do Templo e prefigurava a posterior maçonaria. Trabalhando de Saint Sulpice, estabelecia uma intricada rede de ramos, ou capítulos, nas províncias. Os membros provincianos permaneciam ignorantes da identidade de seus diretores. Eram freqüentemente manipulados em nome de objetivos que eles mesmos não conheciam. Eram até proibidos de contatar-se uns aos outros, exceto via Paris, o que assegurava um controle altamente centralizado. Mesmo em Paris os arquitetos da sociedade permaneciam desconhecidos daqueles que os serviam. Em suma, a companhia compreendia uma organização de cabeça de hidra com um coração invisível. Até hoje não se sabe quem era o coração. Nem o que era o coração. Mas sabe-se que o coração batia de acordo com algum grave e velado segredo. Narrativas contemporâneas se referiam explicitamente ao "segredo que é o centro da companhia". Segundo um dos estatutos da sociedade, descoberto muito tempo depois, "o canal primeiro que dá

forma ao espírito da companhia, e que é essencial a ela, é o segredo".

Até onde estavam presentes membros noviços, a companhia era ostensivamente dedicada a trabalhos de caridade, especialmente em regiões devastadas pelas guerras de religião e depois pela Fronda - na Picardia, por exemplo, Champagne e Lorraine. Hoje se aceita, contudo, que esse trabalho caridoso era apenas uma fachada conveniente e genial, que pouco tinha a ver com a verdadeira *raison d'être* da companhia. Seu verdadeiro objetivo era duplo: engajar-se no que era chamado "espionagem piedosa", reunindo informação de inteligência, e infiltrar as repartições mais importantes no território, incluindo círculos diretamente próximos ao trono.

Em ambos os objetivos a companhia parece ter obtido sucesso. Por exemplo, Vicente de Paula, como membro do Real Conselho de Consciência, tornou-se confessor de Luís XIII. Ele foi também um conselheiro íntimo de Luís XIV, até que sua oposição a Mazarin o forçou a renunciar. E a rainha-mãe, Ana da Áustria, era, em muitos aspectos, um peão indefeso da companhia que - por algum tempo, pelo menos - conseguiu colocá-la contra Mazarin. Mas a companhia não se confinou exclusivamente ao trono. Em meados do século XVII, ela podia gerar poder através da aristocracia, do *parlement,* do judiciário e da polícia - tanto que, em várias ocasiões, estas corporações ousaram desafiar o rei.

Em nossas pesquisas, não encontramos nenhum historiador que, escrevendo na época ou mais recentemente, explicasse adequadamente a Companhia do Santo Sacramento. A maior parte das autoridades a pinta como uma organização militante arquicatólica, um bastião de ortodoxia, rigidamente fortificada e fanática. As mesmas autoridades afirmam que ela se dedicava a reunir hereges. Mas por que, em um país católico devoto, deveria tal organização funcionar em tão restrito segredo? E o que significava ser herege naquele tempo? Eram protestantes? Jansenistas? Na realidade, houve inúmeros protestantes e jansenistas nas fileiras da

companhia.
Se a companhia fosse piedosamente católica, ela deveria, teoricamente, ter apoiado o cardeal Mazarin; afinal, ele representava os interesses católicos na época. Mas a companhia opôs-se militantemente a Mazarin. Tanto que o cardeal, ao perder a paciência, jurou que iria usar de todos os meios ao seu alcance para destruí-la. Além disso, a companhia provocou uma hostilidade vigorosa em outras instâncias. Os jesuítas, por exemplo, fizeram campanhas assíduas contra ela. Outras autoridades católicas acusaram a companhia de heresia - exatamente o que a própria companhia pretendia atacar. Em 1651, o bispo de Tolouse acusou a companhia de "práticas pecaminosas" e insinuou a existência de alguma coisa altamente irregular em suas cerimônias de indução - um curioso eco das acusações levantadas contra os templários. Ele chegou a ameaçar membros da sociedade de excomunhão. A maioria deles desafiou arrogantemente essa ameaça, numa resposta muito singular por parte de "católicos piedosos".
A companhia tinha sido formada quando o furor rosacruz ainda estava no auge. A confraria invisível era tida como onipresente, o que gerou não somente pânico e paranóia, mas também a inevitável caça às bruxas. Entretanto, nunca foi encontrado qualquer traço de um rosacruz identificado como tal - em nenhum lugar, e muito menos na França católica. Para a França, os rosacruzes permanecem como invenção de uma imaginação popular alarmista. Será? Se existissem realmente rosacrucianos determinados a estabelecer um espaço na França, haveria melhor fachada que uma organização dedicada a caçar rosacruzes? Os rosacruzes podem ter levado adiante seus objetivos e ganhado seguidores na França posando de arqui-inimigos de si mesmos.
A companhia desafiou com sucesso tanto Mazarin quanto Luís XIV. Em 1660, menos de um ano antes da morte de Mazarin, o rei se pronunciou oficialmente contra a companhia e ordenou sua dissolução. Durante os cinco anos seguintes, a companhia ignorou o

decreto real. Finalmente, em 1665, ela concluiu que não podia continuar a operar da mesma forma. Todos os documentos referentes à sociedade foram coletados e guardados em um depósito secreto em Paris. Este depósito nunca foi localizado, embora se acredite ter sido Saint Sulpice. Se foi, então os arquivos da companhia estariam disponíveis, mais de dois séculos depois, a homens como o abade Émile Hoffet.

Embora a companhia tivesse cessado de existir em sua forma tradicional, ela continuou a operar pelo menos até o início do século seguinte, sempre como um calo nas botas de Luís XIV. Segundo tradições não confirmadas, ela sobreviveu até o século XX.

Sendo esta afirmação verdadeira ou não, não há dúvidas de que a companhia sobreviveu ao seu suposto fim em 1665. Molière, um seguidor fiel de Luís XIV, atacou a companhia em 1667 através de algumas alusões veladas, mas agudas, em *Le Tartuffe.* Apesar de sua aparente extinção, a companhia retaliou, suprimindo a peça e mantendo-a censurada por dois anos, a despeito do patrocínio real de que gozava Molière. E a companhia parece ter empregado também seus próprios porta-vozes literários. Houve rumores, por exemplo, de que teria incluído La Rochefoucauld, que foi certamente ativo na Fronda. Segundo Gérard De Sède, La Fontaine foi também um membro da companhia, e suas charmosas e superficialmente inócuas fábulas eram de fato ataques alegóricos ao trono. Isto não é inconcebível. Luís XIV detestava La Fontaine e opôs-se ativamente à sua admissão na Academia Francesa. E os patrocinadores e patronos de La Fontaine incluíam o duque de Guise, o duque de Bouillon, o visconde de Turenne e a viúva de Gaston d'Orléans.

Na Companhia do Santo Sacramento nós encontramos uma verdadeira sociedade secreta, cuja história está, em sua maior parte, documentada. Ela era ostensivamente católica mas, apesar disto, ligada a atividades nada católicas. Era intimamente associada a certas famílias aristocráticas importantes, que tinham sido ativas na Fronda e cujas genealogias figuravam nos Documentos do

Monastério. Era estreitamente ligada a Saint Sulpice. Funcionava baseada na infiltração e chegou a exercer enorme influência. E se opunha ativamente ao cardeal Mazarin. Em todos estes aspectos, ela se identifica quase perfeitamente com a imagem do Monastério do Sinai, tal como esta é apresentada nos Documentos do Monastério. Se ela estava realmente ativa durante o século XVII, nós podíamos razoavelmente assumir que ela era um sinônimo da companhia. Ou talvez o poder por trás da companhia.

Château Barberie

Segundo os Documentos do Monastério, a oposição de Sinai a Mazarin provocou uma retaliação amarga do cardeal. Entre as principais vítimas dessa retaliação estaria a família Plantard, ou seja, os descendentes de Dagobert II e da dinastia merovíngia. Em 1548, afirmam os Documentos do Monastério, Jean des Plantard casou-se com Marie de Saint-Clair, forjando assim outra ligação entre sua família e aquela de Saint-Clair / Gisors. Naquela época, também, a família Plantard estaria estabelecida em um certo Château Barberie, próximo de Nevers, na região Nivernais da França. Este Château seria a residência oficial da família Plantard durante o século seguinte. Em 11 de julho de 1659, segundo os Documentos do Monastério, Mazarin ordenou a destruição total do Château. Na conflagração que se seguiu, a família Plantard teria perdido todas as suas possessões.

Nenhum livro de história, nenhuma biografia de Mazarin confirma estas afirmações. Nossas pesquisas não produziram menção alguma à família Plantard na região de Nivernais ou a qualquer Château Barberie. Ainda assim, Mazarin, por alguma razão não especificada, ambicionou a região de Nivernais e o ducado de Nevers. Finalmente, conseguiu comprá-los. O contrato foi assinado

em 11 de julho de 1659, o dia em que o Château de Barberie teria sido destruído.

Isto nos impulsionou a pesquisar mais o assunto. Finalmente, exumamos uns poucos fragmentos de evidência, insuficientes para explicar coisas, mas suficientes para atestar a veracidade dos Documentos do Monastério. Em uma compilação de territórios e propriedades em Nivernais, datada de 1506, Barberie era realmente mencionado. Um mapa de 1575 menciona um povoado em Nivernais chamado Les Plantards.

E, o que era mais convincente, eles transpiravam a existência do Château Barberie como definitivamente estabelecida. Durante os anos de 1874-75, membros da Sociedade de Letras, Ciências e Artes de Nevers realizaram uma escavação exploratória num local em ruínas. Foi um trabalho difícil. As ruínas estavam quase irreconhecíveis, as pedras tinham sido vitrificadas pelo fogo e árvores tinham crescido espessamente, recobrindo o local. Finalmente, descobriram-se remanescentes de uma muralha e de um Château num local hoje reconhecido como tendo sido Barberie. Antes de sua destruição, ele consistia aparentemente de uma pequena cidade fortificada e de um castelo. E está a uma pequena distância do velho povoado de Les Plantards.

Agora podíamos dizer que o Château Barberie indiscutivelmente existiu, tendo sido destruído pelo fogo. E, considerando o povoado de Les Plantards, não há razão para duvidar de que ele tenha sido propriedade de uma família com aquele nome. Fato curioso é não existir registro de quando o Châteu foi destruído, nem de quem o destruiu. Se Mazarin foi responsável, ele parece ter tomado cuidados extraordinários para erradicar todos os traços de sua ação. Realmente, parece ter havido uma tentativa metódica e sistemática de apagar o Château Barberie do mapa e da história. Não haveria razão para embarcar em tal processo de obliteração, a menos que houvesse algo a esconder.

Nicolas Fouquet

Mazarin tinha outros inimigos além dos *frondeurs* e da Companhia do Santo Sacramento. Entre os mais poderosos deles estava Nicolas Fouquet que, em 1653, tinha se tornado Superintendente de Finanças de Luís XIV. Homem brilhante, precoce e ambicioso, Fouquet, nos anos que se seguiram, se tornou a pessoa mais rica e poderosa do reino, a ponto de às vezes ser chamado "o verdadeiro rei da França". E não era desprovido de aspirações políticas. Havia rumores de que ele pretendia fazer da Bretanha um ducado independente, que ele próprio governaria, na condição de duque.

A mãe de Fouquet era um membro eminente da Companhia do Santo Sacramento, assim como seu irmão Charles, arcebispo de Narbonne no Languedoc. Seu irmão mais jovem, Luís, era também um eclesiástico. Em 1656, Nicolas Fouquet despachou Luís para Roma, por razões que - embora não necessariamente misteriosas - nunca foram explicadas. De Roma, Luís escreveu a carta enigmática citada no capítulo 1, a carta que fala de uma reunião com Poussin e de um segredo "que mesmo reis teriam grande dificuldade em obter dele". E realmente, se Luís era indiscreto em correspondência, Poussin nada fornecia. Seu selo pessoal continha o mote *Tenet Confidentiam.*

Em 1661, Luís XIV ordenou a prisão de Nicolas Fouquet. As acusações eram extremamente gerais e nebulosas. Havia vagas acusações de má gestão de fundos, e outras, ainda mais vagas, de sedição. Com base nelas, todos os bens e propriedades de Fouquet foram colocados sob seqüestro real. Mas o rei proibiu seus oficiais de tocar nos papéis e na correspondência do superintendente. Insistiu em vasculhar pessoalmente tais documentos.

O julgamento que se seguiu se arrastou durante quatro anos e tornou-se a sensação da França na época, dividindo e polarizando a opinião pública. Louis Fouquet - que havia encontrado Poussin e escrito a carta de Roma - tinha morrido. Mas a mãe do

superintendente e o irmão sobrevivente mobilizaram a Companhia do Santo Sacramento, cujos membros incluíam também um dos juÍzes. A companhia deu todo apoio ao superintendente, trabalhando ativamente através das cortes e da mentalidade popular. Luís XIV - que não era normalmente ávido por sangue - pediu nada menos que a sentença de morte. Recusando a intimidação, a corte decretou uma sentença de exílio perpétuo. O rei encolerizado, ainda pedindo morte, removeu os juízes recalcitrantes e os substituiu por outros mais obedientes. Mas a companhia, ainda assim, o teria desafiado. Finalmente, em 1665, Fouquet foi condenado a prisão perpétua. Por ordem do rei, foi mantido em isolamento rigoroso. Todos os instrumentos de escrita lhe foram proibidos, assim como todos os meios pelos quais pudesse se comunicar com qualquer pessoa. Todos os soldados que falaram com ele foram enviados a navios-prisões ou, em alguns casos, enforcados.

Em 1665, ano da prisão de Fouquet, Poussin morreu em Roma. Durante os anos que se seguiram, Luís XIV tentou com insistência, através de seus agentes, obter um único quadro - *Les Bergers d'Arcadie* -, que finalmente conseguiu em 1685. Mas o quadro não foi colocado em exposição, nem mesmo na residência real. Ao contrário, permaneceu seqüestrado nos apartamentos privados do rei, onde ninguém podia vê-lo sem a autorização pessoal do monarca.

Existe uma observação a fazer sobre a história de Fouquet, pois sua desgraça, qualquer que tenha sido a causa e a magnitude, não foi estendida aos seus filhos. Em meados do século seguinte, o neto de Fouquet, o marquês de Belle-Isle, tinha se tornado o homem mais importante na França. Em 1718 o marquês cedeu Belle-Isle - uma ilha fortificada na costa da Bretanha - à Coroa e obteve em troca alguns territórios interessantes. Um deles foi Longueville, cujos duques e duquesas anteriores tinham figurado recorrentemente em nossa investigação. Outro foi Gisors. Em 1718 o marquês de Belle-Isle tornou-se conde de Gisors. Em 1742, tornou-se duque de

Gisors. Em 1748 Gisors foi elevada à exaltada condição de primeiro ducado.

Nicolas Poussin

Poussin nasceu em 1594, em uma pequena cidade chamada Les Andelys, a poucos quilômetros de Gisors. Deixou a França ainda jovem e estabeleceu residência em Roma, onde passou toda a sua vida. Retornou somente uma vez ao seu país natal, no início dos anos 1640, a pedido do cardeal Richelieu, que o havia convidado a realizar uma tarefa específica.

Embora não estivesse ativamente envolvido em política - poucos historiadores tocaram em seus interesses políticos - Poussin era, na realidade, associado à Fronda. Não deixou seu refúgio em Roma, mas sua correspondência do período o revela como profundamente comprometido com o movimento anti-Mazarin e surpreendentemente amigo de vários *frondeurs* influentes - tanto que, ao falar deles, usa repetidamente a palavra "nós", envolvendo claramente a si próprio.

Nós já tínhamos traçado os motivos da corrente subterrânea Alpheus, de Arcádia e dos pastores de Arcádia até René d'Anjou. Agora procuramos encontrar um antecedente para a frase específica no quadro de Poussin, *Et in Arcadia Ego.* Ela aparecia em um quadro anterior do mesmo Poussin, no qual a tumba, coberta por um crânio, não constitui uma edificação em si, mas é instalada na encosta de um rochedo. No primeiro plano desse quadro, uma deidade aquática barbada - o deus do rio, Alpheus, senhor da corrente subterrânea - repousa numa atitude de morosidade sonhadora. O trabalho data de 1630 ou 1635, cinco ou dez anos antes da versão mais familiar de *Les Bergers d'Arcadie.*

A frase *Et in Arcadia Ego* surgiu entre 1618 e 1623 em um quadro de Giovanni Francesco Guercino, que constitui a base real para o trabalho de Poussin. No quadro de Guercino, dois pastores,

entrando na clareira de uma floresta, encontram um sepulcro de pedra. Ele porta a inscrição agora famosa, e existe um grande crânio repousando no topo da tumba. Qualquer que seja o significado simbólico desse trabalho, o próprio Guercino levantava uma série de perguntas. Além de versado em tradição esotérica, ele parece ter sido um profundo conhecedor de sociedades secretas. Alguns de seus outros quadros lidam com temas de características especificamente maçônicas uns bons vinte anos antes das lojas começarem a proliferar na Inglaterra e na Escócia. Um quadro, *A subida do mestre,* pertence explicitamente à lenda maçônica de Hiram Abiff, arquiteto e construtor do Templo de Salomão, executado quase um século antes da absorção da lenda de Hiram pela maçonaria.

Está registrado nos Documentos do Monastério que *Et in Arcadia Ego* é o emblema da família Plantard desde pelo menos o século XII, quando Jean de Plantard esposou Idoine de Gisors. Segundo uma fonte citada nos Documentos do Monastério, ele é citado já em 1210 por um tal Robert, abade do Monte Saint-Michel. Nós não conseguimos obter acesso aos arquivos do Monte Saint-Michel, e portanto não pudemos verificar esta afirmação. Todavia, nossa pesquisa nos convenceu de que a data de 1210 estava errada. Na verdade, no Monte Saint-Michel não houve um abade chamado Robert em 1210. Por outro lado, um Robert de Torigny foi de fato abade do Monte Saint-Michel entre 1154 e 1186. E Robert de Torigny é geralmente reconhecido como tendo sido um prolífico e assíduo historiador, cujos passatempos incluíam colecionar motes, emblemas, brasões e escudos de famílias nobres através da cristandade.

Qualquer que tenha sido a origem da frase, *Et in Arcadia Ego* parece ter sido, tanto para Guercino quanto para Poussin, algo mais do que uma linha de poesia elegíaca. Parece ter tido algum importante significado secreto, reconhecível e identificável por certas pessoas - o equivalente, em suma, a um sinal ou senha maçônica. E é

precisamente em tais termos que uma afirmação nos Documentos do Monastério define o caráter da arte simbólica ou alegórica:

Os trabalhos alegóricos têm esta vantagem: uma única palavra é suficiente para iluminar conexões que inúmeras não podem conter. Tais trabalhos ficam disponíveis a qualquer um, mas seu significado se dirige a uma elite. Acima e além das massas, remetente e destinatário se entendem. O inexplicável sucesso de certos trabalhos deriva de sua qualidade de alegoria, que constitui não uma mera moda, mas uma forma de comunicação esotérica.

Esta afirmação foi feita em referência a Poussin. Todavia, como demonstrou Frances Yates, ela pode ter-se aplicado igualmente aos trabalhos de Leonardo, Botticelli e outros artistas renascentistas. Também pode ser aplicada a figuras posteriores, como Nodier, Hugo, Debussy, Cocteau e seus respectivos círculos.

A Capela Rosslyn e a Mansão Shugborough

Em nossa pesquisa anterior, tínhamos encontrado várias ligações importantes entre os supostos grão-mestres do Sinai nos séculos XVII e XVIII e a maçonaria européia. No transcorrer de nosso estudo sobre a maçonaria, descobrimos outras ligações. Elas não se relacionavam com os supostos grão-mestres como tais, mas com outros aspectos de nossa investigação.
Por exemplo, encontramos referências repetidas à família Sinclair - ramo escocês da família Norman Saint-Clair-Gisors. Seu domínio em Rosslyn ficava a poucos quilômetros do antigo quartel-general escocês dos templários, e a capela em Rosslyn - construída entre 1446 e 1486 - tinha sido desde muito tempo associada à maçonaria e à Rosacruz. Além disso, em um documento que se acredita datado de 1601, os Sinclair são reconhecidos como "grão-mestres hereditários da maçonaria escocesa". Este é o mais antigo

documento especificamente maçônico registrado. De acordo com fontes maçônicas, contudo, a função hereditária de grão-mestre foi conferida aos Sinclair por James II, que reinou entre 1437 e 1460, a época de René d'Anjou.

Outra e mais misteriosa peça de nosso quebra-cabeça também se situava na Grã-Bretanha - desta vez em Staffordshire, que havia sido um local importante de atividade maçônica no início e em meados do século XVII. Quando Charles Radclyfe, suposto grão-mestre do Sinai, escapou da prisão de Newgate em 1714, ele foi ajudado por seu primo, o conde de Lichfield. Mais tarde, no mesmo século, a linhagem do conde de Lichfield se extinguiu e seu título entrou em declínio. Ele foi comprado no início do século XIX por descendentes da família Anson, cujos membros são atualmente condes de Lichfield.

O domicílio dos atuais condes de Lichfield é a mansão Shugborough, em Staffordshire, anteriormente uma residência bispal, comprada pela família Anson em 1697. Durante o século seguinte ela foi a residência do irmão de George Anson, o famoso almirante que circunavegou o globo. Quando George Anson morreu, em 1762, um poema elegíaco foi lido no Parlamento. Um trecho desse poema diz:

Sobre aquele histórico mármore lança teu olho.
A cena comanda um suspiro moralizador.
Nos abençoados vales elísios da Arcádia,
Entre sorridentes ninfas e cisnes esportivos,
Veja evanescer o gozo festivo, com liqüescente graça,
E a piedade visita a face esboçando um sorriso;
Onde agora a dança, a luta, a festa nupcial,
A paixão pulsando no peito do amante,
Emblema da vida aqui, juventude e primavera,
Mas o dedo da razão apontando para a tumba!

Parece uma alusão explícita ao quadro de Poussin e à inscrição *Et*

in Arcadia Ego - até o "dedo apontando para a tumba". E em Shugborough existe um imponente mármore em baixo relevo, executado a pedido da família Anson entre 1761 e 1767. Esse baixo relevo traz uma reprodução - invertida, como num espelho - do quadro *Les Bergers d'Arcadie.* Imediatamente abaixo dela, há uma inscrição enigmática que ninguém jamais decifrou:

O.U.O.S.V.A.V.V.
D M

A Carta Secreta do Papa

Em 1738, o papa Clemente XII publicou uma encíclica condenando e excomungando todos os maçons, que declarava "inimigos da Igreja Romana". Nunca ficou muito claro por que eles deveriam ser considerados como tal, especialmente quando muitos, como os jacobitas da época, eram patentemente católicos. Talvez o papa soubesse da conexão, que nós descobrimos existir, entre os maçons e os anti-romanos rosacruzes do século XVII. Em todo caso, alguma luz pode ser lançada sobre o assunto por uma carta liberada e publicada pela primeira vez em 1962. Esta carta havia sido escrita pelo papa Clemente XII a um destinatário desconhecido. Nela, o papa declara que o pensamento maçônico repousa numa heresia que nós já havíamos encontrado repetidamente: a negação da divindade de Jesus. E ele afirma ainda que, por trás da maçonaria, os espíritos-guias, os "mestres mentais", são os mesmos que provocaram a Reforma Luterana. O papa pode muito bem ter sido paranóico; mas é importante observar que ele não está falando de correntes nebulosas de pensamento ou de vagas tradições. Pelo contrário, está falando de um grupo altamente organizado de indivíduos - uma seita, uma ordem, uma sociedade secreta - que através do tempo tem se dedicado a subverter o edifício do

cristianismo católico.

A Rocha do Sinai

No final do século XVIII, quando diferentes sistemas maçônicos proliferavam selvagemente, apareceu o chamado Ritual Oriental de Menphis. O nome Ormus - supostamente adotado pelo Monastério do Sinai entre 1188 e 1307 - reapareceu ali, até onde soubemos, pela primeira vez. De acordo com o Ritual Oriental de Memphis, Ormus era um sábio egípcio que, por volta de 46 d.C., amalgamou mistérios pagãos e cristãos e, ao fazê-lo, fundou a Rosacruz.
Em outros rituais maçônicos do século XVIII existem repetidas referências à rocha de Sinai - a mesma rocha que, como citam os Documentos do Monastério, produziu a "tradição real" estabelecida por Godfroi e Baudouin de Bouillon, "equivalente" àquela de outras dinastias reinantes na Europa. Nós tínhamos suposto anteriormente que a rocha de Sinai era simplesmente o monte Sion, a "alta montanha" ao sul de Jerusalém, sobre a qual Godfroi construiu uma abadia para abrigar a ordem que veio a se tornar o Monastério de Sion. Mas fontes maçônicas atribuem um significado adicional à rocha de Sinai. Dada a sua preocupação com o Templo de Jerusalém, é de se esperar que eles se refiram a passagens específicas da Bíblia. Nelas, a rocha é algo mais que uma alta montanha. É uma pedra singular que foi subestimada ou injustificadamente negligenciada durante a construção do Templo, que deve ter sido depois reclamada e incorporada como a pedra-chave da estrutura. De acordo com o salmo 118, por exemplo: "A pedra que os construtores recusaram tornou-se a pedra principal do canto."

Em Mateus (21:42), Jesus refere-se especificamente a este salmo: Nunca lestes nas Escrituras? A pedra que fora rejeitada pelos que edificavam, esta tornou-se o vértice do ângulo.

Em Romanos (9:33) há outra referência, ainda mais ambígua: Eis aí ponho eu em Sinai o que é a pedra do tropeço, e a pedra de escândalo, e todo aquele que crê nele não será confundido.

Em Atos (4:10 e 11), a rocha de Sinai pode ser interpretada como uma metáfora do próprio Jesus:
Que em nome de Nosso Senhor Jesus Cristo Nazareno (...) esta é a pedra, que foi reprovada por vós que a edificastes, e que se tornou como o vértice do ângulo.

Em Efésios (2:20) a equiparação de Jesus com a rocha de Sinai torna-se mais aparente:
(.. .) edificados sobre o fundamento dos apóstolos e dos profetas, sendo o mesmo Jesus Cristo a principal pedra angular.

Em Pedro (2:3-8) esta equiparação se faz ainda mais explícita:
Se é que haveis gostado quão doce é o Senhor. Chegai-vos para ele, como para a pedra viva, que os homens tinham sim rejeitado, mas que Deus escolheu e honrou: também sobre ela vós mesmos, como pedras vivas, sede edificados em casa espiritual, em sacerdócio santo, para oferecer sacrifícios espirituais, que sejam aceitos a Deus por Jesus Cristo. Por cuja causa se acha na Escritura: "Eis aí ponho eu em Sinai a principal pedra do ângulo, escolhida, preciosa: e o que crer nela não será confundido." Ela é pois honra para vós, que credes: mas para os incrédulos a pedra, que os edificantes rejeitaram, esta foi posta por cabeça do ângulo. E pedra de tropeço, e pedra de escândalo para os que tropeçam na palavra, e não crêem em quem igualmente foram postos.

No versículo seguinte, o texto enfatiza temas cuja importância só se tornou clara para nós muito mais tarde. Ele fala de uma linhagem eleita de líderes tanto espirituais quanto seculares, uma linhagem de

sacerdotes- reis:
Mas vós sois a geração escolhida, o sacerdócio real, a gente santa, o povo eleito (...)

O que poderíamos inferir dessas espantosas passagens? O que poderíamos inferir da rocha de Sinai - a pedra-chave do Templo, que parece ter um lugar de grande importância entre os segredos íntimos da maçonaria? O que poderíamos inferir da identificação explícita dessa pedra-chave com o próprio Jesus? E o que poderíamos inferir da tradição real que - por ter sido fundada na rocha de Sinai ou no próprio Jesus - era equivalente às dinastias reinantes na Europa durante as Cruzadas?

O Movimento Católico Modernista

Em 1833, Jean Baptiste Pitois, antigo discípulo de Charles Nodier na Biblioteca Arsenal, era um oficial do Ministério da Educação Pública. Naquele ano o Ministério engajou-se num projeto ambicioso: publicar todos os documentos referentes à história da França que haviam sido suprimidos. Dois comitês foram formados para levar adiante o empreendimento, incluindo, entre outros, Victor Hugo, Jules Michelet e uma autoridade sobre as Cruzadas, o barão Emmanuel Rey.
Entre os trabalhos que vieram a ser publicados sob os auspícios do Ministério da Educação Pública encontrava-se o monumental *Le Procès des templiers,* uma compilação exaustiva de registros da Inquisição sobre os julgamentos dos templários. Ainda sob os mesmos auspícios, o barão Rey publicou vários trabalhos sobre as Cruzadas e o reino franco de Jerusalém. Nesses trabalhos, pela primeira vez, apareceram impressos mapas originais pertencentes ao Monastério do Sinai. Em certos pontos, Rey cita textos quase idênticos a passagens dos Documentos do Monastério.
Em 1875, o barão Rey co-fundou a Société de l'Oriente Latin (Sociedade Latina - ou Franca - do Oriente), baseada em Genebra e

dedicada a projetos arqueológicos ambiciosos. Ela também publicava sua própria revista, a *Revue de l'Orient Latin,* hoje uma das fontes primárias para historiadores modernos, como *sir* Steven Runciman. A *Revue de l'Orient Latin* reproduziu vários outros documentos do Monastério do Sinai.

A pesquisa de Rey era típica de uma nova forma de historiografia que nessa época surgiu na Europa, particularmente na Alemanha, e que constituía uma ameaça extremamente séria à Igreja. A disseminação do pensamento darwiniano e do agnosticismo tinham já produzido uma crise de fé no final do século XIX, e o novo academicismo amplificava a crise. No passado, a pesquisa histórica era, em sua maior parte, um assunto não confiável, que repousava sobre bases tênues, como lendas e tradições, memórias pessoais, exageros em favor de uma ou de outra causa. Somente no século XIX é que os intelectuais alemães começaram a introduzir as técnicas rigorosas, meticulosas, que são hoje aceitas como lugar-comum, como a bagagem de qualquer historiador responsável. Tal preocupação com o exame crítico, a investigação de fontes de primeira mão, referências cruzadas e uma cronologia exata estabeleceu o estereótipo convencional do alemão pedante. Mas se os escritores alemães do período tendiam a se perder em minúcias, eles também forneciam uma base sólida para a investigação. E para muitas descobertas arqueológicas também. O exemplo mais famoso, é claro, é a escavação de Tróia, feita por Heinrich Schliemann.

A partir daí, a aplicação das técnicas acadêmicas alemãs, com o mesmo rigor, ao estudo da Bíblia, foi só uma questão de tempo. E a Igreja, que repousava na aceitação inquestionável de dogmas, sabia bem que a Bíblia não suportaria tal escrutínio crítico. Em seu famoso e altamente controvertido *Vida de Jesus,* Ernest Renan já tinha aplicado a metodologia alemã ao Novo Testamento. Os resultados foram extremamente embaraçosos para Roma.

O Movimento Católico Modernista surgiu inicialmente como uma resposta a esse novo desafio. Seu objetivo inicial era produzir

uma geração de especialistas eclesiásticos treinados na tradição alemã, que defenderiam a verdade literal das escrituras com a artilharia pesada do academicismo crítico. Entretanto, como isto transpirou, o tiro saiu pela culatra. Quanto mais a Igreja procurava equipar seus clérigos mais jovens com ferramentas para combater no moderno mundo polêmico, mais estes mesmos clérigos começavam a desertar da causa para a qual haviam sido recrutados. O exame crítico da Bíblia revelava uma porção de inconsistências, discrepâncias e implicações positivamente inimigas do dogma romano. No final do século, ao contrário das expectativas da Igreja, os modernistas já não eram a elite da sua tropa de choque, mas desertores e heréticos potenciais. Eles passaram a representar a mais séria ameaça que a Igreja tinha experimentado desde Martinho Lutero. Levaram todo o edifício do catolicismo à beira de um cisma sem paralelo em séculos.

A sede das atividades modernistas foi Saint Sulpice, em Paris, que muito antes abrigara, como vimos, a Companhia do Santo Sacramento. Uma das vozes mais ressonantes do Movimento Modernista era o homem que foi diretor do Seminário de Saint Sulpice de 1852 a 1884. A partir de Saint Sulpice, as atitudes modernistas se espalharam rapidamente pelo resto da França, a Itália e a Espanha. De acordo com essas atitudes, os textos bíblicos não eram inexpugnáveis, mas deviam ser entendidos no contexto específico de seu tempo. Os modernistas também se rebelaram contra a centralização crescente do poder eclesiástico, especialmente a doutrina, recém-instituída, da infalibilidade papal, que ia flagrantemente contra a nova corrente. As atitudes modernistas logo começaram a ser disseminadas, não só por clérigos intelectuais, mas também por escritores influentes. Figuras como Roger Martin du Gard, na França, e Miguel de Unamuno, na Espanha, estavam entre os primeiros porta-vozes do modernismo.

A Igreja respondeu com o vigor e a raiva previsíveis. Os modernistas foram acusados de maçons. Muitos foram suspensos ou

excomungados, e seus livros foram colocados no Index. Em 1903, o papa Leão XIII estabeleceu a Comissão Bíblica Pontifícia para monitorar o trabalho de intelectuais especializados nas Escrituras. Em 1907, o papa Pio X lançou uma condenação formal contra o modernismo. E no dia 10 de setembro de 1910 a Igreja exigiu de seus clérigos um juramento contra tendências modernistas.

Contudo, o modernismo continuou a florescer até que a Primeira Guerra Mundial desviou a atenção para outras preocupações. Ele permaneceu até 1914 uma *cause célebre.* Um autor modernista, o abade Turmel, revelou-se um indivíduo particularmente transgressor. Comportava-se de maneira aparentemente impecável em seu posto de professor na Bretanha e ao mesmo tempo publicava uma série de trabalhos modernistas sob nada menos de quatorze pseudônimos diferentes. Cada um deles era colocado no Index, mas só em 1929 é que Turmel foi identificado como o autor. É desnecessário dizer que foi então sumariamente excomungado.

Enquanto isso, o modernismo se difundiu na Inglaterra, onde foi bem recebido e endossado pela Igreja Anglicana. Entre seus membros anglicanos estava William Temple, que foi depois arcebispo de Canterbury e que declarou que o modernismo "é o que a maioria das pessoas educadas já acreditam". Um dos associados de Temple foi Canon A.L. Lilley. E Lilley conheceu o padre de quem nós recebemos aquela estranha carta, que falava da existência de uma "prova irrefutável" de que Jesus não morreu na cruz.

Lilley, como sabíamos, havia trabalhado algum tempo em Paris, onde conhecera o abade Émile Hoffet, o homem a quem Saunière levou os pergaminhos encontrados em Rennes-le-Château. Com seu grande conhecimento de história, línguas e lingüística, Hoffet era o típico intelectual modernista de sua época. Contudo, ele não havia sido treinado em Saint Sulpice, mas em Lorraine. Na Escola Seminário do Sinai, *Colline inspirée.*

Os Protocolos dos Sábios de Sion

Um dos testemunhos mais persuasivos que encontramos sobre a existência e as atividades do Monastério de Sion data do final do século XIX. O testemunho em questão é bem conhecido, mas não reconhecido como tal. Pelo contrário, tem sido sempre associado a coisas mais sinistras. Teve um papel notório na história recente e ainda tende a levantar emoções violentas, antagonismos amargos e memórias sombrias, que a maioria dos escritores prefere deixar de lado. Tal reação é compreensível, pois tem contribuído significativamente para o preconceito e o sofrimento humanos. Mas se o testemunho tem sido utilizado de forma criminosa, nossa pesquisa nos convenceu de que ele tem sido também mal interpretado.

O papel de Rasputin na corte de Nicolau e Alexandra da Rússia é mais ou menos conhecido. O que geralmente não se conhece é que na corte russa havia grupos esotéricos influentes, poderosos mesmo, bem antes de Rasputin. Entre 1890 e 1900 um desses grupos se formou ao redor de um indivíduo conhecido como Monsieur Philippe e de seu mentor, que fazia visitas periódicas à corte imperial em Petersburgo. E o mentor de Monsieur Philippe era ninguém menos que Papus, o esoterista francês associado a Jules Doinel (fundador da Igreja Neocátara no Languedoc), Péladan (que afirmava ter descoberto o túmulo de Jesus), Emma Calvé e Claude Debussy. Em suma, o renascimento do ocultismo francês no final do século XIX não só atingira Petersburgo como também seus representantes gozavam da privilegiada condição de confidentes pessoais do czar e da czarina.

Todavia, o grupo de Papus e de Monsieur Philippe era ativamente combatido por alguns outros interesses poderosos: a grã-duquesa Elizabeth, por exemplo, que pretendia instalar seus próprios favoritos na proximidade do trono imperial. Um dos favoritos da grã-duquesa era um indivíduo até insignificante, conhecido sob o pseudônimo de Sergei Nilus. Por volta de 1903, Nilus apresentou ao czar um

documento altamente controvertido, que continha supostos testemunhos de uma perigosa conspiração. Mas se Nilus esperava a gratidão do czar por essa descoberta, ele se desapontou. O czar declarou que o documento era uma fabricação ultrajante e ordenou a destruição de todas as suas cópias. E Nilus foi banido da corte, caindo em desgraça.

O documento - ou, em todo caso, uma cópia dele - certamente sobreviveu. Em 1903 ele foi publicado numa série em um jornal, mas não atraiu nenhum interesse. Em 1905, foi novamente publicado, desta vez como apêndice de um livro escrito por um conhecido filósofo místico, Vladimir Soloviov. E começou a atrair atenção. Nos anos que se seguiram, ele se tornou um dos mais infames documentos do século XX.

O documento em questão era um tratado ou, mais restritamente falando, um suposto programa social e político. Apareceu sob vários títulos ligeiramente diferentes, sendo o mais comum deles os *Protocolos dos Sábios do Sion.* Os *Protocolos* surgiram supostamente de fontes judias. E para um grande número de anti-semitas da época, constituíam prova convincente de uma "conspiração judia internacional". Em 1919, por exemplo, eles foram entregues às tropas do Exército Branco Russo - e essas tropas, nos dois anos seguintes, massacraram cerca de 60 mil judeus, responsabilizados por elas pela revolução de 1917. Por volta de 1919 os *Protocolos* foram também divulgados por Alfred Rosenberg, que se tornou mais tarde o principal teórico racial e propagandista do Partido Nacional Socialista da Alemanha. Hitler teria acreditado piamente em sua autenticidade, tendo-os utilizado em *Mein Kampf* para reforçar seus próprios preconceitos fanáticos. Na Inglaterra os *Protocolos* foram imediatamente legitimados pelo *Morning Post.* Mesmo *The Times,* em 1921, levou-os a sério, só admitindo o erro mais tarde. Os especialistas concordam hoje em que os *Protocolos,* pelo menos em sua forma atual, são uma farsa indecente

e insidiosa. Apesar disso, eles ainda circulam - na América Latina, na Espanha, e mesmo na Inglaterra - como propaganda anti-semita.

Os *Protocolos* propõem, em linhas gerais, um plano de dominação mundial. Numa primeira leitura, poderiam parecer um programa maquiavélico - um tipo de memorando interno - para um grupo de indivíduos determinados a impor uma nova ordem mundial, com eles próprios como déspotas supremos. O texto advoga uma conspiração de cabeça de hidra, com múltiplos tentáculos, dedicada à desordem e anarquia, para derrubar certos regimes existentes, infiltrar-se na maçonaria e em outras organizações, e finalmente abarcar o controle absoluto das instituições sociais, políticas e econômicas do mundo ocidental. E os autores anônimos dos *Protocolos* declaram explicitamente que eles manipularam populações inteiras "de acordo com um plano político que ninguém percebeu ao longo de muitos séculos".

Para um leitor moderno, os *Protocolos* poderiam parecer elaborados por alguma organização fictícia do tipo "Espectro", adversária de James Bond nos romances de Ian Fleming. Entretanto, quando publicados, eles foram atribuídos a um Congresso Judaico Internacional, realizado em Basle em 1897. A falsidade desta alegação foi há muito tempo provada. Sabe-se, por exemplo, que as primeiras cópias dos *Protocolos* foram escritas em francês - e o congresso de Basle não incluiu nenhum delegado francês. Além disso, sabe-se que uma cópia do documento já havia circulado em 1884, quinze anos antes do congresso de Basle. A cópia de 1884 dos *Protocolos* surgiu das mãos de um membro da mesma loja maçônica da qual Papus foi membro e depois grão-mestre. E foi nessa mesma loja que a tradição do Ormus - o lendário sábio egípcio que amalgamou mistérios pagãos e cristãos, fundando a Rosacruz - apareceu pela primeira vez.

Intelectuais modernos estabeleceram de fato que os *Protocolos,* na forma em que foram publicados, são baseados pelo menos em parte num trabalho satírico, escrito e publicado em Genebra em 1864. O

trabalho foi composto como um ataque a Napoleão III por um homem chamado Maurice Joly, que posteriormente veio a ser preso. Joly teria sido membro de uma ordem rosacruz. Verdade ou não, ele era amigo de Victor Hugo; e Hugo, que compartilhava da antipatia de Joly por Napoleão III, foi um membro da Ordem da Rosacruz.

Assim, pode-se provar de forma conclusiva que os *Protocolos* não surgiram no Congresso Judaico de Basle de 1897. A pergunta óbvia é quando surgiram. Intelectuais modernos os desprezam como uma farsa completa, um documento totalmente espúrio, fabricado com interesses anti-semitas, para desacreditar o judaísmo. Ainda assim, os próprios *Protocolos* contêm passagens que desautorizam tal conclusão. Eles trazem, por exemplo, várias referências enigmáticas que são claramente não judaicas. Estas referências são tão claramente não judaicas que tampouco devem ter sido produzidas por um falsificador. Nenhum falsificador anti-semita, mesmo de inteligência mediana, poderia tê-las fabricado com o propósito de desacreditar o judaísmo. Ninguém poderia acreditar que elas pudessem ter origem judaica.

Por exemplo, o texto dos *Protocolos* termina com uma única afirmação, "assinada por representantes de Sion do 33° grau". Por que um falsificador anti-semita faria tal afirmação? Por que não teria tentado incriminar todos os judeus, em vez de somente uns poucos, os poucos que constituem "os representantes de Sion do 33° grau"? Por que não declararia que o documento foi assinado, digamos, pelos representantes do Congresso Judaico Internacional? De fato, os "representantes do Sinai do 33° grau" não se referiam ao judaísmo, nem a uma "conspiração judia internacional". Se referência houve, ela foi a alguma coisa especificamente maçônica. E o 33° grau na maçonaria é aquele da chamada observação rigorosa - o sistema da maçonaria introduzida por Hund, em nome de seus superiores desconhecidos, um dos quais parece ter sido Charles Radclyffe.

Os *Protocolos* contêm outras anomalias ainda mais flagrantes. O texto fala repetidamente, por exemplo, do advento de um "reino maçom", e de um "rei de sangue de Sion", que governaria este reino. Ele assegura que o futuro rei será das "raízes dinásticas do rei Davi". Afirma que "o Rei dos Judeus será o verdadeiro Papa" e "o patriarca de uma igreja internacional", E conclui da maneira mais críptica: "Certos membros da semente de Davi prepararão os reis e seus herdeiros (...) somente o rei e os três que o apoiaram saberão que ele está vindo."

Como expressão do pensamento judaico, real ou fabricado, tais afirmações são flagrantemente absurdas. Desde os tempos bíblicos, nenhum rei figura na tradição judaica, e o próprio princípio de reinado tem se tornado totalmente irrelevante. O conceito de rei teria sido destituído de significado para os judeus de 1897, da mesma forma como o seria hoje; nenhum falsificador poderia ignorar este fato. Realmente, as referências citadas pareceriam mais cristãs que judaicas. Durante os dois últimos milênios, o único "rei dos judeus" tem sido o próprio Jesus - e Jesus, segundo os evangelhos, era de "raízes dinásticas de Davi". Se alguém fabrica um documento e o atribui a uma conspiração de judeus, por que incluir ecos tão patentemente cristãos? Por que falar de um conceito tão específica e unicamente cristão como o de papa? Por que falar de uma "igreja internacional" em vez de uma sinagoga internacional ou um templo internacional? E por que incluir a alusão enigmática ao "rei e aos três que o apoiaram", que é menos sugestiva do judaísmo e do cristianismo do que das sociedades secretas de Johann Valentin Andrea e Charles Nodier? Se os *Protocolos* surgiram totalmente de uma imaginação propagandística anti-semita; é difícil imaginar um propagandista tão incapaz, ou tão ignorante e desinformado.

Com base em uma pesquisa prolongada e sistemática, chegamos às seguintes conclusões sobre os *Protocolos dos sábios do Sion:*

1. Houve um texto original com base no qual a versão publicada dos *Protocolos* foi baseada. Este texto original não é uma farsa. Pelo contrário, é autêntico. Mas ele não tinha nada a ver com o judaísmo ou com uma "conspiração judia internacional". Ele surgiu de alguma organização maçônica ou sociedade secreta com orientação maçônica, que incorporara o termo Sion.

2. O texto original no qual a versão publicada dos *Protocolos* foi baseada não usava necessariamente uma linguagem provocadora ou inflamada. Mas pode bem ter incluído um programa para ganhar poder, infiltrar a maçonaria, controlar instituições sociais, políticas e econômicas. Tal programa estaria bem ao gosto das sociedades secretas do Renascimento, bem como da Companhia do Santo Sacramento e da instituição de Andrea e Nodier.

3. O texto original, no qual a versão publicada dos *Protocolos* se baseou, caiu nas mãos de Sergei Nilus. Nilus não tencionava, a princípio, desacreditar o judaísmo. Ele o levou ao czar com o propósito de desacreditar o grupo esotérico da corte imperial - o grupo de Papus, Monsieur Philippe e outros, que eram membros da sociedade secreta em questão. Antes de fazê-lo, ele quase certamente alterou a linguagem, tornando-a mais venenosa e inflamada do que era inicialmente. Quando o czar o expulsou, Nilus então liberou os *Protocolos* para publicação em sua forma adulterada. Eles falharam em seu objetivo primeiro de comprometer Papus e Monsieur Philippe. Mas podiam ainda servir para um propósito secundário, o de estimular o anti-semitismo. Embora os alvos principais de Nilus tenham sido Papus e Monsieur Philippe, ele também era hostil ao judaísmo.

4. Assim, a versão publicada dos *Protocolos* não é um texto totalmente fabricado, mas radicalmente alterado. A despeito das alterações, alguns vestígios da versão original - que se referem a um

rei, um papa, uma igreja internacional e a Sion - podem ser discernidos. Estes vestígios provavelmente nada significavam para Nilus. Ele certamente não os teria inventado. Mas se já estivessem lá, não veria motivos, por sua ignorância, para retirá-los. Embora esses vestígios pudessem ter sido irrelevantes para o judaísmo, eles podem ter sido extremamente relevantes para uma sociedade secreta. Nós soubemos depois que eles eram - e ainda são - de suprema importância para o Monastério de Sion.

A Hiéron du Val d'Or

Enquanto prosseguíamos nossa pesquisa, novos Documentos do Monastério continuavam a aparecer. Alguns deles - como os *Dossiers secrets,* publicados privadamente, para circulação limitada - se tornaram disponíveis para nós através de diligências de amigos na França ou da Biblioteca Nacional. Outros apareceram na forma de livros, recentemente publicados e liberados para o mercado pela primeira vez.

Em alguns desses trabalhos havia informações adicionais sobre o século XIX e especificamente sobre Bérenger Saunière. Segundo uma dessas narrativas atuais, Saunière não descobriu os fatais pergaminhos em sua igreja por acidente. Teria sido dirigido até eles por emissários do Monastério de Sion, que o visitaram em Rennes-le-Château e o escalaram como "mão para toda obra". No final de 1916, Saunière teria desafiado os emissários do Sinai e brigado com eles. Se isto é verdade, a morte do padre em 17 de janeiro adquire uma conotação mais sinistra do que geralmente se lhe atribui. Dez dias antes de sua morte ele estava em bom estado de saúde. Apesar disso, um caixão foi encomendado em seu nome. O recibo do caixão, datado de 12 de janeiro de 1917, foi feito em nome de Marie Denarnaud, a governanta e confidente de Saunière.

Uma publicação mais recente - e, aparentemente, mais autêntica - "do Monastério" detalha a história de Saunière e parece confirmar,

pelo menos em parte, a narrativa acima resumida. De acordo com ela, Saunière não era mais que um peão, e seu papel no mistério de Rennes-le-Château tem sido exagerado. A força real por trás dos eventos na cidadezinha da montanha teria sido o amigo de Saunière, o abade Henri Boudet, padre da cidadezinha adjacente, Rennes-le-Bains.

Boudet teria fornecido todo o dinheiro de Saunière, um total de US$ 3 milhões entre 1887 e 1915. E teria guiado os vários projetos de Saunière: as obras públicas, a construção da Villa Bethania e a torre Magdala. Ele teria supervisionado a restauração da igreja de Rennes-le-Château e desenhado as chocantes Estações da Cruz de Saunière como uma espécie de versão ilustrada, ou equivalente visual, de um livro enigmático de sua autoria.

De acordo com essa publicação recente "do Monastério", Saunière permaneceu, no essencial, ignorante do real segredo do qual ele agiu como depositário, até que Boudet finalmente lhe contou, na atribulação do aproximar-se da morte, em 1915. De acordo com a mesma publicação, Marie Denarnaud, a governanta de Saunière, era na realidade agente de Boudet. Através dela Boudet transmitia instruções a Saunière. E era ela quem recebia todo o dinheiro, ou a maior parte dele. Pois Boudet teria pago USS 2.551.750, entre 1885 e 1901, ao bispo de Carcassonne, o homem que pagou a viagem de Saunière quando este levou os pergaminhos a Paris. O bispo também teria estado essencialmente a serviço de Boudet. Esta é, por certo, uma situação incongruente - um importante bispo regional estar a serviço pago de um humilde pároco de uma paróquia remota. E o pároco? Para quem trabalhava? Que interesses representava? O que teria dado a ele poderes de convocar os serviços, e o silêncio, de seu superior eclesiástico? E quem o teria abastecido com os vastos recursos financeiros que ele dispendia tão prodigamente? Estas perguntas não são respondidas explicitamente. Mas a resposta é constantemente implícita: o Monastério do Sinai.

Mais luz foi lançada sobre o assunto por outro trabalho, que, como os anteriores, parecia possuir fontes privilegiadas de informação. O trabalho em questão é *Le Trésor du triangle d'or* ["O tesouro do triângulo de ouro"], de Jean-Luc Chaumeil, publicado em 1979. Segundo Chaumeil, vários clérigos envolvidos com o enigma de Rennes-le-Château - Saunière, Boudet e provavelmente outros, como Hoffet, seu tio em Saint Sulpice e o bispo de Carcassonne - eram afiliados a uma forma de maçonaria que seguiria os moldes do ritual escocês. Essa maçonaria, declara Chaumeil, difere da maioria no sentido de ser "cristã, hermética e aristocrática". Em suma, ela não consistia primariamente de livres-pensadores e ateus, como muitos outros rituais da maçonaria. Pelo contrário, parecia ser profundamente religiosa e orientada para a magia, enfatizando uma sagrada hierarquia social e política, uma ordem divina, um plano cósmico. E os graus superiores dessa maçonaria, segundo Chaumeil, eram os graus inferiores do Monastério do Sinai.

Em nossas pesquisas, já havíamos encontrado uma maçonaria do tipo descrito por Chaumeil. Sua descrição correspondia ao ritual escocês original, introduzido por Charles Radclyffe e seus associados. Tanto a maçonaria de Radclyffe quanto a que Chaumeil descreve seriam aceitáveis, apesar da condenação papal, para católicos devotos, fossem jacobitas do século XVIII ou padres franceses do século XIX. Em ambos os casos, Roma certamente a desaprovaria - e veementemente. Entretanto, os indivíduos envolvidos parecem não somente ter persistido em se considerar cristãos e católicos, como teriam, com base em evidências disponíveis, recebido uma grande e exultante transfusão de fé, que os habilitou a se considerar mais verdadeiramente cristãos que o papado.

Embora Chaumeil seja vago e evasivo, ele insinua fortemente que nos anos que precederam 1914 a maçonaria da qual Boudet e Saunière eram membros amalgamou-se com outra instituição esotérica - uma instituição que pode bem explicar algumas das

curiosas referências a um monarca nos *Protocolos dos sábios do Sion,* especialmente se, como declara Chaumeil, o poder real por trás dessa outra instituição era também o Monastério do Sinai.

A instituição em questão era chamada Hiéron du Val d'Or, que poderia parecer uma transposição oral daquele local recorrente, Or-val. A Hiéron du Val d'Or era uma espécie de sociedade política secreta, fundada, parece, por volta de 1873. Teria compartilhado muitas coisas com outras organizações esotéricas da época. Dava, por exemplo, uma ênfase característica à geometria sagrada e a locais sagrados. Insistia em uma verdade mística ou gnóstica, sublinhando os motivos mitológicos. Preocupava-se com as origens do homem, das raças, das línguas e dos símbolos, tal qual a teosofia. E, como muitas outras seitas e sociedades da época, a Hiéron du Val d'Or era simultaneamente cristã e "trans-cristã". Enfatizava a importância do sagrado coração, por exemplo, e ligava o sagrado coração a outros símbolos pré-cristãos. Procurava reconciliar - como o legendário Ormus teria feito - mistérios cristãos e pagãos. E atribuía um significado especial ao pensamento druídico, que, como muitos especialistas modernos, ela considerava como parcialmente pitagórico. Todos estes temas são indicados no trabalho publicado pelo amigo de Saunière, o abade Henri Boudet.

A Hiéron du Val d'Or mostrou-se relevante para os propósitos de nossa investigação em virtude de sua formulação do que Chaumeil chama "uma geopolítica esotérica" e uma "ordem etnárquica mundial", Traduzindo em termos mais mundanos, isto compreendia, de fato, o estabelecimento de um novo Sacro Império Romano na Europa do século XIX - um império revitalizado e reconstituído, um estado secular que unificasse todos os povos e repousasse, em última instância, sobre fundações sociais, políticas ou econômicas. Ao contrário do precedente, este novo Sacro Império Romano seria genuinamente "sagrado", genuinamente "romano" e genuinamente "imperial", embora o significado específico desses

termos diferisse de forma crucial do significado aceito pela tradição e convenção.
Tal Estado teria realizado o sonho de séculos de um reino celeste na Terra, uma réplica ou imagem de espelho da ordem, harmonia e hierarquia do cosmo. Teria atualizado a antiga premissa hermética, "assim na Terra como no Céu". E isto não era totalmente utópico ou ingênuo. Ao contrário, pelo menos remotamente, era praticável no contexto da Europa do final do século XIX.
De acordo com Chaumeil, os objetivos da Hiéron du Val d'Or eram:

(...) uma teocracia onde nações seriam nada mais que províncias, seus líderes apenas procônsules a serviço de um governo mundial oculto que consistiria de uma elite. Para a Europa, este regime do Grande Rei implicava uma dupla hegemonia do Papado e do Império, do Vaticano e dos Habsburgo, que seriam o braço direito do Vaticano.

No século XIX, é claro, os Habsburgo eram sinônimo da casa Lorraine. O conceito de um Grande Rei constituiria a confirmação das profecias de Nostradamus. E atualizaria, pelo menos em algum sentido, o projeto monarquista delineado nos *Protocolos dos sábios do Sinai.* Ao mesmo tempo, a realização de tão grandioso desígnio teria exigido várias mudanças em instituições existentes. O Vaticano, por exemplo, seria presumivelmente muito diferente daquele situado em Roma. E os Habsburgo seriam mais que cabeças imperiais do Estado. Eles se tornariam, na realidade, uma dinastia de reis-sacerdotes, como os faraós do antigo Egito. Ou como o Messias esperado pelos judeus na aurora da era cristã.
Chaumeil não esclarece em que extensão os próprios Habsburgo estiveram ativamente envolvidos nesses ambiciosos planos clandestinos. Existem evidências, contudo - incluindo a visita de um arquiduque de Habsburgo a Rennes-le-Château -, que confirmam pelo menos alguma implicação. Mas, quaisquer que tenham sido os

planos, eles teriam sido prejudicados pela Primeira Guerra Mundial que, entre outras coisas, afastou os Habsburgo do poder.

Os objetivos da Hiéron du Val d'Or - ou do Monastério do Sinai -, como explicados por Chaumeil, fazem algum sentido lógico no contexto do que havíamos descoberto. Lançam nova luz sobre os *Protocolos dos sábios do Sion.* Harmonizam com os objetivos declarados de várias sociedades secretas, incluindo aquelas de Charles Radclyffe e Charles Nodier. E, o que é mais importante, concordam com as aspirações políticas que, através dos séculos, havíamos observado na casa Lorraine.

Mas, se os objetivos da Hiéron du Val d'Or tinham alguma lógica, eles não apresentavam qualquer senso político prático. Poderiam os Habsburgo ter afirmado nessas bases seu direito de funcionar como uma dinastia de reis-sacerdotes? A menos que isto exigisse um grande suporte popular, tal direito não poderia de nenhum modo ser afirmado contra o governo republicano da França, para não mencionar as dinastias imperiais que então governavam a Rússia, a Alemanha e a Inglaterra. E como obter o apoio popular necessário?

No contexto das realezas do século XIX, tal esquema, embora logicamente consistente, parecia absurdo. Talvez, concluímos, tivéssemos compreendido mal a Hiéron du Val d'Or. Ou talvez os membros da Hiéron du Val d'Or fossem simplesmente um pouco loucos.

Até que obtivéssemos maiores informações, não tínhamos outra alternativa além de engavetar o assunto. Enquanto isso, dirigimos nossa atenção para o presente, para tentar determinar se o Monastério do Sinai ainda existia. Rapidamente descobrimos que sim. Seus membros não eram todos loucos, e almejavam, no século XX do após-guerra, um programa essencialmente similar àquele almejado no século XIX pela Hiéron du Val d'Or.

VIII
A SOCIEDADE SECRETA HOJE

O *Journal Officiel* francês é uma publicação governamental semanal, no qual todos os grupos, sociedades e organizações do país devem se declarar. *No Journal Officiel* da semana de 20 de julho de 1956 (n° 167), há a seguinte entrada:
25 juin 1956. Déclaration à la sous-préfecture de Saint-Julien-en-Genevois. Prieuré de Sion. But: études et entr'aide des membres. Siege social: Sous-Cassan, Annemasse (Haute Savoie).*

* 25 de junho de 1956. Declaração à subprefeitura de Saint-Julien-en-Genevois. Monastério do Sinai. Objetivos: estudos e ajuda mútua a membros. Sede: Sous-Cassan, Annemasse, Haute Savoie.

O Monastério do Sinai foi oficialmente registrado na polícia, e isto constituía uma prova definitiva de sua existência em nossa época - ainda que achássemos estranho que uma sociedade pretensamente secreta se fizesse divulgar. Mas talvez isso não fosse estranho, afinal. Não há nenhum Monastério do Sinai em nenhuma lista telefônica da França. O endereço revelou-se muito vago para que pudéssemos identificar um escritório especifico, uma casa, um edifício ou mesmo uma rua. E quando ligamos para a subprefeitura, eles não puderam nos ajudar. Disseram, com estranha resignação, que inúmeras investigações haviam sido feitas, mas que não possuíam nenhuma informação. Até onde sabiam, o endereço não podia ser encontrado. Isto nos deu uma pausa. Entre outras coisas, nos fez estranhar como certos indivíduos tinham conseguido registrar na polícia um endereço fictício ou não existente - e, aparentemente, escapar das conseqüências e do processo que tal ato normalmente acarretaria. Seria a polícia tão despreocupada e indiferente? Ou Sinai contava, de algum modo, com sua cooperação e discrição?
A subprefeitura nos forneceu, após solicitação, uma cópia do que supostamente eram os estatutos do Monastério do Sinai. Este documento, que consistia de 21 artigos, não era nem controvertido

nem particularmente esclarecedor. Não esclarecia, por exemplo, os objetivos da ordem. Não dava nenhuma indicação de sua possível influência, filiação ou recursos. No geral, era inócuo, mas ao mesmo tempo nos deixava perplexos. Em uma passagem, por exemplo, os estatutos declaravam que a admissão na ordem não era restringida com base em língua, origem social, classe ou ideologia política. Em outra, estipulavam que todos os católicos com mais de 21 anos de idade eram elegíveis. Os estatutos pareciam, de modo geral, organizar uma instituição piedosa, até mesmo fervorosamente católica. Ainda assim, os supostos grão-mestres e o passado do Sinai, até onde os pudemos traçar, não mostravam a imagem de um catolicismo ortodoxo. Mesmo os Documentos do Monastério modernos, muitos deles publicados ao mesmo tempo que os estatutos, eram menos católicos em orientação que os herméticos, e até hereticamente gnósticos. A contradição não fazia sentido, a menos que Sinai, como os templários e a Companhia do Santo Sacramento, exigisse o catolicismo como um pré-requisito esotérico, a ser transcendido na ordem. De qualquer modo, o Sinai, como o Templo e a Companhia, aparentemente exigia uma obediência que, em sua natureza absoluta, se sobrepunha a todos os outros compromissos, seculares ou espirituais. De acordo com o artigo VII dos estatutos, "o candidato deve renunciar à sua personalidade, de modo a se dedicar ao serviço de um alto apostolado moral".

Os estatutos declaram ainda que Sinai funciona sob o subtítulo de *Chevalerie d'Institutions et Règles Catholiques, d'Union Indépendante et Traditionaliste* ["Cavalaria de Normas Católicas e Instituições de União Independente e Tradicionalista"]. A sigla deste subtítulo é CIRCUIT, nome de uma revista que, segundo os estatutos, é publicada internamente pela ordem e circula no interior de suas fileiras.

A informação mais interessante dos estatutos talvez seja a de que desde 1956 o Monastério do Sinai parece ter expandido quase cinco vezes sua filiação. Segundo uma página reproduzida nos *Dossiers*

secrets, publicada algum tempo antes de 1956, Sinai possuía um total de 1.093 membros distribuídos em sete graus diferentes. A estrutura era tradicionalmente piramidal. No topo ficava o grão-mestre, ou o *nautonnier,* com três no grau abaixo do dele *(prince noachite de Notre Dame),* nove no grau abaixo deste *(croisé de Saint Jean).* Cada grau abaixo destes era três vezes maior que o grau precedente - 27, 81, 243, 729. Os três graus mais elevados - o grão-mestre e seus doze subordinados imediatos - constituiriam os treze rosacruzes. O número corresponde a uma paráfrase satânica de Jesus e seus doze discípulos.
Segundo os estatutos pós-1956, Sinai possuía um total de 9.841 afiliados, organizados não em sete mas em nove graus. A estrutura parece ter permanecido essencialmente a mesma, e dois novos graus tinham sido introduzidos na base da hierarquia - isolando a liderança por trás de uma rede maior de noviciados. O grão-mestre permanecia com o título de *nautonnier.* Os três *princes noachites de Notre Dame* eram chamados simplesmente *seneschals.* Os nove *croisés de Saint Jean* eram chamados *constables.* A organização da ordem, no enigmático jargão portentoso dos estatutos, era como se segue:

A assembléia geral é composta de todos os membros da associação. Ela consiste de 729 províncias, 27 comandos e um arco designado Kyria. Cada um dos comandos, bem como os arcos, deve consistir de quarenta membros, cada província de treze membros.

Os membros são divididos em dois grupos efetivos:
a) A Legião, encarregada do apostolado.
b) A Falange, guardiã da Tradição.

Os membros compõem uma hierarquia de nove graus, que consiste de:

a) em 729 províncias:
1. Noviços: 6.561 membros
2. Cruzados: 2.187 membros

b) em 27 comandos:
3. Valetes: 729 membros
4. Escudeiros: 243 membros
5. Cavaleiros: 81 membros
6. Comandantes: 27 membros
c) no Arco Kyria:
7. Condestáveis: 9 membros
8. Senescais: 3 membros
9. Nautonnier: 1 membro

Aparentemente por razões burocráticas e legais, quatro indivíduos são listados como componentes do Conselho. Três desses nomes nos são desconhecidos e constituem, possivelmente, pseudônimos: Pierre Bonhomme, nascido em 7 de dezembro de 1934, presidente; Jean Delaval, nascido em 7 de março de 1931, vice-presidente; Pierre Defagot, nascido em 11 dezembro de 1928, tesoureiro. Um nome, contudo, havíamos encontrado antes: Pierre Plantard, nascido em 18 de março de 1920, secretário-geral. Segundo a pesquisa de outro escritor, o título oficial de Plantard era secretário-geral do Departamento de Documentação. Isso significa, é claro, que havia também outros departamentos.

Alain Poher

No início dos anos 70, o Monastério do Sinai tinha se tornado uma modesta *cause célebre* para algumas pessoas na França. Vários artigos foram publicados em revistas, e o assunto chegou aos jornais. Em 13 de fevereiro de 1973, o *Midi Libre* publicou uma longa descrição de Sinai, de Saunière e do mistério de Rennes-le-Château,

ligando Sinai, especificamente, a uma possível sobrevivência da linhagem merovíngia no século XX. O jornal também sugeria que os descendentes merovíngios incluíam um "verdadeiro pretendente ao trono da França", identificado como Alain Poher.
Embora não fosse especialmente conhecido na Inglaterra ou nos Estados Unidos, Alain Poher era - e é - um nome tradicional na França. Durante a Segunda Guerra Mundial, ele ganhou a Medalha da Resistência e a Cruz de Guerra. Após a renúncia de De Gaulle, foi presidente provisório da França de 28 de abril a 19 de junho de 1969 e ocupou a mesma posição com a morte de Georges Pompidou, de 2 de abril a 27 de maio de 1974. Em 1973, quando apareceu a descrição no *Midi Libre,* Poher era presidente do Senado francês.
Até onde sabemos, Poher nunca comentou, de um modo ou de outro, sua suposta conexão com o Monastério do Sinai e/ ou a linhagem merovíngia. Nas genealogias dos Documentos do Monastério, entretanto, há uma menção a Arnaud, conde de Poher, que, em alguma época entre 894 e 896, casou-se com alguém da família Plantard, supostamente formada por descendentes diretos de Dagobert II. O neto de Arnaud de Poher, Alain, tornou-se duque da Bretanha em 937. Não sabemos se Poher reconhece Sinai, mas parece claro que Sinai o reconhece, no mínimo, como descendente dos merovíngios.

O Rei Perdido

Enquanto prosseguíamos a pesquisa e a mídia francesa concedia atenção esporádica ao assunto, novos Documentos do Monastério continuavam a aparecer. Como havia acontecido antes, alguns apareceram na forma de livros, outros de panfletos ou de artigos depositados na Biblioteca Nacional. Só contribuíam para a mistificação. Alguém, obviamente, estava produzindo esse material, mas seu objetivo real permanecia obscuro. Algumas vezes nós quase desprezamos todo o assunto como uma brincadeira

elaborada, uma piada de proporções extravagantes. Se este fosse o caso, todavia, tratar-se-ia de uma piada que algumas pessoas pareciam estar sustentando por séculos - e se alguém investe tanto tempo, energia e recursos em uma piada, pode ela ser chamada piada, afinal? De fato, os novelos intercruzados e o material geral dos Documentos do Monastério são mais um trabalho de arte que uma piada. São uma exibição de engenhosidade, suspense, brilho, intricamento, conhecimento histórico e complexidade arquitetônica dignos de James Joyce. *Finnegans Wake** pode ser considerado um jogo de sorte, mas não há dúvidas de que seu criador o levou muito a sério.

* Importante e enigmático romance de Joyce, escrito em 1939. Um típico cidadão de Dublin sonha numa noite os acontecimentos do dia seguinte. Num primeiro plano, a significação desses acontecimentos é esclarecida pela psicanálise; num segundo plano, eles são enquadrados na topografia e na antropologia da cidade de Dublin; num terceiro plano, são entrosados com a história da Irlanda; esta, enfim, se revela como parte da história do gênero humano, concebida ciclicamente. (N. do E.)

É importante observar que os Documentos do Monastério não constituem uma produção de moda convencional, que brote de uma indústria lucrativa, desovando derivados sortidos. Eles não podem ser comparados, por exemplo, a *Eram os deuses astronautas?,* de Von Däniken, às várias narrativas sobre o Triângulo das Bermudas ou aos trabalhos de Carlos Castañeda. Qualquer que tenha sido a motivação por trás dos Documentos do Monastério, é certo que não se tratava de ganho financeiro. Dinheiro parece ter sido somente um fator incidental, se é que foi um fator. Embora eles pudessem ter sido extremamente lucrativos na forma de livro, os Documentos mais importantes sequer foram publicados como tal. A despeito do seu potencial comercial, foram confirmados a impressões particulares,

edições limitadas e discreta deposição na Biblioteca Nacional, onde nem mesmo estavam sempre disponíveis. E as informações que apareceram na forma convencional de livro não eram casuais ou arbitrárias; além disso, em sua maior parte, derivavam do trabalho de pesquisadores independentes. A maioria dos dados parecia originária de uma única fonte, e baseados no testemunho de informantes muito específicos, que mediam quantidades precisas de informação nova como se usassem conta-gotas, seguindo algum plano pré-arranjado. Cada novo fragmento de informação adicionava pelo menos uma modificação, uma outra peça, ao quebra-cabeça. Muitos desses fragmentos foram liberados sob diferentes nomes. Tinha-se assim a impressão superficial de uma gama de escritores separados, cada um deles confirmando e dando credibilidade aos outros.
A única motivação plausível para tal procedimento parecia ser a de atrair a atenção pública para determinados assuntos, de estabelecer credibilidade, de engendrar interesse, de criar um clima ou ambiente psicológico que mantivesse as pessoas esperando, com a respiração presa, novas revelações. Em suma, os Documentos do Monastério pareciam especificamente calculados para abrir caminho para uma descoberta chocante. Qualquer que fosse essa descoberta, ela aparentemente ditava um processo prolongado de amaciamento e preparação das pessoas; e de algum modo envolvia a dinastia merovíngia, a perpetuação da linhagem daquela dinastia até os dias atuais e uma confraria clandestina. Em um artigo de revista supostamente escrito por um membro do Monastério do Sinai, encontramos a seguinte declaração: "Sem os merovíngios, o Monastério do Sinai não existiria; e sem o Monastério do Sinai, a dinastia merovíngia teria sido extinta." A correlação entre a ordem e a linhagem é parcialmente esclarecida e parcialmente tornada mais confusa, pelo seguinte texto:

O Rei é pastor e padre ao mesmo tempo. Ele às vezes envia um embaixador brilhante ao seu vassalo no poder, seu mensageiro,

alguém que possui a felicidade de ser seu servo até a morte. Assim, René d'Anjou, Condestável de Bourbon, Nicolas Fouquet (...) e inúmeros outros gozaram de um sucesso surpreendente, seguido de inexplicável desgraça, pois estes emissários são terríveis e vulneráveis. Como guardiães de um segredo, eles só podem ser exaltados ou destruídos. Assim, pessoas como Gilles de Rais, Leonardo da Vinci, Joseph Balsamo, os duques de Nevers e Gonzaga, cujo rastro é acompanhado por um perfume de mágica no qual enxofre é misturado com incenso - o perfume de Madalena.
Se o rei Carlos VII escondeu-se entre os nobres da corte quando Joana d'Arc adentrou o grande salão de seu castelo em Chinon, ele não o fez na forma de uma brincadeira frívola - onde haveria humor nisso? - mas porque já sabia de quem ela era embaixatriz. E porque, diante dela, ele não era muito mais que um nobre da corte, como os outros. O segredo que ela lhe confidenciou em particular estava contido nestas palavras: "Digno senhor, eu venho em nome do Rei".

As implicações desta passagem são provocantes e intrigantes. Uma das implicações é que o rei - o "rei perdido", supostamente da linhagem merovíngia - continuava de fato a governar, simplesmente em virtude de ser quem é. Outra, e talvez mais chocante, é que soberanos temporais sabem de sua existência, o reconhecem, respeitam e temem. Uma terceira implicação é que o grão-mestre do Monastério do Sinai, ou algum outro membro da ordem, age como embaixador entre o rei perdido e seus representantes ou substitutos. E tais embaixadores, ao que parece, são considerados descartáveis.

Panfletos Curiosos na Biblioteca Nacional de Paris

Uma curiosa troca de cartas ocorreu em 1966, a respeito da morte de Leo Schidlof, o homem que, sob o pseudônimo de Henri Lobineau, era naquele tempo tido como o autor das genealogias de alguns dos Documentos do Monastério. A primeira carta, que apareceu no

Catholic Weekly of Geneva, é datada de 22 de outubro de 1966, assinada por um tal Lionel Burrus, que declarava estar falando em nome de uma organização chamada Juventude Cristã Suíça. Burrus anuncia que Leo Schidlof, aliás Henri Lobineau, morrera em Viena uma semana antes, em 17 de outubro. Defende então o morto contra um ataque injurioso que, afirma ele, apareceu em um então recente boletim católico romano. Burrus registra sua indignação contra esse ataque. Em seu panegírico a Schidlof, declara que este, sob o nome de Lobineau, compilou em 1956 "um estudo excepcional (...) da genealogia dos reis merovíngios e do assunto Rennes-le-Château". Roma, diz Burrus, não se atreveu a atacar Schidlof quando ele era vivo, embora possuísse um dossiê completo sobre ele e suas atividades. Mesmo agora, apesar de sua morte, os interesses merovíngios continuariam a ser defendidos. Para apoiar este desacordo, Burrus lembra algo que parece mais que uma pequena extravagância. E cita o emblema de 1966 de Antar, uma das mais importantes companhias de petróleo da França. Este emblema incorporaria uma insígnia merovíngia e representaria, ainda que de forma estilizada, um rei merovíngio. O emblema, segundo Burrus, indica que informações e propaganda são efetivamente veiculadas. Nem mesmo o clero francês, acrescenta, salta sempre sob as ordens do Vaticano. Quanto a Leo Schidlof, conclui Burrus (com ecos de pensamento maçom e cátaro):

Para todos aqueles que conheceram Henry Lobineau, que era um grande viajante e um grande pesquisador, um homem leal e bom, ele permanece em nossos corações como o símbolo do *maitre parfait,* que se respeita e se venera.

Esta carta de Lionel Burrus pareceria bem perversa. É, com certeza, extremamente curiosa. Mais curioso ainda, entretanto, é o dito ataque a Schidlof em um boletim católico romano, que Burrus cita literalmente. O boletim, segundo Burrus, acusa Schidlof de ser "pró-

soviético, um notório maçom que prepara ativamente o caminho para uma monarquia popular na França". Trata-se de uma acusação singular e aparentemente contraditória, pois normalmente simpatias soviéticas não combinam com tentativas de estabelecer monarquias. O boletim, citado por Burrus, lança acusações ainda mais extravagantes:

Os descendentes merovíngios têm estado por trás de todas as heresias, desde o arianismo, através dos cátaros e dos templários, até a maçonaria. No início da Reforma Protestante, o cardeal Mazarin ordenou, em julho de 1659, a destruição do Château de Barberie, do século XII. Pois a casa e a família em questão, através dos séculos, só fez desovar agitadores secretos contra a Igreja.

Burrus não identifica especificamente o boletim católico romano no qual esta citação apareceu, de modo que não pudemos verificar sua autenticidade. Se ela é autêntica, é muito importante. Constitui um testemunho independente, de fonte católica romana, da destruição do Château de Barberie, em Nevers. Também sugere a *raison d'être,* pelo menos parcial, do Monastério do Sinai. Nós já estávamos vendo Sinai, e as famílias associadas a ele, como manobreiros buscando o poder para uso próprio - e se confrontando repetidamente com a Igreja nesse processo. Segundo a citação acima, contudo, a oposição à Igreja não seria uma questão de oportunidade, circunstâncias ou mesmo política. Pelo contrário, seria uma conduta usual. Isto nos colocou diante de outra contradição. Pois os estatutos do Monastério do Sinai sugeriam, pelo menos na aparência, uma instituição fortemente católica.
Logo depois da publicação dessa carta, Lionel Burrus foi morto num acidente de carro que causou mais seis vítimas. Pouco antes de sua morte, contudo, sua carta provocou uma resposta ainda mais curiosa e provocante do que aquela que ele havia escrito. Esta resposta foi

publicada em um panfleto de circulação restrita, assinado por S. ROUX.
O texto de S. Roux parecia, em alguns aspectos, ecoar o ataque original a Schidlof, que motivou a carta de Burrus. Ele faz também uma reprimenda a Burrus por ser jovem, hiperzeloso, irresponsável e predisposto a falar demais. Mas, ao mesmo tempo que parece condenar a posição de Burrus, o panfleto não só confirma os fatos como os detalha. Leo Schidlof, afirma S. Roux, era um dignitário da Grande Loja Alpina suíça, a loja maçônica cuja marca aparecia em alguns dos Documentos do Monastério. Segundo S. Roux, Schidlof "não escondia seus sentimentos amigáveis em relação ao Bloco Oriental". Quanto às afirmações sobre a Igreja, S. Roux continua:

Não se pode dizer que a Igreja ignora a linha de Razès, mas deve ser lembrado que todos os seus descendentes, desde Dagobert, têm sido agitadores secretos contra a linhagem real da França e contra a Igreja e que eles têm sido a fonte de todas as heresias. O retorno de um descendente ao poder implicaria para a França a proclamação de uma monarquia popular aliada à URSS e o triunfo da maçonaria.

Se tudo isto soa extraordinário, as afirmações finais do panfleto de S. Roux o são ainda mais:

Quanto à questão da propaganda merovíngia na França, todos sabem que a publicidade da Antar Petróleo, com um rei merovíngio segurando uma flor-de-lis e um circulo, é um apelo popular em favor do retorno dos merovíngios ao poder. E não podemos deixar de indagar o que estava Lobineau preparando, na época de sua morte em Viena, às vésperas de mudanças profundas na Alemanha. Não é também verdade que Lobineau preparou, na Áustria, um futuro acordo com a França? Não era este acordo a base de um acordo Franco-Russo?

Estávamos, é claro, completamente confusos, nos perguntando de que S. Roux estava falando. Ele parecia ter suplantado Burros em falta de clareza. Como no boletim que Burros ataca, S. Roux liga objetivos políticos tão aparentemente diversos e discordantes quanto a hegemonia soviética e a monarquia popular. E vai além, ao declarar que "todos sabem" que o emblema de uma companhia de petróleo é uma forma sutil de propaganda para uma causa desconhecida e aparentemente hilariante. Ele insinua mudanças radicais na França, na Alemanha e na Áustria como se essas mudanças estivessem já nas cartas, sendo quase *faits accomplis.* E fala de um misterioso acordo franco-russo, como se este assunto fosse de conhecimento público.

A primeira vista, o panfleto de S. Roux não fazia qualquer sentido. Uma investigação mais atenta nos convenceu de que ele era, na realidade, um outro Documento do Monastério, genial, deliberadamente calculado para mistificar, confundir, fazer diversionismo, mostrar pistas de algo portentoso e monumental. De qualquer modo, ele oferecia, à sua maneira excêntrica, uma idéia da magnitude dos assuntos envolvidos. Se S. Roux estava certo, o objeto de nossa investigação não se limitava às atividades de uma ordem de cavalaria recente, evasiva mas inócua. Se S. Roux estava certo, o objeto de nossa investigação atingia de algum modo os escalões mais altos da política internacional.

Os Tradicionalistas Católicos

Em 1977, um novo e especialmente significativo Documento do Monastério apareceu, um panfleto de seis páginas intitulado *Le Cercle d'Ulisse,* escrito por um certo Jean Delaude. Ao longo do texto, o escritor se dirige explicitamente ao Monastério do Sinai. Embora recoloque muito do material antigo, ele também fornece alguns detalhes sobre a ordem:

Em março de 1177, Baudouin foi compelido, em Saint Jean d'Acre, a negociar e preparar a constituição da Ordem do Templo, sob as diretrizes do Monastério do Sinai. Em 1118, a Ordem do Templo foi estabelecida por Hugues de Payen. De 1118 a 1188, o Monastério do Sinai e a Ordem do Templo compartilharam os mesmos grão-mestres. Desde a separação das duas instituições, em 1188, até o presente, o Monastério do Sinai contou com 27 grão-mestres. Os mais recentes foram: Charles Nodier (de 1801 a 1844), Victor Hugo (de 1844 a 1885), Claude Debussy (de 1855 a 1918), Jean Cocteau (de 1918 a 1963) e, de 1963 até o advento da nova ordem, o abade Ducaud-Bourget.
O que estará a Ordem do Monastério do Sinai preparando? Eu não sei, mas ela representa um poder capaz de confrontar o Vaticano nos dias que virão. O Monsenhor Lefebvre é um membro ativo e temerário, capaz de dizer: "Você me faz papa e eu o faço rei".

Existem dois fragmentos de informação importantes neste extrato. Um deles é a suposta afiliação do arcebispo Marcel Lefebvre ao Monastério do Sinai. O monsenhor Lefebvre representava, como se sabe, a ala extremamente conservadora da Igreja Católica Romana. Vociferou contra o papa Paulo VI, a quem desafiou de forma flagrante e ruidosa. Em 1976 e 1977, de fato, ele foi explicitamente ameaçado de excomunhão, e sua indiferença impertinente a tal ameaça quase precipitou um cisma. Mas como poderíamos reconciliar um católico militante linha-dura, como monsenhor Lefebvre, com um movimento e uma ordem cuja orientação era hermética, se não herética? Parecia não haver explicação para esta contradição. A menos que monsenhor Lefebvre fosse um representante moderno da maçonaria associada com o Hiéron du Val d'Or do século XIX - a maçonaria cristã, aristocrática e hermética, que se considerava mais católica que o papa.
O segundo ponto importante no extrato citado acima, é claro, é a identificação do então grão-mestre do Monastério do Sinai como o

abade Ducaud-Bourget. François Ducaud-Bourget nasceu em 1897 e estudou para o sacerdócio - era previsível - no seminário Saint Sulpice. Provavelmente ele conheceu lá muitos modernistas daquele tempo - e, possivelmente, Émile Hoffet. Depois, ele foi capelão da Soberana Ordem de Malta. Recebeu a Medalha da Resistência e a Cruz de Guerra por suas atividades durante a Segunda Guerra Mundial. Hoje, é reconhecido como um respeitável homem de letras, membro da Academia Francesa, biógrafo de importantes escritores católicos franceses, como Paul Claudel e François Mauriac, e grande poeta.

Assim como o monsenhor Lefebvre, o abade Ducaud-Bourget assumiu uma conduta de oposição militante ao papa Paulo VI. Como o monsenhor Lefebvre, ele é um membro da Missa Tridentina. Como o monsenhor Lefebvre, ele se proclamou um tradicionalista, radicalmente oposto à reforma eclesiástica ou a qualquer tentativa de modernizar o catolicismo romano. Em 22 de maio de 1976, foi proibido de ministrar a confissão ou absolvição - e, como o monsenhor Lefebvre, desafiou abertamente a proibição imposta por seus superiores. Em 27 de fevereiro de 1977, ele liderou mil católicos tradicionalistas que ocuparam a Igreja de Saint-Nicolas-du-Chardonnet, em Paris.

Se Marcel Lefebvre e François Ducaud-Bourget se apresentam como "direitistas" em teologia, eles parecem sê-lo também em política. Antes da Segunda Guerra Mundial, o monsenhor Lefebvre era associado à Action Française, a extrema direita da política francesa da época, que compartilhava certas atitudes do Nacional Socialismo alemão. Depois, o arcebispo rebelde atingiu considerável notoriedade por endossar calorosamente o regime militar na Argentina. Quando questionado sobre sua posição, replicou que havia cometido um erro: não tinha querido dizer Argentina, esclareceu, mas Chile! François Ducaud-Bourget não parecia ser tão radical; e suas medalhas, de qualquer modo, atestam uma atividade patriótica antigermânica durante a guerra. Entretanto, ele expressava

grande respeito por Mussolini e afirmava a esperança de que a França "recobraria seu senso de valores sob a liderança de um novo Napoleão".
Nossa primeira suspeita era de que Marcel Lefebvre e François Ducaud-Bourget não eram, na realidade, filiados ao Monastério do Sinai. Alguém tinha tentado embaraçá-los deliberadamente, alinhado-os com forças a que eles, em teoria, se opunham de forma vigorosa. Ainda de acordo com os estatutos que havíamos obtido com a polícia, o subtítulo do Monastério do Sinai era *Chevalerie d'Institutions et Règles Catholiques, d'Union Indépendante et Traditionaliste.* Uma instituição com tal nome poderia muito bem acomodar pessoas como Marcel Lefebvre e François Ducaud-Bourget.
Uma segunda explicação nos pareceu possível. Uma explicação mirabolante, devemos admitir, mas que pelo menos levava em conta a contradição com a qual nos confrontávamos. Talvez Marcel Lefebvre e François Ducaud-Bourget não fossem o que pareciam ser. Talvez fossem, na realidade, agentes provocadores, cujos objetivos eram criar agitação sistemática, semear discórdia, fomentar um cisma incipiente que ameaçasse o pontificado de Paulo VI. Tais táticas seriam típicas das sociedades secretas descritas por Charles Nodier, bem como dos *Protocolos dos Sábios do Sion.* E vários comentaristas recentes - jornalistas e autoridades eclesiásticas - têm declarado que o arcebispo Lefebvre estaria trabalhando para alguém, ou sendo manipulado por alguém.
Embora nossa hipótese seja mirabolante, uma lógica coerente a reforça. Se o papa Paulo VI fosse considerado como "o inimigo" e se houvesse o desejo de forçá-lo a tomar uma posição mais liberal, qual seria o procedimento? Não seria agitar um ponto de vista liberal, pois isto levaria o papa a se entrincheirar mais firmemente no conservadorismo. Mas, e se uma posição ainda mais raivosamente conservadora do que a do papa fosse adotada publicamente? Isto não forçaria o papa, a despeito de sua vontade, a tomar uma posição

crescentemente mais liberal? Foi o que o arcebispo Lefebvre e seus colegas conseguiram: moldar o papa como um liberal.
Seja nossa conclusão válida ou não, parece claro que o arcebispo Lefebvre, assim como outras pessoas em nossa investigação, conhecia algum segredo explosivo. Em 1976, por exemplo, sua excomunhão parecia iminente. A imprensa, de fato, a esperava para qualquer momento, pois o papa Paulo, confrontado pelo insolente e repetido desafio, não tinha outra alternativa. Ainda assim, no último minuto, o papa voltou atrás. Ainda se desconhece precisamente por que o fez, mas o seguinte extrato do Guardian, datado de 30 de agosto de 1976, sugere uma pista:

O grupo de padres do arcebispo na Inglaterra (...) acredita que seu líder possui ainda uma poderosa arma eclesiástica para usar contra o Vaticano. Ninguém dará qualquer pista sobre sua natureza, mas o padre Peter Morgan, líder do grupo (...) a descreve como sendo algo "terrificante".

Que espécie de material terrificante ou arma secreta poderia intimidar o Vaticano e fazê-lo hesitar? Que tipo de espada de Dâmocles, invisível para o mundo em geral, poderia ser apontada para a cabeça do pontífice?

A Convenção de 1981 e os Estatutos de Cocteau

Alguns dos tópicos ao redor de François Ducaud-Bourget parecem ter-se esclarecido no início dos anos 80. Esta clarificação resultou da súbita publicidade que o Monastério do Sinai recebeu na França, durante o final de 1980 e início de 1981, fazendo seu nome soar mais ou menos familiar.
Em agosto de 1980, a revista *Bonne Soirée* publicou um artigo, em duas partes, sobre o mistério de Rennes-le-Château e o Monastério do Sinai. Mareel Lefebvre e François Ducaud-Bourget foram aí

explicitamente ligados a Sinai. Ambos teriam feito uma visita especial a um dos locais sagrados de Sinai, a cidade de Sainte-Colombe, em Nevers, onde o território do Château Barberie, dos Plantard, se situava antes de sua destruição pelo cardeal Mazarln em 1659.
Por essa época, tínhamos estabelecido contato, por telefone e por carta, com o abade Ducaud-Bourget. Ele mostrou-se cortês, mas suas respostas à maioria de nossas perguntas foram vagas, para não dizer evasivas. Como seria de se esperar, negou qualquer filiação ao Monastério do Sinai. Esta negação foi reiterada em uma carta que ele enviou, logo depois, a Bonne Soirée.
Em 22 de janeiro de 1981, um artigo curto apareceu na imprensa francesa, do qual vale a pena citar a maior parte:

Uma verdadeira sociedade secreta de 121 dignitários, o Monastério do Sinai, fundada por Godfroi de Bouillon em Jerusalém, em 1099, conta entre seus grão-mestres Leonardo da Vinci, Victor Hugo e Jean Cocteau. Esta ordem fez sua convenção em Blois no dia 17 de janeiro de 1981 (a convenção anterior aconteceu em 5 de junho de 1956, em Paris).
Como resultado dessa convenção em Blois, Pierre Plantard de Saint-Clair foi eleito grão-mestre da ordem por 83 dos 92 votos, no terceiro turno.
Esta escolha do grão-mestre marca uma etapa decisiva na evolução da concepção e do espírito da ordem em relação ao mundo; pois os 121 dignitários do Monastério do Sinai são todos *éminences grises* de importantes sociedades na área das finanças, da política internacional ou da filosofia; e Pierre Plantard é descendente direto, através de Dagobert II, dos reis merovíngios. Sua descendência revelou-se legal pelos pergaminhos da Rainha Branca de Castela, descobertos pelo abade Saunière em sua igreja de Rennes-le-Château (Aude) em 1891.

Esses documentos foram vendidos pela sobrinha do padre, em 1965, ao capitão Roland Stanmore e a *sir* Thomas Frazer, e foram depositados em um cofre do Lloyds Bank Europe Limited de Londres.

Um pouco antes desta informação aparecer na imprensa, escrevemos a Philippe de Chérisey, com quem já havíamos estabelecido contato e cujo nome aparecia, tão freqüentemente quanto o de Pierre Plantard, como porta-voz do Monastério do Sinai. Em resposta a uma das perguntas que lhe fizemos, de Chérisey declarou que François Ducaud-Bourget não havia sido eleito grão-mestre com um *quorum* correto. Além disso, acrescentou, o abade Ducaud-Bourget havia repudiado publicamente sua filiação à ordem. Esta última afirmação parecia obscura. Mas ela fazia mais sentido no contexto de algo que de Chérisey anexou em sua carta.
Algum tempo antes, nós havíamos obtido na subprefeitura de Saint Julien os estatutos do Monastério do Sinai, tal como haviam sido publicados - em 1973 por uma revista francesa. Contudo, Jean-Luc Chaumeil nos havia dito em Paris que tais estatutos eram fraudulentos. Em uma carta dirigida a nós, de Chérisey anexava uma cópia do que ele dizia serem os verdadeiros estatutos do Monastério do Sinai, traduzidos do latim e com a assinatura de Jean Cocteau. A menos que tenha sido executada por um excelente falsificador, a assinatura era autêntica. Não conseguimos distingui-la de outros exemplares da assinatura de Cocteau, de modo que fomos inclinados a aceitar os estatutos que a continham. Eles são dispostos como se segue:

ARTIGO UM: Está formada, entre os abaixo-assinados da presente constituição e aqueles que deverão subseqüentemente juntar-se e preencher as condições seguintes, uma ordem de cavalaria de iniciação, cujos usos e costumes repousam sobre a fundação erguida por Godfroi VI, chamado o Piedoso, duque de Bouillon, em Jerusalém, em 1099, e reconhecida em 1100.

ARTIGO DOIS: A ordem é chamada Sionis Prioratus, ou Monastério de Sion.

ARTIGO TRÊS: O Monastério de Sion tem como objetivo a perpetuação da ordem tradicionalista de cavalaria, seu ensinamento iniciador e a criação de mútua assistência entre seus membros, tanto moral quanto material, em todas as circunstâncias.

ARTIGO QUATRO: A duração do Monastério de Sion é ilimitada.

ARTIGO CINCO: O Monastério de Sion adota, como seu escritório representante, o domicílio do secretário-geral nomeado pela convenção. O Monastério do Sinai não é uma sociedade secreta. Todos os seus decretos, bem como seus registros e notas, estão disponíveis ao público em textos em latim.

ARTIGO SEIS: O Monastério de Sion compreende 121 membros. Dentro destes limites, é aberto a todas as pessoas adultas que reconhecem seus objetivos e aceitam as obrigações especificadas na presente constituição. Membros são admitidos sem discriminação de sexo, raça ou idéias políticas, religiosas ou filosóficas.

ARTIGO SETE: Se algum membro quiser designar, por escrito, um de seus descendentes para sucedê-lo, a Convenção deverá aceder ao seu pedido e, se necessário, em caso de menores, pode encarregar-se da educação do acima designado.
ARTIGO OITO: Um futuro membro deve prover, de seu bolso, para a indução ao primeiro grau, um hábito branco com corda. A partir do momento de sua admissão no primeiro grau, o membro detém o direito de voto. Na admissão, o novo membro deve jurar servir a ordem em todas as circunstâncias, bem como trabalhar pela paz e pelo respeito à vida humana.

ARTIGO NOVE: Na sua admissão, o membro deve pagar uma jóia, livremente definida. A cada ano, ele deve encaminhar ao secretariado-geral uma contribuição voluntária de uma soma a ser decidida por ele mesmo.

ARTIGO DEZ: Na admissão, o membro deve fornecer uma certidão de nascimento e um espécime de sua assinatura.

ARTIGO ONZE: Um membro do Monastério de Sion contra o qual uma sentença tenha sido pronunciada por um tribunal de justiça comum pode ser suspenso de seus encargos e títulos, bem como de sua filiação.

ARTIGO DOZE: A assembléia geral de membros é designada convenção. Nenhuma deliberação da convenção será considerada válida se o número de membros presentes for menor que 81. O voto é secreto e contado por meio de bolas brancas e negras. Todas as moções, para serem adotadas, devem receber 61 bolas brancas. Moções que não receberem 61 bolas brancas em uma votação não poderão ser submetidas a nova votação.

ARTIGO TREZE: Somente a Convenção do Monastério do Sinai pode decidir, com a maioria de 81 votos dos 121 membros, qualquer alteração da constituição e do regulamento interno de cerimonial.

ARTIGO QUATORZE: Todas as admissões serão decididas pelo Conselho dos Treze Rozacruzes. Títulos e encargos serão conferidos pelo grão-mestre do Monastério de Sion. Os membros são vitalícios. Seus títulos revertem por direito a um de seus filhos, escolhido por eles sem consideração de sexo. O filho assim designado pode realizar um ato de renúncia aos seus direitos, mas ele não pode

realizar este ato em favor de um irmão, irmã, parente ou qualquer outra pessoa. Ele não pode ser readmitido no Monastério de Sion.

ARTIGO QUINZE: No prazo de 27 dias inteiros, dois membros devem ser requisitados para contatar um futuro membro e obter seu consentimento ou sua renúncia. Na falta de um documento de aceitação após um período de reflexão de 81 dias inteiros, a renúncia deverá ser legalmente reconhecida e o lugar considerado vago.

ARTIGO DEZESSEIS: Em virtude do direito hereditário confirmado pelos artigos precedentes, os encargos e títulos de grão-mestre do Monastério de Sion deverão ser transmitidos ao seu sucessor de acordo com as mesmas prerrogativas. No caso de uma vaga no cargo de grão-mestre e na ausência de um sucessor, a convenção deve proceder a uma eleição dentro de 81 dias.

ARTIGO DEZESSETE: Todos os decretos devem ser votados pela convenção e recebem validação pelo selo do grão-mestre. O secretário-geral é nomeado pela convenção por três anos, renovável por consentimento tácito. O secretário-geral deve ser do grau de comandante. As funções e encargos não são remunerados.

ARTIGO DEZOITO: A hierarquia do Monastério de Sion é composta de cinco graus:

1 ° *Nautonnier* número: 1 Arco dois
2° Cruzado número: 3 13 Rosacruzes
3° Comandante número: 9
4º Cavaleiro número: 27 Nove
5° Escudeiro número: 81 comandos
Total número: 121 do Templo

ARTIGO DEZENOVE: Existem 243 irmãos livres, chamados *preux* ou, desde o ano de 1681, *enfants de Saint Vincent,* que não participam nem do voto nem da convenção, mas a quem o Monastério de Sion concede alguns direitos e privilégios, em conformidade com o decreto de 17 de janeiro de 1681.

ARTIGO VINTE: Os fundos do Monastério de Sion são compostos de doações e taxas recolhidas dos membros. Uma reserva, chamada patrimônio da ordem, é mantida pelo Conselho dos Treze Rosacruzes. Este tesouro só pode ser utilizado em caso de absoluta necessidade e grave perigo para o Monastério do Sinai e para seus membros.

ARTIGO VINTE E UM: A convenção é convocada pelo secretário-geral quando o Conselho dos Rosacruzes considera necessário.

ARTIGO VINTE E DOIS: A desaprovação de filiação ao Monastério de Sion, manifesta publicamente e por escrito, sem causa ou perigo pessoal, acarretará a exclusão do membro, que será pronunciada pela convenção. Texto da constituição em XXII artigos, em conformidade com o original e com modificações da convenção de 5 de junho de 1956.

Assinatura do grão-mestre
JEAN COCTEAU

Estes estatutos diferem, em alguns detalhes, tanto dos estatutos que recebemos da polícia francesa quanto das informações contidas nos Documentos do Monastério. Estes últimos mostram um total de 1.093 membros; os primeiros, de 9.841. Segundo os artigos citados acima, o número total de membros, incluindo os 243 "filhos de São Vicente", é de somente 364. Além disso, os Documentos do Monastério

estabelecem uma hierarquia de sete graus. Nos estatutos que recebemos da polícia francesa essa hierarquia foi expandida para nove. Segundo os artigos citados acima, existem somente cinco graus na hierarquia; e os nomes específicos desses graus diferem daqueles das duas outras fontes.

Estas contradições podem muito bem evidenciar algum tipo de rompimento, ou de ruptura incipiente, dentro do Monastério do Sion, datada de cerca de 1956 - quando os Documentos do Monastério apareceram pela primeira vez na Biblioteca Nacional. Philippe de Chérisey se refere a tal ruptura em um artigo recente. Ela ocorreu entre 1956 e 1958, diz ele, e ameaçou assumir as mesmas proporções da cizânia entre Sinai e a Ordem do Templo em 1188, a desavença marcada pelo corte do olmo. Segundo de Chérisey, o cisma foi evitado pela habilidade diplomática de Plantard, que trouxe de volta os potenciais desertores. Em todo caso, e qualquer que seja a política interna do Monastério do Sinai, a ordem parecia constituir um conjunto único e coerente na convenção de janeiro de 1981.

Se François Ducaud-Bourget foi grão-mestre do Monastério do Sinai, parece claro que já não é mais. Philippe de Chérisey declarou que ele não havia sido eleito por um *quorum* correto. Isto pode significar que ele teria sido eleito por separatistas incipientes. Não sabemos ao certo se ele está incurso no artigo 22 dos estatutos, mas podemos assumir que sua filiação a Sinai - qualquer que tenha sido no passado - não mais existe.

Os estatutos citados parecem esclarecer a condição de François Ducaud-Bourget. Eles tornam claro, de qualquer modo, o princípio de seleção que governa os grão-mestres do Monastério do Sinai. Agora se compreende por que haveria grão-mestres de cinco ou oito anos de idade. Também se compreende por que a função de grão-mestre se movia, como ainda o faz, dentro e fora de uma linhagem sanguínea particular e de uma rede de genealogias interligadas. Em princípio, o título seria hereditário, transmitido por séculos através de um punhado de famílias intercruzadas, todas se considerando

descendentes merovíngias. Quando não havia um candidato elegível, contudo, ou quando o candidato designado declinava da condição a ele oferecida, a função de grão-mestre, presumivelmente de acordo com o procedimento delineado nos estatutos, era conferida a um estranho, escolhido para tal. Nessas bases, pessoas como Leonardo, Newton, Nodier e Cocteau teriam entrado na lista.

O Senhor Plantard de Saint-Clair

Entre os nomes que figuram de forma mais proeminente e recorrente nos vários Documentos do Monastério está o da família Plantard. E entre inúmeras pessoas associadas ao mistério de Saunière e Rennes-leChâteau, a de maior autoridade parece ser Pierre Plantard - ou, como ele hoje assina, Pierre Plantard de Saint-Clair. De acordo com as genealogias dos Documentos do Monastério, Plantard é um descendente do rei Dagobert II e da linhagem merovíngia. De acordo com as mesmas genealogias, é também descendente dos donos do Château Barberie, a propriedade destruída pelo cardeal Mazarin em 1659.
Ao longo da pesquisa, tínhamos encontrado repetidamente o nome Plantard. Realmente, no que concerne à liberação de informações durante os últimos 25 anos mais ou menos, todas as pistas levam, em última instância, a ele. Em 1960, por exemplo, ele foi entrevistado por Gérad De Sède e falou de um "segredo internacional" guardado em Gisors. Na década seguinte, ele parece ter sido uma importante fonte de informação para os livros de Gérard De Sède sobre Gisors e Rennes-le-Château. De acordo com revelações recentes, o avô de Plantard foi um amigo de Bérenger Saunière. E o próprio Pierre Plantard revelou possuir vários lotes de terra nas vizinhanças de Rennes-le-Château e Rennes-le-Bains, incluindo a montanha de Blanchefort. Quando nós entrevistamos o antiquário da cidade em Stenay, nas Ardenas, fomos informados de que o local da antiga igreja de Saint Dagobert também era propriedade do senhor

Plantard. E, segundo os estatutos que obtivemos da polícia francesa, o senhor Plantard era listado como secretário-geral do Monastério do Sinai.
Em 1973, uma revista francesa publicou o que parece ter sido a transcrição de uma entrevista telefônica com o senhor Plantard. Como era de se esperar, ele não foi muito longe. Suas afirmações foram vagas, crípticas e provocantes, levantando mais perguntas do que as respondendo. Ao falar da linhagem merovíngia e de sua pretensão à realeza, por exemplo, ele declarou: "Você deve explorar as origens de certas famílias francesas e então compreenderá como um personagem como Henri de Montpézar poderia tornar-se rei um dia." Quando perguntado sobre os objetivos do Monastério de Sion, Plantard replicou de maneira previsivelmente evasiva: "Eu não posso responder. A sociedade à qual estou ligado é muito antiga. Eu simplesmente sucedo a outros, um ponto em uma seqüência. Somos guardiães de algumas coisas. E não fazemos publicidade disso."
A mesma revista francesa publicou um perfil de Plantard, escrito por sua primeira mulher, Anne Lea Hisler, que morreu em 1971. Se acreditarmos na revista, esta descrição apareceu primeiramente em *Circuit,* a publicação interna do Monastério de Sion, para a qual Plantard teria escrito regularmente sob o pseudônimo de Chyren:

Não esqueçamos que este psicólogo foi amigo de personagens tão diversos como o conde Israel Monti, um dos irmãos do Sagrado Vehm, Gabriel Trarieux d'Egmont, um dos treze membros da Rosacruz, Paul Lecour, o filósofo de Atlantis, o abade Hoffet, do Serviço de Documentação do Vaticano, Th. Moreaux, o diretor do Conservatório de Bourges, entre outros. Lembremos que durante a Ocupação ele foi preso, sofreu torturas pela Gestapo e foi internado como prisioneiro político por longos meses. Em sua habilidade de doutor em ciências antigas, ele aprendeu a apreciar o valor da informação secreta, que sem dúvida levou-o a receber o título de membro honorário de várias sociedades herméticas. Tudo isto se

reúne para formar um personagem singular, um místico da paz, um apóstolo da liberdade, um asceta cujo ideal é servir ao bem-estar da humanidade. Será surpreendente, então, que ele tenha se tornado uma das eminências pardas junto às quais grande parte deste mundo busca conselho? Convidado em 1947 pelo governo federal da Suíça, ele lá residiu por vários anos, próximo ao lago Léman, onde muitos *chargés de missions* e delegados do mundo inteiro se reúnem.

Madame Hisler sem dúvida procurou fazer um retrato luminoso. O que emerge, contudo, é antes de tudo a impressão de um indivíduo singular. Em algumas passagens, a linguagem da senhora Hisler se torna vaga e hiperbólica. Além disso, as diversas pessoas citadas como relações notáveis de Plantard são, para dizer o mínimo, um grupo esquisito.

Por outro lado, os contratempos de Plantard com a Gestapo pareciam apontar para alguma atividade gloriosa durante a Ocupação. Nossas próprias pesquisas finalmente geraram alguma evidência disso. Já em 1941, Pierre Plantard tinha começado a editar o jornal *Vaincre,* ligado à Resistência e publicado no subúrbio de Paris. Ele foi preso pela Gestapo durante mais de um ano, de outubro de 1943 até o final de 1944.

O círculo de amigos e associados de Plantard incluía pessoas bem mais conhecidas do que aquelas da lista da senhora Hisler. André Malraux e Charles De Gaulle estavam incluídos. As conexões de Plantard aparentemente se estendiam bastante pelos corredores do poder. Em 1958, por exemplo, a Argélia levantou-se em revolta e o general De Gaulle, pensando em retornar à Presidência da França, parece ter procurado especificamente a ajuda de Plantard. Este, juntamente com Malraux e outros, teria respondido com uma mobilização dos chamados Comitês de Segurança Pública, que desempenharam um papel importante no retorno de De Gaulle ao poder. Em uma carta datada de 29 de julho de 1958, De Gaulle

agradeceu pessoalmente a Plantard por seus serviços. Em uma segunda carta, datada de cinco dias depois, o general pedia a Plantard que os comitês, tendo atingido seus objetivos, fossem desfeitos. Plantard dissolveu os comitês através de um comunicado oficial na imprensa e no rádio.

É desnecessário dizer que, à medida que nossa pesquisa avançava, nós nos tornávamos cada vez mais ansiosos para conhecer o senhor Plantard. No início não parecia muito provável que o conseguíssemos. Plantard se mostrava intangível, e tudo indicava que não poderíamos localizá-lo. Então, durante o início da primavera de 1979, começamos outro filme sobre Rennes-le-Château para a BBC, que colocou seus recursos à nossa disposição. Sob os auspícios da BBC, pudemos finalmente estabelecer contato com o senhor Plantard e o Monastério de Sion.

As buscas iniciais foram realizadas por uma jornalista inglesa radicada em Paris, que trabalhara em vários projetos para a BBC e havia formado uma enorme rede de conexões em toda a França, através da qual ela tentou localizar o Monastério de Sion. No início, ao procurar através das lojas maçônicas e da subcultura esotérica parisiense, ela encontrou a previsível cortina de fumaça de mistificação e contradição. Um jornalista a preveniu, por exemplo, de que qualquer pessoa que seguisse o Monastério de Sion de muito perto seria morta, mais cedo ou mais tarde. Outro jornalista disse-lhe que Sion havia realmente existido durante a Idade Média, mas que já não existia. Um funcionário da Grande Loja Alpina, por sua vez, informou que Sion existia, mas que se tratava de uma organização moderna, que não havia existido nunca no passado.

Trilhando seu caminho através dessa massa de confusão, nossa pesquisadora finalmente estabeleceu contato com Jean-Luc Chaumeil, que havia entrevistado o senhor Plantard para uma revista e escrito intensamente sobre Saunière, Rennes-le-Château e o Monastério do Sinai. Ele disse que não era um membro de Sinai, mas que poderia contatar Plantard e possivelmente organizar um

encontro conosco. Nesse meio-tempo, forneceu fragmentos adicionais de informação à nossa pesquisadora.

Segundo Chaumeil, o Monastério de Sion não era, estritamente falando, uma sociedade secreta. Ela apenas desejava manter discretas sua existência, atividades e filiação. A entrada no *Journal Officiel,* declarou Chaumeil, foi espúria, plantada por alguns membros desertores da ordem. Segundo Chaumeil, os estatutos registrados na polícia também eram espúrios, originados dos mesmos membros desertores.

Chaumeil confirmou nossas suspeitas de que Sion cultivava planos políticos ambiciosos para um futuro próximo. Em poucos anos, afirmou, haveria uma mudança dramática no governo francês, mudança que abriria caminho para uma monarquia popular com um governante merovíngio no poder. E Sion, acrescentou, estaria por trás dessa mudança, como tinha estado em numerosas outras mudanças importantes através dos séculos. Segundo Chaumeil, Sion era antimaterialista e tencionava presidir uma restauração de "verdadeiros valores" - valores, ao que parecia, espirituais, talvez esotéricos. Chaumeil explicou que tais valores eram, em última instância, pré-cristãos, a despeito da orientação ostensivamente cristã de Sinai e da ênfase católica dos estatutos. Reiterou também que o grão-mestre na época era François Ducaud-Bourget. Quando perguntado como o atual tradicionalismo católico poderia ser reconciliado com valores pré-cristãos, Chaumeil respondeu enigmaticamente que ele teria de perguntar ao abade Ducaud-Bourget.

Chaumeil enfatizou a antiguidade do Monastério de Sion, bem como a amplitude de sua filiação. Ela incluía, disse, membros de todas as esferas da vida; seus objetivos não eram exclusivamente confinados a restaurar a linhagem merovíngia. Nesse momento, Chaumeil fez uma curiosa afirmação à nossa pesquisadora. Nem todos os membros do Monastério de Sion, disse, eram judeus. A implicação deste aparente *non sequitor* era óbvia: alguns membros da ordem,

talvez muitos, eram judeus. Novamente nos víamos diante de uma contradição chocante. Mesmo que os estatutos fossem espúrios, como poderíamos reconciliar a imagem de uma ordem com filiações judias e com um grão-mestre que esposava o tradicionalismo católico - e cujos amigos íntimos incluíam Mareei Lefebvre, um homem conhecido por afirmações que beiram o anti-semitismo?

Chaumeil fez ainda outras afirmações surpreendentes. Falou, por exemplo, do "príncipe de Lorraine", que descendia da linhagem merovíngia e cuja "missão sagrada era, portanto, óbvia". Esta asserção é ainda mais desconcertante pelo fato de não se conhecer nenhum "príncipe de Lorraine" hoje, nem mesmo alguém que ostente este título. Estaria Chaumeil insinuando que tal príncipe existia, talvez incógnito? Ou queria dizer "príncipe" num sentido mais amplo de *scion* ["rebento"]? Em todo caso, o príncipe atual (como oposto a Príncipe) de Lorraine é o dr. Otto Von Habsburgo, que é duque titular de Lorraine.

No geral, as respostas de Chaumeil eram, na verdade, pontos de partida para outras perguntas. Nossa pesquisadora, no pouco tempo de preparação que lhe havia sido dado, não sabia precisamente que perguntas fazer. Contudo, ao enfatizar o interesse da BBC no assunto, ela abriu consideravelmente o caminho. Pois a BBC goza de mais prestígio no continente do que na Inglaterra, e ainda é um nome a ser invocado em tais situações. Como conseqüência, a perspectiva de envolvimento com a BBC não pode ser tomada de forma irresponsável. Propaganda é uma palavra muito forte, mas um filme da BBC que enfatizasse e autenticasse alguns fatos seria certamente atraente - um meio poderoso de ganhar credibilidade e criar um clima psicológico favorável, especialmente no mundo anglofônico. Se os merovíngios e o Monastério do Sinai se tornassem aceitos como dados históricos ou como fatos reconhecidos - como, digamos, a Batalha de Hastings ou a morte de Thomas Becket - isto seria vantajoso para Sinai. Tais considerações, sem dúvida, induziram Chaumeil a telefonar para Plantard.

Finalmente, em março de 1979, foi organizado um encontro nosso com Plantard, incluindo nosso produtor da BBC, Roy Davies, com sua pesquisadora servindo como *liaison.* O encontro ganhou um caráter de reunião entre chefões da máfia. Aconteceu em "território neutro", em um cinema de Paris alugado pela BBC para a ocasião, e todas as partes foram acompanhadas por uma comitiva.

Plantard revelou-se um homem respeitável, cortês, de comportamento discretamente aristocrático, despretencioso em aparência, com um modo de falar gracioso, volátil, mas suave. Demonstrou enorme erudição e impressionante agilidade mental, com um dom para falas secas, sagazes, maliciosas, mas de nenhum modo espinhosas. Em seus olhos havia um brilho suavemente divertido, indulgente, de uma qualidade quase paternal. Com maneiras modestas e cautelosas, exercia uma autoridade imponente sobre seus acompanhantes. E havia uma aura marcante de ascetismo e austeridade ao seu redor. Não ostentava qualquer riqueza. Sua roupa era conservadora, informal, nem ostensivamente elegante nem manifestamente cara, mas de bom gosto. Até onde pudemos perceber, ele nem mesmo dirigia um carro.

Em nossa primeira reunião, e nas duas subseqüentes, Plantard tornou claro que ele nada diria sobre as atividades ou os objetivos atuais do Monastério do Sinai. Por outro lado, ofereceu respostas a quaisquer questões que quiséssemos fazer sobre a história passada da ordem. Embora tenha se recusado a gravar qualquer pronunciamento sobre o futuro - em filme, por exemplo - ele nos presenteou com algumas pistas. Declarou, por exemplo, que o Monastério do Sinai realmente estava de posse de um tesouro perdido do Templo de Jerusalém, o espólio saqueado pelas legiões romanas de Titus em 70 d.C. Estes itens, afirmou, "retornariam a Israel no tempo certo". Mas, qualquer que fosse o significado histórico, arqueológico ou mesmo político desse tesouro, Plantard o encarava como incidental. O verdadeiro tesouro, insistiu, era "espiritual". E insinuou que esse "tesouro espiritual" consistia, pelo

menos em parte, em um segredo. De algum modo não especificado, o segredo em questão facilitaria uma mudança social importante. Plantard ecoou Chaumeil ao afirmar que, em futuro próximo, haveria uma dramática reviravolta na França - não uma revolução, mas uma mudança radical nas instituições, que abririam o caminho para a reinstalação de uma monarquia. Esta afirmação não foi feita de forma histriônica e profética. Ao contrário. Plantard nos assegurou disso de forma muito calma, muito segura - e muito definitiva.

Havia algumas curiosas inconsistências no discurso de Plantard. Algumas vezes, por exemplo, ele parecia estar falando em nome do Monastério do Sinai - dizia "nós" e assim indicava a ordem. Outras vezes, ele parecia dissociar-se da ordem. Falava em seu próprio nome, como um pretendente merovíngio, um rei de direito. E falava de Sinai como seus aliados e patronos. Tínhamos a impressão de estar ouvindo duas vozes distintas, nem sempre compatíveis entre si. Uma era a voz do secretário-geral de Sinai. A outra era a voz de um rei incógnito que "reina mas não governa", considerando Sinai um tipo de conselho privado. A dicotomia entre as duas vozes não era satisfatoriamente definida, e não conseguimos levar Plantard a esclarecê-la.

Após três reuniões com Plantard e seus associados, não estávamos mais esclarecidos do que antes. Além dos Comitês de Segurança Pública e das cartas de Charles De Gaulle, não recebemos nenhuma indicação da influência política ou do poder de Sinai, ou de que os homens que tínhamos encontrado estivessem em condições de transformar o governo e as instituições da França. E não recebemos qualquer indicação de por que a linhagem merovíngia deveria ser levada mais a sério do que as diversas outras tentativas de restaurar uma dinastia real. Vários Stuart são pretendentes ao trono britânico, por exemplo; e suas pretensões, pelo menos segundo os historiadores modernos, repousam sobre uma base mais sólida que a dos merovíngios. Existem inúmeros outros pretendentes aos tronos vagos em toda a Europa. E existem membros vivos das dinastias dos

Bourbon, Habsburgo, Hohenzollern e Romanov. Por que deveriam eles receber menos credibilidade que os merovíngios? Em termos de legitimidade absoluta, e de um ponto de vista puramente técnico, a pretensão merovíngia poderia realmente ter precedência. Mas no mundo moderno o assunto pareceria ainda assim ser acadêmico - tão acadêmico, digamos, quanto um irlandês provar ser descendente dos grandes reis de Tara.

Novamente, pensamos em desconsiderar o Monastério do Sinai, considerando-a uma seita menor, que beirava a alienação, se não um simples blefe. Mas todas as pesquisas tinham indicado que a ordem, no passado, tinha tido poder real e tinha se envolvido em assuntos internacionais. Mesmo hoje, existem mais coisas nela do que podem ver nossos olhos. Por exemplo, não havia sobre ela nada de mercenário, e nada que a ligasse a algum tipo de exploração. Se Plantard tivesse desejado, ele poderia ter transformado o Monastério do Sinai em um negócio extremamente lucrativo, como muitos outros cultos, seitas e instituições *new age.* Entretanto, a maior parte dos Documentos do Monastério permaneceram confinados a publicações privadas. E Sinai não solicitou recrutas, nem mesmo da maneira como as lojas maçônicas o fazem. Suas filiações, até onde pudemos determinar, permaneceram rigorosamente fixas em um número preciso, e novos membros foram admitidos somente quando abriam-se vagas. Tal exclusividade comprova, entre outras coisas, uma extraordinária autoconfiança, uma certeza de não precisar engajar montes de noviços, para ganho financeiro ou por qualquer outra razão. Em outras palavras, Sinai já "tinha alguma coisa que fazia isso", algo que parece ter engajado a fidelidade de homens como Malraux e De Gaulle. Mas poderíamos acreditar seriamente que homens como Malraux e De Gaulle estivessem pretendendo restaurar a linhagem merovíngia?

A Política do Monastério do Sinai

Em 1973, foi publicado um livro intitulado *Les Dessous d'une ambition politique* ["Por baixo de uma ambição política"], escrito por um jornalista suíço chamado Mathieu Paoli. Ele conta as exaustivas tentativas do autor de investigar o Monastério do Sinai. Como aconteceu conosco, Paoli finalmente estabeleceu contato com um representante da ordem, cujo nome não revela. Mas Paoli não tinha atrás de si o prestígio da BBC, e - segundo sua própria narrativa - o representante que ele encontrou seria de uma condição hierárquica inferior à de Plantard. Além disso, esse representante não tinha sido tão comunicativo como Plantard fora conosco. Ao mesmo tempo, sendo Paoli do continente e possuindo uma mobilidade maior do que a nossa, ele pôde seguir algumas pistas e desenvolver sua pesquisa *in situ* de um modo que nós não pudemos fazer. Como resultado, seu livro foi extremamente valioso, trazendo muita informação nova. Na realidade, ele parecia merecer um segundo volume, e nós nos perguntamos por que razão Paoli não tinha continuado a escrever. Quando perguntamos por ele, fomos informados de que, em 1977 ou 1978, ele havia sido morto como espião pelo governo de Israel, por tentar vender alguns segredos aos árabes.

A abordagem de Paoli, como ele a descreve em seu livro, era em muitos aspectos similar à nossa. Ele também contatou a filha de Leo Schidlof em Londres; e também foi informado por Miss Schidlof de que ela não conhecia qualquer conexão de seu pai com sociedades secretas, maçonaria ou genealogias merovíngias. Como aconteceu com nossa pesquisadora, Paoli também contatou a Grande Loja Alpina e encontrou-se com o chanceler da loja, recebendo uma resposta ambígua. De acordo com Paoli, o chanceler negou conhecer alguém chamado Lobineau ou Schidlof. Quanto aos vários trabalhos contendo o selo da Alpina, o chanceler afirmou categoricamente que eles não existiam. Ainda assim, um amigo pessoal de Paoli, que era membro da Alpina, disse ter visto os trabalhos na biblioteca da loja. A conclusão de Paoli é a seguinte:

Existem duas possibilidades. Dado o caráter específico dos trabalhos de Henri Lobineau, a Grande Loja Alpina - que proíbe toda atividade política tanto na Suíça quanto fora - não deseja que seu envolvimento no assunto seja conhecido. Ou outro movimento se aproveitou do nome da Grande Loja para camuflar suas próprias atividades.

No anexo da Biblioteca Nacional de Versailles, Paoli descobriu quatro exemplares de *Circuit,* a revista mencionada nos estatutos do Monastério do Sinai. O primeiro era datado de 1º. de julho de *1959,* tendo Pierre Plantard como seu diretor. Mas a revista em si não pretendia ser relacionada com o Monastério do Sinai. Pelo contrário, ela se declarava órgão oficial de algo chamado Federação das Forças Francesas. Havia até mesmo um selo, que Paoli reproduz em seu livro, e os seguintes dados: *Publication périodique culturelle de* la *Fédération des Forces Françaises - Rue Pierre Jouhet,* 116 - *Aulnay-sous-Bois - (Seine-et-Oise) - Tél: 929-72-49.*
Paoli verificou o endereço. Nenhuma revista tinha sido publicada lá, e o número do telefone era falso. Além disso, revelaram-se inúteis todas as tentativas de encontrar a tal Federação das Forças Francesas. Até hoje nenhuma informação sobre tal organização surgiu. Mas não seria coincidência que o quartel-general francês dos Comitês de Segurança Pública fosse também em Aulnay-sur-Bois. A Federação das Forças Francesas apareceria assim relacionada aos comitês. Bases consideráveis para esta suposição pareciam existir. Paoli narra que o volume dois de *Circuit* se refere a uma carta de De Gaulle a Pierre Plantard, agradecendo o serviço deste. O serviço em questão seria o trabalho dos Comitês de Segurança Pública.
Segundo Paoli, a maioria dos artigos em *Circuit* lidava com assuntos esotéricos. Eles eram assinados por Pierre Plantard - com seu próprio nome ou sob o pseudônimo Chyren -, por Anne Lea Hisler e por outros com os quais já estávamos familiarizados. Ao mesmo tempo, havia outros artigos de teor diferente, Alguns deles, por

exemplo, falavam de uma ciência secreta de vinhos e vinicultura - o enxerto de vinhas - que, aparentemente, tinha algo a ver com política. Isto não parecia fazer sentido, a menos que assumíssemos que vinhos e vinicultura devessem ser entendidos alegoricamente, talvez como uma metáfora para genealogias, árvores genealógicas e alianças entre dinastias.
Quando os artigos de *Circuit* não eram antigos ou obscuros, eles eram, segundo Paoli, fervorosamente nacionalistas. Em um deles, por exemplo, assinado por Adrian Sevrette, o autor afirma que não haverá solução para os problemas existentes:

(...) exceto através de novos métodos e novos homens, pois os políticos estão mortos. Permanece o fato curioso de que os homens não desejam reconhecer isto. Existe somente uma questão: organização econômica. Mas existem ainda homens capazes de pensar a França, como durante a Ocupação, quando patriotas e soldados resistentes não se preocupavam com as tendências políticas de seus companheiros de luta?

Do volume 4 de *Circuit,* Paoli cita a seguinte passagem:

Nós desejamos que 1.500 cópias de *Circuit* sejam um contato que acenda uma luz, desejamos que a voz de patriotas seja capaz de transcender obstáculos, como em 1940, quando eles deixaram a França invadida para vir bater à porta do *líder* da França Livre. Hoje é a mesma coisa. Somos antes de tudo franceses, somos aquela força que luta de um modo ou de outro para construir uma França limpa e nova. Isto deve ser feito com o mesmo espírito patriótico, com a mesma vontade e solidariedade de ação. Assim, nós citamos aqui o que declaramos ser uma velha filosofia.

E segue-se um plano governamental detalhado para restaurar na França um lustro perdido. Ele insiste, por exemplo, no

desmantelamento dos departamentos e na restauração de províncias:

O sistema de departamentos é arbitrário, criado no tempo da Revolução, ditado e determinado pela época, de acordo com as demandas de locomoção (o cavalo). Hoje, ele não representa coisa alguma. Em contraste, a província é uma porção viva da França; é um vestígio do nosso passado, uma base como aquela que formou a existência da nossa nação; possui seu próprio folclore, seus costumes, seus monumentos, freqüentemente seus dialetos locais, que desejamos reclamar e promulgar. A província deve ter seu próprio aparelho de defesa e administração, adaptado às suas necessidades específicas, com a unidade nacional.

Paoli cita então oito páginas que se seguem. O material que elas contêm é organizado sob os seguintes subtítulos: Conselho das Províncias, Conselho de Estado, Conselho Parlamentar, Taxas, Trabalho e Produção, Medicina, Educação Nacional, Idade da Maioridade e Habitação e Escolas. O plano de governo proposto sob estes subtítulos não é desordenado ou controvertido. Provavelmente poderia ser instituído com um mínimo de revolta. Sequer poderia ser rotulado politicamente como de esquerda ou de direita, liberal ou conservador, radical ou reacionário. No geral, parece bem inócuo; e o leitor se perde ao tentar ver como ele iria necessariamente restaurar qualquer lustro perdido para a França. Como diz Paoli, "as proposições (. . .) não são revolucionárias. Contudo, elas repousam em uma análise realista das estruturas atuais do Estado francês e são impregnadas de um sólido bom senso". Mas o plano de governo delineado em *Circuit* não menciona explicitamente as bases reais sobre as quais ele repousaria caso fosse implementado: a restauração de uma monarquia popular governada pela linhagem merovíngia. Não haveria necessidade de estabelecer isto em *Circuit,* pois trata-se de um dado sublinhado, uma premissa em torno da qual

girava tudo o que era publicado na revista. Para os leitores-alvo da revista, a restauração da linhagem merovíngia era um objetivo óbvio e claramente aceito, que não necessitava de explicitação.
Nesta passagem, Paoli coloca uma questão que nos intrigava:

Por um lado, temos um descendente oculto da linhagem merovíngia e por outro um movimento secreto, o Monastério de Sion, cujo objetivo é facilitar a restauração de uma monarquia popular da linhagem merovíngia. (...) Mas é preciso saber se esse movimento se contenta com especulações político-esotéricas (cujo fim não declarado é ganhar dinheiro através da exploração da ingenuidade do mundo) ou se ele é genuinamente ativo.

Paoli então considera esta questão, revisando as evidências à sua disposição. Sua conclusão é a seguinte:

O Monastério de Sion parece possuir conexões poderosas. Atualmente, a criação de qualquer associação é submetida a uma consulta preliminar ao Ministério do Interior. Isto se aplica também a revistas e a editoras. Apesar disto, essas pessoas são capazes de publicar, sob pseudônimos, com endereços falsos, por meio de editoras não existentes, trabalhos que não podem ser encontrados em circulação nem na Suíça nem na França. Existem duas possibilidades. Ou as autoridades governamentais não estão fazendo seu trabalho, ou...

Paoli não diz qual é a alternativa. Mas fica claro que ele considera a alternativa não explicitada a mais provável das duas. Em suma, a conclusão de Paoli é que funcionários governamentais, e também um grande número de outras pessoas poderosas, são membros do Monastério do Sinai ou obedientes a ela. Se isto é verdade, Sinai deve ser uma organização realmente poderosa.

Tendo conduzido uma pesquisa pessoal intensa, Paoli se satisfaz com a pretensão merovíngia à legitimidade. Neste ponto, admite, ele consegue encontrar sentido nos objetivos de Sinai. Além deste ponto, todavia, ele se confessa profundamente intrigado. Para que, pergunta, restaurar a linhagem merovíngia hoje, 1.300 anos após sua deposição? Seria um regime merovíngio moderno diferente de qualquer outro regime atual? Se a resposta é sim, como e por quê? O que existe de tão especial nos merovíngios? Sua pretensão pode ser legítima, mas parece irrelevante. Por que tantas pessoas poderosas e inteligentes, tanto hoje quanto no passado, lhe dedicam não somente atenção como fidelidade?

Nós estávamos formulando precisamente as mesmas perguntas. Assim como Paoli, estávamos prontos a considerar a pretensão dos merovíngios à legitimidade. Mas que significado teria esta pretensão atualmente? A legitimidade técnica de uma monarquia seria um argumento tão persuasivo e convincente? Por que, no final do século XX, uma monarquia, legítima ou não, iria receber o tipo de apoio que os merovíngios pareciam receber?

Se estivéssemos lidando apenas com um grupo de fanáticos idiossincrásicos, descartaríamos o assunto. Mas não era o caso. Pelo contrário, parecíamos estar lidando com uma organização extremamente influente, que incluía em suas fileiras alguns dos homens mais distintos, mais aclamados e mais responsáveis de nossa época. E esses homens, em muitos casos, pareciam considerar a restauração da dinastia merovíngia um fim suficientemente válido para transcender suas diferenças políticas, sociais e religiosas.

Isto - a restauração de uma linhagem de 1.300 anos constituir uma cause *celébre* tão vital para tantas pessoas públicas e altamente consideradas - parecia não fazer sentido. A menos, é claro, que estivéssemos deixando de ver algo mais, de imensa conseqüência, que diferenciasse os merovíngios de outras dinastias. Em suma, a

menos que houvesse algo muito especial sobre o sangue real merovíngio.

IX
OS MONARCAS DE CABELOS LONGOS.

A essa altura, é claro, já tínhamos pesquisado a linhagem merovíngia. Até onde pudemos, tateamos nosso caminho através de uma névoa de fantasia e de obscuridade ainda mais opaca que aquela existente em torno dos cátaros e dos templários. Tínhamos passado alguns meses pensando em desembaraçar os complicados e interligados fios da história e da fábula. A despeito dos nossos esforços, contudo, os merovíngios permaneceram, no geral, envoltos em mistério.

A dinastia merovíngia surgiu dos sicambrianos, uma tribo do povo germânico, conhecido como franco. Entre os séculos V e VII, os merovíngios reinaram em grande parte do que hoje é conhecido como França e Alemanha. O período de sua ascendência coincide com o do rei Arthur - um período que serve de palco para os romances sobre o cálice sagrado. Este é provavelmente o período mais impenetrável do que chamamos hoje Idade das Trevas. Mas tal idade, descobrimos, não foi verdadeiramente escura. Ao contrário. Percebemos que alguém a tinha obscurecido deliberadamente. Como a Igreja Romana exerceu um verdadeiro monopólio do conhecimento, e especialmente da escrita, os registros que sobreviveram representam certos interesses, digamos assim, cartelizados. Quase tudo o mais foi perdido - ou censurado. Mas, a despeito do silêncio oficial, aqui e acolá alguma coisa, de tempos em tempos, escorregava através das cortinas cerradas sobre o passado e vazava até nós. A partir desses vestígios sombrios, uma realidade pôde ser reconstruída - uma realidade interessante e discordante dos dogmas ortodoxos.

A Lenda e os Merovíngios

Encontramos vários enigmas em torno da origem da dinastia merovíngia. Uma dinastia é usualmente considerada uma família ou uma casa que governa, em virtude de haver deslocado, deposto ou suplantado seus predecessores. Em outras palavras, pensa-se que uma dinastia começa com algum tipo de golpe de Estado, que freqüentemente inclui a extinção da linha reinante anterior. Na Inglaterra, a Guerra das Rosas, por exemplo, marcou a mudança de uma dinastia. Mais ou menos um século depois, os Stuart tomaram o trono inglês quando os Tudor foram extintos. E os próprios Stuart foram depostos pelas casas de Orange e de Hanover.

No caso dos merovíngios, contudo, não houve tal transição violenta ou abrupta, nem usurpação, nem deslocamento, nem extinção de um regime anterior. Pelo contrário, a casa que veio a ser chamada merovíngia parece ter reinado já sobre os francos. Os merovíngios eram considerados reis de direito. Mas parece haver existido algo de especial sobre eles, tanto que conferiram seu nome à dinastia inteira.

O governante de quem os merovíngios derivaram seu nome é muito obscuro, sua realidade histórica tendo sido eclipsada pela lenda. Mérovée (Merovech ou Meroveus) foi uma figura semi-sobrenatural, digna do mito clássico. Até mesmo seu nome testemunha origem e caráter miraculosos: evoca a palavra francesa para "mãe", bem como as palavras em francês e em latim para "mar".

Tanto os principais cronistas francos quanto a tradição subseqüente contam que Mérovée nasceu de dois pais. Quando já estava grávida de seu marido, o rei Clodio, a mãe de Mérovée teria ido nadar no oceano. Na água, ela teria sido seduzida e/ ou violada por uma criatura marinha não identificada, de além-mar - *bestea Neptuni Quinotauri similis,* "uma besta de Netuno semelhante a um Quinotauro", o que quer que fosse Quinotauro -, que teria engravidado a dama uma segunda vez. E quando Mérovée nasceu, supostamente corria em suas veias um amálgama de dois sangues

diferentes, o sangue de um governante franco e o de uma misteriosa criatura aquática.
Tais lendas fantásticas são bastante comuns, é claro, não somente no mundo antigo, mas também na posterior tradição européia. Em geral, não são inteiramente imaginárias, mas simbólicas ou alegóricas, mascarando algum fato histórico concreto por trás de sua fachada fabulosa. No caso de Mérovée, a fachada poderia bem indicar algum tipo de intercruzamento - uma genealogia transmitida através da mãe, como no judaísmo, por exemplo, ou uma mistura de linhas dinásticas, na qual os francos se tornassem aliados de alguém por sangue, possivelmente com uma fonte "de além-mar", Uma fonte que, por uma ou outra razão, foi transformada pela fábula em uma criatura do mar, Em todo caso, em virtude de seu duplo sangue, Mérovée era considerado possuidor de uma série de poderes sobre-humanos. E qualquer que seja a atualidade histórica por trás da lenda, a dinastia merovíngia continuou a ser envolvida numa aura sobrenatural de magia e bruxaria. Segundo a tradição, os monarcas merovíngios eram adeptos do oculto, iniciados em ciências arcaicas, praticantes de artes esotéricas, rivais dignos de Merlin, seu fabuloso quase-contemporâneo. Eles eram freqüentemente chamados de "reis bruxos", ou "reis taumaturgos". Em virtude de alguma propriedade miraculosa de seu sangue, seriam capazes de curar com as mãos; e segundo uma narrativa, as franjas dos pingentes de suas roupas teriam poderes curativos milagrosos. Eles seriam capazes de clarividência ou comunicação telepática com animais e com o mundo natural ao seu redor, e de utilizar um poderoso colar mágico. Possuiriam um amuleto arcaico que lhes protegia e garantia fenomenal longevidade - o que a história, incidentalmente, não parece confirmar. Todos eles possuíam supostamente um sinal congênito, que os tornava imediatamente identificáveis e atestava seu sangue semidivino, ou sagrado. Este sinal congênito tomaria a forma de uma cruz vermelha - uma curiosa antecipação do brasão dos templários - sobre o coração ou entre as omoplatas.

Os merovíngios eram também freqüentemente chamados "reis de cabelos longos". Seus cabelos, como os de Sansão, conteriam sua *vertu,* a essência e o segredo de seu poder. Quaisquer que sejam as bases para esta crença no poder dos cabelos dos merovíngios, ela parece ter sido levada bastante a sério até 754 d.C. Nesse ano, quando Childeric III foi deposto e preso, seu cabelo foi ritualmente tosado por ordem expressa do papa.

Embora sejam extravagantes, as lendas formadas em torno dos merovíngios parecem repousar sobre alguma base, alguma condição gozada pelos monarcas dessa linhagem durante toda a sua vida. De fato, eles não eram considerados reis no sentido moderno da palavra. Eram tidos como reis-sacerdotes, como incorporações do divino, nisso não diferindo, digamos, dos antigos faraós egípcios. Não reinavam simplesmente por graça divina. Pelo contrário, eram aparentemente imbuídos da incorporação e encarnação da graça de Deus, uma condição em geral reservada exclusivamente a Jesus. E parecem ter-se engajado em práticas rituais que lembravam mais um sacerdócio do que um reinado. Crânios de monarcas merovíngios encontrados, por exemplo, revelam o que parece ser uma incisão ritual ou buraco na cabeça. Incisões similares podem ser encontradas nos crânios de altos sacerdotes do antigo budismo tibetano - para permitir à alma escapar da morte e estabelecer contato direto com o divino. Existem razões para supor que o tosamento clerical seja um resíduo dessa prática.

Em 1653, uma importante tumba merovíngia foi encontrada nas Ardenas, a tumba do rei Childeric I, filho de Mérovée e pai de Clóvis, o mais famoso e influente de todos os governantes merovíngios. Como seria de se esperar, a tumba continha armas, tesouro e regalias, mas continha itens mais característicos de magia, bruxaria e adivinhação do que de reinado: uma cabeça de cavalo cortada, uma cabeça de touro feita de ouro e uma bola de cristal.

Um dos símbolos mais sagrados dos merovíngios era a abelha; e a tumba do rei Childeric continha nada menos que trezentas miniaturas

de abelhas feitas de ouro maciço. Juntamente com outros materiais da tumba, essas abelhas foram confiadas a Leopold Wilhelm Von Habsburgo, irmão do imperador Ferdinando III e, na época, governante militar da Holanda Austríaca. Finalmente, a maior parte do tesouro de Childeric retornou à França. Quando foi coroado imperador, em 1804, Napoleão fez questão de ter abelhas douradas afixadas em suas roupas.
Não foi a única manifestação do interesse de Napoleão pelos merovíngios. Para determinar se a linhagem merovíngia tinha sobrevivido à queda da dinastia, ele encomendou a um certo abade Pichon uma compilação de genealogias que, em grande parte, serviram de base para as genealogias dos Documentos do Monastério.

O Urso da Arcádia

As lendas formadas em torno dos merovíngios revelaram-se dignas da época de Arthur e dos romances do cálice. Ao mesmo tempo, constituíram uma muralha assustadora entre nós e a realidade histórica que queríamos explorar. Quando finalmente ganhamos acesso a ela - ou ao pouco que havia sobrevivido - essa realidade se mostrou de algum modo diferente das lendas. Mas ela não era menos misteriosa, extraordinária ou evocativa.
Nós encontramos pouca informação verificável sobre as verdadeiras origens dos merovíngios. Eles próprios pretendiam descender de Noé, a quem respeitavam, mais que a Moisés, como a fonte de toda a sabedoria bíblica; uma posição interessante, que emergiu novamente mil anos mais tarde na maçonaria européia. Os merovíngios também pretendiam descender diretamente de Tróia - o que, verdade ou não, poderia servir de explicação para a ocorrência,

na França, de nomes troianos como Troyes e Paris. Escritores mais contemporâneos - inclusive os autores dos Documentos do Monastério - têm tentado seguir os merovíngios até a Grécia antiga, especificamente até a região conhecida como Arcádia. De acordo com os documentos, os ancestrais dos merovíngios eram relacionados com a casa real da Arcádia. Em uma data não especificada, próxima ao advento da era cristã, eles teriam migrado Danúbio acima, e depois Reno acima, estabelecendo-se no que é hoje a parte ocidental da Alemanha.

A derivação dos merovíngios, de Tróia ou da Arcádia, parece hoje uma questão acadêmica, e não há necessariamente conflito entre as duas afirmações. Segundo Homero, um contingente substancial de arcadianos estava presente no cerco a Tróia. E segundo histórias gregas antigas, Tróia foi fundada por gente da Arcádia. Vale a pena também notar que o urso, na antiga Arcádia, era um animal sagrado, base de cultos de mistério, um totem, ao qual sacrifícios rituais eram oferecidos. Realmente, o próprio nome Arcádia deriva de *arkades,* que significa "povo do urso". Os antigos arcadianos pretendiam descender de Arkas, a deidade patrona da terra, cujo nome também significa urso. De acordo com a mitologia grega, Arkas era filho de Kallisto, uma ninfa relacionada com Artêmis, a caçadora. Modernamente, Kallisto é mais conhecida como a constelação Ursa Maior.

Entre os francos sicambrianos, dos quais surgiram os merovíngios, o urso gozava de uma condição igualmente exaltada. Assim como os antigos arcadianos, eles veneravam o urso na forma de Artêmis - ou, mais especificamente, na forma de seu equivalente gaulês, Arduína, deusa patrona de Ardenas. O culto misterioso a Arduína persistiu até a Idade Média, sendo Lunéville um de seus centros, próximo de dois outros locais recorrentes em nossa investigação, Stenay e Orval. Em 1304, a Igreja ainda promulgava estatutos proibindo a veneração dessa deusa pagã.

Dada a condição mágica, mística e de totem do urso no centro merovíngio de Ardenas, não é de se surpreender que nos Documentos do Monastério o nome Ursus seja associado à linhagem merovíngia real. Mais surpreendente é o fato de a palavra gaulesa para urso ser *arth,* de onde deriva o nome Arthur. Embora não tenhamos seguido o assunto até esse ponto, a coincidência nos intrigou. Arthur não seria somente contemporâneo dos merovíngios, mas também, como eles, associado com o urso.

Os Sicambrianos entram na Gália

No início do século V, a invasão dos hunos provocou migrações em grande escala de quase todas as tribos européias. Foi nessa época que os merovíngios - ou, mais precisamente, os ancestrais sicambrianos dos merovíngios - cruzaram o Reno e se mudaram em massa para a Gália, estabelecendo-se no que hoje é a Bélgica e o norte da França, nas vizinhanças de Ardenas. Um século mais tarde essa região veio a se chamar reino de Austrasie. E o centro desse reino estava situado no que hoje se chama Lorraine.

O influxo sicambriano na Gália não consistiu de uma horda de selvagens bárbaros invadindo tumultuosamente a terra. Pelo contrário, foi um processo plácido e civilizado. Durante séculos os sicambrianos tinham mantido contato com os romanos, e, embora fossem pagãos, não eram selvagens. Eram bem versados em costumes e administração romana, e seguiam as modas romanas. Alguns sicambrianos se tinham tornado oficiais de alto escalão no exército imperial. Alguns tinham até chegado a cônsules romanos. Por isso, o influxo sicambriano foi mais uma absorção pacífica do que um ataque ou uma invasão. E quando o império romano caiu, no final do século V, os sicambrianos preencheram o vácuo. Não o fizeram violentamente, pela força. Mantiveram os velhos costumes e alteraram muito pouco. Sem nenhum levante, assumiram o controle do aparelho administrativo já existente, mas vago. O regime dos

primeiros merovíngios se harmonizou, portanto, com o modelo do velho império romano.

Mérovée e seus Descendentes

Nossa pesquisa exumou menções de pelo menos duas figuras históricas chamadas Mérovée, e não sabemos qual delas é considerada, pela lenda, descendente da criatura do mar. Um dos Mérovée foi um chefe sicambriano que viveu em 417, lutou sob os romanos e morreu em 438. Pelo menos um especialista moderno nesse período sugere que este Mérovée realmente visitou Roma e causou uma certa sensação. Há, de fato, registro de uma visita de um imponente líder franco, conspícuo por seu esvoaçante cabelo amarelo.

Em 448, o filho deste Mérovée, com o mesmo nome do pai, foi proclamado rei dos francos em Tournai e reinou até sua morte, dez anos depois. Ele pode ter sido o primeiro rei oficial dos francos como um povo unido. Em virtude disto, talvez, ou de todo o simbolismo desse fabuloso nascimento duplo, a dinastia que o sucedeu foi chamada desde então merovíngia.

O reino dos francos floresceu sob os sucessores de Mérovée. Não foi a cultura bárbara freqüentemente imaginada. Pelo contrário, merece ser comparado, em muitos aspectos, com a grande civilização de Bizâncio. Até mesmo a literatura secular era encorajada, tendo sido mais amplamente difundida do que seria nas duas dinastias e nos quinhentos anos subseqüentes. Esta literatura se estendia aos governantes - um fato surpreendente, dado o caráter rude e iletrado dos últimos monarcas medievais. O rei Chilperic, por exemplo, que reinou durante o século VI, não só construiu amplos anfiteatros de estilo romano em Paris e em Soissons, como também foi um poeta dedicado e exemplar, orgulhoso de sua arte. Narrativas literais de suas discussões com autoridades eclesiásticas refletem sutileza, sofisticação e aprendizado extraordinários, qualidades que

dificilmente seriam associadas a um rei da época. Em muitas dessas discussões, Chilperic se revelava mais do que igual a seus interlocutores clericais. Sob o reino dos merovíngios, os francos eram freqüentemente brutais. Mas não eram, na realidade, um povo guerreiro por natureza ou por disposição. Não eram como os *vikings,* vândalos, visigodos ou hunos. Suas atividades principais eram a agricultura e o comércio. Muita atenção davam ao comércio marítimo, especialmente no Mediterrâneo. E os artefatos da época dos merovíngios refletem um trabalho de alta qualidade, como comprova o tesouro do navio Sutton Hoo.

A riqueza acumulada pelos reis merovíngios foi enorme, mesmo para os padrões de épocas ulteriores. Muito de sua riqueza consistia em moedas de ouro de soberba qualidade, produzidas por casas reais localizadas em alguns locais importantes, incluindo o que é hoje Sinai, na Suíça. Espécimes de tais moedas foram encontradas no tesouro do navio Sutton Hoo e podem ser vistas hoje no Museu Britânico. Muitas dessas moedas portam uma cruz de braços iguais, idêntica àquela posteriormente adotada durante as Cruzadas pelo reino franco de Jerusalém.

Sangue Real

Embora a cultura merovíngia fosse ponderada e surpreendentemente moderna, os monarcas que a presidiam eram já outro assunto. Não eram típicos nem mesmo dos governantes de seu tempo, pela atmosfera de mistério e lenda, mágica e sobrenatural, que os rodeava em vida. Os costumes e a economia do mundo merovíngio não diferiam marcantemente de outros do período, mas a aura sobre o trono e a linhagem real era bem peculiar.

Os filhos de sangue merovíngio não eram reis fabricados. Ao contrário, logo aos doze anos de idade eram considerados como tal. Não havia cerimônia pública de unção, ou de coroação. O poder era simplesmente assumido, como se por direito sagrado. Mas enquanto

o rei era autoridade suprema no reino, ele não era jamais obrigado - ou mesmo não se esperava dele que o fizesse - a manchar suas mãos com o ato mundano de governar. Ele era essencialmente uma figura ritualizada, um rei-sacerdote, e seu papel não era o de *fazer* alguma coisa, mas de simplesmente *ser.* Em suma, o rei mandava, mas não governava. A este respeito, sua condição era de algum modo similar à da atual família real britânica. Governo e administração eram deixados para um oficial não real, equivalente a um chanceler. De modo geral, a estrutura do regime merovíngio tinha muitas coisas em comum com as monarquias constitucionais modernas.

Mesmo após sua conversão ao cristianismo, os governantes merovíngios se mantiveram polígamos, assim como os patriarcas do Velho Testamento. Ocasionalmente, possuíam haréns de proporções orientais. Mesmo quando a aristocracia, sob pressão da Igreja, tornou-se rigorosamente monogâmica, a monarquia permaneceu isenta. E a Igreja, curiosamente, parece ter aceito essa prerrogativa sem qualquer protesto. Segundo um comentarista:

Por que era ela [a poligamia] tacitamente aprovada pelos próprios francos? Nós podemos aqui estar em presença de um hábito antigo de poligamia em uma família real - uma família de tal nível que seu sangue não poderia ser enobrecido por nenhuma combinação, por mais vantajosa que fosse, nem degradado pelo sangue de escravos. (...) Era indiferente se uma rainha fosse tirada de uma dinastia real ou do meio de cortesãs. (...) A fortuna da dinastia permanecia em seu sangue e era compartilhada por todos os que fossem daquele sangue.

E novamente: "É possível que, nos merovíngios, possamos ter uma dinastia de *heerkönige* alemães, derivada de uma antiga família de reis do período da migração." Quantas famílias podem ter gozado, em toda a história mundial, de tal condição exaltada e extraordinária?

Por que os merovíngios? Por que seu sangue estaria investido de tão imenso poder? Estas perguntas continuavam a nos intrigar.

Clóvis e seu Pacto com a Igreja

O mais famoso de todos os governantes merovíngios foi o neto de Mérovée, Clóvis I, que reinou entre 481 e 511. Seu nome é conhecido de todos os estudantes franceses, pois foi sob Clóvis que os francos se converteram ao cristianismo romano. E foi através dele que Roma começou a estabelecer na Europa Ocidental uma supremacia que não foi desafiada durante mil anos.

Por volta de 496, a Igreja Romana estava em situação precária. Ao longo do século V, sua própria existência tinha sido severamente ameaçada. Entre 384 e 399, o bispo de Roma já tinha começado a se denominar papa, mas sua condição oficial não era maior do que a de qualquer outro bispo, e bem diferente da do papa atual. Ele não era, em nenhum sentido, o líder espiritual ou a cabeça suprema da cristandade. Representava apenas um conjunto de interesses velados, uma das muitas formas divergentes de cristianismo, que lutava desesperadamente pela sobrevivência, contra uma variedade de cismas e pontos de vista teológicos conflitantes. Oficialmente, a Igreja Romana não possuía maior autoridade do que, digamos, a Igreja Celta, com a qual estava em atrito permanente. Sua autoridade não era maior do que a de heresias, como o arianismo, que negava a divindade de Jesus e insistia em sua humanidade. Durante a maior parte do século V, os bispados da Europa Ocidental ou eram arianos ou estavam vagos.

Se a Igreja Romana quisesse sobreviver e, além disso, exercer sua autoridade, ela necessitaria do apoio de um campeão, uma poderosa figura secular que pudesse representá-la. Para que a cristandade evoluísse de acordo com a doutrina romana, esta doutrina deveria ser disseminada, implementada e imposta por força secular - uma força suficientemente poderosa para enfrentar e finalmente extirpar o

desafio dos credos cristãos rivais. Não é de se surpreender, então, que a Igreja Romana, em seu momento de necessidade mais aguda, procurasse Clóvis.

Por volta de 486, Clóvis tinha aumentado significativamente a extensão dos domínios merovíngios, lançando-se de Ardenas para anexar vários reinos e principados adjacentes, vencendo várias tribos rivais. Como resultado, muitas cidades importantes - Troyes, por exemplo, Rheims e Amiens - foram incorporadas ao reino. Em uma década, tornou-se claro que Clóvis estava a caminho de se tornar o chefe mais poderoso da Europa Ocidental,.

A conversão e o batismo de Clóvis revelaram-se de importância crucial em nossa investigação. Uma narrativa do acontecimento foi compilada, em todos os detalhes, mais ou menos na época em que ele ocorreu. Dois séculos e meio mais tarde, esta narrativa, chamada *A vida de São Rémy,* foi destruída, exceto por umas poucas páginas manuscritas avulsas. E as evidências sugerem que ela foi destruída deliberadamente. Apesar disso, os fragmentos restantes testemunham a importância do que estava envolvido ali.

Segundo a tradição, a conversão de Clóvis foi súbita e inesperada, efetuada por sua esposa, Clotilde, ardente devota de Roma, que teria importunado seu marido até que ele aceitasse sua fé, tendo sido canonizada depois por seus esforços. Nesses esforços, ela teria sido guiada e assistida por seu confessor, São Rémy. Mas por trás dessas tradições repousa uma realidade histórica muito prática e mundana. Quando Clóvis se converteu ao cristianismo romano e tornou-se o primeiro rei dos francos, ele tinha mais a ganhar do que a aprovação de sua mulher. Estava em jogo um reino mais tangível e substancial que o reino dos céus.

Sabe-se que, em 496, várias reuniões secretas ocorreram entre Clóvis e São Rémy. Imediatamente depois, estabeleceu-se um acordo entre Clóvis e a Igreja Romana. Para esta, foi um triunfo político importante, que asseguraria a sobrevivência da Igreja, estabelecendo-a como a suprema autoridade espiritual no Ocidente.

Ele consolidou a condição de Roma como igual à da fé ortodoxa grega, baseada em Constantinopla; ofereceu uma perspectiva de hegemonia romana e meios efetivos de erradicar as cabeças de hidra da heresia. E Clóvis representava os meios de implementar estas coisas: a espada da Igreja, o instrumento pelo qual Roma imporia sua dominação espiritual, o braço secular e a manifestação palpável do poder romano.

Em troca, Clóvis receberia o título de Novus Constantinus. Em outras palavras, presidiria um império unificado - o Sacro Império Romano -, projetado para suceder àquele supostamente criado sob Constantino e destruído pouco tempo depois por visigodos e vândalos. Segundo um especialista moderno do período, Clóvis, antes de seu batismo, foi "fortificado (. . .) com visões de um império que sucederia ao de Roma, que seria a herança da raça merovíngia".

De acordo com outro escritor moderno, "Clóvis deve agora tornar-se um rei do império ocidental, um patriarca dos alemães ocidentais, reinando, embora não governando, sobre todos os povos e reis".

O pacto entre Clóvis e a Igreja Romana, em suma, trouxe sérias conseqüências para a cristandade - não somente a daquele tempo, mas também a do milênio seguinte. O batismo de Clóvis marcaria o nascimento de um novo império romano, um império cristão, baseado na Igreja Romana e administrado, no nível secular, pela linhagem merovíngia. Um laço indissolúvel foi estabelecido entre Igreja e Estado, cada um devendo fidelidade ao outro, cada um se ligando perpetuamente ao outro. Para ratificar este laço, Clóvis, em 496, deixou-se batizar formalmente por São Rémy em Rheims. No clímax da cerimônia, São Remy pronunciou suas famosas palavras: *Mitis depone colla, Sicamber, adora quod incendisti, incendi quod adorasti.* *

* Inclinai vossa cabeça humildemente, sicambriano, reverenciai o que haveis queimado e queimai o que haveis reverenciado.

É importante observar que, ao contrário do que historiadores às vezes sugerem, o batismo de Clóvis não foi uma coroação. A Igreja não fez de Clóvis um rei. Ele já o era, e tudo o que a Igreja podia fazer era reconhecê-lo como tal. Ao fazê-lo, a Igreja se ligava oficialmente não só a Clóvis, mas a uma linhagem. Neste ponto, o pacto se assemelhava àquele selado, segundo o Velho Testamento, entre Deus e o rei Davi - um pacto que pode ser modificado, como no caso de Salomão, mas não revogado, quebrado ou traído. E os merovíngios não perderam de vista o paralelo.
Durante os anos restantes de sua vida, Clóvis percebeu perfeitamente as ambiciosas expectativas de Roma em relação a ele. Com irresistível eficiência, a fé foi imposta pela espada; e com a sanção e o mandato espiritual da Igreja, o reino franco expandiu-se para o leste e o sul, englobando a maior parte da França e da Alemanha atuais. Entre os numerosos adversários de Clóvis, os mais importantes foram os visigodos, que aderiram à cristandade ariana. Foi contra o império dos visigodos - que dominava os Pirineus e se estendia pelo norte até Tolouse - que Clóvis dirigiu suas mais assíduas e organizadas campanhas. Em 507 ele derrotou definitivamente os visigodos na Batalha de Vouillé. Logo depois, Aquitânia e Toulouse caíram em mãos francas. O império visigodo ao norte dos Pirineus caiu efetivamente antes do ataque franco. De Toulouse, os visigodos retiraram-se para Carcassonne. Expulsos de Carcassonne, estabeleceram sua capital, e último bastião, na região de Razès, em Rhédae - hoje cidade de Rennes-le-Château.

Dagobert II

Clóvis morreu em 511, e o império que ele havia criado se dividiu, ,- segundo o costume merovíngio, entre seus quatro filhos. Por mais de um século após a morte de Clóvis, a dinastia merovíngia presidiu vários reinos diferentes e freqüentemente rivais, enquanto as linhas de sucessão se tornaram progressivamente mais imbricadas e as

pretensões ao trono cada vez mais conflitantes. A autoridade, antes centrada em Clóvis, tornou-se progressivamente mais confusa, mais incipiente, e a ordem secular deteriorou-se. Intrigas, maquinações, raptos e assassinatos políticos tornaram-se cada vez mais comuns. E os chanceleres da corte, ou *"mayors* do palácio", acumularam mais e mais poder - um fator que contribuiria finalmente para a queda da dinastia.

Cada vez mais desprovidos de autoridade, os últimos governantes merovíngios foram freqüentemente chamados *les rois fainéant* ["os reis enfraquecidos"]. A posteridade os tem estigmatizado desdenhosamente como monarcas fracos, incapazes, afeminados e maleavelmente dependentes, nas mãos de conselheiros espertos e astuciosos. Nossa pesquisa revelou que este estereótipo não é acurado. É verdade que as constantes guerras, vendetas e conflitos destruidores empurraram vários príncipes merovíngios para o trono em tenra idade, tornando-os facilmente manipuláveis por seus conselheiros. Mas aqueles que atingiam a idade adulta mostraram-se tão fortes e decididos quanto qualquer de seus predecessores. Este parece ter sido o caso de Dagobert II.

Dagobert II nasceu em 651, herdeiro do reino de Austrasie. Com a morte de seu pai em 656, tentativas extravagantes foram feitas para impedir sua subida ao trono. Realmente, o início da vida de Dagobert se parece com uma lenda medieval, ou um conto de fadas. Mas trata-se de uma história bem documentada.

Quando seu pai morreu, Dagobert, então com cinco anos de idade, foi raptado pelo *mayor* do palácio, um homem chamado Grimoald. As tentativas de encontrar o menino foram infrutíferas, e não foi difícil convencer a corte de que ele havia morrido. Nestas bases, Grimoald engendrou a ascensão de seu próprio filho ao trono, afirmando que este havia sido o desejo do monarca anterior, o falecido pai de Dagobert. O artifício funcionou. Até mesmo a mãe de Dagobert, acreditando na morte do filho, cedeu às ambições do *mayor.*

Entretanto, Grimoald foi mal sucedido em sua tentativa de matar o jovem príncipe, confiado em segredo ao bispo de Poitiers. O bispo, parece, relutou em matar a criança, finalmente exilada na Irlanda. Dagobert cresceu até a idade adulta no monastério irlandês de Sloane, próximo de Dublin; e lá, na escola ligada ao monastério, recebeu uma educação inexistente na França daquela época. Durante esse período, em algum momento ele teria freqüentado a corte do Grande Rei de Tara, conhecendo os três príncipes de Northumbria, que também estavam sendo educados em Sloane. Em 666, provavelmente ainda na Irlanda, Dagobert casou-se com Mathilde, uma princesa celta. Logo depois mudou-se para a Inglaterra e estabeleceu residência em York, no reino de Northumbria, onde se tornou amigo íntimo de São Wilfrid, bispo de York, que veio a ser seu tutor.

Durante o período em questão, um cisma ainda existia entre as igrejas Romana e Celta, com esta última recusando a autoridade da primeira. A fim de obter a unificação, Wilfrid tinha como tarefa trazer a Igreja Celta para dentro da Igreja Romana, o que conseguiu já em 664. Mas sua amizade posterior com Dagobert II não era destituída de segundas intenções. Na época de Dagobert, a fidelidade merovíngia a Roma - na forma como foi ditada pelo pacto da Igreja com Clóvis um século e meio antes - era menos fervente do que poderia ser. Sendo Wilfrid um leal aliado de Roma, ele estava ansioso para consolidar a supremacia romana, não somente na Grã-Bretanha, mas também no continente. Se Dagobert retornasse à França e reclamasse o reino de Austrasie, seria interessante assegurar sua lealdade. Wilfrid pode muito bem ter visto no príncipe exilado um possível braço armado da Igreja.

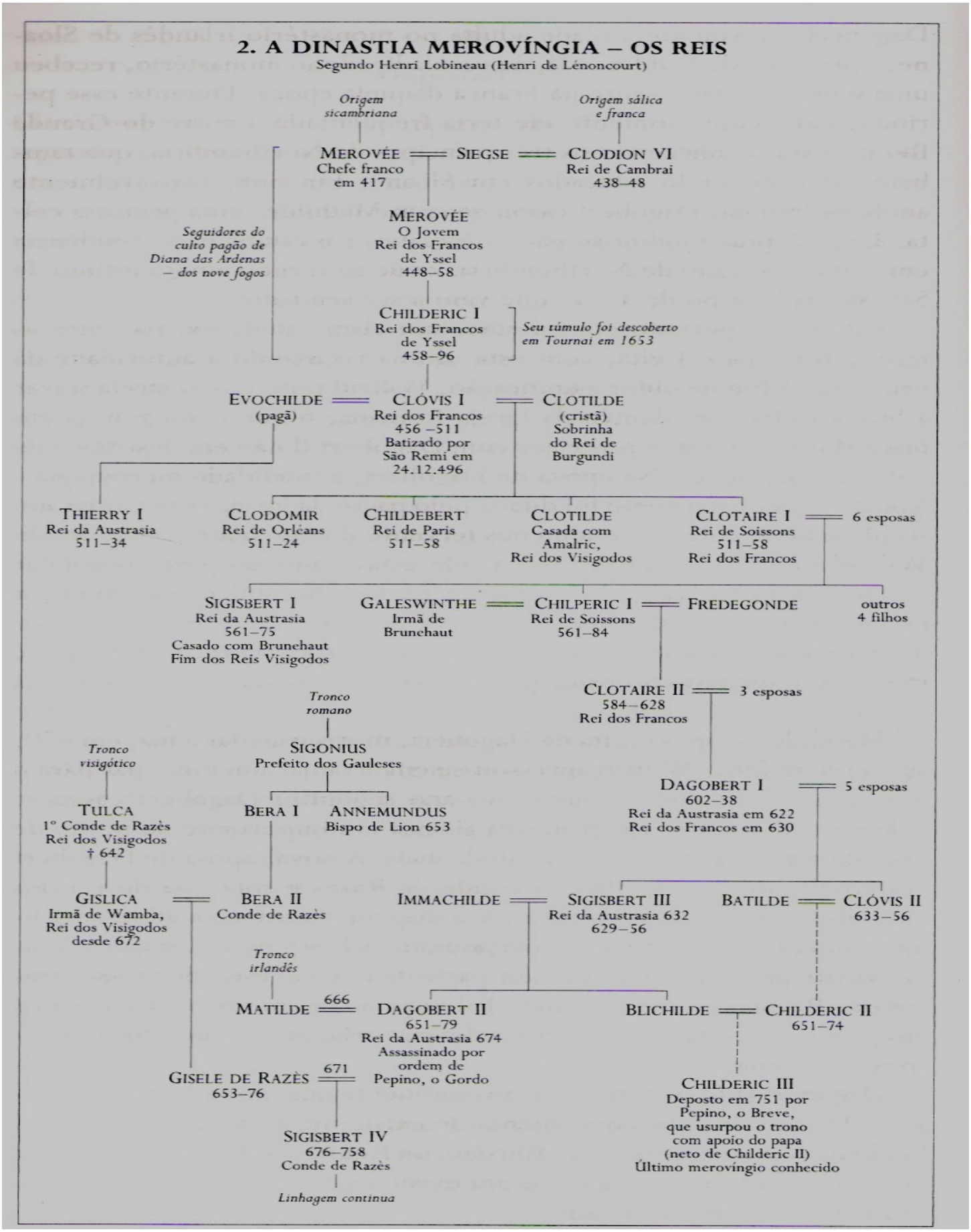
Mathilde, a esposa celta de Dagobert, morreu ao dar à luz, em 670, sua terceira filha. Wilfrid apressou-se em arranjar um novo par para o monarca recentemente viúvo. No ano seguinte, Dagobert casou-se pela segunda vez. Se sua primeira aliança era importante do ponto de vista dinástico, a segunda o era ainda mais. A nova esposa de

Dagobert era Giselle de Razès, filha do conde de Razès e sobrinha do rei dos visigodos. Em outras palavras, a linhagem merovíngia aliou-se à linhagem real dos visigodos. Aí repousam as bases de um império embrionário que teria unido a maior parte da França, estendendo-se através dos Pirineus até as Ardenas. Tal império, além disso, colocaria os visigodos - ainda com fortes tendências arianas - sob o firme controle de Roma.

Dagobert já havia retornado ao continente quando se casou com Giselle. De acordo com a documentação existente, o casamento foi celebrado na residência oficial de Rhédae, ou Rennes-le-Château, na igreja de Sainte Madeleine - a estrutura existente no local onde a igreja de Saunière seria erigida depois.

2. A DINASTIA MEROVÍNGIA – OS REIS

Segundo Henri Lobineau (Henri de Lénoncourt)



O primeiro casamento de Dagobert tinha produzido três filhas mas nenhum herdeiro masculino. Com Giselle, Dagobert teve mais duas filhas e, por último, em 676, um filho - o infante Sigisbert IV. Dagobert parece ter passado cerca de três anos em Rennes-le-Château, acompanhando o desenrolar dos acontecimentos em seus domínios no norte. Finalmente, em 674, a oportunidade se apresentou. Com o apoio de sua mãe e de seus conselheiros, o monarca longamente exilado se anunciou, reclamou seu reino e foi oficialmente proclamado rei da Austrasie. Wilfrid de York atuou neste acontecimento. Segundo Gérard De Sède, uma figura muito mais evasiva e muito mais misteriosa, a respeito de quem existe muito pouca informação histórica, também atuou: São Amatus, bispo de Sinai, na Suíça.

Uma vez restituído ao trono, Dagobert não foi *roi fainéant.* Mostrou-se, ao contrário, um merecido sucessor de Clóvis, afirmando e consolidando sua autoridade, domando a anarquia que prevalecia em toda a Austrasie e restabelecendo a ordem. Governou com firmeza, quebrando o controle de vários nobres rebeldes que haviam mobilizado suficiente poder econômico e militar para desafiar o trono. E em Rennes-le-Château ele teria reunido um tesouro substancial, destinado a financiar a reconquista da Aquitânia, que havia escapado das mãos merovíngias quarenta anos antes e se declarado principado independente.

Ao mesmo tempo, Dagobert deve ter representado um grave desapontamento para Wilfrid de York, pois não passou a atuar como o braço armado da Igreja. Pelo contrário, ele parece ter abortado tentativas da Igreja de se expandir em seu reino. Existe uma carta de um irado prelado franco condenando Dagobert por cobrar taxas, por "escarnecer das igrejas de Deus e de seus bispos".

Este não foi o único motivo pelo qual Dagobert parece ter enraivecido Roma. Em virtude de seu casamento com uma princesa visigoda, ele havia adquirido um território considerável, onde hoje é o Languedoc. E pode muito bem ter adquirido mais alguma coisa. Só nominalmente

os visigodos eram leais à Igreja de Roma. Tal aliança, na verdade, era extremamente tênue, e uma certa tendência ao arianismo persistia na família real. Existem evidências que sugerem que Dagobert absorveu algo dessa tendência.

Por volta de 679, três anos depois de subir ao trono, Dagobert tinha feito vários inimigos, tanto seculares quanto eclesiásticos. Havia incorrido na hostilidade de alguns nobres vingativos, cuja autonomia restringira. Havia angariado a antipatia da Igreja, cujas tentativas de expansão abortara. Ao estabelecer um regime efetivo e centralizado, havia provocado inveja e alarme em outros potentados francos, governantes de reinos adjacentes. Alguns desses governantes tinham aliados e agentes dentro dos domínios de Dagobert. Um deles era o próprio *mayor* do palácio, Pepin, o Gordo. E Pepin, alinhando-se clandestinamente com os inimigos políticos de Dagobert, não se excluiu nem de traição nem de assassinato.

Assim como a maioria dos governantes merovíngios, Dagobert tinha no mínimo duas capitais. A mais importante delas era Stenay, nas bordas das Ardenas. Próximo do palácio real de Stenay estendia-se um terreno muito arborizado, considerado sagrado havia muito tempo, chamado floresta de Woëvres. Em 23 de dezembro de 679, Dagobert teria ido caçar ali. Considerando-se a data, a caça bem poderia ter sido uma ocasião ritual de algum tipo. Em todo caso, o que se seguiu evoca uma variedade de ecos, inclusive a morte de Siegfried em *Nibelungenlied.*

Por volta de meio-dia, sucumbindo à fadiga, o rei se deitou para repousar perto de um riacho, ao pé de uma árvore. Enquanto dormia, um de seus serventes - supostamente, um de seus afilhados - aproximou-se sorrateiramente e, agindo sob as ordens de Pepin, atravessou-lhe o olho com uma lança. Os assassinos então retornaram a Stenay com a intenção de exterminar o restante da família, que ali residia. Não sabemos quão bem-sucedidos foram nessa última empreitada. Mas, sem dúvida, o reino de Dagobert e sua família tiveram um súbito fim. Sem perder muito tempo com luto,

a Igreja endossou prontamente as ações dos assassinos do rei. Existe até uma carta de um prelado franco a Wilfrid de York, que tenta racionalizar e justificar o assassinato real.
O corpo de Dagobert e sua condição póstuma sofreram ambos uma série de curiosas vicissitudes. Imediatamente depois de sua morte, ele foi enterrado em Stenay, na Capela Real de São Rémy. Em 872 - quase dois séculos depois - foi exumado e removido para outra igreja. Esta nova igreja tornou-se a Igreja de São Dagobert, pois no mesmo ano o falecido rei foi canonizado - não pelo papa (que até 1159 não detinha sozinho este direito), mas por um Conclave Metropolitano. A razão para a canonização de Dagobert permanece obscura. Segundo uma fonte, isto aconteceu porque suas relíquias teriam preservado as vizinhanças de Stenay contra os ataques dos *vikings* - embora esta explicação leve a dúvidas, pois não se sabe o que possuíam as relíquias para exercer tal poder. Autoridades eclesiásticas parecem embaraçosamente ignorantes sobre o assunto. Elas admitem que Dagobert, por alguma razão, tornou-se objeto de culto, passando a ter seu dia 23 de dezembro, o aniversário de sua morte - no calendário católico. Mas parecem completamente perdidas sobre a razão de ele ser tão cultuado. É possível, é claro, que a Igreja tenha se sentido culpada por seu próprio papel na morte do rei. A canonização de Dagobert pode, desta forma, ter sido uma tentativa de desagravo. Se isto é verdade, entretanto, não há indicação de por que este ato foi necessário, nem por que se teriam esperado dois séculos.
Nos séculos seguintes, Stenay, a igreja de São Dagobert e talvez as relíquias que continha, foram consideradas de grande importância por várias figuras ilustres. Em 1069, por exemplo, o duque de Lorraine avô de Godfroi de Bouillon - concedeu proteção especial à igreja e colocou-a sob os auspícios da abadia de Gorze, que se situava nas proximidades. Alguns anos mais tarde a igreja foi apropriada por um nobre local. Em 1093, Godfroi de Bouillon mobilizou um exército e sujeitou Stenay a um grande cerco - com o

único propósito, parece, de resgatar a igreja e devolvê-la à abadia de Gorze.
Durante a Revolução Francesa, a igreja foi destruída e as relíquias de São Dagobert, assim como muitas outras através da França, foram dispersas. Atualmente, um cérebro contendo uma incisão ritual, que teria sido de Dagobert, está sob custódia de um convento em Mons. Todas as outras relíquias do rei desapareceram. Mas em meados do século XIX, um documento dos mais curiosos veio à luz. Trata-se de um poema, uma litania em 21 versos, intitulado De *sancta Dagoberto martyre prose,* induzindo à idéia de que Dagobert havia sido martirizado por ou para alguma coisa. Acredita-se que este poema tenha sido escrito na Idade Média ou mesmo antes. Sintomaticamente, ele foi encontrado na abadia de Orval.

A Usurpação pelos Carolíngios

Rigorosamente falando, Dagobert não foi o último governante da dinastia merovíngia. Na realidade, os monarcas merovíngios retiveram pelo menos a condição nominal por mais três quartos de século. Mas estes últimos merovíngios mereceram o nome de *rois fainéants.* Muitos deles eram muito jovens. Como conseqüência, eram freqüentemente fracos, peões nas mãos dos *mayors* do palácio, incapazes de afirmar sua autoridade ou de tomar decisões próprias. Eram realmente um pouco mais que vítimas, e vários foram sacrificados.
Além disso, os últimos merovíngios foram de ramos paralelos, não descendentes diretos de Mérovée e de Clóvis. A linha principal da descendência merovíngia foi deposta com Dagobert II. Para todos os efeitos e propósitos, portanto, o assassinato de Dagobert pode ser considerado o marco do final da dinastia merovíngia. A morte de Childeric III, em 754, foi uma mera formalidade no que diz respeito ao poder dinástico. Como governantes dos francos, a linhagem merovíngia tinha sido efetivamente extinta muito tempo antes.

Quando o poder escapou das mãos dos merovíngios, passou para as mãos dos *mayors* do palácio, um processo que já havia começado antes do reinado de Dagobert. Foi um *mayor* do palácio, Pepin, o Gordo, que planejou a morte de Dagobert. Pepin foi seguido de seu filho, o famoso Charles Martel.

Aos olhos da posteridade, Charles Martel é uma das figuras mais heróicas da história da França. Existe certamente algum fundamento nisso. Sob Charles, a invasão moura da França foi abalada na Batalha de Poitiers, em 732. E Charles, em virtude de sua vitória, foi, de algum modo, tanto "defensor da fé" quanto "salvador da cristandade". Curiosamente, Charles Martel, embora tenha tido muita força, nunca subiu ao trono, que certamente estava ao seu alcance. Na realidade, ele parece ter considerado o trono com um certo temor supersticioso e, muito possivelmente, como uma prerrogativa especificamente merovíngia. Os sucessores de Charles, que subiram ao trono, tiveram o cuidado de estabelecer sua legitimidade casando-se com princesas merovíngias.

Charles Martel morreu em 741. Dez anos depois, seu filho, Pepin III, *mayor* do palácio do rei Childeric III, engajou o apoio da Igreja para reclamar formalmente o trono. Os embaixadores de Pepin perguntaram ao papa: "Quem deveria ser rei? O homem que atualmente detém o poder, ou aquele que, embora chamado de rei, não tem nenhum poder?" O papa pronunciou-se em favor de Pepin. Com apostólica autoridade, ordenou que Pepin fosse coroado rei dos francos, numa traição ao pacto ratificado por Clóvis dois séculos e meio antes. Legitimado por Roma, Pepin depôs Childeric III, confinou o rei em um monastério e, para humilhá-lo, destituiu-o de seus "poderes mágicos'" privando-o de seu cabelo sagrado. Childeric morreu quatro anos depois, e a ocupação do trono por Pepin não foi disputada.

Um ano antes, surgiu um documento crucial, que iria alterar o curso da história ocidental: a Doação de Constantino. Hoje não se duvida que ele foi forjado, fabricado - e de maneira não muito inteligente - no

interior da chancelaria papal. Naquela época, contudo, foi considerado genuíno, obtendo enorme influência.
A Doação de Constantino data da suposta conversão de Constantino ao cristianismo, em 312 d.C. Segundo o documento, Constantino doava oficialmente ao bispo de Roma seus símbolos e sua regalia imperiais, que então se tornaram propriedade da Igreja. A Doação alega ainda que Constantino, pela primeira vez, tinha declarado que o bispo de Roma era o "vigário de Cristo", oferecendo a ele a condição de imperador. Como "vigário de Cristo", o bispo teria, supostamente, devolvido a regalia imperial a Constantino, que a usou subseqüentemente com a sanção e permissão eclesiásticas, mais ou menos como um empréstimo.
As implicações desse documento são claras. De acordo com a Doação de Constantino, o bispo de Roma exerceria sobre a cristandade a suprema autoridade secular, além da espiritual. Seria, na verdade, um papa imperador, que disporia como quisesse da coroa imperial, podendo delegar seu poder, no todo ou em parte, a seu bel prazer. Em outras palavras, ele possuía, através de Cristo, o direito indiscutível de criar ou depor reis. Da Doação de Constantino deriva, em última instância, o subseqüente poder do Vaticano em assuntos seculares.
Retirando daí sua autoridade, a Igreja lançou sua influência em nome de Pepin III. Elaborou uma cerimônia na qual o sangue de usurpadores, ou de qualquer um, podia ser declarado sagrado. Esta cerimônia veio a ser conhecida como coroação e unção, no sentido que estes termos passaram a ser entendidos na Idade Média e na Renascença. Na coroação de Pepin, os bispos foram autorizados pela primeira vez a assistir a cerimônia em pé de igualdade com os nobres seculares. E a coroação em si não mais significava o reconhecimento de um rei, ou um pacto com um rei. Agora, ela consistia em nada menos que a criação de um rei.
O ritual de unção também foi transformado. No passado, quando praticado, ele era uma investidura cerimonial, um ato de

reconhecimento e ratificação. Agora, contudo, assumia um significado novo. Tomava precedência sobre o sangue, e podia - magicamente, por assim dizer - santificar sangues. A unção tornou-se algo mais que um gesto simbólico. Tornou-se o ato através do qual a graça divina era conferida a um governante. E o papa, ao realizar este ato, tornava-se mediador supremo entre Deus e os reis. Através do ritual de unção, a Igreja se reservava o direito de fazer reis. O sangue passava a ser subordinado ao óleo. E todos os monarcas se tornavam subordinados, e subservientes, ao papa.

Em 754, Pepin III recebeu oficialmente a unção em Ponthion, inaugurando assim a dinastia carolíngia. O nome deriva de Charles Martel, embora seja geralmente associado aos governantes carolíngios mais famosos, como Charles, o Grande, Carolus Magnus ou, como ele é mais conhecido, Carlos Magno. Em 800, Carlos Magno foi proclamado imperador do Sacro Império Romano, um título que, em virtude do pacto com Clóvis três séculos antes, deveria ser reservado exclusivamente à linhagem merovíngia. Roma se tornava agora o assento de um império que abraçava toda a Europa ocidental, e cujos governantes só governavam com a sanção do papa.

Em 496 a Igreja se havia ligado de forma perpétua à linhagem merovíngia. Ao sancionar o assassinato de Dagobert, ao inventar as cerimônias de coroação e unção, ao endossar a pretensão de Pepin ao trono, ela traiu o seu pacto. Ao coroar Carlos Magno, a traição não só foi tornada pública, como passou a ser um fato consumado. Nas palavras de uma autoridade moderna:

Assim, nós não podemos saber ao certo se a unção com consagração dos carolíngios tinha a intenção de compensar pela perda de propriedades mágicas do sangue, simbolizadas pelo cabelo longo. Se ela compensava mesmo alguma coisa, era provavelmente a perda de fé ocorrida pela quebra, de forma tão chocante, de um voto de fidelidade.

E novamente: "Roma mostrou o caminho ao providenciar, pela unção, um ritual voltado para 'fabricar' reis (...) que de alguma forma limpava a consciência de 'todos os francos'."
Nem todas as consciências, entretanto. Os próprios usurpadores parecem ter sentido, se não culpa, pelo menos uma necessidade aguda de estabelecer sua legitimidade. Para tal, Pepin III, imediatamente após sua unção, casou-se pomposamente com uma princesa merovíngia. E Carlos Magno fez o mesmo.
Carlos Magno, além disso, parece ter sido dolorosamente consciente da traição envolvida em sua coroação. Segundo narrativas contemporâneas, a cerimônia foi cuidadosamente teatral, planejada pelo papa pelas costas do monarca franco. Carlos Magno parece ter ficado surpreso e, ao mesmo tempo, profundamente embaraçado. Uma coroa foi fabricada clandestinamente. Carlos Magno foi convidado a Roma e então persuadido a assistir a uma missa especial. Quando ele tomou seu lugar na igreja, o papa, sem prevenilo, colocou uma coroa em sua cabeça, enquanto as pessoas o aclamavam como "Carlos, Augustus, coroado por Deus, o grande imperador dos romanos, amante da paz". Nas palavras de um cronista da época, Carlos Magno "tornou claro que ele não teria entrado na catedral naquele dia, embora aquele fosse o maior dos festivais da Igreja, se tivesse sabido antes o que o papa estava planejando fazer". Qualquer que tenha sido a responsabilidade do papa no assunto, o pacto com Clóvis e com a linhagem merovíngia foi vergonhosamente traído. E todas as investigações indicam que essa traição, embora ocorrida há mais de 1.100 anos, continua a exasperar o Monastério do Sinai. Mathieu Paoli, o pesquisador independente citado no capítulo anterior, chegou à seguinte conclusão:

Para eles [o Monastério do Sinai], a única nobreza autêntica é a de origem visigótica-merovíngia. Os carolíngios, e então todos os

outros, são usurpadores. De fato, eles não eram mais que funcionários do rei, encarregados de administrar terras. Depois de transmitir hereditariamente seu direito de governar essas terras, pura e simplesmente tomaram o poder para si mesmos. Ao consagrar Carlos Magno no ano 800, a Igreja perjurou, pois no batismo de Clóvis havia realizado uma aliança com os merovíngios, que haviam feito da França a filha mais velha da Igreja.

A Exclusão de Dagobert II da História

Com a morte de Dagobert II em 679, a dinastia merovíngia efetivamente terminou. Com a morte de Childeric III em 755, os merovíngios aparentemente desapareceram por completo da história. Segundo os Documentos do Monastério, contudo, a linhagem merovíngia sobreviveu, tendo sido perpetuada até hoje a partir do infante Sigisbert I, filho de Dagobert com sua segunda esposa, Giselle de Razès.

Não existem dúvidas de que Sigisbert existiu e que era herdeiro de Dagobert. Segundo todas as fontes exteriores aos Documentos do Monastério, entretanto, não se sabe o que aconteceu com ele. Certos cronistas têm aceito tacitamente que ele foi assassinado juntamente com seu pai e os outros membros da família real. Uma narrativa muito duvidosa assegura que ele morreu em uma caçada, por acidente, um ano ou dois após a morte do pai. Se isto for verdade, Sigisbert deve ter sido um caçador bastante precoce, pois ele não tinha mais do que três anos na época.

Não existe nenhum registro da morte de Sigisbert. Tampouco existe qualquer registro - à parte as evidências dos Documentos do Monastério - de sua sobrevivência. Todo o assunto parece ter sido perdido nas névoas do tempo, e ninguém parece interessar-se muito

por isso - exceto, é claro, o Monastério do Sinai, que parece possuir informações não disponíveis em outras fontes, ou deliberadamente suprimidas, ou consideradas desimportantes demais para merecer investigação.

Não é de se surpreender que nenhuma narrativa do destino de Sigisbert tenha sido filtrada até chegar a nós. Nenhuma narrativa sobre o próprio Dagobert esteve acessível ao público até o século XVII. Em algum momento, durante a Idade Média, foi feita uma tentativa sistemática de apagar Dagobert da história, de negar que ele um dia tenha existido. Hoje Dagobert II pode ser encontrado em qualquer enciclopédia. Mas não há nenhum reconhecimento de sua existência até 1646. Qualquer lista ou genealogia de governantes franceses compilada antes desse ano simplesmente o omite, saltando, a despeito da flagrante inconsistência, de Dagobert I para Dagobert III, um dos últimos monarcas merovíngios, que morreu em 715. Só em 1655 Dagobert foi reintegrado em listas aceitas de reis franceses. Considerando esse processo de esquecimento proposital, a escassez de informação sobre Sigisbert não deveria constituir nenhuma surpresa. Qualquer informação existente deveria ter sido deliberadamente suprimida.

Por que Dagobert II deveria ser suprimido da história? O que estaria sendo ocultado? Por que se deveria negar até mesmo a existência de um homem? Uma possibilidade seria, é claro, a de negar assim a existência de seus herdeiros. Se Dagobert nunca existiu, Sigisbert tampouco poderia ter existido. Mas por que deveria ser tão importante, muito mais tarde, no século XVII, negar que Sigisbert um dia existira? A menos que ele tivesse realmente sobrevivido e que seus descendentes fossem considerados uma ameaça.

Tínhamos a impressão de estar lidando com algum tipo de pacto de encobrimento. É evidente que interesses velados seriam prejudicados, caso a sobrevivência de Sigisbert fosse tornada pública. No século IX e talvez já no tempo das Cruzadas, esses interesses pareciam ser a Igreja Romana e a linhagem real francesa.

Mas por que o assunto continuaria a ter importância na época de Luís XIV? Nessa época, este deveria ser um ponto meramente acadêmico, pois três dinastias francesas tinham ido e vindo, e o protestantismo tinha quebrado a hegemonia romana. A menos que houvesse algo de muito especial no sangue merovíngio. Não, é claro, propriedades mágicas, mas algo mais - algo que mantivesse sua potência explosiva mesmo depois do fim das superstições sobre o sangue mágico.

O Príncipe Guillem de Gellone, Conde de Razès

Segundo os Documentos do Monastério, Sigisbert IV, com a morte de seu pai, foi salvo por sua irmã e levado para o sul, para o domínio de sua mãe, a princesa visigoda Giselle de Razès. Ele teria chegado ao Languedoc em 681, adotando algum tempo depois, ou herdando, os títulos de seu tio, duque de Razès e conde de Rhédae. Teria também adotado o sobrenome, ou apelido, de "Plant-Ard" (depois Plantard), a partir do nome *réjeton ardent* ["botão de flor ardente"] da vinha merovíngia. Sob este nome, e sob os títulos de seu tio, ele teria perpetuado a linhagem. E por volta de 886, um ramo daquela linhagem teria culminado em um certo Bernardo Plantavelu - aparentemente derivado de Plant-Ard ou Plantard -, cujo filho tornou-se duque de Aquitânia.
Até onde pudemos averiguar, nenhum historiador independente abordou essa hipótese. O assunto foi simplesmente ignorado. Mas as evidências circunstanciais argumentam de forma persuasiva que Sigisbert realmente sobreviveu para perpetuar sua linhagem. A assídua erradicação de Dagobert da história empresta crédito a esta conclusão. Com sua existência negada, qualquer linhagem descendente dele seria invalidada. Isto constitui motivo para uma

ação que seria de outro modo inexplicável. Entre outros fragmentos de evidência há um título, datado de 718, que pertence à fundação de um monastério - a poucos quilômetros de Rennes-le-Château - assinado por "Sigisbert, conde de Rhédae e sua esposa, Magdala". Além deste documento, nada se ouviu de Rhédae ou Razès por mais um século. Quando um deles reaparece, entretanto, o faz dentro de um contexto muito interessante.

Por volta de 742, havia um Estado independente e totalmente autônomo no sul da França - um principado segundo algumas narrativas, um reino bem desenvolvido segundo outras. A documentação é incompleta e a história é vaga - a maioria dos historiadores, na realidade, não sabe de sua existência - mas não restam dúvidas sobre sua realidade. Ele foi oficialmente reconhecido por Carlos Magno e por seus sucessores, assim como pelo califa de Bagdá e o mundo islâmico. A contragosto, foi reconhecido pela Igreja, algumas de suas terras tendo sido confiscadas. E sobreviveu até o fim do século IX.

Em alguma época entre 759 e 768, o governante desse Estado que incluía Razès e Rennes-le-Château - foi oficialmente declarado rei. Apesar da desaprovação da Igreja, ele foi reconhecido como tal pelos carolíngios, a quem se declarou vassalo. Nas narrativas existentes, ele figura mais freqüentemente sob o nome de Theodoric, ou Thierry. E a maioria dos intelectuais modernos o considera como um descendente merovíngio. Não existem evidências definitivas da origem de tal descendência, que pode muito bem ter derivado de Sigisbert. Em todo caso, não restam dúvidas de que por volta de 790, o filho de Theodoric, Guillem de Gellone, portava o título de conde de Razès - título que Sigisbert teria possuído e passado a seus descendentes.

Guillem de Gellone foi um dos mais famosos homens de seu tempo, tanto que sua realidade histórica - como a de Carlos Magno e de Godfroi de Bouillon - tem sido obscurecida pela lenda. Antes da época das Cruzadas, pelo menos seis poemas épicos foram

compostos sobre ele, *chansons de gest,* similares à famosa *Chanson de Roland.* Na *Divina comédia,* Dante concedeu-lhe um lugar singularmente importante. Mas mesmo antes de Dante, Guillem já fora objeto de atenção literária. No início do século XIII ele figurou como protagonista de *Willehalm,* um romance épico não terminado, composto por Wolfram Von Eschenbach, cujo trabalho mais famoso, *Parzival,* é talvez o mais importante de todos os romances sobre os mistérios do cálice sagrado. Pareceu-nos de algum modo curioso, no início, que Wolfram - cujos outros trabalhos lidam com o cálice, "a família do cálice" e a linhagem da "família do cálice" - devesse subitamente dedicar-se a um tema tão diferente quanto Guillem de Gellone. Por outro lado, Wolfram afirmou em outro poema que o "castelo do cálice", morada da "família do cálice", estava nos Pirineus. No início do século IX, ali se situava o domínio de Gellone.

Guillem manteve uma relação estreita com Carlos Magno. Sua irmã, de fato, casou-se com um dos filhos deste, estabelecendo assim um laço dinástico com o sangue imperial. E o próprio Guillem era um dos mais importantes comandantes de Carlos Magno nas incessantes guerras contra os mouros. Em 803, logo depois da coroação de Carlos Magno como chefe do Sacro Império Romano, Guillem tomou Barcelona, dobrando seu próprio território e estendendo sua influência para além dos Pirineus. Carlos Magno ficou tão grato por seus serviços que seu principado foi confirmado pelo imperador como uma instituição permanente. O documento ratificando a concessão foi perdido ou destruído, mas existem testemunhos abundantes de sua existência.

Autoridades independentes e inexpugnáveis têm providenciado genealogias detalhadas da linhagem de Guillem de Gellone, sua família e descendentes. Contudo, estas fontes não fornecem uma indicação dos antecedentes de Guillem, exceto por seu pai, Theodoric. Em suma, as verdadeiras origens da família são cobertas de mistério. E os intelectuais e historiadores contemporâneos ficam geralmente intrigados com o enigmático aparecimento, como se por

geração espontânea, de tão influente casa real. Mas uma coisa é certa. Por volta de 886, a linhagem de Guillem de Gellone culminou em um certo Bernardo Plantavelu, que estabeleceu o ducado de Aquitânia. Em outras palavras, a linhagem de Guillem culminou precisamente no mesmo indivíduo que, pelos Documentos do Monastério, descende de Sigisbert IV.

Fomos tentados, é claro, a saltar sobre conclusões e usar as genealogias dos Documentos do Monastério para ligar o vazio deixado pela história oficial. Fomos tentados a assumir que os desconhecidos ascendentes de Guillem de Gellone eram Dagobert II, Sigisbert IV e a linhagem principal da deposta dinastia merovíngia, a linhagem citada nos Documentos do Monastério sob o nome Plant-Ard ou Plantard.

Infelizmente, não podíamos fazer isto. Dado o estado confuso dos registros existentes, não podíamos estabelecer uma conexão precisa e definitiva entre a linha Plantard e a linha de Guillem de Gellone. Ambas podem até mesmo ser a mesma e única. Por outro lado, podem ter-se cruzado através de casamentos em algum ponto. O que permanecia correto era que ambas as linhas, por volta de 886, tinham culminado em Bernardo Plantavelu e os duques de Aquitânia.

Embora nem sempre tenham combinado quanto a datas e tradução de nomes, as genealogias relacionadas com Guillem de Gellone são, de alguma forma, uma confirmação independente das genealogias dos Documentos do Monastério. Na ausência de qualquer evidência contraditória, podíamos aceitar provisoriamente que a linhagem merovíngia havia continuado, mais ou menos como sustentavam os Documentos do Monastério. Para efeito do prosseguimento da pesquisa, podíamos aceitar que Sigisbert realmente sobrevivera ao assassinato do pai, adotara o nome de família de Plantard e, como conde de Razès, perpetuara a linhagem.

Príncipe Ursus

Por volta de 886, o "botão de flor ardente da vinha merovíngia" havia florido em uma grande e complicada árvore genealógica, da qual Bernardo Plantavelu e os duques de Aquitânia constituíam um ramo. Outros ramos havia. Os Documentos do Monastério declaram que o neto de Sigisbert IV, Sigisbert VI, era conhecido como "príncipe Ursus". Entre 877 e 879, esse príncipe teria sido proclamado oficialmente "rei Ursus". Ajudado por dois nobres - Bernardo d'Auvergne e o marquês de Gothie - ele teria organizado uma insurreição contra Luís II da França, numa tentativa de recuperar sua herança de direito.

Historiadores independentes confirmam que tal insurreição realmente ocorreu entre 977 e 979. Os mesmos historiadores se referem . a Bernardo d' Auvergne e ao marquês de Gothie. O líder, ou instigador, da insurreição não é nomeado especificamente como Sigisbert VI. Mas existem referências a um indivíduo conhecido como "príncipe Ursus", que teria estado envolvido em uma cerimônia curiosa e elaborada em Nîmes. Quinhentos eclesiásticos teriam então cantado o *Te Deum.* Segundo todas as narrativas dessa cerimônia, ela teria sido uma coroação. Ela pode muito bem ter sido a coroação a que se referem os Documentos do Monastério - a proclamação de um "príncipe Ursus" como rei.

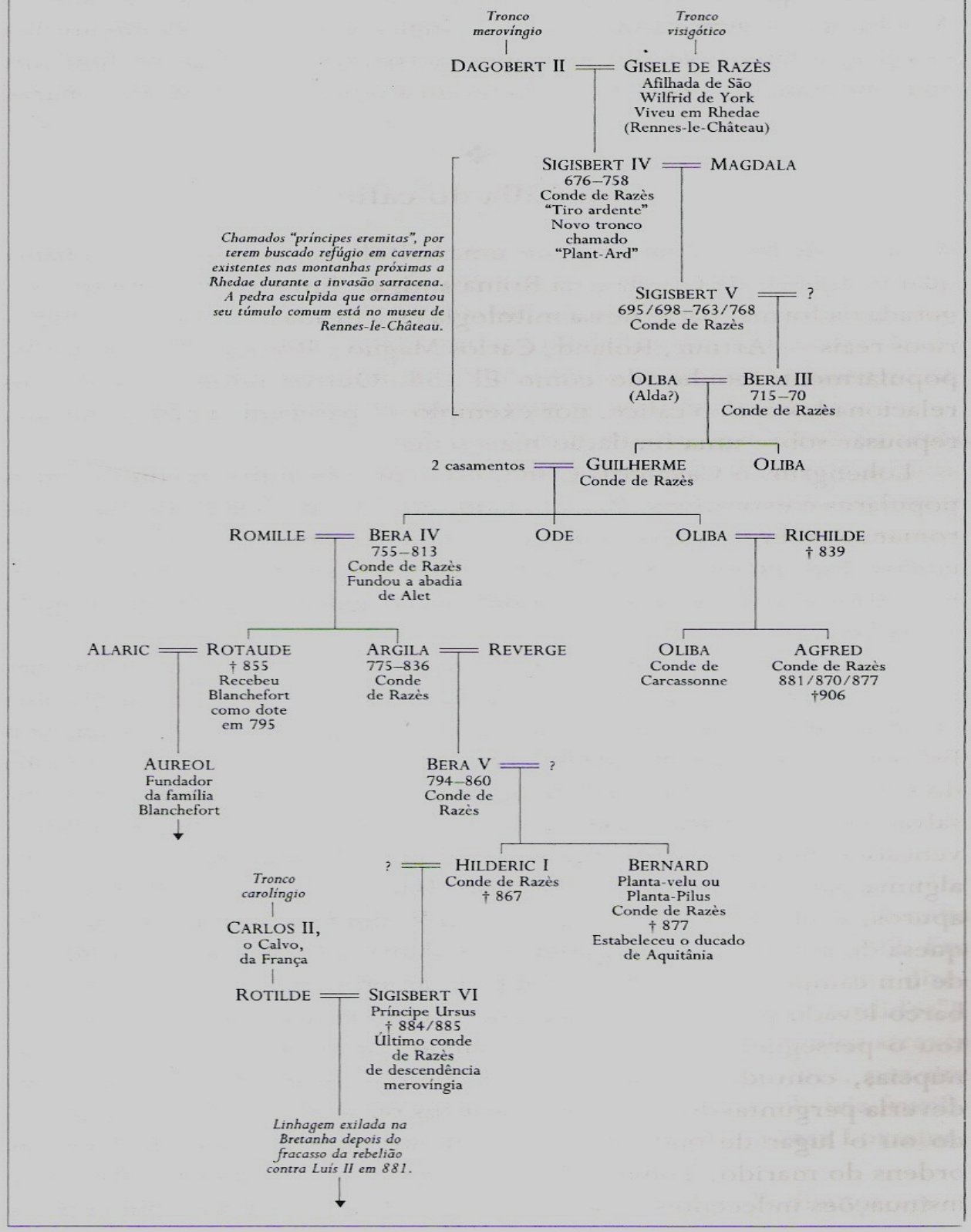
Uma vez mais, os Documentos do Monastério recebiam apoio independente. Uma vez mais, pareciam conter informação não disponível em outro lugar - informação que suplementava e às vezes até mesmo ajudava a explicar lacunas na história geralmente aceita. Neste caso, eles nos tinham dito, aparentemente, que o vago "príncipe Ursus" era na realidade o descendente direto, através de Sigisbert IV, de Dagobert II, o rei assassinado. E a insurreição, da qual os historiadores na verdade não retiravam nenhum sentido, podia agora ser vista como uma tentativa perfeitamente compreensível da dinastia merovíngia de recuperar sua herança, conferida por Roma através do pacto com Clóvis, traído depois.

Segundo os Documentos do Monastério e também fontes independentes, a insurreição fracassou com a derrota do "príncipe Ursus" e de seus aliados, em uma batalha que ocorreu próximo a Poitiers, em 881. Com esta derrocada, a família Plantard teria perdido suas possessões no sul da França, embora tenha se agarrado à condição puramente titular de duque de Rhédae e conde de Razès. O "príncipe Ursus" teria morrido na Bretanha, enquanto sua linhagem se teria unido por casamento à casa ducal bretã. No final do século IX, então, o sangue merovíngio fluía nos ducados da Bretanha e da Aquitânia.

Nos anos que se seguiram, a família - inclusive Alain, depois duque da Bretanha - teria procurado refúgio na Inglaterra, estabelecendo um ramo inglês chamado Planta. Novamente, autoridades independentes confirmam que Alain, sua família e comitiva escaparam dos *vikings* e foram para a Inglaterra.

3. A DINASTIA MEROVÍNGIA – OS CONDES DE RAZÈS

Segundo Henri Lobineau, que se baseou no trabalho do abade Pichon e do dr. Herré



De acordo com os Documentos do Monastério, um dos ramos ingleses da família, listado como Bera VI, tinha o codinome de "o Arquiteto". Ele e seus descendentes, tendo encontrado abrigo na Inglaterra sob o rei Athelstan, teriam praticado "a arte da construção" - uma referência que parece enigmática. É interessante que fontes maçônicas situem no tempo do reinado de Athelstan a origem da maçonaria na Inglaterra. Nesse momento nós nos perguntamos: seria a linhagem merovíngia, além de pretendente ao trono francês, ligada de algum modo a algo no centro da maçonaria?

A Família do Cálice

A Idade Média é abundante de uma mitologia tão rica e ressonante quanto aquelas da Grécia e da Roma antigas. Embora ferozmente exagerada na forma, parte dessa mitologia está ligada a personagens históricos reais - Arthur, Roland, Carlos Magno e Rodrigo Díaz de Vivar, popularmente conhecido como El Cid. Outros mitos - como os relacionados com o cálice, por exemplo - parecem, à primeira vista, repousar sobre uma fundação mais tênue.

Lohengrin, o Cavaleiro Cisne, está entre os mitos medievais mais populares e evocativos. Por um lado, ele é muito ligado aos fabulosos romances sobre o cálice; por outro, cita personagens históricos específicos. Em seu amálgama de fato e fantasia, ele pode bem ser único. E através de trabalhos como a ópera de Wagner, continua a ter apelo ainda hoje.

De acordo com narrativas medievais, Lohengrin - às vezes chamado Helias, o que implica associações solares - era um herdeiro da evasiva e misteriosa "família do cálice". No poema de Wolfram Von Eschenbach, ele é na realidade o filho de Parsifal, o supremo Cavaleiro do Cálice. Um dia, no templo sagrado ou castelo do cálice, em Munsalvaesche, Lohengrin teria ouvido tocar o sino da capela sem a intervenção de mãos humanas, um sinal de que sua ajuda era necessária em alguma parte do mundo - previsivelmente - para uma

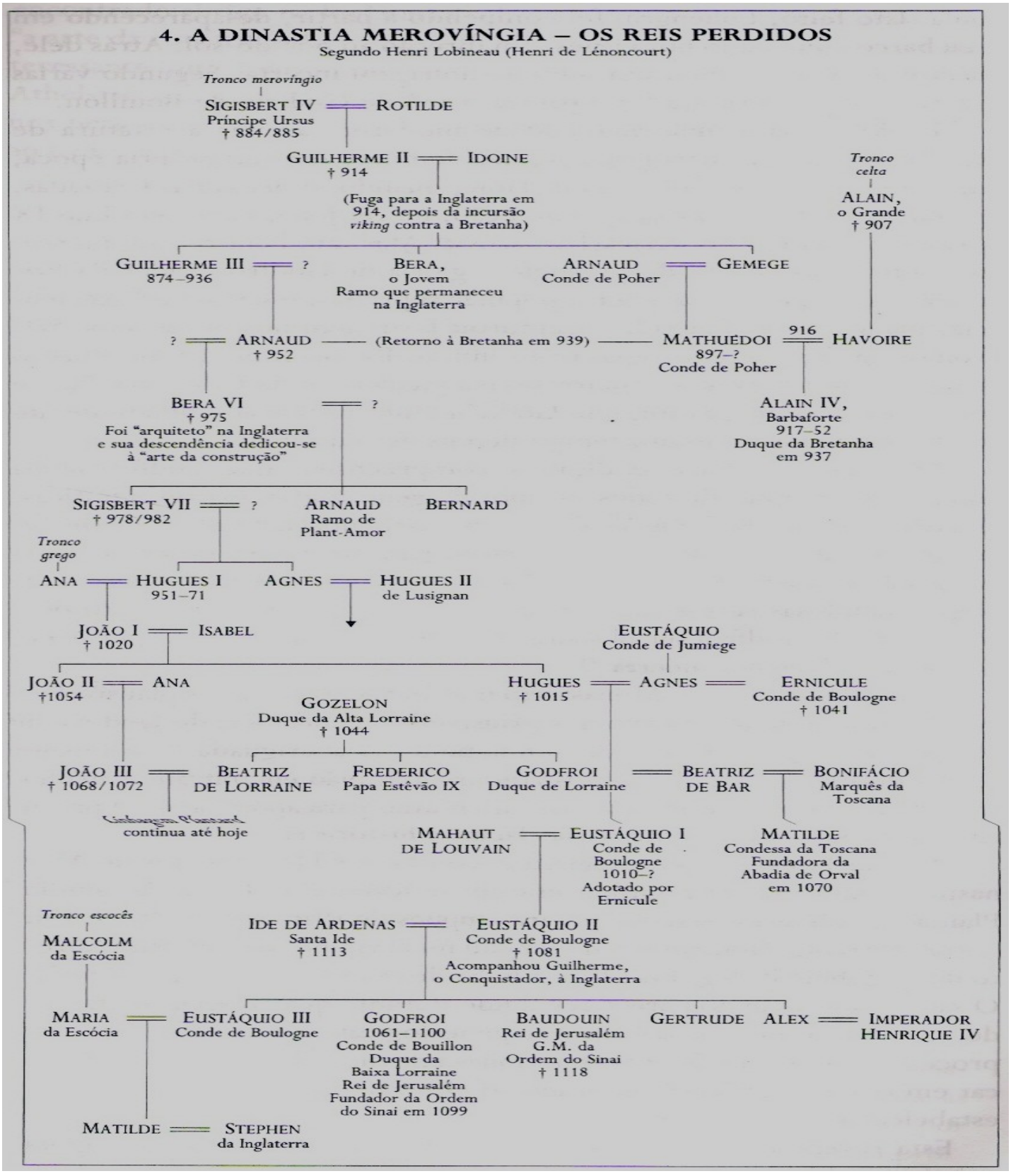
dama em apuros, a duquesa de Brabant, segundo algumas narrativas, ou a duquesa de Bouillon, segundo outras. A dama necessitava urgentemente de um campeão, e Lohengrin foi prontamente lhe prestar socorro em barco levado por cisnes heráldicos. Em um único combate ele derrotou o perseguidor da duquesa e, então, casou-se com ela. Em suas núpcias, contudo, ele lhe deu um aviso severo. Sua esposa jamais deveria perguntar-lhe sobre suas origens ou seus ancestrais, seu passado ou o lugar de onde viera. Por alguns anos a dama obedeceu às ordens do marido. Todavia, levada finalmente à fatal curiosidade por insinuações indecentes de rivais, ela pretendeu fazer a pergunta proibida. Isto feito, Lohengrin foi compelido a partir, desaparecendo em seu barco conduzido por cisnes, em direção ao pôr-do-sol. Atrás dele, deixou com sua esposa um filho de linhagem incerta. Segundo várias narrativas, essa criança foi o pai ou o avô de Godfroi de Bouillon.

É difícil, para uma mentalidade moderna, aceitar a estatura de Godfroi na consciência popular, não somente em sua própria época, mas até mesmo no século XVII. Hoje, quando se pensa nas Cruzadas, pensa-se em Ricardo Coração de Leão, no rei João, talvez em Luís IX (São Luís) ou em Frederick Barbarossa. Mas, até bem recentemente, nenhum deles gozava do prestígio e glória de Godfroi. Líder da Primeira Cruzada, ele foi o herói popular supremo, o herói por excelência. Inaugurou as Cruzadas. Capturou Jerusalém dos sarracenos. Salvou o sepulcro de Cristo das mãos infiéis. Reconciliou, na imaginação do povo, os ideais do cavaleirismo e a piedade cristã fervorosa. Não é de se surpreender, assim, que Godfroi tenha se tornado objeto de um culto que persistiu muito tempo depois de sua morte.

Dada essa exaltada condição, é compreensível que Godfroi tenha recebido o crédito de todos os tipos de genealogias ilustres e míticas. É até compreensível que Wolfram Von Eschenbach e outros *romanciers* medievais tenham ligado este personagem ao cálice, descrevendo-o como descendente direto da misteriosa "família do

cálice". Tais genealogias fabulosas se tornam ainda mais compreensíveis pelo fato de a linhagem de Godfroi ser obscura. A história de suas origens permanece incomodamente incerta.
Os Documentos do Monastério nos forneceram a mais plausível e talvez, realmente, a primeira plausível - genealogia de Godfroi de Bouillon que já veio à luz. Até onde pôde ser averiguada - e a maior parte dela pôde -, ela se mostrou precisa. Não encontramos nenhuma evidência para contradizê-la, mas muitas para apoiá-la; e ela preenchia de forma convincente várias lacunas históricas.
De acordo com a genealogia que consta nos Documentos do Monastério, Godfroi de Bouillon era um descendente direto da família Plantard, pois sua bisavó desposara Hugues de Plantard em 1009. Em outras palavras, Godfroi era de sangue merovíngio, descendente direto de Dagobert II, Sigisbert IV e a linha de *rois perdus* ["reis perdidos"]. O sangue merovíngio parece ter fluído durante quatro séculos através de tortuosas e numerosas árvores genealógicas. Finalmente, por um processo análogo ao de enxertar vinhas em vinicultura, ele iria frutificar em Godfroi de Bouillon, duque de Lorraine. Ai, na casa Lorraine, estabeleceu um novo patrimônio.
Esta revelação lança nova luz sobre as Cruzadas. Podíamos agora visualizá-las a partir de uma nova perspectiva e discernir nelas alguma coisa além de um gesto simbólico de reclamar o sepulcro de Cristo aos sarracenos.
Aos seus próprios olhos, e aos olhos dos seus aliados, Godfroi seria mais que o duque de Lorraine. De direito, ele seria um rei, um pretendente legítimo da dinastia deposta com Dagobert II em 679. Mas, se Godfroi era um rei de direito, era também um rei sem reino. E a dinastia dos Capeto na França, apoiada pela Igreja Romana, estava então muito bem protegida para ser destronada.
O que se pode fazer quando se é rei sem reino? Talvez encontrar um reino. Ou criar um. O reino mais precioso no mundo inteiro era a Palestina, a Terra Santa, o solo pisado pelo próprio Jesus. Não seria o governante de tal reino comparável a qualquer outro na Europa?

Ao governar o mais sagrado dos locais da Terra, não poderia ele vingar-se docemente da Igreja, que traíra seus ancestrais quatro séculos antes?



O Incompreensível Mistério

Gradualmente, certas peças do quebra-cabeça começaram a tomar seu lugar. Se Godfroi era de sangue merovíngio, vários fragmentos deixavam de ser desconexos e assumiam coerência. Agora, podíamos explicar a ênfase dada a elementos aparentemente disparatados, como a dinastia merovíngia e as Cruzadas, Dagobert II e Godfroi, Rennes-le-Château, os templários, a casa Lorraine, o Monastério do Sinai. Podíamos traçar a linhagem merovíngia até os dias de hoje - até Alain Poher, Henri de Montpézat (consorte da rainha da Dinamarca), Pierre Plantard de Saint-Clair, Otto Von Habsburgo, duque titular de Lorraine e rei de Jerusalém.

Ainda assim, a questão crucial continuava a nos escapar. Ainda não podíamos ver por que a linhagem merovíngia seria importante hoje. Não podíamos ver por que sua pretensão teria qualquer relevância em assuntos contemporâneos, ou por que ela teria conseguido a lealdade de tantos homens notáveis através dos séculos. Não podíamos ver por que uma monarquia merovíngia moderna, por mais legítima que pudesse ser, conseguiria tal endosso. Estávamos certamente deixando de ver algo.

X
A TRIBO EXILADA

Haveria algo especial na linhagem merovíngia, algo mais que legitimidade acadêmica, técnica? Haveria realmente alguma coisa que, de alguma maneira, pudesse importar genuinamente às pessoas de hoje? Alguma coisa que pudesse afetar, talvez alterar, instituições sociais, políticas ou religiosas existentes? Estas perguntas, aparentemente sem resposta, continuavam a nos incomodar.

Novamente nos debruçamos sobre a compilação dos Documentos do Monastério, e especialmente sobre os tão importantes *Dossiers secrets.* Relemos passagens que antes não tinham significado nada. Agora elas faziam sentido, mas não serviam para explicar o mistério,

nem para responder às perguntas que se haviam tornado críticas. Por outro lado, o significado de outras passagens ainda nos parecia obscuro. Essas passagens de nenhum modo resolviam o enigma; mas pelo menos nos levavam a refletir sobre certas linhas, que finalmente se revelaram de enorme importância.

Como já havíamos descoberto, os merovíngios, segundo seus próprios cronistas, reclamavam descender da antiga Tróia. Mas segundo os Documentos do Monastério, a genealogia merovíngia era mais velha que o cerco de Tróia. Segundo alguns dos Documentos, ela poderia ser rastreada até o Velho Testamento. Entre as genealogias dos *Dossiers secrets* existem numerosas anotações e notas de pé de página. Muitas delas se referem especificamente a uma das doze tribos de Israel, a tribo de Benjamin. Uma dessas referências cita e enfatiza três passagens bíblicas: Deuteronômio 33, Josué 18 e Juízes 20 e 21.

Deuteronômio 33 contém a bênção dada por Moisés aos patriarcas de cada uma das doze tribos. De Benjamin, Moisés diz (33:12): "O muito amado do Senhor habitará nele confiadamente: morará como em tálamo nupcial todo o dia, e descansará entre os seus braços". Em outras palavras, Benjamin e seus descendentes eram especificados para uma bênção muito especial e exaltada. Até aí, pelo menos, tudo estava claro. Ficamos intrigados pela promessa de Deus de guiar "entre os braços de Benjamin". Deveríamos associar isto com o lendário sinal congênito merovíngio, a cruz vermelha entre os ombros? A conexão parecia de algum modo distante. Por outro lado, havia outras similaridades mais claras entre Benjamin no Velho Testamento e o assunto de nossa investigação. Segundo Robert Graves, por exemplo, o dia consagrado a Benjamin era 23 de dezembro, dia de São Dagobert. Entre os três clãs que constituíam a tribo de Benjamin, havia o clã de Ahiran, a que poderia de algum modo obscuro pertencer Hiram, construtor do Templo de Salomão e figura central na tradição maçônica. Além disso, o discípulo mais

devoto de Hiram era chamado Benoni. E Benoni era o nome original conferido ao infante Benjamin por sua mãe, Rachel, antes de morrer.
A segunda referência bíblica nos *Dossiers secrets,* a Josué, é mais clara. Ela lida com a chegada do povo de Moisés na Terra Prometida e com a distribuição de pedaços específicos de terra a cada uma das doze tribos. De acordo com essa distribuição, o território da tribo de Benjamin incluía o que depois se tornou a cidade sagrada de Jerusalém. Em outras palavras, Jerusalém, mesmo antes de se tornar a capital de Davi e Salomão, era o local de direito da tribo de Benjamin. De acordo com Josué (18:22), o direito dos benjamitas compreendia "Sela, Efef e Jebus, que são Jerusalém, Gabaath e Cariat; quatorze cidades com suas aldeias. Esta é a herança dos filhos de Benjamin, de acordo com suas famílias".
A terceira passagem bíblica citada nos *Dossiers secrets* envolve uma seqüência complexa de eventos. Um certo Levite, viajando através do território de Benjamin, é assaltado, e sua concubina é violada por adoradores de Belial, uma variante da deusa-mãe sumeriana, conhecida como Ishtar pelos babilônios e como Astarte pelos fenícios. Levite chama representantes das doze tribos para testemunhar e clama por vingança; em um conselho, os benjamitas são instruídos a entregar os malfeitores à justiça. Seria esperado, neste caso, que os benjamitas obedecessem prontamente. Entretanto, por alguma razão, eles não o fazem, decidindo proteger os "filhos de Belial" pela força das armas. O resultado é uma guerra amarga e sangrenta entre os benjamitas e as outras onze tribos. Durante as hostilidades, as onze tribos israelitas decidem amaldiçoar todo homem que conceder a mão de sua filha a um benjamita. Quando a guerra terminou, com o extermínio quase total dos benjamitas, os israelitas vitoriosos se arrependeram de sua maldição, que, entretanto, não podia ser desfeita:

Juraram também os filhos de Israel em Masfa e disseram: "Nenhum de nós dará sua filha por mulher aos filhos de Benjamin". E vieram

todos à casa de Deus em Silo, e assentados na sua presença até a tarde, levantaram a voz e começaram a chorar com grande pranto, dizendo: "Senhor Deus de Israel, por que aconteceu ao teu povo esta desgraça, o ser hoje cortada de nós uma das tribos?" (Juízes 21:1-3)

Alguns versos depois, o lamento é repetido:

E os filhos de Israel, tocados de pesar pelo que tinha acontecido a seu irmão Benjamin, começaram a dizer: "Foi cortada de Israel uma tribo, de onde hão de tomar mulheres? Por que nós juramos todos que lhes não daríamos nossas filhas?" (Juízes 21:6-7)

E ainda:

E todo o Israel teve grande pena e arrependimento pela destruição de uma das tribos de Israel. E os mais velhos disseram: "Que faremos dos outros, que não receberam mulheres? Todas as mulheres da tribo de Benjamin pereceram e nós devemos prover com grande cuidado, e com forte desvelo, que não pereça uma das tribos de Israel. Porquanto nós não podemos dar-lhes nossas filhas, estando ligados com o juramento, e com as imprecações que fizemos, dizendo: 'Maldito o que der sua filha por mulher aos filhos de Benjamin.'" (Juízes 21:15-18)

Confrontados com a possibilidade de extinção de uma tribo inteira, os mais velhos rapidamente elaboraram uma solução. Em Shiloh, em Bethel, haveria em breve um festival; e as mulheres de Shiloh - cujos homens haviam permanecido neutros na guerra - seriam consideradas justas. Os benjamitas sobreviventes foram instruídos a partir para Shiloh e esconder-se nas vinhas. Quando as mulheres da cidade se reunissem para dançar no festival, os benjamitas deveriam capturá-las e tomá-las como esposas.

Não sabemos por que os *Dossiers secrets* insistem em chamar atenção para esta passagem. Qualquer que seja a razão, os benjamitas, segundo a história bíblica, são sem dúvida importantes. Apesar da devastação da guerra, eles recuperaram logo seu prestígio, ainda que não em número. Recuperaram-se tão bem que forneceram a Israel seu primeiro rei, Saul.
Qualquer que tenha sido a recuperação dos benjamitas, contudo, os *Dossiers secrets* afirmam que a guerra com os seguidores de Belial foi um ponto crucial de virada. Parece que no início desse conflito, muitos dos benjamitas, se não a maioria deles, partiram para o exílio. Há uma nota portentosa, em letras maiúsculas, nos *Dossiers secrets:*

UM DIA OS DESCENDENTES DE BENJAMIN DEIXARAM SEU PAÍS. ALGUNS PERMANECERAM. DOIS MIL ANOS MAIS TARDE GODFROI VI, DE BOUILLON, TORNOU-SE REI DE JERUSALÉM E FUNDOU A ORDEM DO SION.

A primeira vista, parecia não existir relação entre estes aparentes *non sequiturs.* Todavia, quando reunimos as diversas e fragmentadas referências nos *Dossiers secrets,* uma história coerente começou a emergir. A maioria dos benjamitas realmente partiu para o exílio, supostamente para a Grécia, no Peloponeso Central - a Arcádia, em suma, onde eles se teriam alinhado com a família real arcadiana. Com o advento da era cristã, teriam migrado Danúbio e Reno acima, intercruzando-se com algumas tribos teutônicas e gerando finalmente os francos sicambrianos, as origens imediatas dos merovíngios.
De acordo com os Documentos do Monastério, então, os merovíngios descendiam, via Arcádia, da tribo de Benjamin. Em outras palavras, os merovíngios, bem como seus descendentes - as linhagens dos Plantard e dos Lorraine, por exemplo - eram em última instância de origem semita ou israelita. E se Jerusalém era realmente, de direito hereditário por nascimento, dos benjamitas, Godfroi de Bouillon, ao marchar sobre a Terra Santa, estaria de fato

reclamando sua antiga herança. Novamente, faz sentido que, entre os augustos príncipes do Ocidente que embarcaram na Primeira Cruzada, Godfroi tenha sido o único a dispor de todas as suas propriedades antes da partida, significando que ele não retornaria à Europa.

É desnecessário dizer que não dispúnhamos de meios para saber se os merovíngios eram de origem benjamita ou não. A informação contida nos Documentos do Monastério, tal como se apresentava, referia-se a um passado muito remoto e obscuro, e nenhuma confirmação ou registro podia ser obtido. Mas as afirmações não eram nem particularmente únicas nem particularmente novas. Pelo contrário. Existiam há muito tempo, na forma de rumores vagos e tradições nebulosas. Para citar apenas um exemplo, Proust se alimenta delas em sua obra. Mais recentemente, o romancista Jean d'Ormesson sugere uma origem judaica para algumas famílias nobres francesas. E, em 1965, Roger Peyrefitte, que parece gostar de escandalizar seus compatriotas, o fez com brilho retumbante em um romance que afirma que toda a nobreza francesa e a maior parte da nobreza européia são de origem judaica.

Embora não possa ser provada, a afirmação é plausível, assim como são plausíveis o exílio e a migração da tribo de Benjamin nos Documentos do Monastério. A tribo de Benjamin recorreu às armas em nome dos seguidores de Belial, uma forma de deusa-mãe freqüentemente associada a imagens de um touro ou de um cordeiro. Existem razões para crer que os próprios benjamitas reverenciavam uma deidade. Na verdade, é possível que a adoração do bezerro dourado do Exodus - curiosamente, o tema de um dos quadros mais famosos de Poussin - tenha sido um ritual especificamente benjamita.

Depois de sua guerra contra as outras onze tribos de Israel, os benjamitas que partiram para o exílio teriam, forçosamente, de tomar a direção oeste, na rota da costa fenícia. Os fenícios possuíam navios capazes de transportar grande número de refugiados. E eram

aliados óbvios dos benjamitas fugitivos, pois também veneravam a deusa-mãe em forma de Astarte, Rainha do Paraíso.
Se houve realmente um êxodo de benjamitas da Palestina, seria de se esperar que pudessem ser encontrados vestígios disso. E eles existem, na mitologia grega. A lenda do filho do rei Belus, Danaus, fala de sua chegada à Grécia, com suas filhas, num navio. Suas filhas teriam introduzido o culto à deusa-mãe, que se tornou o culto oficial dos arcadianos. Segundo Robert Graves, o mito de Danaus registra a chegada dos "colonos da Palestina" no Peloponeso. Graves afirma que o rei Belus é, na realidade, Baal, ou Bel, ou talvez o Belial do Velho Testamento. Vale a pena notar, também, que um dos clãs da tribo de Benjamin era o clã de Bela.
Na Arcádia, o culto da deusa-mãe não só prosperou como sobreviveu mais tempo do que em qualquer outra parte da Grécia, associando-se à adoração de Demeter, depois de Diana ou Artêmis. Conhecida regionalmente como Arduína, Artêmis tornou-se a deidade tutelar das Ardenas; e foi a partir das Ardenas que os francos sicambrianos primeiro surgiram no que hoje é a França. O totem de Artêmis era a ursa Kallisto, cujo filho era Arkas, o filho urso e patrono da Arcádia. E Kallisto, transportado aos céus por Artêmis, tornou-se a constelação Ursa Maior. Deve haver algo mais que coincidência no nome Ursus, aplicado repetidamente à linhagem merovíngia.
Outras evidências, além da mitologia, sugerem uma migração judaica para a Arcádia. Nos tempos clássicos, a região conhecida como Arcádia era governada pelo estado de Esparta, poderoso e militarista. Os espartanos absorveram muito da antiga cultura arcadiana. O lendário Lycaeus Arcadiano pode de fato ser identificado como Lycurgus, que codificou a Lei Espartana. Ao atingir a idade adulta, os espartanos, assim como os merovíngios, atribuíam um significado especial, mágico, aos seus cabelos, usados longos como os dos merovíngios. Segundo um especialista, "o comprimento do cabelo denotava vigor físico e tornou-se um símbolo sagrado". Ainda mais, ambos os livros dos Macabeus enfatizam, nos

Apocrypha, a ligação entre espartanos e judeus. Macabeus 2 fala de alguns judeus "que embarcaram para ir a Lacedaemonians, na esperança de lá encontrar proteção devido ao seu parentesco". E Macabeus 1 afirma explicitamente: "Descobriu-se, em escritos relacionados com os espartanos e judeus, que eles são irmãos e que pertencem à família de Abraão."

Podíamos então, pelo menos, reconhecer a possibilidade de uma migração judaica para a Arcádia, de modo que os Documentos do Monastério, mesmo que não pudessem ser comprovados, não podiam tampouco ser descartados. Quanto à influência semita na cultura franca, havia sólidas evidências arqueológicas. As rotas de comércio fenício e semita atravessavam todo o sul da França, de Bordéus a Marselha e Narbonne, estendendo-se acima do rio Reno. Já em 700-600 a.C. havia fenícios estabelecidos não só ao longo da costa francesa mas também no interior, em locais como Carcassonne e Toulouse. Muitos artefatos encontrados nesses locais são de origem fenícia, o que não surpreende. No século IX a.C., os reis fenícios de Tiro se intercruzaram com os reis de Israel e Judá, estabelecendo assim uma aliança dinástica que geraria um contato sólido entre seus respectivos povos.

O saque de Jerusalém em 70 d.C. e a destruição do Templo provocaram um êxodo massivo de judeus da Terra Santa. A cidade de Pompéia, por exemplo, soterrada pela erupção do Vesúvio em 79 d.C., incluía uma comunidade judia. Algumas cidades no sul da França - Arles, por exemplo, Lunel e Narbonne - deram refúgio aos judeus exilados na mesma época. Ainda assim, o afluxo de povos judeus à Europa, especialmente à França, precedeu a queda de Jerusalém no século I. Na realidade, ele já estava em progresso bem antes da era cristã. Entre 106 a.C. e 48 a.C., uma colônia judia se estabeleceu em Roma. Pouco tempo depois outra foi fundada Reno acima, em Colônia. Algumas legiões romanas incluíam contingentes de escravos judeus, que acompanhavam seus senhores por toda a

Europa. Muitos destes escravos finalmente ganharam, compraram ou obtiveram por outros meios sua liberdade, formando comunidades.
Como conseqüência, existem muitos nomes de lugares especificamente semitas espalhados pela França, alguns situados no centro do antigo território merovíngio. A poucos quilômetros de Stenay, por exemplo, nas bordas da floresta de Wöevres, onde Dagobert foi assassinado, há um vilarejo chamado Baalon. Entre Stenay e Orval, há uma cidade chamada Avioth. E a montanha do Sinai na Lorraine - *la colline inspirée* - era originalmente chamada monte Semita.
Novamente, se não podíamos provar as afirmações dos Documentos do Monastério, tampouco podíamos desmenti-las. Havia evidências suficientes para torná-las pelo menos plausíveis. Sentimo-nos compelidos a reconhecer que os Documentos do Monastério podiam estar corretos: os merovíngios, e as várias famílias nobres deles descendentes, podiam ter-se originado de fontes semitas.
Mas estaria aí toda a história? Poderia este ser o portentoso segredo que havia engendrado tanta confusão e intriga, tanta maquinação e mistério, tanta controvérsia e conflito através dos séculos? Apenas outra lenda sobre uma tribo perdida? Ainda que não fosse lenda, mas verdade, poderia ela explicar a motivação do Monastério do Sinai e a pretensão da dinastia merovíngia? Poderia explicar a adesão de homens como Leonardo e Newton ou as atividades de casas como as de Guise e Lorraine, as tentativas ocultas da Companhia do Santo Sacramento, os evasivos segredos do ritual escocês da maçonaria? Obviamente, não. Por que a descendência da tribo de Benjamin constituiria segredo tão explosivo? E, talvez o mais importante, por que a descendência da tribo de Benjamin representaria um problema hoje? Como poderia ela esclarecer as atividades e os objetivos atuais do Monastério do Sinai?
Se nossa investigação envolvia interesses velados especificamente semitas ou judaicos, por que envolvia também tantos componentes de caráter específica e fervorosamente cristão? O pacto entre Clóvis

e a Igreja Romana, por exemplo; a declarada cristandade de Godfroi de Bouillon e a conquista de Jerusalém; o pensamento, herético talvez, mas não menos cristão, de cátaros e templários; instituições piedosas, como a Companhia do Santo Sacramento; a maçonaria, "hermética, aristocrática e cristã", e o envolvimento nela de tantos eclesiásticos cristãos, desde príncipes de altos escalões da Igreja até padres de vilarejos como Boudet e Saunière?

Se os merovíngios eram, em última instância, de origem judaica, isto nos parecia puramente incidental. Qualquer que fosse o segredo real indicado em nossa investigação, ele parecia estar intrinsecamente associado não com o judaísmo do Velho Testamento, mas com o cristianismo. Em suma, a tribo de Benjamin - no momento, pelo menos - parecia ser um indicador. Por mais importante que fosse, havia algo da maior importância. Ainda estávamos deixando de ver alguma coisa.

3
A LINHAGEM SANGÜÍNEA

XI
O CÁLICE SAGRADO

O que estaríamos deixando de ver? Ou o que estaríamos procurando no lugar errado? Por uma razão ou por outra, haveria talvez, desde o início, algum fragmento diante de nossos olhos que não percebíamos? Até onde pudemos determinar, não tínhamos desprezado nenhuma informação, nenhuma data dos arquivos históricos. Haveria algo mais, que repousasse além dos limites da racionalidade da história documentada, dos fatos concretos aos quais havíamos decidido nos ater?

Havia um detalhe fabuloso que aparecia em nossa investigação de forma recorrente, com uma consistência insistente e intrigante.

Tratava-se do misterioso objeto conhecido como cálice sagrado. Os cátaros eram considerados por seus contemporâneos possuidores do cálice; os templários também foram freqüentemente considerados seus guardiães; e os romances sobre o cálice surgiram pela primeira vez na corte do conde de Champagne, intimamente relacionado com a fundação dessa ordem. Além disso, segundo os relatórios da Inquisição, feitos na época em que os templários foram suprimidos, as cabeças bizarras, que eles supostamente adoravam, gozavam de muitos dos atributos tradicionalmente atribuídos ao cálice. Por exemplo, proviam alimentação e davam fertilidade à terra.

No transcorrer de nossa investigação, nos deparamos com o cálice em diferentes contextos. Alguns eram relativamente recentes, como os círculos ocultos de Joséphin Péladan e Claude Debussy, no final do século XIX. Outros eram consideravelmente mais velhos. Godfroi de Bouillon, por exemplo, segundo a lenda medieval e o folclore, descendia de Lohengrin, o Cavaleiro do Cisne; e Lohengrin, nos romances, era filho de Perceval, ou Parsifal, protagonista das primeiras histórias sobre o cálice. Guillem de Gellone, governante do principado medieval no sul da França durante o reino de Carlos Magno, era o herói de um poema escrito por Wolfram Von Eschenbach, o mais importante cronista do cálice. Realmente, o Guillem do poema de Wolfram era associado de algum modo à misteriosa família do cálice.

Seriam essas intrusões do cálice em nossa pesquisa devidas meramente ao acaso e a coincidências? Ou haveria uma continuidade entre elas, uma continuidade que, de alguma maneira inimaginável, ligava nossa pesquisa ao cálice, o que quer que ele fosse? Fomos confrontados com uma pergunta intrigante. Poderia o cálice ser algo mais que pura fantasia? Teria existido uma coisa chamada cálice sagrado? Ou então uma coisa da qual o cálice fosse um símbolo?

A pergunta era excitante e provocante, para dizer o mínimo. Ao mesmo tempo, ela ameaçava nos levar para muito longe, em direção

a especulações espúrias. Serviu, no entanto, para dirigir nossa atenção mais diretamente para os romances sobre o cálice, que continham vários enigmas relevantes.

O cálice é geralmente relacionado a Jesus. De acordo com algumas tradições, foi o copo utilizado por Jesus e seus discípulos durante a última ceia. De acordo com outras, foi o copo no qual José de Arimatéia colheu o sangue de Jesus quando este estava na cruz. As vezes, o cálice aparece como ambas as coisas. Mas se estava tão intimamente relacionado a Jesus, e se realmente existiu, por que não houve nenhuma referência a ele por mais de mil anos? Onde estaria durante todo esse tempo? Por que não aparece na literatura, no folclore e na tradição mais antigos? Por que algo de tal relevância para a cristandade permaneceria enterrado por tanto tempo?

Ainda mais intrigante: por que deveria a "família do cálice" emergir quando o fez, ou seja, no auge das Cruzadas? Esse objeto, inexistente para o público durante dez séculos, teria surgido e assumido a condição que assumiu por coincidência, exatamente quando o reino franco de Jerusalém estava no auge de sua glória, quando os templários estavam no auge de seu poder, quando a heresia cátara ganhava um *momentum* que ameaçava deslocar o credo de Roma? Seria essa convergência de circunstâncias verdadeiramente uma coincidência? Ou existiria uma ligação entre elas?

Inundados - de certo modo, assombrados - por perguntas dessa ordem, voltamos nossa atenção para os romances sobre o cálice. Somente examinando essas fantasias de perto poderíamos ter esperanças de descobrir se sua recorrência em nossa investigação era de fato incidental ou se era a manifestação de um padrão. Um padrão que, de algum modo, poderia revelar-se importante.

A Lenda do Cálice Sagrado

A maioria dos intelectuais do século XX concorda com a crença de que os romances sobre o cálice repousam sobre uma fundação pagã, um ritual relacionado com o ciclo das estações, com a morte e o renascimento do ano. Em suas origens mais primordiais ele envolveria um culto à vegetação, estreitamente relacionado, em forma, àqueles de Tammuz, Attis, Adônis e Osíris no Oriente Médio. Tanto na mitologia irlandesa quanto na gaulesa existem referências repetidas à morte, ao renascimento e à renovação, bem como a um processo regenerativo da terra - esterilidade e fertilidade. O tema é central no poema inglês anônimo do século XIV, *Sir Gwain e* o *cavaleiro verde.* No *Mabinogion,* uma compilação de lendas gaulesas mais ou menos contemporâneas aos romances sobre o cálice, embora baseada em material mais antigo, existe um misterioso caldeirão do renascimento; guerreiros mortos, jogados dentro dele quando a noite cai, ressuscitam na manhã seguinte. Este caldeirão é freqüentemente associado a um herói gigante chamado Bran, que possuía um prato no qual "qualquer comida que se desejasse podia ser instantaneamente obtida" - uma propriedade às vezes atribuída ao cálice. No final de sua vida, entretanto, Bran teria sido decapitado. Como um tipo de talismã, sua cabeça teria sido colocada em Londres, onde teria tido várias funções mágicas, assegurando a fertilidade da terra e repelindo invasores, através de algum poder oculto.

Muitos destes detalhes foram depois incorporados aos romances sobre o cálice. Não existem dúvidas de que Bran, com o caldeirão e o prato, contribuiu para as concepções posteriores do cálice. A cabeça de Bran compartilha atributos não somente com o cálice, mas também com as cabeças supostamente adoradas pelos templários.

A base pagã dos romances sobre o cálice tem sido exaustivamente explorada por intelectuais, desde *sir* James Frazer em O *ramo dourado* até o presente. Mas, durante a segunda metade do século XII, a base originalmente pagã dos romances sobre o tema sofreu uma transformação curiosa e extremamente importante. O cálice se

tornou ligado, de forma singular e específica, a um cristianismo nada ortodoxo, de um modo tão obscuro que escapou à investigação de pesquisadores. Através de uma fusão imponderável, o cálice se tornou intrinsecamente ligado a Jesus. Algo mais que um simples enxerto de tradições pagãs e cristãs parece estar envolvido.

O cálice, na forma de uma relíquia ligada de modo místico a Jesus, gerou grande quantidade de romances e longas narrativas poéticas que até hoje pasmam a imaginação. A despeito da desaprovação clerical, esses romances floresceram por quase um século, criando em torno de si um culto próprio, independente, um culto cuja duração, curiosamente, acompanhou aquela da Ordem do Templo depois de sua separação do Monastério do Sinai em 1188. Com a queda da Terra Santa em 1291 e a dissolução dos templários entre 1307 e 1314, os romances sobre o cálice também desapareceram da história por mais ou menos dois séculos. Então, em 1470, o tema foi retomado por *sir* Thomas Malory em seu famoso *La Mort d'Arthur,* tendo permanecido mais ou menos proeminente desde então. Seu contexto não tem sido sempre totalmente literário. Existem evidências abundantes, documentadas, de que alguns membros da hierarquia nacional-socialista da Alemanha acreditavam na existência física do cálice. Durante a guerra, escavações foram realizadas no sul da França com o intuito de encontrá-lo.

Na época de Malory, o objeto misterioso conhecido como cálice tinha assumido mais ou menos a mesma identidade a ele atribuída hoje. Afirmava-se que ele era a taça da última ceia, na qual José de Arimatéia mais tarde colheu o sangue de Jesus. Segundo algumas narrativas, o cálice foi levado à Inglaterra - mais especificamente a Glastonbury - por José de Arimatéia. Segundo outras narrativas, ele foi levado por Madalena à França. No século IV, lendas descreviam Madalena partindo da Terra Santa e atracando em Marselha, onde suas supostas relíquias são ainda veneradas. Por volta do século XV, a lenda de que Madalena levara o cálice para Marselha tinha

assumido imensa importância para pessoas como o rei René d'Anjou, que chegou a colecionar taças.
Entretanto, lendas mais antigas dizem que Madalena trouxe o graal, e não uma taça, para a França. Em outras palavras, o desenvolvimento de uma associação entre cálice e taça é recente. Malory perpetuou esta associação fácil, e ela tem sido desde então um truísmo. Mas Malory, na realidade, tomou liberdades consideráveis com suas fontes originais. Nessas fontes, o cálice é algo mais que uma taça, e seus aspectos místicos são muito mais importantes do que a galanteria exaltada por Malory.
Na opinião da maioria dos estudiosos, o primeiro romance genuíno sobre o cálice data de aproximadamente 1188, o ano crucial que testemunhou a queda de Jerusalém e a suposta ruptura entre a Ordem do Templo e o Monastério do Sinai. O romance em questão é intitulado *Le Roman de Perceval* ou *Le Conte del Graal.* Ele foi composto por Chrétien de Troyes, que seria ligado, de maneira indeterminada, à corte do conde de Champagne.
Pouco se conhece da biografia de Chrétien. Sua associação com a corte de Champagne é clara, por força de numerosos trabalhos compostos antes de seu romance sobre o cálice e dedicados a Marie, condessa de Champagne. Através desse *corpus* de romances - incluindo um sobre Lancelot, que não menciona nada parecido com o cálice Chrétien estabeleceu, na década de 1180, uma reputação imponente. Seria de se esperar que ele continuasse nesta linha. Entretanto, ao final de sua vida, ele voltou sua atenção para um tema completamente diferente, e o cálice sagrado, na forma como nos chega hoje, fez sua inauguração oficial na cultura e consciência ocidentais.
O romance de Chrétien sobre o cálice não foi dedicado a Marie de Champagne, mas a Philippe d'Alsace, conde de Flandres. No início do poema, Chrétien declara que o trabalho foi composto especificamente sob encomenda de Philippe, de quem ouvira a história pela primeira vez. O trabalho em si fornece um padrão geral

e constitui o protótipo de narrativas posteriores. Seu protagonista é chamado Parsifal, descrito como "o filho da dama viúva". Esta denominação é, em si, significativa e intrigante. Havia sido empregada durante muito tempo por certas heresias dualistas e gnósticas, às vezes por seus próprios profetas, à vezes pelo próprio Jesus. Posteriormente, ela se tornou uma designação cara à maçonaria.

Deixando a mãe, viúva, Parsifal se lança ao mundo para conquistar sua posição de cavaleiro. Durante as viagens, encontra um enigmático pescador - o famoso "rei pescador" -, em cujo castelo é convidado a se refugiar durante a noite. Naquela noite o cálice aparece. Nem nesse momento, nem em qualquer outro do poema, ele é associado com Jesus. Na realidade, o leitor aprende muito pouco sobre ele. O romance sequer explica o que é o cálice. Mas o que quer que seja, ele - dourado e decorado com gemas - é carregado por uma donzela. Parsifal não sabe que deve fazer uma pergunta sobre este misterioso objeto; deve perguntar "a quem se serve com ele". A questão é obviamente ambígua. Se o cálice é um vaso ou um prato de algum tipo, a pergunta pode significar "quem comerá nele". Alternativamente, a questão pode ser "a quem se serve (em um sentido cavaleiresco) ao se servir ao cálice". Qualquer que seja o significado da pergunta, Parsifal não a faz; na manhã seguinte, quando acorda, o castelo está vazio. Ele fica sabendo mais tarde que sua omissão causa uma praga desastrosa na terra. Mais tarde, descobre que ele próprio pertence à "família do cálice"; o misterioso "rei pescador", "mantido" pelo cálice, era na realidade seu tio. Nesse momento, Parsifal faz uma confissão curiosa. Desde sua infeliz experiência com o cálice, deixou de amar ou acreditar em Deus.

O poema de Chrétien se torna ainda mais espantoso pelo fato de ser incompleto. O próprio Chrétien morreu por volta de 1188, possivelmente antes de poder terminar o trabalho; se terminou, nenhuma cópia completa sobreviveu. Se ela existiu, pode ter sido

destruída em um incêndio que ocorreu em Troyes em 1188. Este ponto não precisa ser detalhado, mas alguns intelectuais acham esse incêndio, que coincidiu com a morte do poeta, vagamente suspeito.
Em todo caso, a história do cálice na versão de Chrétien é mais importante por seu papel de precursora do que por sua precisão. Durante a metade do século seguinte, o tema que ele introduzira na corte de Troyes se espalharia pela Europa ocidental como fogo de palha. Ao mesmo tempo, contudo, especialistas modernos concordam em que os romances posteriores sobre o cálice não parecem derivar totalmente de Chrétien. Parecem provir de pelo menos mais uma fonte, provavelmente anterior. Proliferando-se, a história do cálice se tomou mais estreitamente ligada ao rei Arthur - na versão de Chrétien, um personagem periférico - e também a Jesus.
Entre os inúmeros romances sobre o cálice que se seguiram à versão de Chrétien, três se revelaram especialmente relevantes. Um deles, o *Roman de l'estoire dou saint graal,* foi composto por Robert de Boron entre 1190 e 1199. De forma justificada ou não, Robert é tido como o responsável pela transformação do cálice em um símbolo especificamente cristão. Ele mesmo afirma ter se baseado em uma fonte anterior a Chrétien, diferente deste. Ao falar de seu poema, e particularmente do caráter cristão do cálice, ele se refere a um "grande livro", cujos segredos lhe haviam sido revelados.
Assim, não se sabe se o próprio Robert "cristianizou" o cálice ou se alguém o fez antes dele. A maior parte dos especialistas atuais se inclina à segunda possibilidade. Entretanto, não há dúvida de que a narrativa de Robert de Boron é a primeira a fornecer uma história do cálice, que aparece como a taça da última ceia. Ela passou depois para as mãos de José de Arimatéia que, quando Jesus foi removido da cruz, encheu-o com o sangue do Salvador - e é este sangue sagrado que confere ao cálice uma qualidade mágica. Após a crucificação, continua Robert, a família de José se tornou guardiã do cálice. Para Robert, os romances sobre o cálice envolvem as

aventuras e vicissitudes dessa família particular. Galahad é tido como o filho de José de Arimatéia. E o cálice passa para o cunhado de José, Brons, que o leva para a Inglaterra e se torna o "rei pescador". Assim como no poema de Chrétien, Parsifal é o "filho da dama viúva", mas é também neto do rei pescador.

A versão de Robert para a história do cálice se desvia, em vários e importantes aspectos, daquela de Chrétien. Em ambas Parsifal é o “filho da dama viúva", mas na versão de Robert ele é neto, não sobrinho, do "rei pescador" - é, portanto, mais diretamente relacionado à família do cálice. Enquanto a narrativa de Chrétien é vaga em sua cronologia, situada na época de Arthur, a de Robert é bastante precisa. Para este último, a história do cálice se passa na Inglaterra e não é contemporânea de Arthur, mas de José de Arimatéia.

Outro romance sobre o cálice apresenta mais pontos em comum com o de Robert. Parece ter colhido informações das mesmas fontes, mas sua utilização dessas fontes é muito diferente e decididamente mais interessante. O romance em questão, conhecido como *Perlesvaus,* foi composto aproximadamente na mesma época do poema de Robert, entre 1190 e 1212, por um autor que, contrariando as convenções da época, escolheu o anonimato. É estranho que ele o fizesse, dada a posição privilegiada de que gozavam os poetas. A menos que estivesse envolvido em alguma organização - uma ordem monástica ou militar, por exemplo - que tornasse inconveniente a composição de tais romances. E o peso de evidências textuais relacionadas com *Perlesvaus* sugere, de fato, que este era o caso. De acordo com pelo menos um especialista moderno, *Perlesvaus* pode ter sido escrito por um templário. Existem evidências que suportam tal conjectura. Sabe-se, por exemplo, que os cavaleiros teutônicos encorajavam e patrocinavam poetas anônimos em suas fileiras, e tal precedente poderia ter sido estabelecido pelos templários. Além disto, o autor de *Perlesvaus* revela, ao longo de seu poema, um conhecimento quase extraordinariamente detalhado das

realidades de lutas - de armaduras e equipamentos, estratégia e tática, armamentos e seus efeitos na carne humana. A descrição gráfica de ferimentos, por exemplo, atesta uma experiência própria no campo de batalha - uma experiência realista, não romântica, não característica dos outros romances sobre o cálice.

Se *Perlesvaus* não foi composto por um templário, ele fornece, de qualquer modo, uma base sólida para ligar os templários ao cálice. Embora a ordem não seja mencionada por seu nome, sua presença no poema é evidente. Parsifal, em suas viagens, chega a um castelo que não abriga o cálice, mas sim um conclave de iniciados obviamente familiarizados com o cálice. É recebido por dois mestres, que batem palmas e são seguidos por outros 33 homens. "Eles portavam vestimentas brancas, e todos sem exceção continham uma cruz vermelha no meio do peito, e eles pareciam ser todos da mesma idade". Um desses misteriosos mestres afirma ter visto pessoalmente o cálice, experiência só concedida a uns poucos eleitos. Afirma também conhecer a linhagem de Parsifal.

Assim como os poemas de Chrétien e de Robert, *Perlesvaus* apresenta uma ênfase enorme na linhagem. Em vários momentos Parsifal é descrito como "o mais sagrado". Em outro momento afirma-se explicitamente que Parsifal era da linhagem de José de Arimatéia, e que este José era "tio de sua [de Parsifal] mãe, e havia sido um soldado de Pilatos durante sete anos".

Entretanto, *Perlesvaus* não se situa no tempo de José de Arimatéia. Pelo contrário, ele se situa, assim como a versão de Chrétien, na época de Arthur. A cronologia é ainda mais confusa pelo fato de que aTerra Santa já está nas mãos dos infiéis, o que só aconteceu cerca de dois séculos depois de Arthur. E pelo fato de que a Terra Santa é aparentemente identificada como Camelot.

Perlesvaus é muito mais mágico do que os poemas de Chrétien e de Robert. Além de seu conhecimento do campo de batalha, o autor anônimo demonstra um conhecimento bastante surpreendente, para a época, de encantamentos e invocações. Existem também muitas

referências à alquimia - a dois homens, por exemplo, "feitos de cobre pela arte da necromancia". E algumas das referências a magia e alquimia ressoam ecos do mistério que rodeia os templários. Assim, um dos mestres da companhia, vestido de branco ao modo dos templários, diz a Parsifal: "Existem as cabeças seladas em prata e as cabeças seladas em chumbo, e os corpos aos quais as cabeças pertencem; eu lhe digo que você deve providenciar a cabeça do rei e a cabeça da rainha".

Se *Perlesvaus* é abundante em alusões mágicas, ele o é também em outras alusões, heréticas e/ ou pagãs. Novamente, Parsifal é designado de forma dualista como "filho da dama viúva". Existem referências à sanção de um ritual incongruente de rei-sacrifício, em um poema supostamente cristão. Existem referências a crianças assadas e comidas, um crime do qual os templários eram freqüentemente acusados. E em uma passagem existe um ritual singular que, novamente, evoca memórias dos julgamentos dos templários. Em uma cruz vermelha erigida na floresta, uma bela fera branca, de natureza indeterminada, é despedaçada por lobos. Enquanto Parsifal assiste, um cavaleiro e uma donzela aparecem com vasos dourados, colhem os fragmentos da carne mutilada e, após beijarem a cruz, desaparecem entre as árvores. Parsifal então se ajoelha em frente à cruz e a beija:

E um odor tão doce chega até ele, vindo da cruz e do local, de tal doçura que a nada pode ser comparado. Ele olhou e viu surgirem da floresta dois padres, e o primeiro gritou para ele: "Senhor cavaleiro, afaste-se da cruz, pois nenhum direito possui de aproximar-se dela." Parsifal se afastou, e o padre ajoelhou-se em frente à cruz e a adorou e se inclinou e a beijou muitas vezes, e manifestou o maior gozo do mundo. E o outro padre veio depois, e trouxe uma grande corda, e afastou o primeiro padre à força, e bateu na cruz com a corda em todas as suas partes, e a chicoteou até ferir.

Parsifal observou-o com grande surpresa e lhe disse: "O senhor não parece ser um padre! Por que comete tão grande vergonha?" "Senhor", disse o padre, "o que fazemos não lhe concerne, nem deve o senhor saber de nós!" Se ele não fosse padre, Parsifal o teria atacado, mas não tinha vontade de fazer-lhe mal.

Tal abuso da cruz evoca ecos das acusações levantadas contra os templários. Mas não somente eles. Pode também refletir um resquício de pensamento dualista - o pensamento dos cátaros, por exemplo, que também repudiavam a cruz.

Em *Perlesvaus* este resquício de pensamento dualista, ou gnóstico, se estende de algum modo ao próprio cálice. Para Chrétien o cálice era algo indeterminado, feito de ouro e incrustado de gemas. Para Robert de Boron ele era identificado como o copo utilizado na última ceia e depois para coletar o sangue de Jesus. Em *Perlesvaus,* o cálice assume uma dimensão mais curiosa e significativa. Em um dado momento, *sir* Gawain é avisado por um padre, "pois evite descobrir os segredos do Salvador, e aqueles a quem eles estão comprometidos mantenha-os guardados". O cálice, então, envolve um segredo relacionado de alguma forma a Jesus. A natureza desse segredo é confiada a uma seleta companhia.

Quando Gawain finalmente viu o cálice, pareceu-lhe ver nas brumas do cálice a figura de uma criança (...) ele olhou e pareceu-lhe ser o cálice todo em carne, e ele viu acima, enquanto pensava, um rei coroado, pregado numa corda.

Algum tempo depois, o cálice apareceu na sagração da missa, de cinco diferentes maneiras que ninguém deve contar, pois as coisas sagradas do sacramento não devem ser ditas abertamente, exceto por aquele a quem Deus lhes deu. O rei Arthur viu todas as transformações, a última era em um cálice.

Em suma, o cálice, em *Perlesvaus,* consiste em uma seqüência mutante de imagens ou visões. A primeira delas é o rei coroado, crucificado; a segunda, uma criança; a terceira, um homem usando

uma coroa de espinhos, sangrando na fronte, nas palmas e no peito. A quarta manifestação não é especificada. A quinta é um cálice. Em cada ocasião a manifestação é acompanhada de uma fragrância e de uma grande luz.
O cálice, a partir dessa narrativa em *Perlesvaus,* parecia ser diferente coisas ao mesmo tempo, ou alguma coisa que podia ser interpretada em diferentes níveis. Em um nível mundano, poderia ser um objeto, como um copo, uma terrina ou uma taça. Poderia ser também, em um sentido metafórico, uma linhagem, ou talvez algumas pessoas dessa linhagem. E obviamente o cálice poderia também ser uma experiência de algum tipo, provavelmente uma iluminação gnóstica, como aquela preconizada pelos cátaros e outras seitas dualistas da época.

A História de Wolfram Von Eschenbach

O mais famoso e mais significativo dos romances sobre o cálice é *Parzival,* composto entre 1195 e 1216. Seu autor foi Wolfram Von Eschenbach, um cavaleiro originário da Bavária. No início, pensamos que isso poderia distanciá-lo do assunto, tornando sua narrativa menos confiável que as outras. Mas logo concluímos que, se alguém podia falar com autoridade sobre o cálice, seria Wolfram.
No início de *Parzival,* Wolfram afirma que a versão de Chrétien sobre a história do cálice é errônea, enquanto a sua é precisa, pois baseada em informação privilegiada. Explica depois que obteve esta informação de um certo Kiot de Provence, que por sua vez a recebera de um certo Flegetanis. Vale a pena citar as afirmações de Wolfram:

Todos que me perguntaram antes sobre o cálice e que me julgaram mal por não responder estavam errados. Kiot pediu-me para não revelar isto, pois Aventura ordenou-lhe não pensar nisso até que ela, Aventura, o convidasse a dizer, e então se deveria falar, certamente.

Kiot, o conhecido mestre, encontrado em Toledo, uma vez liberado, começou a escrever, de forma pagã, a primeira fonte de sua aventura. Ele primeiro teve que aprender o abc, mas sem a arte da magia negra (...).
Flegetanis, um pagão, havia conseguido um grande renome graças aos seus conhecimentos. Este pensador da natureza descendia de Salomão e nascera de uma família que havia sido durante muito tempo israelita, até que o batismo se tornou seu escudo contra o fogo do inferno. Ele escreveu a aventura do cálice. Pelo lado de seu pai, Flegetanis era um pagão, que adorava um cordeiro (...).
O pagão Flegetanis podia contar-nos como todas as estrelas se punham e apareciam de novo (...). Os assuntos e o destino do homem são ligados ao ciclo das estrelas. Flegetanis, o pagão, viu com seus próprios olhos, nas constelações, coisas que ele por timidez não contava - mistérios ocultos. Disse que havia algo chamado cálice, cujo nome ele havia lido claramente nas constelações. Um grupo de anjos havia deixado esse cálice na Terra.
Desde então, homens batizados têm tido a tarefa de guardá-lo, e com tal casta disciplina que aqueles chamados ao serviço do cálice são sempre homens da nobreza. Assim escreveu Flegetanis sobre essas coisas.
Kiot, o sábio mestre, dedicou-se a estudar esta fábula em livros em latim, para ver onde teria havido um povo dedicado à pureza e ao merecimento de cuidar do cálice. Ele leu as crônicas das terras, na Inglaterra e em outros lugares, na França e na Irlanda, e em Anjou ele encontrou a fábula. Lá ele leu a verdadeira história de Mazadan, e o registro exato de toda sua família lá estava escrito.

É importante observar pelo menos quatro itens, entre os que pedem comentário nesta passagem. Um deles é que a história do cálice envolve aparentemente a família de alguém chamado Mazadan. Outro é que a casa de Anjou é de algum modo de grande importância. Um terceiro é que a versão original da história parece

ter sido filtrada da Espanha muçulmana para a Europa ocidental através dos Pirineus uma afirmação perfeitamente plausível, dada a posição de que gozava Toledo como centro de estudos esotéricos, tanto judaicos quanto muçulmanos. Mas o elemento mais surpreendente na passagem é que a história do cálice, na forma como Wolfram explica sua derivação, seria em última instância de origem judaica. Se o cálice é um mistério tão puramente cristão, por que deveria seu segredo ser transmitido por iniciados judeus? Por que deveriam escritores judeus ter tido acesso a material especificamente cristão, desconhecido pela própria cristandade?

Os intelectuais têm gasto tempo e energia discutindo se Kiot e Flegetanis são reais ou fictícios. Na realidade, a identidade de Kiot, como descobrimos em nosso estudo sobre os templários, pode ser solidamente estabelecida. Kiot de Provence foi, quase certamente, Guiot de Provins, um trovador, monge e porta-voz dos templários que de fato viveu em Provence e escreveu canções de amor, ataques à Igreja, canções de adoração ao Templo e versos satíricos. Sabe-se que Guiot visitou Mayence, na Alemanha, em 1184, durante o festival de cavalaria de Pentecostes, no qual o imperador do Sacro Império Romano, Frederick Barbarossa, conferiria a condição de cavaleiro a seus filhos. Como sempre, a cerimônia era assistida por poetas e trovadores de toda a cristandade. Sendo cavaleiro do Sacro Império Romano, Wolfram certamente esteve presente, sendo razoável supor que se encontrou com Guiot. Homens letrados não eram muito comuns na época. Eles inevitavelmente formavam um grupo, buscavam-se uns aos outros, se conheciam; e Guiot pode ter encontrado em Wolfram um espírito gêmeo, a quem ele talvez tenha confiado alguma informação, ainda que numa forma simbólica. E se Guiot permite aceitar Kiot como genuíno, é pelo menos plausível assumir que Flegetanis também o era. Se não, Wolfram e/ou Guiot tiveram um motivo especial para criá-lo. E se diz que, ao dar-lhe um cenário e uma genealogia, eles o fizeram.

Além da história do cálice, Wolfram pode ter obtido de Guiot um intenso interesse nos templários. Sabe-se, em todo caso, que Wolfram possuía tal interesse. Assim como Guiot, ele mesmo fez uma peregrinação à Terra Santa, onde observou os templários em ação. E em *Parzival* enfatiza que os guardiães do cálice e a família do cálice são templários. Isto pode ser devido, é claro, à vaga cronologia e ao anacronismo cavaleiresco da licença poética, tal como podem ser discernidos em alguns dos romances sobre o cálice. Mas Wolfram é muito mais cuidadoso com tais coisas do que outros escritores da época. Além disso, existem alusões patentes ao Templo em *Perlesvaus.* Seriam tanto Wolfram quanto o autor de *Perlesvaus* culpados de algum flagrante anacronismo? Possivelmente. Mas também é possível que alguma coisa mais esteja envolvida nessas ostensivas conexões entre os templários e o cálice. Pois, se os templários eram de fato guardiães do cálice, existe um corolário flagrante: o cálice existiu não somente na época de Arthur, mas também durante as Cruzadas, quando os romances sobre ele foram compostos. Ao introduzir os templários, tanto Wolfram quanto o autor de *Perlesvaus* podem estar sugerindo que o cálice era não só uma coisa do passado, como também algo que, para eles, possuía relevância contemporânea.

Assim, de alguma maneira obscura, o pano de fundo do poema de Wolfram é tão importante quanto o texto. Assim como a identidade de Kiot e de Flegetanis, o papel dos templários parece crucial; e estes fatores podem muito bem representar a chave do mistério que circunda o cálice. Infelizmente, o texto de *Parzival* ajuda muito pouco na solução destas questões e coloca muitas outras.

Em primeiro lugar, Wolfram não só confirma que sua versão da história do cálice é a verdadeira - é uma espécie de "documento de iniciação" - como também reafirma que a narrativa de Chrétien é uma fábula fantástica. Em outras palavras, Wolfram afirma inequivocamente que existem mais coisas sobre o mistério do cálice do que podem nossos olhos conceber. E ele torna claro, com

inúmeras referências ao longo de seu poema, que o cálice não é meramente um objeto de mistificação e fantasia gratuitas, mas um meio de ocultar algo de imensa importância. Insinua repetidamente que o leitor deve ler nas entrelinhas, gotejando pistas sugestivas aqui e ali. Ao mesmo tempo, reitera constantemente a necessidade do segredo, "pois nenhum homem pode jamais ganhar o cálice a menos que seja conhecido no céu e que seja chamado pelo nome até o cálice". E "o cálice é desconhecido, exceto por aqueles que foram chamados pelo nome (...) à companhia do cálice".
Wolfram é preciso e ao mesmo tempo evasivo ao identificar o cálice. Quando este aparece pela primeira vez, durante a estada de Parsifal no castelo do rei pescador, não há uma indicação real de sua natureza. Contudo, ele pareceria ter algo em comum com a vaga descrição de Chrétien:

Ela [a rainha da família do cálice] usava um vestido de seda árabe. Sobre um *achmardi* verde profundo ela continha a perfeição do paraíso, raiz e tronco. Aquela era uma coisa chamada cálice, que sobrepuja toda perfeição terrestre. Repanse de Schoye era o seu nome, a quem o cálice permitiu ser sua guardiã. Tal era a natureza do cálice que ela, que o guardava, tinha que preservar sua pureza e renunciar a toda falsidade.

Entre outras coisas, o cálice, neste ponto, parecia ser um tipo de cornucópia mágica ou como da fartura:

Cem valetes, sob ordem, reverentemente, pegavam pão em guardanapos brancos em frente ao cálice, recuavam em grupo e, separando-se, passavam o pão por todas as mesas. Era dito, e eu lhes digo também, mas sob seu juramento, não sob o meu - se eu os decepciono, todos nós somos mentirosos - que o que quer que seja que se procurou, encontrou pronto, em frente ao cálice, alimento quente ou alimento frio, pratos novos e velhos, carne doméstica ou

caça. "Não houve jamais algo como isto", dirão muitos. Mas eles estarão errados em seu furioso protesto, pois o cálice era o fruto da bênção, tal abundância da doçura do mundo que seus deleites eram muito parecidos com o que conhecemos por reino do Céu.

Tudo isto é bastante mundano, mesmo simplório. O cálice parecia um assunto inócuo. Mas, mais tarde, quando o tio ermitão de Parsifal fala sobre o cálice, ele se torna decididamente mais poderoso. Após longa explanação, que inclui trechos de pensamentos flagrantemente gnósticos, o ermitão descreve o cálice do seguinte modo:

Eu bem sei que muitos bravos cavaleiros lidam com o cálice em Munsalvaeche. Sempre que cavalgam pelo mundo, como freqüentemente o fazem, é para procurar aventuras. Eles o fazem por causa do seu destino, esses templários, seja seu prêmio a vitória ou a derrota. Um valente anfitrião ali mora, e eu lhe direi como eles são amparados. Eles vivem de uma pedra da mais pura espécie. Se você não a conhece, ela deverá aqui ser nomeada para você. É chamada *lapsi exillis.* Pelo poder desta pedra, Fênix queima até cinzas, mas as cinzas lhe devolvem a vida. Então, Fênix se metamorfoseia e muda sua plumagem, que é depois intensa e luminosa e tão adorável como antes. Nunca houve um humano tão enfermo que, ao ver um dia essa pedra, não tenha vivido pelo menos mais uma semana.
E em aparência ele não fenecerá. Sua aparência permanecerá a mesma, seja ele homem ou donzela, como no dia em que viu a pedra, a mesma de quando os melhores anos de sua vida começaram, e embora ele veja a pedra por duzentos anos, ele nunca mudará, exceto por seus cabelos que poderão embranquecer. Tal poder dá a pedra a um homem que carne e ossos se tornam jovens de novo. A pedra é também chamada cálice.

Então, de acordo com Wolfram, o cálice é uma pedra de algum tipo. Mas tal definição do cálice é mais provocante do que satisfatória. Intelectuais têm sugerido várias interpretações para a frase *"lapsis exillis",* todas mais ou menos plausíveis. A expressão pode ser uma corruptela de *lapis ex caelis,* "pedra dos céus"; pode também ser uma corruptela de *lapsit ex caelis,* "ela caiu dos céus", ou de *lais elixir,* a fabulosa pedra fllosofal da alquimia. A passagem citada, assim como o poema completo de Wolfram a este respeito, é certamente carregada de simbolismos da alquimia. Fênix, por exemplo, é a abreviação da alquimia para ressurreição e renascimento - e também, na iconografia medieval, um emblema de Jesus morrendo e ressuscitando.
Se a Fênix é, de algum modo, uma representação de Jesus, Wolfram o associa implicitamente a uma pedra. Tal associação não é única. Há também Pedro (Pierre, ou "pedra" em francês), a "pedra" ou "rocha" sobre a qual Jesus estabeleceu sua Igreja. No Novo Testamento, Jesus relaciona a si mesmo, explicitamente, com "a pedra-chave negligenciada pelos construtores", a pedra-chave do Templo, a rocha do Sinai. Havia uma tradição real supostamente descendente de Godfroi de Bouillon que, por ter sido "fundada" sobre esta rocha, era igual às dinastias reinantes da Europa.
Na passagem que se segue imediatamente àquela já citada, Wolfram associa o cálice especiflcamente à cruciflcação - e, através do símbolo da pomba, a Madalena:

Neste exato dia, chega a ele [o cálice] uma mensagem na qual reside seu maior poder. Hoje é sexta-feira santa, e eles esperam lá uma pomba, voando do céu. Ela traz um pequeno biscoito e o deixa sobre a pedra. Então, com seu branco fulgurante, a pomba sobe novamente ao céu. Sempre na sexta-feira santa ela traz à pedra o que eu acabo de lhe dizer, e daquilo a pedra deriva quaisquer boas fragrâncias de bebida e comida na Terra, como à perfeição no paraíso. Eu quero dizer todas as coisas que a terra pode dar. E além

disso a pedra provê tudo que vive sob os céus, seja tudo o que voa, corre ou nada. Assim, à irmandade dos cavaleiros o poder do cálice dá suporte.

Adicionalmente a estes extraordinários atributos, o cálice, no poema de Wolfram, possuiria quase que uma certa percepção. Teria a capacidade de chamar pessoas ao seu serviço, de forma ativa:

Ouça agora como aqueles chamados ao cálice se tornam conhecidos. Sobre a pedra, ao redor da borda, aparecem letras inscritas, dando o nome e a linhagem de cada um, donzela ou rapaz, que empreenderá esta abençoada jornada. Ninguém precisa apagar a inscrição, pois uma vez que ele leia o nome, este desaparece diante de seus olhos. Todos os que hoje atingiram a maioridade chegaram lá como crianças. Abençoada é a mãe que gera uma criança destinada a lá prestar serviço. Pobre e rico são regozijados se seu filho é chamado a reunir-se à companhia. Eles são lá levados de muitos lugares. Da pecaminosa vergonha eles são mais protegidos que outros, e recebem boa recompensa no céu. Quando a vida morre para eles aqui, a eles é dada a perfeição lá.

Os guardiães do cálice são templários, mas os seus detentores parecem integrar uma família dotada de numerosos ramos colaterais, alguns dos quais espalhados pelo mundo, freqüentemente desconhecendo a própria identidade. Outros membros da família habitam o castelo do cálice de Munsalvaesche, obviamente associado ao lendário castelo cátaro de Monsalvat, que pelo menos um escritor identificou como sendo Montségur. Em Munsalvaesche vivem várias figuras enigmáticas. Existe o verdadeiro guardião e beneficiário, Repanse de Schoye ("Réponse de Choix", ou "Resposta escolhida"). E existe, é claro, Anfortas, o rei pescador e senhor do castelo do cálice, ferido nos genitais e incapaz de procriar ou, alternativamente, de morrer. Assim como no romance sobre o cálice

de Chrétien, Anfortas, para Wolfram, é o tio de Parsifal. E quando, no final do poema, a maldição é desfeita e Anfortas pode finalmente morrer, Parsifal se torna o herdeiro do castelo do cálice.
O cálice, ou a família do cálice, serve-se de algumas pessoas, que devem ser iniciadas em algum tipo de mistério. Ao mesmo tempo, envia seus treinados servidores ao mundo exterior com a missão de realizar ações em seu nome - e algumas vezes ocupar um trono. Pois o cálice, aparentemente, possui o poder de criar reis:

Donzelas são nomeadas para cuidar do cálice (...) este era o mandamento de Deus, e estas donzelas realizavam seu serviço ao pé do cálice. O cálice só seleciona companhia nobre. Cavaleiros, devotos e bons, são escolhidos para guardá-lo. A chegada das altas estrelas traz a este povo grande tristeza, jovens e velhos igualmente. A ira de Deus contra eles tem durado muito tempo. Quando dirão eles sim à felicidade? (...) Eu lhe direi mais uma coisa, em cuja veracidade você pode crer. Uma chance dupla é sempre deles; eles tanto dão quanto recebem beneficio. Ele recebem lá jovens crianças, de nobre linhagem e belas. E se em algum lugar um território perde seu senhor, se o povo lá reconhece a mão de Deus e busca um novo senhor, ele é presenteado com um da companhia do cálice. Eles devem tratá-lo com cortesia, pois a bênção de Deus o protege.

De acordo com a passagem acima, parece que em algum momento no passado a família do cálice incorreu na ira de Deus. A alusão a "ira de Deus contra eles" ecoa muitas afirmações medievais sobre os judeus. Também ecoa o título de um livro misterioso associado com Nicolas Flanel - *O Livro Sagrado de Abraão* o *judeu, príncipe, padre, levita, astrólogo* e *filósofo daquela tribo de judeus que pela ira de Deus foram dispersos entre os gauleses.* E Flegetanis, que segundo Wolfram escreveu - a narrativa original sobre o cálice, seria descendente de Salomão. Seria a família do cálice de origem judaica?

Qualquer que tenha sido a maldição antes lançada sobre a família do cálice, ela indubitavelmente veio a gozar, na época de Parsifal, de proteção divina e de grande parcela de poder. Entretanto, ela se empenha em manter sua identidade rigorosamente em segredo, pelo menos em certos aspectos.

Os homens [da família do cálice], Deus envia secretamente; as donzelas partem abertamente (...). Assim as donzelas são enviadas abertamente, e os homens em segredo, que eles podem ter filhos que irão, por sua vez, entrar um dia para o serviço do cálice, e, servindo, estimular sua companhia. Deus pode ensiná-los como fazê-lo.

As mulheres da família do cálice podem, portanto, revelar sua genealogia e identidade quando se casam com pessoas do mundo exterior. Os homens, contudo, devem manter esta informação oculta tanto que, na verdade, eles não podem permitir perguntas sobre suas origens. O ponto, parece, é crucial, pois Wolfram retorna a ele, enfaticamente, no final do poema.

Sobre o cálice encontra-se agora escrito que todo templário a quem a mão de Deus apontou como mestre deve proibir que pessoas do exterior façam perguntas sobre seu nome ou raça, e que ele deve ajudá-las com seus direitos. Se perguntas forem feitas sobre ele, elas não mais devem receber ajuda.

Daí deriva, é claro, o dilema de Lohengrin, o filho de Parsifal que, ao ser inquirido sobre sua origem, deve abandonar sua esposa e filhos e partir para o lugar de onde veio. Mas por que tão sigilosa conduta seria necessária? Que tipo de coisas a esconder poderiam ditá-la? Considerando a época em que Wolfram escreveu, se a família do cálice era de fato de origem judaica, isto poderia constituir uma explicação. E tal explicação ganha alguma credibilidade com a

história de Lohengrin. Pois existem muitas variantes dessa história, e Lohengrin não é sempre identificado pelo mesmo nome. Em algumas versões ele é chamado Helios, significando sol. Em outras versões é chamado Elie ou Eli, um nome evidentemente judeu.

No romance de Boron e em *Perlesvaus,* Parsifal é de linhagem judaica - a "linhagem sagrada" de José de Arimatéia. No poema de Wolfram esta posição, no que concerne a Parsifal, parece incidental. Realmente, Parsifal é o sobrinho do rei pescador ferido, sendo portanto relacionado ao sangue da família do cálice. Embora ele não se case com alguém da família do cálice - na realidade, já é casado -, ainda assim herda o castelo do cálice e se torna o seu novo senhor. Mas para Wolfram a genealogia do protagonista parece menos importante do que os meios pelos quais ele se mostra merecedor disto. Em suma, ele deve sujeitar-se a certos critérios ditados pelo sangue que carrega nas veias. Esta ênfase parece indicar a importância que Wolfram atribui àquele sangue.

Não há dúvida de que Wolfram atribui grande importância a uma linhagem sanguínea particular. Se existe um único tema dominante permeando não só Parzival, mas também os seus outros trabalhos, ele é a família do cálice, mais que o próprio cálice. A família do cálice parece dominar a mente de Wolfram de um modo quase obsessivo, e ele dedica muito mais atenção a ela do que ao misterioso objeto do qual eles são guardiães.

A genealogia da família do cálice pode ser reconstruída a partir de uma leitura atenta de *Parzival.* O próprio Parsifal é um sobrinho de Anfortas, o rei pescador ferido e senhor do castelo do cálice. Anfortas, por sua vez, é filho de Frimutel, e Frimutel é filho de Titurel. Nesse ponto a linhagem se torna mais enovelada. Mas retrocede finalmente até um certo Laziliez, que pode ser uma derivação de Lazarus, o irmão de Maria e de Martha no Novo Testamento. E os pais de Laziliez, os progenitores originais da família do cálice, são chamados Mazadan e Terdelaschoye. Este último é obviamente uma versão germânica da expressão francesa *terre de la choix,* ou terra

escolhida. Mazadan é mais obscuro. Ele pode derivar do Ahura Mazda zoroastriano, o principio dualista da luz. Ao mesmo tempo, pode sugerir, ainda que apenas foneticamente, Masada, um bastião importante durante a revolta judia contra a ocupação romana em 68 d.C.

Os nomes que Wolfram atribui aos membros da família do cálice são portanto mais provocantes e sugestivos. Contudo, nada de útil nos dizem, do ponto de vista histórico. Se quiséssemos encontrar um fundador histórico da família do cálice, teríamos que procurar em outra fonte. As pistas eram fracas. Sabíamos, por exemplo, que a família tinha supostamente culminado em Godfroi de Bouillon; mas isto não lançava muita luz sobre os antecedentes míticos de Godfroi - com exceção, é claro, do fato de que ele (como seus antecedentes reais) mantinha sua identidade escrupulosamente em segredo. Mas segundo Wolfram, Kiot encontrou uma narrativa da história do cálice nos anais da casa de Anjou, e o próprio Parsifal teria sangue de Angevin. Isto era extremamente interessante, pois a casa de Anjou era estreitamente associada tanto com os templários quanto com a Terra Santa. Realmente, Fulques, conde de Anjou, tornou-se, por assim dizer, um templário honorário, ou de tempo parcial. Em 1131, ele se casou com a sobrinha de Godfroi de Bouillon, a lendária Melusine, e se tornou rei de Jerusalém. Segundo os Documentos do Monastério, os lordes de Anjou - a família Plantagenet - se aliaram assim à linhagem merovíngia. E o nome de Plantagenet pode ter ecoado Plant-Ard ou Plantard.

Tais conexões são fragmentadas e tênues. Mas obtivemos pistas adicionais através da localização geográfica do poema de Wolfram, situado em sua maior parte na França. Contrariamente a cronistas posteriores, Wolfram afirma que a corte de Arthur, Camelot, se situava na França, especificamente em Nantes, na região da atual Bretanha francesa. Ali estava a fronteira oeste do antigo domínio merovíngio no ápice de seu poder.

Em um manuscrito da versão de Chrétien sobre a história do cálice, Parsifal declara ter nascido em Scaudone, ou Sinadon, ou algum lugar semelhante que aparece em diversas variantes ortográficas. A região é descrita como montanhosa. Segundo Wolfram, Parsifal vem de Waleis, que a maioria dos estudiosos tomou como sendo Wales (País de Gales). Sinadon, em suas várias grafias, foi considerado como sendo Snowdon, ou Snowdonia. Neste caso, contudo, surgem alguns problemas intransponíveis. Como observa um comentarista moderno, "os mapas erram", pois personagens se movem constantemente entre Waleis e a corte de Arthur em Nantes, assim como para outras localidades francesas, sem cruzar qualquer água! Em suma, eles se movem em escala transcontinental, e através de regiões cujos habitantes falam francês. Seria a geografia de Wolfram simplesmente confusa? Poderia ser apenas negligência?Ou Waleis não é País de Gales? Dois estudiosos sugeriram que pode ser Valois, a região da França a noroeste de Paris. Mas não existem montanhas em Valois, e o resto da paisagem não condiz com a descrição de Wolfram. Ao mesmo tempo, existe uma outra possibilidade de localização para Waleis - uma localização que é montanhosa, que condiz precisamente com as descrições topográficas de Wolfram e cujos habitantes falam francês. Trata-se de Valais, na Suíça, às margens do lago Léman, a leste de Genebra. Em suma, parece que a terra natal de Parsifal não é o País de Gales nem Valois, mas Valais. E seu verdadeiro local de nascimento, Sinadon, não seria Snowdon ou Snowdonia, mas Sidonensis, a capital de Valais. E o nome moderno de Sidonensis, capital de Valais, é Sion.

Assim, segundo Wolfram, a corte de Arthur fica na Bretanha francesa. Parsifal teria nascido na Suíça. E a família do cálice? E o castelo do cálice? Wolfram fornece uma resposta em seu mais ambicioso trabalho, deixado incompleto com sua morte, e intitulado *Der Junge Titurel.* Neste fragmento evocativo, Wolfram se refere à vida de Titurel, pai de Anfortas e construtor original do castelo do

cálice. *Der Junge Titurel* é muito especifico, não somente quanto a detalhes genealógios como também quanto às dimensões, os componentes, os materiais e a configuração do castelo do cálice - sua capela circular, por exemplo, como aquelas dos templários. E o próprio castelo é situado nos Pirineus.
Além de *Der Junge Titurel,* Wolfram deixou outro trabalho incompleto ao morrer: o poema conhecido como *Willehalm,* cujo protagonista é Guillem de Gellone, governante merovíngio do principado existente nos Pirineus no século IX. Guillem seria associado à família do cálice. Assim, seria ele o único personagem nos trabalhos de Wolfram cuja identidade histórica pode ser realmente determinada. Mas a meticulosa precisão de Wolfram é surpreendente, mesmo no tratamento que dá aos personagens não identificados. Quanto mais se estudam seus trabalhos, mais provável parece que eles se referem a um grupo real de pessoas - não uma família mítica ou fictícia, mas uma que existiu historicamente, e que pode bem ter incluído Guillem de Gellone. Esta conclusão se torna ainda mais plausível quando Wolfram admite estar ocultando algo. *Parsival* e seus outros trabalhos não são meros romances, mas documentos de iniciação, depositários de segredos.

O Cálice e a Cabala

Como sugere *Perlesvaus,* o cálice, pelo menos em parte, parece ser uma experiência de algum tipo. Em sua digressão sobre as propriedades curativas do cálice e seus poderes de assegurar longevidade, Wolfram parecia estar insinuando algo experimental e também simbólico - um estado de espírito, ou estado de alma. Existem poucas dúvidas de que, em um certo nível, o cálice é uma experiência de iniciação que na terminologia moderna seria descrita como transformação, ou estado alterado da consciência. Alternativamente, ela pode ser descrita como uma experiência gnóstica, mística, uma iluminação ou união com Deus. É possível

colocar o aspecto experimental do cálice em um contexto especifico, o da cabala e do pensamento cabalístico. Tal pensamento estava na moda quando surgiram os romances sobre o cálice. Havia uma famosa escola de cabala em Toledo, onde Kiot teria ouvido falar no cálice. Outras escolas existiam no sul da França. E não seria por pura coincidência que Troyes também teria uma escola, datada de 1070 - época de Godfroi de Bouillon - e dirigida por um certo Rashi, talvez o mais famoso cabalista medieval.

É certamente impossível fazer justiça, aqui, à cabala ou ao pensamento cabalístico. Todavia, alguns pontos podem ser mencionados no sentido de estabelecer a conexão entre a cabala e os romances sobre o cálice. Muito resumidamente, a cabala pode ser descrita como judaísmo esotérico, uma metodologia psicológica de origem unicamente judaica, destinada a induzir uma transformação drástica da consciência. Nesse sentido, ela pode ser vista como um equivalente judeu de metodologias ou disciplinas similares nas tradições hindu, budista e taoísta - algumas formas de ioga, por exemplo, ou de zen.

Da mesma forma que seus equivalentes orientais, o treinamento em cabala envolve uma série de rituais, uma seqüência estrutural de experiências de iniciação que levam o praticante a modificações sempre mais radicais da consciência e da capacidade cognitiva. Embora o significado e a importância de tais modificações sejam sujeitos a interpretação, sua realidade, como fenômeno psicológico, é indiscutível. Entre os estágios de iniciação cabalística, um dos mais importantes é o conhecido como *Tiferet.* Dizem que na experiência *Tiferet* a pessoa passa para o além do mundo da forma, ou, em termos contemporâneos, transcende o próprio ego. Simbolicamente falando, isto consiste em uma espécie de morte sacrificial, a morte do ego, do senso de individualidade e do isolamento implícito em tal individualidade; e, certamente, um renascimento, ou ressurreição, em outra dimensão, de harmonia e unidade totais. Na adaptação cristã da cabala, *Tiferet* foi associado a Jesus.

Para os cabalistas medievais, a iniciação no *Tiferet* era associada a alguns símbolos específicos, que incluíam um ermitão, ou guia, ou velho sábio, um rei majestoso, uma criança, um deus sacrificado. Com o tempo, outros símbolos - uma pirâmide truncada, um cubo e a rosacruz - foram adicionados. A relação entre estes símbolos e os romances sobre o cálice é clara. Em toda narrativa sobre o cálice existe um velho ermitão sábio - freqüentemente, o tio de Perceval ou Parsifal - que age como guia espiritual. No poema de Wolfram, o cálice, como pedra, pode corresponder ao cubo. E em Perlesvaus as várias manifestações do cálice correspondem quase precisamente aos símbolos do *Tiferet.* O próprio *Perlesvaus* estabelece um laço crucial entre a experiência *Tiferet* e o cálice.

O Jogo de Palavras

Pudemos identificar assim o aspecto vivencial do cálice e conectá-lo de forma razoavelmente precisa com a cabala. Isto envolveu outro elemento judaico, fato aparentemente paradoxal, tendo em vista o caráter supostamente cristão do cálice. Além disso, quaisquer que fossem os aspectos experimentais do cálice, havia outros aspectos de grande importância para nossa história, que não podíamos ignorar. Eram aspectos históricos e genealógicos.
Os romances sobre o cálice nos tinham confrontado com um padrão reiterado de natureza mundana, não mística. Reiteradamente, havia um cavaleiro pueril que, por meio de alguns testes que o revelavam merecedor, era iniciado em algum segredo monumental, guardado com zelo por uma ordem de algum tipo, aparentemente cavaleiresca em sua composição. O segredo era associado de alguma forma a uma família específica. Por meio de casamento com tal família, por meio de sua própria linhagem ou por meio de ambos, o protagonista tornava-se senhor do cálice e de tudo que fosse relacionado com ele. Pelo menos nesse nível parecíamos estar lidando com algo de

caráter histórico concreto. Alguém pode tornar-se senhor de um castelo ou de um grupo de pessoas. Pode tornar-se herdeiro de certos territórios ou até mesmo de um certo legado. Mas ninguém pode tornar-se senhor, ou herdeiro, de uma experiência.

Quando submetidos a análise cuidadosa, os romances sobre o cálice se revelavam crucialmente baseados em assuntos de linhagem e genealogia, herança e hereditariedade. Nós nos perguntamos se isso seria relevante. Enfim, haveria alguma importância no fato de a linhagem em questão imbricar, em certos pontos-chaves, com aquela que aparecia de forma tão saliente em nossa investigação - a casa de Anjou, por exemplo, Guillem de Gellone e Godfroi de Bouillon? Poderia o mistério ligado a Rennes-le-Château e ao Monastério do Sinai estar relacionado de algum modo, ainda obscuro, ao misterioso objeto chamado cálice sagrado? Estaríamos, na realidade, seguindo os passos de Parsifal e conduzindo a nossa própria moderna busca do cálice?

As evidências sugeriam que esta era uma possibilidade real. Uma delas pesou decisivamente em favor de tal conclusão. Em muitos dos mais antigos manuscritos, o cálice é chamado *sangraal;* e até mesmo na última versão de Malory ele é chamado *sangreal.* É provável que uma destas formas - *sangraal* ou *sangreal* - seja de fato a original. Também é provável que posteriormente esta palavra tenha sido quebrada no lugar errado. *Sangraal* ou *sangreal* talvez não devessem dividir-se em *san graal* ou *san greal* - mas em *sang raal* ou *sang real.* Ou, para empregar a grafia moderna, "sangue real".

Este jogo de palavras pode ser provocante, mas não é, por si só, conclusivo. Tomado em conjunto com a ênfase dada a genealogia e linhagem, contudo, ele não deixa muita margem a dúvida. A este respeito, as associações tradicionais - o copo que colheu o sangue de Jesus, por exemplo - parecem reforçar esta suposição. O cálice parece relacionado de algum modo a sangue e a linhagem, o que, obviamente, levanta algumas perguntas. Qual sangue? Qual linhagem?

Os Reis Perdidos e o Cálice

Os romances sobre o cálice não foram os únicos poemas do tipo a encontrar uma audiência receptiva no final do século XII e início do século XIII. Houve muitos outros - *Tristan* e *Isolde,* por exemplo, e *Eric* e *Enide* - compostos pelo próprio Chrétien ou por contemporâneos e compatriotas de Wolfram, como Hartmann Von Aue e Gottfried Von Strassburg. Estes romances não mencionam o cálice, mas são claramente situados no mesmo período mÍtico-histórico dos romances sobre o cálice, apoiando-se mais ou menos intensamente em Arthur. Até onde pode ser datado, Arthur parece ter vivido no final do século V e/ou início do século VI, no ápice da ascendência merovíngia na Gália. Foi, sem dúvida, contemporâneo de Clóvis. Se o termo Ursus era aplicado à linhagem real merovíngia, o nome Arthur, que também significa urso, pode ser uma tentativa de conferir a um chefe britânico uma dignidade comparável.

Para os escritores da época das Cruzadas, a era merovíngia parece ter sido de importância crucial - tanto que ela forneceu o pano de fundo de romances que não tinham nada a ver com Arthur ou o cálice. Um desses romances é o épico nacional da Alemanha, *Nibelungenlied* ou *Canção dos Nibelungen,* no qual Wagner se inspirou para escrever sua monumental seqüência operística O *Anel.* Este *opus* musical e o poema do qual foi derivado são geralmente considerados pura fantasia. Mas os nibelungos foram um povo real, uma tribo germânica que viveu no final da época merovíngia. Além disso, muitos dos nomes em *Nibelungenlied* - Siegmund, por exemplo, Siegfried, Sieglinde, Brünhilde e Kriemhild - são claramente merovíngios. Muitos episódios no poema ocorrem em paralelo com eventos dos tempos merovíngios e até se referem a eles.

Embora não tenha nada a ver com Arthur ou com o cálice, o *Nibelungenlied* é mais uma evidência de que a época merovíngia exerceu influência poderosa sobre a imaginação dos poetas dos

séculos XII e XIII - como se eles soubessem de alguma coisa crucial sobre essa época que escritores e historiadores posteriores não souberam. Em todo caso, os intelectuais modernos concordam em que os romances sobre o cálice, assim como o *Nibelungenlied,* se referem à época merovíngia. É claro que, dada a importância de Arthur, esta conclusão pareceria óbvia, pelo menos em parte. Mas ela repousa também em indicações específicas dadas pelos próprios romances sobre o cálice. O *Qyeste del saint graal,* por exemplo, escrito entre 1215 e 1230, declara explicitamente que os eventos da história do cálice ocorreram precisamente 454 anos após a ressurreição de Jesus. Assumindo que Jesus tenha morrido em 33 d.C., a saga do cálice teria acontecido em 487 d.C. - durante o primeiro sopro de poder merovíngio, e apenas nove anos após o batismo de Clóvis.

Não havia nada de controvertido ou de revolucionário em relacionar os romances sobre o cálice e a era merovíngia. Apesar disto, sentimos que alguma coisa tinha passado despercebida. Essencialmente, tratava-se de uma questão de ênfase - que, por causa de Arthur, foi colocada na Inglaterra. Como resultado desta ênfase claramente britânica, não associamos logo o cálice e a dinastia merovíngia. Mas Wolfram insiste em que a corte de Arthur era em Nantes e que seu poema se passa na França. A mesma afirmação é feita para outros romances sobre o cálice - o *Qyeste del saint graal,* por exemplo. E existem tradições medievais que confirmam que o cálice não foi levado para a Inglaterra por José de Arimatéia, mas para a França. Por Madalena.

Começamos a imaginar que a predominância da Inglaterra nos relatos de comentaristas dos romances sobre o cálice podia estar mal colocada. Na realidade, os romances se referiam a eventos ocorridos no continente, mais especificamente na França. E começamos a suspeitar que o próprio cálice, o *sangue real,* se referia na realidade ao sangue real da dinastia merovíngia, um sangue que

era considerado sagrado e possuidor de propriedades mágicas e miraculosas.
Talvez os romances sobre o cálice tenham constituído, pelo menos em parte, uma narrativa simbólica e alegórica de eventos da época merovíngia. E talvez já tivéssemos encontrado alguns desses eventos ao longo da nossa investigação. Um casamento em uma família especial, por exemplo, que, encoberto pelo tempo, engendrou as legendas sobre a dupla paternidade de Mérovée. Ou talvez, na família do cálice, uma representação da perpetuação clandestina da linhagem merovíngia - *les rois perdus,* ou "reis perdidos" - nas montanhas e cavernas de Razès. Ou talvez o exílio daquela linhagem na Inglaterra durante o século IX e o início do século X. E as alianças dinásticas secretas, mas augustas, pelas quais a vinha merovíngia, assim como aquela da família do cálice, finalmente frutificou em Godfroi de Bouillon e na casa Lorraine. Talvez o próprio Arthur - o "urso" - tenha sido incidentalmente relacionado com o líder celta ou gaulês-romano. Talvez o Arthur dos romances sobre o cálice seja na realidade "Ursus". Talvez o lendário Arthur das crônicas de Geoffrey de Monmouth tenha sido apropriado pelos escritores do cálice e deliberadamente transformado no veículo de uma tradição bem diferente e secreta. Se este for o caso, se explicaria por que os templários - criados pelo Monastério do Sinai como guardiães da linhagem merovíngia - foram declarados guardiães do cálice e da família do cálice. Se a família do cálice e a linhagem merovíngia são a mesma coisa, os templários foram realmente guardiães do cálice, mais ou menos na época em que os romances sobre o cálice foram escritos. Assim, sua presença nos romances sobre o cálice não seria anacrônica.
A hipótese era intrigante, mas levantava uma pergunta crucial. Os romances podem ter se passado no tempo dos merovíngios, mas eles ligam o cálice, de forma bastante explícita, às origens da cristandade, a Jesus, a José de Arimatéia, a Madalena. Alguns vão além. No poema de Robert de Boron, Galahad seria o filho de José

de Arimatéia, embora a identidade da mãe do cavaleiro seja obscura. E no *Quest del saint graal,* Galahad é chamado herdeiro da casa de Davi, sendo identificado como o próprio Jesus. Realmente, o nome Galahad, segundo os intelectuais modernos, deriva do nome Gilead, que foi considerado uma designação mística para Jesus.

Se o cálice podia ser identificado com a linhagem merovíngia, qual seria sua conexão com Jesus? Por que algo tão intimamente associado a Jesus poderia também ser associado com a época merovíngia? Como poderíamos reconciliar a discrepância cronológica, estabelecendo uma relação entre algo tão pertinente a Jesus e eventos que ocorreram pelo menos quatro séculos depois? Como poderia o cálice se referir, por um lado, à época merovíngia e, por outro, a alguma coisa levada por José de Arimatéia à Inglaterra ou por Madalena à França?

Tais perguntas se impunham até mesmo num nível simbólico. O cálice, por exemplo, se relacionava de algum modo a sangue. Mesmo sem desdobrar *sangraal* em *sang raal,* o cálice teria sido o receptáculo do sangue de Jesus. Como poderia haver relação com os merovíngios? E por que deveriam estas duas coisas ser relacionadas precisamente na época em que o foram, durante as Cruzadas, quando as cabeças merovíngias usavam a coroa do reino de Jerusalém, protegida pela Ordem do Templo e o Monastério do Sinai?

Os romances sobre o cálice enfatizam a importância do sangue de Jesus. Também enfatizam uma linhagem de algum tipo. Levando em conta fatores como a família do cálice desembocando em Godfroi de Bouillon, parece que a referência é ao sangue merovíngio. Seria possível haver alguma conexão entre estes dois elementos aparentemente discordantes? Poderia o sangue de Jesus ser relacionado de algum modo ao sangue real dos merovíngios? Poderia a linhagem relacionada com o cálice, levado à Europa ocidental logo após a crucificação, ser interligada com a linhagem dos merovíngios?

A Necessidade de Síntese

Nesse ponto fizemos uma pausa para revisar as evidências de que dispúnhamos. Elas nos estavam levando para uma direção clara, porém inesperada. Por que estas evidências - disponíveis durante séculos ainda não tinham chamado a atenção de outros estudiosos? Por que ninguém, até onde soubemos, jamais as sintetizara e tirara as conclusões que pareciam bastante óbvias, ainda que especulativas? Tais conclusões, alguns séculos atrás, teriam sido rigoroso tabu, sendo severamente punidas, se publicadas. Mas não tem havido muito risco durante, pelo menos, os dois últimos séculos. Por que, então, os fragmentos desse quebra-cabeça não foram reunidos em um todo coerente?

Percebemos que as respostas a estas perguntas estavam em nossa própria época, ou melhor, nos modos ou hábitos de pensar que a caracterizam. Desde o chamado Iluminismo do século XVIII, a orientação da cultura e da consciência ocidental tem sido para a análise, mais do que para a síntese. Nossa época é caracterizada por uma sempre crescente especialização. A intelectualidade enfatiza exageradamente a especialização, que, como atesta a universidade moderna, implica a segregação do conhecimento em disciplinas distintas. Como conseqüência, as diversas esferas cobertas por nossa investigação têm sido tradicionalmente segmentadas em compartimentos bem separados. Em cada compartimento o material relevante tem sido devidamente explorado e avaliado por especialistas. Mas poucos destes especialistas, ou nenhum deles, têm se aventurado a estabelecer uma conexão entre sua área particular e outras que podem superpor-se a ela. Realmente, tais especialistas tendem a considerar com considerável desconfiança - espúrias no pior dos casos, irrelevantes no melhor - as áreas diferentes das suas. A pesquisa eclética, interdisciplinar, é

freqüentemente desencorajada como sendo, entre outras coisas, especulativa demais.
Muitos tratados têm surgido a respeito dos romances sobre o cálice, suas origens e seu desenvolvimento, seu impacto cultural, sua qualidade literária. E numerosos estudos, válidos ou não, têm sido feitos sobre os templários e as Cruzadas. Mas poucos especialistas nos romances sobre o cálice têm sido historiadores, e menos ainda têm demonstrado qualquer interesse na complexa, freqüentemente sórdida e não muito romântica história por trás dos templários e das Cruzadas. Do mesmo modo, historiadores dos templários e das Cruzadas têm, como todos os historiadores, aderido estreitamente a registros de fatos e documentos. Os romances sobre o cálice têm sido desprezados como mera ficção, como nada mais que um fenômeno cultural, uma espécie de produto secundário gerado pela imaginação da época. Sugerir a tal tipo de historiador que os romances sobre o cálice podem conter um núcleo de verdade histórica seria equivalente a uma heresia - embora Schlieman, há mais de um século, tenha descoberto o local de Tróia através de uma leitura cuidadosa de Homero.
É verdade que vários escritores ligados ao oculto, ao procederem primariamente com base no pensamento positivo, têm dado crédito literal a lendas, afirmando que, de algum modo místico, os templários eram guardiães do cálice - o que quer que pudesse ser o cálice. Mas não tem havido nenhum estudo histórico sério que se aventure a estabelecer qualquer conexão verdadeira. Os templários são considerados como fato, o cálice como ficção, e nenhuma associação entre os dois é considerada possível. E se os romances sobre o cálice têm sido negligenciados pelos intelectuais e historiadores do período no qual eles foram escritos, não é de se surpreender que eles tenham sido negligenciados por especialistas de épocas anteriores. Simplesmente, não ocorreria a um especialista na época merovíngia suspeitar que os romances sobre o cálice - se é que ele conhece algum - possam lançar alguma luz em sua área de

estudo. Nenhum dos especialistas em merovíngios que encontramos sequer menciona as lendas de Arthur. Isto não configura uma omissão séria? Tanto mais que, cronologicamente falando, estas lendas se referem à época exata pesquisada por eles.

Se os historiadores estão despreparados para traçar esse tipo de conexões, os intelectuais especialistas em Bíblia estão ainda menos. Durante as últimas décadas, uma porção de livros apareceram - segundo os quais Jesus era um pacifista, um essênio, um místico, um budista, um feiticeiro, um revolucionário, um homossexual, até mesmo um cogumelo. Mas apesar dessa massa de material sobre Jesus e o contexto histórico do Novo Testamento, nenhum autor, até onde sabemos, tocou na questão do cálice. Por que deveria? Por que um especialista em história bíblica teria interesse - ou mesmo conheceria - em um punhado de poemas românticos fantásticos, compostos na Europa ocidental mais de mil anos depois? Seria inconcebível que os romances sobre o cálice pudessem de algum modo elucidar mistérios do Novo Testamento.

Mas realidade, história e conhecimento não podem ser segmentados e compartimentalizados de acordo com o sistema de classificação arbitrário do intelecto humano. Evidências documentadas podem ter dificuldades para sobreviver, mas é evidente que tradições podem sobreviver por mil anos, emergindo então em forma escrita que ilumina eventos precedentes. Algumas sagas irlandesas, por exemplo, podem revelar muito sobre a transformação da sociedade matriarcal em patriarcal na antiga Irlanda. Sem o trabalho de Homero, composto muito depois do fato, ninguém teria ouvido falar do cerco de Tróia. E *Guerra* e *paz* - embora escrito mais de meio século depois - pode contar-nos mais do que a maioria dos livros de história, e mais ainda do que a maioria dos documentos oficiais, sobre a Rússia durante a era napoleônica.

O pesquisador responsável deve, como um detetive, perseguir todas as pistas que encontra, por mais improváveis que pareçam. Não se deve desprezar um material *a priori,* porque ele ameaça levar-nos a

território improvável ou desconhecido. Os eventos do escândalo Watergate, por exemplo, foram reconstruídos inicialmente a partir de uma infinidade de fragmentos disparatados, cada um insignificante em si mesmo e sem conexão aparente com os demais. Para os investigadores da época, alguns dos truques sujos, freqüentemente infantis, devem ter parecido tão divorciados dos assuntos globais como os romances sobre o cálice podem parecer em face do Novo Testamento. E o escândalo Watergate foi confinado a um único país e a um lapso de tempo de poucos anos. O assunto de nossa investigação abrange toda a cultura ocidental e um lapso de tempo de dois milênios.

É necessária uma abordagem interdisciplinar do material escolhido, uma abordagem móvel e flexível, que nos permita migrar livremente por entre disciplinas disparatadas e através do espaço e do tempo. Devemos ser capazes de ligar dados e fazer conexões entre pessoas, eventos e fenômenos amplamente divorciados um do outro. Devemos ser capazes de mudar, se a necessidade ditar, do século III para o XII, ou do século VII para o XVIII, desenhando um espectro variado de fontes - antigos textos eclesiásticos, romances sobre o cálice, registros e crônicas merovíngios, escritos da maçonaria. Em suma, devemos sintetizar, pois somente pela síntese podemos discernir a continuidade delineada, o tecido unificado e coerente, que repousam no centro de um problema histórico. Tal abordagem, em princípio, não é nem particularmente revolucionária, nem controvertida. Consiste mais em tomar um princípio do dogma da Igreja contemporânea - a Imaculada Conceição, por exemplo, ou o celibato obrigatório dos padres - e usá-lo para iluminar a antiga cristandade. Da mesma maneira, os romances sobre o cálice podem ser usados para lançar alguma luz significativa sobre o Novo Testamento, sobre a trajetória e a identidade de Jesus.

Finalmente, não é suficiente confinar-se exclusivamente aos fatos. Devemos também discernir as repercussões e ramificações dos fatos e ver como estas repercussões e ramificações irradiam através dos

séculos, freqüentemente na forma de mitos e lendas. É verdade que os fatos podem ser distorcidos no processo, como um eco reverberando entre penhascos. Mas se a voz em si pode ser localizada, o eco, embora distorcido, pode ainda apontar o caminho. Em suma, fatos são como pedregulhos lançados no lago da história. Desaparecem logo, freqüentemente sem deixar traço. Mas geram ondas. Se nossa perspectiva é ampla o bastante, elas nos permitem marcar onde o pedregulho caiu. Guiados pela ondas, podemos então mergulhar ou adotar outra abordagem. As ondas permitem localizar o que de outra maneira pode ser irrecuperável.
Agora estava se tornando claro para nós que tudo o que tínhamos estudado durante nossa investigação era nada mais que uma onda - que, monitorada corretamente, poderia dirigir-nos até a pedra jogada no lago da história, dois milênios atrás.

Nossa Hipótese

Madalena havia aparecido de forma proeminente em nossa investigação. De acordo com algumas lendas medievais, ela levou o cálice sagrado - ou "sangue real" - para a França. O cálice é estreitamente associado a Jesus. E o cálice, pelo menos em certo nível, se relaciona de alguma forma com sangue - ou, mais especificamente, a uma estirpe ou linhagem sanguínea. Os romances sobre o cálice, entretanto, são na sua maior parte situados na época merovíngia. Mas eles só foram compostos depois que Godfroi de Bouillon - herdeiro fictício da família do cálice e herdeiro verdadeiro dos merovíngios - estava instalado, de fato mas não nominalmente, como rei de Jerusalém.
Se estivéssemos lidando com alguém outro que não Jesus - se estivéssemos lidando com um personagem como Alexandre, por exemplo, ou Júlio César - estes pedaços fragmentados de evidência levariam, quase inelutavelmente, a uma conclusão óbvia.

Nós tiramos aquela conclusão, por mais controvertida e explosiva que pudesse ser. E começamos a testá-la, pelo menos como uma hipótese.

Talvez Madalena - aquela mulher evasiva dos Evangelhos - fosse na realidade a esposa de Jesus. Talvez sua união tenha produzido prole. Após a crucificação, talvez Madalena, com pelo menos um filho, tenha sido levada para a Gália, onde comunidades judias já existiam e onde, portanto, ela poderia encontrar refúgio. Talvez houvesse, em suma, uma linhagem sanguínea que descendesse diretamente de Jesus. Talvez esta linhagem, este supremo *sang real,* tenha se perpetuado, intacto e incógnito, por algumas centenas de anos - o que não é, na realidade, um tempo muito longo para uma linhagem importante. Talvez tenham havido casamentos dinásticos não só com outras famílias judias, mas também com romanos e visigodos. E talvez, no século V; a linhagem de Jesus tenha se aliado à linhagem real dos francos, engendrando assim a dinastia merovíngia.

Se essa hipótese de trabalho fosse em algum sentido verdadeira, ela serviria para explicar grande número de elementos em nossa investigação. Explicaria a extraordinária posição de Madalena e a importância do culto a ela dedicado durante as Cruzadas. Explicaria a condição sagrada atribuída aos merovíngios. Explicaria o nascimento legendário de Merovée, filho de dois pais, sendo um deles uma criatura marinha simbólica que, como Jesus, podia ser comparado ao peixe místico. Explicaria o pacto entre a Igreja Romana e a linhagem sanguínea de Clóvis (um pacto com os descendentes de Jesus não seria um pacto óbvio para uma Igreja fundada em seu nome?). Explicaria a ênfase aparentemente incomensurável dada ao assassinato de Dagobert II, pois a Igreja, tomando partido nessa morte, teria sido culpada não somente de um assassinato real mas, segundo sua própria doutrina, de uma forma de assassinato de Deus. Explicaria a tentativa de erradicar Dagobert da história. Explicaria a obsessão dos carolíngios em legitimar-se,

como chefes do Sacro Império Romano, ao clamarem por uma genealogia merovíngia.
Uma linhagem descendente de Jesus através de Dagobert também explicaria a família do cálice nos romances - o segredo que a envolve, sua condição exaltada, o rei pescador incapaz de reinar, o processo pelo qual Parsifal ou Perceval se torna herdeiro do castelo do cálice. Finalmente, explicaria a genealogia mística de Godfroi de Bouillon, filho ou neto de Lohengrin, neto ou bisneto de Parsifal, herdeiro da família do cálice. E se Godfroi descendia de Jesus, sua triunfante captura de Jerusalém, em 1099, teria envolvido muito mais do que a retomada do Santo Sepulcro aos infiéis. Godfroi estaria reclamando o direito à sua própria herança.
Nós já tínhamos adivinhado que as referências a vinicultura, que apareciam durante nossa pesquisa, simbolizavam alianças dinásticas. Com base em nossa hipótese, vinicultura agora parecia simbolizar o processo pelo qual Jesus - que se identifica repetidamente com a vinha - perpetuou sua linhagem. Como se numa confirmação disto, descobrimos uma porta esculpida representando Jesus como uma porção de uvas. Esta porta se encontra em Sion, na Suíça.
Nosso cenário hipotético era logicamente consistente e intrigante, mas ainda era especulativo. Podia ser bastante atraente, mas ainda era muito inacabado e repousava em bases muito frágeis. Embora explicasse muitas coisas, ainda não podia ser sustentado. Havia muitos buracos, inconsistências e anomalias, muitos fios soltos. Antes de podermos considerá-lo seriamente, tínhamos que determinar se havia evidências reais para ampará-lo. Numa tentativa de encontrar tais evidências, começamos a explorar os evangelhos, o contexto histórico do Novo Testamento e os escritos dos antigos padres da Igreja.

XII
O REI-SACERDOTE QUE NUNCA REINOU

A maioria das pessoas hoje fala de cristandade como se se tratasse de uma coisa específica, uma entidade coerente, homogênea e unificada. É desnecessário dizer que cristandade não é nada disto. Como todos sabem, existem numerosas formas de cristandade, como o catolicismo romano e a igreja anglicana, iniciada por Henrique VIII. Existem as várias outras denominações do protestantismo, desde o luteranismo e o calvinismo, originados no século XVI, até desenvolvimentos relativamente recentes, como o unitarismo. Existem múltiplas congregações evangélicas, como os adventistas do sétimo dia e as testemunhas de Jeová. E existem diversas seitas e cultos, como os filhos de Deus e a Igreja da Unificação do reverendo Moon. Se pesquisarmos este amplo espectro de crenças - desde as rigidamente dogmáticas e conservadoras até as radicais - fica difícil determinar o que exatamente constitui a cristandade.

Se é que existe um único fator que nos permita falar de cristandade, um fator que ligue as diversas e divergentes crenças, este é o Novo Testamento, e mais particularmente a condição singular atribuída no Novo Testamento a Jesus, sua crucificação e ressurreição. Mesmo os que não subscrevem a verdade literal ou histórica desses eventos, se aceitam sua importância simbólica, são considerados cristãos.

Assim, se existe uma unidade no difuso fenômeno chamado cristandade, ela reside no Novo Testamento, e, mais especificamente, nas narrativas sobre Jesus conhecidas como os quatro Evangelhos. Estas narrativas são popularmente consideradas as de maior autoridade já registradas; muitos cristãos as consideram coerentes e incontestáveis. Desde a infância se é levado a acreditar que a história de Jesus, na forma como é preservada nos Evangelhos, é definitiva, se não inspirada por Deus. Os quatro evangelistas, supostos autores dos Evangelhos, são tidos como testemunhas inexpugnáveis que se reforçam e confirmam entre si. Entre as pessoas que hoje se denominam cristãs, relativamente

poucas sabem que os quatro Evangelhos não somente se contradizem como, às vezes, discordam violentamente entre si.
No que diz respeito à tradição popular, a origem e o nascimento de Jesus são bem conhecidos. Mas os Evangelhos, nos quais essa tradição é baseada, são consideravelmente mais vagos sobre esse assunto. Somente dois dos Evangelhos - Mateus e Lucas - dizem alguma coisa sobre a origem e o nascimento de Jesus; e se contestam flagrantemente. De acordo com Mateus, por exemplo, Jesus era um aristocrata, se não um rei legítimo e de direito - descendente de Davi, via Salomão; de acordo com Lucas, a família de Jesus, embora descendente da casa de Davi, era de uma classe menos elevada. Com base na narrativa de Marcos, por outro lado, surgiu a lenda do "pobre carpinteiro". São genealogias tão discordantes que podem inclusive estar se referindo a duas pessoas bem diferentes.
As discrepâncias entre os Evangelhos não se esgotam na questão da genealogia de Jesus. De acordo com Lucas, Jesus, recém-nascido, foi visitado por pastores; de acordo com Mateus, foi visitado por reis. De acordo com Lucas, a família de Jesus vivia em Nazaré. A partir daí se diz que eles teriam viajado - para um censo que a história sugere nunca ter ocorrido - a Belém, onde Jesus nasceu numa pobre manjedoura. Mas, de acordo com Mateus, a família de Jesus havia sido abastada e residira em Belém todo o tempo; Jesus havia nascido em uma casa. Nessa versão, a perseguição de Herodes aos inocentes impele a família a partir para o Egito, e só depois de seu retorno eles vivem em Nazaré.
Em cada uma dessas narrativas as informações são bastante específicas. Assumindo que o censo tenha de fato ocorrido, elas são perfeitamente plausíveis, embora discordantes. Esta contradição não pode ser racionalizada. Não há como as duas narrativas conflitantes serem corretas, e não há como reconciliá-las. Queiramos admiti-lo ou não, deve ser reconhecido o fato de que um dos Evangelhos está errado, ou ambos estão. Em face de tão inevitável conclusão, os

Evangelhos não podem ser considerados incontestáveis. Como podem sê-lo se se impugnam um ao outro?

Quanto mais se estudam os Evangelhos, mais claras se tornam as contradições entre eles. Não concordam entre si nem mesmo quanto à data da crucificação. De acordo com o Evangelho de João, ela ocorreu no dia anterior ao da celebração da libertação dos escravos judeus no Egito. De acordo com os Evangelhos de Marcos, Lucas e Mateus, ocorreu um dia depois. Tampouco os Evangelhos estão de acordo em relação à personalidade e ao caráter de Jesus: um salvador humilde como um cordeiro (Lucas), um poderoso e majestoso soberano, que veio "trazer a espada e não a paz" (Mateus). Existe outra discordância sobre as últimas palavras de Jesus na cruz. Em Mateus e em Marcos estas palavras foram: "Meu Deus, Meu Deus, por que me abandonastes?" Em Lucas, foram: "Pai, perdoai-os, pois eles não sabem o que fazem." Em João, simplesmente: "Está terminado."

Dadas tais discrepâncias, os Evangelhos só podem ser considerados uma autoridade altamente questionável e certamente não definitiva. Não representam a palavra perfeita de nenhum Deus; ou, se o fazem, as palavras de Deus têm sido censuradas, editadas, revisadas, glosadas e reescritas, de forma muito liberal, por mãos humanas. A Bíblia, deve ser lembrado - e isto se aplica ao Velho e ao Novo Testamento -, é uma seleção de trabalhos e, em muitos aspectos, uma seleção arbitrária. Na realidade, ela poderia bem conter muito mais livros e escritos do que de fato contém. E não é uma questão de livros que tenham sido perdidos. Pelo contrário. Houve os deliberadamente excluídos. Em 367 d.C., o bispo Athanasius de Alexandria compilou uma série de trabalhos para serem incluídos no Novo Testamento. Esta lista foi ratificada pelo Conselho da Igreja de Hippo, em 393, e novamente pelo Concílio de Cartago quatro anos depois. Nestes conselhos uma seleção foi aceita. Alguns trabalhos foram reunidos para formar o Novo Testamento como nós o conhecemos hoje, outros foram rudemente

ignorados. Como pode tal processo de seleção ser considerado definitivo? Como poderia um conclave de clérigos decidir infalivelmente que alguns livros pertenciam à Bíblia e outros não? Especialmente quando alguns dos livros excluídos possuem uma aspiração, perfeitamente válida, à veracidade histórica?
Na forma como existe hoje, a Bíblia é o produto de um processo seletivo mais ou menos arbitrário. Além disso, tem sido também sujeita a uma editoração, censura e revisão razoavelmente drásticas. Em 1958, por exemplo, o professor Morton Smith, da Universidade de Columbia, descobriu, em um monastério próximo a Jerusalém, uma carta que continha um fragmento inédito do Evangelho de Marcos. O fragmento não tinha sido perdido, mas aparentemente suprimido, sob a instigação, se não pedido expresso, do bispo Clemente de Alexandria, um dos mais venerados antigos padres da Igreja.
Clemente, parece, tinha recebido uma carta de um certo Theodore, que reclamava de uma seita gnóstica, os carpocracianos. Os carpocracianos pareciam estar interpretando algumas passagens do Evangelho de Marcos segundo seus próprios princípios, que não estavam de acordo com a posição de Clemente e de Theodore. Como conseqüência, Theodore aparentemente os atacou e registrou sua ação junto a Clemente. Na carta encontrada pelo professor Smith, Clemente responde a seu discípulo da seguinte forma:

Você fez bem em silenciar os indescritíveis ensinamentos dos carpocracianos. Pois estes são as "estrelas errantes" da profecia, que se desviam da estrada estreita dos mandamentos para um abismo sem fronteiras de pecados carnais. Pois, orgulhando-se de seu conhecimento, como eles dizem, "das profundas [coisas] de Satã", eles não sabem que estão se jogando no "baixo mundo da escuridão" da falsidade, e, vangloriando-se de serem livres, eles se tornaram escravos de desejos servis. Tais [homens] devem ser combatidos de todas as maneiras e completamente. Pois, mesmo

que eles digam alguma verdade, quem ama a verdade não deve, mesmo assim, concordar com eles. Pois nem todas as verdadeiras [coisas] são a verdade, nem deveria aquela verdade que [meramente] parece verdadeira segundo opiniões humanas ser preferida à verdade absoluta, aquela da fé.

Trata-se de uma afirmação extraordinária para um padre. De fato, Clemente está dizendo nada menos que, "se seu oponente estiver dizendo a verdade, você deve negá-la e mentir para refutá-lo". Mas isto não é tudo. Na passagem que se segue, a carta de Clemente continua discutindo o Evangelho de Marcos e seu "mau uso" pelos carpocracianos:

[Quanto a] Marcos, então, durante a estada de Pedro em Roma, ele escreveu [uma narrativa sobre] os feitos do Senhor, sem contudo declarar todos, nem ainda insinuar os secretos, mas selecionando aqueles que ele pensou mais úteis para aumentar a fé dos que estavam sendo instruídos. Mas quando Pedro morreu como um mártir, Marcos veio a Alexandria, trazendo suas notas e aquelas de Pedro, das quais ele transferiu para o seu livro anterior as coisas adequadas ao que quer que leve a progressos na direção do conhecimento [gnose]. [Então] ele compôs para uso um Evangelho mais espiritual que aqueles que estavam sendo aperfeiçoados. Entretanto, ele não divulgou as coisas que não deviam ser pronunciadas, nem escreveu os ensinamentos *hierophanticos* do Senhor, mas às histórias já escritas ele adicionou outras e, além disso, trouxe alguns dizeres dos quais ele sabia que a interpretação guiaria os ouvintes até os mais recônditos santuários da verdade oculta pelos sete [véus]. Então, em suma, ele pré-arranjou assuntos, nem de má vontade nem de forma incauta, em minha opinião, e, ao morrer, ele deixou sua composição na igreja de Alexandria, onde ela é ainda mais cautelosamente guardada, sendo lida somente por aqueles iniciados nos grandes mistérios.

Mas como os loucos demônios estão sempre planejando destruição para a raça humana, Carpocrates, instruído por eles e utilizando-se de artes malévolas, escravizou alguns presbíteros da igreja de Alexandria de tal modo que conseguiu uma cópia do Evangelho secreto, que ele interpretou segundo sua doutrina blasfema e carnal e, além disso, poluiu, misturando palavras límpidas e sagradas com vergonhosas mentiras.

Assim, Clemente reconheceu livremente que existe um autêntico evangelho secreto de Marcos. E instruiu Theodore a negá-lo:

Àqueles [os carpocracianos], desta forma, como eu disse antes, não se deve dar trégua jamais. Quando eles lançam suas falsificações, não devemos conceder que o Evangelho secreto é o de Marcos, mas devemos sempre negá-lo sob juramento. Pois "nem todas as verdadeiras [coisas] devem ser ditas a todos os homens".

O que era este "evangelho secreto" que Clemente ordenou a seu discípulo repudiar e que os carpocracianos estavam interpretando de forma má? Clemente responde a pergunta ao incluir a transcrição do texto, palavra por palavra, em sua carta:

Para você, eu não hesitarei em responder [às perguntas] que perguntou, refutando todas as falsificações pelas verdadeiras palavras do Evangelho. Por exemplo, depois de "E eles seguiram na estrada que ia para Jerusalém" e o que se segue, até "Depois de três dias ele subirá", [o Evangelho secreto] traz o seguinte [material] palavra por palavra:
"E eles chegam a Betânia, e uma mulher, cujo irmão havia morrido, estava lá. E, vindo, ela se prostrou ante Jesus e lhe disse: filho de Davi, tenha piedade de mim. Mas os discípulos a empurraram. E Jesus, ficando com raiva, foi com ela até o jardim onde estava a

tumba e, imediatamente, um grande grito foi ouvido da tumba. Chegando perto, Jesus afastou a pedra da porta da tumba. E imediatamente, indo na direção de onde estava o jovem, ele estendeu sua mão e o levantou, segurando-o pela mão. Mas o jovem, olhando para ele, o amou e começou a implorar que pudesse segui-lo. E saindo da tumba eles foram para a casa do jovem, pois ele era rico. E depois de seis dias, Jesus lhe disse o que fazer e à noite o jovem foi ter com ele, usando uma roupa de linho sobre [seu corpo] nu. E ele permaneceu com ele aquela noite, pois Jesus ensinou-lhe o mistério do reino de Deus. E então, se levantando, ele retornou ao outro lado do Jordão."

Este episódio não aparece em nenhuma versão do Evangelho de Marcos. Entretanto, é bastante familiar em suas linhas gerais. Existe, é claro, a cura de Lázaro, descrita no quarto Evangelho, atribuído a João. Na versão citada, contudo, existem algumas variações significativas. Em primeiro lugar, existe um "grande grito" na tumba antes que Jesus afaste a rocha ou instrua seu ocupante a levantar-se. Isto sugere que o ocupante não estava morto, negando assim qualquer elemento miraculoso. Em segundo lugar, no episódio de Lázaro parece haver algo mais do que as narrativas aceitas nos levam a acreditar. Certamente, a passagem citada atesta alguma relação especial entre o homem na tumba e o homem que o "ressuscita". Um leitor moderno talvez seja tentado a ver uma insinuação de homossexualidade. É possível que os carpocracianos - uma seita que aspirava à transcendência dos sentidos por meio da saciedade - discernisse precisamente tal insinuação. Mas, como argumenta o professor Smith, é na realidade muito mais provável que todo o episódio se refira a uma iniciação, uma morte e renascimento rituais e simbólicos, de um tipo muito comum no Oriente Médio da época.
Em todo caso, o aspecto central é que o episódio, e a passagem citada acima, não aparece em nenhuma versão moderna ou aceita

de Marcos. Realmente, as únicas referências a Lázaro, ou a um personagem chamado Lázaro, no Novo Testamento estão no Evangelho atribuído a João. Fica assim evidente que o conselho de Clemente foi aceito, não somente por Theodore, mas também por autoridades posteriores. O incidente com Lázaro foi completamente excluído do Evangelho de Marcos.

Se o Evangelho de Marcos foi tão dramaticamente expurgado, ele foi também carregado com adições espúrias. Em sua versão original ele termina com a crucificação, o enterro e a tumba vazia. Não existe a cena da ressurreição, ou a reunião com os discípulos. Algumas Bíblias modernas contêm um final mais convencional para o Evangelho de Marcos, incluindo a ressurreição. Mas praticamente todos os estudiosos da Bíblia concordam em que este final expandido é uma adição posterior, datada do final do século II e anexada ao documento original.

O Evangelho de Marcos fornece, portanto, dois momentos de um documento sagrado - supostamente inspirado por Deus - que tem sido alterado, editado, censurado, revisado por mãos humanas. Em ambos os casos não se trata de uma especulação, mas de algo considerado provado por estudiosos. Pode-se então supor que o Evangelho de Marcos tenha sido o único a sofrer alterações? Se o Evangelho de Marcos foi tão prontamente manuseado, é razoável assumir que os outros Evangelhos foram tratados de forma similar.

Para os propósitos de nossa investigação, não podíamos aceitar os Evangelhos como uma autoridade definitiva e inexpugnável, mas tampouco podíamos descartá-los. É certo que eles não foram totalmente fabricados e fornecem algumas das poucas pistas disponíveis sobre o que realmente ocorreu na Terra Santa dois mil anos atrás. Assim, nos engajamos em olhá-lo mais de perto, em buscar através deles, em discernir fatos e fábulas, em separar a verdade que eles contêm e a matriz espúria na qual essa verdade foi embebida. Para fazê-lo com eficiência, fomos primeiro obrigados a

nos familiarizar com a realidade histórica e as circunstâncias da Terra Santa no advento da era cristã.
Pois os Evangelhos não são entidades autônomas, flutuantes, eternas e universais, conjuradas do nada através dos séculos. São documentos históricos, como outros - como os Manuscritos do Mar Morto, os épicos de Homero e Virgílio, os romances sobre o cálice. São produto de um lugar muito específico, um tempo muito específico, um povo muito específico e fatores históricos muito específicos.

A Palestina no Tempo de Jesus

No século I, a Palestina era um pedaço muito agitado do mundo. Durante algum tempo aTerra Santa tinha sido varrida por desavenças dinásticas, conflitos destruidores e, ocasionalmente, guerras. Durante o século II a.C., um reino judaico mais ou menos unificado foi estabelecido transitoriamente, segundo os dois livros apócrifos dos Macabeus. Por volta de 63 a.C., contudo, a terra estava novamente em turbulência, madura para a conquista.
Mais de um quarto de século antes do nascimento de Jesus, a Palestina caiu sob o exército de Pompeu, e a lei romana foi imposta. Mas Roma, na época muito extensa e muito preocupada com seus próprios problemas, não estava em condições de instalar ali o aparelho administrativo necessário para um governo direto. Assim, ela criou uma linha de reis marionetes - a dos herodianos - para governar sob seu controle. Não eram judeus, mas árabes. O primeiro da linha foi Antipater, que assumiu o trono da Palestina em 63 a.C. Com sua morte, em 37 a.C., ele foi sucedido por seu filho Herodes, o Grande, que reinou até 4 a.C. Deve-se visualizar, então, uma situação análoga àquela da França sob o governo de Vichy entre 1940 e 1944: uma terra e um povo conquistados, governados por um regime marionete mantido no poder por força militar. O povo do país podia manter sua própria religião e costumes. Mas a autoridade final

era Roma. Esta autoridade era implementada segundo a lei romana e reforçada pelo exército romano, como aconteceu na Inglaterra pouco depois.
No ano 6 d.C. a situação se tornou mais crítica. O país foi então dividido administrativamente em duas províncias, Judéia e Galiléia. Herodes Antipas tornou-se o rei desta última. Mas Judéia - a capital espiritual e secular - ficou sujeita à norma romana direta, administrada por um procurador romano baseado em Cesarea. O regime era brutal e autocrático. Ao assumir o controle direto da Judéia, mais de 2 mil rebeldes foram sumariamente crucificados. O Templo foi saqueado e destruído. Impostos pesados foram criados. A tortura passou a ser freqüentemente empregada, e muita gente cometia suicídio. Este estado de coisas não foi melhorado por Pôncio Pilatos, procurador da Judéia de 26 d.C. até 36 d.C. Em contraste com os retratos bíblicos feitos dele, os registros existentes indicam que Pilatos era um homem corrupto e cruel, que não só perpetuou, mas intensificou os abusos de seu predecessor. Pelo menos à primeira vista, é surpreendente que os Evangelhos não contenham críticas a Roma, nem menções ao peso da canga romana, sugerindo que os habitantes da Judéia eram plácidos e contentes com sua sina. Na verdade, poucos estavam contentes, e muitos estavam longe de ser plácidos. Os judeus da Terra Santa, na época, podiam ser divididos em várias seitas e subseitas. Havia, por exemplo, os saduceus, uma classe de pequenos mas abastados proprietários de terras que, para desprazer de seus compatriotas, colaboravam de forma insidiosa com os romanos. Havia os fariseus, um grupo progressista que introduziu muitas reformas no judaísmo e que, apesar de seu retrato nos Evangelhos, se colocava em uma oposição teimosa, embora passiva, a Roma. Havia os essênios, uma seita austera, misticamente orientada, cujos ensinamentos eram mais prevalentes e influentes do que é geralmente admitido ou suposto. Entre as seitas e subseitas menores havia muitas cujo caráter preciso se perdeu há muito tempo na história e que, por isso, são

difíceis de definir. Vale a pena citar os nazoritas, contudo, dos quais Sansão, séculos antes, tinha sido membro, e que ainda existiam no tempo de Jesus. E vale a pena citar os nazoreanos ou nazarenos, um termo que parece ter sido aplicado a Jesus e seus seguidores. Realmente, a versão original grega do Novo Testamento se refere a "Jesus, o nazareno", expressão mal traduzida como "Jesus de Nazaré". Nazareno, em suma, diz respeito a uma seita, sem conexão com Nazaré.

Existiam ainda numerosos outros grupos e seitas, um dos quais mostrou-se particularmente relevante em nossa pesquisa. Em 6 d.C., quando Roma assumiu o controle direto da Judéia, um fariseu rabino conhecido como Judas da Galiléia tinha criado um grupo revolucionário altamente militante, conhecido como zelote e composto, parece, de fariseus e de essênios. Os zelotes não eram, estritamente falando, uma seita. Eram um movimento, com filiados de várias seitas. Tendo assumido gradativamente um papel de destaque nos assuntos da Terra Santa, suas atividades formavam talvez o mais importante pano de fundo contra o qual o drama de Jesus aconteceu.

Muito tempo depois da crucificação, as atividades dos zelotes continuaram inalteradas. Por volta de 44 d.C., estas atividades tinham se intensificado de tal modo que algum tipo de luta armada já parecia inevitável. Em 66 d.C. a luta irrompeu, toda a Judéia se levantando em revolta organizada contra Roma. Foi um conflito desesperado, tenaz, mas inútil. Vinte mil judeus foram massacrados pelos romanos só em Cesarea. Em quatro anos as legiões romanas ocuparam Jerusalém, arrasando a cidade, saqueando e destruindo o Templo. Entretanto, a fortaleza montanhosa de Masada resistiu por mais três anos, comandada por um descendente de Judas da Galiléia. Depois da revolta houve um êxodo massivo de judeus da Terra Santa. Entretanto, um número suficiente permaneceu para fomentar outra rebelião cerca de sessenta anos mais tarde, em 132 d.C. Finalmente, em 135 d.C., o imperador Hadrian decretou que

todos os judeus deviam ser expulsos da Judéia por lei, e Jerusalém tornou-se uma cidade essencialmente romana, sendo rebatizada com o nome de Aelia Capitolina.

A vida de Jesus se passou nos primeiros 35 anos, mais ou menos, de um turbilhão que se estendeu por 140 anos. O turbilhão não cessou com sua morte, mas continuou por mais um século. E gerou as expectativas psicológicas e culturais inevitáveis em tal situação de enfrentamento com um opressor. Uma destas expectativas era a esperança e espera de um Messias que libertasse seu povo do jugo romano. Foi somente em virtude de um acidente histórico e semântico que este termo veio a ser aplicado específica e exclusivamente a Jesus.

Para os contemporâneos de Jesus, nenhum Messias seria jamais considerado divino. Na realidade, a própria idéia de um Messias divino teria sido extravagante, se não impensável. A palavra grega para Messias é Christ ou Christos. O termo - em hebreu ou grego - significa simplesmente "abençoado" e se refere geralmente a um rei. Assim, quando Davi foi abençoado rei no Velho Testamento, ele se tornou explicitamente um Messias ou um Christ. E todos os reis judeus subseqüentes, da casa de Davi, eram conhecidos pelo mesmo nome. Mesmo durante a ocupação romana da Judéia, o alto sacerdote nomeado por Roma era conhecido como sacerdote Messias ou rei-sacerdote.

Todavia, para os zelotes e para outros oponentes de Roma, este sacerdote marionete era, necessariamente, um falso Messias. Para eles, o verdadeiro Messias significava algo muito diferente - o legítimo *roi perdu,* O descendente desconhecido da casa de Davi, que libertaria seu povo da tirania romana. Durante a vida de Jesus, a espera da vinda de tal Messias atingiu uma intensidade que beirava à histeria de massas. Esta espera continuou após a morte de Jesus. Realmente, a revolta de 66 d.C. foi instigada em grande parte pela agitação e propaganda feita pelos zelotes em nome de um Messias cujo advento seria iminente.

O termo Messias, então, não significava divino. Estritamente definido, significava simplesmente um rei abençoado; e, na mentalidade popular, veio a significar um rei abençoado que seria também um libertador. Em outras palavras, era um termo de conotação especificamente política, algo bem diferente da idéia cristã posterior de um "filho de Deus". Este termo, essencialmente mundano, foi usado para Jesus, chamado "Jesus, o Messias" ou - traduzido para o grego "Jesus, o Cristo". Só mais tarde é que esta designação se contraiu para "Jesus Cristo", e um título puramente funcional se distorceu em um nome próprio.

A História dos Evangelhos

Os Evangelhos surgiram de uma realidade histórica reconhecível e concreta; uma realidade de opressão, descontentamento cívico e social, ansiedade política, perseguições incessantes e rebeliões intermitentes. Tratava-se também de uma realidade pontilhada de promessas perpétuas e tentadoras, de esperanças e sonhos: um rei justiceiro apareceria, um líder espiritual e secular que conduziria seu povo à liberdade. Em relação à liberdade política, tais aspirações foram brutalmente extintas pela guerra devastadora que ocorreu entre 66 d.C. e 74 d.C. Contudo, quando transpostas para a forma totalmente religiosa, as aspirações foram não só perpetuadas pelos Evangelhos como receberam um novo e poderoso ímpeto.
Os estudiosos modernos são unânimes em dizer que os Evangelhos não são do tempo de Jesus. Datam, em sua maior parte, do período entre as duas principais revoltas na Judéia - 66 a 74 d.C. e 132 a 135 d.C. -, sendo quase certamente baseados em narrativas anteriores. Estas narrativas podem ter incluído documentos escritos que se perderam, pois houve uma destruição massiva dos registros no despertar da primeira revolta. Mas havia, certamente, tradições orais. Algumas eram grosseiramente exageradas e/ou distorcidas, recebidas e transmitidas de segunda, terceira ou quarta mão. Outras,

contudo, podem ter derivado de pessoas que viveram na época de Jesus e podem tê-lo conhecido pessoalmente. Um homem que fosse jovem no tempo da crucificação pode ter vivido também na época em que os Evangelhos foram escritos.

O primeiro dos Evangelhos é geralmente considerado como sendo o de Marcos, escrito durante a revolta de 66-74 d.C. ou logo depois, exceto por seu tratamento da ressurreição, que é uma adição posterior e espúria. Embora ele próprio não tenha sido um dos discípulos originais de Jesus, Marcos parece ter vindo de Jerusalém. Parece ter sido companheiro de São Paulo, e seu Evangelho porta o caráter inconfundível do pensamento paulino. Mas se Marcos era nativo de Jerusalém, seu Evangelho - como afirma Clemente de Alexandria - foi escrito em Roma e endereçado a uma audiência greco-romana. Isto, por si só, explica muita coisa. Na época em que o Evangelho de Marcos foi composto, a Judéia estava, ou tinha estado recentemente, em plena revolta, e milhares de judeus estavam sendo crucificados por se rebelarem contra o regime romano. Se Marcos quisesse que seu Evangelho sobrevivesse e se impusesse a uma audiência romana, não podia de forma alguma apresentar Jesus como um anti-romano. Não podia apresentar um Jesus politicamente orientado. Para assegurar a sobrevivência de sua mensagem, ele foi obrigado a aliviar os romanos de toda a culpa pela morte de Jesus, limpando o regime e culpando alguns judeus pela morte do Messias. Este artifício foi adotado não somente pelos autores dos outros Evangelhos, mas também pela antiga Igreja cristã. Sem tal artifício, nem os Evangelhos nem a Igreja teriam sobrevivido.

Estudiosos datam o Evangelho de Lucas em aproximadamente 80 d.C. Lucas parece ter sido um médico grego que compôs seu trabalho para um oficial romano de alto escalão em Cesarea, a capital romana da Palestina. Assim, também para Lucas teria sido necessário aplacar e apaziguar os romanos, transferindo a culpa para outro lugar. Na época em que o Evangelho de Mateus foi

composto - aproximadamente, 85 d.C. - tal transferência parece ter sido aceita como um fato estabelecido e não foi questionada. Mais da metade do Evangelho de Mateus, de fato, deriva diretamente do de Marcos, embora este tenha sido composto originalmente em grego e reflita características especificamente gregas. O autor parece ter sido um judeu, possivelmente um refugiado da Palestina. Ele não deve ser confundido com o discípulo chamado Mateus, que viveu muito antes, provavelmente falando só o aramaico.

Os Evangelhos de Marcos, Lucas e Mateus são conhecidos coletivamente como os "Evangelhos sinópticos", significando que eles vêem "olho no olho", ou "com um olho" - o que, é claro, não fazem. Entretanto, existem superposições suficientes entre eles para sugerir que sejam derivados de uma fonte comum, uma tradição oral ou algum outro documento perdido depois. Isto os distingue do Evangelho de João, no qual transparecem origens diferentes.

Nada se sabe sobre o autor do quarto Evangelho. Não existem razões para supor que seu nome tenha sido João. Com exceção de João Batista, o nome João não é mencionado em nenhuma passagem do Evangelho. A atribuição desse Evangelho - o último do Novo Testamento, composto por volta de 100 d.C. nas vizinhanças de Éfeso, na Turquia - a um homem chamado João é geralmente aceita como uma tradição posterior. Esse quarto Evangelho revela várias características singulares. Não há nele, por exemplo, a cena de natal, nenhuma descrição do nascimento de Jesus, e a introdução é quase gnóstica. O texto é decididamente de natureza mais mística do que o dos outros Evangelhos, e o conteúdo também difere. Os outros, por exemplo, se concentram primariamente nas atividades de Jesus na província a nordeste da Galiléia e refletem o que parece ser um conhecimento de segunda ou terceira mão dos eventos no sul, na Judéia e em Jerusalém, incluindo a crucificação. O quarto Evangelho, em contraste, diz relativamente pouco sobre a Galiléia. Lida exaustivamente com os eventos na Judéia e em Jerusalém, que concluem a carreira de Jesus, e sua narrativa da crucificação pode

se basear em algum testemunho ocular. Também contém vários episódios e incidentes que não figuram nos outros Evangelhos: o casamento de Canaã, os papéis de Nicodemus e de José de Arimatéia, e a cura de Lázaro (embora este último tenha sido incluído no Evangelho de Marcos). Com base em tais fatores, estudiosos modernos têm sugerido que o Evangelho de João, a despeito de sua composição tardia, pode ser o mais fidedigno e historicamente acurado dos quatro. Mais do que os outros Evangelhos, ele parece originar-se de tradições correntes entre contemporâneos de Jesus, bem como de outros materiais inacessíveis a Marcos, Lucas e Mateus. Um estudioso moderno observa que o texto reflete um conhecimento topográfico aparentemente de primeira mão da Jerusalém de antes da revolta de 66 d.C. O mesmo autor conclui: "Por trás do quarto Evangelho existe uma velha tradição independente dos outros Evangelhos." Não é uma opinião isolada, mas a que prevalece entre os estudiosos da Bíblia. De acordo com outro autor, "o Evangelho de João, embora diferente da moldura cronológica de Marcos e mais tardio, parece conhecer uma tradição relacionada com Jesus que deve ser primitiva e autêntica".
Com base em nossa própria pesquisa, também concluímos que o quarto Evangelho era o mais fidedigno dos livros do Novo Testamento - embora ele tenha sido, como os outros, sujeito a alterações, edições, expurgos e revisões. Em nossa investigação, tivemos a ocasião de estudar os quatro Evangelhos, assim como muito material colateral. Mas foi no quarto Evangelho que encontramos as evidências mais persuasivas para nossa hipótese.

O Estado Marital de Jesus

Não era nossa intenção desacreditar os Evangelhos. Procurávamos localizar neles alguns fragmentos de verdade possível ou provável, extraindo-os da matriz bordada ao seu redor. Buscávamos principalmente fragmentos de um tipo bem-definido, aqueles que

pudessem indicar um casamento entre Jesus e a mulher conhecida como Madalena. É desnecessário dizer que essas informações não estariam explícitas. Para encontrá-las, percebemos que teríamos que ler nas entrelinhas, preencher lacunas, levar em conta quebras e elipses. Teríamos que lidar com omissões, insinuações e referências oblíquas. E não podíamos procurar apenas evidências de um casamento, mas evidências de circunstâncias que pudessem ter conduzido a um casamento. Nossa pesquisa abrangeria, portanto, questões distintas, embora estreitamente relacionadas. Começamos com a mais óbvia delas: existe nos Evangelhos alguma evidência, direta ou indireta, que sugira que Jesus era casado?

Não existe, é claro, uma afirmação explícita. Por outro lado, não existe nenhuma afirmação explícita de que ele não era - e isto é mais curioso e mais importante do que possa parecer. Como já observou o Dr. Geza Vermes, da Universidade de Oxford, "há um silêncio completo nos Evangelhos quanto ao estado marital de Jesus. (...) Tal estado de coisas é suficientemente estranho no judaísmo para estimular pesquisas a respeito."

Os Evangelhos afirmam que muitos dos discípulos - Pedro, por exemplo - eram casados. E em nenhum ponto o próprio Jesus advoga o celibato. Pelo contrário, no Evangelho de Mateus (19:4-5) ele declara: "Não tendes lido que quem criou o homem, desde o princípio, fê-los macho e fêmea, e disse: Por isso deixará o homem pai e mãe, e ajuntar-se-á com sua mulher, e serão os dois numa só carne?'" Tal declaração não pode ser reconciliada com uma invocação ao celibato. E se Jesus não pregou o celibato, não há razão para supor que ele o tenha praticado. Segundo o costume judaico da época, não era somente usual, mas quase obrigatório que um homem fosse casado. Com exceção de certos essênios de algumas comunidades, o celibato era vigorosamente condenado. No final do século I a. C., um escritor judeu chegou a comparar o celibato deliberado com assassinato, e ele não parece ter sido o único a ter esta atitude. Era obrigatório a um pai judeu encontrar uma

esposa para seu filho, da mesma forma que o era assegurar sua circuncisão.
Se Jesus não fosse casado, este fato teria sido flagrantemente conspícuo. Teria chamado a atenção, sendo usado para caracterizá-lo e identificá-lo. Teria colocado Jesus à parte de seus contemporâneos, de forma significativa. Se este tivesse sido o caso, pelo menos um dos Evangelhos mencionaria tão marcante desvio dos costumes. Se Jesus fosse de fato celibatário, como pretende a tradição posterior, é extraordinário que não exista referência a isso. A ausência de tal referência sugere fortemente que Jesus, no que diz respeito ao celibato, vivia conforme as convenções de sua época e de sua cultura - em suma, que ele era casado. Só isto explica satisfatoriamente o silêncio dos Evangelhos sobre o assunto. O argumento é resumido por um respeitado teólogo contemporâneo:

Dado o pano de fundo cultural na forma como foi testemunhado (...) é muito improvável que Jesus não se tenha casado antes de começar sua vida pública. Se ele tivesse insistido no celibato, isso teria criado um frêmito, uma reação, que teria deixado algum traço. Assim, a falta de comentário sobre o casamento de Jesus nos Evangelhos é um forte argumento, não contra mas a favor da hipótese de casamento, porque qualquer prática ou defesa do celibato voluntário, no contexto judeu da época, teria sido tão estranha que teria atraído muita atenção e comentários.

A hipótese de casamento se torna ainda mais aceitável em virtude do título de rabino ter sido freqüentemente atribuído a Jesus nos Evangelhos. É possível, é claro, que este termo tenha sido empregado em seu sentido mais amplo, significando simplesmente um professor auto-nomeado. Mas o saber de Jesus - sua demonstração de conhecimento perante os anciãos do Templo, por exemplo - sugere fortemente que ele era mais que um autodidata. Jesus deve ter seguido algum tipo de treinamento formal e era

oficialmente reconhecido como um rabino. Isto estaria conforme a tradição, que descreve Jesus como um rabino no sentido estrito do termo. Mas se Jesus era um rabino em sentido estrito, um casamento não teria sido provável, mas certo. A lei judia é explícita: "Um homem não casado não pode ser professor."

No quarto Evangelho há um episódio relacionado a um casamento que pode ter sido do próprio Jesus. Trata-se do casamento de Canaã, uma história que, apesar de bastante familiar, provoca algumas perguntas que merecem consideração. De acordo com a narrativa, o casamento de Canaã teria sido uma cerimônia local modesta, um típico casamento de vilarejo, cujos noivos permanecem anônimos. Para este casamento Jesus foi especificamente "chamado" - o que talvez seja ligeiramente curioso, pois ele ainda não tinha começado seu ministério como rabino. Mais curioso, contudo, é o fato de que sua mãe "simplesmente" se encontra presente. E sua presença é tida como normal, embora não seja de nenhum modo explicada.

Além disso, Maria não só sugere a seu filho, mas na verdade lhe ordena que reponha o vinho. Comporta-se como se fosse a anfitriã (João 2:3-4): "E faltando o vinho, a mãe de Jesus lhe disse: 'Eles não têm vinho.' E Jesus respondeu: 'Mulher, que importa isso a mim e a vós? Ainda não é chegada a minha hora.'" Mas Maria, completamente à vontade, ignora o protesto do filho (João 2:5): "Disse a mãe de Jesus aos que serviam: 'Fazei tudo o que ele vos disser.'" E os servos prontamente obedeceram, como se estivessem acostumados a receber ordens de Maria e de Jesus.

Apesar da aparente tentativa de Jesus de repudiá-la, Maria prevalece; e Jesus realiza seu primeiro grande milagre, a transmutação de água em vinho. No que concerne aos Evangelhos, ele não tinha ainda demonstrado seus poderes; e não havia nenhuma razão para que Maria assumisse que ele os possuía. Mas mesmo que houvesse, por que deveriam tais dons, singulares e sagrados, ser empregados com um propósito tão banal? Por que

deveria Maria fazer tal pedido ao seu filho? E, mais importante, por que deveriam dois "convidados" a um casamento tomar sobre si a responsabilidade de servir - uma responsabilidade que, por costume, seria reservada ao anfitrião? A menos, é claro, que o casamento em Canaã fosse o próprio casamento de Jesus. Nesse caso, seria sua a responsabilidade de servir o vinho.

Existem mais evidências de que o casamento em Canaã foi, de fato, o de Jesus. Imediatamente depois do milagre do vinho, o organizador da festa, que "governava a mesa" - um tipo de mordomo ou mestre de cerimônias - prova o vinho recém-produzido. Em seguida, lemos em João (2:9-10): "O que governava a mesa (...) *chamou o noivo* e disse-lhe: 'Todo homem põe primeiro o bom vinho: e quando já os convidados têm bebido bem, então lhes apresenta o inferior. Tu, ao contrário, tiveste o bom vinho guardado até agora.'" (grifos nossos). Estas palavras parecem claramente dirigidas a Jesus. Segundo o Evangelho, contudo, elas são dirigidas ao "noivo". Uma conclusão óbvia é que Jesus e o noivo são a mesma pessoa:

A Esposa de Jesus

Se Jesus era casado, existe nos Evangelhos alguma indicação da identidade de sua mulher?

Como primeira consideração, parece haver duas candidatas, pois, além de sua mãe, duas mulheres são mencionadas repetidamente nos Evangelhos como integrantes de seu círculo. A primeira é Madalena, do vilarejo de Migdal, ou Magdala, na Galiléia. O papel desta mulher é singularmente ambíguo nos quatro Evangelhos e parece ter sido deliberadamente obscurecido. Nas narrativas de Marcos e de Mateus ela só é mencionada nominalmente em passagens tardias. Aparece na Judéia, no tempo da crucificação, e é citada entre os seguidores de Jesus. No Evangelho de Lucas, contudo, ela aparece relativamente cedo no ministério de Jesus, enquanto ele ainda está pregando na Galiléia. Ela teria

acompanhado desde a Galiléia até a Judéia - ou, pelo menos, teria se movido entre as duas províncias tão rapidamente quanto ele. Isto em si sugere fortemente que ela era casada com alguém. Na Palestina do tempo de Jesus seria impensável que uma mulher não casada viajasse desacompanhada. Mais impensável ainda seria viajar desacompanhada e junto com um mestre religioso e seu círculo. Várias tradições parecem ter tomado conhecimento deste fato potencialmente embaraçoso. Pretende-se em alguns casos que Madalena tenha sido casada com um dos discípulos de Jesus. Se este era o caso, entretanto, seu relacionamento especial com Jesus e sua proximidade a ele os teriam tornado ambos sujeitos a suspeitas, se não acusações de adultério.

Se não considerarmos a tradição popular, Madalena não é em nenhum ponto mencionada nos Evangelhos como uma prostituta. Quando é mencionada no Evangelho de Lucas, é descrita como uma mulher "da qual vieram sete véus". Assume-se geralmente que esta frase se refere a uma espécie de exorcismo por parte de Jesus, significando que Madalena era "possuída". Mas a frase pode igualmente se referir a algum tipo de conversão e/ou ritual de iniciação. O culto a Ishtar ou Astarte - deusa-mãe e rainha do céu - envolvia, por exemplo, uma iniciação em sete estágios. Antes de sua afiliação a Jesus, Madalena pode bem ter sido associada a tal culto. Migdal ou Magdala era o "vilarejo das pombas", e existem evidências de que lá eram criadas pombas destinadas a sacrifícios. E a pomba era o símbolo sagrado de Astarte.

Um capítulo antes de falar de Madalena, Lucas menciona uma mulher que abençoou Jesus. No Evangelho de Marcos existe uma bênção, similar por uma mulher não identificada. Nem Lucas nem Marcos identificam explicitamente essa mulher como sendo Madalena, mas Lucas registra que ela era uma "mulher caída", uma "pecadora". Comentaristas posteriores assumiram que Madalena, tendo aparentemente sete véus retirados, devia ter sido uma pecadora. Nestas bases, a mulher que abençoa Jesus e Madalena

vieram a ser consideradas a mesma pessoa. Podem ter sido. Se Madalena era associada a um culto pagão, isto poderia tê-la tornado uma "pecadora" aos olhos não somente de Lucas, mas também dos escritores que se seguiram.

Se Madalena era uma "pecadora", ela era também, claramente, algo mais que a prostituta comum da tradição popular. Era certamente uma mulher de meios. Lucas registra, por exemplo, que entre seus amigos estava a mulher de um alto dignitário da corte de Herodes. Ambas as mulheres, juntamente com outras, apoiavam Jesus e seus discípulos com recursos financeiros. A mulher que abençoou Jesus era também uma mulher de meios. No Evangelho de Marcos grande ênfase é colocada no alto preço do óleo de unção utilizado no ritual.

Todo o episódio da unção teria sido um assunto de importância considerável. Por que ele é tão enfatizado nos Evangelhos? Dada a sua proeminência, parece ser algo mais que um gesto espontâneo e impulsivo. Parece um ritual cuidadosamente premeditado. Deve-se lembrar que a unção é uma prerrogativa tradicional de reis - e do Messias de Direito, que significa "aquele que recebeu a unção". A partir daí, segue-se que Jesus se torna um autêntico messias em virtude de sua unção. E a mulher que o consagra nesse augusto papel não pode deixar de ser importante.

Em todo caso, é evidente que Madalena, no final da carreira de Jesus, tinha se tornado um personagem de imensa importância. Nos três Evangelhos sinópticos, seu nome encabeça consistentemente a lista de mulheres que seguiam Jesus, da mesma forma que Simão Pedro encabeça a lista de discípulos homens. Ela é a primeira testemunha da tumba vazia após a crucificação. Para revelar a ressurreição, Jesus escolheu Madalena entre todos os seus devotos.

Ao longo dos Evangelhos, Jesus trata Madalena de uma forma singular e preferencial. Tal tratamento pode muito bem ter induzido o ciúme em outros discípulos. Seria bastante óbvio que a tradição posterior pensasse em obscurecer o papel de Madalena, se não seu nome. O retrato dela como uma prostituta pode bem ter sido o

resultado de um procedimento vingativo de impugnar a reputação de uma mulher cuja associação com Jesus era mais estreita do que a deles, e que inspirava em todos uma inveja bem humana. Se outros cristãos, durante a vida de Jesus ou depois, ressentiram-se do laço único de Madalena com seu líder espiritual, pode bem ter existido uma tentativa de diminuí-la aos olhos da posteridade. E não há dúvida de que ela foi diminuída. Mesmo hoje se pensa nela como uma prostituta, e durante a Idade Média casas para prostitutas reformadas eram chamadas Madalenas. Mas os próprios Evangelhos portam testemunho de que a mulher que deu seu nome a estas instituições não merece ser estigmatizada.

Qualquer que tenha sido a condição de Madalena nos Evangelhos, ela não é a única candidata possível à esposa de Jesus. Existe outra, que figura de forma mais proeminente no quarto Evangelho e pode ser identificada como Maria de Betânia, irmã de Martha e Lázaro. Ela e sua família se relacionam em termos muito familiares com Jesus. Eles também eram abastados, possuindo uma casa em um subúrbio da moda de Jerusalém, grande o bastante para acomodar Jesus e todo o seu círculo. Além disso, o episódio de Lázaro revela que essa casa continha uma tumba particular - naquele tempo, um luxo um tanto extravagante, não somente um sinal de riqueza mas também de uma posição que atesta conexões aristocráticas. Na Jerusalém bíblica, assim como em qualquer cidade moderna, terras eram valiosas, e muito poucos podiam dar-se ao luxo de um local funerário privado.

Quando, no quarto Evangelho, Lázaro cai doente, Jesus havia deixado Betânia por alguns dias e estava no Jordão com seus discípulos. Após ouvir o que havia acontecido, ele permanece ainda por dois dias - uma reação bastante curiosa - e então retorna a Betânia, onde Lázaro estava na tumba. Quando se aproxima, Martha corre para encontrá-lo e grita (João 11:21): "Senhor, se tu houveras estado aqui não morrera meu irmão." Trata-se de uma afirmação chocante. Por que a presença física de Jesus teria impedido a morte

do homem? Mas o incidente é significativo, porque Martha, ao saudar Jesus, está sozinha. Seria de se esperar que Maria, sua irmã, estivesse com ela. Entretanto, Maria está sentada dentro de casa - e não aparece até que Jesus explicitamente lhe ordena que o faça. O ponto se torna mais claro no Evangelho "secreto" de Marcos, descoberto pelo professor Morton Smith e citado anteriormente neste capítulo. Na narrativa suprimida, Maria teria saído de casa antes da instrução de Jesus para fazê-lo, tendo sido pronta e bruscamente repudiada por seus discípulos, os quais Jesus é obrigado a calar.

Seria bastante plausível que Maria estivesse sentada dentro da casa quando Jesus chegou em Betânia. De acordo com o costume judeu, ela estaria em *shiveh,* sentada em sinal de luto. Mas por que ela não se reúne a Martha e corre a encontrar Jesus que retorna? Existe uma explicação óbvia. Pelos mandamentos da lei judaica da época, uma. mulher em *shiveh* era estritamente proibida de sair de casa, exceto por ordem expressa de seu marido. Neste incidente, o comportamento de Jesus e de Maria de Betânia é precisamente conforme com o comportamento tradicional de um homem judeu e sua esposa.

Existem evidências adicionais para um possível casamento entre Jesus e Maria de Betânia. Elas aparecem, mais ou menos como um *non sequitor,* no Evangelho de Lucas (10:38-42):

E aconteceu que como fossem de caminho, entrou depois Jesus em uma aldeia: uma mulher, por nome de Martha, o hospedou em sua casa. E esta tinha uma irmã chamada Maria, "a qual até sentada aos pés do Senhor ouvia a sua palavra. Matha porém andava toda fadiga na contínua lida da casa, a qual se apresentou diante de Jesus, e disse: “Senhor, a ti não se te dá que minha irmã me deixasse andar servindo só? Dize-lhe, pois, que me ajude”. E respondendo o Senhor, lhe disse: "Martha, Martha, tu andas muito inquieta, e te embaraças com o cuidar em muitas coisas. Entretanto só uma coisa é necessária. Maria escolheu a melhor parte, que não lhe será tirada”.

A partir do apelo de Martha, parece claro que Jesus exercia alguma autoridade sobre Maria. O mais importante, entretanto, é a resposta de Jesus. Em outro contexto não se hesitaria em interpretar esta resposta como uma alusão a um casamento. Em todo caso, ela "sugere que" Maria de Betânia era uma discípula tão ávida quanto Madalena.

Existem razões substanciais para se considerar Madalena e a mulher que abençoa Jesus como sendo a mesma pessoa. Poderia esta pessoa também ser Maria de Betânia, irmã de Lázaro e de Martha? Poderiam estas mulheres - que, nos Evangelhos, aparecem em três contextos diferentes - ser na realidade uma só pessoa? A Igreja medieval certamente as considerava como tal, assim como a tradição popular. Muitos estudiosos bíblicos hoje concordam com isso, e existem evidências abundantes a favor desta conclusão.

Os Evangelhos de Mateus, Marcos e João, por exemplo, citam Madalena como alguém presente na crucificação. Nenhum deles cita Maria de Betânia. Mas se ela fosse um discípulo tão devotado, como parecia ser, sua ausência pareceria no mínimo uma omissão. É plausível que ela - para não falar de seu irmão Lázaro - deixasse de testemunhar o momento-chave da vida de Jesus? Tal omissão seria inexplicável e repreensível - a menos, é claro, que ela estivesse presente e citada nos Evangelhos sob à nome de "Madalena. Se Madalena e Maria de Betânia são uma só pessoa, não cabe a questão de esta última ter estado ausente na crucificação.

Madalena pode ser identificada como Maria de Betânia. Pode também ser identificada como a mulher que abençoa Jesus. De forma bastante explícita, o quarto Evangelho identifica a mulher da unção de Jesus como Maria de Betânia (João, 11**:**1-2):

Estava pois enfermo um homem, chamado Lázaro, que era da aldeia de Betânia, onde assistiam Maria e Martha, suas irmãs. (E foi esta

Maria aquela que ungiu o Senhor com o bálsamo, e lhe limpou os pés com os seus cabelos; cujo irmão Lázaro estava enfermo.)

E novamente, um capítulo depois (João 12:1-3):

Seis dias pois antes da Páscoa veio Jesus a Betânia, onde morrera Lázaro, a que Jesus ressuscitou. E deram-lhe lá uma ceia: na qual servia Martha e onde Lázaro era um dos que estavam à mesa com ele. Tomou Maria então uma libra de bálsamo, feito de nardo puro de grande preço e ungiu os pés de Jesus e lhe enxugou os pés com os seus cabelos: e ficou cheia, toda a casa do cheiro de bálsamo.

Portanto, é evidente que Maria de Betânia e a mulher que abençoa Jesus são a mesma pessoa. Se não é igualmente claro, é certamente provável que esta mulher seja também Madalena. Se Jesus era de fato casado, só haveria uma candidata à esposa para ele: uma mulher que aparece freqüentemente nos Evangelhos sob diferentes nomes e com diferentes papéis.

O Discípulo Amado

Se Madalena e Maria de Betânia são a mesma mulher, e se esta mulher foi a esposa de Jesus, Lázaro teria sido seu cunhado. Existe nos Evangelhos alguma evidência de que Lázaro tinha tal posição?
Lázaro não aparece nominalmente nos Evangelhos de Lucas, Mateus e Marcos, embora sua ressurreição dos mortos esteja originalmente emitida na narrativa suprimida de Marcos. Como conseqüência, Lázaro é conhecido para a posteridade somente através do quarto Evangelho, o de João. Mas aqui é evidente que ele goza de algum tratamento preferencial, que não se limita ao fato de ter sido "trazido do mundo dos mortos". Neste e em vários outros aspectos, ele pareceria mais próximo de Jesus do que os próprios

discípulos. Entretanto, curiosamente, os Evangelhos nem mesmo o enquadram entre os discípulos.

Ao contrário dos discípulos, Lázaro é na realidade ameaçado. De acordo com o quarto Evangelho, o chefe dos sacerdotes, ao resolver despachar Jesus, decidiu matar Lázaro também (João 12:10). Este, de algum modo, teria sido ativo em nome de Jesus - o que é mais do que pode ser dito de alguns dos discípulos. Teoricamente, isto o teria qualificado a ser também um discípulo, mas ele não é citado como tal. Nem é dito que ele estava presente na crucificação, numa aparente demonstração de ingratidão de um homem que, literalmente, devia sua vida a Jesus. Ora, ele pode ter fugido por causa da ameaça dirigida contra ele. Mas é extremamente curioso que não haja nenhuma referência posterior a ele nos Evangelhos. Ele parece ter desaparecido completamente, nunca mais é mencionado. Ou é? Tentamos examinar o assunto mais de perto.

Depois de permanecer em Betânia por três meses, Jesus se retira com seus discípulos para as margens do Jordão, a menos de um dia de distância. Lá, um mensageiro o procura com a notícia de que Lázaro está enfermo. Mas o mensageiro não se refere a Lázaro pelo nome. Ele descreve (João 11:3) o homem doente como alguém de importância muito especial: "Senhor, está enfermo aquele que tu amas." A reação de Jesus é estranha. Ao invés de retornar imediatamente para socorrer o homem que supostamente ama, ele ignora o assunto (11:4): "E ouvindo isto Jesus disse-lhes: 'Esta enfermidade não se encaminha a morrer, mas a dar glória a Deus, para o filho de Deus ser glorificado por ela. '" Se estas palavras são surpreendentes, suas ações o são ainda mais (11:6): "Quando ouviu que ele estava doente, deixou-se então ficar ainda dois dias no mesmo lugar." Em suma, Jesus ainda gasta dois dias no Jordão, apesar das alarmantes notícias que havia recebido. Finalmente, decide retornar a Betânia. E então contradiz flagrantemente sua afirmação anterior, ao dizer aos discípulos que Lázaro estava morto. Mas ainda se mostra impassível. Afirma simplesmente que a "morte"

de Lázaro tinha servido a algum propósito e deve ser levada em conta (11:11): "Nosso amigo Lázaro dorme: mas eu vou despertá-lo do sono." E quatro versículos depois ele virtualmente admite que todo o assunto tinha sido uma encenação cuidadosa e previamente arranjada (11:15): "E eu por amor de vós folgo de não me ter achado lá, para que acrediteis. Mas vamos a ele." Se tal comportamento é chocante, a reação dos discípulos não o é menos (11:16): "Disse então Tomé, chamado Dídimo, aos outros discípulos: 'Vamos nós também, para morrermos com ele. '" O que significa isto? Se Lázaro está literalmente morto, certamente os discípulos não têm a intenção de juntar-se a ele num suicídio coletivo! E como se pode explicar a negligência do próprio Jesus, a fria indiferença com a qual ele ouve a notícia sobre a doença de Lázaro e retarda seu retorno a Betânia?

A explicação poderia residir, como sugere o professor Morton Smith, em uma iniciação mais ou menos padrão de uma "escola de mistério". Como demonstra o professor Smith, tais iniciações e seus rituais eram comuns na Palestina da época de Jesus. Eles envolviam freqüentemente uma morte e um renascimento simbólicos, que eram chamados assim, com estes nomes. O seqüestro em uma tumba, que se tornava o útero para o renascimento do aspirante; um ritual, agora chamado batismo, com uma imersão simbólica em água; e um copo de vinho, identificado com o sangue do profeta ou mago que presidia a cerimônia. Ao beber de tal copo, o discípulo consumava uma união simbólica com seu mestre, o primeiro tornando-se misticamente "um" com o segundo. Repare-se que é precisamente nestes termos que São Paulo explica o propósito do batismo. E o próprio Jesus usa os mesmos termos na última ceia.

Como ressalta o professor Smith, a carreira de Jesus é muito similar à de outros magos, curadores e milagreiros da época. Ao longo dos quatro Evangelhos, por exemplo, ele se encontra secretamente com as pessoas que vai curar, ou fala com eles a sós. Depois, freqüentemente lhes pede para não divulgar o que foi mostrado ou

falado. E, para o público em geral, ele se expressa habitualmente através de alegorias e parábolas.
Durante a estada de Jesus no Jordão, Lázaro teria começado um ritual típico de iniciação, que levaria, como tais rituais normalmente fazem, a uma ressurreição e um nascimento simbólicos. Nesta linha, o desejo dos discípulos de "morrer com ele" se torna perfeitamente compreensível, e o mesmo se dá com a complacência de Jesus em relação ao assunto, de outro modo inexplicável. Maria e Martha pareciam genuinamente desesperadas, assim como várias outras pessoas. Mas elas podem simplesmente ter entendido mal ou construído mal o objetivo do exercício. Ou talvez alguma coisa tivesse dado errado durante a iniciação - uma ocorrência comum. Ou talvez todo o assunto tenha sido uma peça de teatro engenhosamente preparada, cuja verdadeira natureza e objetivo fossem conhecidos por muito poucos.
Este incidente reflete um ritual de iniciação, e Lázaro está recebendo um tratamento muito especial. Entre outras coisas, está aparentemente sendo iniciado antes de qualquer dos discípulos, que parecem invejosos de seu privilégio. Mas por que deveria este homem desconhecido, de Betânia, ser destacado? Por que deveria ele submeter-se a uma experiência na qual os discípulos estavam ansiosos para acompanhá-lo? Por que, muito depois, deveriam "hereges" misticamente orientados, como os carpocracianos, dar tanta ênfase ao assunto? E por que deveria o episódio inteiro ser expurgado do Evangelho de Marcos? Talvez porque Lázaro fosse "aquele a quem Jesus amava" - mais do que aos outros discípulos. Talvez porque Lázaro tenha tido uma conexão especial com Jesus - a de cunhado. Talvez por ambas as razões. É possível que Jesus tenha conhecido e amado Lázaro precisamente porque ele era seu cunhado. Em todo caso, o amor é repetidamente enfatizado. Quando Jesus retorna a Betânia e chora, ou pretende chorar, pela morte de Lázaro, os circundantes ecoam as palavras do mensageiro (João 11:36): "Vejam como ele o amava!”

O autor do Evangelho de João - o Evangelho que conta a história de Lázaro - não se identifica em nenhum momento como "João". Não se nomeia. Contudo ele refere-se a si mesmo com uma denominação singular. Constantemente se denomina "o discípulo amado", "aquele a quem Jesus amava", e insinua claramente que gozava de uma condição única e preferida, acima da de seus confrades. Na última ceia, por exemplo, ele mostra flagrantemente sua proximidade pessoal com Jesus, e só a ele Jesus confidencia os meios pelos quais a traição iria ocorrer (João 13:23-6):

Um dos seus discípulos, ao qual amava Jesus, estava recostado à mesa no seio de Jesus. A este pois fez Simão Pedro um sinal e disse-lhe: "De quem ele fala?" Aquele discípulo pois tendo-se reclinado sobre o peito de Jesus, perguntou-lhe: "Senhor, quem é esse?" Respondeu Jesus: "É aquele a quem eu der o pão molhado." E tendo molhado o pão, deu-o a Judas, filho de Simão Iscariotes.

Quem é este "discípulo amado", em cujo testemunho o quarto Evangelho se baseia? Todas as evidências sugerem que ele é de fato Lázaro, "ao qual amava Jesus". Parece então que Lázaro e o "discípulo amado" são a mesma pessoa, e que Lázaro é a verdadeira identidade de "João". Esta conclusão parece quase inevitável, e não fomos os únicos a chegar a ela. Segundo o professor William Brownlee, um estudioso bíblico importante e um dos mais reconhecidos especialistas nos Manuscritos do Mar Morto, "a partir de evidências internas no quarto Evangelho (...) a conclusão é que o discípulo amado é Lázaro de Betânia".
Se Lázaro é o "discípulo amado", seu misterioso desaparecimento da narrativa das Escrituras e sua aparente ausência durante a crucificação estão explicados. Pois se ambos são o mesmo, ele teria estado presente na crucificação. E Jesus teria confiado a ele o cuidado de sua mãe. As palavras com as quais ele o fez poderiam

bem ser as de um homem referindo-se ao seu cunhado (João 19:26-27):

Jesus pois tendo visto sua mãe, e ao discípulo que ele amava, o qual estava presente, disse a sua mãe: "Mulher, eis aí teu filho." Depois disse ao discípulo: "Eis aí tua mãe." E desta hora em diante a tomou o discípulo para sua casa.

A última palavra desta citação é particularmente reveladora. Pois os outros discípulos tinham deixado seus lares na Galiléia e, para todos os efeitos, não tinham casa. Todavia, Lázaro tinha uma casa, aquela casa em Betânia, onde o próprio Jesus costumava ficar.
Depois de ser sentenciado à morte pelos sacerdotes, Lázaro não é mais mencionado nominalmente. Parece ter desaparecido. Mas se ele era de fato o "discípulo amado", não desapareceu. Neste caso, seus movimentos e atividades podem ser traçados até o final do quarto Evangelho. Aqui também existe um episódio curioso que merece exame. No final do quarto Evangelho, Jesus prevê a morte de Pedro e instrui Pedro a "segui-lo" (João 21 :20-24):

Voltando Pedro, viu que o seguia aquele discípulo que Jesus amava, que ao tempo da ceia estivera até reclinado sobre o seu peito, e lhe perguntara: "Senhor, quem é o que te há de trair?" Assim que como Pedro viu a este, disse para Jesus: "Senhor, e este quê?" Disse-lhe Jesus: "Eu quero que ele fique assim até que eu venha; que tens tu com isso? Segue-me tu."
Correu logo esta voz entre os irmãos, que aquele discípulo não morreria. E não lhe disse Jesus: "Não morre", senão: "Eu quero que ele fique assim, até que eu venha; que tens tu com isso?" Este é aquele discípulo que dá testemunho destas coisas, e que as escreveu: e nós sabemos que é verdadeiro o seu testemunho.

Apesar desta fraseologia ambígua, a importância desta passagem parece clara. O "discípulo amado" foi explicitamente instruído a esperar pelo retorno de Jesus. E o texto em si é bastante enfático ao reafirmar que este retorno não é para ser entendido de forma simbólica, como uma "segunda vinda". Ao contrário, ele insinua algo mais mundano. Após despachar seus outros seguidores pelo mundo, Jesus deve retornar em breve com alguma tarefa especial para o "discípulo amado". É quase como se eles tivessem arranjos específicos e concretos para concluir, e planos para realizar.

Se o "discípulo amado" era Lázaro, tal cumplicidade, desconhecida pelos outros discípulos, pareceria ter um precedente. Na semana anterior à crucificação, Jesus faz sua entrada triunfal em Jerusalém. De acordo com as profecias do Velho Testamento sobre um Messias, ele deve estar montando um asno (Zacarias 9:9-10). Então, um asno deve ser encontrado. No Evangelho de Lucas, Jesus envia dois discípulos a Betânia, onde, diz ele, encontrarão um asno esperando por eles. Eles são instruídos a dizer ao dono do animal que o "Mestre necessita dele". Quando tudo ocorre exatamente como Jesus tinha previsto, isto é considerado uma espécie de milagre. Mas existiria aí algo de extraordinário ou se tratava de planos cuidadosamente elaborados? E não poderia o homem de Betânia, que fornece o asno, ser Lázaro?

Esta é certamente a conclusão do professor Hugh Schonfield. Ele argumenta convincentemente que os arranjos para a entrada triunfal de Jesus em Jerusalém haviam sido confiados a Lázaro, e que os outros discípulos os desconheciam. Se este foi realmente o caso, isto implica a existência de um círculo interno de seguidores de Jesus, um núcleo de colaboradores - co-conspiradores ou familiares - que, apenas eles, recebiam as confidências do mestre. O professor Schonfield acredita que Lázaro fazia parte de tal círculo. E sua crença reforça a insistência do professor Smith no tratamento preferencial que Lázaro recebia em virtude de sua iniciação, ou morte simbólica, em Betânia. É possível que Betânia tenha sido um

centro de culto, um local reservado para os rituais singulares presididos por Jesus. Se isto é verdade, a ocorrência de Betânia em nossa investigação, de outra forma enigmática, seria explicada. O Monastério do Sinai tinha chamado seu "arco", em Rennes-le-Château, de "Béthanie". E Saunière, aparentemente por ordem do Monastério do Sinai, batizou sua mansão de Villa Bethania.

Em todo caso, a cumplicidade que parece produzir um asno do "homem de Betânia" pode bem estar se revelando novamente no misterioso final do quarto Evangelho, quando Jesus ordena que o "discípulo amado" espere o seu retorno. Pareceria que ele e o "discípulo amado" tinham planos a realizar. E não é absurdo assumir que estes planos incluíam cuidar da família de Jesus. Durante a crucificação, ele já tinha confiado sua mãe ao "discípulo amado". Se ele tivesse mulher e filhos, eles seriam também confiados ao "discípulo amado". Isto, certamente, seria mais plausível se o "discípulo amado" fosse de fato seu cunhado.

De acordo com a tradição posterior, a mãe de Jesus veio a morrer no exílio, em Éfeso, onde o quarto Evangelho teria surgido depois. Não há qualquer indicação, contudo, de que o "discípulo amado" tenha cuidado da mãe de Jesus durante todo o resto da sua vida. Segundo o professor Schonfield, o quarto Evangelho provavelmente não foi composto em Éfeso, mas somente retrabalhado, revisado e editado lá por um grego idoso, que trabalhou segundo suas próprias idéias.

Se o "discípulo amado" não foi para Éfeso, o que aconteceu com ele? Se ele e Lázaro são a mesma pessoa, esta pergunta pode ser respondida, pois a tradição é bastante explícita sobre o que aconteceu com Lázaro: Segundo a tradição, e segundo alguns escritores antigos da Igreja, Lázaro e Madalena, Martha, José de Arimatéia e alguns outros foram transportados por navio até Marselha. Lá, José teria sido consagrado por São Filipe e enviado à Inglaterra, onde estabeleceria a Igreja de Glastonbury. Lázaro e Madalena, contudo, teriam permanecido na Gália. A tradição afirma que Madalena morreu em Aix-en-Provence ou em Saint Baume, e

Lázaro em Marselha, após haver fundado lá o primeiro bispado. Um de seus companheiros, São Maximin, teria fundado o primeiro bispado de Narbonne.
Se Lázaro e o "discípulo amado" forem a mesma pessoa, haverá uma explicação para o desaparecimento conjunto de ambos. Lázaro, o verdadeiro "discípulo amado", parece ter sido levado a Marselha juntamente com sua irmã - que, como afirma a tradição posterior, carregou com ela o cálice sagrado, o "sangue real". E os arranjos para sua fuga e exílio parecem ter sido feitos pelo próprio Jesus, juntamente com o "discípulo amado", no final do quarto Evangelho.

A Dinastia de Jesus

Se Jesus foi realmente casado com Madalena, poderia tal casamento ter servido a algum propósito? Em outras palavras, poderia ele ter significado algo mais que um casamento convencional? Poderia ter sido uma aliança dinástica de algum tipo, com repercussões e implicações políticas? Em suma, poderia uma estirpe resultante desse casamento ter garantido o nome "sangue real"?
O Evangelho de Mateus afirma explicitamente que Jesus era de sangue real, era um rei genuíno, o descendente de Salomão e Davi. Se isto for verdade, ele teria gozado de uma pretensão - talvez a pretensão legítima - ao trono da Palestina unida. E a inscrição afixada na cruz teria significado mais que uma mera brincadeira pejorativa e sádica, pois Jesus teria sido realmente "rei dos judeus". Sua posição, em muitos aspectos, seria análoga àquela, por exemplo, do príncipe Bonnie Charlie em 1745. Ele teria enfrentado a oposição que enfrentou precisamente em virtude de seu papel, o papel de um rei-sacerdote que poderia unificar seu país e o povo judeu, representando assim uma séria ameaça tanto a Herodes quanto a Roma.
Certos estudiosos bíblicos modernos têm argumentado que o famoso "massacre dos inocentes" nunca ocorreu realmente. Mesmo que

tenha ocorrido, ele provavelmente não atingiu as proporções terríveis que lhe foram atribuídas pelos Evangelhos e a tradição posterior. Mas a própria perpetuação da história parece atestar alguma coisa - algum alarme genuíno por parte de Herodes, alguma ansiedade real, relacionada com a possibilidade de ser deposto. Ora, Herodes era um governante extremamente inseguro, odiado por seus súditos escravizados e mantido no poder pelas cortes romanas. Mas por mais precária que fosse sua posição, ela não pode ter sido realmente ameaçada por rumores de um salvador místico ou espiritual - do tipo que, de qualquer modo, abundava na Terra Santa da época. Se Herodes estivesse mesmo preocupado, seria por uma ameaça muito real, concreta, política, a ameaça trazida por um homem que possuía uma pretensão mais legítima ao trono que a sua, e que poderia conseguir um substancial suporte popular. O "massacre dos inocentes" pode nunca ter ocorrido, mas as tradições relacionadas com ele refletem alguma preocupação, por parte de Herodes, com uma pretensão rival, indicando também, possivelmente, alguma ação para embargá-la. Tal pretensão só podia ser de natureza política. E deve ter merecido ser levada a sério.

Sugerir que Jesus tivesse tal pretensão é, certamente, desafiar a imagem popular do "pobre carpinteiro de Nazaré". Mas existem razões persuasivas para fazê-lo. Em primeiro lugar, não é certo que Jesus era de Nazaré. "Jesus de Nazaré" é na realidade uma distorção, ou má tradução de “Jesus o nazorita”, ou “Jesus o nazoreano”, ou talvez “Jesus de Genesaré". Em segundo lugar, existem dúvidas consideráveis a respeito da própria existência da cidade de Nazaré no tempo de Jesus. Ela não aparece em mapas romanos, documentos ou registros. Não é mencionada no Talmud. Tampouco é mencionada, muito menos associada com Jesus, em nenhum dos textos de São Paulo - que foram, afinal, escritos antes dos Evangelhos. Nem mesmo Flavius Josephus - o mais famoso cronista do período, que comandou tropas na Galiléia e listou as cidades da província - menciona Nazaré. Em suma, parece que

Nazaré não surgiu como cidade até algum tempo depois da revolta de 68-74 d.C., e que o nome de Jesus se tornou associado a ela em virtude de confusão semântica - acidental ou deliberada -, o que caracteriza bem o Novo Testamento.

Sendo de Nazaré ou não, não há tampouco alguma indicação de que Jesus tenha sido um "pobre carpinteiro". Nenhum dos Evangelhos o descreve como tal. Na verdade, as evidências neles contidas sugerem o contrário. Ele parece ter sido bem educado, por exemplo. Parece ter recebido treinamento para rabino e ter privado tão freqüentemente com pessoas ricas e influentes quanto com os pobres - José de Arimatéia, por exemplo, e Nicodemus. E o casamento de Canaã seria outro testemunho da condição e posição social de Jesus.

Este casamento não parece ter sido um festival modesto, humilde, conduzido por pessoas comuns. Ao contrário, teve todas as marcas de uma extravagante união aristocrática, um assunto de alta sociedade; presenciado por pelo menos várias centenas de convidados. Havia, por exemplo, muitos serventes, que se apressavam em obedecer às ordens de Maria e de Jesus. Havia um "mestre da festa", ou "mestre de cerimônias", que, no contexto, teria sido uma espécie de mordomo-chefe ou talvez até um aristocrata, ele também. Muito claramente, havia enorme quantidade de vinho. Quando Jesus "transmuta" a água em vinho, ele produz, segundo a *Good News Bible* ["Boas novas sobre a Bíblia"], mais de seiscentos litros, o que corresponde a mais de oitocentas garrafas! E isto adicionado ao que já havia sido consumido.

Considerando todas as coisas, o casamento em Canaã teria sido uma cerimônia suntuosa da aristocracia. Mesmo que o casamento não tenha sido o de Jesus, sua presença nele, e a de sua mãe, sugere que eles eram membros da mesma casta. Só isto explicaria a obediência dos serventes a eles.

Se Jesus era um aristocrata, e se ele foi casado com Madalena, é provável que ela fosse de situação social comparável. E, realmente,

parecia ser. Como vimos, entre suas amigas estava a esposa de um importante oficial da corte de Herodes. Mas ela pode ter sido ainda mais importante. Como descobrimos ao seguir as referências nos Documentos do Monastério, Jerusalém - a Cidade Santa e capital da Judéia - tinha sido originariamente propriedade da tribo de Benjamin. Depois os benjamitas foram dizimados em sua guerra com as outras tribos de Israel, e muitos deles partiram para o exílio - embora, como sustentam os Documentos do Monastério, alguns tenham permanecido. Um descendente desses remanescentes era São Paulo, que afirma explicitamente ser um benjamita (Romanos 11:1).

A despeito de seu conflito com as outras tribos de Israel, a tribo de Benjamin parece ter gozado de uma condição especial. Entre outras coisas, ela deu a Israel seu primeiro rei - Saul, consagrado pelo profeta Samuel - e sua primeira casa real. Mas Saul foi finalmente deposto por Davi, da tribo de Judá. E Davi fez mais do que privar os benjamitas de sua pretensão ao trono. Ao estabelecer sua capital em Jerusalém, ele os privou também de seu direito legal à herança.

De acordo com todas as narrativas do Novo Testamento, Jesus era da linha de Davi, e portanto um membro da tribo de Judá. Aos olhos dos benjamitas isto pode tê-lo tornado, pelo menos em algum sentido, um usurpador. Esta objeção poderia, contudo, ser neutralizada se ele fosse casado com uma mulher benjamita. Tal casamento teria constituído uma importante aliança dinástica, repleta de conseqüências políticas. Ela não só teria fornecido a Israel um poderoso rei-sacerdote, como também teria desempenhado a função simbólica de devolver Jerusalém aos seus donos originais e legítimos. Assim, ela teria servido também para encorajar a unidade e o apoio popular, consolidando qualquer pretensão ao trono que Jesus pudesse ter.

O Novo Testamento não dá nenhuma indicação da filiação tribal de Madalena. Em lendas posteriores, contudo, ela teria sido de linhagem real. E existem outras tradições que afirmam especificamente que ela era da tribo de Benjamin.

Neste ponto, começaram a ficar discernÍveis as linhas gerais de um cenário coerente. E, até onde podíamos ver, havia nele um sentido político razoável. Jesus teria sido um rei-sacerdote da linhagem de Davi, que possuía uma pretensão legítima ao trono. Teria consolidado sua posição através de um casamento dinástico simbolicamente importante. Teria então ficado em condições de unificar seu país, mobilizar o povo ao seu redor, expulsar os opressores, depor a marionete abjeta e restaurar a glória da monarquia, como na época de Salomão. Tal homem teria sido realmente o "rei dos judeus".

A Crucificação

Como testemunham os feitos de Ghandi, um líder espiritual com suporte popular suficiente pode representar uma ameaça a um regime. Mas um homem casado, com uma pretensão legítima ao trono e filhos através dos quais estabeleceria uma dinastia, é uma ameaça de natureza decididamente mais séria. Existe nos Evangelhos alguma evidência de que Jesus tenha sido considerado pelos romanos uma ameaça desse tipo?

Durante sua entrevista com Pilatos, Jesus é repetidamente chamado "rei dos judeus". Seguindo-se instruções de Pilatos, uma inscrição com este título é também afixada na cruz. Como argumenta o professor S.G.F. Brandon, da Universidade de Manchester, a inscrição afixada na cruz deve ser considerada genuína - tanto quanto qualquer coisa do Novo Testamento. Em primeiro lugar ela figura, sem nenhuma variação, nos quatro Evangelhos. Em segundo lugar, trata-se de um episódio muito comprometedor, muito embaraçoso, para ter sido inventado por editores posteriores.

No Evangelho de Marcos, Pilatos, após interrogar Jesus, pergunta aos seus dignitários reunidos (Marcos 15:12): "Pois que quereis que eu faça ao rei dos judeus?" Isto indicaria que pelo menos alguns judeus realmente se referiam a Jesus como seu rei. Ao mesmo

tempo, Pilatos confere este título a Jesus em todos os quatro Evangelhos. Não há razão para supor que ele o faz de forma irônica ou pejorativa. No quarto Evangelho ele insiste nisso de forma bastante séria e reiterada, a despeito de um coro de protestos. Além disso, nos três Evangelhos sinópticos, o próprio Jesus reconhece sua pretensão ao título (Marcos 15:2): "E Pilatos lhe perguntou: 'Tu és o rei dos judeus?' E ele, respondendo, lhe disse: 'Tu o dizes.'" Na tradução, esta resposta pode soar ambivalente, e talvez isso se dê de forma deliberada. No original grego, no entanto, seu significado é inequívoco. Ela só pode ser interpretada como: "Tu falastes corretamente." E assim a frase é interpretada onde quer que apareça na Bíblia.

Os Evangelhos foram compostos durante e após a rebelião de 68-74 d.C., quando o judaísmo tinha efetivamente cessado de existir como uma força social, política e militar organizada. Além disso, eles foram compostos para uma audiência greco-romana, para a qual tinham que ser tornados palatáveis. Roma estivera recém-envolvida numa guerra amarga e custosa contra os judeus. Em conseqüência, era perfeitamente natural colocar os judeus no papel de vilões. Além disso, no irromper da rebelião judia, Jesus não poderia de maneira alguma ser retratado como uma figura política, de algum modo relacionada à agitação que culminou na guerra. Finalmente, o papel dos romanos no julgamento e execução de Jesus deveria ser limpado e apresentado da forma mais simpática possível. Assim, Pilatos é descrito nos Evangelhos como um homem responsável e tolerante, que reluta em consentir a crucificação. Mas, a despeito dessas liberdades tomadas em relação à história, a verdadeira posição de Roma no assunto pode ser discernida.

De acordo com os Evangelhos, Jesus é inicialmente condenado pelo Sanhedrin - o conselho dos anciãos judeus -, que então o leva até Pilatos e pede ao procurador que se pronuncie contra ele. Historicamente isto não faz sentido. Nos três Evangelhos sinópticos, Jesus é preso e condenado pelo Sanhedrin na noite do festival dos

judeus, mas pela lei judaica este conselho era proibido de se reunir durante o festival. Nos Evangelhos, a prisão e o julgamento de Jesus ocorrem à noite, antes do conselho. Pela lei judaica o conselho é proibido de se reunir à noite, em casas particulares ou em qualquer outro lugar fora dos recintos do Templo. Nos Evangelhos, o conselho é aparentemente desautorizado a votar uma sentença de morte - e esta teria sido a razão evidente para levar Jesus até Pilatos. Contudo, o conselho era na realidade autorizado a votar sentenças de morte - por apedrejamento, se não por crucificação. Desta forma, se o conselho tivesse desejado dispor de Jesus, ele teria autoridade para sentenciá-lo à morte por apedrejamento. Não haveria de nenhum modo necessidade de perturbar Pilatos.

Existem numerosas outras tentativas, por parte dos autores dos Evangelhos, de eximir Roma de culpa e responsabilidade. Uma delas é a disposição, demonstrada por Pilatos, de libertar o prisioneiro se a multidão assim o quisesse. De acordo com os Evangelhos de Marcos e de Mateus, este era um "costume do festival dos judeus". Isso é fantasioso. Autoridades modernas concordam em que tal política nunca existiu por parte dos romanos, e que a oferta para libertar Jesus ou Barrabás é pura ficção. A relutância de Pilatos em condenar Jesus e sua submissão amuada à pressão tumultuada do povo seriam igualmente fictícias. Na realidade, seria impensável que um procurador romano - e um procurador tão desalmado como Pilatos - se curvasse à pressão do povo. Novamente, o objetivo de tal fantasia é bastante claro: aliviar os romanos, transferir a culpa para os judeus, e assim tornar Jesus aceitável a uma audiência romana.

É possível, é claro, que nem todos os judeus sejam inocentes. Mesmo que a administração romana temesse um rei-sacerdote com pretensões ao trono, ela não teria condições de embarcar abertamente em atos de provocação, que poderiam precipitar uma rebelião em escala total. Certamente, seria mais conveniente para Roma se o rei-sacerdote fosse ostensivamente traído por seu próprio

povo. Assim, é concebível que os romanos tenham empregado alguns saduceus como agentes provocadores. Mas mesmo que este seja o caso, permanece o fato de que Jesus foi vítima de uma administração romana, uma corte romana, uma sentença romana, soldados romanos e execução romana - uma execução que, na forma, era reservada exclusivamente aos inimigos de Roma. Jesus não foi crucificado por crimes contra o judaísmo, mas por crimes contra o império.

Quem era Barrabás?

Existe nos Evangelhos alguma evidência de que Jesus teve filhos? Explicitamente, não. Mas ter filhos era algo esperado de rabinos; e se Jesus era um rabino, seria muito estranho que não tivesse filhos. Na verdade, mesmo que não fosse rabino isto seria estranho. É claro que estes argumentos, por si sós, não constituem uma evidência positiva. Mas existe uma evidência mais concreta e específica. Ela consiste na vaga pessoa que aparece nos Evangelhos como 'Barrabás ou, para ser mais preciso, como Jesus Barrabás - pois com este nome ele é identificado no Evangelho de Marcos. A coincidência é no mínimo chocante.

Estudiosos modernos hesitam quanto à derivação e ao significado de "Barrabás". Jesus Barrabás pode ser uma distorção de "Jesus Berabbi". "Berrabi" era um título reservado aos mais altos e importantes rabinos, sendo colocado após o nome do rabino. Assim, Jesus Berabbi pode ser uma referência ao próprio Jesus. "Jesus Barrabás" também pode ter sido originalmente "Jesus bar Rabbi", ou seja, "Jesus, filho do rabino". Não existe nenhum registro de que o pai de Jesus fosse um rabino. Mas se Jesus tivesse tido um filho com o seu nome, este teria sido "Jesus bar Rabbi", Existe outra possibilidade. Jesus Barrabás pode derivar de "Jesus bar Abba", Como Abba, em hebreu, significa pai, Barrabás poderia significar "filho do pai" - uma designação sem sentido, a menos que o "pai"

fosse de alguma forma especial. Se pai se referisse, na verdade, ao "pai eterno", então Barrabás poderia de novo estar se referindo ao próprio Jesus. Por outro lado, se o próprio Jesus era o "pai", então de novo Barrabás estaria se referindo a seu filho.

Qualquer que seja o significado e a derivação do nome, o personagem Barrabás é extremamente curioso. E quanto mais se considera o incidente relacionado com ele, mais claro se torna que existe alguma coisa irregular. Alguém está tentando ocultar alguma coisa. Em primeiro lugar, o nome de Barrabás, como o de Madalena, parece ter sido denegrido de forma deliberada e sistemática. Assim como a tradição popular descreve Madalena como uma prostituta, descreve Barrabás como um ladrão. Mas se Barrabás fosse qualquer uma das coisas que seu nome sugere, ele dificilmente teria sido um ladrão comum. Por que então denegrir seu nome? A menos que ele fosse algo mais, que os editores do Novo Testamento não quiseram revelar para a posteridade.

Os próprios Evangelhos não descrevem Barrabás como um ladrão em sentido estrito. Segundo Marcos e Lucas, ele era um prisioneiro político, um rebelde acusado de assassinato e insurreição. No Evangelho de Mateus, entretanto, Barrabás é descrito como um "prisioneiro notável". E no quarto Evangelho, é mencionado como sendo (em grego) um *lestai.* (João 18:40), termo que pode ser traduzido como ladrão ou como bandido. Entretanto, no contexto histórico, isto significava alguma coisa bem diferente. *Lestes* era um termo habitualmente atribuído pelos romanos aos zelotes, os revolucionários nacionalistas que vinham fomentando o levante social. Como Marcos e Lucas concordam em que Barrabás é culpado de insurreição, e como Mateus não contradiz esta afirmação, é seguro concluir que Barrabás era um zelote.

Mas esta não é a única informação disponível sobre Barrabás. De acordo com Lucas, ele tinha se envolvido em um distúrbio recente, uma sedição ou confusão na cidade. A história não menciona qualquer confusão em Jerusalém na época. Mas os Evangelhos, sim.

De acordo com eles, houve um distúrbio cívico em Jerusalém poucos dias antes, quando Jesus e seus seguidores viraram as mesas dos emprestadores de dinheiro no Templo. Foi este o distúrbio no qual Barrabás se envolveu e pelo qual foi aprisionado? Parece provável. Neste caso, uma conclusão óbvia se impõe: Barrabás pertencia ao grupo de Jesus.

Segundo estudiosos modernos, não existia o costume de libertar um prisioneiro durante o festival judeu. Mas mesmo que existisse, a escolha de Barrabás no lugar de Jesus não faria sentido. Se Barrabás era realmente um criminoso comum, culpado de assassinato, por que iria o povo escolher que sua vida fosse poupada? E se ele era realmente um zelote ou um revolucionário, é pouco provável que Pilatos tivesse libertado um personagem potencialmente tão perigoso, no lugar de um visionário inofensivo, que estava explicitamente disposto a "se render a César". De todas as discrepâncias, inconsistências e improbabilidades dos Evangelhos, a escolha de Barrabás está entre as mais chocantes e mais inexplicáveis. Alguma coisa houve, certamente, por trás de um arranjo tão desajeitado e confuso.

Um escritor moderno propõe uma explicação intrigante e plausível: sugere que Barrabás era filho de Jesus e que Jesus era um rei legítimo. Se fosse o caso, a escolha de Barrabás faria sentido. Deve-se considerar uma população oprimida, confrontada com o extermínio iminente de seu líder espiritual e político, o Messias, cujo advento havia despertado tantas esperanças. Em tais circunstâncias, não seria a dinastia mais importante que o indivíduo? A sobrevivência de uma estirpe não seria prioritária em relação a qualquer outra coisa? Não iria o povo, ao ser confrontado com a terrível escolha, preferir ver seu rei sacrificado para que sua prole e sua linhagem pudessem sobreviver? Se a linhagem sobrevivesse, haveria pelo menos uma esperança para o futuro.

Não é impossível que Barrabás tenha sido filho de Jesus. Acredita-se que Jesus tenha nascido por volta do ano 6 a.C. A crucificação

ocorreu antes de 36 d.C., o que daria a Jesus, no máximo, a idade de 42 anos. Mas mesmo que ele só tivesse 33 anos quando morreu, ele pode ter tido um filho. De acordo com os costumes da época, ele pode ter se casado aos dezesseis ou dezessete anos. Mas mesmo que não se tenha casado antes dos vinte, ele pode ter tido um filho de treze anos - que, pela lei judaica, seria considerado um homem. E, certamente, podem ter havido também outros filhos, concebidos em qualquer época, até um dia antes da crucificação.

A Crucificação em Detalhes

Jesus poderia ter gerado vários filhos antes da crucificação. Entretanto, se ele sobreviveu à crucificação, a probabilidade de que ele tenha deixado prole se torna maior. Existe alguma evidência de que Jesus sobreviveu à crucificação, ou de que a crucificação foi uma fraude?

Dada a descrição que os Evangelhos fazem dele, é inexplicável que Jesus tenha sido crucificado. De acordo com os Evangelhos, seus inimigos eram os interesses judeus estabelecidos em Jerusalém. Mas tais inimigos, se existiram, poderiam tê-lo apedrejado até a morte por decisão própria, sem envolver Roma no assunto. De acordo com os Evangelhos, Jesus não tinha querelas particulares com Roma e não violou a lei romana. Ainda assim, foi punido pelos romanos, de acordo com a lei romana e segundo procedimentos romanos. E foi punido com a crucificação, reservada exclusivamente aos culpados de crimes contra o império. Se Jesus foi mesmo crucificado, ele não pode ter sido tão apolítico como descrevem os Evangelhos. Ao contrário. Deve ter feito alguma coisa para provocar a ira de Roma - por oposição à ira judia.

Quaisquer que tenham sido as infrações pelas quais Jesus foi crucificado, sua morte aparente na cruz é inundada de inconsistências. Simplesmente não existe razão para concluir que

sua crucificação tenha sido, como dizem os Evangelhos, fatal. A alegação de que o foi merece um exame detalhado.

A prática de crucificação se atinha a procedimentos muito precisos. Após a sentença, a vítima devia ser chicoteada, ficando enfraquecida pela perda de sangue. Seus braços abertos deviam então ser fixados - usualmente através de cordas, mas às vezes através de pregos - a uma pesada barra de madeira colocada horizontalmente ao longo do pescoço e dos ombros. Ele seria levado ao local de execução portando esta barra. Aí, a barra, com a vítima pendurada, seria levantada e atada a um poste ou estaca vertical.

Pendurada pelas mãos, a vítima não poderia respirar - a menos que seus pés fossem também fixados na cruz, o que possibilitaria um apoio e liberaria a pressão no peito. Mas, a despeito da agonia, um homem suspenso e com os pés fixos - especialmente um homem forte e saudável- poderia sobreviver por um dia ou dois. A vítima poderia levar até uma semana para morrer - de exaustão, de sede ou, se fossem usados pregos, de envenenamento sanguíneo. A agonia podia ser terminada mais rapidamente quebrando-se as pernas ou os joelhos da vítima - o que, segundo os Evangelhos, os executores de Jesus estiveram a ponto de fazer, quando foram impedidos. Nesse contexto, quebrar pernas ou joelhos não era um tormento sádico adicional. Pelo contrário, era um ato de misericórdia, um *coup de grâce* que produzia uma morte mais rápida. Sem suporte, a pressão no peito da vítima se tornava intolerável, sobrevindo logo a asfixia.

Existe um consenso entre os estudiosos modernos de que somente o quarto Evangelho se baseia na narrativa de uma testemunha ocular da crucificação. De acordo com esse Evangelho, os pés de Jesus foram fixados na cruz - liberando assim a pressão em seus músculos peitorais - e suas pernas não foram quebradas. Assim, pelo menos em teoria, ele deve ter sobrevivido por uns bons três dias. Mas após umas poucas horas na cruz, no entanto, ele é declarado morto. No

Evangelho de Marcos (15:44), até Pilatos é surpreendido pela rapidez com que a morte ocorre.
Qual pode ter sido a causa da morte? Não foi a estocada em seu peito, pois o quarto Evangelho (João 19:33) afirma que Jesus já estava morto quando este ferimento foi causado. Só existe uma explicação: uma combinação de exaustão, fadiga, debilidade e trauma causado pelos castigos. Mas nem mesmo estes fatores teriam sido fatais tão rapidamente. É possível, é claro, que tenham sido; a despeito das leis gerais da fisiologia, um homem pode morrer por causa de um único golpe relativamente inócuo. Mas há ainda algo suspeito em relação ao assunto. Segundo o quarto Evangelho, os executores de Jesus estão a ponto de lhe quebrar as pernas e acelerar assim sua morte. Por que a preocupação, se ele já estava moribundo? Em suma, não haveria razão para quebrar as pernas de Jesus, a menos que a morte não fosse iminente.
Nos Evangelhos, a morte de Jesus ocorre em um momento muito conveniente, muito oportuno. Ocorre exatamente em tempo de impedir seus executores de quebrar suas pernas. E assim se concretiza uma profecia do Velho Testamento. Autoridades modernas concordam quanto à possibilidade de que Jesus tenha modelado e talvez manipulado sua vida de acordo com tais profecias, que anunciavam a vinda de um Messias: Por esta razão, por exemplo, um asno teve de ser encontrado em Betânia, para que ele fizesse sua entrada triunfal em Jerusalém. E os detalhes da crucificação parecem engendrados de forma similar para encenar as profecias do Velho Testamento.
Em suma, o fim aparente e oportuno de Jesus - que, em uma pequena fração de tempo, o salva da morte certa e lhe possibilita confirmar a profecia - é, para dizer o mínimo, suspeito. É muito perfeito, muito preciso, para ser coincidência. Deve ter sido ou uma interpolação posterior ao fato, ou parte de um plano cuidadosamente concebido. Muitas evidências apóiam a segunda possibilidade.

No quarto Evangelho, Jesus, pendurado na cruz, declara ter sede. Em resposta à sua reclamação, é atendido com uma esponja embebida supostamente em vinagre - um incidente que também ocorre nos outros Evangelhos. Essa esponja é geralmente interpretada como outro ato de sadismo. Mas foi realmente isto o que aconteceu? O vinagre - ou vinho azedo - é um estimulante temporário, com efeitos similares aos dos sais de cheiro. Na época, era utilizado freqüentemente para reanimar escravos que fraquejavam nas galeras. Para um homem ferido e exausto, cheirar ou provar vinagre induziria um efeito restaurador, um sopro momentâneo de energia. Mas no caso de Jesus o efeito é o contrário. Logo depois de inalar ou provar a esponja ele pronuncia suas palavras finais e falece. Tal reação ao vinagre é fisiologicamente inexplicável. Por outro lado, tal reação seria perfeitamente compatível com uma esponja embebida não em vinagre mas em algum tipo de sonífero - um composto de ópio e beladona, por exemplo, comumente empregados no Oriente Médio na época. Mas por quê? A menos que este ato, juntamente com outros componentes da crucificação, tenha sido elemento de uma estratégia complexa e engenhosa, planejada para produzir um semblante de morte enquanto a vítima estivesse ainda com vida. Tal estratagema teria não só salvo a vida de Jesus mas também confirmado as profecias do Velho Testamento sobre um Messias.

Existem outros aspectos anômalos, que apontam para um estratagema na crucificação. De acordo com os Evangelhos, Jesus é crucificado em um local chamado Gólgota, "o lugar do crânio". A tradição posterior tenta identificar Gólgota com uma montanha árida, mais ou menos na forma de um crânio, a noroeste de Jerusalém. Mas os próprios Evangelhos deixam claro que o local da crucificação é muito diferente de uma montanha árida com forma de crânio. O quarto Evangelho é mais explícito (João 19:41): "No lugar onde Jesus foi crucificado havia um horto; e neste horto um sepulcro novo, em que ninguém ainda tinha sido depositado." Então, Jesus não foi

crucificado em uma montanha árida em forma de crânio, nem em qualquer outro local público de execução. Foi crucificado em um jardim que continha uma tumba particular, ou nas suas proximidades. De acordo com Mateus (27:60), essa tumba e esse jardim eram propriedade pessoal de José de Arimatéia, que, segundo os quatro Evangelhos, era um homem rico e um discípulo secreto de Jesus.

A tradição popular descreve a crucificação como um assunto público de grande escala, acessível à multidão e presenciado por milhares de pessoas. Mas os próprios Evangelhos sugerem circunstâncias muito diferentes. De acordo com Mateus, Marcos e Lucas, a crucificação foi testemunhada de longe pela maioria das pessoas, incluindo as mulheres (Lucas 23:49). Parece claro, então, que a morte de Jesus não foi um evento público, mas privado; uma crucificação privada realizada em propriedade privada. Vários estudiosos modernos argumentam que o local foi provavelmente o Jardim de Gethsemane. Se Gethsemane era realmente terreno privado de um dos discípulos secretos de Jesus, isto explicaria por que Jesus, antes da crucificação, podia fazer uso do local livremente.

É desnecessário dizer que uma crucificação em propriedade privada deixa margem a uma falsificação, uma farsa, um ritual teatral genialmente planejado. Ao povo em geral, o drama teria sido visível apenas à distância, como confirmam os Evangelhos sinópticos. E de tal distância não teria ficado claro quem de fato estava sendo crucificado. Ou se estava realmente morto.

Tal engodo teria necessitado, é claro, de alguma conivência e participação por parte de Pôncio Pilatos ou de alguém influente na administração romana. Tal conivência e participação são altamente prováveis. Ora, Pilatos era um homem cruel e tirânico. Mas era também corrupto e susceptível a subornos. O Pilatos histórico, ao contrário daquele descrito nos Evangelhos, estaria disposto a poupar a vida de Jesus, em troca de uma quantia de dinheiro e talvez uma garantia de não mais haver agitação política.

Qualquer que tenha sido sua motivação, não há dúvida de que Pilatos estivesse intimamente envolvido no assunto. Ele reconhece Jesus como "rei dos judeus". Também revela, ou finge revelar, surpresa diante do fato de Jesus expirar tão rapidamente. E, talvez o fato mais importante, ele concede o corpo de Jesus a José de Arimatéia.

De acordo com a lei romana da época, um homem crucificado não tinha direito a funeral. Guardas eram costumeiramente postados para impedir que parentes ou amigos removessem os corpos do morto. A vítima era simplesmente deixada na cruz, à mercê dos elementos e das aves de rapina. Mas Pilatos, em uma quebra flagrante do procedimento, concede o corpo de Jesus a José de Arimatéia. Isto atesta claramente alguma cumplicidade. E pode atestar também outras coisas.

Na tradução inglesa do Evangelho de Marcos, José pede o corpo de Jesus a Pilatos. Pilatos revela surpresa pela morte de Jesus, vai verificá-la com um centurião e então, satisfeito, atende ao pedido de José. A primeira vista, isto poderia parecer normal; mas na versão original grega do Evangelho de Marcos, o assunto se torna mais complicado. Nela, quando José pede o corpo de Jesus, ele utiliza a palavra "soma", aplicada somente a um corpo vivo. Pilatos, consentindo, emprega a palavra "ptoma", que significa cadáver. De acordo com o grego, então, José pede explicitamente um corpo vivo e Pilatos lhe dá o que pensa, ou finge pensar, ser um corpo morto.

Dada a proibição de enterrar homens crucificados, é também extraordinário que José tenha recebido o corpo. Em que bases ele o recebeu? Que direitos tinha para isso? Se era um discípulo secreto, ele não poderia reclamar algo que revelasse seu segredo - a menos que Pilatos já soubesse disto, ou que existisse algum outro fator a favor de José.

Existe muito pouca informação sobre José de Arimatéia. Os Evangelhos dizem apenas que ele era um discípulo secreto de Jesus, possuía grande fortuna e pertencia ao Sanhedrin, o conselho

dos anciãos que governava a comunidade judia de Jerusalém sob os auspícios romanos. Seria então claro que José era um homem influente. Esta conclusão é confirmada por suas negociações com Pilatos e pelo fato dele possuir um território com uma tumba particular.
A tradição medieval descreve José de Arimatéia como um guardião do cálice sagrado. Parsifal teria sido de sua linhagem. De acordo com outras tradições posteriores, ele tem relação de sangue com Jesus e com a família de Jesus. Se isto é verdade, ele possuiria algum direito ao corpo de Jesus: Pilatos não concederia o cadáver de um criminoso a um estranho, mas bem poderia, com o incentivo de um suborno, concedê-lo a um parente. Se José - um rico e influente membro do conselho - era realmente parente de Jesus, isso testemunha uma vez mais a genealogia aristocrática de Jesus. E se ele era parente de Jesus, sua associação com o cálice sagrado - o "sangue real" - seria explicável.

O Cenário

Nós já havíamos elaborado uma hipótese preliminar que propunha a existência de uma linhagem descendente de Jesus. Depois, começamos a ampliar essa hipótese e - embora ainda de modo provisório completar vários detalhes importantes. À medida que o fazíamos, o quadro geral começava a ganhar coerência e plausibilidade.
Parecia cada vez mais claro que Jesus era um rei-sacerdote - um aristocrata e pretendente legítimo ao trono - envolvido em uma tentativa de recuperar sua herança de direito. Ele mesmo teria sido um nativo da Galiléia, um centro tradicionalmente ativo de oposição ao regime romano. Ao mesmo tempo, teria tido o apoio de muitos homens ricos e influentes em toda a Palestina, incluindo a capital Jerusalém; e um de seus aliados, um membro poderoso do Sanhedrin, pode também ter sido seu parente. Além disso, no

subúrbio de Jerusalém, em Betânia, estava o lar de sua esposa e da família desta; e lá residia o aspirante a rei-sacerdote às vésperas de sua entrada triunfal na capital. Lá ele estabeleceu o centro de seu misterioso culto e aumentou o número de seus seguidores ao realizar rituais de iniciação, incluindo aquele de seu cunhado.

Semelhante aspirante a rei-sacerdote teria gerado uma oposição poderosa por parte de alguns setores - a administração romana, inevitavelmente, e talvez os interesses judeus representados pelos saduceus. Um destes interesses, ou ambos, aparentemente tramaram tolher sua ambição ao trono. Mas eles não foram tão bem-sucedidos como esperavam na tentativa de exterminá-lo. Pois o rei-sacerdote parecia ter amigos em altas posições; e estes amigos, trabalhando em conluio com um procurador romano corrupto e facilmente subornável, podem ter engendrado uma farsa de crucificação, realizada em terreno privado, inacessível a todos, com exceção de alguns escolhidos. Com a população mantida a uma distância conveniente, uma execução foi então encenada - na qual um substituto tomou o lugar do rei-sacerdote na cruz, ou na qual o rei-sacerdote não morreu realmente. Com o cair da noite - quando não havia muita visibilidade - um corpo foi removido para uma tumba oportunamente vizinha, da qual, um dia ou dois mais tarde, desapareceu milagrosamente.

Se nosso cenário era exato, para onde teria ido Jesus depois? Até onde iria nossa hipótese de uma linhagem? A resposta a esta questão não tinha muita importância. De acordo com algumas lendas muçulmanas e indianas, ele finalmente morreu velho, em algum lugar do leste - em Caxemira, segundo as afirmações mais freqüentes. Um jornalista australiano apresentou um argumento intrigante e persuasivo, segundo o qual Jesus teria morrido em Masada quando a fortaleza caiu sob os romanos em 74 d.C. Ele devia então estar beirando os oitenta anos.

De acordo com a carta que recebemos, os documentos encontrados por Bérenger Saunière em Rennes-le-Château continham "prova

irrefutável" de que Jesus estava vivo em 45 d.C., mas não indicavam onde. Uma possibilidade provável seria o Egito, e especificamente Alexandria - onde, mais ou menos ao mesmo tempo, o sábio Ormus teria criado a Rosacruz, amalgamando o cristianismo com mistérios pré-cristãos. Tem-se até sugerido que o corpo mumificado de Jesus pode estar oculto em algum local nas proximidades de Rennes-le-Château - o que explicaria a mensagem cifrada nos pergaminhos de Saunière: ET IL EST LÁ MORT.*

* E ele está lá morto.

Não estamos preparados para afirmar que ele acompanhou sua família a Marselha. As circunstâncias não indicam isto. Ele não estaria em condições de viajar, e sua presença teria constituído uma ameaça à segurança de seus parentes. Ele pode ter considerado mais importante permanecer na Terra Santa para continuar na busca de seus objetivos. Em suma, não podemos oferecer nenhuma sugestão verdadeira sobre o que aconteceu com ele - não mais do que sugerem os próprios Evangelhos.
Para os propósitos de nossa hipótese, o que aconteceu a Jesus é de importância menor do que o que aconteceu à sagrada família - especialmente a seu cunhado, sua esposa e seus filhos. Se nosso cenário estiver correto, eles foram levados da Terra Santa de navio, juntamente com José de Arimatéia e alguns outros. Quando desembarcaram em Marselha, Madalena teria levado para a França o "sangraal" - o *sangue real,* o herdeiro da casa de Davi.

XIII
O SEGREDO QUE A IGREJA PROIBIU

É claro que sabíamos muito bem que nosso cenário contrastava com os ensinamentos cristãos estabelecidos. Mas quanto mais pesquisávamos, mais claro se tornava que esses ensinamentos, na

forma como foram transmitidos através dos séculos, representam somente uma compilação altamente seletiva de fragmentos, sujeitos a expurgo e revisão severos. O Novo Testamento oferece um retrato de Jesus e de sua época que reconcilia necessidades de interesses escusos, de alguns grupos e indivíduos que exerceram - e de algum modo ainda exercem - grande influência no assunto. E qualquer coisa que possa comprometer ou embaraçar esses interesses - como o Evangelho "secreto" de Marcos, por exemplo - tem sido devidamente extirpada. Na verdade, tanto foi extirpado que foi criado um vazio. Nesse vazio a especulação se torna justificada e necessária.

Se Jesus era um pretendente legítimo ao trono, é provável que ele tenha sido apoiado, pelo menos inicialmente, por uma percentagem relativamente pequena da população - sua família da Galiléia, alguns outros membros de sua própria classe social aristocrática e alguns representantes estrategicamente colocados na Judéia e na capital, Jerusalém. Tal número de seguidores, embora diferenciado, não teria sido suficiente para assegurar a realização de seus objetivos, ou seja, vencer o páreo para o trono. Como conseqüência, ele teria sido obrigado a recrutar um número mais substancial de seguidores de outras classes.

Como se faz para recrutar um grande número de seguidores? Obviamente, divulgando uma mensagem calculada para angariar lealdade e apoio. Tal mensagem não teria de ser tão cínica quanto as veiculadas por políticos modernos. Ao contrário, ela pode ter sido promulgada de perfeita boa-fé, com nobre idealismo. Mas, a despeito de sua orientação religiosa, seu objetivo primário teria sido o mesmo que aquele dos políticos: assegurar a adesão do povo. Jesus divulgou uma mensagem que tentava exatamente oferecer esperança aos oprimidos, aos aflitos, aos marginalizados. Em suma, tratava-se de uma mensagem que continha uma promessa. Se o leitor moderno supera seus preconceitos e pré-julgamentos sobre o assunto, ele pode discernir um mecanismo extraordinariamente

semelhante àquele visível no mundo de hoje - um mecanismo pelo qual pessoas são, e sempre têm sido, unificadas em nome de uma causa comum e fundidas em um instrumento para derrubar um regime despótico. A questão é que a mensagem de Jesus era ética e política. Era dirigida a um segmento particular do povo, em concordância com considerações políticas. Pois somente junto aos oprimidos, aos marginalizados e aos aflitos ele poderia esperar recrutar um número significativo de seguidores. Os saduceus, que tinham chegado a um acordo com a ocupação romana, teriam relutado, como têm relutado todos os saduceus, ao longo da história, em renunciar ao que possuíam, ou arriscar sua segurança e estabilidade.

A mensagem de Jesus, na forma como aparece nos Evangelhos, não é nem totalmente nova nem totalmente única. É provável que ele mesmo tenha sido um fariseu, e que seus ensinamentos contenham vários elementos da doutrina dos fariseus. Como atestam os Manuscritos do Mar Morto, os ensinamentos de Jesus também contêm vários aspectos importantes do pensamento essênio. Mas se a mensagem, como tal, não era completamente original, o meio de transmiti-la provavelmente era. O próprio Jesus era, sem dúvida, uma pessoa imensamente carismática. Ele pode muito bem ter tido uma aptidão para curar e para fazer outros "milagres". Certamente possuía um dom para comunicar suas idéias através de parábolas vibrantes e evocativas, que não requeriam qualquer treinamento sofisticado por parte da audiência, sendo acessíveis ao povo em geral. Além disso, ao contrário de seus precursores essênios, Jesus não foi obrigado a se confinar ao papel de prever o advento de um Messias. Ele podia pretender ser o próprio Messias. E este fato teria dado às suas palavras uma autoridade e uma credibilidade muito maiores.

É claro que Jesus havia recrutado um número significativo de seguidores na época de sua entrada triunfal em Jerusalém. Mas esses seguidores seriam compostos de dois elementos distintos,

cujos interesses não eram precisamente os mesmos. Por um lado havia um pequeno núcleo de "iniciados": a família, outros membros da nobreza, aliados ricos e influentes, cujo objetivo primário era ver seu candidato instalado no trono. Por outro lado havia uma comitiva muito maior de "pessoas comuns": as fileiras do movimento, cujo objetivo primário era ver a mensagem, e a promessa que ela continha, cumpridas. É importante reconhecer a diferença entre estas duas facções. Seu objetivo político - estabelecer Jesus no trono - teria sido o mesmo. Mas suas motivações teriam sido essencialmente diferentes.

Quando o empreendimento falhou, como obviamente aconteceu, a frágil aliança entre estas duas facções - "seguidores da mensagem" e "seguidores da família" - teria sucumbido. Confrontada com o fracasso e com a ameaça de iminente aniquilação, a família teria colocado como prioridade o único fator que, desde tempos imemoriais, tem sido primordial para nobres e famílias reais: a preservação da linhagem a qualquer custo; se necessário, ao preço do exílio. Todavia, para os "seguidores da mensagem", o futuro da família teria se tornado irrelevante, a sobrevivência da linhagem seria de importância secundária. Seu objetivo principal teria sido a perpetuação e a disseminação da mensagem.

O cristianismo, na forma como evoluiu nos seus primeiros séculos e finalmente chega até nós hoje, é um produto dos "seguidores da mensagem". O caminho de sua disseminação e desenvolvimento tem sido tão amplamente percorrido por outros estudiosos que não necessita muita atenção aqui. Basta dizer que já com São Paulo a mensagem começou a assumir uma forma cristalizada e definitiva. Esta forma se tornou a base sobre a qual todo o edifício teológico do cristianismo foi erigido. Na época em que os Evangelhos foram escritos, os dogmas básicos da nova religião estavam praticamente completos.

A nova religião era basicamente orientada para uma audiência romana. Assim, o papel de Roma na morte de Jesus foi, por

necessidade, suprimido, e a culpa transferida para os judeus. Mas esta não foi a única liberdade tomada em relação aos fatos, para torná-los mais assimiláveis no mundo romano. Pois o mundo romano estava acostumado a endeusar seus governantes, e César já havia sido oficialmente estabelecido como um deus. Para competir, Jesus - a quem ninguém antes havia considerado divino - tinha que ser endeusado também. Ele o foi pelas mãos de Paulo.

Antes de ser disseminada com sucesso - desde a Palestina até a Síria, Ásia Menor, Grécia, Egito, Roma e Europa Ocidental -, a nova religião tinha que ser adaptada para ser aceita pelos povos dessas regiões. E tinha que ser capaz de se firmar contra os credos já estabelecidos. Em suma, o novo deus tinha que ser comparável em poder, em majestade, em repertório de milagres, àqueles que ele deveria substituir. Para ganhar um terreno sólido no mundo romano de sua época, Jesus teria que se tornar um deus no sentido mais completo do termo. Não um Messias no velho sentido da palavra, não um rei-sacerdote, mas um deus encarnado - que, como seus oponentes sírio, fenício, egípcio e clássico, passou pelo submundo e pelo tormento do inferno e emergiu, rejuvenescido, com a primavera. Foi aí que a idéia de ressurreição assumiu tal importância, por uma razão óbvia: colocar Jesus no nível de Tammuz, Adônis, Attis, Osíris e todos os outros deuses que, morrendo e revivendo, povoavam o mundo e a consciência de seu tempo. Pela mesma razão, precisamente, foi promulgada a doutrina do nascimento virgem. E o festival da Páscoa - festival da morte e da ressurreição - foi elaborado para coincidir com os rituais da primavera de outros cultos e escolas de mistério contemporâneos.

Dada a necessidade de disseminar um deus-mito, a verdadeira família corpórea desse deus e os elementos políticos e dinásticos de sua história teriam se tornado supérfluos. Acorrentados como estavam a um tempo e lugar específicos, eles teriam subtraído sua pretensão à universalidade. Assim, para levar adiante tal pretensão, todos os elementos dinásticos e políticos foram rigorosamente

expurgados da biografia de Jesus. Todas as referências aos zelotes, por exemplo, assim como aos essênios, foram removidas. Tais referências teriam sido, no mínimo, embaraçosas. O envolvimento em uma conspiração dinástica complexa e, em última instância, efêmera não seria próprio de um deus, especialmente em se tratando de uma conspiração fracassada. No final nada foi deixado, com exceção do que está contido nos Evangelhos, uma narrativa de simplicidade austera, mítica, que ocorre incidentalmente na Palestina do século I, ocupada pelos romanos, e principalmente no presente eterno de todo mito.

Enquanto a "mensagem" evoluía desta maneira, a família e seus aliados não parecem ter ficado inertes. Julius Africanus, que escreveu no século III, narra que os membros sobreviventes da família de Jesus acusaram amargamente os governantes de Herodes de destruir as genealogias de judeus nobres, removendo assim todas as evidências que pudessem desafiar sua pretensão ao trono. E estes mesmos membros teriam "migrado pelo mundo", carregando consigo algumas genealogias que escaparam da destruição de documentos ocorrida durante a revolta de 66-74 d.C.

Para os disseminadores do novo mito, a existência dessa família se tornaria rapidamente uma irrelevância e um embaraço potencial de proporções consideráveis. Pois a família - que constituía testemunho ocular do que realmente e historicamente ocorreu - representava uma perigosa ameaça ao mito. Com base num conhecimento "de primeira mão", a família poderia explodir completamente o mito. Nos primeiros tempos do cristianismo, por isso, teria que ser suprimida toda menção a uma família nobre ou real, a uma linhagem, a ambições políticas ou dinásticas. E a família em si, que poderia trair a nova religião - uma vez que a realidade cínica da situação deve ser reconhecida - deveria, se possível, ser exterminada. Daí a intolerância dos padres da Igreja dos primeiros anos em relação a qualquer desvio da ortodoxia que desejavam impor. Daí também, talvez, uma das origens do anti-semitismo. De fato, ao culpar os

judeus e aliviar os romanos, os "seguidores da mensagem" e disseminadores do mito teriam conseguido um duplo objetivo. Não só teriam tornado o mito e a mensagem digeríveis para uma audiência romana como também teriam impugnado a credibilidade da família, uma vez que ela era judia. E o sentimento anti-judeu que engendraram teria contribuído para seus objetivos. Se a família tivesse encontrado refúgio em uma comunidade judia de algum lugar do império, a perseguição popular poderia, em seu *momentum,* silenciar convenientemente testemunhas perigosas.

A adaptação a uma audiência romana, o endeusamento de Jesus e o retrato dos judeus como bodes expiatórios asseguraram o sucesso da disseminação do que se tornou depois a ortodoxia cristã. A posição desta ortodoxia começou a se consolidar definitivamente no século II, principalmente através de Irenaeus, bispo de Lyon, por volta de 180 d.C. Provavelmente mais do que qualquer outro padre da Igreja, Irenaeus se dedicou a dar uma forma estável e coerente à teologia cristã. Conseguiu isto principalmente através de um volumoso trabalho, *Libros Quinque Adversus Haereses* ["Cinco livros contra heresias"]. Em seu exaustivo *opus,* Irenaeus catalogou todos os desvios da ortodoxia e os condenou veementemente. Deplorando a diversidade, ele sustentava que só podia existir uma igreja válida, fora da qual não haveria salvação. Quem desafiasse esta afirmação era considerado herético, devia ser expulso e, se possível, destruído.

Entre as diversas e numerosas formas do cristianismo inicial, o gnosticismo incorria na ira mais injuriosa de Irenaeus. O gnosticismo repousava na experiência pessoal, na união pessoal com o divino. Para Irenaeus, isto minava a autoridade de padres e bispos, difIcultando a imposição de uniformidade. Em conseqüência, ele devotou suas energias à supressão do gnosticismo. Para isso era necessário desencorajar a especulação individual e encorajar a fé, sem questionamentos, em um dogma fixo. Fazia-se necessário um sistema teológico, uma estrutura de doutrinas codificadas que não pudessem ser interpretadas pelo indivíduo. Em oposição a

experiência pessoal e gnose, Irenaeus insistia em uma única igreja "católica" (ou seja, universal) baseada em fundação apostólica e em sucessão. Para implementar a criação de tal igreja, Irenaeus reconhecia a necessidade de um cânone definitivo, uma lista de escritos, fixos e autoritários. Assim, compilou tal cânone, utilizando trabalhos disponíveis, incluindo alguns, excluindo outros. Irenaeus é o primeiro escritor cujo cânone do Novo Testamento condiz essencialmente com o atual.

Tais medidas, é claro, não impediram a disseminação de heresias. Pelo contrário, elas continuaram a florescer. Com Irenaeus, no entanto, a ortodoxia - o tipo de cristianismo promulgado pelos "seguidores da mensagem" - assumiu uma forma coerente que assegurou sua sobrevivência e, finalmente, seu triunfo. É razoável afirmar que Irenaeus calçou o caminho para o que ocorreu durante e imediatamente depois do reino de Constantino, sob cuja égide o Império Romano se tornou, de certo modo, um império cristão.

O papel de Constantino na história e no desenvolvimento do cristianismo tem sido falsiflcado, mal interpretado e mal entendido. A espúria Doação de Constantino, do século VIII, discutida no capítulo 9, tem servido para confundir ainda mais o assunto aos olhos dos escritores posteriores. Entretanto, Constantino recebe freqüentemente o crédito pela vitória decisiva dos "seguidores da mensagem", e isso não é sem razão. Por isso, fomos obrigados a considerá-lo mais de perto, e para isso tivemos que dispersar alguns dos feitos mais fantasiosos e ostensivos a ele atribuídos.

De acordo com a tradição posterior da Igreja, Constantino havia herdado do pai uma predisposição simpática ao cristianismo. Na realidade, sua predisposição parece ter sido principalmente uma questão de conveniência, pois os cristãos eram então numerosos. Constantino necessitava de toda ajuda que pudesse obter contra Maxentius, seu rival na disputa pelo trono imperial. Em 312 d. C., Maxentius foi derrotado na batalha da ponte Múlvia, deixando a pretensão de Constantino livre de ameaças. Imediatamente antes

desse compromisso crucial, Constantino teria tido uma visão - reforçada mais tarde por um sonho profético - de uma cruz luminosa pendurada no céu. Uma sentença estava supostamente inscrita na cruz: *In Hoc Signo Vinces* ["Por este sinal conquistarás"]. A tradição conta que Constantino, seguindo este portento celestial, encomendou para suas tropas escudos contendo o monograma cristão, as letras gregas Chi e Rho, as duas primeiras letras da palavra Christos. Como resultado, a vitória de Constantino sobre Maxentius na ponte Múlvia veio a representar um triunfo milagroso do cristianismo sobre o paganismo.

Esta é a tradição popular da Igreja, e com base nela pensa-se que Constantino converteu o império romano ao cristianismo. Na realidade, ele não fez isso. Para verificar precisamente o que fez, devemos examinar as evidências mais de perto.

Em primeiro lugar a "conversão" de Constantino - se esta é a palavra apropriada - não parece ter sido cristã, mas descaradamente pagã. Ele parece ter tido algum tipo de visão, ou experiência divina, nos aposentos de um templo pagão a Apolo, em Vosges ou próximo a Autun. Segundo uma testemunha que acompanhava o exército de Constantino na época, a visão era do deus sol, a deidade adorada por alguns cultos sob o nome de Sol Invictus, "o invencÍvel sol". Existem evidências de que Constantino, um pouco antes de sua visão, havia sido iniciado em um culto ao Sol Invictus. Em todo caso, o Senado romano, depois da batalha da ponte Múlvia, erigiu um arco do triunfo no Coliseu. Segundo a inscrição neste arco, a vitória de Constantino deveu-se à "proteção da deidade". Mas a deidade em questão não era Jesus. Era Sol Invictus, o deus sol pagão.

Contrariamente à tradição, Constantino não fez do cristianismo a religião oficial do Estado romano. A religião de Estado sob Constantino foi, na realidade, a adoração pagã ao sol; e Constantino, durante toda a vida, atuou como seu principal sacerdote. De fato, seu reino era chamado "reinado do sol", e o Sol Invictus figurava em todo lugar - inclusive nas faixas imperiais e nas moedas. A imagem de

Constantino como um fervoroso convertido ao cristianismo é claramente errônea. Ele próprio só foi batizado em 337, quando jazia em seu leito de morte e estava aparentemente muito fraco ou muito apático para protestar. Nem mesmo o monograma Chi Rho pode ser creditado a ele. Uma inscrição contendo este monograma foi encontrada em uma tumba em Pompéia, datada de dois séculos e meio antes.

O culto ao Sol Invictus, de origem Síria, era imposto pelos imperadores romanos aos seus súditos um século antes de Constantino. Embora contivesse elementos da idolatria Baal e Astarte, ele era essencialmente monoteísta. De fato, posicionava o deus sol como a soma de todos os atributos de todos os outros deuses, e assim subjugava pacificamente seus rivais em potencial. Além disso, ele se harmonizava convenientemente com o culto a Mithras, que também era prevalente em Roma e no império da época, também envolvendo adoração ao sol.

Para Constantino, o culto ao Sol Invictus era simplesmente cômodo. Seu objetivo primeiro, na verdade obsessivo, era a unidade - em política, em religião e em território. Um culto, ou religião de Estado, que incluísse todos os outros cultos obviamente convergiria para seu objetivo. E foi sob os auspÍcios do culto ao Sol Invictus que o cristianismo consolidou sua posição.

Tendo muito em comum com o culto ao Sol Invictus, a ortodoxia cristã foi capaz de florescer sob a sombra da tolerância, sem ser molestada. O culto ao Sol Invictus, essencialmente monoteísta, calçou o caminho para o monoteísmo cristão. E o culto ao Sol Invictus era conveniente também sob outros aspectos, que modificaram e facilitaram a propagação do cristianismo. Através de um edital promulgado em 321 d.C., por exemplo, Constantino ordenou o fechamento das cortes de justiça no "dia venerável do sol", decretando que este seria um dia de repouso. O cristianismo havia de fato conservado o *sabbath* judeu - o sábado - como sagrado. Agora, de acordo com o edital de Constantino, ele transferiu

seu dia sagrado para domingo. Isto não só harmonizou o cristianismo com o regime existente, como também lhe permitiu se dissociar mais de suas origens judaicas. Além disso, o nascimento de Jesus fora celebrado, até o século IV, no dia 6 de janeiro. Para o culto ao Sol Invictus, contudo, o dia crucial do ano era 25 de dezembro - o festival de Natalis Invictus, o nascimento (ou renascimento) do sol, quando os dias começam a ficar mais longos. Novamente o cristianismo se alinhou com o regime e a religião de Estado estabelecida.

O culto ao Sol Invictus se mesclava alegremente com aquele a Mithras - tanto que os dois são freqüentemente confundidos. Ambos enfatizavam a condição do sol, considerando-o sagrado. Ambos celebravam um festival de nascimento em 25 de dezembro. Como resultado, o cristianismo também podia encontrar pontos de convergência com o mithraísmo - tanto mais que o mithraísmo enfatizava a imortalidade da alma, um julgamento futuro e a ressurreição dos mortos.

No interesse da unidade, Constantino escolheu deliberadamente esmaecer as distinções entre cristianismo, mithraísmo e Sol Invictus. Escolheu, deliberadamente, não ver qualquer contradição entre eles. Tolerou o Jesus endeusado como uma manifestação terrestre do Sol Invictus. Assim, ele construiria uma igreja cristã e, ao mesmo tempo, estátuas da deusa-mãe Cybele e do Sol Invictus - este último sendo uma imagem do próprio imperador, contendo seus traços. Em tais gestos ecléticos e ecumênicos, a ênfase na unidade pode ser observada de novo. Em suma, a fé era para Constantino uma questão política. Qualquer fé que conduzisse à unidade era tratada com tolerância.

Embora Constantino não tenha sido o bom cristão retratado pela tradição posterior, ele consolidou, em nome da unidade e uniformidade, a condição do cristianismo ortodoxo. Em 325 d.C., por exemplo, convocou o Concílio de Nicea, onde foi estabelecida a data da Páscoa. Adotaram-se regras que definiam a autoridade dos bispos, o que preparou o caminho para uma concentração do poder

em mãos eclesiásticas. O mais importante de tudo é que o concílio de Nicea decidiu, por voto, que Jesus era um deus, e não um profeta mortal. Novamente, deve-se enfatizar que a consideração primordial de Constantino não era piedade, mas união e praticidade. Como um deus, Jesus podia ser associado convenientemente ao Sol Invictus. Como um profeta mortal ele seria muito mais difícil de acomodar. Em suma, a ortodoxia cristã se prestou a uma fusão politicamente desejável com a religião de Estado estabelecida. Ao fazê-lo, ganhou o apoio de Constantino.

Um ano após o Concílio de Nicea, Constantino sancionou o confisco e a destruição de todos os trabalhos que desafiavam os ensinamentos ortodoxos - trabalhos de autores pagãos que se referiam a Jesus, bem como trabalhos de "hereges" cristãos. Ele também providenciou uma renda fixa a ser alocada à Igreja e instalou o bispado de Roma no palácio Lateran. Em 331 d. C., comissionou e financiou novas cópias da Bíblia. Isto constituiu um dos fatores decisivos de toda a história do cristianismo e muniu a ortodoxia cristã - "os seguidores da mensagem" - de uma oportunidade sem paralelo.

Em 303 d.C., um quarto de século antes, o imperador pagão Diocleciano havia se empenhado em destruir todos os escritos cristãos que pudessem ser encontrados. Como conseqüência, os documentos cristãos - especialmente em Roma - haviam desaparecido. Quando Constantino encomendou novas versões desses documentos, isto possibilitou que os guardiães da ortodoxia revisassem, editassem e reescrevessem seu material como bem entendessem, de acordo com suas próprias doutrinas. A maior parte das alterações cruciais no Novo Testamento foi provavelmente feita nessa ocasião, e Jesus assumiu a condição única de que goza desde então. A importância da comissão de Constantino não deve ser subestimada. Das cinco mil versões manuscritas do Novo Testamento existentes, nenhuma antecede o século IV. O Novo Testamento, como ele existe hoje, é essencialmente um produto dos

editores e escritores do século IV - guardiães da ortodoxia, "seguidores da mensagem", com interesses a proteger.

Os Zelotes

O caminho da ortodoxia cristã depois de Constantino é bastante familiar e bem documentado. É desnecessário dizer que ele culminou no triunfo final dos "seguidores da mensagem". Mas se "a mensagem" se estabeleceu como um princípio guia e governante da civilização ocidental, isso não se fez sem questionamentos. Mesmo de seu exílio incógnito, as pretensões e a própria existência da família teriam exercido um apelo poderoso - apelo que, mais freqüentemente do que seria confortável, representou uma ameaça à ortodoxia de Roma.

A ortodoxia romana repousa essencialmente nos livros do Novo Testamento. Mas o Novo Testamento, em si, nada mais é do que uma seleção de antigos documentos cristãos datados do século IV. Inúmeros outros trabalhos antecedem o Novo Testamento em sua forma atual, e alguns deles lançam nova luz, freqüentemente controvertida, sobre as narrativas aceitas.

Existem, por exemplo, os vários livros excluídos da Bíblia, que compreendem a compilação hoje conhecida como *Apocrypha.* Alguns trabalhos do *Apocrypha* são reconhecidamente tardios, datados do século VI. Outros, contudo, já estavam em circulação no século II, e podem bem ter tanta pretensão à veracidade quanto os Evangelhos originais.

Um destes trabalhos é o Evangelho de Pedro, cuja primeira cópia foi localizada em um vale do Alto Nilo em 1886, embora ele seja mencionado pelo bispo de Antióquia em 180 d.C. De acordo com este Evangelho "apócrifo", José de Arimatéia era amigo íntimo de Pôncio Pilatos - o que, se for verdade, aumenta a probabilidade de uma crucificação fraudulenta. O Evangelho de Pedro também narra que a tumba onde Jesus foi enterrado situa-se em um local chamado

"o jardim de José". E as últimas palavras de Jesus na cruz são particularmente chocantes; "Meu poder, meu poder, por que me abandonastes?"

Um outro trabalho apócrifo interessante é o Evangelho sobre a infância de Jesus Cristo, que data do século II ou de antes. Jesus é retratado como uma criança brilhante e eminentemente humana. Muito humana, talvez - violenta, desobediente e predisposta a um exercício bastante temperamental de seus poderes. Em uma ocasião ele teria levado à morte outra criança que o havia ofendido, e um mentor autocrático teve destino semelhante. Esses incidentes são, sem dúvida, espúrios, mas revelam a maneira pela qual Jesus tinha que ser retratado, naquele tempo, se fosse destinado a atingir uma condição divina diante de seus seguidores.

Ao comportamento bastante escandaloso de Jesus quando criança adiciona-se um fragmento curioso e importante no Evangelho sobre sua infância. Quando Jesus foi circuncidado, seu prepúcio foi dado a uma velha mulher não identificada, que o preservou em uma caixa de alabastro utilizada para óleo de unção: "E foi esta caixa de alabastro que Maria a pecadora buscou e despejou o óleo sobre a cabeça e os pés de Nosso Senhor Jesus Cristo."

Aqui, então, segundo os Evangelhos aceitos, existe uma unção que é obviamente mais do que parece ser - uma unção equivalente a um importante ritual de iniciação. Mas nesse caso é evidente que a unção havia sido prevista e preparada com muita antecedência. E o incidente como um todo implica uma conexão - obscura e tortuosa - entre Madalena e a família de Jesus, muito antes de Jesus embarcar em sua missão aos trinta anos de idade. É razoável assumir que os pais de Jesus não teriam dado seu prepúcio a qualquer mulher que o pedisse, mesmo que este pedido não fosse estranho. Portanto, a velha mulher devia ser alguém importante e/ ou intimamente ligada aos pais de Jesus. E a posse posterior da estranha relíquia - ou, em todo caso, de seu invólucro - por Madalena sugere uma conexão entre ela e a velha mulher. Mais uma vez nos vimos confrontados

com a sombra de vestígios de alguma coisa que era mais importante do que geralmente se acreditava.

Algumas passagens dos livros do *Apocrypha* - os flagrantes excessos da infância de Jesus, por exemplo - eram indubitavelmente embaraçosos para a ortodoxia posterior. Certamente seriam embaraçosos para a maioria dos cristãos de hoje. Mas deve ser lembrado que os *Apocrypha,* assim como os livros aceitos do Novo Testamento, foram escritos pelos "seguidores da mensagem", com a intenção de endeusar Jesus. Não se pode esperar que o *Apocrypha* contenha algo seriamente comprometedor para a "mensagem" - e qualquer menção à atividade política de Jesus, e ainda mais às suas possíveis ambições políticas, seria comprometedora. A fim de buscar evidências sobre estes controvertidos assuntos, fomos obrigados a procurar em outras fontes.

Na Terra Santa do tempo de Jesus havia grande número de grupos judaicos diferentes, seitas e subseitas. Nos Evangelhos, somente dois deles, os fariseus e os saduceus, são citados, e ambos são retratados no papel de vilões. Mas tal papel só seria apropriado aos saduceus, que realmente colaboraram com a administração romana. Os fariseus mantinham uma oposição teimosa a Roma, e o próprio Jesus, se não era realmente um fariseu, agia essencialmente segundo a tradição dos fariseus.

A fim de cativar uma audiência romana, os Evangelhos foram obrigados a aliviar Roma e denegrir os judeus. Isto explica por que os fariseus tiveram que ser deliberadamente mal interpretados e estigmatizados, juntamente com seus compatriotas, os saduceus. Mas por que os Evangelhos não mencionam os zelotes, os militantes nacionalistas e revolucionários "lutadores pela liberdade", que seriam facilmente vistos como vilões por uma audiência romana? Não existe uma explicação para esta aparente omissão nos Evangelhos, a menos que Jesus fosse tão intimamente associado a eles que esta associação não pudesse ser mencionada só de passagem e passar despercebida. Como argumenta o professor Brandon: "O silêncio dos

Evangelhos sobre os zelotes (...) indica obviamente uma relação entre Jesus e esses patriotas, que os evangelistas preferiram não desvelar."

Qualquer que tenha sido a associação de Jesus com os zelotes, não há dúvida de que ele foi crucificado como sendo um deles. De fato, os dois homens supostamente crucificados com ele foram explicitamente descritos como *lestai,* nome pelo qual os zelotes eram conhecidos para os romanos. É improvável que o próprio Jesus fosse um zelote. Entretanto, ele revela nos Evangelhos, em estranhas ocasiões, um militarismo agressivo bastante comparável ao deles. Em uma famosa e estranha passagem, anuncia que veio "não para trazer a paz, mas a espada". No Evangelho de Lucas (22:36), instrui seus seguidores que não possuem espada a comprar uma; e, após a refeição do festival judeu, ele mesmo averigua, aprovando, que eles estão armados (Lucas 22:38). No quarto Evangelho, Pedro Simão está carregando uma espada quando Jesus é capturado. É difícil reconciliar tais referências com a imagem convencional de um salvador pacifista moderado. Um salvador deste tipo teria sancionado o porte de armas, particularmente por um de seus discípulos favoritos, aquele que supostamente fundaria sua igreja?

Se o próprio Jesus não era um zelote, os Evangelhos - talvez inadvertidamente - traem e estabelecem sua conexão com aquela facção militante. Existem evidências persuasivas de uma associação de Jesus com Barrabás; e Barrabás também é descrito como um *lestai.* João e Pedro Simão possuem denominações que insinuam obliquamente simpatia pelos zelotes, se não envolvimento com eles. Segundo autoridades modernas, Judas Iscariote deriva de "Judas o Sicarii" - e *sicarii* era um outro nome para zelote, assim como *lestai.* Na realidade, os *sicarii* parecem ter sido uma elite dentro das fileiras dos zelotes, um grupo de assassinos profissionais. Finalmente, há um discípulo conhecido como Simão. Na versão grega de Marcos, Simão é chamado *Kananaios,* tradução grega da palavra aramaica para zelote. Na Bíblia do rei James, a palavra

grega é mal traduzida e Simão aparece como "Simão, o Canaanita". Mas o Evangelho de Lucas não deixa margem a dúvida. Simão é claramente identificado como zelote, e até mesmo a Bíblia do rei James o introduz como "Simão Zelotes". Assim, parece indiscutível que Jesus contava com pelo menos um zelote entre seus seguidores.

Se a ausência - ou aparente ausência - dos zelotes nos Evangelhos é surpreendente, a dos essênios também o é. Na Terra Santa do tempo de Jesus, os essênios constituíam uma seita tão importante quanto a dos fariseus e dos saduceus, e é inconcebível que Jesus não tenha tido contato com eles. Segundo as narrativas, João Batista teria sido um essênio. A omissão de qualquer referência aos essênios parece ter sido ditada pelas mesmas considerações que ditaram a omissão de praticamente todas as referências aos zelotes. Em suma, as conexões de Jesus com os essênios, da mesma forma que suas conexões com os zelotes, eram provavelmente muito próximas e muito conhecidas para serem negadas. Foram, por isso, simplesmente contornadas e ocultadas.

Através de historiadores e cronistas que escreveram na época, sabe-se que os essênios mantinham comunidades em toda a Terra Santa e, possivelmente, também no exterior. Eles começaram a aparecer ao redor de 150 a.C. e usavam o Velho Testamento, que interpretavam mais como alegoria do que como verdade histórica literal. Repudiavam o judaísmo convencional em favor de uma forma de dualismo gnóstico que parece ter incorporado elementos da adoração do sol e do pensamento pitagórico. Praticavam curas e eram altamente considerados por sua habilidade com técnicas terapêuticas. Finalmente, eram ascetas rigorosos, diferenciando-se facilmente dos demais por sua vestimenta branca.

A maioria das autoridades no assunto modernas acredita que os famosos Manuscritos do Mar Morto, encontrados em Qumrãn, seriam documentos essencialmente essênios. E não existem dúvidas de que a seita de ascetas que vivia em Qumrãn tinha muito em

comum com o pensamento essênio. Da mesma forma que os ensinamentos essênios, os Manuscritos do Mar Morto refletem uma teologia dualista. Dão grande ênfase à vinda do Messias - o "consagrado" - descendente da linha de Davi. E aderem a um calendário especial, segundo o qual o culto do festival judeu era celebrado na quarta e não na sexta-feira o que coincide com o culto do festival no quarto Evangelho. Em vários aspectos importantes seus escritos coincidem, quase palavra por palavra, com alguns dos ensinamentos de Jesus. Jesus, no mínimo, conheceu a comunidade de Qumrãn e colocou seus próprios ensinamentos, pelo menos em parte, em concordância com os deles. Um especialista nos Manuscritos do Mar Morto moderno acredita que eles "adicionam razões para acreditar que muitos incidentes [do Novo Testamento] sejam meramente projeções, na história de Jesus, do que era esperado do Messias".

Sendo a seita Qumrãn tecnicamente essênia ou não, parece claro que Jesus - mesmo que não tenha recebido educação essênia formal - era bem versado em pensamento essênio. De fato, muitos de seus ensinamentos ecoam os atribuídos aos essênios. E sua habilidade para curar também sugere alguma influência essênia. Mas um escrutínio mais detalhado dos Evangelhos revela que os essênios podem ter influenciado de forma ainda mais significativa a carreira de Jesus.

Os essênios, como vimos, eram facilmente identificáveis por suas vestimentas brancas, menos comuns na Terra Santa do que geralmente se supõe a partir de pinturas ou do cinema. No Evangelho suprimido de Marcos, um hábito de linho branco representa um papel ritual importante, e isto reaparece mesmo na versão autorizada. Se Jesus conduzia uma escola de iniciações e mistérios em Betânia ou em outro local, o linho branco sugere que estas iniciações teriam tido caráter essênio. E ainda, o tema do hábito de linho branco reaparece depois em todos os quatro Evangelhos. Após a crucificação, o corpo de Jesus desaparece

"milagrosamente" da tumba, que é ocupada por pelo menos uma figura de branco. Em Mateus (28:3), trata-se de um anjo com uma "vestidura como a neve". Em Marcos (16:5) é "um mancebo vestido de roupas brancas". Lucas (24:4) registra que havia "dois homens vestidos de brilhantes roupas", enquanto o quarto Evangelho (João 20:12) fala de "dois anjos vestidos de branco". Em duas dessas narrativas a figura, ou figuras, na tumba não são imbuídas de uma condição sobrenatural. Presumivelmente, são figuras totalmente mortais - ainda assim, parece, desconhecidas dos discípulos. É razoável supor que se tratasse de essênios, suposição que se torna ainda mais credível quando se considera a aptidão dos essênios para curas. Se Jesus estava de fato vivo ao ser removido da cruz, os serviços de um curandeiro teriam sido certamente requeridos. Mesmo que ele estivesse morto, um curandeiro estaria provavelmente presente, ainda que fosse como última esperança. E os essênios eram os curandeiros mais bem considerados na Terra Santa da época.

Segundo nosso cenário, a crucificação de Jesus, realizada em terreno privado, foi uma farsa planejada por seus aliados e executada com a cumplicidade de Pilatos. Mais especificamente, ela teria sido arranjada não por "seguidores da mensagem", mas por "seguidores da linhagem" - em outras palavras, a família e/ou outros aristocratas e/ou membros do círculo mais íntimo. Estas pessoas podem bem ter mantido conexões com essênios ou terem sido, elas mesmas, essênias. O estratagema não teria sido divulgado entre os "seguidores da mensagem", ou seja, as fileiras de seguidores de Jesus comandados por Pedro Simão.

Ao ser carregado para a tumba de José de Arimatéia, Jesus teria requerido atenção médica. Por isso, um essênio estaria presente. E depois, quando a tumba foi encontrada vazia, um emissário teria sido novamente necessário - um emissário desconhecido dos discípulos das fileiras. Este emissário teria que tranqüilizar os "seguidores da mensagem", agir como intermediário entre Jesus e seus

seguidores e impedir acusações, contra os romanos, de roubo de túmulo ou de grave profanação, o que poderia provocar distúrbios civis perigosos.

Seja o cenário exato ou não, ficou bastante claro para nós que Jesus era estreitamente associado aos essênios e aos zelotes. Isto pode parecer estranho à primeira vista, pois os zelotes e os essênios são freqüentemente considerados incompatíveis. Os zelotes eram agressivos, violentos, militaristas, afeitos a assassinatos e terrorismo; os essênios, ao contrário, são freqüentemente descritos como divorciados dos assuntos políticos, calmos, pacifistas e gentis. Mas na verdade os zelotes incluíam numerosos essênios em suas fileiras, pois não eram uma seita, mas uma facção política. Como facção política, angariavam suporte não só dos fariseus anti-romanos, mas também dos essênios - que podiam ser tão agressivamente nacionalistas quanto qualquer um.

A associação entre os zelotes e os essênios é especialmente evidente nos escritos de Josephus, que forneceram muitas das informações disponíveis sobre a Palestina da época. José Ben Mathias nasceu da nobreza judaica em 37 d.C. Quando a revolta de 66 d.C. irrompeu, ele foi nomeado governador da Galiléia, onde assumiu o comando das forças alinhadas contra os romanos. Ele parece ter-se revelado inapto como comandante militar, sendo prontamente capturado pelo imperador romano Vespasiano. Traiu então sua causa, tornou-se cidadão romano, tomando o nome de Flavius Josephus, divorciou-se de sua mulher, casou-se com uma herdeira romana e aceitou ricos presentes do imperador romano - que incluíam um apartamento privado no palácio imperial, bem como as terras confiscadas dos judeus na Terra Santa. Pouco antes de sua morte, em 100 d.C., suas copiosas crônicas do período começaram a aparecer.

Em *A guerra judia,* Josephus oferece uma narrativa detalhada da revolta que ocorreu entre 66 d.C. e 74 d.C. Os historiadores posteriores aprenderam muito com ele sobre aquela desastrosa

insurreição, o saque de Jerusalém e a destruição do Templo. E o trabalho de Josephus também contém a única narrativa da queda, em 74 d.C., da fortaleza de Masada, situada no canto sudoeste do Mar Morto.

Assim como Montségur alguns 1.200 anos mais tarde, Masada chegou a simbolizar tenacidade, heroÍsmo e martírio na defesa de uma causa perdida. Assim como Montségur, ela continuou a resistir ao invasor durante muito tempo, depois de cessarem virtualmente todas as outras resistências organizadas. Enquanto o resto da Palestina caía sob o assalto romano, Masada continuava invulnerável. Finalmente, em 74 d.C., a posição da fortaleza se tornou insustentável. Depois de bombardeios com mecanismos pesados de cerco, os romanos instalaram uma rampa que lhes possibilitou quebrar as defesas. Na noite de 15 de abril, prepararam um assalto geral. Na mesma noite os 960 homens, mulheres e crianças dentro da fortaleza cometeram suicídio em massa. Na manhã seguinte, ao irromperem através do portão, os romanos só encontraram cadáveres entre as chamas.

O próprio Josephus acompanhou as tropas romanas que adentraram Masada na manhã de 16 de abril. Afirma ter testemunhado pessoalmente a carnificina. E afirma ter entrevistado três sobreviventes do desastre - uma mulher e duas crianças que supostamente se esconderam nos condutos sob a fortaleza, enquanto o restante das pessoas se matavam. Josephus relata que obteve desses sobreviventes uma narrativa detalhada do que acontecera na noite anterior. Segundo essa narrativa, o comandante da tropa era um homem chamado Eleazar interessantemente, uma variação de Lázaro. E parece ter sido Eleazar quem, por sua eloqüência persuasiva e carismática, levou os defensores à sombria decisão. Em sua crônica Josephus repete as interessantes falas de Eleazar, como afirma ter ouvido dos sobreviventes. A história registra que Masada era defendida por militantes zelotes, e o próprio Josephus usa as palavras zelote e sicarii alternativamente. Ainda

assim, as falas de Eleazar não são convencionalmente judaicas. Ao contrário, elas são sem dúvida essênias, gnósticas e dualistas.

Desde que o homem primitivo começou a pensar, as palavras de nossos ancestrais e dos deuses, apoiadas pelas ações e pelo espírito de nossos antepassados, têm constantemente impresso em nós que a vida, não a morte, é a calamidade para o homem. A morte libera nossas almas e as deixa partir para seu próprio lar puro, onde desconhecem qualquer calamidade; mas enquanto elas estão confinadas em um corpo mortal e partilham de suas misérias, na verdade estão mortas. Pois a associação do divino com o mortal é a mais impura. Certamente, mesmo aprisionada ao corpo, a alma pode fazer muito: faz do corpo seu próprio órgão dos sentidos, movendo-o invisivelmente e impelindo-o em suas ações além do que pode atingir a natureza mortal. Mas quando liberada do peso que a arrasta à terra e suspensa acima dele, a alma retorna ao seu próprio lugar, e então em verdade partilha de um poder abençoado e de uma força verdadeiramente desacorrentada, permanecendo tão invisível aos olhos humanos quanto aos olhos do próprio Deus. Nem mesmo quando ela está no corpo pode ser vista; ela entra incógnita e parte desapercebida, possuindo ela própria uma natureza indestrutível, mas causando mudança no corpo; pois o que quer que a alma toque, revive, desabrochando; e o que quer que ela deserte, fenece e morre, tal a superabundância que ela tem de imortalidade.

E novamente:

São homens de verdadeira coragem aqueles que, considerando sua vida um tipo de serviço que devemos render à natureza, submetem-se sem relutância e se apressam em liberar suas almas de seus corpos; e embora nenhuma desgraça os pressione ou os expulse, o desejo da vida imortal os impele a informar seus amigos que eles partirão.

É extraordinário que nenhum estudioso, até onde sabemos, jamais tenha comentado estas falas, que levantam uma série de perguntas provocantes. Por exemplo, o judaísmo ortodoxo jamais fala de uma alma, e menos ainda de sua natureza imortal ou indestrutível. Na verdade, o próprio conceito de alma e de imortalidade é estranho à corrente principal da tradição e do pensamento judaicos. Da mesma forma o são a supremacia do espírito sobre a matéria, a união com Deus na morte e a condenação da vida como má. Estas atitudes derivam, inequivocamente, de uma tradição de ocultismo. São flagrantemente gnósticas e dualistas. No contexto de Masada, são caracteristicamente essênias.

É claro que algumas dessas atitudes podem também ser descritas como, de certo modo, cristãs. Não necessariamente na forma como esta palavra veio a ser definida depois, mas como ela pode ter sido aplicada aos seguidores originais de Jesus - aqueles, por exemplo, que no quarto Evangelho desejavam se juntar a Lázaro na morte. É possível que os defensores de Masada incluíssem alguns seguidores da linhagem de Jesus. Durante a revolta de 66-74 d.C. numerosos "cristãos" lutaram tão vigorosamente quanto os judeus contra os romanos. Muitos zelotes, na realidade, poderiam ser chamados hoje de "primeiros cristãos". E é bastante provável que houvesse alguns deles em Masada.

Josephus, certamente, não sugere nada disso - e se o tivesse sugerido, isto teria sido eliminado por editores subseqüentes. Ao mesmo tempo, seria de se esperar que Josephus, ao escrever a história da Palestina durante o século I, fizesse alguma referência a Jesus. Muitas edições posteriores do trabalho de Josephus contêm tais referências. Mas elas moldam um Jesus adequado à ortodoxia estabelecida, e a maioria dos estudiosos modernos as desprezam como interpolações espúrias, criadas no tempo de Constantino. No século XIX, no entanto, foi descoberta na Rússia uma edição de Josephus que difere de todas as outras. O texto em si, traduzido para

o antigo russo, data de aproximadamente 1261. O homem que o transcreveu certamente não era um judeu ortodoxo, pois manteve muitas alusões "pró-cristãs". Mas Jesus, nesta versão de Josephus, é descrito como humano, como um revolucionário político e como um "rei que não reinou". Ele também teria "uma linha no meio de sua cabeça, ao modo dos nazarenos".

Os pesquisadores têm gasto muito papel e energia discutindo a possível autenticidade do que hoje é chamado "Josephus Eslavônico". Ao considerar todas as evidências, ficamos inclinados a considerá-lo mais ou menos genuíno - uma transcrição de uma cópia ou de cópias de Josephus, que sobreviveu à destruição de documentos cristãos por Dioclécio e escapou do zelo editorial da ortodoxia restabelecida sob Constantino. Existem várias razões convincentes para nossa conclusão. Se o Josephus Eslavônico foi uma falsificação, por exemplo, a quais interesses ela teria servido? Sua descrição de Jesus como um rei não teria sido aceita por uma audiência judia do século XIII. E sua descrição de Jesus como humano não teria agradado a cristandade do século XIII. Além disso, Origen, um padre da Igreja que escreveu no início do século III, refere-se a uma versão de Josephus que nega a qualidade de Messias em Jesus. Esta versão - que talvez seja a original, autêntica e *standard* - pode ter fornecido o texto para o Josephus Eslavônico.

Os Escritos Gnósticos

A revolta de 66-74 d.C. foi seguida de uma segunda insurreição importante cerca de sessenta anos depois, entre 132 e 135 d.C. como conseqüência desse novo distúrbio, todos os judeus foram oficialmente expulsos de Jerusalém, que se tornou uma cidade romana. Mas, mesmo durante a primeira revolta, a história tinha começado a jogar um véu sobre os eventos da Terra Santa. Praticamente não aparecem registros nos duzentos anos seguintes. O período não é diferente daquele da Europa em vários momentos

da chamada Idade das Trevas. Entretanto, sabe-se que muitos judeus permaneceram no país, embora fora de Jerusalém. E também muitos cristãos. E houve até mesmo uma seita de judeus, chamada ebionita, que, ao mesmo tempo que aderia à sua crença, reverenciava Jesus como um profeta - mas um profeta mortal.

Entretanto, os verdadeiros espíritos do judaísmo e do cristianismo partiram da Terra Santa. A maioria da população judia da Palestina se dispersou numa diáspora como aquela que havia ocorrido cerca de setecentos anos antes, quando Jerusalém caiu sob os babilônios. E o cristianismo, de modo similar, começou a migrar pelo globo - para a Ásia Menor, Grécia, Roma, Gália, Grã-Bretanha, Norte da África. Como seria de se esperar, narrativas conflitantes do que aconteceu em (ou cerca de) 33 d.C. começaram a surgir em todo o mundo civilizado. E, a despeito dos esforços de Clemente de Alexandria, Irenaeus e seus adeptos, essas narrativas - oficialmente rotuladas de heresias continuaram a florescer. Algumas derivavam, indubitavelmente, de algum tipo de conhecimento de primeira mão, preservado por judeus devotos e por grupos como os dos ebionitas, judeus convertidos a uma ou outra forma de cristianismo. Outras narrativas são flagrantemente baseadas em lendas, rumores, em uma mistura de crenças correntes - tais como as tradições de mistério egípcias, helenísticas e mitraicas. Quaisquer que fossem suas fontes específicas, elas causavam desassossego aos "seguidores da mensagem", a ortodoxia aglutinante que ambicionava consolidar sua posição. O conhecimento moderno sobre essas heresias deriva amplamente dos ataques de seus oponentes, o que, é claro, distorce o quadro, como ocorreria se alguém montasse um quadro da Resistência Francesa tendo como únicas fontes os documentos da Gestapo. Entretanto, em geral, Jesus parece ter sido visto pelos primeiros "hereges" de duas formas diferentes. Para alguns, era um deus com poucos atributos humanos, se é que os possuía; para outros, era um profeta normal, no fundo semelhante a, digamos, Buda - ou, um milênio depois, Maomé.

Entre os mais importantes dos primeiros hereges estava Valentinus, nativo de Alexandria, que passou a última parte de sua vida (136-165 d.C.) em Roma. Extremamente influente em sua época, Valentinus contava com homens como Ptolomeu entre seus seguidores. Declarando que possuía um corpo de "ensinamentos secretos" de Jesus, ele recusava submeter-se à autoridade romana, afirmando que a *gnose* tinha precedência sobre qualquer hierarquia externa. Previsivelmente, Valentinus e seus aderentes estavam entre os alvos mais visados pela ira de Irenaeus.

Outro alvo era Marcion, um rico magnata da navegação e bispo, que chegou a Roma ao redor de 140 d.C. e foi excomungado quatro anos depois. Marcion fazia uma distinção radical entre lei e amor, que ele associava com o Velho e o Novo Testamentos, respectivamente; algumas destas idéias marcionitas emergiram mil anos depois em trabalhos como *Perlesvaus.* Marcion foi o primeiro escritor a compilar uma lista canônica de livros bíblicos, que excluía totalmente o Velho Testamento. Em resposta direta a Marcion, Irenaeus compilou sua lista canônica, que forneceu a base para a Bíblia como a conhecemos hoje.

O terceiro maior herege do período - e, em muitos aspectos, o mais intrigante - foi Basilides, um intelectual de Alexandria que escreveu entre 120 e 130 d.C. Versado tanto em escrituras hebréias quanto em Evangelhos cristãos, ele também mergulhava no pensamento egípcio e helenístico. Teria escrito nada menos que 24 comentários sobre os Evangelhos e, segundo Irenaeus, promulgou a mais odiosa heresia. Basilides afirmou que a crucificação foi uma farsa, que Jesus não morreu na cruz, e que um substituto - Simão de Cyrene - tomou seu lugar. Tal afirmação pareceria estranha, mas se revelou persistente e tenaz. Até o século VII o Alcorão mantinha precisamente o mesmo argumento: um substituto, tradicionalmente Simão de Cyrene, tomara o lugar de Jesus na cruz. E o mesmo argumento foi levantado pelo padre de quem recebemos a misteriosa

carta discutida no capítulo 1, a carta que aludia a uma "prova incontestável" de uma substituição.

Se houve uma região onde os primeiros hereges estavam mais entrincheirados, esta região era o Egito, e mais especificamente Alexandria - a cidade mais educada e cosmopolita do mundo na época, a segunda maior cidade do Império Romano e repositório de uma assutadora variedade de crenças, ensinamentos e tradições. No irromper das duas revoltas na Judéia, o Egito revelou-se o refúgio mais acessível tanto para judeus quanto para cristãos. Muitos deles se dirigiram para Alexandria. Assim, não é de se surpreender que o Egito tenha produzido a evidência mais convincente de apoio à nossa hipótese: os chamados Evangelhos Gnósticos ou, mais precisamente, os Manuscritos Nag Hammadi.

Em dezembro de 1945, um camponês egípcio, cavando a fim de obter um solo macio e fértil próximo da cidade de Nag Hammadi, no Alto Egito, exumou um jarro de cerâmica vermelha. Este continha treze documentos - livros de papiro ou manuscritos - encapados em couro. Ignorando a magnitude de sua descoberta, o camponês e sua família utilizaram alguns dos documentos para acender seu fogo. Mas o restante atraiu a atenção de especialistas; e um deles, contrabandeado para fora do Egito, foi oferecido no mercado negro. Parte deste documento, que foi adquirido pela fundação C.G. Jung, continha o agora famoso Evangelho de Tomás.

Neste meio tempo, em 1952, o governo egípcio nacionalizou o restante da coleção Nag Hammadi. Só em 1961, entretanto, um grupo internacional de especialistas se reuniu para copiar e traduzir o material como um todo. Em 1972 apareceu o primeiro volume da edição fotográfica. E em 1977 a coleção inteira apareceu em tradução inglesa pela primeira vez.

Os Manuscritos Nag Hammadi são uma coleção de textos bíblicos, essencialmente gnósticos, que datam, aparentemente, do final do século IV ou início do século V - ou cerca de 400 d.C. Os manuscritos são cópias, e os originais a partir dos quais eles foram

copiados datam de muito antes. Alguns deles - o Evangelho de Tomás, por exemplo, o Evangelho da Verdade e o Evangelho dos Egípcios - são mencionados pelos primeiros padres da Igreja, tais como Clemente de Alexandria, Irenaeus e Origen. Os pesquisadores modernos estabeleceram que alguns manuscritos, ou a maioria deles, datam de no máximo 150 d.C. E pelo menos um pode incluir material ainda mais velho do que os quatro Evangelhos do Novo Testamento que conhecemos.

Considerado como um todo, a coleção Nag Hammadi constitui um repositório valioso de documentos cristãos iniciais - alguns dos quais podem ter uma autoridade igual àquela dos Evangelhos. Além do mais, alguns documentos podem ser considerados possuidores de uma veracidade própria, singular. Em primeiro lugar, eles escaparam à censura e revisão da ortodoxia romana. Em segundo lugar, foram originalmente escritos para uma audiência egípcia, não romana, e desta forma não são distorcidos ou adaptados aos ouvidos romanos. Finalmente, eles podem se basear em fontes de primeira mão e/ ou testemunhas oculares - narrativas orais de judeus que fugiram da Terra Santa, por exemplo, talvez até mesmo conhecidos ou seguidores de Jesus, que contariam sua história com uma fidelidade histórica que os Evangelhos não puderam reter.

Como seria de se esperar, os Manuscritos Nag Hammadi contêm muitas passagens antagônicas à ortodoxia e aos "seguidores da mensagem". Em um documento, por exemplo, chamado *Segundo Tratado do Grande Seth,* Jesus é descrito precisamente como ele aparece na heresia de Basilides - escapando à morte na cruz através de uma engenhosa substituição. No extrato seguinte, Jesus fala na primeira pessoa:

Eu não sucumbi como eles planejaram (...) E eu não morri na realidade mas em aparência, para não ser humilhado por eles (...) Pois minha morte que eles pensam ter acontecido (aconteceu) a eles em seu erro e cegueira, uma vez que eles pregaram o homem deles na morte deles (...) Foi outro, o pai deles, que bebeu a bile e o

vinagre; não eu. Eles me atingiram com a lança; foi outro, Simão, que carregou a cruz nos ombros. Foi outro sobre quem eles colocaram a coroa de espinhos (...) E eu ri da ignorância deles.

Alguns outros trabalhos da coleção Nag Hammapi testemunham uma rixa entre Pedro e Madalena que poderia refletir um cisma entre os "seguidores da mensagem" e os "seguidores da linhagem". No Evangelho de Maria, Pedro se dirige a Madalena como se segue: "Irmã, nós sabemos que o Salvador te amou mais que as outras mulheres. Conte-nos as palavras do Salvador de que tu te lembras - que tu conheces mas nós não." Indignado, Pedro pergunta aos outros discípulos: "Ele realmente falou em particular para uma mulher e não abertamente para nós? Devemos nós todos dar a volta e escutá-la? Ele a preferiu a nós?" Mais tarde, um dos discípulos responde a Pedro: "O Salvador certamente a conhece muito bem. Por isso ele a amou mais que a nós."
No Evangelho de Filipe as razões para esta rixa parecem óbvias. Existe, por exemplo, uma ênfase recorrente na imagem de uma câmara nupcial. Segundo este Evangelho, "o Senhor fez tudo misteriosamente, um batismo e uma crisma e uma eucaristia e uma redenção em uma câmara nupcial." Essa câmara, à primeira vista, poderia ser simbólica ou alegórica. Mas o Evangelho de Filipe é mais explícito: "Existem três que sempre caminharam com o Senhor: Maria sua mãe e sua irmã e Madalena, chamada sua companheira." Segundo um pesquisador, a palavra "companheira" deve ser traduzida por esposa. Certamente, existem razões para fazê-lo, pois o Evangelho de Filipe se torna ainda mais explícito:

E a companheira do Salvador é Maria Madalena. Mas Cristo a amava mais que a todos os seus discípulos e a beijava na boca freqüentemente. O restante dos discípulos ficavam ofendidos com isso e expressavam sua desaprovação. Eles lhe disseram: "Por que

a amas mais que a todos nós?" O Salvador respondeu e lhes disse: "Por que eu não te amo como a ela?"

O Evangelho de Filipe explicita o assunto: "Não temas a carne nem a ames. Se a temes, ela ganha autoridade sobre ti. Se a amas, ela te engolirá e paralisará. Em outro ponto, esta elaboração é traduzida em termos concretos: "Grande é o mistério do casamento! Pois sem ele o mundo não teria existido. Agora a existência do mundo depende do homem, e a existência do homem, do casamento". E no final do Evangelho de Filipe há a seguinte declaração: "Existe o Filho do homem e o filho do Filho do homem. O Senhor é o Filho do homem, e o filho do Filho do homem é aquele que é criado através do Filho do homem".

XIV
A DINASTIA DO CÁLICE

A luz dos manuscritos Nag Hammadi, a possibilidade de uma linhagem sanguínea descendente de Jesus nos pareceu mais plausível. Alguns dos chamados Evangelhos Gnósticos eram potencialmente tão verdadeiros e autênticos quanto os livros do Novo Testamento. Como conseqüência, os fatos que eles, explícita ou implicitamente, testemunharam - um substituto na cruz, uma disputa entre Pedro e Madalena, um casamento entre Madalena e Jesus, o nascimento de um "filho do Filho do homem" - não podiam ser desprezados, por mais controvertidos que fossem. Estávamos lidando com história, não com teologia. E a história, no tempo de Jesus, não era menos complexa, multifacetada e orientada para o pragmatismo do que é hoje.
A rixa entre Pedro e Madalena, nos Manuscritos Nag Hammadi, aparentemente testemunham o conflito que havíamos incluído em nossa hipótese, o conflito entre os "seguidores da mensagem" e os "seguidores da linhagem". Os primeiros finalmente emergiram

vitoriosos e moldaram o curso da civilização ocidental. Graças ao monopólio que passaram a ter, de forma crescente, sobre o conhecimento, a comunicação e a documentação, restaram poucas evidências de que a família de Jesus um dia existiu. Menos ainda restou para estabelecer uma ligação entre a família e a dinastia merovíngia.

Isto não quer dizer que os "seguidores da mensagem" tenham feito sempre exatamente o que queriam fazer. Se os dois primeiros séculos da história cristã foram contaminados por heresias não reprimidas, os séculos que se seguiram o foram ainda mais. Enquanto a ortodoxia se consolidava - teologicamente sob Irenaeus, politicamente sob Constantino - as heresias continuaram a proliferar em uma escala sem precedentes.

Por mais que diferissem em detalhes teológicos, as heresias mais importantes partilhavam fatores cruciais. A maior parte delas era essencialmente gnóstica ou influenciada pelo gnosticismo. Elas repudiavam a estrutura hierárquica de Roma e exaltavam a supremacia da iluminação pessoal sobre a fé. A maioria delas era também, de um modo ou de outro, dualista e considerava o bem e o mal mais como assuntos de importância cósmica do que como problemas éticos pertencentes a este mundo. Finalmente, a maior parte delas considerava Jesus mortal, nascido através de um processo natural de concepção - um profeta, inspirado divinamente talvez, mas não intrinsecamente divino, que podia ou não ter morrido na cruz. Em sua ênfase na humanidade de Jesus, muitas das heresias se referiam à augusta autoridade de São Paulo, que em Romanos (1:3) falava de "Jesus Cristo Nosso Senhor, que foi feito da linhagem de Davi, segundo a carne".

Talvez a heresia mais famosa e profundamente radical tenha sido o maniqueísmo, essencialmente uma fusão do cristianismo gnóstico com partes das tradições zoroastriana e mitraica. Ele foi fundado por um homem chamado Mani, que nasceu perto de Bagdá em 214 d.C., de uma família relacionada com a casa real persa. Quando jovem,

Mani foi introduzido por seu pai em uma seita mística - provavelmente gnóstica - que enfatizava a ascese e o celibato, praticava o batismo e usava roupas brancas. Por volta do ano 240, Mani começou a propagar seus próprios ensinamentos e, como Jesus, ficou famoso por suas curas espirituais e seus exorcismos. Seus seguidores o proclamaram "o novo Jesus" e até mesmo lhe atribuíram um nascimento a partir de uma virgem - um pré-requisito para deidades na época. Ele também foi chamado salvador, apóstolo, iluminador, senhor, levantador dos mortos, piloto e navegador. As duas últimas designações são especialmente sugestivas, pois podem ser substituídas por *Nautonnier,* o título oficial assumido pelo grão-mestre do Monastério do Sinai.

Segundo historiadores árabes posteriores, Mani produziu muitos livros, nos quais afirmava revelar segredos que Jesus havia mencionado de forma obscura e oblíqua. Ele considerava Zaratustra, Buda e Jesus como seus predecessores e declarava que havia recebido a mesma iluminação que eles, da mesma fonte. Seus ensinamentos consistiam de um dualismo gnóstico casado com um edifício cosmológico imponente e elaborado. Perpassando tudo havia o conflito universal entre luz e escuridão, e o mais importante campo de batalha para estes dois princípios opostos era a alma humana. Da mesma forma que os cátaros, Mani defendia a doutrina da reencarnação. Também como os cátaros, insistia numa classe de iniciados, "um eleito iluminado". Referia-se a Jesus como o "filho da viúva", uma frase apropriada depois pela maçonaria. Ao mesmo tempo, declarava Jesus mortal - ou, se divino, somente em um sentido simbólico ou metafórico, em virtude da iluminação. E Mani, como Basilides, sustentava que Jesus não morrera na cruz, mas fora substituído por alguém.

Em 276 d.C., por ordem do rei, Mani foi aprisionado, torturado até a morte, escalpelado e decapitado. Talvez para impedir a ressurreição, seu corpo mutilado foi colocado à mostra para o público. Mas seus ensinamentos ganharam ímpeto com o martírio. Santo Agostinho foi

um dos seus seguidores, pelo menos por algum tempo. O maniqueísmo se espalhou com extraordinária rapidez através do mundo cristão. A despeito das tentativas ferozes de suprimi-lo, conseguiu sobreviver para influenciar estudiosos posteriores e persistir até os dias atuais. Na Espanha e no sul da França as escolas maniqueístas foram particularmente ativas. Na época das Cruzadas estas escolas forjaram ligações com outras seitas maniqueístas da Itália e da Bulgária. Hoje parece improvável que os cátaros tenham sido fruto dos bogomil búlgaros; as pesquisas mais recentes sugerem que eles surgiram das escolas maniqueístas estabelecidas anteriormente na França. Em todo caso, a Cruzada Albigense foi essencialmente uma Cruzada contra o maniqueísmo. E, apesar dos reiterados esforços de Roma, a palavra "maniqueísmo" sobreviveu, com suas derivações, para tornar-se parte de nossa língua e nosso vocabulário.

Além do maniqueísmo houve, é claro, numerosas outras heresias. De todas elas, a heresia de Arius representou a maior ameaça à doutrina ortodoxa cristã durante os primeiros mil anos de sua história. Arius foi um presbítero em Alexandria por volta de 318, tendo morrido em 335. Sua disputa com a ortodoxia era bastante simples e se baseava em uma única premissa: Jesus era completamente mortal, não era divino, e não era mais que um professor inspirado.

Ao postular um único onipotente e supremo Deus - um Deus que não encarnou, não sofreu humilhação e morte nas mãos de sua criação - Arius embebeu o cristianismo de uma moldura essencialmente judaica. Residente em Alexandria, com efeito, ele bem pode ter sido influenciado pelos ensinamentos judaicos, como os dos ebionitas. Ao mesmo tempo, o deus supremo do arianismo tinha um campo favorável no Ocidente. Como o cristianismo adquirira um poder secular crescente, tal deus se tornou cada vez mais atraente. Reis e potentados podiam se identificar mais facilmente com um Deus do que com uma deidade frágil e passiva que se submetera sem resistência ao martírio e se omitira do contato com o mundo.

Embora o arianismo tenha sido condenado no Concílio de Nicea em 325, Constantino havia sido sempre simpático a ele e se tornou ainda mais no final de sua vida. Com sua morte, Constâncio, seu filho, e sucessor, tornou-se ostensivamente ariano; e sob a égide deste foram organizados concílios que determinaram o exílio dos líderes da Igreja Ortodoxa. Por volta de 360 o arianismo havia deslocado o cristianismo romano. Embora ele tenha sido novamente condenado em 381, continuou a crescer e a ganhar adeptos. Quando os merovíngios ganharam o poder no século V, praticamente todos os bispados da cristandade eram arianos ou estavam vagos.

Os godos estavam entre os mais fervorosos devotos do arianismo, ao qual se haviam convertido a partir do paganismo, durante o século IV. Os suevis, os lombardos, os alanos, os vândalos, os burgundianos e os ostrogodos eram todos arianos. Da mesma forma o eram os visigodos que, ao saquearem Roma em 480, pouparam as igrejas cristãs. Se os primeiros merovíngios, anteriores a Clóvis, eram receptivos ao cristianismo, tratava-se do cristianismo ariano de seus vizinhos, os visigodos e os burgundianos. Sob os auspícios dos visigodos, o arianismo tornou-se a forma dominante do cristianismo na Espanha, nos Pirineus e no que é hoje o sul da França. Se a família de Jesus realmente encontrou refúgio na Gália, seus senhores, por volta do século V, eram os visigodos arianos. Sob regime ariano, a família provavelmente não teria sido perseguida. É provável que ela tenha sido bem considerada e tenha se ligado,via casamentos, à nobreza visigoda, antes de se ligar aos francos para produzir a linhagem merovíngia. Com o patrocínio e a proteção dos visigodos, ela teria se mantido segura contra todas as ameaças de Roma. Assim, não é de se surpreender que nomes evidentemente semitas - Bera, por exemplo - ocorram na aristocracia e na nobreza visigodas. Dagobert II casou-se com uma princesa visigoda cujo pai se chamava Bera. O nome Bera aparece repetidamente na genealogia visigoda-merovíngia descendente de Dagobert II e Sigisbert IV.

A Igreja Romana teria declarado que o filho de Dagobert se convertera ao arianismo, e isto não teria sido extraordinário. Apesar do pacto entre a Igreja e Clóvis, os merovíngios sempre haviam sido simpatizantes do arianismo. Um dos netos de Clóvis, Chilperic, não fazia segredo de suas tendências arianas.

Se o arianismo não foi inimigo do judaísmo, tampouco o foi do islamismo, que despontou meteoricamente no século VII. A imagem ariana de Jesus não discordava daquela do Alcorão. Jesus é mencionado no Alcorão mais de 35 vezes, sob uma variedade de denominações impressionante, incluindo Mensageiro de Deus e Messias. Mas em nenhum ponto ele é considerado algo além de um profeta mortal, um antecessor de Maomé e porta-voz de um único Deus supremo. Da mesma forma que Basilides e Mani, o Alcorão afirma que Jesus não morreu na cruz: "Eles não o mataram, nem o crucificaram, mas eles pensaram tê-lo feito." O Alcorão não explicita esta afirmação ambígua, mas comentaristas muçulmanos, sim. De acordo com a maioria deles, houve um substituto, tido geralmente, embora nem sempre, como sendo Simão de Cyrene. Alguns escritores muçulmanos descrevem Jesus se escondendo em um nicho de uma parede e assistindo à crucificação de um *doublé* - o que harmoniza com o fragmento já citado dos Manuscritos Nag Hammadi.

O Judaísmo e os Merovíngios

Vale a pena ressaltar a tenacidade com a qual a maioria das heresias, e especialmente o arianismo, insistiu na mortalidade e humanidade de Jesus, mesmo diante da mais vigorosa perseguição. Não encontramos, entretanto, qualquer indicação de que eles possuíssem um conhecimento de primeira mão das premissas às quais aderiam de forma tão persistente. E havia ainda menos evidências, afora os Manuscritos Nag Hammadi, que sugerissem o conhecimento de uma possível linhagem. É possível, é claro, que

alguns documentos existissem - documentos semelhantes aos Manuscritos Nag Hammadi, talvez até genealogias e arquivos. A própria violência da perseguição romana poderia bem sugerir um medo de tal evidência e um desejo de assegurar que ela nunca viesse à luz.

As heresias, então, nos forneciam uma confirmação não decisiva de uma conexão entre a família de Jesus e os merovíngios, que apareceram no cenário mundial uns quatro séculos depois. Para confirmar isto, fomos obrigados a procurar alhures - e voltamos aos merovíngios. As evidências pareciam escassas à primeira vista. Já havíamos considerado o nascimento lendário de Mérovée, por exemplo - filho de dois pais, um dos quais seria uma misteriosa figura aquática de além-mar - e havíamos adivinhado que esta fábula curiosa podia representar a intenção de refletir e ocultar uma aliança dinástica ou casamento. O simbolismo do peixe era sugestivo, mas não conclusivo. Da mesma forma, o pacto posterior entre Clóvis e a Igreja Romana fazia mais sentido à luz do nosso cenário; mas o pacto em si não constituía uma evidência concreta. E embora o sangue real merovíngio fosse considerado de natureza sagrada, milagrosa e divina, não estava explícito em nenhum lugar que esse sangue era, na realidade, o de Jesus.

Na ausência de um testemunho decisivo ou conclusivo, tivemos que proceder com cuidado, avaliando fragmentos de evidências circunstanciais e tentando reunir estes fragmentos em um quadro coerente. Primeiro, tivemos que determinar se houve influências apenas judaicas nos merovíngios.

Os reis merovíngios não parecem ter sido anti-semitas. Ao contrário, parecem ter sido não só tolerantes com os judeus, mas simpatizantes com os que havia em seus territórios - apesar dos protestos reiterados da Igreja Romana. Casamentos mistos eram freqüentes. Muitos judeus, especialmente no sul, possuíam grandes lotes de terras, escravos e serventes cristãos. E muitos atuavam como magistrados e administradores de alto escalão para seus

senhores merovíngios. Em geral, a atitude dos merovíngios em relação ao judaísmo parece ter sido sem paralelo na história ocidental anterior à reforma luterana.

Os próprios merovíngios acreditavam que seu poder milagroso era devido, em grande parte, aos seus cabelos, que eram proibidos de cortar. Sua posição quanto a este assunto era idêntica àquela dos nazoritas no Velho Testamento, dos quais Sansão era um membro. Existem muitas evidências que sugerem que Jesus também era um nazorita. Segundo os primeiros escritores da Igreja e também os estudiosos modernos, seu irmão, São Jonas, certamente o era.

Na casa real merovíngia, e nas famílias a ela ligadas, havia um número surpreendente de nomes judeus. Um irmão do rei Clotaire II**,** por exemplo, era chamado Sansão. Depois, um certo Miron "o Levita" foi conde de Bésalou e bispo de Gerona. Um conde de Roussilon era chamado Salomão, e outro Salomão tornou-se rei da Grã-Bretanha. Houve um abade Elisachar, uma variante de Eleazar e de Lazarus. E o próprio nome Mérovée pode ter origem no Oriente Médio.

Nomes judaicos se tornaram cada vez mais proeminentes através de casamentos dinásticos entre merovíngios e visigodos. Tais nomes figuram na nobreza e na realeza visigodas; e é possível que muitas das chamadas famílias "visigodas" fossem, na realidade, judaicas. Esta possibilidade ganha mais crédito a partir do fato de que cronistas freqüentemente usavam as palavras "godo" e "judeu" intercaladamente. O sul da França e as bordas da Espanha - a região conhecida como Septimania nas épocas merovíngia e carolíngia - abrigavam uma população judia extremamente grande. Esta região também era conhecida como Gothie ou Gothia, e seus habitantes judeus eram freqüentemente chamados *goths* - um erro que, em algumas ocasiões, pode ter sido deliberado. Por causa dele, os judeus não podiam ser identificados como tal, salvo talvez pelos nomes de família específicos. O sogro de Dagobert era chamado

Bera, um nome semita. E a irmã de Bera era casada com um membro de uma família chamada Levy.
Nomes e uma atitude mística em relação aos próprios cabelos não eram bases sólidas para se estabelecer uma conexão entre os merovíngios e o judaísmo. Mas havia outros fragmentos de evidência mais persuasivos. Os merovíngios eram a dinastia real dos francos, uma tribo teutônica que aderia à lei tribal teutônica. No final do século V esta lei, codificada e redigida dentro de uma moldura romana, tornou-se conhecida como Lei Sálica. Em suas origens, entretanto, a Lei Sálica era em última instância uma lei tribal teutônica que precedeu o advento do cristianismo romano na Europa Ocidental. Durante os séculos que se seguiram ela continuou a se impor, em oposição à lei eclesiástica promulgada por Roma. Durante a Idade Média ela era a lei secular oficial do Sacro Império Romano. Até a Reforma luterana os camponeses alemães e os cavaleiros, descontentes com a Igreja, acusavam-na de desrespeitar a tradicional Lei Sálica.
Toda uma seção da Lei Sálica - Título 45, *De Migrantibus* - tem intrigado pesquisadores e comentaristas, e tem sido a fonte de um incessante debate. Trata-se da complicada seção que define as circunstâncias nas quais pessoas itinerantes podem estabelecer residência e receber a condição de cidadãos. Curiosamente, ela não é de origem teutônica, e escritores têm sido conduzidos a postular hipóteses estranhas para explicar sua inclusão na Lei Sálica. Recentemente se descobriu que esta seção do código sálico deriva diretamente da lei judaica. Mais especificamente, sua origem pode ser traçada até uma seção do Talmud. Assim, pode-se dizer que a Lei Sálica, pelo menos em parte, deriva diretamente da lei judaica tradicional. E isto sugere que os merovíngios - sob os auspícios dos quais a Lei Sálica foi codificada eram não somente versados na lei judaica como tinham acesso a textos judaicos.

O Principado em Septimania

Tais fragmentos eram provocantes, mas angariavam um suporte muito tênue para nossa hipótese de que uma linhagem descendente de Jesus existiu no sul da França, de que esta linhagem se cruzou com a merovíngia e de que, como conseqüência, os merovíngios eram parcialmente judeus. A época merovíngia não nos forneceu qualquer evidência conclusiva, mas a época seguinte o fez. Nossa hipótese se tornou subitamente confiável por meio dessa evidência retroativa.

Já havíamos explorado a possibilidade de a linhagem merovíngia ter sobrevivido após ter sido deposta de seus tronos pelos carolíngios. No processo, havíamos encontrado um principado autônomo que existiu no sul da França por um século e meio, tendo sido governado pelo famoso Guillem de Gellone, um dos heróis mais reverenciados de seu tempo. Protagonista de Willehalm, de Wolfram Von Eschenbach, ele teria sido ligado à família do cálice. Foi em Guillem e no cenário à sua volta que encontramos nossa mais surpreendente evidência.

Guillem de Gellone, no ápice de seu poder, incluía entre seus domínios o nordeste da Espanha, os Pirineus e a região sul da França, conhecida como Septimania, área que abrigava uma grande e antiga população judaica. Durante os séculos VI e VII esta população havia mantido relações extremamente cordiais com seus senhores visigodos, que esposavam o cristianismo ariano. Casamentos mistos eram comuns, e as palavras godo e judeu eram utilizadas como sinônimos.

Entretanto, por volta de 711 a situação dos judeus na Septimania e no nordeste da Espanha havia se deteriorado. Naquele tempo, Dagobert II tinha sido assassinado e sua linhagem obrigada a se esconder em Razès, a região que inclui e circunda Rennes-le-Château. E embora ramos colaterais ainda ocupassem o trono no norte, o único poder real estava, nas mãos dos chamados *mayors* do palácio - os usurpadores carolíngios que, com sanção e suporte de

Roma, começaram a estabelecer sua própria dinastia. Naquele tempo também, os próprios visigodos se haviam convertido ao cristianismo romano e começavam a perseguir os judeus em seus domínios. Assim, quando a Espanha visigoda foi tomada pelos mouros em 711, os judeus acolheram com alegria os invasores.

Os judeus gozaram de uma existência promissora sob o domínio muçulmano. Os mouros eram generosos com eles, colocando-os freqüentemente em postos administrativos nas cidades capturadas, como Córdoba, Granada e Toledo. O comércio e os negócios judeus foram encorajados e atingiram uma nova prosperidade. O pensamento judaico coexistia, lado a lado, com o islamismo, e um fertilizava o outro. E muitas cidades - incluindo Córdoba, a capital moura da Espanha - possuíam uma população predominantemente judia.

No início do século VIII os mouros cruzaram os Pirineus na direção da Septimania. E de 720 até 759 - enquanto o neto e o bisneto de Dagobert continuavam sua existência clandestina em Razès - Septimania ficou nas mãos dos muçulmanos, tornando-se um principado mouro independente, com sua própria capital em Narbonne, que devia uma fidelidade apenas nominal ao emir de Córdoba. De Narbonne, os mouros da Septimania começaram a avançar na direção do norte, capturando cidades até nos territórios francos.

O avanço dos mouros foi percebido por Charles Martel, *mayor* do palácio e avô de Carlos Magno. Por volta de 738, Charles tinha enviado os mouros de volta a Narbonne, onde ele então os cercou. Defendida por mouros e judeus, Narbonne se mostrou impenetrável. Charles compensou sua frustração devastando os arredores.

Por volta de 752 o filho de Charles, Pepin, tinha formado alianças com os aristocratas locais, conseguindo assim assumir o controle de Septimania. Contudo, Narbonne continuou a resistir, suportando um cerco de sete anos das forças de Pepin. A cidade era um espinho doloroso para Pepin, numa época em que lhe era urgente consolidar

sua posição. Ele e seus sucessores foram muito sensíveis às acusações de terem usurpado o trono merovíngio. Para estabelecer sua legitimidade, ele forjou alianças dinásticas com famílias merovíngias sobreviventes, que possuíam sangue real. E, para validar sua condição, organizou sua coroação de modo que ela fosse singularizada pelo ritual bíblico da unção, pelo qual a Igreja assumia a prerrogativa de criar reis. Mas havia ainda um outro aspecto do ritual de unção. Segundo estudiosos, a unção era uma tentativa de sugerir que a monarquia dos francos era uma réplica, ou mesmo a continuação, da monarquia judaica do Velho Testamento. Isto, em si, é extremamente interessante. Por que desejaria Pepin, o usurpador, legitimar-se por meio de uma referência bíblica? A menos que a dinastia deposta por ele - a merovíngia - tivesse sido legitimada da mesma forma.

Em todo caso, Pepin foi confrontado com dois problemas: a resistência tenaz de Narbonne e a questão de estabelecer sua própria legitimidade como rei através de um precedente bíblico. Como demonstrou o professor Arthur Zuckerman, da Universidade de Columbia, ele resolveu os dois problemas através de um pacto com a população judia de Narbonne, em 759. Segundo este pacto, Pepin receberia o endosso judeu para sua pretensão à sucessão bíblica; também receberia a ajuda dos judeus contra os mouros. Em troca, concederia aos judeus da Septimania um principado e um rei próprios.

Em 759 a população judia de Narbonne voltou-se subitamente contra os defensores muçulmanos da cidade, atacando-os e abrindo os portões da fortaleza para os francos. Logo depois os judeus reconheceram Pepin como seu senhor e validaram sua pretensão a uma sucessão bíblica legítima. E Pepin manteve sua parte na barganha. Em 768 foi criado um principado na Septimania - um principado judeu, que devia uma fidelidade nominal a Pepin mas era essencialmente independente. Um governante foi oficialmente instalado como rei dos judeus. Nos romances ele é chamado Aymery,

mas segundo os registros existentes ele parece ter tomado o nome de Theodoric, ou Thierry, ao ser recebido nas fileiras da nobreza franca. Theodoric, ou Thierry, pai de Guillem de Gellone, era reconhecido, tanto por Pepin quanto pelo califa de Bagdá, como "a semente da casa real de Davi".

Como já havíamos descoberto, os estudiosos modernos não conhecem precisamente as origens de Theodoric. Segundo a maioria dos pesquisadores ele era um descendente merovíngio. Segundo Arthur Zuckerman ele seria nativo de Bagdá, um "exilado", descendente de judeus que viviam na Babilônia. Também é possível que o "exilado" de Bagdá não fosse Theodoric. É possível que o "exilado" tenha vindo de Bagdá para consagrar Theodoric e que registros subseqüentes tenham confundido os dois. O professor Zuckerman menciona uma afirmação curiosa, a de que os "exilados do oeste" eram de "sangue mais puro" que os do leste.

Quem foram os "exilados do oeste", se não os próprios merovíngios? Por que um descendente merovíngio seria reconhecido como rei dos judeus, governante de um principado judeu e "semente da casa real de Davi", a menos que os merovíngios fossem, na verdade, parcialmente judeus? Após a cumplicidade da Igreja no assassinato de Dagobert e sua traição do pacto ratificado com Clóvis, os merovíngios sobreviventes podem muito bem ter repudiado qualquer aliança com Roma e retornado ao que era sua fé anterior. Suas ligações com essa fé teriam sido de qualquer modo reforçadas pelo casamento de Dagobert com a filha de um príncipe evidentemente visigodo, que possuía o nome claramente semita de Bera.

Theodoric, ou Thierry, consolidou ainda mais sua posição, e Pepin também, através de um casamento conveniente com a irmã deste último, Alda, tia de Carlos Magno. Nos anos que se seguiram, o reino judeu da Septimania gozou de uma existência próspera. Foi ricamente agraciado com territórios concedidos pelos monarcas carolíngios. Ganhou até lotes de terras que pertenciam à Igreja,

apesar dos protestos vigorosos do papa Estevão III e de seus sucessores.
O filho de Theodoric, rei dos judeus da Septimania, foi Guillem de Gellone, cujos títulos incluíam o de duque de Barcelona, de Toulouse, de Auvergne e de Razès. Assim como seu pai, Guillem não era somente merovíngio, mas também judeu de sangue real. Sangue real reconhecido como da casa de Davi - pelos carolíngios, pelo califa e, embora a contragosto, pelo papa.
Apesar das tentativas subseqüentes de ocultar este fato, a pesquisa moderna provou de forma indiscutível que Guillem era judeu. Até mesmo nos romances - onde ele aparece como Guillaume, príncipe de Orange - ele é fluente tanto em hebreu quanto em árabe. O emblema em seu escudo é o mesmo dos "exilados" do leste: o Leão de Judá, a tribo à qual pertence a casa de Davi e, depois, Jesus. Ele tem o codinome "nariz de gancho". E até mesmo durante suas campanhas ele se preocupa em observar o *sabbath* e a festa judaica dos tabernáculos. Como observa Arthur Zuckerman:

O cronista que escreveu o registro original do cerco e da queda de Barcelona registrou eventos de acordo com o calendário judeu... [O] comandante da expedição; duque William de Narbonne e Toulouse conduziu a ação com rigorosa observância dos *sabbaths* e dias santos judeus. Em tudo isto ele recebeu a compreensão e a cooperação do rei Luis.

Guillem de Gellone tornou-se um dos chamados "pares de Carlos Magno", um autêntico herói histórico que, na mente e tradição populares, ocupava a mesma posição de figuras lendárias como Roland e Olivier. Quando o filho de Carlos Magno, Luís, tornou-se imperador, foi Guillem quem colocou a coroa em sua cabeça. Luís teria dito: "Senhor William (...) foi sua linhagem que criou a minha." É uma afirmação extraordinária, dado o fato de ser dirigida a um

homem cuja linhagem, segundo historiadores posteriores, pareceria totalmente obscura.
Guillem foi mais do que um guerreiro. Logo depois de 792 ele criou uma academia em Gellone, importando estudiosos e criando uma biblioteca renomada. Gellone tornou-se rapidamente um centro de estudos judaicos altamente considerado. É exatamente dessa academia que pode ter surgido o "infiel" Flegetanis, o intelectual hebreu descendente de Salomão que, segundo Wolfram, confiou o segredo do cálice sagrado a Kiot de Provence.
Em 806, Guillem retirou-se da vida ativa, confinando-se em sua academia. Lá ele morreu, por volta de 812, e a academia foi mais tarde convertida em um monastério, o hoje famoso Saint-Guilhelm-le-Désert. Contudo, mesmo antes da morte de Guillem, Gellone tinha se tornado um dos primeiros locais conhecidos na Europa para o culto a Madalena - que, significativamente, lá floresceu ao mesmo tempo que a academia judaica.
Jesus era da tribo de Judá e da casa real de Davi. Madalena teria levado o cálice - o "sangraal", ou "sangue real" - para a França. E no século VIII havia, no sul da França, um potentado da tribo de Judá e da casa real de Davi, considerado rei dos judeus. Mas ele não era somente um judeu praticante. Era também merovíngio. E no poema de Eschenbach, ele e sua família eram associados ao cálice sagrado.

A Semente de Davi

Nos séculos subseqüentes, fizeram-se tentativas sistemáticas para expurgar dos registros qualquer traço do reino judeu de Septimania. A confusão freqüente entre "godos" e "judeus" parece sugestiva dessa censura. Mas a censura não podia pretender-se inteiramente bem-sucedida. Em 1143, Pedro, o Venerável, de Cluny, dirigindo-se a Luís VII da França, condenava os judeus de Narbonne, que pretendiam possuir um rei entre eles. Em 1114, um monge de

Cambridge, Theobald, falava que "os mais importantes príncipes e rabinos dos judeus que existem na Espanha se reúnem em Narbonne, onde reside a semente real". E em 1165-66 Benjamin de Tudela, um famoso viajante e cronista, registrava que em Narbonne existiam "sábios, magnatas e príncipes, à cabeça dos quais está (...) um descendente da casa de Davi, como se vê em sua árvore genealógica."

Mas qualquer semente de Davi existente em Narbonne por volta do século XII seria menos importante do que algumas sementes de outros lugares. As árvores genealógicas se bifurcam, subdividem e produzem verdadeiras florestas. Alguns descendentes de Theodoric e Guillem de Gellone permaneceram em Narbonne, mas outros obtiveram domínios mais augustos durante os quatro séculos seguintes. Por volta do século XII esses domínios incluíam os mais ilustres da cristandade: Lorraine e o reino franco de Jerusalém.

No século IX a linhagem de Guillem de Gellone havia culminado nos primeiros duques de Aquitânia. Ela se aliou também à casa ducal da Grã-Bretanha. E no século X um certo Hugues de Plantard - um descendente direto de Dagobert e Guillem de Gellone, apelidado de "Narigão" - tornou-se o pai de Eustache, primeiro conde de Bolonha. O neto de Eustache foi Godfroi de Bouillon, duque de Lorraine e conquistador de Jerusalém. E a partir de Godfroi surgiu uma dinastia e uma "tradição real" que, em virtude de haver sido fundada sobre "a rocha de Sinai", era equivalente às outras da França, da Inglaterra e da Alemanha. Se os merovíngios realmente descenderam de Jesus, Godfroi - herdeiro do sangue real merovíngio - recuperou, com a conquista de Jerusalém, sua herança de direito.

Godfroi e a subseqüente casa de Lorraine eram, é claro, nominalmente católicos. Para sobreviver em um mundo então cristianizado, deviam sê-lo. Mas suas origens parecem ter sido conhecidas, pelo menos em alguns setores. No século XVI, Henri de Lorraine, duque de Guise, teria sido recebido por uma multidão exuberante ao entrar na cidade de Joinville, em Champagne.

Algumas pessoas teriam cantado *Hosannah filio David.* Talvez seja importante que este incidente tenha sido recontado na história moderna de Lorraine, publicada em 1966. O trabalho contém uma introdução especial de Otto Von Habsburgo, que hoje detém o título de duque de Lorraine e de rei de Jerusalém.

XV
CONCLUSÃO E PERSPECTIVAS

Mas se a afirmação de que Cristo subiu de entre os mortos deve ser entendida simbólica e não literalmente, então são possíveis várias interpretações não conflitantes com o conhecimento, que não invalidam o significado da afirmação. Não é válida a objeção segundo a qual entendê-la simbolicamente significa acabar com a esperança cristã de imortalidade, pois o ser humano acreditava em uma vida após a morte muito antes do advento do cristianismo. Portanto, não necessita do evento da páscoa como garantia de imortalidade. O perigo de que uma mitologia entendida de forma muito literal e na forma como é ensinada pela Igreja seja subitamente repudiada é hoje maior que nunca. Não estará na hora de entender a mitologia cristã simbolicamente, de uma vez por todas, ao invés de apagá-la?

Carl Gustav Jung, *The Undiscovered Self,* Collected Works, v. 10, p. 266, 1956.

No início, não pensávamos em provar ou refutar nada, e muito menos em chegar à conclusão a que chegamos. Não pensávamos em desafiar o mais básico dos dogmas do cristianismo. Pelo contrário. Começamos investigando um mistério específico. Estávamos procurando respostas para algumas perguntas intrigantes e explicações para alguns enigmas históricos. Ao fazê-lo, tropeçamos

em algo maior do que havíamos previsto e fomos levados a uma conclusão chocante, controvertida e aparentemente insustentável.
Essa conclusão nos compeliu a dirigir nossa atenção para a vida de Jesus e para as origens da religião fundada em seu nome. Ainda quando o fizemos, não estávamos tentando desafiar o cristianismo. Estávamos simplesmente tentando averiguar se nossa conclusão era confiável ou não. Uma consideração exaustiva do material bíblico nos convenceu de que era. Na realidade, ficamos convencidos de que nossa conclusão não era apenas confiável, mas extremamente provável.
Não podíamos, e ainda não podemos, provar a veracidade de nossa conclusão. Ela permanece sendo, pelo menos em alguns aspectos, uma hipótese, mas é plausível e coerente. Explica muitas coisas. Em nossa opinião, constitui uma narrativa historicamente mais provável do que qualquer outra que pudemos encontrar a respeito dos eventos e personagens que, durante dois mil anos, imprimiram a marca da consciência ocidental e deram forma à nossa cultura e civilização.
Embora não possamos provar nossa conclusão, recebemos muitas evidências de que o Monastério do Sinai, através de seus documentos e de seus representantes, pode fazê-lo. Estamos inclinados a acreditar, com base em insinuações escritas e em conversas pessoais, que Sinai possui alguma coisa - algo relacionado à "prova irrefutável" da hipótese que apresentamos. Não sabemos precisamente o que é esta prova, mas podemos aventar uma especulação estudada.
Se nossa hipótese estiver correta, a esposa de Jesus e sua prole (ele teria tido vários filhos com idades ao redor de dezesseis anos na época de sua suposta morte) deixaram a Terra Santa, encontraram refúgio no sul da França e lá preservaram sua linhagem em uma comunidade judaica. Durante o século V esta linhagem parece ter se misturado, via casamento, com a linhagem real dos francos, engendrando assim a dinastia merovíngia. Em 496 d.C. a Igreja fez

um pacto com essa dinastia, ligando-se perpetuamente à linhagem merovíngia - presumivelmente conhecendo a verdadeira identidade daquela estirpe. Isto explicaria a oferta recebida por Clóvis de se tornar imperador do Sacro Império Romano, o "novo Constantino", e seria a razão pela qual ele não foi feito rei, mas *reconhecido* como tal.

Ao corroborar o assassinato de Dagobert, e depois trair a linhagem merovíngia, a Igreja se tornou culpada de um crime que não podia ser racionalizado ou expurgado. Ele teria que ser suprimido, pois a descoberta da real identidade dos merovíngios não fortaleceria a posição de Roma diante de seus inimigos.

A despeito de todos os esforços para erradicá-la, a linhagem sanguínea de Jesus - ou a linhagem merovíngia - sobreviveu, em parte, através dos carolíngios, que se sentiam mais culpados do que Roma pela usurpação e procuraram se legitimar através de alianças dinásticas com princesas merovíngias. Mas o mais importante é que a linhagem sobreviveu através do filho de Dagobert, Sigisbert, cujos descendentes incluíram Guillem de Gellone, governante do reino judeu de Septimania e, finalmente, de Godfroi de Bouillon. Com a captura de Jerusalém em 1099 por Godfroi, a linhagem de Jesus teria recapturado sua herança de direito, a ela conferida nos tempos do Velho Testamento.

É duvidoso que a verdadeira genealogia de Godfroi na época das Cruzadas tenha sido um segredo, como Roma teria desejado que fosse. Dada a hegemonia da Igreja, ela não podia certamente ser de conhecimento geral. Mas é provável que rumores, tradições e lendas tenham abundado e encontrado sua mais importante expressão em fábulas como a de Lohengrin, por exemplo, o mítico ancestral de Godfroi e, naturalmente, nos romances sobre o cálice sagrado.

Se nossa hipótese estiver correta, o cálice sagrado representava, simultaneamente, pelo menos duas coisas. Por um lado ele teria sido a linhagem sanguínea e os descendentes de Jesus - o "sang raal", ou "sangue real", do qual os templários foram nomeados guardiães.

Ao mesmo tempo o cálice pode ter sido, literalmente, o receptáculo que recebeu e conteve o sangue de Jesus. Em outras palavras, poderia ser o útero de Madalena - e, por extensão, a própria Madalena. A partir disso teria surgido o culto a Madalena, na forma como foi promulgado na Idade Média, e ele teria sido confundido com o culto à Virgem. Pode-se provar, por exemplo, que muitas das famosas Virgens Negras, ou Madonas Negras, do início da era cristã, eram Ícones da Madalena e não da Virgem - e eles retratam uma mãe com o filho. Em *Le Serpent rouge,* as catedrais góticas - aquelas pedras majestosas, réplicas do útero, dedicadas a Notre Dame - são também consideradas homenagens à consorte, e não à mãe de Jesus.

Assim, o cálice sagrado teria simbolizado tanto a linhagem sanguínea de Jesus quanto Madalena, de cujo útero surgiu essa linhagem. Mas ele pode ter significado algo mais. Em 70 d.C., durante a grande revolta na Judéia, as legiões romanas de Tito saquearam o Templo de Jerusalém. O tesouro pilhado do Templo teria ido parar finalmente nos Pirineus; e o senhor Plantard, em suas conversas conosco, afirmou que esse tesouro se encontrava hoje nas mãos do Monastério do Sinai. Mas o Templo de Jerusalém pode ter, contido mais do que o tesouro pilhado pelos centuriões de Titus. Religião e política eram inseparáveis no antigo judaísmo. O Messias devia ser um rei-sacerdote, cuja autoridade compreendia os domínios espiritual e secular. Assim, é possível - na verdade, provável - que o Templo abrigasse registros oficiais sobre a linhagem real de Israel, o equivalente a certidões de nascimento, certidões de casamento e outros dados relevantes sobre uma família real ou aristocrática moderna. Se Jesus era realmente "rei dos judeus", o Templo certamente conteria informações copiosas relacionadas com ele. Poderia até mesmo conter o seu corpo, ou pelo menos o seu túmulo, uma vez que o seu corpo teria sido removido da tumba temporária dos Evangelhos.

Não existem indicações de que Titus, ao saquear o Templo em 70 d.C., tenha obtido algo relevante sobre Jesus. Tal material, se existiu, pode, é claro, ter sido destruído. Por outro lado, pode ter sido escondido; e os soldados de Titus, interessados apenas em espólios, podem não ter se importado em procurar por ele. Qualquer sacerdote que estivesse naquele momento no Templo tomaria uma medida óbvia. Ao ver a falange de centuriões avançando, deixaria para eles o ouro, as jóias, o tesouro material que eles esperavam encontrar e esconderia, talvez sob o Templo, os itens de maior importância, relacionados com o legítimo rei de Israel, o Messias e sua família real.

Por volta de 1100, os descendentes de Jesus teriam atingido proeminência na Europa e, através de Godfroi de Bouillon, na Palestina também. Conheciam sua própria genealogia e seus ancestrais, mas não eram capazes de prová-los ao mundo. Uma prova teria sido necessária, a fim de que pudessem levar adiante seus desígnios. Se fosse conhecido que essa prova existia, ou até mesmo que ela talvez existisse, no interior do Templo, todos os esforços teriam sido empreendidos no sentido de encontrá-la. Isto poderia explicar o papel dos templários que, sob a proteção do mistério, realizaram escavações sob o Templo, nos chamados Estábulos de Salomão. A partir das evidências que examinamos, restam poucas dúvidas de que os templários foram de fato enviados à Terra Santa com o objetivo expresso de encontrar ou obter alguma coisa, tendo cumprido a missão. Eles parecem ter encontrado e trazido para a Europa o que deviam procurar. O que aconteceu com o que encontraram permanece um mistério. Mas parece não haver dúvidas de que, sob os auspícios de Bertrand de Blanchefort, quarto grão-mestre da Ordem do Templo, alguma coisa foi escondida nas vizinhanças de Rennes-le-Château. Um contingente de mineiros germânicos foi importado, sob um forte esquema de segurança, para escavar e construir um local para ocultá-la. Pode-se apenas especular sobre o que foi essa coisa. Pode ter sido o corpo

mumificado de Jesus. Pode ter sido o equivalente, por assim dizer, da certidão de casamento de Jesus, e/ ou as certidões de nascimento de seus filhos. Pode ter sido algo de importância igualmente explosiva. Um ou todos esses itens podem ser relacionados ao cálice sagrado. Um ou todos esses itens podem ter passado, por acidente ou não, para as mãos dos hereges cátaros e constituído parte do misterioso tesouro de Montségur.

Uma "tradição real" teria existido através de Godfroi de Bouillon que, por ter sido "fundada sobre a rocha de Sinai", era equivalente às mais importantes dinastias da Europa. Se "rocha de Sinai" é sinônimo de Jesus - como afirma o Novo Testamento e, posteriormente, a maçonaria - essa asserção faz sentido. Na realidade, torna-se tímida.

Urna vez instalada no trono do reino de Jerusalém, a dinastia merovíngia poderia sancionar e até mesmo encorajar insinuações sobre sua verdadeira origem. Isto explicaria a época precisa em que os romances sobre o cálice apareceram, e por que eles eram tão explicitamente associados com os templários. Uma vez consolidada sua posição na Palestina, a "tradição real" descendente de Godfroi e Baudouin provavelmente iria divulgar suas origens. O rei de Jerusalém teria então precedência sobre todos os monarcas da Europa, e o patriarca de Jerusalém suplantaria o papa. Deslocando Roma, Jerusalém se tornaria a verdadeira capital da cristandade, e talvez de mais além. Pois se Jesus fosse reconhecido como um profeta mortal, corno um rei-sacerdote e governante legítimo da linhagem de Davi, ele poderia se tornar aceitável tanto para muçulmanos quanto para judeus. Como rei de Jerusalém, sua linhagem descendente estaria na posição de implementar uma das convicções básicas dos templários: a reconciliação do cristianismo com o judaísmo e o islamismo.

As circunstâncias históricas não permitiram que este ponto fosse atingido. O reino franco de Jerusalém nunca consolidou sua posição. Ameaçado por todos os lados pelos exércitos muçulmanos, instável

em seu próprio governo e administração, ele nunca atingiu a força e a segurança interna. necessárias para sobreviver, e menos ainda para assegurar sua supremacia diante das coroas da Europa e da Igreja de Roma. O grandioso projeto sucumbiu. E com a perda da Terra Santa, em 1291, se evanesceu. Os merovíngios ficaram novamente sem urna coroa. E os templários se tornaram não só redundantes, mas dispensáveis.

Nos séculos que se seguiram, os merovíngios - ajudados e/ou dirigidos e/ ou protegidos pelo Monastério do Sinai - fizeram tentativas repetidas de recuperar sua herança, mas tais tentativas foram confinadas à Europa. Eles parecem ter se envolvido em pelo menos três programas, relacionados entre si, mas essencialmente distintos. Um deles era a criação de uma atmosfera psicológica, uma tradição clandestina com o intuito de minar a hegemonia espiritual de Roma uma tradição que encontrou expressão no pensamento hermético e esotérico, nos manifestos rosacruzes e escritos similares, em alguns rituais da maçonaria e, é claro, nos símbolos da Arcádia e da corrente subterrânea. Um segundo programa envolvia maquinação política, intriga e, quando possível, uma tomada de poder, técnicas empregadas pelas famílias Guise e Lorraine no século XVI e pelos arquitetos da Fronda no século XVII. Um terceiro programa, através do qual os merovíngios buscavam recuperar sua herança, era o de casamentos dinásticos.

Tais procedimentos poderiam parecer, à primeira vista, desnecessários. Aparentemente, os merovíngios - se realmente descendessem de Jesus - não teriam problemas para estabelecer sua supremacia. Precisavam simplesmente revelar e estabelecer sua verdadeira identidade, e o mundo os reconheceria. Mas as coisas não eram tão simples. O próprio Jesus não era reconhecido pelos romanos. Quando lhe foi conveniente, a Igreja não hesitou em sancionar a morte de Dagobert e a eliminação de sua linhagem. Uma revelação prematura de sua genealogia não teria garantido o sucesso dos merovíngios. Pelo contrário, havia uma probabilidade

maior de perder o alvo, engendrar lutas de facções, precipitar uma crise de fé e provocar desafios da Igreja e de outros potentados seculares. A menos que estivessem entrincheirados em posições de poder, os merovíngios não poderiam agüentar tais repercussões. O segredo de sua identidade - seu trunfo, digamos - teria sido jogado e perdido para sempre. Dadas as realidades tanto da história quanto da política, seu trunfo não poderia ser usado como um trampolim para chegar ao poder. Ele só poderia ser jogado após a obtenção do poder, a partir de uma posição de força.

Para se restabelecerem, os merovíngios foram obrigados a recorrer a procedimentos mais convencionais, aceitos na época. Em pelo menos quatro ocasiões esses procedimentos chegaram próximo do sucesso, sendo desviados por erro de cálculo, por força de circunstâncias ou pelo imprevisto. No século XVI, por exemplo, a casa Guise quase conseguiu o trono francês. No século XVII, a Fronda quase conseguiu manter Luís XIV fora do trono, suplantando-o com um representante da casa Lorraine. No final do século XIX, esquemas foram elaborados para um tipo de Santa Aliança, que teria unificado a Europa católica Áustria, França, Itália e Espanha - sob os Habsburgo. Estes planos foram desviados pelo comportamento caótico e agressivo da Alemanha e da Rússia, que provocou uma mudança constante de alianças entre os principais poderes e, finalmente, precipitou uma guerra que desestabilizou todas as dinastias continentais.

Foi no século XVIII que a linhagem merovíngia chegou mais perto da realização de suas metas. Em virtude de suas ligações, via casamentos, com os Habsburgo, a casa Lorraine havia conseguido o trono da Áustria, o Sacro Império Romano. Quando Maria Antonieta, filha de François de Lorraine, se tornou rainha da França, o trono da França também ficou à distância de apenas uma geração. Se não houvesse ocorrido a Revolução Francesa, a casa Habsburgo-Lorraine poderia, pelos idos de 1800, ter feito seu caminho na direção de estabelecer domínio sobre toda a Europa.

Parece claro que a Revolução Francesa foi um devastador banho de água fria nas esperanças e aspirações merovíngias. Os planos, cuidadosamente elaborados e implementados durante um século e meio, foram subitamente reduzidos a cinzas em um único cataclisma. Referências contidas nos Documentos do Monastério mostram que, durante a turbulência da Revolução, Sinai perdeu muitos de seus preciosos registros e possivelmente outras informações também. Isto pode explicar a mudança na posição de grão-mestre da ordem, em direção a personagens culturais franceses que, como Nodier, tinham acesso a material de outras formas inacessível. Também pode explicar o papel de Saunière. Às vésperas da Revolução, seu predecessor, Antoine Bigou, havia ocultado, e possivelmente escrito, os pergaminhos codificados, partindo então para a Espanha, onde morreu logo depois. Assim, é possível que Sinai, pelo menos durante algum tempo, não soubesse precisamente onde estavam os pergaminhos. Mesmo que soubessem de sua localização na Igreja de Rennes-le-Château, não poderiam obtê-los sem a ajuda de um padre simpatizante no local, um homem que agisse seguindo ordens, refreasse perguntas embaraçosas, mantivesse silêncio e não interferisse nos interesses e atividades da ordem. Se os pergaminhos se referissem a alguma outra coisa - algo escondido nas vizinhanças de Rennes-le-Château - tal homem seria ainda mais essencial.

Saunière morreu sem revelar seu segredo, assim como sua governanta, Marie Denarnaud. Durante os anos que se seguiram houve muitas escavações nos arredores de Rennes-le-Château, mas nenhuma delas produziu alguma coisa. Se informações explosivas tivessem sido ocultadas nos arredores, elas teriam sido certamente removidas quando a história de Saunière começou a atrair atenção de caçadores de tesouros. A menos que essas informações tivessem sido ocultadas em algum depósito imune a caçadores de tesouros, em uma cripta subterrânea, por exemplo, ou sob um lago artificial em propriedade privada. Tal cripta seria segura e à prova de quaisquer escavações não autorizadas. Nenhuma escavação seria possível

sem drenar o lago; e isto não poderia ser feito em segredo, especialmente por invasores de terreno privado. De fato, existe um lago artificial próximo de Rennes-le-Château, nas proximidades de um local apropriadamente chamado de Lavaldieu ("o vale de Deus"). Este lago pode ter sido construído sobre uma cripta subterrânea, que por sua vez pode facilmente conduzir a uma miríade de cavernas que esburacam as montanhas ao redor.

Quanto aos pergaminhos encontrados por Saunière, dois deles - ou, pelo menos, réplicas de dois deles - têm sido reproduzidos e publicados, circulando amplamente. Os outros dois, ao contrário, têm sido mantidos escrupulosamente secretos. Em suas conversas conosco, o senhor Plantard afirmou que eles permaneciam em um cofre-forte em um banco Lloyds de Londres. Não conseguimos seguir sua pista além disso.

E o dinheiro de Saunière? Sabemos que parte dele foi obtido através de uma transação financeira envolvendo o arquiduque Johann Von Habsburgo. Também sabemos que somas substanciais foram colocadas à disposição não somente de Saunière, mas também do bispo de Carcassonne, pelo abade Henri Boudet, pároco de Rennes-les-Bains. Existem razões para concluir que grande parte da renda de Saunière era paga por Boudet, através de Marie Denarnaud, a governanta de Saunière. A fonte de onde Boudet - ele próprio um pobre padre de província - obtinha tais recursos permanece, é claro, misteriosa. Obviamente, ele parece ter sido um representante do Monastério do Sinai; mas se o dinheiro saía diretamente de Sinai ou não, é uma pergunta ainda sem resposta. Ele pode também ter saído do tesouro dos Habsburgo. Ou pode ter vindo do Vaticano, que poderia estar sendo sujeito a chantagem política de alto nível por Sinai e os Habsburgo. Em todo caso, a questão do dinheiro, ou do tesouro que o engendrou, tornou-se cada vez mais incidental para nós, quando comparada com nossas descobertas subseqüentes. Sua função principal, em retrospectiva, foi a de dirigir nossa atenção

para o mistério. Depois disso, ela passou a uma posição de relativa insignificância.

Nós havíamos formulado a hipótese de uma linhagem descendente de Jesus, que continuou a existir até os dias de hoje. Não podemos, é claro, estar certos de que nossa hipótese esteja correta em todos os detalhes. Mas ainda que, aqui e ali, detalhes específicos sejam sujeitos a modificações, estamos convencidos de que as linhas essenciais de nossa hipótese são acuradas. Podemos ter construído mal o significado de, digamos, as atividades de um grão-mestre particular, ou uma aliança na luta pelo poder e nas maquinações da política do século XVIII. Mas nossa pesquisa nos convenceu de que o mistério de Rennes-le-Château envolve uma tentativa séria, por parte de pessoas influentes, de restabelecer uma monarquia merovíngia na França, se não em toda a Europa. A pretensão de tal monarquia à legitimidade repousa em uma descendência merovíngia a partir de Jesus.

Vistos a partir desta perspectiva, uma série de anomalias, enigmas e perguntas não respondidos, levantados por nossa pesquisa, se tornaram explicáveis. Da mesma forma, muitos dos fragmentos aparentemente triviais mas igualmente intrigantes: o título do livro associado com Nicolas Flamel, por exemplo: O *livro sagrado de Abraão* o *judeu, príncipe, sacerdote, levita, astrólogo* e *filósofo da tribo de judeus que pela ira de Deus foram dispersos entre os gauleses;* ou o copo simbólico de René d'Anjou, que concedia ao homem que dele bebia em um só gole uma visão de Deus e de Madalena; ou o *Casamento químico de Christian Rosenkreus,* de Andréa, que fala de uma menina misteriosa, de sangue real, aparecida em um barco na beira do mar, cuja herança de direito caíra em mãos muçulmanas; ou o segredo que Poussin conhecia, bem como o "segredo que residia no coração" da Companhia do Santo Sacramento.

Durante nossa pesquisa, encontramos vários outros fragmentos. Na época, pareceram totalmente insignificantes ou irrelevantes, mas

agora também fazem sentido. Agora parece clara a razão pela qual Luís XI considerava Madalena uma fonte da linhagem real francesa - uma crença que parecia à primeira vista absurda, mesmo no contexto do século XV.) Também é evidente a razão pela qual a coroa de Carlos Magno - cuja réplica é hoje parte das relíquias imperiais dos Habsburgo - trazia a inscrição *Rex Salomon.* E é evidente por que os *Protocolos dos sábios de Sinai* fala de um novo rei "da semente sagrada de Davi".

Durante a Segunda Guerra Mundial, por razões nunca satisfatoriamente explicadas, a cruz de Lorraine se tornou o símbolo das forças livres da França, sob a liderança de Charles De Gaulle. Isto é, por si só, curioso. Por que deveria a cruz de Lorraine - o emblema de René d'Anjou - ter sido equiparada à França? Lorraine nunca foi o coração da França. Na realidade, durante a maior parte de sua história, Lorraine foi um ducado independente, um estado germânico compreendendo parte do velho Sacro Império Romano.

A cruz de Lorraine pode ter sido adotada em parte por causa do papel importante que o Monastério do Sinai parece ter representado na Resistência Francesa e em parte pela associação do general De Gaulle com membros do Monastério do Sinai, como Plantard. Mas é interessante observar que, quase trinta anos antes, a cruz de Lorraine figurava de forma provocante em um poema de Charles Péguy. Pouco antes de sua morte na batalha do Marne, em 1914, Péguy - amigo de Maurice Barres, autor de *La Colline inspirée* - compôs as seguintes linhas:

Les annes de Jésus c' est la croix de Lorraine,
Et le sang dans l' artere et le sang dans la veine,
Et la source de grâce et la claire fontaine;
Les armes de Satan c'est la croix de Lorraine,
Et c'est la même artere et c'est la même veine
Et c'est le même sang et la trouble fontaine... *

* As armas de Jesus são a cruz de Lorraine, */* E o sangue na artéria e o sangue na veia, */* E a fonte de graça e a clara fonte; */* As armas de Satã são a cruz de Lorraine, / E a mesma artéria e a mesma veia, */* E o mesmo sangue e a agitada fonte...

No final do século XVII, o reverendo Vincent, um historiador e antiquário de Nancy, escreveu uma história sobre Sinai em Lorraine. Escreveu também um outro trabalho, intitulado *A verdadeira história de São Sigisbert,* que também contém uma narrativa da vida de Dagobert II. Na página de rosto deste último trabalho há uma epígrafe, uma citação do quarto Evangelho: "Ele está no meio de vocês e vocês não O conhecem."

Mesmo antes de começar nossa pesquisa, nós mesmos éramos agnósticos, nem pró-cristãos nem anticristãos. Em virtude de nossa formação e do estudo comparativo de religiões, sempre consideramos válido aquele núcleo central presente em todas as idéias religiosas e sempre fomos indiferentes aos dogmas, à teologia, aos parâmetros que constituem a superestrutura de cada religião específica. Respeitamos a maioria dos credos, mas nunca pudemos conceder a nenhum deles o monopólio da verdade.

Assim, quando nossa pesquisa nos levou a Jesus, pudemos abordá-lo com o que esperávamos fosse um sentido de equilíbrio e de perspectiva. Não tínhamos preconceitos ou pré-julgamentos, nenhum interesse velado, nada a ganhar por provar ou refutar o que quer que fosse. Até onde "objetividade" é possível, pudemos abordar Jesus "objetivamente" - como um historiador abordaria, por exemplo, Alexandre ou César. E as conclusões que se nos impuseram, embora surpreendentes, não nos chocaram. Elas não requeriam uma revisão de nossas convicções pessoais nem subvertiam nossa hierarquia de valores pessoais.

Mas o que dizer dos outros? E as milhões de pessoas em todo o mundo, para quem Jesus é o Filho de Deus, o Salvador, o Redentor? Em que medida o Jesus histórico, o rei-sacerdote que emergiu de

nossa pesquisa ameaça sua fé? Em que medida violamos o que constitui para a maioria das pessoas seu mais caro entendimento do sagrado?

Estamos conscientes, é claro, de que nossa pesquisa nos levou a conclusões contrárias, em muitos aspectos, a algumas doutrinas básicas do cristianismo moderno. Chegamos a conclusões heréticas, talvez até blasfemas. Do ponto de vista de alguns dogmas estabelecidos, somos sem dúvida culpados de tais transgressões. Mas não acreditamos ter dessacralizado ou diminuído Jesus aos olhos daqueles que genuinamente o reverenciam. Nós mesmos não podemos considerar Jesus divino, mas nossas conclusões não impedem outras pessoas de fazê-lo. Simplesmente não há razão para que Jesus, enquanto ser divino, não possa ter se casado e gerado filhos. Não há razão para que sua divindade seja dependente de castidade sexual. Mesmo que ele tenha sido o Filho de Deus, não há razão para que ele não se tenha casado e constituído família.

A maior parte da teologia cristã se baseia no pressuposto de que Jesus é Deus encarnado. Deus, tendo piedade de Sua criação, se encarnou naquela criação e assumiu forma humana. Ao fazê-lo, ele podia sentir - diretamente, digamos - a condição humana; podia experimentar diretamente as vicissitudes da existência humana; podia chegar a entender, no sentido mais profundo, o que significa ser um homem - enfrentar, do ponto de vista humano, a solidão, a angústia, o desespero, a trágica condição mortal que a condição humana impõe. Ao se tornar homem, Deus viria a conhecer o homem de um modo que o Velho Testamento não permite. Ao renunciar à sua altura e distância olímpicas, iria compartilhar, diretamente, do mundo humano. Ao fazê-lo, redimiria o mundo humano, validaria e justificaria este mundo ao compartilhar dele, sofrer nele e, finalmente, ser sacrificado por ele.

O significado simbólico de Jesus é o de que ele é Deus exposto à experiência humana, exposto ao conhecimento direto da implicação de ser homem. Mas poderia Deus, encarnado como Jesus, ser

verdadeiramente um homem, englobar o espectro da experiência humana, sem chegar a conhecer duas das mais básicas, mais elementares, das facetas da condição humana? Poderia Deus conhecer a totalidade da existência humana sem confrontar dois aspectos essenciais da humanidade, a sexualidade e a paternidade?
Nós achamos que não. Na verdade, pensamos que a encarnação só simbolizaria verdadeiramente o que deve simbolizar se Jesus se tivesse casado e gerado filhos. O Jesus dos Evangelhos, e do cristianismo estabelecido, é incompleto. É um Deus que encarna apenas parcialmente como homem. O Jesus que emergiu de nossa pesquisa goza, em nossa opinião, de uma condição mais válida do que aquela que o cristianismo quer lhe dar.
No geral, não pensamos ter comprometido ou diminuído Jesus. Não acreditamos que sua imagem tenha sofrido com as conclusões a que chegou nossa pesquisa. Das nossas investigações emerge um Jesus vivo e plausível, um Jesus cuja vida é significativa e compreensível para o homem moderno.
Não podemos apontar para um homem e afirmar que ele é descendente direto de Jesus. As árvores genealógicas bifurcam, se subdividem e, ao longo dos séculos, se multiplicam em verdadeiras florestas. Hoje, existe pelo menos uma dúzia de famílias na Grã-Bretanha e na Europa - com numerosos ramos colaterais - que são de linhagem merovíngia. Elas incluem as casas de Habsburgo-Lorraine (atuais duques de Lorraine e reis de Jerusalém), Plantard, Luxembourg, Montpézat, Montesquieu e várias outras. Segundo os Documentos do Monastério, a família Sinclair, na Grã-Bretanha, também é ligada à linhagem, assim como vários ramos dos Stuart. E a família Devonshire, entre outras, parece ter conhecido o segredo. Presumimos que a maioria destas casas poderia pretender uma genealogia partindo de Jesus. Mas não sabemos quem, em algum momento no futuro, pode vir a ser apresentado como um novo rei-sacerdote.

Seja como for, várias coisas estão claras. Em nossa opinião pessoal, o descendente direto de Jesus não seria de nenhum modo mais divino, mais intrinsecamente milagroso, do que o resto de nós. Esta opinião seria compartilhada hoje, sem dúvida, por grande número de pessoas. Suspeitamos que ela é compartilhada também pelo Monastério do Sinai. Além disso, a revelação de um indivíduo, ou grupo de indivíduos, descendente de Jesus não agitaria o mundo da forma como o teria feito há um século ou dois. Ainda que exista uma "prova irrefutável" de tal linhagem, muitas pessoas iriam simplesmente encolher os ombros e dizer: "E daí?" Como resultado, parece não haver sentido nos objetivos elaborados do Monastério do Sinai, a menos que esses objetivos sejam ligados, de alguma forma crucial, à política. Quaisquer que sejam as repercussões teológicas de nossas conclusões, outras repercussões obviamente existem - repercussões políticas de enorme impacto potencial, que afetam o pensamento, os valores, as instituições do mundo contemporâneo no qual vivemos.

No passado, as várias famílias de descendência merovíngia estiveram completamente imersas em política, e seus objetivos incluíam poder político. Isto deve ser verdade também para o Monastério do Sinai e para vários de seus grão-mestres. Não existem razões para assumir que a política não seja igualmente importante tanto para Sinai quanto para a linhagem merovíngia. Todas as evidências sugerem que Sinai pensa em termos de uma unidade entre o que antes se chamava Igreja e Estado, uma união do secular com o espiritual, do sagrado com o profano, da política com a religião. Sinai afirma em muitos de seus documentos que o novo rei, de acordo com a tradição merovíngia, "reinaria sem governar". Em outras palavras, seria um rei-sacerdote, que funcionaria basicamente de um modo ritual e simbólico, e o governo seria exercido por outro - talvez o próprio Monastério do Sinai.

Durante o século XIX, o Monastério tentou, trabalhando através da maçonaria e da Hiéron du Val d'Or, estabelecer um Sacro Império

Romano revivido e atualizado, algo como um Estados Unidos da Europa teocrático, governado simultaneamente pelos Habsburgo e por uma Igreja radicalmente reformada. Esse empreendimento foi neutralizado pela Primeira Guerra Mundial e a queda das dinastias européias reinantes. Mas é razoável supor que os atuais objetivos de Sinai sejam basicamente similares - pelo menos em suas linhas gerais - àqueles da Hiéron du Val d'Or.

É desnecessário dizer que nosso entendimento desses objetivos só pode ser especulativo. Mas eles parecem incluir um Estados Unidos da Europa de inspiração teocrática, uma confederação trans- ou pan-européia reunida em um império moderno e governada por uma dinastia descendente de Jesus. Esta dinastia não só ocuparia um trono com poder político ou secular, mas também o trono de São Pedro. Sob essa autoridade suprema poderia haver uma teia de reinos e principados interligados, conectados por alianças dinásticas e casamentos, uma espécie de "sistema feudal" do século XX, mas sem os abusos usualmente associados a esse termo. O governo teria sua base, presumivelmente, no Monastério do Sinai e poderia tomar a forma de, digamos, um parlamento europeu imbuído dos poderes Executivo e Legislativo.

Uma Europa deste tipo constituiria uma força nova e unificada nos assuntos internacionais, uma entidade cuja posição seria comparável àquela da antiga União Soviética, ou dos Estados Unidos. Realmente, ela poderia emergir mais forte que ambas, pois se apoiaria em fundações espirituais e emocionais profundamente enraizadas, e não em abstrações teóricas ou ideológicas. Atrairia não só a cabeça dos homens, mas também seu coração. Retiraria sua força do ato de penetrar a psique coletiva da Europa Ocidental, de despertar seu impulso religioso fundamental.

Tal programa pode parecer quixotesco. Mas a história já nos ensinou a não subestimar o potencial da psique coletiva, e o poder obtido ao lhe colocar viseiras. Há alguns anos teria parecido inconcebível que um zelote religioso - sem um exército próprio, sem um partido político

lhe dando suporte, sem nada à sua disposição, exceto o carisma e a fome religiosa de um povo - pudesse derrubar o edifício moderno e superequipado do regime do xá no Irã. E ainda, que seria precisamente o aiatolá Khomeini quem o faria.

Nós não estamos, é claro, soando o alarme. Não estamos, implícita ou explicitamente, comparando o Monastério do Sinai com o aiatolá. Não temos motivos para pensar que Sinai seja uma ordem sinistra; como se poderia pensar do demagogo do Irã. Mas este último representa um testemunho eloqüente do caráter profundamente enraizado, da energia, do poder potencial do impulso religioso do homem - e das maneiras pelas quais esse impulso pode ser canalizado para fins políticos. Tais fins não implicam necessariamente abuso de autoridade. Eles podem ser tão louváveis quanto aqueles de Churchill ou de De Gaulle durante a Segunda Guerra Mundial. O impulso religioso pode ser canalizado em qualquer uma das inúmeras direções. É uma fonte potencial de imenso poder. E é freqüentemente ignorado ou negligenciado por governos modernos, baseados exclusivamente na razão. O impulso religioso reflete uma necessidade psicológica e emocional profunda. E as necessidades psicológicas e emocionais são tão reais quanto a necessidade de pão, abrigo e segurança material.

Nós sabemos que o Monastério do Sinai não é uma organização lunática. Sabemos que tem fontes próprias de financiamento e inclui - ou, pelo menos, angaria simpatias de - homens de posição responsável e influente em política, economia, mídia e artes. Sabemos que, desde 1956, a ordem aumentou suas afiliações para mais do que o quádruplo, como se estivesse se mobilizando ou se preparando para alguma coisa. E o senhor Plantard nos contou pessoalmente que ele e sua ordem estavam trabalhando segundo prazos mais ou menos precisos. Também sabemos que, desde 1956, Sinai tem tornado algumas informações disponíveis - discretamente, parcimoniosamente, em quantidades medidas, apenas suficientes para prover pistas prometedoras. Essas pistas provocaram este livro.

Se o Monastério do Sinai tenciona mostrar suas cartas, o momento é maduro para fazê-lo. Estão na bancarrota virtualmente todos os sistemas políticos e ideologias que, nos primeiros anos do nosso século, pareciam prometer tanto. O comunismo, o socialismo, o fascismo, o capitalismo, a democracia de estilo ocidental, todos quebraram suas promessas, enfraqueceram seus aderentes e não concretizaram os sonhos que engendraram. Por sua mediocridade, falta de perspectiva e abuso do ofício, os políticos não mais inspiram confiança. No Ocidente, o cinismo, a insatisfação e a desilusão são crescentes, assim como o estresse psíquico, a ansiedade e o desespero. Mas existe também uma busca, que se intensifica, de significado, de realização emocional, de uma dimensão espiritual em nossas vidas, de algo em que genuinamente se possa acreditar. Existe uma espera de um sentido renovado do sagrado, que remonta, de fato, a um ressurgimento religioso em grande escala, exemplificado na proliferação de seitas e cultos, por exemplo, e na corrente de fundamentalismo nos Estados Unidos. Existe também, crescentemente, um desejo de um verdadeiro líder - não um Führer, mas uma espécie de figura sábia e benigna, um "rei-sacerdote" no qual a humanidade possa repousar sua confiança. Nossa civilização se saciou de materialismo e, ao longo desse processo, se conscientizou de uma fome profunda. Está começando a procurar além, buscando a realização de necessidades emocionais, psicológicas e espirituais.

Tal atmosfera parece propícia para os objetivos do Monastério do Sinai. Ela coloca Sinai na posição de ser capaz de oferecer uma alternativa para os sistemas sociais e políticos existentes. Não seria uma utopia ou a Nova Jerusalém. Mas, na medida em que ela satisfaz necessidades que os sistemas existentes nem mesmo consideram, ela pode se tornar imensamente atraente.

Existem muitos cristãos devotos que não hesitam em interpretar o Apocalipse como holocausto nuclear. Como seria interpretado o

advento de um descendente de Jesus? Para uma audiência receptiva, poderia ser uma espécie de Segunda Vinda.

APÊNDICE
OS SUPOSTOS GRÃO-MESTRES DO MONASTÉRIO DO SINAI

JEAN DE GISORS. Segundo os Documentos do Monastério, Jean de Gisors foi o primeiro grão-mestre independente de Sinai, tendo assumido sua posição em 1188, após o corte do olmo e a separação dos templários. Nasceu em 1133 e morreu em 1220. Foi, pelo menos nominalmente, senhor da fortaleza de Gisors na Normandia, onde tradicionalmente se realizavam reuniões entre reis franceses e ingleses e onde, em 1188, ocorreu a desavença que envolveu o corte do olmo. Jean foi vassalo do rei da Inglaterra - Henrique II e depois Ricardo I - até 1193. Possuía propriedades também na Inglaterra, em Sussex, e a mansão de Titchfield, em Hampshire. Segundo os Documentos do Monastério, ele encontrou Thomas Becket em 1169. Nenhum registro independente dessa reunião sobreviveu, mas Becket estava em Gisors em 1169 e deve ter mantido algum contato com o senhor da fortaleza.

MARIE DE SAINT-CLAIR. As informações sobre Marie de Saint-Clair são ainda mais escassas do que as sobre Jean de Gisors. Ela nasceu por volta de 1192 e era descendente de Henry de Saint-Clair, barão de Rosslyn, na Escócia, que acompanhou Godfroi de Bouillon na Primeira Cruzada. Rosslyn se situava não muito longe da preceptoria mais importante dos templários na Escócia, e a capela Rosslyn, construída no século XV, foi envolvida em lendas rosacruzes e maçônicas. A avó de Marie de Saint-Clair casou-se com um membro da família francesa Chaumont, como Jean de Gisors. Assim, as genealogias das famílias Chaumont, Gisors e Saint-Clair se entrecruzaram estreitamente. Existem evidências de que Marie de

Saint-Clair foi na verdade a segunda esposa de Jean de Gisors, mas não pudemos confirmar esta afirmação. Segundo as genealogias contidas nos Documentos do Monastério, a mãe de Marie foi Isabel Levis. Este sobrenome, que parece de origem judaica, ocorre freqüentemente no Languedoc, onde existiram comunidades judaicas desde a época pré-cristã.

GUILLAUME DE GISORS. Neto de Jean de Gisors, Guillaume nasceu em 1219. Nós já havíamos encontrado seu nome em conexão com a misteriosa cabeça encontrada na preceptoria dos templários em Paris após as prisões de 1307. Além dessas informações, só encontramos uma menção externa a ele, em um documento datado de 1244, que o trata como um cavaleiro. Segundo as genealogias dos Documentos do Monastério, sua irmã se casou com Jean de Plantard. Os Documentos do Monastério declaram também que Guillaume foi aceito na Ordem do Navio e do Duplo Crescente em 1269. Esta Ordem foi criada por Luís IX (São Luís) para nobres que o acompanharam na fatídica Sexta Cruzada. Se Guillaume de Gisors era membro desta ordem, ele deve ter acompanhado São Luís durante a campanha no Egito.

EDOUARD DE BAR. Nascido em 1302, Edouard, conde de Bar, era neto de Eduardo I da Inglaterra e sobrinho de Eduardo II. Descendia de uma família que havia sido influente nas Ardenas desde os tempos merovíngios e era quase certamente relacionada à dinastia merovíngia. A filha de Edouard casou-se com um membro da casa Lorraine, interligando a partir de então as genealogias de Bar e de Lorraine. Em 1308, com a idade de seis anos (!), Edouard acompanhou o duque de Lorraine em uma batalha, foi capturado e só veio a ser resgatado em 1314. Ao atingir a maioridade ele adquiriu os direitos feudais de Stenay de um de seus tios, Jean de Bar. Em 1324, se aliou a Ferry de Lorraine e Jean de Luxembourg em operações militares. A casa de Luxembourg, como a de Lorraine,

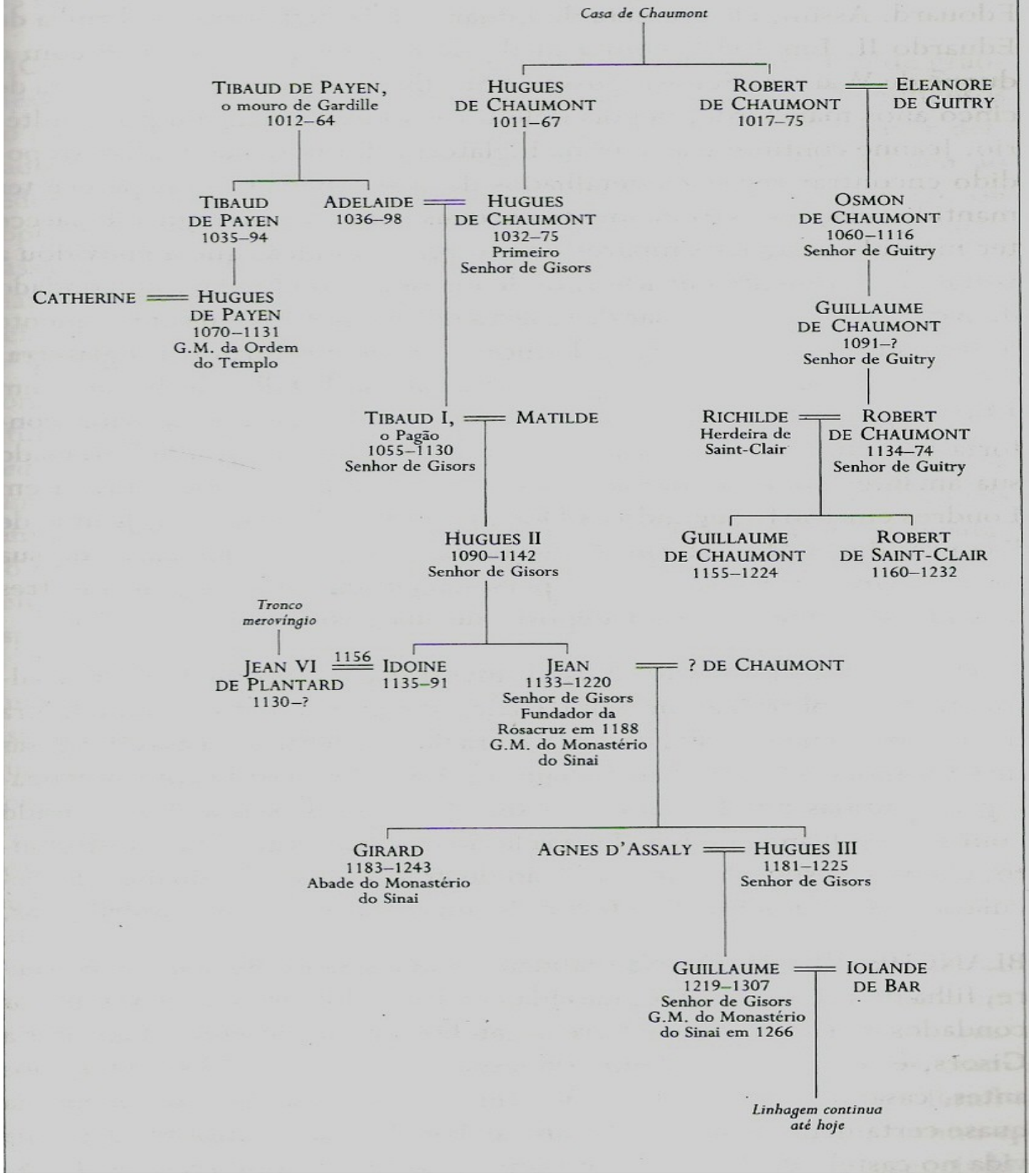
parece ter sido de sangue merovíngio. Em 1336, Edouard morreu em um naufrágio na costa de Chipre.
Nenhuma fonte independente nos forneceu qualquer ligação entre Edouard de Bar e Guillaume de Gisors. Entretanto, segundo as genealogias dos Documentos do Monastério, Edouard era sobrinho da esposa de Guillaume, Iolande de Bar. Não pudemos nem confirmar nem contradizer esta afiliação. Se, como afirmam os Documentos do Monastério, Edouard assumiu como grão-mestre em 1307, ele o teria feito com a idade de cinco anos. Isto não é necessariamente improvável, se ele foi capturado em campo de batalha aos seis. O condado de Bar foi governado pelo tio de Edouard, Jean de Bar, que agiu como regente, até que ele atingiu a maioridade. É possível que Jean tenha atuado na condição de "grão-mestre regente". Mas a escolha de um garoto de seis anos de idade como grão-mestre parece sem sentido, a menos que o título de grão-mestre esteja ligado a hereditariedade ou linhagem sanguínea.

JEANNE DE BAR. Nasceu em 1295, sendo a irmã mais velha de Edouard. Assim, ela era neta de Eduardo I da Inglaterra e sobrinha de Eduardo II. Em 1310, com a idade de quinze anos, casou-se com o duque de Warren, Surrey, Sussex e Strathem, divorciando-se cerca de cinco anos mais tarde, depois dele ter sido excomungado por adultério. Jeanne continuou a viver na Inglaterra. Embora não tenhamos podido encontrar registros detalhados de suas atividades, ela parece ter mantido relações extremamente cordiais com o trono inglês. E parece ter mantido relações similares com o rei da França, que a convidou a voltar ao continente em 1345, onde ela se tornou regente do condado de Bar. Em 1353 - apesar da Guerra dos Cem Anos e da conseqüente hostilidade entre Inglaterra e França - Jeanne retornou à Inglaterra. Quando o monarca francês foi capturado na batalha de Poitiers em 1356 e aprisionado em Londres, Jeanne recebeu permissão para "confortá-lo". Durante seu encarceramento prolongado, Jeanne teria sido sua amante, embora

ambos fossem idosos na época. Ela morreu em Londres em 1361. Segundo os Documentos do Monastério, Jeanne de Bar presidiu o Monastério do Sinai até 1351, dez anos antes de sua morte. Parece ter sido o único personagem da lista dos grão-mestres a renunciar, abdicar ou ser deposto de sua posição.

5. AS FAMÍLIAS GISORS, PAYEN E SAINT-CLAIR

Segundo Henri Lobineau (Henri de Lénoncourt)



JEAN DE SAINT-CLAIR. Nossas investigações produziram virtualmente nada sobre Jean de Saint-Clair, que parece ter sido uma figura menor. Nasceu por volta de 1329 e era descendente das casas francesas de Chaumont, Gisors e Saint-Clair-sur-Epte. De acordo com as genealogias contidas nos Documentos do Monastério, seu avô era casado com a tia de Jeanne de Bar. Esta relação é certamente tênue. Entretanto, ela parece sugerir que a posição de grão-mestre do Sinai ainda circulava exclusivamente no interior de uma rede de famílias interligadas.

BLANCHE D'EVREUX. Na realidade, tratava-se de Blanche de Navarre, filha do rei de Navarre, nascida em 1332. Ela herdou de seu pai os condados de Longueville e Evreux, ambos imediatamente adjacentes a Gisors, e tornou-se também condessa de Gisors em 1359. Dez anos antes, casara-se com Philippe VI, rei da França, através de quem ela quase certamente conheceu Jeanne de Bar. Passou a maior parte de sua vida no castelo de Neuphle, próximo a Gisors, e lá morreu em 1398. Segundo várias lendas, Blanche era dedicada a estudos de alquimia e experimentação. A tradição fala de laboratórios em seu castelo. Ela teria possuído um trabalho de alquimia precioso, produzido no Languedoc durante o século XIV mas baseado em um manuscrito datado dos últimos dias da dinastia merovíngia, setecentos anos antes. Rumores dizem que ela era patrona de Nicolas Flamel.

NICOLAS FLAMEL. O nome de Flamel é o primeiro da lista de grão-mestres a não ser filiado pelo sangue às genealogias dos Documentos do Monastério. Com ele, a posição de grão-mestre parece haver deixado de ser privilégio exclusivo de uma família. Flamel nasceu ao redor de 1330 e trabalhou durante algum tempo como escrivão, ou copista, em Paris. Em virtude de sua ocupação, muitos livros raros passaram por sua mão, e ele adquiriu proficiência em pintura, poesia, matemática e arquitetura. Também desenvolveu

um grande interesse pela alquimia e pelo pensamento cabalístico e hermético.
Por volta de 1361, segundo sua própria narrativa, Flamel tomou conhecimento do texto de alquimia que transformou sua vida. Seu título completo é intrigante: O *livro sagrado de Abraão o judeu, príncipe, padre, levita, astrólogo* e *filósofo da tribo de judeus que pela ira de Deus se dispersou entre os gauleses.* Este trabalho se tornou depois um dos mais famosos da tradição esotérica ocidental. O original teria sido depositado na Livraria Arsenal, em Paris. Suas reproduções têm sido assídua, religiosa e, parece, inutilmente estudadas por sucessivas gerações de aspirantes a adeptos.
De acordo com sua própria narrativa, Flamel mergulhou no livro durante vinte anos, mas sem êxito. Finalmente, durante uma estadia na Espanha, em 1382, ele teria encontrado em León um judeu convertido que lhe elucidou o texto. Ao retornar a Paris ele aplicou o que havia aprendido, tendo realizado sua primeira transmutação ao meio-dia de 17 de janeiro - a data que surge de forma tão persistente em conexão com Saunière e Rennes-le-Château. Seja a narrativa de Flamel acurada ou não, permanece o fato de que ele se tornou absurdamente rico. No final de sua vida ele possuía mais de trinta casas e lotes de terras só em Paris. Ao mesmo tempo, teria sido um homem modesto, que não se regozijava de seu poder e empregava grande parte de sua fortuna em trabalhos piedosos. Por volta de 1413 ele havia fundado e doado quatorze hospitais, sete igrejas e três Capelas em Paris, e um número comparável em Bolonha - o antigo condado do pai de Godfroi de Bouillon. Este altruísmo, talvez mais do que seu sucesso brilhante; tornou-o prezado para a posteridade. No século XVIII ele ainda era reverenciado por homens como Isaac Newton, que leu seus trabalhos com interesse, anotou-os de forma abundante e até copiou um deles a mão.

RENÉ D'ANJOU. Não descobrimos qualquer contato registrado entre Flamel e René d'Anjou. Contudo, o próprio René nos forneceu

material suficiente para ponderações. Embora seja pouco conhecido hoje, ele foi uma das figuras mais importantes nas anos que precederam imediatamente a Renascença. Nascida em 1408, chegou a reunir uma grande quantidade de títulos ao longo de sua vida. Os mais importantes foram os de conde de Bar, conde de Provence, conde de Piemonte, conde de Guise, duque de Calabria, duque de Anjou, duque de Lorraine, rei da Hungria, rei de Nápoles e Sicília, rei de Aragon, Valência, Majorca e Sardenha, e - talvez a mais imponente de todas - rei de Jerusalém. Esta última condição talvez tenha sido apenas simbólica. Entretanto, ela invocava uma continuidade que retrocedia a Godfroi de Bouillon e era reconhecida por outros potentados europeus. Uma das filhas de René se casou, em 1445, com Henrique VI da Inglaterra e se tornou uma figura importante na Guerra das Rosas.

De acordo com os Documentos do Monastério, René se tornou grão-mestre de Sinai em 1418, com a idade de dez anos. Seu tio, Louis, cardeal de Bar, teria exercido a "regência do cargo de grão-mestre" até 1428. Nossa pesquisa revelou que René foi introduzido em uma ordem de algum tipo em 1418 - l'Ordre du Lévrier Blanc ["Ordem do Galgo Branco"] - mas não descobrimos qualquer informação. importante sobre ela. Pode ter sido Sinai sob outro nome.

Em algum momento entre 1420 e 1422 o cardeal de Lorraine criou uma outra ordem - l'Ordre de la Fidelité ["Ordem da Fidelidade"] - e René foi admitido como um dos membros originais. Em 1448, René estabeleceu uma ordem sua, a Ordem do Crescente. O próprio René descreve esta ordem como uma versão revivida da antiga Ordem do Navio e do Duplo Crescente, da qual Guillaume de Gisors havia sido. membro um século e meio antes. Os cavaleiros originais do Crescente incluíam Francesco Sforza, duque de Milão e pai do patrono de Leonardo da Vinci, o conde de Lénoncourt, cujo descendente, segundo os Documentos do Monastério, compilou as genealogias dos *Dossiers secrets,* e um certo Ferri, senhor do importante feudo na Lorraine que datava dos tempos merovíngios e

se chamava Sinai-Vaudémont. René aspirava a que essas pessoas constituíssem sua resposta, digamos, à Ordem da Jarreteira, na Inglaterra, e à Ordem do Tosão de Ouro, em Burgundy. Mas, por razões que permanecem obscuras, a Ordem do Crescente foi suprimida pela papa.
É de René d'Anjou que deriva a moderna Cruz de Lorraine, símbolo das forças francesas livres durante a Segunda Guerra Mundial.
Quando ele se tornou duque de Lorraine, a cruz hoje familiar, com suas duas barras horizontais, tornou-se seu emblema pessoal.

IOLANDE DE BAR. Nascida por volta de 1428, era filha de René d'Anjou. Em 1445, casou-se com Ferri, senhor de Sinai-Vaudémont e um dos cavaleiros originais da Ordem do Crescente, de René. Após a morte de Ferri, Iolande passou a maior parte de sua vida em Sinai-Vaudémont, que, sob sua égide, se transformou de centro de peregrinação local em um local sagrado para toda Lorraine. O local já havia gozado dessa posição num passado pagão distante, e uma estátua de Rosemerthe, uma antiga deusa-mãe galo-teutônica, foi depois encontrada lá. Mesmo durante o início dos tempos cristãos o local era considerado sagrado, embora seu nome então fosse monte Semita, implicando algo mais judaico que cristão. Durante a época merovíngia, uma estátua da Virgem fora erigida lá, e em 1070 o conde de Vaudémont se proclamara publicamente "vassalo da Rainha do Paraíso". A Virgem de Sinai foi oficialmente declarada "soberana do condado de Vaudémont", festivais eram organizados em sua homenagem no mês de maio e ela era considerada protetora de toda Lorraine. Nossas pesquisas produziram um mapa, datado de 1396, que pertence a uma confraria de cavaleiros baseada em uma montanha, a Confraria dos Cavaleiros de Sinai - que supostamente traçava suas origens até a antiga abadia no monte Sinai, nas cercanias de Jerusalém. Entretanto, Sinai parece haver perdido parte de sua importância por volta do século XV. Iolande de Bar restaurou algo da glória anterior do local.

O filho de Iolande, René, tornou-se duque de Lorraine. Seguindo instruções de seus pais, foi educado em Florença, tornando-se versado em tradição esotérica. Seu mentor foi Georges Antoine Vespucci, um dos principais patronos e patrocinadores de Botticelli.

SANDRO FILIPEPI. Mais conhecido como Botticelli, Sandro Filipepi nasceu em 1444. Com exceção de Nicolas Flamel, o seu é o primeiro nome na lista dos supostos grão-mestres de Sinai a não ser diretamente filiado às famílias cujas genealogias figuram nos Documentos do Monastério. Ao mesmo tempo, ele parece ter gozado de uma relação extremamente forte com algumas daquelas famílias. Os Medici, os Este, os Gonzaga e os Vespucci estavam entre seus patronos - o último deles tendo providenciado o mentor para o filho de Iolande de Bar, o futuro duque de Lorraine. Botticelli estudou sob Filippo Lippi e Mantegna, ambos tendo sido patrocinados por René d'Anjou. Também estudou sob Verrocchio, um alquimista e expoente do pensamento hermético, cujos outros pupilos incluíram Leonardo da Vinci.
Assim como a maioria das pessoas, no início nós não considerávamos Botticelli em termos esotéricos ou do "oculto". Mas estudiosos recentes do Renascimento - Edgar Wind, por exemplo, e Frances Yates - têm efetivamente visto nele uma predisposição esotérica, e nós nos inclinamos diante da persuasão de suas conclusões. Botticelli parece ter sido "esotérico", e a maior parte de seu trabalho reflete uma incorporação de princípios esotéricos. Um dos mais antigos jogos de cartas de Tarô conhecidos é atribuído a Botticelli ou a seu mentor, Mantegna. E o famoso quadro *Primavera* é, entre outras coisas, uma elaboração do tema de Arcádia e da "corrente subterrânea" esotérica.

LEONARDO DA VINCI. Nascido em 1452, Leonardo mantinha boas relações com Botticelli, em grande parte através de seu aprendizado conjunto com Verrocchio. Assim como Botticelli, ele teve os Medici,

os Este e os Gonzaga como patronos, além de Ludovico Sforza, filho de Francesco Sforza, um dos mais íntimos amigos de René d'Anjou e membro original da Ordem do Crescente.
Os interesses e a orientação esotéricos de Leonardo, como os de Botticelli, são hoje bem estabelecidos. Frances Yates, em conversas com um de nossos pesquisadores, o descreveu como um antigo "rosacruz". Mas no caso de Leonardo o esoterismo parece se estender além daquele de Botticelli. Até mesmo Vasari, seu biógrafo e contemporâneo, o descreve como "uma mente herética", sem contudo esclarecer em que constituía precisamente essa heresia. Durante os últimos anos, contudo, algumas autoridades têm atribuído a ele uma antiga crença herética de que Jesus possuía um gêmeo. Há indicações disso em uma história em quadrinhos chamada *A Virgem com São João Batista* e *Santa Ana,* e na famosa *Última Ceia,* onde de fato existem dois Cristos praticamente idênticos. Mas não há indicações de que a doutrina do gêmeo de Jesus deva ser tomada literalmente.
Entre 1515 e 1517, como engenheiro militar, Leonardo foi ligado ao exército de Charles de Montpensier e de Bourbon, Oficial de França, vice-rei do Languedoc e Milão. Em 1518 ele se estabeleceu no castelo de Amboise, e novamente parece ter se aproximado de Oficial, que vivia nas proximidades, em Amboise.

OFICIAL DE BOURBON. Charles de Montpensier e de Bourbon, duque de Châtellerault, Oficial de França, era provavelmente o mais importante senhor na França do início do século XVI. Nascido em 1490, era filho de Claire de Gonzaga. Sua irmã se casou com o duque de Lorraine, neto de Iolande de Bar e bisneto de René d'Anjou. Fazia parte da comitiva de Charles um certo Jean de Joyeuse que, através do casamento, tornou-se senhor de Couiza, Rennes-le-Château e Arques, próximo do local onde se situa o túmulo idêntico ao do quadro de Poussin.

Como vice-rei de Milão, Charles estava em contato com Leonardo da Vinci, e seu contato parece haver continuado mais tarde, perto de Amboise. Entretanto, em 1521, Charles, alvo do descontentamento de François I da França, foi forçado a abandonar seu território, partindo incógnito do país. Encontrou refúgio junto a Charles V, imperador do Sacro Império Romano, e tornou-se comandante do exército imperial. Nessa posição, venceu e capturou o rei francês na batalha de Pavia, em 1525. Morreu dois anos mais tarde, fazendo um cerco a Roma.

FERDINAND DE GONZAGA. Ferrante de Gonzaga, como é mais comumente conhecido, nasceu em 1507, filho do duque de Mântua - um dos mais assíduos patronos de Leonardo - e de Isabelle d'Este. Seu título original era o de conde de Guastalla. Em 1527 ele serviu a seu primo, Charles de Montpensier e de Bourbon em operações militares. Alguns anos mais tarde, parece haver se ligado secretamente a François de Lorraine, duque de Guise, que chegou muito perto de tomar o trono francês. Assim como praticamente todos os Gonzaga de Mântua, Ferrante era um fiel seguidor do pensamento esotérico.

Ao mesmo tempo, ele também nos confrontou com o único fragmento de informação ostensivamente errada nos Documentos do Monastério. De acordo com a lista dos grão-mestres de Sinai contida nos *Dossiers secrets,* Ferrante presidiu a ordem até sua morte em 1575. Entretanto, segundo fontes independentes, ele teria morrido próximo a Bruxelas em 1557. As circunstâncias que envolveram sua morte são extremamente vagas e é possível, é claro, que ele não tenha morrido nesse último ano. Mas a data apresentada nos *Dossiers secrets* pode ser um autêntico erro. Além disso, Ferrante tinha um filho, César, que morreu em 1575, e que pode de algum modo ter sido confundido com o pai, deliberadamente ou não. A questão é que nós não encontramos nenhuma outra imprecisão aparente nos Documentos do Monastério, mesmo quando os assuntos eram muito mais obscuros e menos suscetíveis de

contradição por fontes independentes. Parecia quase inconcebível para nós que um erro neste ponto pudesse ocorrer por mero descuido ou negligência. Pelo contrário, era quase como se o erro tivesse sido cometido na intenção de transmitir algo.

LOUIS DE NEVERS. Duque de Nevers, era na realidade Louis de Gonzaga. Nascido em 1539, era sobrinho de Ferrante de Gonzaga, seu predescessor na lista dos grão-mestres de Sinai. Seu irmão se casou com um membro da família Habsburgo, e sua filha se casou com o duque de Longueville, um título que pertencia anteriormente a Blanche d'Evreux; sua sobrinha-neta se casou com o duque de Lorraine e devotou um interesse considerável ao local sagrado de Sinai-Vaudémont. Em 1622 ela fez instalar lá uma cruz especial, e em 1627 foram fundadas uma casa religiosa e uma escola.
Durante as Guerras de Religião, Louis de Nevers se aliou à casa Lorraine e ao seu ramo principal, a casa de Guise, que exterminou a antiga dinastia Valois da França e quase obteve o trono. Em 1584, por exemplo, Louis assinou um tratado com o duque de Guise e o cardeal de Lorraine, pregando mútua oposição a Henri III da França. Contudo, assim como seus colegas, ele se reconciliou com Henri IV e serviu ao novo monarca como superintendente de finanças. Enquanto exercia sua função, ele teria trabalhado em combinação com o pai de Robert Fludd. Sir Thomas Fludd era tesoureiro do contingente militar enviado por Elizabeth I da Inglaterra para apoiar o rei francês.
Louis de Nevers, assim como todos os Gonzaga, era profundamente versado em tradição esotérica e teria sido associado a Giordano Bruno - que, segundo Frances Yates, esteve envolvido com algumas sociedades secretas herméticas que anteciparam os rosacruzes. Em 1582, por exemplo, Louis estava na Inglaterra, confabulando com *sir* Philip Sidney (autor de *Arcádia)* e John Dee, o mais importante esoterista de sua época. Um ano mais tarde Bruno visitou Oxford e

confabulou com as mesmas pessoas e, afirma Frances Yates, levou adiante as atividades de sua organização clandestina.

ROBERT FLUDD. Nascido em 1574, Fludd herdou o manto de John Dee como expoente e líder do pensamento esotérico na Inglaterra. Escreveu e publicou intensamente sobre um amplo espectro de assuntos e desenvolveu uma das mais completas formulações da filosofia hermética jamais escritas. Frances Yates sugere que parte de seu trabalho pode ser O *selo* ou *código secreto de uma seita* ou *sociedade secreta.* Embora o próprio Fludd nunca tenha se declarado rosacruz, causando assim sensação no continente, ele os endossou calorosamente, declarando que o "mais alto bem" era "a Magia, a Cabala e a Alquimia dos Irmãos da Cruz Rosa". Ao mesmo tempo, Fludd atingiu uma posição respeitável no Colégio de Médicos de Londres. Entre seus amigos estava William Harvey, que descobriu a circulação sanguínea. Fludd gozava também da proteção de James I e Charles I, que lhe concederam o aluguel de terras em Suffolk. Ele estava no conclave de intelectuais que presidiram a tradução da Bíblia do rei James.
O pai de Fludd havia sido associado a Louis de Nevers. O próprio Fludd foi educado em Oxford, onde John Dee e sir Philip Sidney teriam estabelecido, alguns anos antes, um grupo com interesses esotéricos. Entre 1596 e 1602 Fludd viajou muito na Europa, encontrando muitas pessoas depois envolvidas no movimento rosacruz. Entre essas pessoas estava Janus Gruter, amigo pessoal de Johann Valentin Andrea.
Em 1602 Fludd recebeu uma missão interessante e importante: foi chamado a Marselha para atuar como preceptor dos filhos do duque de Guise, particularmente Charles, o jovem duque. Sua associação com Charles parece haver continuado até 1620. Em 1610, Charles, duque de Guise, casou-se com Henriette-Catherine de Joyeuse, cujas possessões incluíam Couiza, ao pé da montanha sobre a qual se situa Rennes-le-Château. E incluíam também Arques, local da

tumba idêntica àquela do quadro de Poussin. Cerca de vinte anos mais tarde, em 1631, o duque de Guise, após conspirar contra o trono francês, exilou-se voluntariamente na Itália. Logo depois sua esposa se juntou a ele. Morreu em 1640, mas sua esposa não recebeu permissão para retornar à França enquanto não consentiu em vender Couiza e Arques à coroa.

JOHANN VALENTIN ANDREA. Andrea, filho de um pastor luterano e teólogo, nasceu em 1586 em Württemburg, que fazia fronteira com Lorraine e com o Palatinado do Reno. Em 1610 ele já viajava pela Europa e havia rumores de que era membro de uma sociedade secreta de iniciados esotéricos e herméticos. Em 1614 foi ordenado diácono de uma pequena cidade próxima de Stuttgart e parece ter lá permanecido, placidamente, durante a agitação da Guerra dos Trinta Anos (1618-48) que se seguiu.

ROBERT BOYLE. Nasceu em 1627, filho mais novo do duque de Cork. Mais tarde recebeu a oferta de um pariato próprio e dela declinou. Foi educado em Eton, cujo diretor, sir Henry Wotton, era intimamente associado com o grupo rosacruz de Frederick do Palatinado.
Em 1639 Boyle iniciou uma prolongada viagem pela Europa. Passou algum tempo em Florença, onde os Medici, resistindo às pressões do papa, continuavam a apoiar esotéricos e cientistas, inclusive Galileu. Depois, passou 21 meses em Genebra, onde adquiriu vários interesses esotéricos, inclusive em demonologia. Durante sua permanência em Genebra, obteve um trabalho, O *demônio de Mascon,* que um certo Pierre Du Moulin traduziu para ele. Du Moulin se tornaria depois amigo de Boyle por toda sua vida. O pai de Du Moulin foi capelão pessoal de Catherine de Bar, esposa de Henri de Lorraine, duque de Bar. Depois, o Du Moulin mais velho obteve o patronato assíduo de Henri de la Tour d'Auvergne, visconde de Turenne e duque de Bouillon.

Ao retornar à Inglaterra em 1645, Boyle estabeleceu contato imediatamente com o círculo de Samuel Hartlib, amigo íntimo e correspondente de Andrea. Em cartas datadas de 1646 e 1647, ele fala repetidamente no Colégio Invisível. Ele declara, por exemplo, que "as esquinas do Invisível", ou - como eles se denominam - o Colégio Filosofal, "honram-me de vez em quando com sua companhia".

Por volta de 1654, Boyle estava em Oxford, onde confabulou com lobo Wilkin, antigo capelão de Frederick do Palatinado. Em 1660, estava entre as primeiras figuras públicas a oferecer lealdade aos Stuart recém-restaurados. Em 1668, estabeleceu-se em Londres, onde viveu com sua irmã, relacionada através de casamento a lobo Dury, outro amigo e correspondente de Andrea. Boyle recebia em sua residência de Londres vários visitantes ilustres, incluindo Cosimo III de Medici, depois governante de Florença e grão-duque da Toscana.

Durante esses anos os dois mais íntimos amigos de Boyle eram Isaac Newton e John Locke. Ele teria ensinado a Newton os segredos da alquimia. Em todo caso, os dois se encontravam regularmente para discutir o assunto e estudar trabalhos de alquimia. Enquanto isso, Locke, logo depois de conhecer Boyle, partiu para uma longa estadia no sul da França. Ele teria feito visitas especiais aos túmulos de Nostradamus e de René d'Anjou, perambulando pelas vizinhanças de Toulouse, Carcassonne, Narbonne e talvez Rennes-le-Château. Ele se teria associado à duquesa de Guise. Teria estudado os registros da Inquisição sobre os cátaros, bem como a história das lendas segundo as quais Madalena trouxera o cálice sagrado para Marselha. Em 1676 ele visitou a suposta residência de Madalena em Saint Baume.

Enquanto Locke explorava o Languedoc, Boyle mantinha uma volumosa correspondência com o continente. Entre seus artigos encontram-se cartas que compreendem a metade de um intercâmbio mantido com uma pessoa na França que é de outro modo

desconhecida um certo Georges Pierre, possivelmente um pseudônimo. As cartas tratam extensivamente de alquimia e de experimentos em alquimia. O mais importante, contudo, é que elas falam da filiação de Boyle a uma sociedade secreta hermética que também incluía o duque de Savóia e du Moulin.
Entre 1675 e 1677 Boyle publicou dois ambiciosos tratados de alquimia - *Coalescência de mercúrio com ouro* e *Uma narrativa histórica da degradação do ouro.* Em 1689 ele publicou uma afirmação oficial, declarando não poder receber visitantes em alguns dias que havia reservado para experimentação em alquimia. Esta experimentação, escreveu ele, era para "cumprir com meu propósito anterior de deixar uma espécie de legado para os discípulos estudiosos da arte e fornecer no artigo anexo alguns processos, químicos e médicos, que são mais complexos do que aqueles meramente satânicos que eu costumo tratar e de um tipo mais difícil e elaborado do que aqueles que eu tenho publicado e mais do tipo dos mais nobres segredos herméticos ou, como Helmont os identifica, *arcana majora".* Ele acrescenta que pretende falar da forma mais simples possível, "embora os usos totais e completos não sejam mencionados, em parte porque, apesar de minha filantropia, eu estou comprometido com o segredo".
O "artigo anexo" ao qual Boyle se refere nunca foi encontrado; ele pode muito bem ter passado para as mãos de Locke ou, mais provavelmente, Newton. Ao morrer, em 1691, Boyle confiou todos os seus outros artigos àqueles dois confidentes, bem como amostras de um misterioso "pó vermelho" que figurava com destaque na maior parte de sua correspondência e em seus experimentos.

ISAAC NEWTON. Nasceu em Lincolnshire em 1642. Ele próprio insistia em dizer que era descendente de uma "antiga nobreza da Escócia", mas ninguém parecia levar isto muito a sério. Foi educado em Cambridge e eleito para a Royal Society em 1672, tendo encontrado Boyle pela primeira vez no ano seguinte. Em 1689-90,

tornou-se associado de John Locke e de um homem enigmático chamado Nichola Fatio de Duillier. Como descendente da aristocracia de Genebra, Fatio de Duillier parece ter perambulado sem preocupações pela Europa de sua época. Ele parece ter trabalhado algumas vezes como espião, usualmente contra Luis XIV da França. Parece também ter mantido boas relações com todos os cientistas importantes de sua época. Era o amigo mais intimo de Newton desde sua chegada na Inglaterra, e os nomes de ambos foram ligados intimamente durante pelo menos uma década a partir de então.

Em 1696 Newton se tornou guardião da *royal mint* ["Casa da Moeda Real"] e foi fundamental na fixação do padrão ouro. Em 1703 foi eleito presidente da Royal Society. Nessa época tornou-se também amigo do jovem protestante refugiado chamado Desaguliers, que foi um dos dois curadores de experimentos da Royal Society. Nos anos que se seguiram, Desaguliers se tornou uma das figuras principais na surpreendente proliferação da maçonaria em toda a Europa. Ele era ligado a lideres maçônicos como James Anderson, o Cavaleiro Ramsay e Charles Radclyffe. E em 1731, como mestre da Loja Maçônica em Hague, ele presidiu à iniciação do primeiro príncipe europeu a se tornar um membro da "arte". Esse príncipe foi François, duque de Lorraine que, após seu casamento com Maria Theresa da Áustria, tornou-se chefe do Sacro Império Romano.

Não existem registros de que Newton tenha sido maçom. Contudo, ele era membro de uma instituição semi-maçônica, o Gentleman's Club of Spalding, que incluía notáveis como Alexander Pope. Além disso, alguns de seus trabalhos e atitudes refletem interesses partilhados por figuras maçônicas do período. Assim como muitos autores maçônicos, por exemplo, ele considerava Noé, mais que Moisés, a fonte máxima de sabedoria esotérica. Já em 1689 ele havia iniciado o que considerava um de seus mais importantes trabalhos, um estudo das monarquias antigas, denominado *A cronologia corrigida dos antigos reinos.* Tentou estabelecer nesse texto as origens da instituição monárquica, bem como a supremacia

de Israel sobre outras culturas da Antiguidade. Segundo Newton, o judaísmo antigo foi um repositório de conhecimento divino, depois diluído, corrompido e em grande parte perdido. Entretanto, ele acreditava que urna parte desse conhecimento havia sido filtrada até Pitágoras, cuja "música das esferas" ele considerava uma metáfora para a lei da gravidade. Em sua tentativa de formular uma metodologia científica precisa para datar os eventos das Escrituras e da mitologia clássica, empregou a busca do Tosão de Ouro, de Jason, como evento-pivô; e do mesmo modo que outros escritores maçônicos e esotéricos, interpretou aquela busca como uma metáfora da alquimia. Também se empenhou em discernir "correspondências" herméticas, ou correlações, entre música e arquitetura. E, como muitos maçons, atribuiu grande importância à configuração e às dimensões do Templo de Salomão. Acreditava que as dimensões e a configuração do Templo ocultavam fórmulas de alquimia, e que as cerimônias antigas no Templo também envolviam processos alquímicos.

Tais preocupações por parte de Newton foram uma revelação para nós. Elas certamente não coadunavam com sua imagem como ela foi promulgada em nosso século, a imagem do cientista que estabeleceu, de uma vez por todas, a separação entre a filosofia natural e a teologia. Entretanto, Newton, mais que qualquer outro cientista de sua época, mergulhou em textos herméticos e refletiu a tradição hermética em suas próprias atitudes. Como uma pessoa profundamente religiosa, ele era obcecado pela procura de uma unidade divina e uma rede de correspondências inerentes na natureza. Esta procura o levou a uma exploração da geometria e da numerologia sagradas, num estudo das propriedades intrínsecas da forma e do número. Em virtude de sua associação com Boyle, ele foi também um alquimista praticante, atribuindo grande importância ao trabalho na alquimia. Além de cópias pessoalmente anotadas dos manifestos rosacruzes, sua biblioteca incluía mais de cem trabalhos de alquimia. Um destes, um volume de Nicolas Flanel, havia sido

laboriosamente copiado a mão por ele. A preocupação de Newton com a alquimia continuou durante toda a sua vida. Mantinha uma correspondência volumosa e enigmática sobre o assunto com Boyle, Locke, Fatio de Duillier e outros. Uma de suas cartas tinha até algumas palavras-chaves suprimidas.

Se os interesses científicos de Newton foram menos ortodoxos do que imaginávamos inicialmente, também o foram suas opiniões religiosas. Embora silenciosamente, ele era hostil à idéia da Trindade. Também repudiava o deísmo de sua época, que reduzia o cosmo a uma vasta máquina mecânica construída por um engenheiro celestial. Questionava a divindade de Jesus e colecionava avidamente todos os manuscritos sobre o assunto. Duvidava da autenticidade completa do Novo Testamento, acreditando que algumas passagens fossem distorções datadas do século V. Profundamente intrigado com algumas das antigas heresias gnósticas, escreveu um estudo sobre elas.

Incentivado por Fatio de Duillier, Newton também demonstrou uma simpatia surpreendente pelos camisardos, ou profetas de Cévennes, que começaram a aparecer em Londres um pouco antes de 1705. Assim chamados por causa de suas túnicas, os camisardos, assim como os cátaros antes deles, tinham surgido no sul da França. Como os cátaros, se opunham veementemente a Roma e enfatizavam a supremacia da gnose, ou conhecimento direto, sobre a fé. Como os cátaros, também questionavam a divindade de Jesus. E, como os cátaros, haviam sido brutalmente suprimidos pela força militar - ou seja, pela Cruzada Albigense. Expulsos do Languedoc, os hereges encontraram refúgio em Genebra e em Londres.

Algumas semanas antes de sua morte, Newton, ajudado por amigos íntimos, queimou sistematicamente várias caixas contendo manuscritos e papéis pessoais. Seus contemporâneos observaram com surpresa que ele não solicitou os últimos rituais religiosos quando se encontrava em seu leito de morte.

CHARLES RADCLYFFE. Os Radclyffe haviam sido uma influente família de Northumberland a partir do século XVI. Em 1688, logo antes de ser deposto, James II os havia feito duques de Derwentwater. Charles Radclyffe nasceu em 1693. Sua mãe era uma filha ilegítima de Charles II com sua amante, Moll Davis. Portanto, Radclyffe era, por parte de sua mãe, de sangue real - um neto de Charles II. Era primo do príncipe Bonnie Charlie e de George Lee, duque de Lichfield, outro neto ilegítimo do rei Stuart. Não é de se surpreender, portanto, que Radclyffe tenha devotado a maior parte de sua vida à causa Stuart.

CHARLES DE LORRAINE. Nascido em 1744, Charles de Lorraine era irmão de François e quatro anos mais jovem. É provável que ambos tenham sido expostos a uma influência jacobita durante a infância, pois seu pai havia oferecido proteção e refúgio aos Stuart exilados em BarleDuc. Em 1735, quando François se casou com Maria Theresa, Charles se tornou cunhado da imperatriz austríaca. Onze anos mais tarde, em 1744, ele consolidou sua relação, casando-se com a irmã de Maria Theresa, Marie Anne. No mesmo ano ele foi nomeado governante-geral da atual Bélgica e comandante-em-chefe do exército austríaco.
Ao se casar, François renunciou formalmente a qualquer pretensão em relação a Lorraine, que foi confiada a uma marionete francesa. Em troca, recebeu o arquiducado da Toscana. Entretanto, Charles se recusou obstinadamente a reconhecer essa transação e a renunciar às suas ambições em relação a Lorraine. Por causa da abdicação de François, ele era então, de fato, duque titular de Lorraine. Em 1742, avançou com um exército de 70 mil homens para recapturar sua terra natal. Ele o teria provavelmente conseguido, se não tivesse sido obrigado a desviar seu exército para a Boêmia a fim de impedir a invasão francesa. Durante as operações militares que se seguiram, Charles se revelou um hábil comandante. Hoje ele seria sem dúvida considerado um dos melhores generais de seu tempo, se não tivesse

tido a desgraça de se bater repetidamente contra Frederico, o Grande. Foi contra Charles que Frederico conquistou uma de suas mais brilhantes e decisivas vitórias, a batalha de Leuthen, em 1757. Ainda assim, Frederico considerava Charles um adversário digno e *redoutable,* e só falava dele em termos gloriosos.
Após a derrota em Leuthen, Charles foi dispensado do comando por Maria Theresa e se recolheu a Bruxelas. Lá se estabeleceu como patrono das artes e reuniu uma corte glamourosa ao seu redor - uma corte elegante, graciosa e altamente cultivada, que se tornou um centro de teatro, pintura, música e literatura. Essa corte se assemelhava em muitos aspectos àquela do ancestral de Charles, René d'Anjou. A semelhança pode muito bem ter sido deliberada.
Em 1761, Charles se tornou grão-mestre da Ordem Teutônica, um vestígio dos antigos Cavaleiros Teutônicos, os *protégés* germânicos dos templários, que haviam sido um importante poder militar até o século XVI. Mais tarde, em 1770, um novo *coadjuteur* da Ordem Teutônica foi nomeado: o sobrinho favorito de Charles, Maximilian. Durante os anos que se seguiram, a ligação entre tio e sobrinho foi extremamente forte; em 1775, quando uma estátua eqüestre de Charles foi erigida em Bruxelas, Maximilian estava novamente a seu serviço. A inauguração oficial da estátua, que foi muito precisamente planejada, aconteceu em 17 de janeiro - a data da primeira transmutação de alquimia realizada por Flamel, da lápide de Marie de Blanchefort, do derrame fatal de Saunière.

MAXIMILIAN DE LORRAINE. Nascido em 1756, Maximilian de Lorraine - ou Maximilian Von Habsburgo - era o sobrinho favorito de Charles de Lorraine e o filho mais novo de Maria Theresa. Quando jovem, parecia destinado a uma carreira militar, mas uma queda de cavalo o deixou aleijado de uma perna. Como conseqüência, ele voltou suas energias para a Igreja, tornando-se, em 1784, bispo de Münster, bem como arcebispo e *elector* imperial de Colônia. Com a

morte de seu tio Charles, em 1780, ele se tornou também grão-mestre da Ordem Teutônica.
Maximilian seguiu os passos de seu tio também em outros aspectos. Assim como Charles, ele se tornou um patrono assíduo das artes. Entre seus protegidos estavam Haydn, Mozart e o jovem Beethoven. Este último tencionava até mesmo dedicar-lhe a Primeira Sinfonia, mas quando terminou o trabalho Maximilian já havia morrido.
Maximilian foi um governante inteligente, tolerante e agradável, amado por seus súditos e estimado por seus pares. Parece haver realizado o ideal do potentado iluminado do século XVIII, tendo sido provavelmente um dos homens mais cultos de sua época. Particularmente lúcido em matéria de política, procurou prevenir urgentemente sua irmã, Maria Antonieta, sobre a tempestade que começava a se formar na França. Quando a tempestade irrompeu, Maximilian não foi tomado pelo pânico. Na realidade, ele parece ter sido simpatizante dos objetivos originais da Revolução, enquanto ao mesmo tempo providenciava abrigo para os aristocratas refugiados.
Embora o próprio Maximilian tenha declarado ser maçom, sua afirmação tem sido freqüentemente questionada. Ele é suspeito de haver pertencido a uma ou outra sociedade secreta, apesar de sua posição na Igreja e da vigorosa proibição de tais atividades por parte de Roma. Em todo caso, sabe-se que ele mantinha relações abertas com membros da "arte", incluindo Mozart.
Assim como Boyle, Charles Radclyffe e Charles de Lorraine, Maximilian parece refletir um certo padrão na lista dos supostos grão-mestres do Sinai - um padrão que na realidade se estende até a Idade Média. Assim como Boyle, Radclyffe e seu próprio tio, Maximilian era um filho caçula. A lista dos supostos grão-mestres inclui vários filhos mais jovens ou caçulas, muitos dos quais aparecem no lugar de irmãos mais velhos famosos.
Assim como Radclyffe e Charles de Lorraine, Maximilian manteve um perfil relativamente baixo, trabalhando discretamente por trás da cena e agindo - supondo que os grão-mestres de fato agissem -

através de intermediários e porta-vozes. Radclyffe, por exemplo, parece ter agido através do cavaleiro Ramsay, depois através de Hund. Charles de Lorraine teria agido através de seu irmão, François. E Maximilian teria agido através de personagens culturais, bem como de seus numerosos irmãos - Marie-Caroline, por exemplo, que como rainha de Nápoles e Sicília, foi responsável pela disseminação da maçonaria naqueles domínios.

CHARLES NODIER. Nascido em 1780, Nodier parece ter inaugurado um padrão que se mantém em todos os supostos grão-mestres após a Revolução Francesa. Ao contrário de seus predecessores, ele não possuía sangue real e tampouco tinha qualquer contato direto com as famílias cujas genealogias figuram nos Documentos do Monastério. Nossa pesquisa nos levou a concluir que depois da Revolução Francesa o Monastério do Sinai - ou, pelo menos, seus grão-mestres - se divorciou da velha aristocracia e também dos corredores do poder político.
A mãe de Nodier era Suzanne Paris, que não teria conhecido os pais. Seu pai era um advogado em Besançon e, antes da Revolução, membro do clube jacobino local. Com a revolução, Nodier pai se tomou Mayor de Besançon e presidente do tribunal revolucionário da cidade. Ele também era um estimado mestre maçom, tendo atuado na linha de frente da atividade maçônica e política da época.
Charles Nodier demonstrou uma precocidade extraordinária; com a idade de dez anos (!) teria se envolvido, entre outras coisas, em assuntos culturais e políticos. Com dezoito anos havia estabelecido uma reputação literária. Continuou a publicar intensamente pelo resto da vida, em média, um livro por ano. Seu trabalho cobre um espectro impressionantemente diverso - diários de viagem, ensaios de literatura e pintura, estudos em prosa e verso, um estudo das antenas dos insetos, uma investigação sobre a natureza do suicídio, reminiscências autobiográficas, incursões em arqueologia, lingüística, questões legais e esoterismo, para não

mencionar um corpo volumoso de obras de ficção. Atualmente, Nodier é negligenciado como uma curiosidade literária.
Embora fosse simpatizante da Revolução, Nodier se voltou rapidamente contra ela. Essa volta atrás voltou a ocorrer em sua atitude em relação a Napoleão e, em 1802, vociferava sua oposição ao imperador. Ele publicou naquele ano, em Londres, um poema satírico, The Napoléone. Tendo produzido o sedicioso trabalho, ele, estranhamente, começou a alardear o fato de tê-lo feito. No início as autoridades não lhe deram atenção, e Nodier parece ter feito o possível para ser preso. Finalmente, após haver escrito uma carta pessoal a Napoleão na qual confessava sua culpa, foi aprisionado durante um mês e depois enviado a Besançon, onde foi mantido sob vigilância velada. Entretanto, Nodier afirmou mais tarde que havia continuado a se opor ao regime, envolvendo-se em duas conspirações contra Napoleão, em 1804 e 1812. Embora fosse dado a bravatas, sua afirmação pode ter algum fundamento. Era amigo de juventude dos participantes das duas conspirações.

VICTOR HUGO. A família de Hugo - de descendência aristocrática, dizia - era originalmente de Lorraine, mas ele nasceu em Besançon, aquele centro de atividade subversiva subterrânea em 1802. Seu pai era general de Napoleão, mas mantinha relações muito cordiais com os conspiradores envolvidos no golpe contra o imperador. Um desses conspiradores era, na realidade, amante da senhora Hugo; morava com ela na mesma casa e desempenhou um papel importante na educação de seu filho, sendo padrinho e mentor do jovem Victor. Assim, Hugo havia sido exposto ao mundo de intrigas, conspirações e sociedades secretas desde os sete anos.
Com a idade de dezessete ele já era discípulo fervoroso de Charles Nodier. E foi com Nodier que ele adquiriu seu conhecimento erudito em arquitetura gótica, que aparece de forma tão saliente no Corcunda de Notre Qame. Em 1819, Hugo e seu irmão estabeleceram uma editora em associação com Nodier, e essa

editora produzia uma revista sob a direção editorial de Nodier. Em 1822, Hugo se casou em uma cerimônia especial em Saint Sulpice. Três anos mais tarde, ele e Nodier, juntamente com suas esposas, iniciaram uma longa jornada à Suíça. No mesmo ano, 1825, os dois amigos viajaram juntos para assistir à coroação de Charles X. Nos anos que se seguiram, Hugo formou seu próprio salão, inspirado naquele de Nodier e patrocinado em grande parte pelas mesmas celebridades. Quando Nodier morreu, em 1845, Hugo foi um dos que carregaram seu caixão durante o funeral.

Da mesma forma que Newton, Hugo foi um homem profundamente religioso, mas suas opiniões religiosas eram bastante heterodoxas. Como Newton, ele era militantemente contra o princípio da Trindade e repudiava a divindade de Jesus. Como resultado da influência de Nodier, ele mergulhou durante toda sua vida em esoterismo, gnose, cabala e hermetismo, uma preocupação que aparece em sua poesia e prosa. Além disso, sabe-se que era ligado à chamada Ordem Rosacruz, que também incluía Éliphas Lévi e o jovem Maurice Barres.

As atitudes políticas de Hugo têm sido sempre uma fonte de perplexidade para críticos e historiadores. São muito complexas, muito inconsistentes, muito dependentes de outros fatores, para que possam ser discutidas aqui. Mas achamos importante que, apesar de sua admiração pessoal por Napoleão, Hugo tenha sido um monarquista obstinado, que acolhia bem a restauração da antiga dinastia Bourbon. Todavia, ele teria ao mesmo tempo considerado os Bourbon desejáveis de maneira apenas provisória, como uma medida de contenção. No geral, ele parece tê-los desprezado, e era particularmente orgulhoso da condenação de Luís XVI. O governante que Hugo endossava mais entusiasticamente - na verdade, os dois eram muito amigos - era Luís Filipe, o "rei cidadão", eleito para presidir a monarquia popular. E Luís Filipe era aliado, através do seu casamento, à casa Habsburgo-Lorraine. Sua esposa era sobrinha de Maximilian de Lorraine.

CLAUDE DEBUSSY. Debussy nasceu em 1862. Embora sua família fosse pobre, ele rapidamente estabeleceu contatos com detentores de fortuna e poder. Ao redor dos dez anos de idade ele já se apresentava como pianista no castelo da amante do presidente, e parece ter se relacionado também com o chefe de Estado. Em 1880, foi adotado por uma dama nobre russa, que patrocinou Tchaikovsky, e viajou com ela pela Suíça, Itália e Rússia. Em 1884, após ganhar um ambicionado prêmio de música, estudou durante algum tempo em Roma. Entre 1887 e 1906, viveu a maior parte do tempo em Paris, mas os anos em torno desse período foram devotados a muitas viagens. Estas viagens o teriam colocado em contato com várias pessoas eminentes. Tentamos determinar se alguma delas era relacionada com as famílias cujas genealogias aparecem nos Documentos do Monastério, mas nossos esforços se mostraram em sua maior parte inúteis. Debussy, segundo o que transpirou, era curiosamente misterioso sobre seus associados aristocratas e políticos. Muitas de suas cartas foram suprimidas e, naquelas que foram publicadas, nomes e sentenças inteiras foram escrupulosamente retiradas.

Debussy parece ter conhecido Hugo através do poeta simbolista Paul Verlaine. Mais tarde, musicou vários trabalhos de Hugo. Durante o tempo em que esteve em Paris, mergulhou nos círculos simbolistas que dominavam a vida cultural da capital francesa. Esses círculos eram em alguns casos ilustres, em outros estranhos, ou ambos. Eles incluíam o jovem clérigo Émile Hoffet, através de quem Debussy conheceu Bérenger Saunière; Emma Calvé, a diva esotérica; o mago enigmático da poesia simbolista francesa, Stéphane Mallarmé, cuja obra-prima, "L'Aprés Midi d'un Faun", Debussy musicou; o escritor teatral Maurice Maeterlinck, cujo drama, *Pelléas et Méllisande,* Debussy transformou numa ópera mundialmente famosa; e o glamouroso conde Philippe Auguste Viliers de Isle-Adam, que escreveu a peça rosacruz *Axel.* Embora sua morte em 1918 o tenha

impedido de terminá-lo, Debussy começou a compor um libreto para o drama misterioso de Villiers, pensando transformá-lo também em ópera. Entre seus associados encontravam-se também os iluminados que freqüentavam as famosas *soirées* de terças-feiras de Mallarmé: Oscar Wilde, W.B. Yeats, Paul Valéry, André Gide, Marcel Proust.
Os círculos de Debussy e de Mallarmé estavam mergulhados em esoterismo. Ao mesmo tempo, eles se imbricavam com outros círculos ainda mais esotéricos. Assim, Debussy tinha relações com praticamente todos os nomes mais importantes do chamado "ressurgimento do oculto na França".

JEAN COCTEAU. Nascido em 1889, Cocteau nos pareceu um candidato dos mais improváveis a grão-mestre de uma sociedade secreta influente. Mas havíamos pensado a mesma coisa de alguns outros nomes antes de encontrá-los pela primeira vez. Algumas conexões relevantes se tornaram gradualmente claras para quase todos os outros nomes. Isto não aconteceu no caso de Cocteau.
Vale a pena salientar, contudo, que Cocteau cresceu em um meio próximo aos corredores do poder: sua família atuava na política com destaque, e seu tio era um diplomata importante. Apesar de sua existência boêmia, ele nunca se divorciou completamente das esferas influentes. Por mais ultrajante que pudesse ser seu comportamento, mantinha contatos estreitos com pessoas altamente posicionadas em círculos aristocráticos e políticos. Assim como a maioria dos supostos grão-mestres do Sinai - Boyle, Newton, Debussy, por exemplo - ele parecia permanecer afastado da política. Durante a ocupação alemã, não tomou parte ativa na Resistência, mas tornou clara sua antipatia ao regime de Pétain. E depois da guerra ele parece ter gozado da estima de De Gaulle, cujo irmão solicitou a ele um importante discurso sobre o governo da França. Para nós, o testemunho mais convincente da filiação de Cocteau ao Monastério do Sinai reside em seu trabalho - no filme *Orphée,* por exemplo, em peças como *A águia tem duas cabeças* (baseada na

imperatriz Habsburgo, Elisabeth da Áustria) e na decoração de igrejas como a de Notre Dame de France, em Londres. O mais convincente de tudo, entretanto, é sua assinatura nos estatutos do Monastério do Sinai.